

AS CIÊNCIAS HUMANAS E AS ANÁLISES SOBRE FENÔMENOS SOCIAIS E CULTURAIS

2

EZEQUIEL MARTINS FERREIRA
(ORGANIZADOR)



AS CIÊNCIAS HUMANAS E AS ANÁLISES SOBRE FENÔMENOS SOCIAIS E CULTURAIS

2

EZEQUIEL MARTINS FERREIRA
(ORGANIZADOR)



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremonesi

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^a Dr^a Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^a Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^a Dr^a Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



As ciências humanas e as análises sobre fenômenos sociais e culturais 2

Diagramação: Camila Alves de Cremona
Correção: Yaiddy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Ezequiel Martins Ferreira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 As ciências humanas e as análises sobre fenômenos sociais e culturais 2 / Organizador Ezequiel Martins Ferreira. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0631-0

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.310220610>

1. Ciências humanas. 2. Educação. I. Ferreira, Ezequiel Martins (Organizador). II. Título.

CDD 101

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A coletânea, *As ciências humanas e as análises sobre fenômenos sociais e culturais* 2, reúne neste volume vinte e sete artigos que abordam algumas das possibilidades metodológicas dos vários saberes que compreendem as Ciências Humanas.

Esta coletânea parte da necessidade de se abordar os mais diversos fenômenos sociais e culturais, passando pelas peculiaridades da educação, do conhecimento psicológico, da sociologia, da história e da arte, na tentativa de demonstrar a complexidade que das relações humanas em sociedade, influenciados por uma cultura.

Espero que consiga colher desses artigos que se apresentam, boas questões, e que gerem diversas discussões para a evolução do conhecimento sobre o fator humano.

Uma boa leitura!

Ezequiel Martins Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

AFETAR-SE PARA CONHECER, CONHECER PARA PERMANECER - APROXIMAÇÕES DA TEORIA DOS AFETOS EM ESPINOSA COM A INFÂNCIA TUPINAMBÁ DE OLIVENÇA-BA

Paloma Iohana Santos do Amparo

Christiana Cabicieri Profice

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3102206101>

CAPÍTULO 2..... 15

ANÍSIO TEIXEIRA E A FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO

Adelcio Machado dos Santos

Rita Marcia Twardowski

Audete Alves dos Santos Caetano

Danielle Martins Leffer

Alisson André Escher

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3102206102>

CAPÍTULO 3..... 25

REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA DOCENTE NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Fábia Cristina Santos

Ezequiel Martins Ferreira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3102206103>

CAPÍTULO 4..... 40

APRENDIZAGEM BASEADA EM PROJETOS COM O USO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO COMO PROPOSTA PRÁTICA DE ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DO SÉCULO 21 NO ENSINO TÉCNICO PROFISSIONAL

Lilian Amatucci Gazoti

Carlos Vital Giordano

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3102206104>

CAPÍTULO 5..... 51

NEOLIBERALISMO E EDUCAÇÃO: MANUAL DO USUÁRIO

Francisco Mauro da Justa Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3102206105>

CAPÍTULO 6..... 64

PROJETO DE VIDA E VISÃO DE FUTURO DE JOVENS ESTUDANTES DO SEGUNDO ANO DO ENSINO MÉDIO DE UMA ESCOLA PÚBLICA RECIFENSE

Giselle Maria Robspierre de Almeida

Albenise de Oliveira Lima

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3102206106>

CAPÍTULO 7..... 76

PROHAITI E PRÓ-IMIGRANTE – O ACESSO DE ALUNOS IMIGRANTES E REFUGIADOS À EDUCAÇÃO SUPERIOR: OS DESAFIOS DO ACOLHIMENTO DIANTE DA ESTRUTURA DA UNIVERSIDADE OCIDENTALIZADA

Antônio José Moreira da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3102206107>

CAPÍTULO 8..... 96

UMA REFLEXÃO SOBRE O RACISMO ESTRUTURAL NO LIVRO DIDÁTICO: DESCONSTRUINDO ESTEREÓTIPOS, A PARTIR DAS OPERAÇÕES COM E SOBRE A LINGUAGEM

Ariane do Nascimento Oliveira Pêres

Antônio Carlos Gomes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3102206108>

CAPÍTULO 9..... 110

LITERATURA E TECNOLOGIA: INSPIRAÇÃO, INVENÇÃO, TRANSFORMAÇÃO

Adelcio Machado dos Santos

Soeli Staub Zembruskii

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3102206109>

CAPÍTULO 10..... 119

MUSEU NACIONAL E COLÉGIO PEDRO II: O DIÁLOGO ENTRE CASAS IMPERIAIS DEDICADAS AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO

Vera Maria Ferreira Rodrigues

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.31022061010>

CAPÍTULO 11..... 133

ESTADO E SOCIEDADE CIVIL NO BRASIL NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX

Marclin Felix Moreira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.31022061011>

CAPÍTULO 12..... 144

A ACEITAÇÃO DA MORTE NO MÉXICO DIANTE DO COVID-19

Denis Ocaña Gómez

Gilda de León Mayoral

Fabio Vinícius Silva Lemos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.31022061012>

CAPÍTULO 13..... 157

CREATIVE ECONOMY AS A COUNTRY BRAND DEVELOPER IN COLOMBIA

Julio Ramírez Montañez

Maria Alejandra Quiroga Manrique

Karol Dayana Diaz Gonzalez

Oriana Marcela Paez Cubides

Nicole Juliana Largo Fonseca

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.31022061013>

CAPÍTULO 14..... 164

MICHEL FOUCAULT – ATUAL

Rodrigo Borges Nogueira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.31022061014>

CAPÍTULO 15..... 173

VÍCIO DE CONSENTIMENTO NA INDÚSTRIA PORNOGRÁFICA

Amanda F. Sampaio

Brenda O. Lopes

Marcello Nicolas L. Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.31022061015>

CAPÍTULO 16..... 186

VIOLÊNCIA AUTOPROVOCADA CONTRA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO ESPÍRITO SANTO: FREQUÊNCIA E FATORES ASSOCIADOS

Guilherme Germano da Silva

Mariana Rabello Laignier

Franciele Marabotti Costa Leite

Luiza Eduarda Portes Ribeiro

Nathália Miguel Teixeira Santana

Luciana de Cássia Nunes Nascimento

Márcia Regina de Oliveira Pedroso

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.31022061016>

CAPÍTULO 17..... 197

LOS CONSORCIOS DE EXPORTACIÓN EN EL ESTADO DE ZACATECAS Y ACCESO AL MERCADO DE LOS ESTADOS UNIDOS DE AMÉRICA, 2009-2021

Noemi Dolores de La Torre Belmontes

Saul Robles Soto

Rafael Sosa Carpenter

Marlen Hernández Ortiz

Imelda Ortiz Medina

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.31022061017>

CAPÍTULO 18..... 213

CASTRAÇÃO COMO FERRAMENTA DE POLÍTICA PÚBLICA DE TRATAMENTO DE SAÚDE E PREVENÇÃO DE CRIMES SEXUAIS

Rodrigo Borges Nogueira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.31022061018>

CAPÍTULO 19..... 223

OS PRINCIPAIS PROBLEMAS DO SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO E AS SUAS POSSÍVEIS SOLUÇÕES EM DISCUSSÃO

Alan José Alves

Douglas Carvalho de Assis
Rauli Gorss Júnior

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.31022061019>

CAPÍTULO 20.....245

CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO (PBLMODIFICADO) EM RADIOLOGIA ODONTOLÓGICA: - TÉCNICA INTERPROXIMAL E ERROS RADIOGRÁFICOS

Plauto Christopher Aranha Watanabe
Fabio Santos Bottacin
Marcelo Rodrigues Azenha
Giovani Antonio Rodrigues

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.31022061020>

CAPÍTULO 21.....265

AS ILHAS DE CALOR E SUA RELAÇÃO COM A QUALIDADE DE VIDA NAS CIDADES: A IMPORTÂNCIA DAS ÁREAS VERDES

Willian Borges Vieira
Laila Raissa Pereira Moraes de Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.31022061021>

CAPÍTULO 22.....277

ANÁLISE DAS CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS DO ESPAÇO RURAL DE GUARAPUAVA A PARTIR DOS DADOS DO CENSO AGROPECUÁRIO DE 2017

Ana Edeli de Souza
Mario Zasso Marin

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.31022061022>

CAPÍTULO 23.....299

ESTUDO DE CASO DA ATUAÇÃO DO GRADUADO EM ENGENHARIA ELÉTRICA NA FRONTEIRA OESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Theodoro da Silva Rodrigues
Alexandre Silva de Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.31022061023>

CAPÍTULO 24.....325

COMPARAÇÃO ENTRE MÉTODOS DE AMOSTRAGENS E ESTUDO DA COMPOSIÇÃO DA COMUNIDADE DE QUIRÓPTEROS DO CARSTE DO MUNICÍPIO DE MATOZINHOS, MINAS GERAIS

Jackson Souza Silva
Marco Túlio Magalhães Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.31022061024>

CAPÍTULO 25.....338

IMPLEMENTATION OF STORY DOING AND STORYTELLING AS TECHNIQUES TO IMPROVE THE CUSTOMER JOURNEY IN A DIGITIZED COLOMBIAN MARKET

Julio Ramírez Montañez
Gabriela Arciniegas Vargas

Mariana Monroy Valenzuela
Jimena Vargas Moreno
Edward Santos López
Laura Macías

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.31022061025>

CAPÍTULO 26.....357

POR UMA “IGREJA EM SAÍDA”: MARCO ECLESIOLÓGICO ENTRE COMBLIN E O PAPA FRANCISCO

Anderson Moura Amorim

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.31022061026>

CAPÍTULO 27.....362

O MERCADOR E A MORALIDADE CRISTÃ NO OCIDENTE ENTRE OS SÉCULOS XI e XIII

Guilherme Henrique Marsola

Jaime Estevão dos Reis

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.31022061027>

SOBRE O ORGANIZADOR.....374

ÍNDICE REMISSIVO.....375

CAPÍTULO 1

AFETAR-SE PARA CONHECER, CONHECER PARA PERMANECER - APROXIMAÇÕES DA TEORIA DOS AFETOS EM ESPINOSA COM A INFÂNCIA TUPINAMBÁ DE OLIVENÇA-BA

Data de aceite: 03/10/2022

Data de submissão: 08/08/2022

Paloma Iohana Santos do Amparo

AMPARO. Paloma Iohana Santos.
Universidade Estadual da Bahia - UNEB
Campus XVII - Eunápolis-Ba
<http://lattes.cnpq.br/9200813486362972>

Christiana Cabicieri Profice

PROFICE. Christiana Cabicieri. Universidade
Estadual de Santa Cruz - UESC, Ilhéus-Ba
<http://lattes.cnpq.br/2410356941075360>

RESUMO: Este artigo tem por foco investigativo o estudo exploratório das Infâncias Tupinambás de Olivença-BA, associado ao pensamento do filósofo Baruch Espinosa sobre a natureza dos afetos. Nosso objetivo é informar como na concepção espinosana o homem e suas formas de conhecimento é constituído, para isto apresentaremos definições encontradas no livro *Ética* do filósofo em questão. Também contextualizaremos a ecosofia a fim de discutir as relações do homem indígena e a natureza. Em seguida relacionaremos depoimentos das crianças Tupinambás com as definições de afetos expostos na *Ética* III. Logo após trataremos da educação escolar e familiar indígena como artifício de reconexão da criança com a natureza, concluindo que este estímulo implicará na reafirmação da identidade do eu indígena sendo parte da natureza.

PALAVRAS-CHAVE: Afetos, criança, natureza.

AFFECT TO KNOW, KNOW TO STAY - APPROXIMATIONS OF THE THEORY OF AFFECT IN SPINOZA WITH TUPINAMBÁ CHILDHOOD OLIVENÇA-BA

ABSTRACT: This article is to focus investigative exploratory study of childhoods Tupinambás Olivença-BA, associated with the thought of the philosopher Baruch Spinoza on the nature of the affections. We aim to inform the design as Spinoza the man and his forms of knowledge is made to this present definitions found in the philosopher's ethics book in question. Also contextualizaremos the ecosophy to discuss the relationship of indigenous people and nature. Then we will relate testimonies of children Tupinambás with the definitions of emotions exposed in *Ethics* III. Soon after school treat and indigenous upbringing as the child's reconnection device with nature, concluding that this stimulus will result in the reaffirmation of the identity of indigenous me being part of nature.

KEYWORDS: Affection; child; nature.

1 | APRESENTAÇÃO

Ecologistas defendem que o pensamento de Espinosa combate esta diferença entre os seres vivos humanos e não-humanos, pois para ele somos partes da Natureza, esta por sua vez se refere ao Deus imanente, que é infinito e completo, nós seres vivos somos parte desta infinitude. Uma vez que o homem perde o contato com a natureza (outros seres vivos) ele se afasta da felicidade que seria a completude

do Todo, pois este todo é a soma de cada ser vivente, isto posto não há supremacia do homem sob o meio ambiente.

Com base no pensamento espinosano defenderemos a ideia de que por meio do afeto a criança conhece o externo, esta relação sujeito-objeto (afeta-se /cognitivo) ocasiona diversas afecções do corpo que aumentam ou diminuem a potência de agir, podendo também estimular ou refrear as ideias destas afecções, resultando em um processo de conhecimento simultâneo entre o corpo e a mente. Assim, pretendemos discutir como a educação diferenciada tem estimulado a relação da criança com a natureza, levando em consideração que o homem é parte de um Todo, e que é através dos estímulos aos afetos alegres que os afetos tristes são refreados, possibilitando então o alcance da liberdade humana por meio da admoestação dos afetos que reprimem o indivíduo.

O argumento ecologista sobre o pensamento espinosano é que se somos partes do todo, logo, não existe hierarquia entre os indivíduos. Como veremos mais adiante o afastamento do homem da natureza ocasionou a falta do afetar-se, o homem então se torna mais egoísta e mutilando o que parece estar fora de si, não percebendo a autodestruição. O sistema de Espinosa da relação do homem natureza é completo, pois se trata de uma abordagem individual e coletiva.

2 | SOBRE O CONHECIMENTO

Para o autor da Ética, o conhecimento é o mais potente dos afetos, e é próprio de cada sujeito ser afetado de alguma forma, fazendo com que suas emoções e afecções sejam utilizadas em prol da liberdade. O projeto espinosano nos propõe uma Ética do conhecimento que certamente se distingue de uma moral da obediência; mas não se trata nunca de conhecer por conhecer, trata-se de conhecer para ser afetado, e ser afetado de tal forma que possamos viver felizes (SÉVÉRAC, 2009, p. 17). Para estruturar o ‘caminho’ para a felicidade (ou beatitude), ele apresenta três afetos primários que são: o desejo, a alegria e a tristeza. A partir daí começam suas definições e como podemos reagir a cada tipo de afeto, o objetivo de Espinosa é que nos libertemos das paixões tristes e só podemos fazer isso aumentando a potência de agir por meio da alegria.

O autor da Ética defende a teoria de que no homem é implícito o conatus que é a predisposição para o permanecer, ou seja, através do esforço de cada coisa para preservar o seu ser. Sobre este conatus, já vimos que o homem vive em momentos de perfeição, pois se o homem fosse imperfeito a Substância também o seria, então não podemos atribuir negatividade aos homens. Outra explicação é a de que a liberdade humana se dá no estímulo dos afetos ativos, estes afetos derivados da alegria aumentam a potência de agir do sujeito. Este aumento de potência equivale no estímulo a potência de existir, quando estimulamos os afetos paixões diminuímos nossa potência de agir, logo desestimulamos nossa potência de existir, ou melhor, de permanecer. Quando nos entregamos aos afetos

tristes não nos esforçamos para preservar nosso ser, nos tornamos vulneráveis a tudo que nos aprisione e que cause uma dependência emocional.

Segundo Gleizer, em *“Espinosa & a afetividade Humana”* o conatus não é apenas um princípio de auto conservação, mas também de auto expansão e realização de tudo o que está contido em sua essência singular (2011, p.31), pois para execução deste esforço o homem precisa explorar todas suas formas para preservar seu ser, Gleizer ainda demonstra que o conatus espinosano é manifesto por três formas:

O conatus recebe diferentes nomes quando é referido apenas à alma ou à alma e ao corpo simultaneamente. Quando é referido apenas à alma, chama-se vontade. Desse modo, vemos que a vontade não é uma faculdade de escolha, mas o esforço contido nas ideias que constituem a alma. Quando referido à alma e o corpo, isto é ao homem, chama-se apetite. Este por sua vez, quando acompanhado de consciência de si, chama-se desejo. (GLEIZER, 2011, p.31)

Assim, quando o homem esforça-se para permanecer, este conatus é o desejo. É evidente que o sistema espinosano apresenta uma lógica de encadeamento, suas interligações sobre as relações dos atributos de extensão e pensamento, gêneros de conhecimento e o conatus, pois toda forma de conhecimento se manifesta de três maneiras.

A relação do corpo e da mente é o ponto crucial da retenção de conhecimento, com o argumento de simultaneidade Espinosa demonstra que só através desta relação intrinsecamente simultânea que algo pode ser conhecido, para ele conhecer é afetar-se, resultando então na mente ser uma ideia do corpo. A teoria do conhecimento espinosano é logicamente encadeada, de maneira tão peculiar, que o autor uniu duas abordagens históricas da filosofia, uma do idealismo, e outra do empirismo, com o argumento da união do corpo e mente.

Sobre os afetos, Espinosa os define como a capacidade do corpo de afetar e ser afetado, podendo ser concebido pelo atributo Pensamento, ou pelo da Extensão, seja enfim referido a ambos simultaneamente¹. A partir desta definição o filósofo ainda ressalta que só podem existir quatro tipos de afecções corporais que são consideradas como afetos, sendo elas as que aumentam a potência de agir, as que diminuem a potência de agir, as que ajudam e as que coíbem a potência de agir do corpo, estes dois últimos são os chamados afetos físicos e psicofísicos². Já os psíquicos são aqueles que são estimulados pela imaginação³. Nos tópicos a seguir veremos como se dá esta economia dos afetos⁴.

Sobre a questão do conhecimento, é interessante entendermos que o termo afecção condiz tanto à capacidade corpórea como à pensante do indivíduo. Robert Misrahi (1992)

1 E III, Def. 1, expl. p. 123

2 Já pode-se deduzir que a tríade primária de afetos: alegria, tristeza e desejo são afetos psicofísicos, logo seus derivados também serão.

3 Deduz-se que estes afetos são de causa inadequada, logo não são seguros.

4 Este termo é utilizado por Jaquet, 2015 em *“A unidade do corpo e da mente, afetos ações e paixões em Espinosa”*, Gleizer também o utiliza em *“Espinosa e a afetividade humana”*, e Peixoto, 2009 em *“Permanecendo no próprio ser, a potencia de corpos e afetos em Espinosa”* para explicar a administração dos afetos, no sentido espinosano de reprimir e coibir os afetos tristes, apesar de ser um termo bastante instigante ele retém somente sentido explicativo.

comenta em sua tradução da Ética, que “o afeto é uma consciência: a mente é sempre consciente do conatus e das ideias claras ou confusas, que constituem esta mente, e o afeto é a ideia (clara ou confusa) de uma modificação do corpo” (MISRAHI, 1992, p.401). Sendo assim, afeto é uma consciência quando o indivíduo percebe estas ‘reações’ variadas ao ser afetado (com manifestações e oscilações da alegria, tristeza, desejo e seus derivados), deduz-se então que esta ‘consciência’ teria o mesmo sentido de conhecimento. Devemos também esclarecer que a afecção se dá pela relação objeto - sujeito, ou seja, é o estado em que o indivíduo é afetado pelas causas exteriores, e afeto é o sentimento desenvolvido pelo sujeito em relação ao objeto.

3 I DEMONSTRAÇÃO DOS AFETOS

Com os dados da pesquisa sobre Infâncias Tupinambás de Olivença - BA realizada no período de 2015-2016 nos Núcleos e sede do Colégio Estadual Indígena Tupinambá de Olivença – (CEITO), buscaremos perceber como as crianças demonstram suas reações afetivas em relação à natureza. Serão demonstrados 40 depoimentos, com a participação de 33 crianças, entre 4-11 anos de idade. As escolas exploradas foram: Acuípe de Baixo - CEITO, Serra Negra – CEITO, Katuana – CEITO, Itapoã – CEITO, Sapucaeira – CEITO (Sede), Acuípe do Meio I - CEITO, Acuípe do Meio II - CEITO, Tukum - CEITO e Mamão - CEITO.

Como método investigativo, aplicamos uma proposta de desenho sobre o que as crianças percebiam como natureza, logo após a criança era entrevistada para falar sobre seu desenho, e sobre seu relacionamento com a natureza. Neste trabalho utilizaremos os seguintes questionamentos presentes no roteiro de entrevista: O que você sente pela Natureza? Pra que serve a Natureza? O que tem de bom na Natureza? O que tem de ruim na Natureza?

3.1 Afetos primários

Def.1 Desejo: É a própria essência do homem, enquanto esta é concebida como determinada, em virtude de uma dada afecção qualquer de si próprio, a agir de alguma maneira. (ESPINOSA, 2014, p.140)

Demonstração:

Como você acha que deve ser a relação do homem com a natureza?

Sei não. Devem cuidar, eu cuido fazendo armadilha e pegando tigre. (PAULO HENRIQUE, 5 anos)

Apesar de não ser uma atitude ecocêntrica, o indivíduo percebe-se enquanto homem indígena e sua relação com a natureza deve ser de cuidado e caça. Gleizer compreende que este desejo é uma das três manifestações do conatus, pois detêm consciência de si.

Def. 2 Alegria: É a passagem do homem de uma perfeição menor para uma maior. (ESPINOSA, 2014, p.141)

Demonstração:

O que você sente pela natureza?

Sinto a voz dos passarinhos, porque eu fico muito alegre quando '*eles canta*'. (MARIA GABRIELA, 5 anos)

Neste caso o indivíduo estava em atividade passiva, e seu estado de perfeição foi elevado no momento em que os objetos (pássaros) se manifestaram.

Def. 3 Tristeza: É a passagem do homem de uma perfeição maior para uma menor. (ESPINOSA, 2014, p.141)

Demonstração:

Como você acha que deve ser a relação do homem com a natureza?

O homem corta a natureza e a natureza fica triste, e 'eles não deixa' ninguém feliz, arranca as frutas e eles comem. Isso é ruim porque eu choro quando ela morre. (MARIA GABRIELA, 5 anos)

O sujeito demonstra pelo argumento satisfeito a situação anterior (as árvores repletas de frutos), e quando há relação dos outros sujeitos com o objeto (ato de arrancar) sua perfeição é diminuída.

3.2 Derivados da alegria

Def. 4 Admiração: É a imaginação de alguma coisa à qual a mente se mantém fixada porque essa imaginação singular não tem qualquer conexão com as demais. (ESPINOSA, 2014, p.142)

Demonstração:

O que tem de bom na natureza?

Eu acho muito bonita, gosto, tem um lugar que vai pra casa de minha vó, que da pra ver a praia linda, acho linda a natureza. (HILARY, 8 anos)

Percebe-se que o sujeito esteve em relação com a natureza é um determinado tempo, esta relação é recordada com prazer.

Def. 8 Atração: É uma alegria acompanhada da ideia de uma coisa que, por acidente é causa de alegria. (ESPINOSA, 2014, p.143)

Demonstração:

Eu gosto, é tão bom por que tem um monte de árvore, passarinho [...] É tão bom andar na natureza, plantar mandioca, coco, melancia, cana. (REGIANE, 8 anos)

As atividades realizadas no contato com o natural em alguns casos não despertam alegria, percebe-se, porém, que esta criança sente-se alegre por uma realização que geralmente não é causa de alegria, ela sente-se atraída.

Def. 12 Esperança: É uma alegria instável, surgida da ideia de uma coisa futura ou passada, de cuja realização temos alguma dúvida. (ESPINOSA, 2014, p.143)

Demonstração:

Como deve ser a relação do homem com a natureza?

Rapaz, aí uma coisa que deveria ser bom, mas as pessoas ficam desmatando, deveria era plantar mais coisa, criar sombra.(MAURÍCIO, 11 anos)

Hum? [O que as pessoas devem fazer com ela?] Nada. [Seus pais trabalham com a natureza?] Sim, corta, elas morrem tudo. [Mas pode fazer isso?] Não, tem que cortar um pouco, esperar crescer. (MARCOS ANTÔNIO, 11 anos)

Pra quê serve a natureza?

Pra criar os animais, as árvores, pra renovar tudo de novo. (REGIANE, 8 anos)

Os indivíduos sentem-se esperançosos em relação às atitudes dos outros com a natureza mudarem, e esperam que a natureza futuramente ‘cresça e renove’ tudo, mas isso só será possível se esperarem o tempo da natureza.

3.3 Derivados da tristeza

Def. 7 Ódio: É uma tristeza acompanhada da ideia de uma causa exterior. (ESPINOSA, 2014, p.143)

Demonstração:

O que tem de bom na natureza?

Não, por que ela é muito feia. (MÁRCIO VITOR, 4 anos)

Para esta criança, a natureza não traz sentimento de alegria, deduz-se que algum mal encontro diminuiu sua perfeição. Este sentimento diminui também sua potência de agir, pois não sente alegria neste contato.

Def. 9 Aversão: É uma tristeza acompanhada da ideia de uma coisa que, por acidente é causa de tristeza. (ESPINOSA, 2014, p.143)

Demonstração:

O que tem de ruim na natureza?

É ruim uma coisa tipo coelho, é ruim morango que é azedo. (LIVIANE, 5 anos)

Mato, por que eles não deixam as pessoas passar, e dentro dos matos tem onça. (THAMILES 4 anos)

Água, eu não gosto de água suja no meu nariz, só gosto de água limpa. (CHARLES, 4 anos)

Os maus encontros dos sujeitos com os objetos cooperaram para uma lembrança negativa, ocasionando em um afeto de aversão.

Def.17 Decepção: É uma tristeza acompanhada da ideia de uma coisa passada que se realizou contrariamente ao esperado. (ESPINOSA, 2014, p.144)

Demonstração:

Como deve ser a relação do homem com a natureza?

Acho que as pessoas matam elas, caçam, aí elas se escondem, meu tio mata, [o que você acha disso?] eu acho que é errado. (MARJORE, 6 anos)

O ato de achar errado pode-se considerar que a criança não espera que o tio tenha esta atitude, logo quando acontece o contrário do esperado, ela se decepciona.

Def. 18 Comiseração: É uma tristeza acompanhada da ideia de um mal que atingiu um outro que imaginamos ser nosso semelhante. (ESPINOSA, 2014, p.145)

Demonstração:

O que você sente pela natureza?

Sinto dor no coração. (MARIA CLARA, 8 anos)

Como deve ser a relação do homem com a natureza?

Não pode matar as plantas, cortar os pé de árvores.[o que você não gosta?] quando a natureza morre.(RAILAN, 11 anos)

As crianças sentem-se tristes pelo mal que atinge a natureza, se elas não a considerassem como semelhante não teriam o afeto de comiseração.

3.4 Derivados do desejo

Def. 34 Agradecimento: Ou gratidão é o desejo ou o empenho de amor pelo qual nos esforçamos por fazer bem a quem, com igual afeto de amor, nos fez bem. (ESPINOSA, 2014, p.149)

Demonstração:

Qual eu sentimento pela natureza?

Sem a natureza, sem árvore não chove, e água a gente precisa pra viver. (JOÃO VITOR, 10 anos)

O indivíduo reconhece o benefício ofertado pela natureza.

Def. 39 Temor: É o desejo de evitar, mediante um mal menor, um mal maior, que tememos. (ESPINOSA, 2014, p.150)

Demonstração:

O que tem de ruim na natureza?

O que faz medo, a caipora e o curupira. O curupira engana as pessoas que fica cortando as árvores. (VITÓRIA, 8 anos)

A criança demonstra medo pela atitude do curupira, que por defender a natureza (o curupira) engana as pessoas que cortam as árvores. Para os indígenas o curupira é algo que se deve temer, pois as situações que ele provoca são abomináveis.

Def. 42 Pavor: Diz-se daquele cujo desejo de evitar um mal é refreado pela admiração pelo mal que teme. (ESPINOSA, 2014, p.150)

Demonstração:

Como deve ser a relação do homem com a natureza?

Não pode desmatar, não pode nada, quando dá pra caçar dá, quando não dá não caça não. (MARCOS VINÍCIUS, 8 anos)

Por admirar a natureza a criança argumenta que o caçar fora de época desmata a natureza.

3.5 Derivados do amor

Def. 24 Misericórdia: É o amor à medida que o homem é afetado de tal maneira que se enche de gáudio com o bem de um outro e, contrariamente se entristece com o mal do outro. (ESPINOSA, 2014, p.145)

Demonstração:

Como deve ser a relação do homem com a natureza?

Não pode desmatar, lá (na aldeia) ninguém mata, só tiram a piaçava quando meu pai chama pra tirar. (MARCOS VINÍCIUS, 8 anos)

Por amar a natureza a criança demonstra que os membros de sua aldeia respeitam os limites da natureza. O desmatar seria uma consequência ruim.

Def. 18 Comiseração: Consiste em, por amor, ter sobre alguém uma opinião acima da justa. (ESPINOSA, 2014, p.145)

Demonstração:

Como deve ser a relação do homem com a natureza?

Bem, eu acho que, é uma coisa que não pode matar os bichos, só dar uma mordida mata logo, não pode pegar o pau e meter na cabeça do bicho, pois eles fazem parte da natureza. (JUCIMAR, 10 anos)

O ato de 'meter o pau na cabeça do bicho' parece algo sofrido, a criança demonstra não desejar isso para o animal mesmo não sendo de sua espécie.

Def. 19 Reconhecimento: É o amor por alguém que fez bem a um outro. (ESPINOSA, 2014, p.145)

Demonstração:

Como deve ser a relação do homem com a natureza?

Acho feio, tem gente que falar mal da natureza diz que é cheio de mato. A natureza é bonita, faz a gente feliz. (CLARISSE, 11 anos)

Sei lá, tem que cuidar da natureza, tem que tratar bem, não pode tratar mal, porque a natureza traz tudo pra gente né. (CAMILA, 8 anos)

As alunas reconhecem os benefícios fornecidos pela natureza.

3.6 Derivados do ódio

Def. 20 Indignação: É o ódio por alguém que fez mal a um outro. (ESPINOSA, 2014, p.145)

Demonstração:

Como deve ser a relação do homem com a natureza?

Limpeza, (por quê?) por que sim por que tem gente que fica jogando lixo na natureza. (LUÍZA, 7 anos)

A criança indica uma atitude que deve ser tomada (limpeza) por outros de sua espécie que cometeram algo ruim (jogar lixo), a expressão 'tem gente que fica jogando lixo na natureza' demonstra situação reprovada e não cometida por ela.

4 | RELAÇÃO HOMEM /NATUREZA

Os povos tradicionais indígenas são conhecidos pela sua relação pacífica com a natureza em contraponto a relação destrutiva estabelecida pela sociedade ocidental tecnológica e comunista. Ao mesmo tempo em que são considerados os protetores da natureza, os povos tradicionais dependem diretamente dos seus recursos para subsistência e manutenção de seu modo de vida. Neste tópico discutiremos sobre esta relação do homem indígena com a natureza. Por meio de referenciais teóricos e pesquisas empíricas veremos como se dá esta relação, se realmente ela é pacífica como é pregada por esta etnia, ou se é antropocêntrica utilitarista como a sociedade julga.

Como vimos, anteriormente os povos indígenas sofreram bastante no processo de aculturação, a efeito disto muitos ensinamentos foram esquecidos, conhecimentos até de suas origens diferentes das impostas pelo cristianismo ou da ciência. Lúcio Flores⁵ relembra que

os povos indígenas foram formados da seiva da árvore ou do sangue de um animal, daí essa aproximação com a natureza, quer dizer eu também sou vegetal. Nós fazemos parte um do outro e, por isso, essa luta pela manutenção da natureza, na sua forma mais intacta possível, a luta pela vida como um todo, dos vegetais e dos animais (TERENA, p.2).

Este é um conhecimento antigo e preservado pela tribo Terena do Mato Grosso do Sul. Apesar deste conhecimento não ser disseminado em muitas tribos, a essência deste princípio é conhecida pelos indígenas de todo Brasil, pois apesar da caça, e de outras maneiras de uso da natureza, o homem indígena demonstra total respeito com os seres vivos.

Sobre este sentimento de respeito, que podemos chamar de biofilia, ou seja amor a tudo que tem vida, Júlio Cesar Castilho recorda fatos que foram até divulgados pelas mídias de

mães que chegam a alimentar animais com seu próprio leite materno. Mesmo que seja uma ideia contestada, os índios são idealizados como sujeitos que

⁵ Ano não informado. Mesa redonda do evento: "Genoma humano: aspectos éticos, jurídicos e científicos da pesquisa genética no contexto amazônico." Painei II: Pesquisas genéticas e populações amazônicas: a diversidade de mundos e de olhares. Coordenação de mesa: Lillian Haber. Tema: A visão dos povos indígenas.

mantêm uma relação de partilha com a natureza; por vezes valorizam tanto os animais, que muitos são considerados uma parte da família, como no caso anteriormente mencionado ou em muitos outros e com outras nuances. (RAZERA, BOCCARDO & PEREIRA, 2006p. 472)

Estes fatos de demonstram não só o respeito (admiração) pelos seres vivos também afetos derivados da alegria e do amor como a misericórdia, consideração, etc.

Além desta relação biológica que o homem indígena defende ter com a natureza, podemos abordar também a relação cosmológica, pois a admiração pela natureza também tem sentido de adoração, pois para os indígenas o divino se manifesta no natural. Deste modo,

quando os índios se propõem a reflorestar uma área degradada, além de recuperarem espécies florestais, eles estão trazendo de volta os espíritos e os deuses que foram afugentados pela destruição. E esses espíritos e deuses são fundamentais para o equilíbrio da vida na terra, evitando doenças e outras desgraças, como reação da própria natureza ameaçada ou destruída. (LUCIANO, 2006, p. 102)

A partir destas características relacionais entre os povos indígenas e a natureza, podemos concluir que o homem indígena está bem somente se a natureza estiver bem. Seu respeito aos limites da natureza, condizem a seus interesses de sobrevivência fazendo-o um sujeito antropocêntrico, e ao mesmo tempo ecocêntrico, pois a natureza é percebida como fonte de permanência, mas também o homem indígena não a utiliza de maneira abusiva.

O interesse indígena é o equilíbrio e bem estar cosmológico de todo o universo, ocasionando seu próprio bem estar com as divindades naturais. Sendo assim, podemos perceber também outras relações afetivas, quando ele se sente um sujeito protetor da natureza, e parte da mesma: alegria, amor, esperança, atração, adoração; e quando percebe que outros de sua espécie não tem o mesmo cuidado: tristeza, ódio, ira, desespero, comiseração, misericórdia e indignação. Sobre estes sentimentos derivados da tristeza tivemos os exemplos dos depoimentos das crianças Tupinambás, que sentiam-se tristes, decepcionadas, indignadas quando outros faziam mal, ou falavam mal da natureza.

Percebe-se então que o homem indígena desde a sua infância sente-se como parte da natureza, não sendo a parte racional que usufrui, mas a parte racional que protege e responsável por não ultrapassar os limites da natureza (por exemplo, a caça, ou a extração de elementos naturais de forma abusiva) para não ocasionar em um desequilíbrio pessoal e degradação ambiental.

5 | A ESCOLA INDÍGENA E A RECONEXÃO COM A NATUREZA

Um estudo sobre etnobiologia realizado pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB em 2006 sobre os povos Tupinambás de Olivença, constatou que o vínculo de 41 estudantes (do 1º ao 5º ano do CEITO) com os animais eram 95% utilitário, 26,8%

afetivo, 2,4% religioso e 4,8% não responderam. Neste período a educação indígena diferenciada em Olivença estava em processo de implantação, pois apesar de já existirem escolas desde 1998 somente em 2006 foi inaugurado o núcleo no Sapucaieira. Considerando esta pesquisa realizada pela UESB, elencamos 46 estudantes dentre as 135 crianças entrevistadas no Projeto “*Infâncias Tupinambás – estudo de caso da interação entre crianças e ambientes naturais em comunidades indígenas*” realizado pela Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC no período de 2014 a 2016, a fim de perceber como se dá a interação da criança indígena com a natureza, neste recorte os vínculos apontaram para: 54,34% utilitário, 30,4% afetivo, 2,17% religioso e 15% não responderam.

Considerando o número de entrevistados quase equivalentes (41-UESB/46-UESC) ainda não percebemos o aumento nas relações afetivas que impulsionem a potência de agir dos indivíduos, os dados ainda apresentam um estado estacionário. Porém, nos atentaremos para o declínio da percepção utilitarista que deve ser resultado da educação escolar indígena, pois atualmente já estão instalados dezoito núcleos escolares na região de Olivença-Ba.

Como falamos nos capítulos anteriores a educação espinosana não consiste em ensinamentos rigorosos, e sim no incentivo ao autoconhecimento para que o indivíduo perceba quais afetos que diminuem a potência de agir (afetos tristes), e quais aumentam a potência de agir (os afetos alegres). A felicidade está presente nos bons encontros, ou seja, ela é promovida pelos afetos que aumentam a potência humana de agir, isto é totalmente contrário aos afetos denominados paixões, pois coíbem a ação. Para Bader Sawaia (2006) a educação espinosana

implica na configuração de uma maneira de viver que promove a liberdade e a felicidade individuais, interiores e personalizadas, mas que se concretizam nas relações como estado de amor, reencontro de si com um estatuto universal, pois se descobre o lugar que se ocupa no todo. (SAWAIA, 2006 p. 84)

Percebemos que em muitos depoimentos as crianças colocam a natureza como algo externo. Apesar de demonstrarem, preocupação, amor e admiração, apenas uma criança reconhece que faz parte da natureza: “O homem corta a natureza e a natureza fica triste, e eles não deixam ninguém feliz, arrancam as frutas e eles comem. Isso é ruim porque eu choro quando ela morre” (MARIA GABRIELA, 5 anos), neste depoimento a criança deixa transparecer indiferença com os de sua espécie e atribui à natureza sentimento humano (tristeza).

Como vimos, o *conatus* é algo implícito ao homem, esta vontade (referindo à alma), apetite (corpo) ou desejo (alma e corpo) de permanecer é inerente a todo indivíduo. Sabemos também que para os povos tradicionais indígenas a comunhão com a natureza é algo essencial para sua sobrevivência. Se através de afetos alegres os indivíduos conservam seu ser, e o ser indígena é a união de todos os elementos vivos, conclui-se então que a

educação escolar indígena deve ser ponte de conexão da criança com a natureza.

A educação deve ser o meio que estimule os bons encontros, a fim de que o homem não se aprisione em afetos tristes. A visão ecologista insinuada por Espinosa é a que combate o antropocentrismo, pois se o homem é parte da natureza não existe uma supremacia, todos os seres possuem valores iguais, o perfeito equilíbrio consiste no bem estar do Todo. A educação não pode acontecer de forma que estimule os afetos derivados da tristeza, por que estes irão contribuir para a servidão e impotência de agir. Deste modo, educação diferenciada indígena surtirá efeito ecocêntrico se recuperar a identidade de parte do Todo.

6 | CONCLUSÃO

Compreendemos até aqui alguns pontos do pensamento espinosano. Isto é tudo que se pode referir à extensão e pensamento. Construímos a concepção de indivíduo (homem), mesmo este indivíduo não sendo ‘um’ separadamente e sim, parte do Todo. Vimos também, que cada coisa detém um esforço para permanecer o seu ser, este esforço denominado de conatus se manifesta pela vontade, quando se refere à alma (pensamento/mente), apetite (extensão/corpo) e desejo (pensamento e extensão simultaneamente).

Consideramos o fato de que para o autor da Ética, afetar é conhecer, e conhecer é permanecer pois o indivíduo deve conhecer as causas dos seus afetos para que estimule os que aumentam sua potência de agir e refrear os que coíbem sua potência de agir. Este desejo, ou esforço de permanecer então deve estimular os afetos alegres de causa adequada, do contrário se não tivermos o desejo de permanecer vamos nos permitir a prisão dos afetos tristes, seremos então impotentes no agir.

Seguindo esta linha de pensamento, percebemos que o autor da Ética apesar de não ser muito explorada, defende uma teoria da uniformidade dos seres vivos, pois sendo todos partes da natureza, não devemos agir de maneira antropocêntrica e sempre que tentarmos preservar nosso ser, estaremos voltados a esta reconexão com o Todo.

Para o homem indígena a natureza faz parte de sua essência. Sendo assim, a educação diferenciada indígena deve promover o respeito pelos seres vivos, para que o homem indígena não se afaste de sua natureza ao ponto de se tornar antropocêntrico e mutile a sua própria essência.

A infância é uma fase que ainda pode ser influenciada positivamente. Para resgate cultural, a escola e a educação familiar devem investir na educação ambiental, pois o mundo tem seguido concepções totalmente contrárias aos princípios que valorizem a autoconservação (considerando homem-natureza). Na amostra de pesquisas realizadas entre 2006 pela UESB e 2014-2016 pela UESC percebemos que a educação indígena já tem surtido um efeito quanto ao senso utilitarista, mas ainda precisam ser melhorados os aspectos afetivos. Pois se o homem indígena é a natureza e o mesmo não se deixa afetar

pelos objetos externos, ele se desconecta deste universo e pensa que é superior a ela.

A escola deve promover os bons encontros, a fim de que as crianças percebam que estas conexões com a natureza pertencem ao seu eu indígena. Se a escola oferecer momentos que o desejo esteja atrelado à alegria, as crianças estarão em uma boa parte do tempo em estado de perfeição maior. Esta construção do bem estar da potência de agir futuramente corresponderá a indivíduos menos propensos ao aprisionamento dos afetos tristes.

Sendo assim, acreditamos que quanto mais as escolas promoverem o contato das crianças com o natural, mais atitudes biofílicas elas terão, e não só desenvolverão a topofilia pela sua tribo local, mas poderão ser os futuros conscientizadores da tese que para conhecer é preciso afetar-se e este afetar-se implica em sua permanência harmoniosa e sustentável quanto todo.

REFERÊNCIAS

BARTUSCHAT, Wolfgang. **Espinosa**. [tradução: Beatriz Avila Vasconcelos; consultoria, supervisão e revisão técnica desta edição: Uldo Baldur Moosburger]. – 2.ed. – Porto Alegre : Artmed, 2010.

BERNAL, César Cólera. **O conceito de modos em Spinoza**. REVISTA Conatus - FILOSOFIA DE SPINOZA - VOLUME 1 – Nº 2 ,2007.

BONADIA, Fernando de Oliveira. **Espinosa e a radicalização ética na educação pública**. Revista Educ. Social, - Campinas, v.33, n. 118,p.191-204, 2012.

BRASÍLIA. **As leis e a educação escolar indígena: Programa Parâmetros em Ação de Educação Escolar Indígena** / organização Luís Donisete Benzi Grupioni. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2001.

BRASÍLIA. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. LUCIANO, Gersem dos Santos – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

BRASÍLIA. Pensar o Ambiente: bases filosóficas para a Educação Ambiental. SAWAIA, Bader Burihan. **Espinosa: o precursor da ética e da educação ambiental com base nas paixões humanas**/p.79-92 Organização: Isabel Cristina Moura de Carvalho, Mauro Grün e Rachel Trajber. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2006.

DAMÁSIO, Antônio. **Em busca de Espinosa: prazer e dor na ciência dos sentimentos**. Adaptação para o português do Brasil por Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

DELEUZE, G. **Spinoza et le problème de l'expression**. Paris: Minut, 1968.

GLEIZER, Marcos André. **Espinosa & a afetividade humana**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

JAQUET, Chantal. **A unidade do corpo e da mente: afetos e paixões em Espinosa**. [tradução: Marcos Ferreira de Paula e Luís Cesar Guimarães Oliva. — 1. Ed.; reimp. Belo Horizonte : Autentica Editora, 2015.

MOREAU, Joseph. **Espinosa e o Espinosismo**. – São Paulo. Organização Gráfica Maria Lopes, Ltda. 1982.

RAZERA, Júlio César; BOCCARDO Lillian; PEREIRA, Jussara Paula R. **Percepções sobre a fauna em estudantes indígenas de uma tribo tupinambá no Brasil: um caso de etnozootologia**. Revista Eletônica de IAs Ciências. Vol. 5 nº 3, 2006.

SÉVÉRAC, Pascal. **Conhecimento e afetividade./O mais potente dos afetos: Spinoza & Nietzsche**. Org. André Martins; Revisão técnica Danilo Bilate. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

SPINOZA, Benedictus. *Ética*; [tradução de Tomaz Tadeu]. – 2 ed., 3. Reimp. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

TERENA, Lúcio Flores. **A visão dos povos indígenas**. Mesa redonda “Genoma humano: aspectos éticos, jurídicos e científicos da pesquisa genética no contexto amazônico.” Painel II: Pesquisas genéticas e populações amazônicas: a diversidade de mundos e de olhares. Coordenação de mesa: Lillian Haber.

KATUANA, Colégio Estadual Indígena Tupinambá de Olivença-Ba, Núcleo. **Projeto Político Pedagógico**. Ilhéus-Ba, 2012.

ANÍSIO TEIXEIRA E A FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO

Data de aceite: 03/10/2022

Adelcio Machado dos Santos

Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento (UFSC). Pós-Doutor em Gestão do Conhecimento (UFSC). Docente, pesquisado e orientador do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP)
Caçador/SC/Brasil

Rita Marcia Twardowski

Mestranda do Programa de Pós-Graduação “Stricto Sensu” em Educação Básica da UNIARP. Instituição: Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP)
Caçador/SC/Brasil

Audete Alves dos Santos Caetano

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Básica da UNIARP. Instituição: Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP)
Caçador/SC/Brasil

Danielle Martins Leffer

Mestranda do Programa de Pós-Graduação “Stricto Sensu” em Educação Básica da UNIARP. Instituição: Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP)
Caçador/SC/Brasil

Alisson André Escher

Mestrando do Programa de Pós-Graduação “Stricto Sensu” em Educação Básica da UNIARP. Instituição: Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP)
Caçador/SC/Brasil

RESUMO: A Filosofia da Educação busca abordar de maneira radical e severa as dificuldades surgidas na educação, a partir de uma perspectiva de conjunto. Além disso, a Filosofia da Educação pode ser enfrentada sob um modo clássico que vê a realidade como cognoscível e a inteligência como capaz de conhecê-la. A verdade, no caso, seria a correspondência exata entre o cognoscível e o conhecido. Destarte, a Filosofia da Educação, como disciplina, como teoria geral da educação, ou como diretriz norteadora do processo educacional, foi estudada e anunciada por Anísio em contexto de reformas e de tentativas de modernização da sociedade brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Filosofia da Educação; Anísio Teixeira.

ANISIO TEIXEIRA AND PHILOSOPHY OF EDUCATION

ABSTRACT: Philosophy of Education searches for approaching the difficulties that appear in education in a radical way from a perspective of the whole. Besides, Philosophy of Education can be faced under a classic way which sees reality as easy to know, and intelligence as able to know it. The truth, in this case, would be the exact correspondence between the possible to know and the known. Thus, Philosophy of Education, as a discipline, as a general theory of education, or as a direction to the educational process, has been studied and announced by Anísio in contexts of reforms or attempts of modernization of the Brazilian society.

KEYWORDS: Philosophy of Education; Anísio Teixeira.

INTRODUÇÃO

A educação estabelece um processo íntimo e contínuo de mútuo relacionamento entre pessoas, por meio do qual, tomando maior consciência de si mesmas e atuando de acordo, se completam, ampliando as suas capacidades físicas, psíquicas, sociais, mentais, intelectuais, morais e espirituais, com o fim de se desempenharem como pessoas individuais e de se agregarem ativa e criativamente na sociedade de que fazem parte.

Já a Filosofia é uma forma de conhecimento que, interpretando o mundo, designa um ponto de vista coerente e sistêmico que permite um modo de ação efetiva. Essa forma de compreender o mundo, tanto é condicionada pelo meio histórico, como também é seu condicionante. Ao mesmo tempo, pois, é uma interpretação do mundo e é uma força de ação.

Além disso, a Filosofia da Educação ocorre habitualmente em trabalhos sobre teoria e prática da educação. Contudo, nem sempre é evidente o que ela significa. Se for encarado criticamente o uso de frases como filosofia da educação, bases filosóficas da educação, pressuposições filosóficas de teoria educacional, e assim por diante, torna-se evidente que tais denominações nada mais são que títulos vagos que não passam de simples miscelânea sobre os objetivos e métodos de ensino.

Toda educação implica uma base comum sobre a qual se estabelecem as diferenciações como educação física, artística, moral etc., desde que se queira compreender o homem todo em todos os homens. Assim, a educação sempre pressupõe, explícita ou implicitamente, uma percepção de mundo e de homem.

De acordo com Oro e Zilles (1981, p. 24):

A educação é um processo de aperfeiçoamento do homem, um processo cultural. Convém ficar inicialmente com esta definição bem geral e não situar-se de antemão numa disciplina particular e afirmar com a sociologia que a educação é socialização, ou com a psicologia que ela é integração da personalidade, ou com certo tipo de filosofia que educação é conquista da liberdade.

Com este conceito, pode-se dizer que a educação sugere que o homem, o educando, seja um ser incompleto, mas em cuja natureza existe a capacidade, a necessidade e a tendência de aperfeiçoar-se, de desenvolver-se.

A educação é, também, uma transmissão de valores de uma geração a outra. Cada geração adulta transmite à geração imatura, os conhecimentos, conceitos, comportamentos, atitudes, maneiras de ver e de pensar.

Em consonância com a preleção de Bello (1969, p. 24), “educação significa não só o ato de educar, como também o resultado desse ato. No primeiro sentido, educação é a atividade pela qual se promove a perfeição humana, e no segundo, é a perfeição resultante dessa atividade”.

Por conseguinte, a educação é distinguida como uma influência. Ao contrário do que

almejam certos pedagogos, entre os quais os que declararam uma concepção puramente biológica da educação, não é essa um processo simplesmente funcional, espontâneo e autônomo, uma evolução criadora.

Uma vez que a educação não se constitui em fenômeno isolado, ela não pode ser vista fora das condições sociais e históricas. No entanto, é o conhecimento científico que admite a superação das crenças e dos enfoques empíricos. O ensino por si só não designa uma mentalidade nem um espírito científico, mas pode transformar-se em uma espécie de doutrina (NISKIER, 2001).

A educação necessita atentar para os fenômenos da realidade, investigados pelo conhecimento científico. Voltada para a realidade e sustentada a ciência, a função da escola é transformar essa realidade, possibilitando a cada indivíduo sua autonomia e sua identificação numa sociedade de conflitos e, assim, democrática e em constante transformação.

Ademais disso, a educação é assinalada pela investigação científica que determina seu conteúdo e por aspectos ideológicos, econômicos, sociais, políticos e religiosos. Nesse contexto, as relações e funções da ciência e da escola alcançam uma significação social e histórica. Não é possível limitar-se a educação a uma visão técnica apenas, porque toda forma de educação é um projeto político. O conhecimento tem condicionamentos éticos e ideológicos.

Segundo Gadotti, *apud* Niskier (2001, p. 31), “a educação está igualmente dividida, numa sociedade predominantemente conservadora de privilégios, ao lado de uma emergente potência de uma classe que encontra também na escola um elemento de luta”.

Destarte, a educação é fundamental para a humanização e socialização do homem. Pode-se dizer que se trata de um processo que dura a vida inteira, e que não se limita à simples continuidade, mas supõe a possibilidade de rupturas pelas quais a cultura se renova e o homem faz a história.

FILOSOFIA

De acordo com Dewey *apud* Schmitz (s.d., p. 15),

(...) a Filosofia não é uma ciência igual às outras ciências. Por isso mesmo, não pode ser reduzida ao método científico, nem tratada como as outras ciências, ou até substituída por elas.

A Filosofia não decide sobre o método a ser empregado na educação, seja na auto-educação, seja na hetero-educação. Nem ao menos fornece os conteúdos que deverão ser aprendidos ou assimilados, ou valores a serem buscados e os objetivos a serem obtidos, para que a educação seja conveniente.

Entretanto, a Filosofia é essencial para a educação. Nenhuma atividade pode ser compreendida sem uma sólida base filosófica. Não se trata de fornecer princípios desligados

da realidade. Mas a partir da realidade e para essa realidade, é fundamental saber o que é apropriado para o homem em geral, para se poder acertar no momento de obter opções com relação ao que convém para o homem em situação existencial.

Ademais disso, a Filosofia busca uma visão de conjunto, isto é, nunca examina o problema de maneira parcial, mas sempre sob uma perspectiva que relacione cada aspecto com os demais, no contexto em que está implantado. Portanto, a realidade que se acha fragmentada pelo saber especializado de cada ciência particular, é desempenhada na sua integridade pela Filosofia, a única encarregada de fazer uma reflexão crítica e global a respeito do saber e da prática do homem (ARANHA, 1996).

Segundo Piletti e Piletti (s.d., p. 13):

A essência da filosofia é a procura do saber e não a sua posse. Se a filosofia é procura e não posse, podemos dizer que o trabalho filosófico é um trabalho de reflexão. Filosofar, portanto, significa retomar, reconsiderar os dados disponíveis, revisar, examinar detidamente, prestar atenção e analisar com cuidado.

Assim, o modo pelo qual a reflexão filosófica se faz rigorosamente, varia conforme a orientação de cada filósofo e as tendências históricas decorrentes da situação vivida pelos homens na sua ação sobre o mundo.

DESENVOLVIMENTO

A reflexão filosófica admite que o homem adquira outra dimensão, além daquela que é dada pelo agir imediato, na qual as pessoas estão mergulhadas no dia-a-dia.

Para que uma reflexão possa ser chamada de filosófica é necessário que satisfaça a uma série de exigências. Demerval Saviani resume essas exigências em somente três requisitos: a radicalidade, o rigor e a globalidade. Isso quer dizer que a reflexão filosófica, para ser tal, precisa ser radical, rigorosa e de conjunto (PILETTI e PILETTI, s.d.).

Entretanto, a Filosofia evita a estagnação que decorre do não-questionamento. Sua busca não está alheia à ética e à política, fazendo com que se confronte sempre com o poder. Daí sua função de desvelar a ideologia, as formas pelas quais é sustentada a dominação.

Além disso, a Filosofia implica, por um lado, a posse ou aquisição de um conhecimento que seja, ao mesmo tempo, o mais válido e o mais amplo possível e, por outro, o uso desse conhecimento em benefício do homem.

Prelecione Meksenas (1994, p. 10):

A filosofia é concebida como ação intelectual que nasce da prática e a redimensiona. Sua principal característica é a percepção do pensamento como totalidade. A totalidade não traduz a realidade como soma de todos os fatos particulares numa pretensa unidade. Ela consiste na inter-relação contraditória das particularidades como objetos de estudo relacionados à estrutura social. Por outro lado, essa perspectiva não é concebida

genericamente.

Com o estudo da história da educação, pode-se entender os valores que orientam os educadores de cada época. A Filosofia, por sua vez, tem a missão de refletir sobre esses valores com o objetivo de confrontá-los com os valores atuais da educação. Dessa maneira, a tarefa da Filosofia incide na procura de novas alternativas e na fixação de novos critérios de valor.

A Filosofia é um corpo de conhecimento, estabelecido a partir de um esforço que o ser humano vem fazendo de compreender o seu mundo e dar-lhe um sentido, um significado compreensivo (LUCKESI, 1993).

Além disso, a Filosofia é um campo de entendimento que, quando a pessoa se aproxima da mesma, sente-se refletindo sobre a cotidianidade dos seres humanos. Desde a cotidianidade mais simples, como é o de se encontrar com as pessoas, até a cotidianidade mais complexa, que pode ser a reflexão sobre o sentido e o destino da humanidade.

A Filosofia pode também ser um corpo de entendimentos que abrange e direciona a existência humana em suas mais variadas dimensões. Pode se proclamar de forma coerente de interpretar o mundo que possibilita um modo de agir também coerente, conseqüente, efetivo.

Destarte, a Filosofia se manifesta ao ser humano como uma maneira de entendimento que tanto propicia a compreensão da sua existência, em termos de significado, como lhe apresenta um direcionamento para a sua ação, um rumo a seguir ou, ao menos, para lutar por ele. Ela constitui um quadro organizado e coerente de visão do mundo sustentando, portanto, uma proposição organizada e coerente para o agir.

De acordo com Basbaum, *apud* Luckesi (1993, p. 23):

A filosofia não é, de modo algum, uma simples abstração independente da vida. Ela é, ao contrário, a própria manifestação da vida humana e a sua mais alta expressão. A filosofia traduz o sentir, o pensar e o agir do homem. Evidentemente, ele não se alimenta da filosofia, mas, sem dúvida nenhuma, com a ajuda da filosofia.

Destarte, a palavra filósofo ficou reservada àqueles que consciente e deliberadamente se colocam a filosofar.

Escolhem um método, sistematizam os conhecimentos alcançados, arquitetam um sistema interpretativo da realidade. Filósofo é, então, aquele que diz em conceitos e em linguagem apropriados a experiência do ser. Os conceitos e linguagem não estão à margem do ser vivo.

A filosofia vazada na linguagem conceitual é intensamente solidária com a vida, com a existência. Ela marca o desejo, a ânsia que o homem tem de elucidar sua circunstância existencial.

Em suma, a Filosofia não é tão-somente uma interpretação do já vivido, daquilo que está objetivando, mas também a interpretação de aspirações e desejos do que está por vir

e do que está para chegar. Os filósofos captam e dão sentido à realidade que está por vir e a expressam como um conjunto de idéias e valores que devem ser vividos, difundidos, buscados.

Com isto, a Filosofia tem causado, ao longo da história humana, atitudes contraditórias e paradoxais. Governos que, de um lado, afastam a Filosofia como subvertora da ordem, de outro, contratam especialistas para designarem um pensamento, um modo de idealizar o mundo que garanta a sua forma de administrar politicamente o povo e a nação (LUCKESI, 1993).

Por fim, o exercício do filosofar precisa ser um esforço de inventário, crítica e reconstrução de conceitos, auxiliados pelos pensadores antecedentes.

Eles têm uma contribuição a apresentar ao ser humano, auxiliando no trabalho de construir o entendimento filosófico do mundo e da ação.

ANÍSIO TEIXEIRA E A FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO

O estudo, posto que restrito, do pensamento de Anísio Teixeira no espaço desta pesquisa tem o sentido de compreender a sua importância para a constituição do campo da Filosofia da Educação a partir dos anos 30 no Brasil. Ainda que tenha marcado sua trajetória mais como administrador educacional, nos poucos momentos em que atuou como professor respondia pela disciplina Filosofia da Educação (TOMAZETTI, 2003).

Assim, a Filosofia da Educação, como disciplina, como teoria geral da educação, ou como diretriz norteadora do processo educacional, foi estudada e divulgada por Anísio num contexto de reformas e de tentativas de modernização da sociedade brasileira.

A realização de um estudo da Filosofia da Educação no Brasil sem se mencionar o pensamento e a prática de Anísio Teixeira seria a recusa de parte significativa da história educacional brasileira, pois a modernidade educacional teve em Anísio seu grande agente, na tentativa de pensar a conciliação da identidade cultural brasileira com as idéias pragmatistas norte-americanas, principalmente do filósofo John Dewey.

À luz do magistério da lavra de Pôrto Jr. (2001, p. 139):

O campo da educação e da filosofia da educação brasileira, entre os anos 20 e 60, têm nas idéias e na prática de Anísio Teixeira uma importante fonte de pesquisa e de reflexão. A filosofia de John Dewey foi por ele propagada no Brasil, bem como suas concepções de educação, de sociedade e de democracia.

Por conseguinte, Anísio foi um dos intelectuais da educação responsável pelo nascimento e disseminação das idéias fecundas da tradição moderna do pensamento e da prática educacional brasileira.

Apesar da pouca influência da Filosofia de Dewey e do pragmatismo norte-americano, de um modo geral, nos programas de ensino de Filosofia da Educação no período estudado, não tem como negar a sua influência no contexto educacional. O nome

e a obra de Anísio Teixeira são acoplados, no campo educacional e de sociedade.

As idéias de Anísio acerca da Filosofia da Educação, inspiradas em John Dewey, foram determinantes em sua vida de educador, administrador e escritor. O seu livro “Pequena Introdução à Filosofia da Educação: escola progressiva ou transformação da escola”, publicado pela primeira vez em 1934, incorpora escritos anteriores de Anísio (TOMAZETTI, 2003).

No livro, Anísio apresenta o quadro de transformações da sociedade obtido pelo avanço da ciência e da tecnologia e a necessidade de a escola se colocar ao tempo de tais transformações.

Anísio detecta a dimensão importante das transformações materiais que já estavam incidindo e que ainda viriam a acontecer no Brasil e suas conseqüências para a ordem moral e social, através de modificações dos valores e das novas perspectivas de vida.

A contribuição de Anísio Teixeira ao campo da Filosofia da Educação, no Brasil, foi muito significativa, ainda que tenha desempenhado o ofício de professor de Filosofia da Educação em um período curto de sua vida.

As idéias de Anísio acerca do ensino e da formação de professores nos tempos de mudanças e determinações para o ensino público brasileiro, evidenciam a sua atualidade e importância. Segundo ele, a formação do magistério, em todos níveis, deveria ser feita em universidades, juntamente com os profissionais especialistas da educação, voltados para a pesquisa (PORTO Jr., 2001).

Ademais disso, Anísio Teixeira possuía uma visão dualista do ensino, pois entendia que cada nível teria uma essência própria e a sua unificação haveria de primarizar o liceu ou secundarizar o ensino primário. Com objetivos distintos, o ensino primário prepararia economicamente para a vida e, o ensino secundário daria uma formação mais intelectual.

Anísio, também, averiguava o processo de transformações materiais que já estavam acontecendo e que ainda viriam a incidir no Brasil e suas conseqüências para a ordem moral e social, por meio das modificações dos valores e das perspectivas de vida.

De acordo com Porto Jr. (2001, p. 152):

A filosofia não teria nascido como busca desinteressada da verdade, mas como reconciliadora de produtos mentais já existentes. A filosofia preferiu justificar, a mudar. Nem mudar era possível. Assim, a filosofia podia ser definida, historicamente, como a justificação em fundamentos racionais, do espírito, embora não da forma das crenças tradicionais.

Destarte, a Filosofia deteve-se a investigar as causas últimas e finais de todas as coisas; a buscar a essência fora do mundo das aparências, do instável.

Ao apresentar as relações entre filosofia e educação para chegar a uma Filosofia da Educação necessária à civilização, Anísio traçou uma sucinta história da Filosofia em seu texto Filosofia e Educação de 1960. Sua intenção era explicar o surgimento do pensamento especulativo/racional que descartou o conhecimento prático que possibilitava

a sobrevivência dos homens.

A Filosofia da Educação de John Dewey, segundo Anísio, é uma conciliação entre os velhos dualismos, levando o processo educativo a um constante movimento de revisão e reconstrução. No entanto, esse pensamento ainda não havia sido aceitado e implantado nas escolas como seria desejável, averiguava Anísio, quando da produção de seu livro (PÔRTO JR., 2001).

Entretanto, no Brasil, lamentava Anísio, a educação ainda refletia os modelos dos quais se originou; a Filosofia da Educação dominante permanecia, em grande medida, a mesma que veio da Europa.

O entendimento de educação e dos meios para alcançá-la destacados pelo movimento da escola nova apresentava claros princípios filosóficos. Para a Filosofia da Educação, o homem é uma realidade pessoal e dinâmica que se manifesta pela ação e pela ação enriquece; que é dotado de faculdades superiores, como a inteligência e a vontade, às quais se subordinam as atividades biológicas e psíquicas.

A importância da nova orientação dada à Filosofia da Educação por Anísio Teixeira, no contexto de constituição do campo da Filosofia da Educação no Brasil, precisa ser entendida dentro de uma perspectiva ampla. Primeiramente, Anísio, exceto no início de sua carreira, não foi professor de Filosofia da Educação do ensino normal e universidade. Sua contribuição nesse campo aconteceu no âmbito da produção editorial, da divulgação do pensamento e da obra de John Dewey e da filosofia pragmatista, de forma geral.

A influência do pensamento e da obra de Anísio Teixeira na disciplina de Filosofia da Educação foi modesta. O pragmatismo, quando contemplado no programa da disciplina, era apenas um item entre tantos sem ênfase.

Enfim, a nova Filosofia da Educação representou muito mais uma ruptura em termos de concepção geral de educação e de ensino que passou a dominar o discurso pedagógico, do que propriamente a reorientação dos conteúdos e autores a serem estudados na disciplina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação não pode ser analisada somente um simples veículo transmissor, mas também um instrumento de crítica dos valores herdados e dos novos valores que estão sendo propostos. A educação abre espaço para que seja possível a reflexão crítica da cultura.

Além disso, a educação precisa constituir-se em uma tomada de posição explícita sobre a problemática educacional em todos os níveis e não pode ser confundida com a administração escolar, organização de currículos e temas semelhantes.

O contributo de Anísio Teixeira reveste-se de fundamental importância para a educação brasileira, este sempre foi considerado um nome expressivo da Filosofia da

Educação no Brasil. Tem-se então, de um lado a Filosofia da Educação que se institucionalizou como disciplina de formação pedagógica dos futuros professores secundários, em certa medida alheia ao grande desenvolvimento das concepções de Filosofia e de Educação, sustentadas pelo pragmatismo norte-americano.

De outro lado, entretanto, percebe-se a grande influência que esta Filosofia teve no campo educacional como diretriz geral, norteadora de um novo projeto educacional, aliado a uma nova sociedade que se consolidava. Foi neste espaço amplo da educação brasileira, como administrador da educação pública, que Anísio Teixeira a empregou como referencial de seus projetos e lutas.

Embora as ciências da educação, como Sociologia da Educação, Psicologia da Educação, Biologia da Educação, História da Educação e, também, Filosofia da Educação tenham sido estabelecidas no ensino normal e nos cursos de pedagogia das universidades em resultado da orientação escolanovista, no âmbito da disciplina Filosofia da Educação, a orientação pragmatista, não foi dominante.

Por fim, a concepção de Filosofia da Educação de Anísio Teixeira popularizou-se na área educacional como um programa de estudo para as disciplinas nos Cursos de Graduação em Pedagogia.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, Maria de Lúcia de Arruda. **Filosofia da Educação**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996.
- ATHAYDE, Belchior Maia de. **Fundamentação Filosófica da Educação**. São Paulo: Pioneira, 1975.
- BELLO, Rui de Ayres. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Editora do Brasil, 1969.
- FONTOURA, Amaral. **Filosofia da Educação: a escola viva**. 3. ed. Rio de Janeiro: Aurora, s.d.
- GHIRALDELLI JR., Paulo. **O que é Filosofia da Educação?** 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1990.
- MEKSENAS, Paulo. **Sociedade, Filosofia e Educação**. São Paulo: Loyola, 1994.
- NISKIER, Arnaldo. **Filosofia da Educação: uma visão crítica**. São Paulo: Loyola, 2001.
- ORO, Ari Pedro; ZILLES, Urbano. **Filosofia da Educação**. Porto Alegre: EST, 1981.
- PILETTI, Claudino; PILETTI, Nelson. **Filosofia e História da Educação**. Ática, s.d.
- PÔRTO JR., Gilson. **Anísio Teixeira e o Ensino Superior**. Brasília: Bárbara Bela, 2001.

SCHMITZ, Egídio F. **O Homem e sua Educação**: fundamentos de filosofia da educação. Sagra, s.d.

TOMAZETTI, Elisete M. **Filosofia da Educação**: um estudo sobre a história da disciplina no Brasil. Ijuí: Unijuí, 2003.

CAPÍTULO 3

REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA DOCENTE NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Data de aceite: 03/10/2022

Fábia Cristina Santos

Ezequiel Martins Ferreira

RESUMO: O professor da EJA tem que ter uma atenção maior, pois o aluno da EJA traz de casa uma dificuldade, onde a maioria tem filhos, trabalham. O aluno procura a EJA para regressar à escola, porque tem a expectativa de ascensão profissional, ou seja, procuram retomar um projeto de vida, com a intenção em alcançar sucesso profissional e pessoal. Ajudar jovens e adultos não alfabetizados a compreenderem o funcionamento do mundo alfabético e assimilarem a linguagem escrita, a fim de que venham a fazer parte das práticas sociais, após aprender ler e escrever, é uma tarefa difícil e emergencial, pois gera a valorização do conhecimento que essas pessoas já possuem e não mais os considerando como ignorantes. O aluno traz consigo sua vivência, e desta forma, o educador tem que considerar essa bagagem ao elaborar o conteúdo a ser trabalhado, haja vista que cada um dos seus alunos traz consigo algumas peculiaridades. Contudo, os educadores que estão envolvidos nesta modalidade de ensino têm em suas mãos a força para fazer a diferença, mas isso requer deles uma qualificação especializada nesta modalidade de ensino, bem como a constante preparação para lidar com as situações que surgirem na sala de aula, notadamente por conta da diversidade de características verificadas nos alunos que procuram a EJA.

PALAVRAS-CHAVE: Aluno. Educação de Jovens e Adultos. Educadores.

ABSTRACT: The teacher of EJA has to pay more attention, because the student of EJA brings home a difficulty, where most have children, work. The student seeks the EJA to return to school, because it expects professional advancement, that is, they seek to resume a life project, with the intention of achieving professional and personal success. Helping young people and non-literate adults to understand the functioning of the alphabetic world and assimilate written language so that they can become part of social practices, after learning to read and write, is a difficult and emergency task, as it generates the valorization of knowledge. that these people already have and no longer consider them ignorant. The student brings his experience, and thus, the educator has to consider this background when elaborating the content to be worked, given that each of his students brings with them some peculiarities. However, educators who are involved in this teaching mode have the strength to make a difference in their hands, but this requires them to have a specialized qualification in this teaching mode, as well as a constant readiness to deal with situations that arise in the classroom. notably because of the diversity of characteristics found in students seeking EJA.

KEYWORDS: Student. Youth and Adult Education. Educators.

INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos surgiu como uma proposta para trazer benefícios para aqueles que infelizmente não tiveram acesso à educação escolar na sua infância, passando a oferecer aos jovens e adultos novas oportunidades, e assim elevando o nível de escolaridade de parcela da população que, até então, se encontrava excluída do sistema educacional vigente no país, promovendo desta forma não apenas a inclusão educacional destas pessoas, mas, também, ajudando na inclusão social de diversos jovens e adultos, de classe econômica menos favorecida e que não haviam passado pelo processo de alfabetização e/ou não concluíram o ensino médio.

O trabalho a alfabetização de Jovens e Adultos usa como foco o diálogo entre os sujeitos: o educador e o educando, onde ambos são ouvidos e respeitados, e tem como fundamento a ideia de que o homem é desta dinâmica e não mais um simples objeto dela. Assim o papel do professor é destacar a curiosidade, indagar a realidade, problematizar, ou seja, transformar os obstáculos em dados de reflexão para entender os processos educativos, como quaisquer características sociais estão relacionadas com seu tempo, seu espaço e sua história.

O jovem quer trabalhar, mas nem sempre tem qualificação e nem oportunidade, principalmente antes de concluir a Educação Básica e saber parcialmente o domínio das novas tecnologias. Assim, a EJA esforça-se em prol da igualdade de acesso à educação como bem social. Paulo Freire, em suas obras visando à libertação, dá um significado especial a essa relação professor/aluno:

A relação professor-aluno é fundamental para o processo de conscientização/libertação/conhecimento. Tudo que o professor faz em sala de aula influencia o desenvolvimento da apropriação dos conceitos. A maioria dos alunos da EJA vem de um longo e cansativo dia de trabalho e anos sem frequentar a escola; o professor precisa ter muita responsabilidade, dedicação e criatividade para que esses alunos sejam incentivados a permanecer na escola.

Desta maneira, o programa EJA tem tido suma relevância para o desenvolvimento do Brasil, em virtude de ter como objetivo trazer transformações para a vida da classe de pessoas referidas, por intermédio da educação, ofertando-lhes condições mais favoráveis para o exercício do seu papel junto à sociedade na qual estão inseridas. Pois Fávero (2004, p.22/23), nos diz que houve uma época em que as ações eram realizadas por questões políticas e que havia projetos sociais que eram estabelecidos por estruturas modernizadas decorrentes da industrialização e urbanização.

Entende-se que alguns dos motivos para alguns jovens e adultos não terem estudado na idade certa, e por conta de terem que ajudar seus pais ou por questão de dificuldade de locomoção para a escola, por isso vale ressaltar que a EJA é de suma importância para que esses educandos sejam alfabetizados.

Com os incentivos e métodos pedagógicos utilizados, vemos que o professor é o mediador e o incentivador para que os alunos consigam concluir os estudos, tendo assim com os alunos um bom relacionamento e os ajudando intelectualmente, com incentivos para que continuem frequentando as aulas até a conclusão do ensino.

São essenciais para que se tenha uma boa relação professor-aluno na EJA a criatividade, a solidariedade e a confiança, com isso elevamos a autoestima e a capacidade não só do ensinar, mas também do aprender, pois geralmente são pessoas excluídas do ambiente escolar, que foram afastados por motivos de força maior, e buscam a reiteration no ambiente escolar.

Sabemos que a alfabetização é o ponto inicial da educação para que o indivíduo possa exercer o seu direito de cidadão, porém, milhões de pessoas que por motivos distintos (uns por não terem condições financeiras, outros por ter que ajudar os pais em casa) não tiveram acesso a esse conhecimento. Infelizmente sabermos que leem e escrevem, mas não compreende o que leu ou escreveram, essas pessoas são as “famosas” que aprendem com a vida e não com o ensino correto.

Para Fonseca (2015), é fundamental que os professores conheçam os saberes e as habilidades que os alunos desenvolvem em função do seu trabalho no dia a dia e no seu cotidiano; assim, cada vez mais, os professores da EJA têm de lidar com várias situações: a especificidade socioeconômica do seu aluno, a baixa autoestima decorrente das trajetórias de desumanização, a questão geracional, a diversidade cultural, a diversidade étnico-racial, as diferentes perspectivas dos alunos em relação à escola, as questões e os dilemas políticos da configuração do campo da EJA como espaço e direito dos jovens e adultos, principalmente os trabalhadores.

O professor da EJA tem uma visão mais ampla, pois, ele não só ensina, mas tem a sensibilidade de perceber quais são as reais dificuldades de seus alunos e usa-as em seu favor de maneira a encorajá-los para que nenhum obstáculo os impeçam de seguir em frente buscando um futuro melhor de novas oportunidades e uma vida digna que todos os cidadãos merecem.

Por serem apontados como alunos complicados nos turnos matutinos e vespertinos ou por estar trabalhando, entre outras adversidades, buscam ser transferidos para o turno da noite. De certa forma, diversos desses jovens se sentem frustrados e desprezados. E isso é um dos pontos de vista que acaba gerando um elevado índice de evasão escolar. Considerando que muitos desses jovens são os que ultrapassam a idade determinada, por constantes reprovações. Em compensação estão os adultos e idosos, os que estão empregados ou não, pessoas que ainda não tiveram a oportunidade do trabalho efetivo, entretanto há também os aposentados. Em respeito as mulheres tem aquelas no período de gestação e outras com filhos, como também há avós em busca de possibilidades após anos de afastamento, e trabalho desqualificado entre outras demandas sociais.

Portanto, o jovem que não teve a oportunidade de estudar quando ainda na infância,

procura a EJA para estudar e para se qualificar e assim ter melhores condições no mercado de trabalho e consequentemente uma aposentadoria digna para quem muito já trabalhou e busca um descanso seguro e sem preocupações.

Assim, far-se-á uma importante abordagem sobre alguns dos autores que me inspiraram e me ajudaram na elaboração deste trabalho.

Paulo Freire foi muito importante para meu trabalho pois, para ele não só o professor ensinava, mas também aprendia e aprende com cada aluno, ou seja, uma educação de troca. Ele queria que o aluno tivesse independência de pensamentos, Freire valorizava a bagagem que cada um trazia de casa, pois para ele a educação começa em casa sendo a escola um complemento para um futuro melhor.

Fonseca me mostrou que os professores devem estar atentos as bagagens que seus alunos possuem, independentemente da situação financeira ou das questões políticas, e que como professores desenvolver um trabalho que valorize suas habilidades. Já Fávero, foi importante no decorrer do meu trabalho mostrando que o aluno deveria ter uma educação de boa qualidade para que esses educandos permanecessem na escola, pois só assim é que o aluno passa ter a qualificação adequada para conseguir um bom emprego.

LEVANTAMENTO DA EJA

As primeiras políticas públicas nacionais que trabalhavam sobre a questão da formação de jovens e adultos foram verificadas de 1947 em diante, a partir deste momento foi que se organizou o Serviço de Educação de Adultos do Ministério da Educação, no qual fundou a CEAA (Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos).

Os apontamentos históricos consideram que no Brasil a educação de adultos apresenta como um tema que se relaciona diretamente com a política educacional, principalmente após os anos 40. Contudo, os textos regimentais anteriores mencionaram a necessidade de criar uma maneira de oferecer a educação aos adultos, a exemplo do que ocorreu na Constituição Federal de 1934. Entretanto, foi nessa década que iniciou o maior destaque, por meio da execução de algumas iniciativas concretas, revelando a necessidade de distribuir as vantagens da escolarização para diferentes classes sociais, que ainda eram excluídas da escola (HADDAD, 1991).

Fávero (2004, p. 22/23) comenta que, naquela época, as ações realizadas “tinham uma dimensão política, mas de acomodação, de adequação a um projeto social que se estabelecia na linha da manutenção das estruturas, modernizadas pela industrialização e pela urbanização dela decorrente”.

Posteriormente, a relação existente entre Estado e sociedade no desenvolvimento da EJA brasileira, passou a ser caracterizada pela atuação organizada de movimentos sociais que foram surgindo no decorrer dos anos 50/60. Assim, o extenso embate político-ideológico (de 1948 a 1961) em torno da LDB nº 4.024/61 passou a ser um campo propício

para o surgimento de vários movimentos sociais de cultura e de educação popular que se concretizam no início dos anos 60. Neste contexto, consolidou-se um novo paradigma pedagógico voltado para a EJA, destacando-se a figura de Paulo Freire como principal protagonista do movimento, este que começou a enxergar esta modalidade educativa pelo olhar da sociedade interessada.

Referente ainda ao período dos anos 50/60 é importante destacar que:

A campanha de Educação de Adolescentes e Adultos em 1950 sofreu muitas críticas, e o caráter do aprendizado pedagógico parecia superficial e inadequado para a população adulta. Como principal referência no Brasil, Paulo Freire com seu pensamento pedagógico inspirou, no ano de 1960 uns dos principais programas de alfabetização e de educação popular. O Plano Nacional da Educação (PNE) que tinha como objetivo o programa de alfabetização no Brasil é aprovado em janeiro de 1964 tendo como idealizador Paulo Freire e contou com a grande participação de estudantes, sindicatos e vários outros grupos que estavam tomados pela efervescência política da época que logo adiante seria interrompida pelo golpe militar, quando os movimentos de conscientização popular foram desativados e os seus líderes punidos (MARQUES; RUBIÃO, 2012, p. 2).

Em sequência, o governo militar criou o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), o que ocorreu no ano de 1967, visando alfabetizar de forma funcional e ofertar aos cidadãos uma educação continuada. Contudo, por meio desse programa, a alfabetização acabou ficando restrita ao desenvolvimento da habilidade de ler e escrever, deixando de lado a busca pela a compreensão do conhecimento.

O Mobral tem como objetivo trazer de volta a ideia de que os cidadãos não alfabetizados não são responsáveis por não terem estudado na sua época, também como o subdesenvolvimento do país como um todo. Nesse caso, antigamente o Mobral era visto como “você também é responsável, então me ensine a escrever, eu tenho a minha mão domável” (STEPHANOU; BASTOS, 2005, p. 270).

Acrescenta, ainda, Gadotti (2001) que, no ano de 1989, com o objetivo de preparar o Ano Internacional de Alfabetização, que seria em 1990, criou-se a Comissão Nacional de Alfabetização, por iniciativa de Paulo Freire, mais que foi continuada por José Eustáquio Romão.

A Educação de Jovens e Adultos tem diversos aspectos e características que são expostas pela legislação da EJA, bem como sua importância na educação atual do Brasil. Com a Lei 9.394/96 que estabeleceu no capítulo II, da seção V, tendo diversos aspectos e características que são expostas pela legislação da EJA. No artigo 37 da LDB diz que a educação de jovens e adultos são destinadas as pessoas que não tiveram oportunidade de concluir seus estudos no tempo e idade certos, esclarecendo e compensando essa modalidade de ensino. EJA é uma política educacional que dá condições para que seus alunos melhorem não somente sua condição de vida, mas também uma qualificação para um trabalho melhor.

Criou-se, então, a Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo (SEEA), que tinha como meta a erradicação do analfabetismo. Naquela ocasião, o então governo conceituou o Brasil Alfabetizado como uma campanha plural, por acolher a totalidade das iniciativas que se encontravam em andamento e uma série de metodologias utilizadas na alfabetização (DI PIERRO; GRACIANO, 2003).

O Programa Brasil Alfabetizado, inicialmente, aparentava-se mais com uma campanha, dando destaque para o trabalho voluntário, além de prever o alcance da erradicação do analfabetismo no prazo de 4 anos, e o alcance de um público de 20 milhões de brasileiros. Ocorre que, em 2004, como reflexo da mudança do Ministro da Educação, houve reformulações no programa, que deixava de contemplar a promessa de erradicação do analfabetismo no lapso temporal citado, além de aumentar o tempo de duração dos projetos de alfabetização em 2 meses, de 4 meses para 8 meses.

Em sequência, no ano de 2007, foi criado o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), o qual reformulou o Programa Brasil Alfabetizado, sem, contudo, mexer no seu conceito, ainda que tentasse englobar mais redes de ensino estaduais e municipais. Observa-se, entretanto, que um efeito positivo neste sentido depende da efetiva participação da sociedade civil, além do envolvimento de Organizações não Governamentais (ONGS) e dos movimentos sociais, o que capacitaria o programa para vencer efetivamente o analfabetismo.

Diante desta situação vivenciada no Brasil, a sociedade chegou ao século XXI e ainda apresentava uma alta taxa de cidadãos que não dominavam a leitura, a escrita e as operações matemáticas mais básicas, e chegava a ter em torno de 20 milhões de pessoas analfabetas absolutas e mais de 30 milhões de analfabetas funcionais. Ademais, “Chega, ainda, à casa dos 70 milhões os brasileiros acima dos 15 anos que não atingiram o nível mínimo de escolarização obrigatório pela constituição, ou seja, o ensino fundamental”. Para fechar esta conta, devem ser somados ainda os neo-analfabetos, os quais, mesmo tendo frequentado a escola, não chegaram a dominar a leitura e a escrita (STEPHANOU; BASTOS, 2005, p. 273).

Com a transferência da responsabilidade da EJA para o MEC que ocorreu por meio da SECAD (Secretaria Nacional de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade), quando foi transferida a obrigação pela disponibilização da EJA para os entes públicos, buscando assegurar o sentido educacional desse tipo de educação. Todavia, a ação do MEC nos últimos anos somente conseguiu implementar a disponibilização de alfabetização de maneira limitada, e não conseguiu instigar e induzir a segurança de acesso à totalidade do ensino fundamental para pessoas jovens e adultas (HADDAD, 2007)

O perfil do aluno da EJA, quando coloca que em relação a este público não pode simplesmente reportar-se a uma questão de idade, pois o aluno caracteriza-se por diversos fatores principalmente: adultos e jovens. O estudante da EJA tem em comum com os demais algumas características que os fazem diferentes as quais dizem respeito ao reingresso

na instituição escolar a qual é a via possível para se alcançar postos mais elevados no mercado de trabalho, um lugar nesse mesmo mercado, ou ainda, para as mulheres – que cuidam do lar, de maneira mais objetiva – um meio de realizarem uma atividade que as faça sentir lucrativa e diferente das realizadas no interior de próprio lar. Na visão de Gadotti e Romão (2008, p. 31):

Os Jovens e Adultos trabalhadores lutam para superar suas condições precárias de vida (moradia, saúde, alimentação, transporte, emprego, etc.) que estão na raiz do problema do analfabetismo. Para definir a especificidade da EJA, a escola não pode esquecer que o jovem e adulto analfabeto é fundamentalmente um trabalhador – às vezes em condição de subemprego ou mesmo desemprego [...]. GADOTTI E ROMÃO (2008, p. 31).

Esse tipo de ensino é destinado aqueles que não tiveram oportunidade de concluir o estudo no tempo regular, destinada a jovens e adultos, este programa é dividido em etapas que abrangem o ensino fundamental e o ensino médio, permitindo assim que o educando possa retornar aos estudos e os conclua em pouco tempo, que busca também a qualificação para uma melhor oportunidade no mercado de trabalho. São ministradas disciplinas que são de acordo com a base nacional e o tempo de conclusão das duas etapas são em média 3 anos e meio.

Cada um traz sua própria bagagem de casa que compõe a questão curricular, pois o educador ensina os alunos de acordo com as necessidades que cada um tem, e no cotidiano usa símbolos e representações que ajudam os alunos na EJA, abrindo assim espaço para conteúdos relevantes com significados consideráveis (FREIRE, 1997).

Paulo Freire nos mostra métodos e práticas que precisamos aprender com trocas e experiências desafiadoras, que ensinar vai além de cartilhas, desenvolvendo assim temas que são descritos no ensino de jovens e adultos como portador de um conhecimento, que são analisados para uma educação melhor através da cultura e do cotidiano, visando promover na educação a conscientização da importância de despertar o interesse do aluno na aprendizagem.

CONCEITOS E FUNÇÕES DA EJA

A educação deveria ser de fácil acesso a todos, deveria ser igualitária e ter como objetivo incluir os menos favorecidos no mercado de trabalho com o devido preparo, mas para isso é necessário também que os professores da EJA considerem o conhecimento prévio e as experiências de vida que seu aluno tem a acrescentar, a fim de gerar por meio de vivências deles um conhecimento funcional.

Compreende-se por Educação de jovens e adultos o qual a forma de ensino é usada como base na legislação criada para atender as pessoas usufruindo desta, onde de uma forma ou de outra foram impedidos de estudar na época, não por falta de alguma oportunidade, no entanto são indivíduos que possuem mentalidade própria. Este meio

da flexibilidade de trabalho para o professor, que proporciona novas ideias e os demais métodos afim de estimular os mesmos assim: “O educando se torna realmente educando quando é na medida em que conhece, ou vai conhecendo [...] não na medida em que o educador vai depositando nele a descrição dos objetivos, ou dos conteúdos” (FREIRE, 1992, p. 47).

As críticas são feitas, pois os educadores compreendem que, independentemente da idade, o ensino fundamental é obrigatório para todos conforme o artigo 208 da Constituição Federal, onde são fundamentados em seu inciso primeiro. O ensino fundamental além de obrigatório é gratuito, mesmo para aqueles que não tiveram oportunidade quando mais novos, e onde grande parte da população de jovens não foram ao primeiro emprego, ou estão em ocupações instáveis, tendo a capacidade de deparar com espaços e tempos da EJA, e de uma maneira que os instrui para que possam ser inseridos no mercado de trabalho trazidos por eles.

Conforme o Parecer CNE/CEB 11/2000 o ensino da EJA tem primordialmente três atribuições, que são: reparadora, equalizadora e permanente.

A função reparadora trata de suprir um direito negado: o letramento - domínio da leitura e escrita; ingressar em um bem real, social e que aparentemente é importante no qual outrora estava a margem de grande parte da população nacional, mas que atualmente, por meio da EJA, culmina em um projeto de sociedade com maior igualdade. A segunda função, é chamada de equalizadora, ela possibilita aos jovens e adultos um novo ingresso no sistema educacional levando as pessoas a novas oportunidades, tanto no mercado de trabalho, como na vida social, espaços da estética e na abertura de meios de participação (CNE/CEB) (BRASIL, 2000). E a última, é a função permanente que tem como objetivo proporcionar assim igualdade, a modernização dos conhecimentos para toda a vida no qual se pode denominar qualificadora.

MATERIAIS DIDATICOS UTILIZADOS NA EJA

O material em que se trabalha na EJA nem sempre é o mais adequado, pois as vezes é difícil fazer uma tarefa sem infantilizar, como professores temos que buscar o melhor jeito para chamar a atenção dos alunos com atividades adequadas a cada aluno. Com uma proposta curricular que contemple as proporções envolvendo relações, valores e conhecimentos distinguidos no trabalho da EJA.

A complexidade da vida moderna e o exercício da cidadania plena impõem o domínio de certos conhecimentos sobre o mundo a que jovens e adultos devem ter acesso desde a primeira etapa do ensino fundamental. Esses conhecimentos deverão favorecer uma maior integração dos educandos em seu ambiente social e natural, possibilitando a melhoria de sua qualidade de vida. (BRASIL, 2001, p. 163).

No entanto é necessário uma nova postura estando aberto às oportunidades

de adquirir o conhecimento, às inovações, a fim de que isso provoque uma tomada de consciência, as quais são responsáveis por libertar a pessoa da prisão e até mesmo da solidão. Pois o educador nos moldes praticados na modernidade envolve as emoções a sensibilidade do professor, principalmente o da EJA em acolher os educandos em suas adversidades, respeitando-as e valorizando-as, para que esses alunos possam se sentir como membros da comunidade escolar.

Os professores buscam um resultado mais próximo da realidade, com a possibilidade de articular as atividades do ensino e pesquisa vivenciando situações de trabalhos reais, com todo processo de ensino voltado ao estudante da EJA que busca ter como prioridade explicar uma realidade e estratégias com materiais didáticos combinados com as necessidades fundamentais dos alunos, tornando as dinâmicas mais interessantes e menos cansativas. Com isso busca ainda a redução das faltas e da evasão escolar, conscientizando assim com organizações que segregam processos educacionais que os oprimem.

Os materiais didáticos devem servir como referência fazendo comparações e análises, corrigindo conceitos e estimulando o interesse, da participação e da autonomia dos alunos. Auxiliando e possibilitando a concretização de conteúdos que os alunos estudam, a construção do conhecimento. É muito importante ressaltar que mesmo com toda eficácia dos materiais didáticos, pois eles não substituem o papel do professor no ensino.

Assim podemos observar que alunos que fazem EJA voltam a escola nem sempre em busca de diplomas, mas sim para aprender a escrever e ler, onde pode continuar estudando e utilizando para sua formação crítica e social, enxergando assim a escola como uma oportunidade de um futuro melhor.

Relacionando assim, sobre a questão da permanência dos alunos em sala, e quem ensina tem uma visão atenta aos desafios que a EJA traz. A professora tem o desafio de “manter esses alunos em sala de aula”, trabalhando com texto e atividade contextualizados.

OS DESAFIOS DA ALFABETIZAÇÃO NA EJA

Na EJA o planejamento de aula é diferente, entre turmas regulares e turmas da EJA, pois as dificuldades mudam de uma turma para outra.

A alfabetização de jovens e adultos mostra-se como um grande desafio para diversos professores que lecionam no programa EJA, já que é indiscutível que educar uma pessoa já na sua fase adulta é muito diferente de alfabetizar uma criança no início de sua formação psicológica e social, razão pela qual a educação de adultos requer do professor responsabilidade e estudo, além de tempo e dedicação.

Devemos respeitar a realidade do estudante, independentemente de qual nível de ensino esteja, o educador da EJA tem o papel de ajudar seus alunos a perceber e ampliar o repertório das questões cotidianas com propriedade.

Na década de 60 Paulo Freire desenvolveu um trabalho sobre como alfabetizar Jovens e adultos rompendo aspectos e métodos tradicionais, trabalhando com palavras sem significado para alunos, começar com sílabas simples e gradativamente inserindo as sílabas complexas, textos cartilhados entre outros, Freire pensa que adultos analfabetos são produtos de sua cultura e seus conhecimentos, pois sua alfabetização parte de suas experiências, como é divulgado por Freire que a “a leitura de mundo precede a leitura da palavra” (1985, p.24). Considerando o importante trabalho de Freire sobre a educação de Jovens e adultos que é conhecido como *método Freire*.

Suas concepções foram criadas em uma metodologia para alfabetizar que se baseia com métodos baseados em modelos de alfabetização silábica partindo de uma palavra que gera o ensino de padrões silábicos que se relacionam com as palavras em estudo.

Com a ligação entre alunos e o mundo do trabalho são consideradas propostas curriculares que são oferecidas a EJA, sendo visível a realidade que o documento BRASIL (2006) mostra:

As alunas e alunos da EJA, em sua maioria, são trabalhadores e, muitas vezes, a experiência com o trabalho começou em suas vidas muito cedo. Nas cidades, seus pais saíam para trabalhar e muitos deles já eram responsáveis, ainda crianças, pelo cuidado da casa e dos irmãos mais novos. Outras vezes, acompanhavam seus pais ao trabalho, realizando pequenas tarefas para auxiliá-los. É comum, ainda, que nos centros urbanos, estes alunos tenham realizado um sem número de atividades cuja renda completava os ganhos da família: guardar carros, distribuir panfletos, auxiliar em serviços na construção civil, fazer entregas, arrematar costuras, cuidar de crianças etc. (BRASIL, 2006, p. 19).

Podemos assim afirmar que alunos da EJA são aqueles que procuram estímulos educacionais na construção humana, onde a questão central é escola-trabalho que está descrito no currículo da EJA.

Soares (2003) acha importante o trabalho de Freire, mesmo que alguns professores usem, outros ainda adotam o método silábicos onde priorizam trabalhos com palavras composta por padrões silábicos, considerando os conhecimentos sujeitos a leitura e escrita na alfabetização de Jovens e Adultos e desconsidera os conhecimentos que os alunos tem sobre a leitura e escrita.

A POSTURA DO PROFESSOR EM RELAÇÃO AO ALUNO

O professor da EJA surge trazendo consigo o desafio de tornar efetivo o direito pertencente à pessoa, seja jovem ou adulta, a uma educação. Traz também a necessidade de mudar o modo como o ensino desses sujeitos acontece, por meio da busca por metodologias inovadoras, levando em consideração aquilo que é do interesse destes jovens e adultos.

Isso implica pensarem maneiras inovadoras de trabalhar a educação desta parcela

da sociedade, e investir muito mais na formação de educadores e na renovação dos currículos, trabalhando de forma interdisciplinar e transversal ações que consigam efetivar estas ações como um direito devido a todos.

Com a atual dinâmica que a educação propõe para jovens e adultos, o professor precisa refletir criticamente sobre essa prática, devendo ter uma visão ampla da sala de aula na qual vai trabalhar. O educador reflete assim sobre o ensino e sua prática global, para extrair dos alunos suas histórias de vida, a fim de entender sobre os saberes de seus alunos, que estarão diretamente relacionados com o seu cotidiano. Confirmando esse entendimento Moraes (2006, p.5) acrescenta ainda que:

O aluno da EJA apresenta um conjunto de características muito peculiar que envolve o retorno à escola como sendo a via possível para se alcançar postos mais elevados no mercado de trabalho, um lugar nesse mesmo mercado, ou ainda, para as mulheres – donas de casa, em específico – uma oportunidade de vivenciarem uma atividade produtiva e diferente das realizadas no interior de próprio lar. Em geral, esse aluno chega à escola com grande receio de não conseguir cumprir com as exigências institucionais e, ao mesmo tempo, apresenta uma visão de escola completamente atrelada à perspectiva empirista de educação. Isto o leva a refutar quaisquer propostas de ensino que sejam distintas do conhecido e “clássico” modelo de uma aula transmitida via quadro de giz, com pouco diálogo, muita cópia e repleta de exercícios repetidos para que o aluno execute (MORAES, 2006, p. 5).

O professor da EJA tem uma visão mais ampla, onde ensinar tem a sensibilidade de perceber quais as dificuldades que seus alunos têm e saber usá-las a seu favor de maneira a encorajá-los para que nenhum obstáculo os impeçam de seguir em frente e em busca de um futuro melhor, buscando assim novas oportunidades e uma vida digna que todos os cidadãos merecem.

Dentre os desafios do processo de ensino na EJA, destaca-se a necessidade de lidar com alunos que têm dificuldades em frequentar a escola, por motivos vários de sua realidade diária, e por isso cabe ao educador buscar ajudá-los e motivar para que esses alunos não precisem desistir dos estudos.

Di Pierro (2010, p. 35) explica que essa dificuldade dos jovens e adultos em adentrar ou até continuar na escola:

os jovens e adultos analfabetos ou com baixa escolaridade não acorrem com maior frequência às escolas públicas porque a busca cotidiana dos meios de subsistência absorve todo seu tempo e energia; seus arranjos de vida são de tal forma precários e instáveis que não se coadunam com a frequência contínua e metódica à escola; a organização da educação escolar é demasiadamente rígida para ser compatibilizada com os modos de vida dos jovens e adultos das camadas populares; os conteúdos veiculados são pouco relevantes e significativos para tornar a frequência escolar atrativa e motivadora para pessoas cuja vida cotidiana já está preenchida por compromissos imperiosos e múltiplas exigências sociais. Di Pierro (2010, p. 35).

Podemos observar que para o professor prestar uma educação satisfatória, é

indispensável que seja criado um vínculo afetivo com o aluno, pois o educar na relação professor/aluno envolve as emoções, necessidades pessoais e sonhos que permeiam, de forma que tudo isso passa a fazer parte da relação pedagógica. Observa-se também que esta modalidade de ensino possui especificidades sendo essencial um profissional que seja hábil para o desempenho da função, para que esses educandos apresentem interesse em buscar sua formação educacional com responsabilidade.

Sendo assim ao pensar a postura do professor em relação ao material didático na EJA é de suma importância ressaltar os conhecimentos abordados por Vasconcelos (2003, p.13) em que se refere:

[...] quem viveu boa parte de sua vida em uma escola como professor/professora, por certo, se lembra de como aprendeu e ensinou na troca com seus conhecimentos com seus companheiros/companheiras e de como a prática pedagógica diária constitui um importante espaço de sua formação. Nesse espaço, os professores partilham materiais, informações sobre os alunos, comentários sobre trabalhos desenvolvidos. Criam alternativas, tornam-se produtores/autores. Repartem também dúvidas, dificuldades, impasses e saberes gerados no dia-a-dia da prática escolar no confronto entre as expectativas e os resultados. Discutem iniciativas realizadas por certas escolas e professores que, imbuídos do desejo de dar novo rumo à história pedagógica de sua turma, rompem com prognósticos estabelecidos e reverteram a situação inicialmente configurada (Vasconcelos 2003, p. 13).

A forma em que o professor trabalha no círculo educacional, cumpre o desempenho inovador que proporciona o aprendizado em sala de aula, por ser produtivo, estimulador, mediador e provocador, sendo assim revigora a construção do saber.

Todavia, com correr da trajetória a batalha pelo ensino, a Educação de Jovens e Adultos, situou-se como uma modalidade diferenciada, a qual atravessa barreiras devido a sua característica de ser ilimitada, e que deixa as determinações de ensino noturno designado a um grupo de pessoas, tenha vista que ainda não sucedia um apoio legal resistente, não era tido como um dever realizado por uma das esferas legislativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a abordagem realizada neste estudo, percebeu-se que a falta de oportunidades para dar continuidade aos estudos, assim como a necessidade de se qualificar para obter sucesso no mercado de trabalho, fazendo assim com que muitos jovens e adultos busquem novamente a escola e optando assim pela Educação de Jovens e Adultos, que se apresenta como uma alternativa viável para prosseguir com sua escolarização.

De fato, não há como negar que o momento ideal para o ingresso na escola é a infância, onde o aluno encontra-se em formação psicológica e social. Contudo, quando esta criança não tem oportunidade de adquirir conhecimentos na fase de sua vida que seria a ideal, há que se buscar outras alternativas para que consiga a formação educacional, ainda

que seja na fase adulta, ou mesmo na velhice.

Os vários estudos referentes à educação e, especificamente, à educação de jovens e adultos, permitiram uma relação fecunda com o campo pesquisado, pois auxiliou a identificar os principais desafios que são identificados no ensino da EJA. Na abordagem percebeu-se que a evasão destes jovens e adultos ocorrem por diversos motivos, tais como dificuldade de acesso à escola, necessidade de trabalho e geração de renda, falta de interesse entre outros motivos.

Os conflitos entre as gerações estão postos e precisam ser redimensionados em favor do aprender a conviver, saber priorizado nos dias atuais. Trazer à tona estas reflexões serve de alerta para que os educadores desta modalidade atendam às necessidades de seus alunos, tendo em vista umas práxis conscientes, comprometida com o desenvolvimento humano.

Nesta modalidade de ensino é necessário que o educador tenha que possuir amplo conhecimento sobre os jovens e idosos que buscam a formação educacional na EJA, além de conhecer as especificidades e expectativas em relação à educação, para que possam de fato lhes oferecer uma educação de qualidade. É necessário levar em consideração que a juventude e a velhice apresentam características diversas em si mesmas.

Outro aspecto que deve ser considerado no ensino da EJA é a adoção de instrumentos que possam avaliar os estudantes da melhor forma, possibilitando transpor estes conhecimentos para a prática, realizando, desta forma, um ensino de qualidade que favoreça aos jovens e adultos uma formação cidadã.

Muitas são as dificuldades a que estão expostos os alunos da EJA, e diante das barreiras, os educandos continuam firmes em seu desejo na luta por uma educação de qualidade. Os educadores, que têm a missão de serem sujeitos de uma educação transformadora e libertária, têm em suas mãos a força para fazer a diferença diante das novas exigências políticas, sociais e educacionais, que passou e ainda vai passar a educação de jovens e adultos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Emendas Constitucionais de Revisão. Não paginado. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm.

BRASIL. **Educação de Jovens e adultos**: ensino fundamental: proposta curricular -1º segmento/ coordenação e texto final (de) Vera Maria Masagão Ribeiro, São Paulo: Ação Educativa, Brasília: MEC, 2001.

BRASIL – Secretaria-Geral da Presidência da República. Política Nacional de Participação Social. Brasília: Governo Federal, 2014.

BRASIL - Secretaria-Geral da Presidência da República. Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas. Brasília: Governo Federal, 2014.

BRASIL 1996 – Lei de Diretrizes e Bases – 9394/96 Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. <https://presrepública.jusbrasil.com.br/lei-de-diretrizes-e-bases...>

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB11/2000 – Homologado**. 2000.

CARDOSO, Marcélia Amorim. PASSOS, Gisele de Andrade Louvem dos. Reflexões sobre a Educação de Jovens e Adultos e a formação docente. ISSN: 1984-6290 - B3 em ensino - Qualis, Capes. Marcélia Amorim Cardoso - *Docente (Fabel), mestre em Educação (UERJ), doutoranda em Educação (UFRRJ)*. Gisele de Andrade Louvem dos Passos - *Graduanda em Pedagogia (Fabel), docente da rede particular de ensino*. <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/16/25/reflexes-sobre-a-educacao-de-jovens-e-adultos-e-a-formao-docente> Publicado em 06 de dezembro de 2016 - acesso em: 06/09/2019 10:29

DI PIERRO, M. C.; GRACIANO, M. **A educação de jovens e adultos no Brasil**. São Paulo: Ação Educativa, 2003. (Informe apresentado à Oficina Regional da UNESCO para América Latina y Caribe).

FÁVERO, O. Lições da história: avanços de sessenta anos e a relação com as políticas de negação de direitos que alimentam as condições de analfabetismo no Brasil. In: OLIVEIRA, I. B.; PAIVA, J. (Orgs.). **Educação de Jovens e Adultos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. p. 29-42.

FONSECA, Solange Gomes da. **Uma viagem ao perfil e a identidade dos alunos e do professor da Educação de jovens e Adultos(EJA)**.

FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática docente**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1997.

FREIRE. Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo, Paz e Terra, 2011.

GADOTTI, M. **Educação de jovens e adultos**. São Paulo: Cortez, 2001.

GADOTTI, M; ROMÃO, J. E. (Orgs.). **Educação de Jovens e adultos: teoria, prática e proposta**. 10. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

HADDAD, S. Ação de governo locais na educação de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n.35, maio/ago. 2007.

HADDAD, S. **Estado e educação de adultos (1964-1985)**. 1991. 96f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

MARQUES, B. C.; RUBIÃO, J. de A. S. O processo de alfabetização de jovens e adultos. **Revista Eletrônica Saberes da Educação**, v.3, n.1, p.1-18, 2012.

SOARES, Magda. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. *Anais da 28ª Reunião Nacional da ANPED*, Caxambu, p. 1-18, 2003.

STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. (Orgs). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2005.

VASCONCELOS, G. A. N. (Org.). **Como me fiz professora**. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

APRENDIZAGEM BASEADA EM PROJETOS COM O USO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO COMO PROPOSTA PRÁTICA DE ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DO SÉCULO 21 NO ENSINO TÉCNICO PROFISSIONAL

Data de aceite: 03/10/2022

Lilian Amatucci Gazoti

Centro Paula Souza, CEETEPS

Carlos Vital Giordano

Centro Paula Souza, CEETEPS

RESUMO: Este artigo objetiva apresentar o método ABP (Aprendizagem Baseada em Projetos) integrado ao uso das TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação) como proposta pedagógica para o ensino técnico profissional e relacionar pontos de consonância com as tendências tecnológicas do século 21, a fim de estimular a adesão à cultura digital na educação. Para isso, gera-se como questão de investigação como estimular a cultura digital por meio do método ABP com o uso das TICs, no ensino técnico profissional. A metodologia adotada baseou-se na revisão bibliográfica sobre o método ABP integrado as TICs e a relação com as tendências digitais apontada na Pesquisas 2016 sobre o uso das TICs nas Escolas Brasileiras do CGI – Comitê Gestor da Internet no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Projeto, ensino, Etec, tecnologias, tendências.

ABSTRACT: This article aims to present the ABP (Project Based Learning) method integrated to the use of Information and Communication Technologies (ICT) as a pedagogical proposal for professional technical education and to relate points of consonance with the technological trends of the 21st century in order to stimulate

the adherence to digital culture in education. For this, it is generated as a research question how to stimulate the digital culture through the ABP method with the use of the TICs, in the professional technical education. The methodology adopted was based on the bibliographic review on the integrated ABP method of ICTs and its relation with the digital trends pointed out in the 2016 Survey on the use of ICTs in the Brazilian Schools of the CGI - Internet Management Committee in Brazil.

KEYWORDS: Project, teaching, etec, technologies, trends.

1 | INTRODUÇÃO

Muitos dos paradigmas debatidos atualmente na educação técnica profissional referem-se à contextualização da sala de aula ao ambiente tecnológico no qual a sociedade está inserida. Questionamentos e reflexões sobre quais práticas pedagógicas devem ser adotadas no processo de ensino aprendizagem indicam a importância da tecnologia na formação técnica profissional e seu alinhamento as constantes evoluções decorrentes do ambiente tecnológico, porém ressalta-se a necessidade de contribuição também para a formação cidadã e formação profissional da atual geração e futura, que está por vir.

A difusão acelerada da internet propagou a cultura digital ou “cibercultura” conceituada por Levy (1999) como um movimento universal decorrente da interconexão, da virtualização

social (formação de comunidades virtuais) e da inteligência coletiva estimulada pelo uso das novas tecnologias de informação e comunicação. A cultura digital disseminou um movimento irreversível caracterizado pela interatividade, comunicação ubíqua, ambientes virtuais, plataformas digitais entre outros meios capazes de promover atualizações constantes em um curto espaço de tempo, mudando processos e expondo identidades, comportamentos, relacionamentos e práticas (SANTAELLA, 2013, p. 125) e estendendo-se para o universo global, devido ao potencial de interconexão da internet, promovendo a cultura colaborativa e participativa.

Esse movimento presente na vida social e cultural transfere-se para a sala de aula e estende-se aos processos educacionais, que demandam cada vez mais a necessidade de integração com as TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação) como recurso tecnológico, a fim de promover a contextualização digital e contribuição para a aprendizagem. Contudo, como ressalta Moran (2013), os fatores determinantes da aprendizagem não são os recursos, mas outras variáveis como as pessoas, as relações interpessoais, a atuação da direção e o planejamento estratégico expresso pelos propósitos, definição de metas e objetivos comuns da comunidade escolar. Surge então, a necessidade de adequar os métodos ao panorama tecnológico alinhando-os não só aos recursos, mas também às tendências de evolução do próprio cenário cultural, à abordagem interdisciplinar e permitindo “contextualizar digitalmente”, por meio da mediação e das metodologias adotadas - a aplicabilidade necessária para o desenvolvimento e continuidade demandada pela própria cultura digital.

De acordo com o contexto apresentado, a questão que surge é como estimular a cultura digital por meio do método ABP com o uso das TICs, no ensino técnico profissional? Complementando a questão definida, o objetivo principal é apresentar o método ABP e a sua integração com as TICs, como proposta pedagógica prática e estimuladora em sala de aula, a fim de alinhar-se a cultural digital. Acrescentam-se também os objetivos específicos a fim de apoiar esta proposta: descrever os pontos de integração entre a ABP e as TICs, no ensino técnico profissional; apontar como o método ABP relaciona-se ao contexto tecnológico no século 21 e apresentar a ABP como um método de construção da aprendizagem significativa. A metodologia propõe uma revisão bibliográfica sobre o método ABP e sua relação como prática pedagógica alinhada ao contexto tecnológico do século 21, às tendências e aos objetivos traçados para a educação técnica profissional.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

O panorama tecnológico mediado pela convergência digital e a atualização constante vem afetando tudo o que está ao nosso redor e se tornou num curto espaço de tempo, um pré-requisito de sobrevivência frente aos desafios da sociedade contemporânea. A comunicação ubíqua, a mobilidade e a inteligência em rede, decorrentes do desenvolvimento

acelerado da internet, difundiram-se para os setores da economia em suas respectivas atividades, assim como para o governo e comunidade científica. Além da velocidade e da dinâmica informacional, o próprio contexto cultural e social está em processo de mudança de forma muito acelerada, flexível e mutável, em espaços de tempo cada vez mais curtos.

As referências que são construídas logo são substituídas por outros cenários que exigem novas habilidades, comportamentos e formação adequada que permita preparação para vivenciar uma nova transição. A educação insere-se neste quadro e como ressalta Moran (2013), a educação não se limita à escola, é um processo social, envolvendo as comunidades, a internet, os meios de comunicação entre outras frentes de interação com o indivíduo. É por meio da educação que os conteúdos são assimilados como fontes de “enculturação” (SACRISTAN, 2002, p.70) e formação social. Não há como separar o panorama tecnológico da sala de aula, uma vez que a contextualização e a interdisciplinaridade fazem parte da prática pedagógica e da formação cultural e social dos discentes. Torna-se, portanto, um desafio, ressignificar os métodos adotados, além de associá-los ao uso de recursos como as TICs, a fim de gerar resultados satisfatórios e que somem esforços ao processo de ensino e aprendizagem e na prática social.

Vale ressaltar que a tecnologia por si só é um recurso adicional, mas torna-se necessário colocá-la em prol do desenvolvimento, da criatividade, do empreendedorismo, da solução de problemas, ou seja, efetivamente, a serviço da sociedade contemporânea. A base da educação inovadora estrutura-se no “conhecimento integrador e inovador”, “no desenvolvimento da autoestima”, no comportamento empreendedor e na formação cidadã (MORAN, 2013, p.13). O autor ressalta ainda que, a escola como instituição desenvolvedora de competências intelectuais e de preparação para a atuação profissional, precisa empenhar-se na formação de indivíduos livres, evoluídos, autônomos e com responsabilidade social, que confiem no seu potencial, lutem pela justiça social, além de se tornarem adultos íntegros e idealizadores.

Portanto, preparar os discentes para a era do conhecimento significa prepará-los para a convergência digital que compreende o desenvolvimento de habilidades e competências tecnológicas que envolvem a formação cidadã e intelectual para interagir num ambiente em que a única certeza é a mudança.

Na Pesquisa TIC Kids On Line Brasil (2020) – Pesquisa sobre o uso da Internet por Crianças e Adolescentes no Brasil, desenvolvida pelo CGI – Comitê Gestor da Internet no Brasil, essas tendências são citadas e contextualizadas ao cenário digital, retratando sua relação direta com a educação técnica profissional. Anualmente, o número de usuários brasileiros conectados à Internet vem aumentando em virtude do uso de dispositivos móveis e de novas aplicações como meio de comunicação e interação, forma de relacionamento e consumo. Segundo os dados apontados na pesquisa, observa-se um aumento considerável na presença on-line de crianças e adolescentes no Brasil: a proporção de jovens usuários de 9 a 17 anos em 2015 estava em torno de 79%, já em 2019, aumentou para 89% e, em

2020, atingiu o percentual de 94% (entre os indivíduos de 10 e 17 anos).

Em relação ao uso da internet na educação, a Pesquisa TIC Domicílios (2020) indica o crescimento na proporção de usuários da rede de 10 a 17 anos que realizaram atividades ou pesquisas escolares (de 72%, em 2019, para 89%, em 2020) e que estudaram pela Internet por conta própria (de 50%, em 2019, para 69%, em 2020). Vale ressaltar que as medidas de distanciamento social e a adoção de atividades de ensino remoto intensificaram o uso da rede para atividades de educação e de busca de informações. Os dados atuais indicam uma tendência para a formação das futuras gerações, bem como destaca a importância do ambiente digital na vida escolar e social dos adolescentes – atuais e futuros discentes do ensino técnico profissional.

A importância das TICs também se faz presente nas discussões internacionais, como pré-requisito relevante para a obtenção dos 17 ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, da ONU (2012) – Organização das Nações Unidas. Ressalta-se o objetivo 4 que trata de: “assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”. Baseada neste objetivo, insere-se a importância da contextualização da educação ao cenário tecnológico e ao desenvolvimento de habilidades que possibilitem, entre outros aspectos, a inclusão digital no decorrer do processo formativo, de acordo com o cenário e a tendência de convergência digital para o futuro. Ressalta-se inclusive, a importância do papel das TICs como multiplicadora da educação e a necessidade de ser integrada à aprendizagem e aos novos estilos de ensino. Esse aspecto exigirá mudanças nos métodos adotados para a construção da aprendizagem significativa, num processo cognitivo contínuo.

Outro aspecto abordado, refere-se à formulação de uma estratégia que promova a transformação digital no Brasil por meio de uma proposta do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) com os setores do governo federal, da sociedade civil, da comunidade científica e dos setores produtivos para o desenvolvimento da literacia digital. Para tal, o planejamento está baseado em eixos temáticos habilitadores e eixos temáticos de transformação digital. Os eixos temáticos de transformação digital baseiam-se em políticas públicas (expansão da infraestrutura de acesso à internet, usuários de tecnologias digitais e conexão por meio de dispositivos, sensores e máquinas) e na economia digital (baseada em dados, computação e automação) com metas para os próximos cinco anos. Já, os eixos temáticos habilitadores compreendem aspectos relacionados a dimensão internacional; confiança no ambiente digital; pesquisa, desenvolvimento e inovação, e os dois últimos aspectos – infraestrutura e acesso às TICs e educação e capacitação profissional - relacionam-se diretamente à acessibilidade à internet e sua relação direta com desenvolvimento social e cognitivo dos jovens e a formação necessária para atender as demandas do mercado de trabalho – base para o desenvolvimento social e econômico do Brasil.

Relacionando-se estes aspectos retratados à educação e à formação técnica, de

acordo com o Artigo 14º das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, os currículos dos cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio devem proporcionar aos discentes, entre outros, aspectos pertinentes a formação cidadã – item I – “diálogo com diversos campos do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura como referências fundamentais de sua formação”, item II – “elementos para compreender e discutir as relações sociais de produção e de trabalho, bem como as especificidades históricas nas sociedades contemporâneas e domínio das TIC com foco no ambiente profissional” – item IV – “domínio intelectual das tecnologias pertinentes ao eixo tecnológico do curso, de modo a permitir progressivo desenvolvimento profissional e capacidade de construir novos conhecimentos e desenvolver novas competências profissionais com autonomia intelectual”.

Complementam-se ainda às tendências abordadas neste artigo, as questões discutidas na 22ª edição do Fórum de Tecnologia na Educação Profissional do Estado de São Paulo, sob o tema Inovação na Educação Profissional e Tecnológica: As Tecnologias no Desenvolvimento Curricular, a relevância de se formar profissionais habilitados para encarar a velocidade das atualizações tecnológicas nas áreas de atuação, a necessidade de preparação dos profissionais com novas posturas para o mercado de trabalho, o empreendedorismo, as competências sócio afetivas e a adaptação ao ambiente em constante atualização. Além disso, ressalta-se a atualização dos currículos direcionados a atender as demandas da Indústria 4.0, o fortalecimento do setor produtivo com as instituições de ensino técnico profissional e a adoção de metodologias ativas de aprendizagem a fim de promover a motivação autônoma e reflexiva, o desenvolvimento do processo de aprendizado com base em situações reais e a contribuição para os desafios decorrentes da dinâmica digital e das práticas sociais.

Em relação às tendências relacionadas à Indústria 4.0, o artigo “Para a América Latina prosperar na era digital, deve-se ensinar, primeiro, as mentes e, depois, ensinar as máquinas” (MURUZÁBAL, 2018) do Fórum Econômico Mundial, reforça o papel da tecnologia como o maior agente de mudança do mundo moderno e cita a inteligência artificial, aprendizagem automatizada, sistemas conversacionais e a Internet das coisas (IoT) como tendências que estão se disseminando na América Latina e outras economias emergentes. Para complementar esta informação, o estudo publicado pela Harvard Business Review aponta a evolução digital em 60 países, dentre os quais, o Brasil é sinalizado com o status em “zona de decolagem”, em evolução rumo à inovação, impulsionado por tecnologias digitais.

Observa-se que as novas tecnologias podem colaborar para que indivíduos e organizações alcancem eficiência, resultados eficazes, produtividade e crescimento econômico. Destaca-se neste estudo que as tecnologias digitais estão prontas para mudar o futuro do trabalho e podem impactar 50% da economia mundial com a automação, big data e a inteligência artificial. Porém, para que isso aconteça é necessário oferecer uma

formação adequada, inclusive digitalmente e intelectualmente, para que os indivíduos possam utilizar as tecnologias em prol do potencial pleno. Significa que, cada vez mais, a evolução das tecnologias e a automação eliminarão as funções repetitivas e demandarão cada vez mais as funções cognitivas que compreendem processos mentais superiores como a resolução de problemas reais, análise e tomada de decisões, visão sistêmica a partir da compreensão, atribuição de significados, transformação, armazenamento e uso da informação envolvida na cognição (MOREIRA, 2017, p. 15). Evidencia-se que a formação é o único caminho para atingir o objetivo de “enriquecer as mentes das pessoas em qualquer estágio da vida e muni-las com as aptidões necessárias para trabalhar com as tecnologias de automação, robótica ou qualquer forma de inteligência artificial com que se deparem no local de trabalho”. O estudo conclui que, “primeiro temos de ensinar as mentes e, depois, as máquinas”. A análise do cenário na América Latina, a partir do estudo recente desenvolvido pelo BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento aponta que embora o investimento médio na educação seja de 5% (na América Latina), somente 30% das crianças de terceiro e quarto ano correspondem à expectativa mínima das aptidões necessárias para era digital. Destaca-se a necessidade do desenvolvimento de habilidades digitais e sociais, em todos os níveis da educação – ensino fundamental, médio e superior, para que a nova geração possa ocupar as posições especializadas no futuro alinhadas a demanda do mercado de trabalho.

As tendências apontadas sugerem desafios e superação das dificuldades na integração das TICs à sala de aula, com a adoção de métodos que incorporem os recursos, meios, linguagens, ambientes, funcionalidades e o vasto volume de informações processadas no universo digital. Além da adequação tecnológica, as práticas devem também estimular a descoberta, a postura proativa e o desenvolvimento de habilidades que gerem contribuição efetiva para a prática social e profissional por meio de novos produtos, reestruturação de processos, inovações e soluções que colaborem para o processo formativo na educação técnica profissional. Destaca-se a importância do planejamento adequado e da mediação efetiva do docente para estimular o conhecimento aplicado e não o entretenimento, preparando-os para as tendências tecnológicas do século 21 (MORAN, 2013).

Com base nesse contexto de convergência digital, o método recomendado para as salas de aula, a princípio para o começo do século 21, é a ABP – Aprendizagem baseada em Projetos, também conceituada como aprendizagem investigativa, aprendizagem autêntica, aprendizagem por descoberta ou aprendizagem baseada em problemas. Uma das questões mais debatidas no processo de ensino aprendizagem refere-se ao envolvimento do discente com o conteúdo de aprendizagem, tornando-o atrativo, contextualizado e com propostas práticas. É recomendada por muitos líderes educacionais na atualidade, segundo Bender (2014) e os autores referenciados por ele. Outros aspectos relevantes reforçam o fato da ABP aumentar a motivação para aprender, trabalhar em equipe, desenvolver habilidades

colaborativas e possibilitar um ensino diferenciado integrado ao letramento em habilidades tecnológicas. Segundo o BIE – Business Institute for Education (2008), o foco do ensino na ABP é a investigação, a experiência e a prática do discente com o objeto de aprendizagem baseado na solução de problemas reais, proporcionando uma aprendizagem significativa, estruturada a partir dos conhecimentos pré-existentes, que serão a base para que os outros conhecimentos interdisciplinares se desenvolvam a partir da construção coletiva - grupo de trabalho, análises, troca de informações, de acordo com Markham (2018). O objetivo é envolver os discentes com a proposta de aprendizagem e buscar opções cooperadas para questões que necessitam de atenção, não só na estrutura interna da escola, bem como na comunidade, no entorno e na sociedade e que possam ampliar suas percepções do mundo a fim promover efetivamente, o exercício da cidadania (BARELL, 2010; BARON, 2010; BELLAND; FRENCH; ERTMER, 2009; LARMER; MERGENDOLLER, 2010).

Portanto, o planejamento dos critérios adotados pela ABP, destaca-se em relação às outras propostas: discentes no centro do processo de aprendizagem, questões que estimulem a pesquisa, utilização de ferramentas e habilidades com inclusão da tecnologia, autogestão e gestão do projeto, especificação de produtos na resolução de problemas a partir de investigação, pesquisa ou raciocínio, inclusão de múltiplos produtos que permitem gerar feedback e aprendizado com a experiência, avaliações baseadas em desempenho que oferecem desafios e demandam uma série de habilidades, conhecimentos e estímulo à cooperação. Face ao exposto, as TICs integram-se às práticas propostas nos projetos como recursos que dão sustentação para a ABP (BENDER, 2014; BOSS, KRAUSS, 2007) além de maximizar as oportunidades de aprendizagem indicando uma tendência (BOSS; KRAUSS, 2007; SALEND, 2009). Vale ressaltar que as tecnologias ocasionaram uma reestruturação nos processos educacionais de ensino e aprendizagem em virtude dos discentes assumirem a postura de produtores do conhecimento com a publicação de trabalhos na internet - um ambiente global com diversas oportunidades de comunicação e propagação dos conteúdos por meio das mídias digitais, sites, comunidades entre outras formas de divulgação (BENDER, WALLER, 2011; BOSS; KRAUS, 2007; PARTNERSHIP FOR 21ST CENTURY SKILLS, 2009).

A criação e desenvolvimento dos projetos demandam recursos tecnológicos como apoio para a ABP como: dispositivos com conexão à internet (para pesquisas e apresentações); softwares de apresentação (para expor imagens, gráficos digitais ou apresentações multimídias); quadros interativos (para apresentações coletivas); câmeras de vídeo digitais (para a captura de imagens digitais); simulações e jogos (para aprimorar a experiência de ensino); jogos de realidade alternativa baseados na *web* (para interagir com ambiente digital); *learning company* (para jogos e simulações fornecidas por empresas); *webquests* (para a busca informações na web); *blogs* (para elaborar diários de discussão *on-line* e criação de conteúdos); *wikis* (para permitir a edição mútua de conteúdos); *web site Khan Academy* (para oferecer aprendizado a qualquer hora e em qualquer lugar); redes

sociais (para interagir com comunidades); moodle (acessar cursos on-line); *youtube* (para consultar e postar vídeos), além de outros recursos tecnológicos disponíveis.

3 | MÉTODO

A metodologia adotada se baseou em revisão bibliográfica explorando os aspectos relevantes que os autores ressaltam sobre o método ABP integrado às TICs e a relação com as tendências digitais apontadas nas Pesquisas desenvolvidas pelo CGI – Comitê Gestor da Internet no Brasil: Pesquisa sobre o uso das tecnologias de Informação e Comunicação nas Escolas Brasileiras (2016), Pesquisa TIC Kids Brasil On Line (2020) e TIC Domicílios (2020).

Ressaltam-se dois fatores relevantes que justificam tal abordagem: um refere-se à evolução das teorias de ensino nos últimos anos e sua relação intrínseca com o meio – cultura, experiências de vida, relações com a comunidade, problematizações reais; e outra, com a necessidade de adaptação das propostas pedagógicas ao contexto tecnológico - expansão da internet, construção de ambientes digitais, comunicação ubíqua, proliferação de plataformas, mobilidade e principalmente a cultura digital como uma tendência 214 irreversível e pré-requisito a preparação técnica profissional e consequentemente o alinhamento ao mundo do trabalho.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

Diante das tendências e das discussões abordadas neste estudo, ressalta-se a necessidade de integração das práticas pedagógicas às potencialidades propiciadas pelo universo digital – espaço mutável que requer visão crítica, reflexão e preparo para lidar com o ritmo e transitoriedade das mudanças.

No que se refere ao processo de aprendizagem, o ponto de partida baseia-se nos conhecimentos tácitos que são decorrentes das experiências, vivências e experimentações, ou seja, da bagagem de cada indivíduo e das suas formas de interação com o ambiente, o meio e a sociedade - o alicerce para que os novos conhecimentos sejam desenvolvidos e assimilados.

Portanto, o que o discente já sabe é o ponto de partida para o processo de aprendizado e a sua capacidade de percepção, compreensão, interpretação e uso dos significados contribui para a construção de novos conhecimentos. De acordo com este aspecto, ressalta-se a ABP como um método que permite esta integração, a aprendizagem significativa.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As tendências abordadas nesse estudo para a era digital indicam a necessidade de formação dos discentes em habilidades tecnológicas, em virtude da mudança cultural que a sociedade pós-moderna vivencia, do próprio avanço da tecnologia e da fluidez da comunicação alicerçada pela internet e pelas plataformas móveis e interativas. Outra característica contemporânea decorrente das mudanças do meio, seja com foco local, nacional ou global, concentra-se na resolução de problemas reais e na sua contribuição efetiva para o bem-estar social. Este fato demandará, cada vez mais, a troca de conhecimentos, contribuições e a formação de equipes multidisciplinares para a construção e disseminação de novas propostas demandadas pelo mercado de trabalho no século 21.

A Sociedade Internacional para a Tecnologia (ISTE, c2004) aponta como tendência o conjunto de 24 padrões tecnológicos do século 21 (diversas competências baseadas em tecnologias) que os discentes devem dominar, entre os quais, destacam-se o pensamento de alto nível e a cidadania digital que compreendem a capacidade criativa, a inovação, a condução de investigação, de pensamento crítico para a resolução de problemas, tomada de decisões e uso de tecnologias para facilitar a comunicação e colaboração de forma produtiva e eficaz. Observa-se ainda que, a opção da inclusão desses padrões nos currículos, transcende a abordagem escolar apontando-se como tendência para a preparação para o mercado global (BENDER, 2014).

Com a mudança de enfoque e a adoção de métodos como ABP, novas abordagens surgirão para que o ensino baseado em tecnologia ultrapasse as fronteiras das práticas repetitivas de habilidades acadêmicas (ASH, 2011; SALEND, 2009) e proporcione oportunidades reais que agreguem valor a partir da aplicabilidade dos conteúdos, colaboração e o compartilhamento por meio da internet e das diversas plataformas disponíveis, como fator estimulador do processo de ensino aprendizagem. Essas habilidades representam o que a ABP propõe com o uso das TICs para o desenvolvimento dos discentes e apresenta-se como uma proposta alinhada ao ensino técnico profissional.

Portanto, ressalta-se a importância de os docentes analisarem e implementarem os padrões tecnológicos com uso das TICs para a preparação efetiva dos discentes para o futuro e a ABP configura-se como método para que este objetivo seja efetivamente cumprido (BENDER, 2014) alinhando-se inclusive aos propósitos entre o ensino, a empresa e a sociedade.

REFERÊNCIAS

ASH. K. **Games and simulations help children access Science**. Education Week, Bethesda. V. 30, n. 27, p.12, 2011.

BARELL, J. **Problem-based learning: The foundation for 21st Century skills**. In J. Bellanca, & R. Brandt (Eds.), 21st Century skills: Rethinking how students learn. Bloomington: Solution Tree Press, 2010

BARON, K. Six **Steps for planning a succesful Project**. Eutopia, San Rafael, 15 mar. 2010. Disponível em: < <https://www.edutopia.org/stw-maine-projectbased-learning-six-steps-planning>> Acesso em jul. 2018.

BELLAND, B. R.; FRENCH, B. F.; ERTMER, P.A. **Validity and problem-based learning research: a review of instruments used to acess intended learning outcomes**. *Interdisciplinary Journal of Problem-Based Learning*. Indiana. v. 3, n.1, p. 59-89, 2009. Disponível em: Acesso em jul. 2018.

BENDER, W. N. **Aprendizagem baseada em projetos**. Porto Alegre: Penso, 2014.

BOSS, S., LARMER, J. MERGENDOLLER, J.R. PBL for 21ST Century Sucess. Buck Institute for Education (BIE), 2013. BOSS, S., KRAUSS, J. **Reinventing Project-based learning: you field guide to real-world projects in the digital age**. EUA: International Society for Tecnology in Education (ISTE). 2007.

BRASIL. RESOLUÇÃO Nº 6, DE 20 DE SETEMBRO DE 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Resolução CNE/CEB 6/2012. Diário Oficial da União, Brasília, 21 de setembro de 2012, Seção 1, p. 22.

CGI. **Pesquisa sobre o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nas Escolas Brasileiras – TIC Educação 2016**. São Paulo: CGI.br, 2016.

_____. **Pesquisa Sobre o Uso da Internet por Crianças e Adolescentes no Brasil - TIC Kids Brasil** On Line. São Paulo: CGI.br, 2020.

_____. **Pesquisa TIC Domicílios**. Sumário Executivo. São Paulo: CGI, 2020.

DRETZIN, R. **Digital Nation**. 29 jan. 2010. Disponível em: < <https://www.pbs.org/wgbh/frontline/film/digitalnation/>>. Acesso em jul. 2018.

FEPESP – Fórum da Educação Profissional do Estado de São Paulo e. 22, 2018, São Paulo. Disponível em: <http://www.cps.sp.gov.br/forum-da-educacao-profissional-discute-tecnologia-no-ensino/>. Acesso em: 20 jun. 2018.

LARMER, J.; MERGENDOLLER, J.R. **Essentials for Project-based learning. Education Leadership**, Alexandria, v. 68, n.1, p. 34-37, 2010. LÉVY. P. *Cibercultura*, São Paulo: Ed. 34, 1999.

MARKHAM, T.; LARMER, J.; RAVITZ, J. **Aprendizagem baseada em projetos: guia para professores de ensino fundamental e médio**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

MORAN, J. M. **Ensino e aprendizagem inovadores com apoio de tecnologias**. In *Novas tecnologias e mediação pedagógica*. Campinas: Papirus, 2013, cap.1, p. 11-73. MOREIRA, M. A. *Teorias de Aprendizagem*. São Paulo: EPU, 2017.

MURUZÁBAL, C. Word Economic Forum. 14. mar. 2018. Disponível em: Acesso em: 01 jul. 2018.

SACRISTAN, J. G. **Educar e conviver na cultura global**. Porto Alegre: Artmed, 2002. SALEND, S. J. Technology-based classroom assessments: Alternatives to testing. *Teaching Exceptional Children*. 01 jul. 2009. Disponível em: < <http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/004005990904100606>>. Acesso em jul. 2018.

SANTAELLA, L. **Comunicação Ubíqua: repercussões na cultura e na educação**. São Paulo: Paulus, 2013.

ONU – Organização das Nações Unidas. **UNESCO destaca necessidade de inovação para garantir educação equitativa e de qualidade**. 11 jan. 2012. Disponível em:< <https://nacoesunidas.org/unesco-destaca-necessidade-deinovacao-para-garantir-educacao-equitativa-e-de-qualidade/> > Acesso em jul. 2018

PARTNERSHIP FOR 21ST CENTURY SKILLS. **21st.century learning environments**. Washington: P21, 2009, Disponível em: Acesso em: jul. 2018.

ISTE - International Society for Technology in Education. **Padrões tecnológicos do século 21**. Disponível em: Acesso em jun.2018.

WALLER, I. **Is your kid´s classroom connection high school? Six easy ways to engage students with tecnologia in Reading!** Teacher´s Workshop Newsletter, v.4, n.1, p.1-3, 2011

NEOLIBERALISMO E EDUCAÇÃO: MANUAL DO USUÁRIO

Data de aceite: 03/10/2022

Francisco Mauro da Justa Oliveira

Mestrando em Ciências da Educação pelo
Instituto Superior de Educação do CECAP –
INSECAP
Fortaleza - Ce
<http://lattes.cnpq.br/6350646903746979>

(síntese analítica apresentada sobre o artigo em referência do autor Pablo Gentili, em sua obra **ESCOLA S.A.**: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. CNTE: Brasília, DF, 1996.)

RESUMO: O trabalho é uma síntese do artigo “**Neoliberalismo e educação: manual do usuário**”, de Pablo Gentili, onde o referido autor faz uma abordagem crítica sobre o neoliberalismo na área educacional, destacando a importância de compreendê-lo em seu processo hegemônico de estratégia de poder, através da articulação dos sentidos, a partir do uso de reformas concretas, abrangendo os sistemas: econômico, político, jurídico, educacional, entre outros, utilizando-se de estratégias culturais voltadas para a imposição de novos diagnósticos sobre a crise existente e construindo novos significados sociais, com isso legitimando as reformas neoliberais como indispensáveis, cuja aplicação surge como salvação para o atual contexto histórico vivido pelas sociedades. Percebe-se a apresentação feita por Gentili, tentando mostrar a dimensão cultural presente como característica hegemônica,

reconhecidamente como responsável pela construção de espaços políticos, envolvendo os intelectuais mais conservadores desde o início do século, onde nesse processo traçaram as bases teóricas e conceituais do neoliberalismo como possibilidade para a alternância de poder. Apresenta a construção da retórica neoliberal na área da educação, mostrando que esta vai além da contextualização regional onde são aplicadas. O questionamento sobre a forma neoliberal de pensar e projetar a política educacional se torna o objetivo principal do artigo de Gentili, onde o mesmo finaliza dando destaque para algumas consequências da pedagogia da exclusão promovida pelos regimes neoliberais em nossas sociedades.

PALAVRAS-CHAVE: Neoliberalismo. Educação. Políticas Educacionais. Pedagogia da Exclusão

1 | INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende contribuir para ampliar a compreensão em relação ao discurso do autor Pablo Gentili, o qual fornece uma sólida base conceitual para um diagnóstico da educação brasileira no contexto ideológico do neoliberalismo. Tendo afetado sobretudo países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, como o Brasil, é importante compreender como esse contexto se tornou culturalmente hegemônico, notadamente durante a década de 90, a partir de um complexo processo que resultou em reformas concretas na economia, na política, na jurisdição e, assim, modificou a vida social,

cultural e, especificamente, educacional da população.

Pablo Gentili expressa em seu artigo que os principais mecanismos geradores dessas mudanças surgiram com a crise do capitalismo nas décadas de 1960 e 1970, vindo a transformar ideologicamente a sociedade, ou seja, a própria crise cíclica do capitalismo forjou o neoliberalismo como projeto dominante. E desse modo, pontos como o livre-comércio equalizador, a meritocracia e a ausência da interferência estatal passaram a ser valorizados de maneira acrítica, mistificando tais ideias como as únicas vias possíveis para o desenvolvimento. Na visão de Gentili, quando essa ideologia também se expande para o pensamento pedagógico, os sistemas educacionais passam a identificar seus desafios e problemas com os de uma empresa privada, atribuindo à crise de qualidade vivida por escolas, dificuldades que são próprias dos mercados e da gestão administrativa em geral, tais como a ineficiência logística e a ausência de técnicas padronizadas, sem considerar, no entanto, as especificidades da questão educacional em toda sua dimensão e complexidade, principalmente como instrumento fundamental para diminuição das desigualdades sociais em países ainda não desenvolvidos.

Para pesquisar essa questão que parece central na obra de Pablo Gentili, este trabalho faz então um resumo do artigo de Pablo Gentili, (In: Silva, T.T. da; **Neoliberalismo e educação: manual do usuário**, publicado em sua obra: **Escola S.A: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo**. CNTE: Brasília DF, 1996) e, a partir daí, procura analisar os relevantes conceitos do artigo, contextualizando-os e interpretando-os para que os leitores possam construir suas próprias reflexões. Espera-se, assim, que este conteúdo venha estimular mais estudos e leituras sobre a temática.

2 | O NEOLIBERALISMO COMO CONSTRUÇÃO HEGEMÔNICA

Com efeito, o neoliberalismo expressa a dupla dinâmica que caracteriza todo processo de construção de hegemonia. Por um lado, trata-se de uma alternativa de poder extremamente vigorosa constituída por uma série de estratégias políticas, econômicas e jurídicas orientadas para encontrar uma saída dominante para a crise capitalista que se inicia ao final dos anos 60 e que se manifestam claramente já nos anos 70. Por outro lado, ela expressa e sintetiza um ambicioso projeto de reforma ideológica de nossas sociedades a construção e a difusão de um novo senso comum que fornece coerência, sentido e uma pretensa legitimidade às propostas de reforma impulsionadas pelo bloco dominante.

Percebe-se que o autor reconhece a dualidade do neoliberalismo em sua construção hegemônica, onde se apresenta como importante e robusta solução para a crise capitalista que se manifesta a partir do final da década de 60 e ao mesmo tempo desemboca para uma nova construção ideológica, de senso comum, cuja contribuição principal será legitimar as ações estratégicas nas áreas políticas, econômicas e jurídicas praticadas pelo grupo dominante, fazendo com que o neoliberalismo adquira o status hegemônico,

graças à intensa mudança material seguida por um dinamismo continuado em seu discurso ideológico de aplicação de diagnósticos argumentativos como forma de identificação dos problemas sociais e ao mesmo tempo se busca solucionar esses problemas, dentro do contexto de reconstrução dessa nova sociedade

A aceitação de políticas neoliberais como solução de problemas da sociedade tem se tornado bastante comum pelo fato de que o neoliberal tem conseguido impor suas verdades como as possíveis de solucionar esses problemas com rapidez e objetividade. O êxito cultural alcançado a partir dos discursos explicando a crise e ao mesmo tempo em que apresenta soluções, fez das ações tecnocratas do neoliberalismo instrumento de maior aceitação por parte da população, muito embora essa mesma população venha a sentir as consequências discriminatórias mais tarde, isso parece não preocupar, principalmente pela necessidade imediata de solução desses problemas. Assim os governantes neoliberais transformam materialmente a realidade econômica, política, jurídica e social, conseguindo também que esta transformação seja aceita como a única saída possível para a crise.

O reconhecimento mais cedo por parte dos intelectuais neoliberais, dentro de um senso comum pela construção de uma nova ordem social que seguissem as características de livre mercado, com diminuição ou ausência de interferência estatal, tornou-se um desafio a ser superado. Mas deveria seguir fórmulas consistentes, capazes de convencer a aceitação por parte das sociedades que estas sejam as soluções reais de seus problemas.

Em seu prefácio de 1976 a *The Road to Serfdom* (O caminho da servidão), Hayek lamentava que as ideias defendidas naquele texto fundacional, editado originariamente em 1944, continuassem, trinta anos depois, mantendo plena vigência, embora a prédica "intervencionista e coletivista" da socialdemocracia gozasse de boa saúde e relativa popularidade entre as maiorias". Passadas mais de três décadas, a sociedade ainda não tinha aceitado plenamente o que para Hayek era uma evidência iniludível: toda forma de estatal constitui um sério risco para a liberdade individual e o caminho mais seguro para a imposição de regimes totalitários como o da Alemanha nazista e o da União Soviética comunista. Trinta anos depois, o desafio de *O caminho da servidão* continuava aberto: só quando a sociedade reconhece o verdadeiro desafio da liberdade é possível evitar as armadilhas do coletivismo.

Quando o autor cita Hayek, fica claro o seu posicionamento contrário à presença estatal, principalmente pelos riscos de suprimir a liberdade individual e do surgimento de regimes totalitários e mesmo tendo passado várias décadas ainda é possível perceber a presença estatal, regulando e controlando as pessoas dentro de um coletivismo imposto por um regime democrático que distancia as pessoas de suas escolhas individuais. Como não é mostrado ao homem comum na sua vida cotidiana o valor da competição nessa sociedade, as enormes possibilidades modernizadoras oferecidas pelo mercado sem a interferência do Estado não são mostradas claramente, o que acaba criando um estado de passividade no indivíduo e o impedimento natural de seu desenvolvimento social, acabando por prejudicar inclusive o próprio regime democrático em que o indivíduo está inserido socialmente.

Poucos anos depois, Milton Friedman enfrentava um panorama menos desolador. Seu livro *Free to Choose* [Liberdade de Escolher], publicado no início dos anos oitenta, tinha vendido rapidamente, nos Estados Unidos, mais de 400.000 exemplares em sua edição de luxo e várias centenas de milhares em sua edição popular. O principal expoente da Escola de Chicago se perguntava sobre as razões do incrível êxito este volume, sobretudo se comparado à “tímida” recepção que havia tido *Capitalism and Freedom* [Capitalismo e Liberdade], seu antecedente mais direto, embora publicado vinte anos antes. Por que Liberdade de Escolher tinha vendido em apenas poucas semanas o que Capitalismo e Liberdade venderam durante vinte longos anos? Como explicar semelhante fato, se os dois livros abordavam a mesma problemática e defendiam as mesmas ideias? O espetacular impacto de *Free to Choose*, segundo o próprio Friedman, não podia ser exclusivamente atribuído à difusão alcançada pela série televisiva de mesmo nome que acompanhou o lançamento do livro e que o teve como protagonista. Antes disso, existia uma mudança mais profunda: a opinião pública havia mudado, as pessoas estavam mais receptivas à prédica insistente dos defensores do livre-mercado; as pessoas, agora estavam alertas para se defender da voracidade de um Estado disposto a monopolizar tudo, inclusive o bem mais apreciado pelo ser humano a liberdade individual.

Quando cita Milton Friedman, identifica a existência de uma nova visão social, onde os membros da sociedade reconhecem a importância de se libertar desse controle estatal, haja vista que esse controle vai além do coletivismo, alcançando os indivíduos em sua liberdade de escolha individual. Assim o neoliberalismo se concretiza como alternativa de manutenção do poder nas principais potências do mundo capitalista. No entanto, deve-se considerar que a penetração social desses discursos não ocorrerá ao acaso nem decorrente da meritocracia intelectual dos professores universitários, será contextualizado com a crise estrutural do regime fordista que a política neoliberal se expandirá e manterá sua perspectiva ideológica. Com isso oferecerá a oportunidade necessária para que seja produzida a confluência histórica do pensamento fordiano e a fórmula keynesiana baseada nos Estados de Bem-estar, onde a partir da análise dessas dinâmicas será possível compreender a hegemonia neoliberal.

A América Latina sentiu o efeito dessas ações do neoliberalismo em seu momento embrionário, com resultados bastante satisfatórios para o período. Contudo, aconteceu também um cenário negativo com a política neoliberal, marcada principalmente pelo governo ditatorial do general Pinochet iniciada no Chile em 1973. Apesar de tudo, o neoliberalismo consegue se firmar na década de 80, quando chega ao poder atrelada a governos pós-ditatoriais que trazem no contexto da democracia em seus discursos várias mudanças econômicas, políticas, jurídicas e sociais, conseguindo a aprovação popular pelo voto e assim promove muitas mudanças nesses países, garantindo uma governabilidade segura, marcada principalmente pela temática de progresso político e econômico a partir de um governo democrático. A partir da segunda metade do século XX, o neoliberalismo deixa de ser apenas uma simples perspectiva teórica e torna-se uma linha de orientação nas

decisões governamentais em grande parte do mundo capitalista, incluindo as nações do Primeiro e do Terceiro Mundo, inclusive países da Europa Oriental.

O autor reconhece uma globalização na adoção de políticas neoliberais, mesmo que ainda sejam observadas algumas especificidades locais. Quando direciona seu olhar para o campo educacional, apresenta resumidamente algumas dimensões das propostas políticas do neoliberalismo empregadas para a reforma do sistema escolar nas sociedades contemporâneas.

Podemos nos aproximar de uma compreensão crítica da forma neoliberal de pensar e traçar a política educacional procurando responder, brevemente, a quatro questões.

1. como entendem os neoliberais a crise educacional?
2. quem são, de acordo com essa perspectiva, seus culpados?
3. que estratégias definem para sair dela?
4. quem deve ser consultado para encontrar uma saída para a crise? Em primeiro lugar é necessário destacar que na perspectiva neoliberal os sistemas educacionais enfrentam, hoje, uma profunda crise de eficiência, eficácia e produtividade, mais do que uma crise de quantidade, universalização e extensão.

Pode-se perceber a linha diagnóstica que é adotada pela política neoliberal que até mesmo quando é direcionada para a educação aponta os principais problemas identificados e assim pode justificar as medidas que serão adotadas com a aplicação das orientações neoliberais. Para eles, é iminente a culpa da forma acelerada de como o processo de expansão escolar aconteceu, principalmente na segunda metade do século, impedindo assim de ser oferecido um serviço mais eficiente. A crise das instituições escolares resulta da expansão desordenada e “anárquica” sofrida nos últimos anos. Assim a perda da qualidade nas práticas pedagógicas tem crescido e com ela também o aumento de muitas ineficiências na gestão administrativa da grande maioria dos estabelecimentos escolares.

Dessa forma a existência de mecanismos de exclusão e discriminação educacional é resultante da própria ineficácia da escola, marcada profundamente pela incompetência daqueles em nela trabalham. Os sistemas educacionais contemporâneos, pela ótica neoliberal enfrentam de uma crise de gerenciamento e não de democratização, acabando por contribuir para a evasão, a repetência, o analfabetismo funcional, entre outros problemas presentes no sistema educacional. As políticas públicas adotadas objetivando a democratização da escola objetiva o reconhecimento subordinado a uma profunda reforma administrativa do sistema escolar onde se busque a introdução de mecanismos que regulem a eficiência, a produtividade, a eficácia, e que paralelamente haja um alinhamento da melhoria na qualidade dos serviços educacionais.

O diagnóstico inicial decorre um argumento que centraliza o discurso dos tecnocratas liberais de que na verdade está faltando é uma melhor distribuição dos recursos

existentes. Sendo assim, a transformação da escola passa por uma mudança na política de gerenciamento. O que consequentemente promove mudanças substanciais nas práticas pedagógicas, o que as tornariam mais eficientes; reestruturando o sistema para permitir uma maior flexibilização na oferta educacional; promovendo também uma mudança cultural profunda, com novas estratégias adotadas pelos gestores, agora com o foco na qualidade total; reformulando o perfil dos professores, requalificando-os, implementando uma ampla reformulação curricular, entre outras mudanças propostas.

Segundo os neoliberais, esta crise se explica, em grande medida, pelo caráter estruturalmente ineficiente do Estado para gerenciar as políticas públicas. O clientelismo, a obsessão planificadora e os improdutivos, labirintos do burocratismo estatal explicam, sob a perspectiva neoliberal, a incapacidade que tiveram os governos para garantir a democratização da educação e, ao mesmo tempo, a eficiência produtiva da escola. A educação funciona mal porque foi malcriadamente peneirada pela política, porque foi profundamente estatizada.

Percebe-se que existe um posicionamento bastante ostensivo dos neoliberais, quando culpam o Estado pela ineficiência do sistema educacional, sendo resultante da sua ineficiência em administrar as políticas públicas voltadas para a área da educação, que esbarram em uma burocracia excessiva e em vícios políticos como o clientelismo, onde muitas vezes presenciamos também a falta de compromisso de alguns gestores, seja por desconhecimento ou por simples incompetência, o que reflete diretamente na educação.

A certeza da ausência de um verdadeiro mercado educacional, onde exista uma concorrência pela busca da qualidade na prestação de serviço voltado para a Educação, facilita a compreensão da crise de qualidade que passam as instituições escolares. A construção desse mercado tem se constituído num grande desafio para os políticos neoliberais dentro do campo educacional. Pois só assim será possível sair da rigidez do atual sistema e migrar para algo novo, com mais flexibilidade e dinamismo permitindo a criação de mecanismo de eficácia e eficiência, a partir da existência de competitividade entre as partes envolvidas no processo educacional. A existência de mercado garantirá a concorrência e com ela a busca por equidade.

Surgem às práticas estatais como o clientelismo, a planificação, responsáveis pelo impedimento da liberdade individual da escolha, impedindo a criação de um sistema baseado em critérios meritocráticos.

Para os defensores do neoliberalismo, o Estado de Bem-estar e as diversas formas de populismo presentes nos países serviram para intensificar os efeitos improdutivos das práticas clientelistas. Quando crítica de forma enfática a interferência política na área social, econômica e cultural, o neoliberalismo questiona a própria noção de direito e de igualdade que filosoficamente explicaria a existência de um círculo de direitos sociais nas sociedades democráticas. Esse questionamento na perspectiva neoliberal supõe a aceitação de que uma sociedade possa ser democrática com a ausência de mecanismos e critérios que

promovem uma progressiva igualdade e que se concretizam nessa existência a partir de um conjunto inalienável de direitos sociais somados a uma série de instituições públicas nas quais esses direitos se materializam.

A democracia para os liberais é apenas um sistema político, onde nele o cidadão deve ser capaz de fazer suas escolhas livremente, principalmente quando esta escolha está relacionada ao mercado. Considera-se que a origem da crise social está diretamente ligada a dependência das políticas estatais dos sistemas institucionais que não proporcionam ações de mercados entre si. Isto pode ser observado no campo da saúde, da previdência, das políticas de emprego e da educação, segundo a perspectiva neoliberal.

Para os defensores do neoliberalismo, até mesmo o conceito de cidadania pode ser considerado como uma das causas da crise social, isso pelo fato de haver uma universalização dos direitos humanos envolvendo a sociedade, o que acaba gerando um conjunto de falsas promessas que orientam ações coletivas e individuais, cujas características são a improdutividade e a falta de reconhecimento social no valor individual da competição.

Com efeito, como já tentei demonstrar em outros trabalhos, a grande operação estratégica do neoliberalismo consiste em transferir a educação da esfera da política para a esfera do mercado questionando assim seu caráter de direito e reduzindo-a a sua condição de propriedade. É neste quadro que se reconceitualiza a noção de cidadania, através de uma revalorização da ação do indivíduo enquanto proprietário, enquanto indivíduo que luta para conquistar (comprar) propriedades mercadorias diversa índole, sendo a educação uma delas. O modelo de homem neoliberal é o cidadão privatizado o entrepreneur, o consumidor.

Para o neoliberalismo a ação individual torna-se importante, principalmente quando está relacionada à competitividade entre os indivíduos presentes no mercado. Até mesmo a educação torna-se produto, passivo de aquisição numa luta constante pela possibilidade de conquistar (comprando) propriedades mercadorias e a educação faz parte desse universo. Assim cidadania ganha um novo conceito, revalorizando a ação do indivíduo, enquanto proprietário.

3 | OS CULPADOS

O posicionamento assistencialista do Estado e a atuação dos sindicatos de professores são as principais barreiras ao impedimento de desenvolvimento dos mecanismos de competição individual que garantem o progresso social, isso de acordo com a perspectiva neoliberal. Apesar dessa constatação pelos neoliberais, mesmo quando eles chegam ao poder e conseguem desenvolver uma desarticulação desses mecanismos de intervenção do Estado, e sua não menos implacável fragmentação das organizações sociais, nem sempre conseguem achar uma solução definitiva para a crise educacional.

Na perspectiva neoliberal, a crise educacional não se reduz apenas à existência de

um modelo de Estado, nem as características corporativistas supostamente existentes nas entidades sindicais. Existe uma maior complexidade no problema, havendo também um compartilhamento de culpa com os indivíduos que passivamente aceitam essa intervenção improdutiva estatal. Cada membro da sociedade compartilha e torna-se responsável por uma fatia dos êxitos ou fracassos sociais que irão contribuir para a existência da crise.

É preciso competir, e uma sociedade moderna é aquela na qual só os melhores triunfam". Dito de maneira simples: a escola funciona mal porque as pessoas não reconhecem o valor do conhecimento; os professores trabalham pouco e não se atualizam, são preguiçosos; os alunos fingem que estudam quando, na realidade, perdem tempo, etc. Trata-se, segundo os neoliberais, de um problema cultural provocado pela ideologia dos direitos sociais e a falsa promessa de que uma suposta condição de cidadania nos coloca a todos em igualdade de condições para exigir o que só deveria ser outorgado àqueles (que, graças ao mérito e ao esforço individual, se consagram como consumidores empreendedores).

A lógica competitiva promovida por um sistema de prêmios e castigos com base em tais critérios meritocráticos cria as condições culturais que facilitam uma profunda mudança institucional voltada para a Configuração de um verdadeiro mercado educacional. "Superar a crise implica, então, o desafio de traçar as estratégias mais eficientes a partir das quais é possível construir tal mercado.

Eleger os culpados pela existência da crise educacional torna-se importante na ideologia do neoliberalismo, pois assim facilmente será justificada qualquer ação tomada objetivando combater a crise. A aceitação da ideologia dos direitos sociais, com a falsa promessa de igualdade dentro de um contexto de cidadania, acaba criando um problema cultural de acordo com os neoliberais. Portanto, a busca pela criação de um mercado competitivo, com ações eficientes, dentro de uma lógica meritocrática, criando condições culturais que possibilitem mudanças profundas nas instituições, tornando-as capazes de sobreviver em uma sociedade moderna cuja política dominante é o neoliberalismo.

4 | AS ESTRATÉGIAS

A adoção de políticas educacionais pelas administrações neoliberais tem permitido reconhecer uma série de regularidades que vão além das características locais, possibilitando a unificação de estratégias de reforma escolar executadas por esses governos. É possível afirmar-se que existe um consenso estratégico entre os, intelectuais conservadores em relação a como e com quais receitas será possível enfrentar a crise educacional. A formulação de um diagnóstico comum contribui para a existência de um consenso decorrente da capacidade de explicar e descrever os motivos que originaram a crise, onde simultaneamente também é possível identificar-se os prováveis responsáveis por essa crise. Esse consenso de reforma educacional é construído de forma compartilhada entre diferentes órgãos internacionais, entre os quais podemos citar o Banco Mundial.

Essas regularidades se expressam em uma série de objetivos que articulam e dão coerência às reformas educacionais implementadas pelos governos neoliberais:

a) por um lado, a necessidade de estabelecer mecanismos de controle e avaliação da qualidade dos serviços educacionais (na ampla esfera dos sistemas e, de maneira específica, no interior das próprias instituições escolares).

b) por outro, a necessidade de articular e subordinar produção educacional às necessidades estabelecidas pelo mercado de trabalho. O primeiro objetivo promove e, de certa forma, garante a materialização dos citados princípios meritocráticos competitivos. O segundo dá sentido e estabelece o rumo (o horizonte) das políticas educacionais, ao mesmo tempo em que permite estabelecer critérios para avaliar a pertinência das propostas de reforma escolar. É o mercado de trabalho que emite os sinais que permitem orientar as decisões em matéria de política educacional. É a avaliação das instituições escolares e o estabelecimento de rigorosos critérios de qualidade o que permite dinamizar o sistema através de uma lógica de prêmios e castigos que estimulam a produtividade e a eficiência no sentido anteriormente destacado.

Na visão neoliberal existe a necessidade de ser feita uma revisão nas instituições escolares, julgando seus resultados como se fossem empresas, pois assim após receber modificações a partir do conceito empresarial seria possível avaliar sua produtividade educacional. Nesse caso seria feito uma avaliação de um tipo específico de mercadoria (o conhecimento, o aluno escolarizado, o currículo) e também suas práticas seriam submetidas aos mesmos critérios de avaliação aplicados em uma empresa dinâmica, eficiente e flexível, haja vista parecer se possível para os neoliberalistas o emprego dos sistemas de Total Quality Control (TQC) também no campo educacional. Nota-se que ao enfatizar que a educação deve estar atrelada às necessidades do mercado de trabalho, os neoliberais na verdade estão defendendo seu posicionamento no contexto de que a educação esteja em consonância com a busca pelo atendimento às ofertas de empregos. Mas é claro, que essa não é a função social da educação, pois contrariando essa expectativa neoliberal, o sistema educacional promove o que eles chamam de empregabilidade, ou seja, deixar o indivíduo habilitado para o mercado de trabalho. A fronteira social da educação é transposta a partir do momento em que o indivíduo passa a buscar por um emprego. À educação caberá o papel de fornecer as ferramentas necessárias para a participação das pessoas, cabendo a elas a continuidade nessa competição de mercado, inclusive se alcançarão ou não seu objetivo, o emprego.

As estratégias empregadas pelos neoliberais na reforma educacional focalizam ações de descentralização do planejamento estatal e também da interferência dos sindicatos, além de evitarem ao máximo a burocracia administrativa, muito comum nas instituições estatais. Modificam até mesmo a forma de negociação salarial dos professores e as formas de contratação, de maneira a reduzir ao máximo qualquer interferência sindical, desqualificando a necessidade da presença dessas instituições.

Mas, por outro lado e ao mesmo tempo, os governos neoliberais centralizam certas funções, as quais não são transferidas aos municípios, aos governos estaduais nem, muito menos, aos próprios professores ou à comunidade:

a) a necessidade de desenvolver sistemas nacionais de avaliação dos sistemas educacionais (basicamente provas de rendimento aplicadas à população estudantil);

b) a necessidade de desenhar e desenvolver reformas curriculares a partir das quais estabelecer os parâmetros e conteúdos básicos de um Currículo Nacional;

c) associada à questão anterior a necessidade de desenvolver estratégias de formação de professores centralizadas nacionalmente e que permitam atualização dos docentes segundo o plano curricular estabelecido na citada reforma.

Enquanto pregam o afastamento das ações de controle estatal, os neoliberais criam mecanismos próprios de proteção e garantia de controle de suas ações, evitando qualquer tipo de compartilhamento com terceiros que não façam parte do seu grupo político.

O posicionamento autoritário do Estado neoliberal é visível quando se analisa suas propostas para o sistema educacional, onde apresenta ofertas mínimas de financiamento educacional para as escolas públicas e ao mesmo tempo cria ferramentas de controle desses estabelecimentos, onde estão incluídos professores, gestores e imposição de currículos, além da promoção de uma política de descentralização estatal.

4.1 A Mcdonaldização da escola

Os processos de mcdonaldização têm sido destacados por alguns autores para referir-se à transferência dos princípios que regulam a lógica de funcionamento dos fast foods a espaços institucionais cada vez mais amplos na vida social do capitalismo contemporâneo. A mcdonaldização da escola, processo que se concretiza em diferentes e articulados planos (alguns mais gerais e outros mais específicos), constitui uma metáfora apropriada para caracterizar as formas dominantes de reestruturação educacional propostas pelas administrações neoliberais.

Na ofensiva antidemocrática e excludente promovida pelo ambicioso programa de reformas estruturais impulsionado pelo neoliberalismo, as instituições educacionais tendem a ser pensadas e reestruturadas sob o modelo de certos padrões produtivistas e empresariais.

Apesar de já ser citada por alguns autores, essa comparação comentada pelo o autor mostra o desprezo neoliberalista pelo importante papel representado pela escola em qualquer sociedade no mundo e ao comparar professores com “assadores de hambúrgueres”, é desmerecer totalmente o professor (respeitando o papel do funcionário da lanchonete, claro). Mesmo considerando a comparação de produção empresarial direcionada para a reformulação do sistema educacional, o modelo chamado mcdonização chega a soar como pejorativo, muito embora existam algumas semelhanças na visão empresarial, principalmente em relação ao incentivo pela competitividade e pela busca de

uma melhor qualidade na prestação do serviço educacional, percebe-se que de um modo geral não é possível aceitar tal comparação, principalmente quando se lembra do tempo que professores passavam em bancos de universidades para se formarem e dos cursos de qualificação que faziam no transcorrer de sua carreira pedagógica.

A pedagogia da Qualidade Total" se inscreve nessa forma particular de compreender os processos educacionais, não sendo mais do que uma tentativa de transferir para a esfera escolar os métodos e as estratégias de controle de qualidade próprios do campo produtivo.

O processo de mcdonaldização da escola também tem seu efeito no campo do currículo e na formação de professores. Quem se aventurar a estudar com mais detalhes os fast foods (tarefa que constituiria uma grande contribuição para compreender melhor nossas escolas) poderá encontrar uma surpreendente similitude entre os mecanismos de planejamento dos cardápios nesse tipo de negócio e as estratégias neo-tecnicistas de reforma curricular. O caráter assumido pelo planejamento dos currículos nacionais, no contexto da reforma educacional promovida pelos regimes neoliberais poderia muito bem ser entendido como um processo de macdonaldização do conhecimento escolar.

Apesar de ser um discurso modernista, a comparação entre os processos nas discussões dos intelectuais neoliberais envolvendo a educação, percebe-se nas entrelinhas um desrespeito aos profissionais da educação de um modo geral, haja vista, não ser possível reconhecer nesses processos a formação individual das pessoas envolvidas e mesmo quando isso é direcionado para currículos de formação de professores e gestão das escolas, foge ao aspecto humano e passa a tratar as pessoas envolvidas no processo educacional como mercadorias (produtos prontos para consumo), esquecendo (propositadamente?) À capacidade humana de evolução, mesmo que seja a partir de sistemas produzidos com a finalidade de restringir as ações intelectuais dos indivíduos.

5 | OS SABICHÕES

Tendo chegado a este ponto, procuraremos responder à nossa última pergunta: quem, na perspectiva neoliberal, deve ser consultado para poder superar a atual crise educacional? Poderíamos formular nossa pergunta de forma negativa: quem não deve ser consultado? A resposta é, em princípio, simples: os próprios culpados pela crise (especialmente, é claro, os sindicatos e aqueles "perdedores" que sofrem as consequências do infortúnio e a desgraça econômica por terem desconfiado do esforço e da perseverança meritocracia que permitem triunfar na vida, ou seja: as grandes maiorias). Defender e promover aquele velho e "improdutivo" modelo de Estado de Bem-estar parece também não ser um bom caminho para superar a crise.

Por enxergarem no processo de reforma educacional uma ação empresarial, os neoliberais acreditam que o principal problema da educação está na forma como é feita a gestão e para isso trazem em seu discurso que essa administração deve ser feita por

quem tem conhecimento nessa área, um administrador de empresas. Pois só assim será possível superar as ineficiências e os problemas existentes, colocando a escola em um novo patamar, dentro de uma visão de mercado, consultando técnicos e especialistas para a criação de novos currículos, nova formação de professores, pessoas capazes de administrar com redução de gastos públicos, promover a modernização do sistema educacional, tirando a escola de uma posição de mendicância e elevando-a a condição de empresa produtiva e competitiva no mercado.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O avanço do capitalismo no mundo trouxe uma série de benefícios na visão neoliberal, no entanto, simultaneamente vieram muitos problemas, tanto de ordem econômica, política e social.

A exclusão social sofreu um aumento acelerado nas últimas décadas e quando se olha para a área da educação é que se percebe o quanto esta exclusão tem crescido em diferentes sociedades no mundo. A discriminação educacional tem se tornado evidente no processo capitalista contemporâneo, agregando-se a ações discriminatórias de classe, de raça e de gênero, muito embora apresente diferenças regionais no contexto globalizado.

As políticas neoliberais impactam as políticas educacionais, onde surgem situações que não permitem alcançar o desenvolvimento planejado, incluindo a violência de um modo geral e mesmo ausência de governabilidade, impedindo a continuidade do planejamento. Assiste-se ao aumento da corrupção, principalmente na política e na área econômica, o que acaba inviabilizando melhoria nas ações e ao mesmo tempo fortalece o individualismo das pessoas, contribuindo para o processo de desagregação cultural e social.

Os governos neoliberais contribuem para o aumento da pobreza, da exclusão social, dos diferentes tipos de discriminação, enfraquecendo os movimentos de solidariedade e ao mesmo tempo fortalecendo o individualismo através da criação de um sistema onde as pessoas estão em constante concorrência, umas contra as outras, onde só os melhores saem vencedores, criando uma divisão social moderna de ganhadores e perdedores, onde os ganhadores são considerados os melhores e os perdedores, por sua vez, são considerados os piores. Os melhores estão no controle do poder, os grupos elitizados. O neoliberalismo alimenta a exclusão com a utópica promessa de mais mercado e assim contribui para o aumento das desigualdades sociais e da pobreza.

Urgente se faz continuar lutando contra as políticas neoliberais, principalmente quando se vê a importância de se manter vivo o sistema educacional voltado para o valor humano, pela qualidade pedagógica, pelo fortalecimento da coletividade, pela igualdade social, pelo exercício pleno da cidadania.

REFERÊNCIAS

GENTIL I, P. **Neoliberalismo e educação: manual d o usuário** . In: S ILV A, T. T. da; GENTILI I.P. (Org.). Brasília DF, **Escola S.A.**: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. CNTE: Brasília DF, 1996.

(Texto retirado do livro “Escola S.A.”, Tomaz Tadeu da Silva e Pabo Gentili - org.)

CAPÍTULO 6

PROJETO DE VIDA E VISÃO DE FUTURO DE JOVENS ESTUDANTES DO SEGUNDO ANO DO ENSINO MÉDIO DE UMA ESCOLA PÚBLICA RECIFENSE

Data de aceite: 03/10/2022

Giselle Maria Robspierre de Almeida

Psicóloga

Albenise de Oliveira Lima

Professora do Curso de Psicologia do Centro de Ciências Biológicas e Saúde

RESUMO: A presente pesquisa aborda a relação existente entre juventude, família e escola que favorece a construção do projeto de vida e visão de futuro de estudantes do Ensino Médio de uma escola pública localizada na cidade de Recife. Problematisa as questões que influenciam nessa construção pelos jovens estudantes, considerando o cenário social e econômico, em que se encontram inseridos e procura analisar as aspirações daí surgidas, de forma ampla, respeitando suas vivências de natureza singular. Por meio de estudos sobre a elaboração de projeto de vida e visão de futuro de jovens estudantes e utilizando o método qualitativo, foi aplicado um questionário semi-estruturado em dez alunos do segundo ano do Ensino Médio, com idades entre quinze e dezessete anos, após a assinatura dos termos de consentimento livre e esclarecido, pelos estudantes e seus pais. Foram questionados a respeito de religião, trabalho, configurações familiares, renda familiar, grau de escolaridade dos seus responsáveis, expectativas pessoais, bem como aspectos facilitadores e obstáculos deparados no decorrer da construção do projeto de vida. Os questionados deram relevância à educação formal, especificando o

curso universitário, como requisito fundamental para ocupar um cargo importante no mercado de trabalho e, assim, conquistar estabilidade financeira que lhes permitam realizar-se profissional e pessoalmente. Como síntese da análise, na visão dos alunos entrevistados o Ensino Médio é um período de reflexão no que se refere ao projeto de vida e que o apoio da família, em conjunto com a escola, encoraja esses jovens a seguir em busca do cumprimento de suas expectativas correspondentes à visão de futuro e a capacidade de, concomitantemente, terem liberdade de escolha e responsabilidade pelos efeitos que delas resultarem.

PALAVRAS-CHAVE: Projeto de vida; Juventude; Escola Pública.

INTRODUÇÃO

Podemos entender como juventude não somente uma fase de transformações biológicas, mas também como um tempo de descobertas sobre sua identidade e percepções acompanhadas por reflexões a respeito de relações sociais e, especialmente, consigo mesmo. Como afirmam Sarriera, Câmara e Berlim (2006, p.21), a condição social dos jovens é "(...) determinada pela transição da dependência familiar à plena autonomia social". Assim, a juventude que sonha em contribuir para um mundo melhor, ingressar em uma faculdade, constituir uma nova família, ajudar financeiramente seus parentes, entrar para o mercado de trabalho ou seguir uma vocação

religiosa são pontos iniciais para a compreensão do projeto de vida e visão de futuro dos jovens.

De acordo com Soares (2002, p.76), “relacionar projeto de vida e identidade significa expor as diversas relações estabelecidas pelo homem em sua trajetória de vida”. Por isso é importante destacar que o projeto de vida e a visão de futuro de cada jovem estão embasados em suas experiências passadas, bem como nas aprendizagens do tempo presente. Devido a isso, o projeto de vida de um jovem nunca pode ser considerado aleatório, mas, sempre uma oportunidade de vir a ser e de vir a ter. E esse sentido de contextualização temporal implica na noção de constituição da subjetividade social, na qual o sujeito e o meio social, em que está inserido, são reciprocamente constituintes e constituídos. Pois, os jovens são rodeados de cobranças e expectativas alheias sobre si, e se dá conta que ainda atendendo a todas elas não poderão alcançar de imediato reconhecimento de autonomia como os adultos, concluindo que permanecerá dependendo da permissão e do auxílio dos seus familiares para praticar a maioria de suas vontades.

Conforme Schutz, citado por Leão et al.:

Projeto de vida corresponde a uma ação do indivíduo de escolher um, entre os futuros possíveis, transformando os desejos e as fantasias que lhe dão substância em objetivos passíveis de ser perseguidos, representando, assim, uma orientação, um rumo de vida (apud Leão et al, 2011, p. 1.071).

No que diz respeito ao projeto de vida e visão de futuro que são nutridos pelos jovens, é possível marcar como momento crucial à espera pelo reconhecimento dos adultos, por se tratar de um período de busca por qual atividade exercer: se por um lado existem famílias (ou um dos membros) que por terem sofrido com a imposição da escolha, permitem que o jovem opte pelo que ele deseja fazer, embora este ainda precise saber se a sua opção será satisfatória para os parentes; por outro, existem famílias (ou um dos membros) que por terem sofrido tal imposição determinam que o jovem decida pelo trabalho praticado pelos seus familiares. Existem também famílias que impedem a escolha dos filhos tomando como referência o trabalho que seus parentes (ou um dos membros) não conseguiram concluir ou nem tiveram condições de iniciar. Assim, também pode ocorrer que um aluno seja influenciado na decisão de seu projeto de vida e visão de futuro, a partir de uma admiração pela pessoa do professor ou funcionário da escola, com quem estreitou seu laço social.

A juventude é conhecida pela transição de dependência familiar para a autonomia social, que se torna ainda mais evidente no Ensino Médio, devido aos questionamentos que os jovens fazem nesse período sobre a sua identidade e suas perspectivas em relação ao futuro. Em continuidade, o jovem persegue o valor da independência, porém se depara com o paradoxo da dependência familiar e isso não lhe causa apenas frustração, mas, também, sofrimento e sensação de impotência. Em meio aos conflitos inerentes à juventude, cabe a escola e a família auxiliarem na concretização desses sonhos.

Pensando no jovem em seu ambiente educacional, Castro (2004, p.300), entende

que não incumbe falar em “políticas públicas para a juventude, mas políticas de/para/com juventudes”, visto que na maioria das vezes, esquecemo-nos de envolver os jovens como figuras ativas em seu sistema educativo. Assim, é sabido que a escola tem grande participação nessa preparação, a partir da exigência no cumprimento ao regimento interno da escola, além de proporcionar socialização e manter um vínculo com a família do jovem estudante. Essa socialização do indivíduo é iniciada no ambiente familiar e estendida para a escola, pois é nesse espaço que o indivíduo realiza descobertas a respeito da formação de laços sociais e inicia a busca por sua identidade, mediante sua relação com os outros.

Entendemos que as relações construídas após a conclusão do Ensino Médio são reflexos das experiências de socialização do jovem enquanto estudante da escola, ou seja, as vivências na escola acompanham os jovens durante toda a sua vida. Com isso, podemos perceber que a escola contribui para o projeto de vida e a visão de futuro do jovem que será introduzido no mundo adulto e do trabalho, além de despertar neste jovem a criação de expectativas para sua vida. Contudo, o cotidiano escolar pode proporcionar a alguns jovens acolhimento e bem-estar, enquanto que para outros, um ambiente hostil e de exclusão.

Não obstante, a experiência dos jovens na escola é de ordem singular, nos cabendo apenas entender que isso implicará após a sua formação escolar, todavia sem generalizar e, muito menos, rotular a opção do projeto de vida e visão de futuro de cada jovem. Não sendo possível definir a juventude de forma genérica, seguindo um único paradigma subjetivo, pois os jovens se distinguem a depender do cenário histórico e cultural do meio social em que se encontram. Assim, é preciso conhecer a realidade singular de cada jovem para melhor entender a construção do seu projeto de vida e de sua visão de futuro contextualizado.

O foco desta pesquisa consiste em compreender as expectativas dos jovens em relação ao futuro, considerando o contexto sócio-histórico em que se encontram inseridos: família e escola. A integração que a escola propõe entre o jovem estudante, sua família e os profissionais pode auxiliar na visão de futuro do jovem estudante, uma vez que poderá promover melhora no rendimento escolar e nas relações sociais, bem como na constituição da crença do jovem em sua capacidade e competência para concretizar o seu projeto de vida.

Em busca dessa compreensão em relação ao projeto de vida e visão de futuro a presente pesquisa se propôs ampliar essa concepção na tentativa de alcançar o jovem estudante além da sala de aula, levando em conta seus desejos no âmbito afetivo, social e do trabalho.

OBJETIVO

Objetivo Geral

Analisar os aspectos que impactam na construção do projeto de vida e na visão de futuro de jovens do segundo ano do Ensino Médio de uma escola pública da cidade do Recife.

Objetivos específicos

- Caracterizar o perfil sociodemográfico dos jovens estudantes participantes da pesquisa;
- Identificar, através de uma Roda de Conversa, a representação acerca da categoria projeto de vida e visão de futuro, desses jovens;
- Analisar, a narrativa, dos jovens, coletada na Roda de Conversa, buscando desvelar o universo de sentidos, significados, aspirações, crenças e valores relativos ao Projeto de Vida e a visão de futuro, para além da vida escolar.

MATERIAL E MÉTODO

Esta pesquisa teve caráter descritivo exploratório e ancora-se na concepção de que toda pesquisa é dialógica, ou seja, é uma co-produção do pesquisador com o sujeito pesquisado (BRIGADÃO, 2016). Quanto a sua natureza, a abordagem adotada foi qualitativa, considerando o seu tema e os objetivos propostos.

Conforme o que foi dito no Relatório Parcial, seguimos o calendário da escola e, após a assinatura do TCLE pelos jovens com idade de 18 anos ou mais e pelos pais, no caso de jovens com idades de 16 e 17 anos, além do TALE, pelos próprios jovens, demos início a coleta dos dados, no mês de fevereiro. Neste mês foi aplicado o questionário, sendo acertado com os alunos que a roda de conversa (segundo instrumento a ser utilizado) ficaria para o mês seguinte, março, para não atrapalhar a frequência dos alunos em suas aulas. A própria escola foi utilizada como local para a coleta das informações, em horário livre de aula, de modo que não atrapalhou o andamento das atividades escolares.

A escolha dos jovens seguiu o princípio da amostra intencional, na qual “a seleção dos participantes depende de um perfil prévio, determinado pelo pesquisador” (CASTILHO, 2017, p. 116). Ou seja, a seleção dos participantes não pretendeu representar uma população com o objetivo de generalizar os resultados, mas “se propõe ampliar os resultados encontrados tanto quanto seja possível a fim de obter a máxima informação das múltiplas realidades que possam ser descobertas” (ARGILAGA, 1995, p.519).

Como esclarecimento para a escolha da designação jovem, seguimos a PEC da Juventude aprovada pelo Congresso, em setembro de 2010. De acordo com essa proposta é jovem no Brasil todo cidadão que compreende a idade entre 15 e 29 anos.

O questionário utilizado foi elaborado por Castilho (2017), contendo 25 questões distribuídas nos seguintes segmentos: dados gerais do jovem; características da família; situação socioeconômica; trajetória escolar; projeto de vida e expectativas pessoais quanto ao futuro. A aplicação foi em grupo e com duração média de 30 minutos. (Ver o item “Dificuldades Encontradas” sobre o instrumento roda de conversa).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Perfil da escola

A escola, campo de coleta de dados, é pública, brasileira, situada no município de Recife, capital do Estado de Pernambuco. É sustentada por dois pilares, uma universidade privada do Estado e o Governo Estadual, em convênio com a universidade citada. A escola teve seu início em 1880, com aulas de desenho, arquitetura e aritmética, mas no ano de 1950 foi abolida, tendo seu acervo mantido pela universidade que a sustenta, desde 1970, em um prédio endereçado na Praça da República, proporcionando cursos técnicos de administração e contabilidade. Em 2006, com o fechamento de uma escola particular do Recife, a escola ocupou o seu espaço no bairro da Boa Vista, tornando-se pública e estadual, no ano de 2010. Atualmente a escola oferece Ensino Fundamental, do sexto ao nono ano, Ensino Médio, do primeiro ao terceiro ano, bem como Ensino Técnico, com cursos de administração, contabilidade e desenho.

Análise do questionário

O questionário, além do seu contexto sociodemográfico, tem como finalidade investigar o perfil, o contexto familiar e cultural, bem como expectativas a respeito do projeto de vida e visão de futuro de cada jovem estudante.

Participaram do questionário dez jovens estudantes do segundo ano do Ensino Médio, da escola acima citada. Dentre esses jovens, dois são do sexo masculino e oito do sexo feminino, com faixa etária entre quinze e dezessete anos.

Ao analisar o perfil desses jovens no tocante a religião, 40% (quatro jovens) responderam não ter religião; um diz ser cristão, três são católicos, um é da Igreja Batista, e apenas um respondeu sim, mas não identificou qual seria sua religião.

Como é possível observar, a maior parte dos jovens questionados responderam ter uma identidade religiosa cristã. Este perfil difere do encontrado em pesquisas anteriores, a exemplo da pesquisa de Britto (2012) a qual aponta que os jovens brasileiros têm buscado pelo pentecostalismo católico, onde a juventude carismática crê na ideia de “modernidade líquida”, termo criado por Bauman (1999), que diz que os líquidos não são fixados em um espaço, nem ficam aprisionados ao tempo, havendo, assim, uma mobilidade fluida em que os líquidos não são contidos (BRITTO, 2012).

Os jovens da atualidade, tal como os jovens da nossa pesquisa, têm o poder de escolher entre as diversas religiões e igrejas que são oferecidas e para a qual pretende seguir e frequentar, visto que tempos atrás essa variedade não se fazia tão presente de forma física, com tantas igrejas, templos e espaços reservados a realização dos encontros religiosos, nem televisivo, em que é fácil notar que alguns canais de TV aberta apresentam missas, cultos, orações, entre outros.

No que se refere a exercer um trabalho formal, apenas um jovem estudante (com dezessete anos de idade) respondeu que trabalha e que recebe um Salário Mínimo (R\$ 1.045) e que não precisou abandonar os estudos por isso. Dos demais pesquisados, três responderam que não trabalham e seis que nunca trabalharam, mas procuram emprego. Embora apenas 10% (um) dos questionados trabalhe, é possível constatar que 60% (seis) deles estão em busca do primeiro emprego, o que significa que uma boa parcela desses jovens almeja ter um capital que possibilite atender às suas necessidades iniciais de consumo.

Com relação às características da família, oito jovens estudantes responderam que vivem com os seus pais e irmãos (família de configuração nuclear), um respondeu que vive com os avós (família extensa) e outro não assinalou, mas escreveu que vive “apenas com meus pais” (SIC), o que para nós caracteriza-se como família nuclear.

No que tange à presente pesquisa, as configurações familiares são predominantemente do tipo nuclear, diferindo da pesquisa de Silva et al. (2017), sobre o mesmo tema, em que é retratada a existência de variadas configurações familiares, incluindo a unipessoal e a reconstituída.

Quando analisamos a questão financeira da família e de quem provém a sua sustentação, três jovens responderam assinalando que o pai e a mãe são os provedores; três assinalaram apenas o pai com esta função; dois assinalaram apenas a mãe; um assinalou ser “minha mãe e tia” (SIC) e um escreveu “vovô” (SIC). No que se refere à renda familiar, um jovem estudante respondeu assinalando até um Salário Mínimo (R\$ 1.045), três assinalaram entre um e dois Salários Mínimos, quatro assinalaram entre dois e três Salários Mínimos, um assinalou quatro Salários ou mais e outro assinalou que não sabia. Ainda é possível identificar que a renda familiar aumenta conforme for maior o grau de escolaridade dos responsáveis pela manutenção financeira da família, bem como a quantidade de membros pertencentes à família que contribuem com algum valor.

Tendo em vista a análise dos dados correspondentes ao sustento familiar dos jovens estudantes questionados, apenas um do sexo masculino respondeu que trabalha, mas não entende ser responsável ou ajudar na manutenção financeira da família. Pesquisas realizadas, tal como a de Ribeiro (2011) apontam que os jovens trabalham e têm como finalidade construir uma carreira, criar vínculos sociais e alcançar crescimento pessoal.

O ingresso da mulher no mercado de trabalho cada vez mais habitual, tem levado algumas famílias a necessidade de dividir a educação dos seus filhos com os avós, pelo

motivo da criança não poder ficar sozinha em casa e não ter condições financeiras para contratar um(a) profissional que exerça esse trabalho. Dessa forma, os pais têm deixado os filhos com os avós, em período cada vez mais longo, para poderem trabalhar e contribuir com o sustento da família. Esse fato é bastante recorrente em famílias de classe média baixa e, por isso, a relação das crianças com os avós é muitas vezes mais intensa do que com os seus próprios pais, resultando em muitos avós se sentirem mais responsáveis que os próprios pais, uma vez que participam fortemente da criação que envolve cuidados diários relacionados à alimentação, higiene, lazer, auxílio da educação formal a partir das tarefas de casa e principalmente afeto acolhimento fraterno. Nesta pesquisa, em um universo de 10 jovens, apenas um fez referência ao avô, nos levando a supor que este avô é o provedor.

No que diz respeito ao grau de escolaridade dos pais ou responsáveis, as respostas dos jovens estudantes ficam demonstradas no quadro a seguir:

Grau de Escolaridade	Pai	Mãe	Avô	Avó	Tia
Ensino Fundamental	1	2	-	1	1
Ensino Médio	3	3	1	-	-
Ensino Superior	2	5	-	-	-

Quadro 1: Sobre Grau de Escolaridade dos Pais ou Responsáveis

Em conformidade com o quadro e, embora a heterogeneidade do grau de escolaridade dos pais ou responsáveis ser visível, existe um senso comum entre os jovens de que seus familiares incentivam por entenderem ser de grande relevância e imprescindível a educação formal na construção do futuro profissional dos filhos.

No que se refere à relevância que os pais ou responsáveis proporcionam à Educação Formal, 80% (oito) dos jovens estudantes responderam assinalando que eles, os pais, consideram fundamental na construção do futuro profissional dos filhos e 20% (dois) responderam reforçando como muito importante.

Segundo a percepção dos jovens da pesquisa, os pais ou responsáveis propõem-se a manter as despesas pessoais para que o filho estude. Assim, nove dos entrevistados responderam assinalando o sim, ou seja, os pais concordam na manutenção financeira deles para que eles estudem, enquanto que apenas um respondeu assinalando o não.

Quanto à escolarização formal, 100% (dez) dos jovens estudantes responderam sim, ou seja, consideram importante cursar o Ensino Médio. Contudo, 20% (dois) já responderam ter tido reprovação em alguma série: um escreveu “1º ano do fundamental e 1º ano do médio” (SIC) e o outro escreveu “2º ano” (SIC). Todos os jovens estudantes participantes da pesquisa responderam que consideram os saberes adquiridos na escola

como importantes para a construção do seu Projeto de Vida, visto que a maioria deles justificaram que a educação formal é o melhor caminho para adquirir conhecimento a ser utilizado no futuro, no intuito de tomar importantes decisões. Ademais outro fato que ratifica o que foi alegado é que 80% (oito) dos jovens questionados nunca foram reprovados, o que demonstra empenho e comprometimento com os estudos referentes à educação formal.

É fundamental elucidar que cada jovem responde as questões em conformidade com a sua realidade socioeconômica e dentro das suas possibilidades em respeito ao âmbito cultural em que se encontra inserido, tanto que “a ideia de projeto de vida remete a um plano de ação que um indivíduo se propõe a realizar em relação a alguma esfera de sua vida (profissional, escolar, afetivo, etc.) em um arco temporal mais ou menos largo” (LEÃO et al, 2011, p. 1071).

No que diz respeito ao Projeto de Vida, às respostas dos jovens estudantes estão apresentadas nos quadros seguintes.

Participantes	Tem projeto de vida	Não tem projeto de vida
Masculino	2	0
Feminino	7	1

Quadro 2: Sobre Projeto de Vida

A importância de ter um projeto de vida está relacionada à motivação na escolha do jovem em direcionar sua busca a fim de concretizar seus objetivos no tempo futuro, seja no contexto pessoal e profissional, que satisfaçam seus desejos conhecidos, e até os desconhecidos, que poderão ser despertados a partir de suas vivências.

Além disso é sabido que a construção do projeto de vida está aliada a visão de futuro, em que os jovens se percebem futuramente não apenas como um único condutor da estrada de sua vida, mas também como aquele que se permite guiar com o auxílio de familiares, amigos e pela experiência vivida durante a escola.

Por isso é esperado os resultados seguintes, quando perguntados sobre Projeto de Vida, em que 90% (nove) dos jovens questionados responderam ter algum projeto e somente 10% (um) nunca havia pensado no assunto, pois é nessa faixa etária que se inicia o esboço de sua visão de futuro a partir de sonhos e forma de alcançá-los.

Obstáculos	Masculino	Feminino
Obstáculo – Escola	-	2
Obstáculo – Família	-	-
Obstáculo – Igreja	-	-
Obstáculo – Estado	1	-
Obstáculo – Outros	1	-
Nenhuma das Respostas	-	6

Quadro 3: Obstáculos para o Projeto de Vida

Facilitadores	Masculino	Feminino
Facilitador – Escola	2	4
Facilitador – Família	1	4
Facilitador – Igreja	-	-
Facilitador – Estado	-	-
Facilitador - Outros	-	-
Nenhuma das Respostas	-	1

Quadro 4: Facilitadores para o Projeto de Vida

Além disso, 60% (seis) dos jovens não identificaram nenhum obstáculo para a concretização do projeto de vida, enquanto que ao serem questionados sobre ser o seu maior aliado os jovens responderam mais de uma alternativa, em que 60% (seis) deles elegeram a Escola e 50% (cinco) elegeram a família. Assim, os jovens entendem que com a educação formal presente na escola e o apoio familiar encontram-se mais próximos de realizar seus objetivos de vida.

Expectativas	Masculino	Feminino
Fazer curso superior	2	7
Construir Família	2	4
Não sabem (família)	-	4
Trabalho formal	1	6

Quadro 5: Sobre Expectativas Pessoais

Ademais 90% (nove) dos jovens afirmaram que está em seus planos fazer um curso universitário, em que mais uma vez esse número confirma o empenho deles com a educação como modo de alcançar os objetivos presentes no seu Projeto de Vida. Assim também 60% (seis) dos jovens têm como potencial frustração para a realização do Projeto

de Vida o desemprego e a concorrência. E, ainda, 60% (seis) dos jovens questionados responderam que faz parte do seu Projeto de Vida constituir família, o que faz reconhecer o interesse em obter realização pessoal, além da profissional.

É importante lembrar que a escola corresponde a uma extensão da família quando se trata de convívio social, com suas normas a serem respeitadas e ensinamentos a serem aprendidos, para que possam ter acesso a realidade adulta de liberdade e responsabilidade, considerando a existência de alguns fatores que auxiliam e de outros que impedem a efetivação do seu projeto de vida.

Quanto à pergunta sobre a primeira palavra que lhes vêm à cabeça, quando pensam em futuro, 60% (seis) dos jovens estudantes responderam demonstrando almejar uma boa estabilidade financeira vinculada ao emprego e ao ingresso em um curso superior.

Para esses jovens, a condição para alcançar estabilidade financeira é ter concluído uma graduação, pois entendem ser isso necessário para começar a moldar um bom currículo. Acontece que a realidade do nosso país, em que a concorrência para ingressar em uma universidade pública é tamanha, muitos deles temem não serem aprovados, já que não possuem a garantia de arcar com o elevado custo de uma universidade privada.

CONCLUSÃO

A pesquisa foi realizada com jovens de faixa etária entre quinze e dezessete anos do segundo ano do Ensino Médio de uma escola pública da cidade de Recife. O nosso olhar de pesquisador tentou não captar os jovens somente do ponto de vista estudantil, pois consideramos ser preciso considerar que seus interesses são múltiplos; nesse sentido, nossa análise procurou abranger os principais subsídios para conhecer e compreender a elaboração do Projeto de Vida e Visão de Futuro desses jovens.

Foi possível perceber que todos os dados coletados e analisados fazem parte de um processo de autoconhecimento e de planejamento do futuro dos jovens refletidos no seu relacionamento com seus familiares e responsáveis, na presença ou ausência de sua prática religiosa, bem como na sua necessidade ou não em estar inserido no mercado de trabalho, conciliando, assim, estudos com suas atividades empregatícias. Ainda é possível entender, no que diz respeito às expectativas pessoais, a sua prioridade em dedicar-se ao investimento na educação formal, a partir da conclusão de uma graduação, no sentido de almejar por trabalho que lhe assegure estabilidade financeira e proporcione condições de realização profissional. Embora esses jovens demonstrem apreensão relacionada ao desemprego, que faz parte da realidade socioeconômica deles.

A relevância do Ensino Médio para os jovens como período de reflexão e capacitação para a elaboração dos seus projetos de vida, bem como a integração da família com a escola, beneficia o desenvolvimento do jovem que, brevemente, será lançado e desafiado à experiência de ser responsável pelas consequências advindas da decisão de seus atos.

Ademais, na contemporaneidade, a celeridade da tecnologia de informação e comunicação afeta diretamente os indivíduos e sua relação com o tempo, de modo que provoca dificuldades ao jovem em relação a sua visão de futuro, que abrange possibilidades variadas e concomitantemente dúvidas referentes à sua necessidade de elaborar seu projeto de vida.

No intuito de reduzir riscos sob o ponto de vista temporal, a contemporaneidade amplia o olhar dos jovens a respeito do futuro “como um tempo progressivo, controlável e planejável” (LEÃO et al, 2011, p. 1074), proporcionando, estrategicamente, o deslocamento deste para o momento presente para adquirir uma ideia de controle do tempo, que simplifique a sua visão de futuro e a constituição de seu projeto de vida.

REFERÊNCIAS

ARGILAGA, M. T. A. Metodologías cualitativas. Em: ANGUERA, M. T. (Org.). **Métodos de investigación en psicología**. Madrid: Editorial Síntesis, 1995, p. 513-547.

BRIGAGÃO, J. I. M. Aspectos éticos nas pesquisas no cotidiano. Em: **Athenea Digital**, 16(2), 2016, p. 363-372.

BRASIL. PEC nº 138/2003, PL nº 4.530/2004. Aprovada em 2010. Disponível em www.camara.gov.br. Acesso em 14 de mai. 2020.

BRITTO, C. C. Religião e juventude: os novos carismáticos. **Em: Tempo soc.**, São Paulo, v. 24, n. 1, p.311-314, 2012. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702012000100017&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 13 Mai. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702012000100017>

CASTILHO, R. **Juventudes**: pesquisa e produção de conhecimento. Goiás: Editora Espaço Acadêmico, 2017.

CASTRO, M. G. Políticas públicas por identidades e de ações afirmativas: acessando gênero e raça, na classe, focalizando juventudes. Em: NOVAES; VANNUCHI (Orgs.), **Juventude e sociedade**: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004, p.275-303.

LEÃO, G.; DAYRELL, J. T.; REIS, J. B. dos. Juventude, projetos de vida e ensino médio. Em: **Educ. Soc.**, Campinas, v. 32, n.117, p.1067-1084, Dez. 2011. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302011000400010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em Set. 2019 <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302011000400010>.

RIBEIRO, M. A. Juventude e trabalho: construindo a carreira em situação de vulnerabilidade. **Em: Arquivos Brasileiros de Psicologia**. Rio de Janeiro, v. 63, n. Spe, p. 58-70, 2011. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672011000300007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 13 maio 2020.

SARRIERA, J. C.; CÂMARA, S. G.; BERLIM, C. S. **Formação e orientação ocupacional**: manual para jovens à procura de emprego. Porto Alegre: Sulina, 2006.

SILVA, P. S. da et al. Diferentes configurações familiares de candidatos à adoção: Implicações para os processos de habilitação. EM: **Estud. psicol. (Natal)**, Natal, v. 22, n. 4, p. 412-421, dez. 2017 Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2017000400008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 13 maio 2020. <http://dx.doi.org/10.22491/1678-4669.20170042>.

SOARES, D. H. P. **A escolha profissional**: do jovem ao adulto. São Paulo: Summus, 2002.

PROHAITI E PRÓ-IMIGRANTE – O ACESSO DE ALUNOS IMIGRANTES E REFUGIADOS À EDUCAÇÃO SUPERIOR: OS DESAFIOS DO ACOLHIMENTO DIANTE DA ESTRUTURA DA UNIVERSIDADE OCIDENTALIZADA

Data de aceite: 03/10/2022

Antônio José Moreira da Silva

Professor de Direito do Trabalho na UNETRI
FACULDADE, Barracão – PR. Graduado
em Direito pela Universidade Federal de
Uberlândia, Especialista em Controle da
Gestão Pública Municipal pela Universidade
Federal de Santa Catarina e Mestre em
Ciências Humanas pela Universidade Federal
da Fronteira Sul – UFFS

RESUMO: O artigo apresenta as linhas gerais dos programas PROHAITI e PRÓ-IMIGRANTE, oferecidos pela Universidade Federal da Fronteira Sul, para acesso de imigrantes e refugiados à educação superior. Após considerações sobre a migração internacional para a região oeste de Santa Catarina, é discutido o direito de imigrantes e refugiados à educação, sob a ótica da evolução do Direito positivo brasileiro. Num momento seguinte, são revisitadas as contribuições críticas de de Fiori (1997), Grosfoguel (2016), Guadilla (2008), Lander (1999), Leme (2010), Magalhães (2006), Mancebo e Silva Júnio (2016), Mato (2008) Mendonça (2000), Mignolo (2006), Souza (2021) e Torres (2018) e Wielewicky e Oliveira (2010) a respeito da estrutura do Estado neoliberal e do modelo de universidade existente na contemporaneidade, os quais estão inseridos no contexto do mundo globalizado, da crise de identidade das instituições de educação superior e dos postulados da meritocracia, enquanto pressuposto de acesso à educação superior. O trabalho conclui que essas questões também

permeiam e norteiam as políticas de acesso e permanência de imigrantes e refugiados no sistema de educação superior. Constatase, finalmente, que, mesmo diante de louváveis esforços e inegáveis avanços, o atual modelo de universidade não está plenamente preparado para o reconhecimento da Educação Superior como bem público e direito social, também acessível à população migrante.

PALAVRAS-CHAVE: Educação superior; instrumentos de acesso; imigrantes.

1 | INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo estabelecer um diálogo entre os contornos gerais dos programas PROHAITI e PRO-IMIGRANTE - instituídos pela Universidade Federal da Fronteira Sul para acesso a imigrantes e refugiados à educação superior - com autores que apresentam uma visão crítica sobre a estrutura da universidade na contemporaneidade.

Inicialmente, o artigo discorre sobre a migração internacional para a região oeste de Santa Catarina, demonstrando a proeminência das populações haitiana e venezuelana na região. Após, é discutido o direito de imigrantes à educação, sob a ótica da evolução do direito positivo brasileiro. Num momento seguinte, são apresentadas as linhas gerais dos programas PROHAITI e o PRÓ-IMIGRANTE, oferecidos pela Universidade Federal da Fronteira Sul, para acesso de imigrantes à educação superior.

Finalmente, são trazidas as contribuições críticas de diversos autores a respeito do modelo de universidade existente na contemporaneidade, o qual está inserido no contexto do mundo globalizado, da crise de identidade das instituições de educação superior e dos postulados da meritocracia (enquanto pressuposto de acesso) que norteiam também as políticas de acesso e permanência de imigrantes e refugiados no sistema de educação superior. O tensionamento que se estabelece no texto parte da compreensão de que a educação superior é um bem público e um direito social (TORRES, 2018). Portanto, o trabalho indaga se o modelo contemporâneo de universidade está preparado para o reconhecimento de “novos direitos”, o que inclui o direito de acesso da população migrante à educação superior.

Importa ressaltar que o presente trabalho não se dedica à análise aprofundada dos programas PROHAITI e PRO-IMIGRANTE, mas apenas a apresentar suas linhas gerais para que seja possível o estabelecimento do diálogo proposto. Além disso, as reflexões trazidas no texto não se aplicam à situação de imigrantes detentores de visto temporário de estudos, previstos pelo art. 14, I, d, da Lei 13.445/2017, concedido àqueles que pretendam vir ao Brasil para frequentar curso regular ou realizar estágio ou intercâmbio de estudo ou de pesquisa (BRASIL, 2017). Assim, a situação tratada é relativa a imigrantes beneficiados pela autorização de residência, com base na acolhida humanitária, bem como a refugiados e solicitantes de refúgio, nos termos da Lei 9.474, de 22 de julho de 1997 (BRASIL, 1997).

O trabalho foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica e documental e pela revisão da legislação e de trabalhos acadêmicos sobre os temas explorados.

2 | AS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS PARA A REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA E O ACESSO DE IMIGRANTES E REFUGIADOS AO ENSINO SUPERIOR

O ato de migrar é intrínseco à existência humana e pode ser realizado pelas mais diversas causas, que vão de motivações profissionais, às catástrofes naturais, perseguições políticas, falta de estrutura adequada e desrespeito aos direitos humanos fundamentais nos países de origem. A busca por melhores condições de vida em um Estado estrangeiro traz consigo “[...] consequências e expectativas para os que partem e para os que ficam. Famílias são separadas e crianças ou fica, sem a presença dos pais, ou os acompanham e transferem seu estudo e seu cotidiano para um novo país” (WALDMAN, 2012, p. 21).

De acordo com o relatório anual elaborado pelo Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra) e promovido pelo Departamento de Migrações da Secretaria Nacional de Justiça, no período de 2011 a 2020 - a chegada de imigrantes internacionais, solicitantes de refúgio e refugiados no Brasil cresceu de forma acentuada, tanto no que se refere aos registros migratórios e solicitações de refúgio, quanto em relação ao mercado de trabalho brasileiro. De acordo com o documento,

Os grandes movimentos migratórios observados nas últimas décadas no Brasil são caracterizados pelo fluxo de indivíduos do hemisfério sul, principalmente oriundos dos países vizinhos. Esses movimentos são resultantes de transformações no acesso e nas garantias de direitos de imigrantes, por exemplo, por meio do Acordo sobre Residência para Nacionais dos países que integram o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e da promulgação da Lei 13.445 de 2017, além de aspectos econômicos e as crises vividas no Haiti e Venezuela. (CAVALCANTI; OLIVEIRA; MACEDO, 2021).

Invocando autores como Castles, De Haas e Miller, o documento sugere que vivemos a “era das migrações”, que poderia ser sintetizada em cinco características fundamentais: globalização, aceleração, diferenciação, feminização e a crescente politização das migrações (CAVALCANTI; OLIVEIRA; MACEDO, 2021, p. 18).

Os mesmos autores, com base em dados obtidos do Sistema Nacional de Registro Migratório (SISMIGRA) da Polícia Federal, observam que nesse período, em Santa Catarina, foram registrados 47.413 imigrantes (CAVALCANTI; OLIVEIRA; MACEDO, 2020).

Bordignon e Piovezana (2015) assinalam que a partir do ano de 2011 chegaram os primeiros imigrantes haitianos à região oeste de Santa Catarina, trazidos por empresas da região. Segundo os autores, “esse novo tempo favorece a criação de contextos de diversidade cultural oportunizando atividades com pessoas e/ou comunidades para o ‘fazer’ intercultural” (BORDIGNON; PIOVEZANA, 2015, p. 929).

No ano de 2018, a cidade de Chapecó já havia recebido cerca de 4.000 imigrantes, sendo que 90% deles eram haitianos e os outros 10% eram compostos por senegaleses, nacionais de outros países latino-americanos entre outros (BORDIGNON; LANGOSKI, 2018, p. 752).

De acordo com matéria do jornal Correio do Povo, no ano de 2020, a cidade de Chapecó recebeu o primeiro grupo de imigrantes venezuelanos, advindos de Boa Vista – RR, com o apoio da Organização Internacional de Migração (OIM) para a ocupação de vagas de trabalho na agroindústria da região. “Segundo a OIM as oportunidades de emprego surgiram a partir de uma parceria entre as empresas contratantes – que abriram os processos seletivos em Boa Vista” (MIGRANTES VENEZUELANOS CHEGAM A CHAPECÓ PARA INICIAR NOVA VIDA EM SC E RS, 2020).

Segundo esses registros, nota-se que a oferta de emprego foi a principal razão para a vinda de imigrantes para a região oeste de Santa Catarina.

Apoiando-se no pensamento de Anthony Giddens acerca do processo de globalização, Bordignon e Piovezana (2015) asseveram que o mundo é uma aldeia global e vem se transformando com o aumento das migrações motivadas pelas guerras, desastres ambientais ou perseguições. Além disso, apontam que a evolução acelerada das novas tecnologias de comunicação amplia o acesso a informações sobre o mercado de trabalho, o que favorece a internacionalização do plano econômico e proporciona o tensionamento do plano cultural tensionado, no que se refere à hibridação e à diversidade (GIDDENS,

apud BORDIGNON; PIOVEZANA, 2015, p. 929).

Nesse sentido, esses autores, citando Gadotti, asseveram que “é preciso mostrar que existe cultura além daquela do indivíduo” e que a universidade “é um ponto de partida e ao mesmo tempo ponto de chegada quando do ‘incorporamento’ intercultural e internacional” (*Op.cit*, p. 930).

Waldman (2012), observa que

A perspectiva de integração da população migrante por meio do ambiente escolar pode ser considerada singular sob o seu aspecto de potencial multiplicação de saberes e experiências. Em outras palavras, ao permitir o acesso de alunos migrantes - sejam crianças, adolescentes ou adultos - às instituições de ensino no país de acolhimento, possibilita-se ao mesmo tempo a aproximação do núcleo familiar e de convivência do aluno com a sociedade receptora, a partir de relatos e da difusão de experiências do estudante com os costumes locais, com a língua oficial do país e com a convivência com professores, funcionários e colegas. Para grande parte dos migrantes que veem no ato de migrar uma possibilidade de ascensão econômica e social, a educação escolar, em especial de seus filhos, provavelmente passa a ser fundamental e de particular importância para uma vida em melhores condições para as futuras gerações (WALDMAN, 2012, p. 13).

De acordo com dados do OBMigra, em 2019, 5.935 migrantes prestaram o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) com vistas ao acesso ao ensino superior (CAVALCANTI; OLIVEIRA; MACEDO, 2020, p. 235). Do mesmo documento se extrai que, no âmbito do ensino superior, um total de 173.734 migrantes estiveram matriculados nas Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil entre 2010 e 2018, sendo que, somente nesse último ano, foram 23.216 migrantes matriculados (*Op. Cit.*, p. 236). Ainda em relação ao ensino superior, o documento aponta que, de acordo com dados do ano de 2018, verifica-se a ausência de haitianos e venezuelanos entre as dez principais nacionalidades matriculadas em universidades brasileiras. De acordo com o estudo, a maior diversidade de origem nessa modalidade de ensino é influenciada por programas de mobilidade estudantil ou convênios bilaterais entre Instituições de Ensino Superior, como os que ocorrem na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), no Ceará e Universidade e na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), em Foz do Iguaçu, focada na integração com a América Latina e o Caribe (*Op. Cit.* p. 237).

Em relação à ausência de haitianos e venezuelanos entre as nacionalidades com maior número de alunos migrantes matriculados em universidades brasileiras, os autores fazem a seguinte consideração:

[...] nota-se sobretudo que no Ensino Superior a mobilidade estudantil prevalece sobre migrantes e refugiados residentes no país, daí resulta que, excepcionalmente nessa modalidade de ensino, nem haitianos, nem venezuelanos - os dois principais coletivos de migrantes no Brasil em termos numéricos -, figurem entre as dez principais nacionalidades no Ensino Superior. Assim, ao observar que as parcerias, convênios e cooperação internacional oportunizam o acesso ao Ensino Superior de estudantes

estrangeiros é importante estimular também projetos e políticas públicas que permitam o acesso dos imigrantes e refugiados já residentes no país a ingressarem nas Instituições de Ensino Superior (CAVALCANTI; OLIVEIRA; MACEDO, 2020, p. 238).

Não por outro motivo, no ano de 2013, por meio da Resolução Nº 32/2013 – CONSUNI, a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), campus Chapecó, instituiu o Programa de acesso à Educação Superior da UFFS para estudantes haitianos – PROHAITI (BRASIL, 2013), “uma experiência pioneira na educação pública federal brasileira” (BORDIGNON; PIOVEZANA, 2015, p. 933). De acordo com os mesmos autores, o programa tem como “objetivo principal contribuir para integrar os imigrantes haitianos à sociedade local e nacional, bem como para a reconstrução do Haiti, por meio do acesso à educação superior, podendo ser incluídas outras modalidades que possam ser consideradas pertinentes” (Op. Cit., p. 933).

Com processo seletivo próprio, o programa estabelece que “o aluno haitiano será considerado aluno regular, tendo as mesmas prerrogativas e deveres dos demais alunos da instituição”. (RELATÓRIO PROHAITI- UFFS PS 2014.1, PS 2014.2 e PS 2015.1, *apud* BORDIGNON; PIOVEZANA, 2015, p. 934).

De acordo com o referido trabalho, até julho de 2015 estavam regularmente matriculados 35 (trinta e cinco) estudantes haitianos, distribuídos em 10 cursos do campus Chapecó. No entanto, alguns desafios se apresentaram para o programa, como a questão do idioma, que foi tratada como o oferecimento de aulas de língua portuguesa para os alunos imigrantes. Além disso, os alunos também encontravam dificuldades relativas à apresentação da documentação acadêmica, em razão da necessidade de apresentação de documentos com tradução juramentada e em relação às dificuldades para a obtenção da documentação para a comprovação da regularidade migratória (Op. Cit. p. 935).

Em 28 de agosto de 2019, a UFFS, por meio da Resolução nº 16/CONSUNI/UFFS/2019, institui o Programa de Acesso e Permanência a Estudantes Imigrantes (PRÓ-IMIGRANTE), caracterizado por “[...] um conjunto de serviços, projetos e ações articuladas com as demais políticas institucionais e acadêmicas que visam ao fortalecimento das condições de acesso, permanência, êxito nas atividades acadêmicas dos estudantes imigrantes da Instituição” (BRASIL, 2019).

No ano de 2021, a Universidade Federal da Fronteira Sul publicou o edital nº 1060/GR/UFFS/2021, com as normas de acesso às vagas suplementares ofertadas em cursos de graduação destinadas a cidadãos haitianos (PROHAITI) e a imigrantes internacionais (PRÓ-IMIGRANTE), que residam no Brasil. De acordo com o edital, a inscrição no processo seletivo especial destina-se a candidatos haitianos e imigrantes internacionais que possuam escolaridade equivalente ao Ensino Médio brasileiro, devidamente comprovada pela apresentação de diploma/certificado, histórico escolar e, no caso de documentos emitidos no exterior, declaração/portaria de equivalência de estudos, emitida pelo Conselho

Estadual de Educação (CEE) brasileiro (BRASIL, 2021).

O Processo Seletivo é realizado em duas etapas: I - Avaliação da Carta de Intenções, redigida em língua portuguesa, com caráter eliminatório e classificatório e; II - Avaliação Oral, em língua portuguesa: de caráter eliminatório e classificatório (BRASIL, 2021).

Os requisitos estabelecidos no edital serão comentados em tópico específico, após uma breve apresentação do direito de acesso de imigrantes à educação no ordenamento jurídico brasileiro e após tratarmos das bases teóricas da problematização proposta.

3 | O DIREITO À EDUCAÇÃO: DO ESTATUTO DO ESTRANGEIRO À LEI DE MIGRAÇÃO

De 1980 até o ano de 2017, vigorou no Brasil a Lei 6.815/1980, conhecida como o Estatuto do Estrangeiro que, segundo sua ementa, definia “a situação jurídica do estrangeiro no país” (BRASIL, 1980). A partir dessa lei, nota-se que o tema da migração era tratado pela perspectiva de que o migrante era alguém estranho ao Brasil. Por isso, o tema deveria ser tratado pela ótica da proteção ao interesse nacional, da segurança nacional e da proteção ao trabalhador nacional. Portanto, eram claras as distinções estabelecidas entre “estrangeiros” e brasileiros, no que se referia a direitos e obrigações.

O art. 16, parágrafo único, do Estatuto do Estrangeiro preconizava que a

a imigração objetivará, primordialmente, propiciar mão de obra especializada aos vários setores da economia nacional, visando à Política Nacional de Desenvolvimento em todos os aspectos e, em especial, ao aumento da produtividade, à assimilação de tecnologia e à captação de recursos para setores específicos (BRASIL, 1980).

Tatiana Chang Waldman (2012), em estudo sobre o direito ao acesso à educação escolar de imigrantes em São Paulo observa que:

No campo jurídico, o migrante internacional se divide em duas condições: é expatriado no país de sua nacionalidade e estrangeiro no território em que reside. Tal dualidade resulta na ausência ou diferenciação no exercício de direitos e deveres tanto em face aos seus compatriotas residentes no país de origem - direitos e deveres que derivam da sua ausência – como diante dos nacionais do país de residência – direitos e deveres que provêm da situação de estrangeiro, de acordo com a situação migratória. A qualidade de migrante o faz, ainda, destinatário de normas jurídicas de natureza distintas, que procedem tanto do Estado de origem como do Estado de acolhimento, ou mesmo de Tratados e Convenções Internacionais ratificados por um ou por ambos (WALDMAN, 2012, p. 24)

O Estatuto do Estrangeiro era regulamentado pelo Decreto n.º 86.715/1981, que se mantinha nas mesmas perspectivas de proteção à segurança nacional (BRASIL, 1981) e impunha uma série de restrições e dificuldades à regularização migratória.

A retrógrada legislação vigorou mesmo após a promulgação da Constituição Federal de 1988, que restabeleceu o Estado Democrático de Direito e elegeu como fundamentos da

República Federativa do Brasil a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político (BRASIL, 1988). O texto constitucional garantiu ainda, aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade e a uma série de outros direitos fundamentais. Por isso, diversos dispositivos do Estatuto do Estrangeiro não foram recepcionados pela nova Constituição, dentre eles, o artigo 48, que excluía migrantes não documentados das instituições de ensino, nos seguintes termos:

Art. 48. Salvo o disposto no §1º do artigo 21, a admissão de estrangeiro a serviço de entidade pública ou privada, ou a matrícula em estabelecimento de ensino de qualquer grau, só se efetivará se o mesmo estiver devidamente registrado (art. 30). Parágrafo único. As entidades, a que se refere este artigo remeterão ao Ministério da Justiça, que dará conhecimento ao Ministério do Trabalho, quando for o caso, os dados de identificação do estrangeiro admitido ou matriculado e comunicação, à medida que ocorrer, o término do contrato de trabalho, sua rescisão ou prorrogação, bem como a suspensão ou cancelamento da matrícula e a conclusão do curso (BRASIL, 1980).

O dispositivo em questão, ao exigir a condição migratória regular para acesso ao direito à educação, se chocava frontalmente com o artigo 205 da Constituição Federal, que assim estabelece:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

O artigo 206 da Constituição positiva o direito à educação como dever do Estado e da família a ser orientado pelo princípio da igualdade de condições para o acesso e permanência nas escolas.

Em razão disto, Waldman (2012), já afirmava:

Tamanha a discrepância entre o Estatuto do Estrangeiro de 1980 e da Constituição de 1988 referentes ao direito da educação escolar de imigrantes, indica que tais dispositivos do estatuto do Estrangeiro não foram recepcionados pela atual Constituição brasileira e que, portanto, desde 1988, todas as pessoas, sejam elas brasileiras ou estrangeiras, estejam às últimas em situação migratória regular ou irregular, deve, ter o direito à educação escolar garantido no Brasil (WALDMAN, 2012, p. 15).

No âmbito infraconstitucional, a Lei n.º 8.069/1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), garante à criança e ao adolescente o direito à educação, assegurando-lhes igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (BRASIL, 1990a); a Lei n.º 9.394/1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), estabelece a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola como princípio básico da educação (BRASIL, 1996). A Convenção sobre os Direitos da Criança, promulgada no Brasil por meio do Decreto n.º 99.710, de 21 de novembro de 1990, assegura que o direito humano à educação escolar deve ser plenamente garantido

a cada criança, sem nenhum tipo de discriminação, independentemente de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional, étnica ou social, posição econômica, deficiência física, nascimento ou qualquer outra condição da criança, de seus pais ou de seus representantes legais (BRASIL, 1990b).

Em razão do descompasso entre o Estatuto do Estrangeiro e a ordem constitucional vigente, após a discussão de outras propostas¹, o Projeto de Lei substitutivo n.º 2.516/2015, com origem no Senado Federal, acatando contribuições do Ministério da Justiça e mediante debate realizado em audiências públicas, foi elaborado um texto que conferia maior proteção aos direitos dos migrantes no Brasil e dos brasileiros no exterior, tratando a questão migratória sob a perspectiva dos Direitos Humanos. O projeto, aprovado no dia 24 de maio de 2017 e convertido na Lei n.º 13.445/2017, instituiu a Lei de Migração, sancionada com vetos presidenciais, tendo entrado em vigor 180 dias após sua publicação.

A nova lei deixou de tratar as questões migratórias sob a ótica da segurança nacional, tratando-a sob os preceitos dos direitos humanos das pessoas que migram. A Lei de Migração passou a estabelecer que a política migratória brasileira rege-se, dentre outros, pelos princípios da universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos, garantindo ao migrante acesso igualitário e livre do migrante a serviços, programas e benefícios sociais, bens públicos, educação, assistência jurídica integral pública, trabalho, moradia, serviço bancário e seguridade social (BRASIL, 2017)

A mesma lei garantiu ao *migrante no território nacional, em condição de igualdade com os nacionais, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, assegurando-lhe também, dentre outros, o direito à educação pública, vedada a discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória* (BRASIL, 2017).

4 | A UNIVERSIDADE OCIDENTALIZADA E MERITOCRÁTICA DIANTE DO DESAFIO DA INTEGRAÇÃO DE ALUNOS IMIGRANTES À EDUCAÇÃO SUPERIOR

Em que pesem os meritórios esforços de integração de alunos imigrantes, conforme já observaram Cavalcanti, Oliveira e Macedo (2020), ainda existe uma carência de projetos e políticas públicas que permitam o acesso dos imigrantes e refugiados já residentes no país às Instituições de Ensino Superior². A partir dessa constatação, percebe-se o

1 Projeto de Lei n.º 5.655/2009, de autoria do Poder Executivo. Foi apensado ao Projeto de Lei n.º 2.516/2015; Projeto de Lei do Senado n.º 288/2013, de autoria do então Senador Aloysio Nunes Ferreira; Anteprojeto de Lei de Migrações e Promoção dos Direitos dos Migrantes no Brasil: elaborado por uma Comissão de Especialistas criada pelo Ministério da Justiça. Seu conteúdo foi apresentado apenas parcialmente ao Congresso Nacional.

2 Ana Waleska P.C. Mendonça (2000), citando Christophe Charles e Jacques Verger, faz distinção entre o conceito de universidade e o de ensino superior, esclarecendo que as universidades sempre representaram apenas uma parte do que poderíamos denominar, de modo amplo, ensino superior. Esses autores esclarecem que a palavra universidade tem um sentido preciso de “comunidade (mais ou menos) autônoma de mestres e alunos reunidos para assegurar o ensino de um determinado número de disciplinas em um nível superior”, sendo, portanto, uma criação específica da civilização ocidental, nascida na Itália, na França e na Inglaterra no início do século XIII. Segundo a autora, “a instituição universitária é uma criação específica da civilização ocidental, que teve, nas suas origens, um importante papel unificador da cul-

pioneirismo³ do Programa PROHAITI e a relevância do Programa PRÓ-IMIGRANTE, ambos instituídos pela Universidade Federal da Fronteira Sul. Vale destacar, conforme apontam Bordignon e Piovezana (2015), que a UFFS nasceu de uma luta histórica de movimentos sociais das regiões Noroeste e Norte do Rio Grande do Sul, Oeste e Extremo Oeste de Santa Catarina e Sudoeste e Centro do Paraná pelo acesso ao Ensino Superior Público e gratuito e caracteriza-se por um projeto diferenciado, que tem por marca a inclusão e a diversidade, com reservas de 90% das vagas aos alunos que cursam o ensino público. Assim, o caráter popular dessa IES se evidencia, “pois tem o objetivo de educar os povos historicamente desfavorecidos como: índios, assentados, quilombolas, ribeirinhos, povos da floresta, povos atingidos por barragens, camponeses entre outros tantos” (PRESTES; PEREIRA; ROSA, 2014). Apesar da relevância deste exemplo transformador, é importante levar em consideração que esta não é a regra que permeia a instituição universidade na atualidade, seja no Brasil, seja em outras regiões do planeta. Diante disto, importa estabelecer um diálogo entre as bases dos programas em comento com o modelo de universidade existente na contemporaneidade. A proposta é realizar esta tarefa a partir de estudos desenvolvidos por autores que abordam a educação superior, por meio de uma análise crítica das estruturas da universidade ocidentalizada. Esses autores realizam essa análise no contexto do mundo globalizado, dos impactos do neoliberalismo nas políticas públicas, da crise de identidade das instituições de educação superior e dos postulados da meritocracia, enquanto pressuposto de acesso a esse nível educacional.

Magalhães (2006) - a partir do cenário europeu - e discutindo a “ideia” e a crise de identidade da educação superior - enquanto “produto, por excelência, da modernidade”, aponta para a necessidade de construir parâmetros para o desenho de estratégias de desenvolvimento das Instituições de Ensino Superior, sem que estas percam a sua alma.

Pelo menos nos países centrais do sistema mundial, devido ao aumento da procura do ensino superior, tanto por parte da coorte de idade tradicional, como por parte, e estes de uma forma cada vez mais significativa, de estudantes mais velhos, assim como devido à proliferação das expectativas sociais e das pressões econômicas e políticas, o ensino superior está a confrontar-se com uma crise de identidade, que surge aparentemente como algo de realmente novo (MAGALHÃES, 2006. p. 15).

Entretanto, o autor menciona o desafio imposto pela narrativa de mercado, empreendedora e empresarialista, argumentando que ela assume uma posição central nos debates em torno de uma nova identidade do ensino superior.

tura medieval e que, posteriormente, ao longo do século XIX, redefinida em suas atribuições e em seu escopo, exerceu, também, um papel significativo no processo de consolidação dos Estados nacionais” (MENDONÇA, 2000, p. 131-132).
3 Em 2008, na obra “Diversidad Cultural e Interculturalidad en Educación Superior. Experiencias en América Latina”, promovida pelo Instituto Internacional da UNESCO para a Educação Superior na América Latina e Caribe (IESALC-UNESCO) já eram apresentados 36 estudos, de autores diversos, sobre experiências interculturais de instituições de educação superior (IES) da América Latina, inclusive no Brasil, dedicadas a atender às necessidades e demandas de formação superior de comunidades de povos indígenas e afrodescendentes e a formular recomendações de políticas públicas sobre a matéria (MATO, 2008).

A razão principal para a crescente centralidade das narrativas empreendedoras/empresarialistas é que elas declaram a inevitabilidade e urgência da sua realização sob a forma do pragmatismo. Primeiro, assumindo que o empreendedorismo/ empresarialismo é a 'melhor maneira' de lidar com o ensino superior de massas e de o gerir ao nível do sistema e ao nível das instituições; em segundo lugar, o mercado surge discursivamente como sendo a instância mais adequada à crescente fragmentação e pluralidade das sociedades e das suas instituições, quer no que diz respeito à sua conceptualização, quer no que se refere à sua forma de gestão (MAGALHÃES, 2006. p. 28).

Corroborando essas afirmações, Mancebo, Silva Júnior e Schugurensky (2016) demonstram que, entre 1995 e 2014, ocorreu um considerável crescimento no número total de matrículas (presenciais e à distância) na educação superior no Brasil. No entanto, o segmento que mais se expandiu no período foram as instituições privadas, que tiveram um crescimento da ordem de 454%, enquanto que na rede pública o aumento foi de 180%. Os autores refletem que “[...] a expansão se dá sob a influência direta de demandas mercadológicas, a partir dos interesses da burguesia desse setor de ampliar a valorização do seu capital, com a venda de serviços educacionais” (MANCEBO; SILVA JÚNIOR; SCHUGURENSKY, 2016, p. 211).

Diante desta realidade, Magalhães (2006) pondera que:

Estas características, contudo, também acabam por chamar a atenção, algo paradoxalmente, para a centralidade do ensino superior ao nível público e individual e para a discussão sobre as escolhas políticas com que o ensino superior de massas se confronta: por um lado, no que diz respeito à relação entre ensino superior e economia e desenvolvimento social, e, por outro lado, no que diz respeito à relação entre massificação e democratização, isto é, no que se refere à possibilidade de fornecer educação superior de qualidade a amplos sectores da sociedade (MAGALHÃES, 2006. pp. 28-29).

No mesmo sentido, Carmen Garcia Guadilla (2008) enfatiza que

Uma permanente vigilância crítica deve atribuir um papel construtivo ao ensino superior, uma vez que as possibilidades ilimitadas do conhecimento e a informação, que são a matéria-prima sobre a qual se baseia o avanço da ciência e da cultura [incluindo científico e técnico], não sejam aproveitados apenas pelo capital econômico ou a ideologia do puro mercado (GUADILLA, 2008, p. 24 – tradução nossa).

De acordo com o cenário apresentado por esses autores, as políticas de acessos a imigrantes internacionais, instituídas por instituições públicas e gratuitas, ganham enorme relevância, pois apresentam-se com ponto fundamental de resistência para a manutenção de uma ideia humanística de universidade, para a democratização da educação superior pública, gratuita, universal e de qualidade.

A crise de identidade da universidade e a mercantilização da educação superior, assim como a “era das migrações” têm na globalização e na economia de mercado uma de suas características. Quanto a isso, Lander (1999), ao comentar os efeitos produzidos ou

acentuados pelo atual processo e globalização, assevera que:

[...] os atuais processos de globalização, sob a forma da radical desregulamentação do capital, longe de conduzir a níveis crescentes de bem-estar coletivo para a maioria da população, tem acentuado rapidamente as desigualdades e exclusões tanto entre países como dentro de praticamente todas as nações do mundo. (LANDER, 1999, p. 27 – tradução nossa).

Leme (2010) identifica o processo de globalização “como o um difusor privilegiado [simultâneo e sincrônico] dos ideários neoliberais por diversos países” (LEME, 2010, p. 114), os quais inspiram as reformas ocorridas em esfera global nos últimos 30 anos, particularmente no Brasil e nas políticas sociais adotadas pelo país, desde então. Quanto a isso, Fiori (1997), ao analisar o padrão periférico de política social vigente na periferia capitalista e latino-americana em particular, assente com as observações de Titmus e Esping-Andersen, classificando a organização burocrático-institucional vigente no Brasil como “meritocrático-particularista” e “conservador e corporativista” (Titmus, 1993; Esping-Andersen; 1993, *apud* FIORI, 1997, p 137). Assim, o autor constata que a discussão sobre esses casos deve deslocar-se “para matizes com que se combina em cada país o assistencialismo e as intervenções tópicas de tipo liberal com alguns sistemas universais de prestação de serviços de preservação ou mesmo complementação de renda (FIORI, 1997, p 137).

A partir da análise feita por Liana Aureliano e Sônia Draibe, Fiori (1997) observa que essas autoras demonstram que até as reformas implementadas pela ditadura militar, o sistema brasileiro era seletivo no plano dos beneficiários, heterogêneo no plano dos benefícios e fragmentado no plano institucional e financeiro. Contudo, após essas reformas foram organizados sistemas nacionais públicos ou estatalmente regulados, na área de bens e serviços sociais básicos, superando a forma fragmentada e socialmente seletiva anterior. No entanto, as autoras citadas consideram que mesmo depois das reformas “o princípio do mérito constitui a base sobre a qual se ergue o sistema brasileiro de política social (AURELIANO, L. e DRAIBE, S. 1989, p. 143, *apud* (FIORI, 1997, p 138).

Portanto, é necessário reconhecer a indissociabilidade das políticas públicas implementadas pelo Estado brasileiro do princípio do mérito, sobre o qual Torres (2018), tece suas considerações a partir da apresentação do primeiro postulado da Conferência Regional de Educação Superior (CRES) de 2008, realizado na cidade de Cartagena das Índias, na Colômbia. Tal postulado estabelece que “a Educação Superior é um bem público social, um direito humano e universal e um dever do Estado. Esta é a convicção e a base do papel estratégico que deve desempenhar nos processos de desenvolvimento sustentável dos países da região” (TORRES, p. 38).

A partir daí, o autor apresenta o que denomina “política de novos direitos”, ideia que se insere no contexto da redemocratização da América Latina – depois de períodos ditatoriais em comum entre vários países da região – após o qual passa a ocorrer o

empoderamento de várias subjetividades políticas, que possibilita reunir políticas de restituição, reconhecimento, extensão e invenção de novos direitos (FEREZ, 2014- 2015, *apud* TORRES, 2008, p. 38).

Com base nessas premissas, o autor defende que o documento da CRES reflete uma vontade comum de construção de um discurso regional institucionalizado em diferentes políticas nacionais (levadas a cabo por governos) e instâncias internacionais que fazem da América Latina um nome que busca construir uma “política dos direitos” como parte de um projeto emancipatório.

De acordo com Torres (2018),

A política de direitos é uma resposta à hegemonia neoliberal, que considera os direitos como limite da concorrência no livre mercado, local do fracasso do intervencionismo estatal e, cada vez mais recorrentemente, os apresenta como a ficção perniciosa que faz os cidadãos acreditarem na possibilidade de uma série de demandas por igualdade (TORRES, 2018, p. 38 – tradução nossa).

No mesmo trabalho, o autor apresenta a evolução do direito à educação, a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, observando que o artigo que se refere ao direito em questão contém as tensões - a ponto de contradição - entre duas concepções reconhecíveis de direitos: por um lado, a expansão dos direitos individuais modernos, proclamados na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789 e, de outro, os direitos sociais, nos quais estaria inserido o direito à educação, o qual, portanto, estaria sujeito à mesma condicionalidade dos direitos sociais, considerados dependentes das economias estatais e de sua interação com o mercado. (TORRES, 2018, p. 39). Com base nesses preceitos e analisando o art. 26 da Declaração de 1948, o autor observa que o acesso ao ensino superior será igual para todos, dependendo dos respectivos méritos. No entanto, o autor ressalta que a igualdade é um conceito denso em direitos sociais e está ligada a um condicionador intimamente ligado à ideia liberal de liberdade e transformada no princípio genético do neoliberalismo: o mérito, ou a “mitologia da seleção natural e o sucesso social” (TORRES, 2018, p. 39). Quanto a isso, é importante ressaltar que a embora a legislação em vigor assegure o direito à educação ao imigrante, tanto com ECA (art. 54, V), como a LDB (art. 4º, V) e a Convenção sobre os Direitos da Criança (art. 28, c) estabelecem uma condicionante ao acesso à educação superior: a capacidade de cada um, ou seja, estabelecem o mérito como critério de acesso (BRASIL, 1990b; BRASIL, 1990a; BRASIL, 1996).

O autor observa ainda que a Declaração de Cartagena, feita um ano antes da Reforma de Bolonha⁴, parece cotejar, de maneira não necessariamente contraditória, a

4 A Reforma, Processo ou Pacto de Bolonha, “recebe esse nome em homenagem à primeira universidade criada na Europa, tendo como foco central ‘uma reorganização de todo o sistema europeu de ensino em torno de um processo formativo com novos valores, com base em competências, em aprendizagens, em conhecimentos’ (PEREIRA; ALMEIDA, 2011, *apud* SOUZA, 2021, p. 37). Para uma compreensão mais direcionada aos aspectos ontológicos do Processo de Bolonha e a sua situação em relação ao atual momento histórico da educação superior brasileira, no que diz respeito

igualdade liberal e a diferenciação (distinção) neoliberal, pois, por um lado, afirma que não há razão que justifique a exclusão de qualquer pessoa do ingresso no sistema de educação superior por meio de uma classificação de indivíduos ou grupos humanos, qualquer que seja ela. Porém, por outro lado, reforça e exhibe toda uma série de caracteres individuais que são a condição de tal direito: mérito, habilidade, esforço, perseverança, determinação. De acordo com o autor, a lógica do mérito é a do indivíduo empreendedor, que desafia as contingências desde o nascimento e consegue, com êxito, se tornar um estudante universitário (TORRES, 2018, p. 44).

Pensada nessa perspectiva, a declaração de Cartagena, que não utiliza, em nenhum momento, o conceito ou a ideia de mérito adota a ideia mesmo de direito ao ensino superior de uma novidade e radicalidade sem precedentes, ao mesmo tempo, é conhecido por ser o depositário de um legado histórico de lutas que se colhem nesse chamado para um projeto de integração latino-americana.

A questão não é, portanto, se o direito à universidade é universal ou não, se passa no teste normativo de sua universalização. A questão é como a universidade é imaginada e transformada se a pensarmos como um direito, quais são esses litígios que a universidade não pode deixar de responder sobre o universalismo que a constitui e institui, como tradição e futuro. Não seria este, por acaso, o legado para uma nova reforma universitária? (TORRES, 2018, p. 50 – tradução nossa).

Finalmente, o autor declara que a não garantia de gratuidade da educação superior define o limite material do estabelecimento dos “méritos necessários”, fixados em termos de seletividade social, como ocorre no sistema chileno, trazido das instituições anglo-saxônicas (TORRES, 2018, p. 41).

A partir dessas reflexões, pode-se dizer que os programas PROHAITI e PRÓ-MIGRANTE - oferecidos por uma universidade pública - vão de encontro à lógica de mercado imposta pelos ditames do neoliberalismo, pois estão fundados em princípio e valores que transcendem essa lógica, como a proteção dos direitos humanos a equidade e está calcada na autonomia didático-pedagógica, administrativa e de gestão financeira de que goza a Universidade (BRASIL, 2013; BRASIL, 2019).

Embora esses instrumentos de acesso se baseiem numa perspectiva de garantia de direitos, é necessário trazer ao debate uma questão apontada por Grosfoguel (2016), a qual antecede a política de diminuição de direitos imposta pelo neoliberalismo e que constitui outra face da crise de identidade da universidade contemporânea. O autor, baseado em trabalhos de Dussel e Boaventura de Sousa Santos, aponta a conquista da América como um dos eventos ocorridos no século XVI, os quais o autor chamou de quatro “epistemicídios”⁵, ou seja, “a destruição de conhecimentos ligada à destruição de

aos alinhamentos e convergências desta com o cenário mundial, ver Wielewicz e Oliveira (2010).

5 Segundo o autor, esses quatro genocídios/epistemicídios ocorridos ao longo do século XVI seriam: a) contra os muçulmanos e judeus na conquista de Al-Andalus em nome da “pureza do sangue”; b) contra os povos indígenas do continente americano, primeiro, e, depois, contra os aborígenes na Ásia; c) contra africanos aprisionados em seu terri-

seres humanos”. De acordo com Grosfoguel, esses quatro epistemicídios fizeram emergir estruturas de conhecimento modernas/coloniais que, atreladas ao processo de acumulação capitalista, são constitutivos de estruturas epistêmicas racistas/sexistas e trouxeram à tona uma epistemologia fundante das universidades ocidentalizadas (GROSFOGUEL, 2016).

Em razão desse epistemicídio, o cânone do pensamento em todas as disciplinas das ciências sociais e humanidades nas universidades ocidentalizadas se baseia no conhecimento produzido por uns poucos homens de cinco países da Europa Ocidental: Itália, França, Inglaterra, Alemanha e os Estados Unidos. Diante disto, o trabalho na universidade ocidentalizada estaria basicamente reduzido a aprender teorias oriundas da experiência e dos problemas desses cinco países, e aplicá-las em outras localizações geográficas, mesmo que as experiências espaciais/temporais destas sejam completamente diferentes (GROSFOGUEL, 2016, p. 27). Diante disto, “o conhecimento produzido a partir das experiências sócio-históricas e concepções e mundo do Sul global – também conhecido como mundo ‘não ocidental’ – é considerado inferior e é segregado na forma de ‘apartheid epistêmico’ RABAKA, 2010, *apud* GROSFOGUEL, 2016, p. 28).

Na Modernidade eurocêntrica, o Ocidente sequestrou e monopolizou as definições de democracia, direitos humanos, libertação da mulher, economia etc. (GROSFOGUEL, 2016, p. 44)

Para o autor, essa discussão tem grandes implicações para a decolonização das universidades ocidentalizadas. Até então, essas universidades têm operado a partir de um uni-versalismo no qual homens ocidentais de cinco países definem pelos outros o que é conhecimento válido e verdadeiro (GROSFOGUEL, 2016, p. 46).

Numa relação de complementariedade dessas ideias, em trabalho de 2006, Mignolo (2006) já discutia a crise da racionalidade científica no quadro da história “interna” da modernidade europeia e da civilização ocidental. De acordo com o autor, a origem dessa crise seria um “totalitarismo epistêmico” e seus padrões - instituídos também a partir do século XVI e vinculados à colonialidade – os quais possibilitaram a negação da racionalidade de todas as outras formas de conhecimento que se distanciassem da teologia, da filosofia e da ciência ocidental. Além disso, de acordo com o autor, no mundo secularizado da ciência posterior ao século XVIII, a opressão epistêmica era a nova face da opressão religiosa no mundo sagrado do cristianismo durante os séculos XVI e XVII (MIGNOLO, 2006, p. 668).

Em contraponto, o autor propõe o reconhecimento de uma “diversidade epistêmica” e um processo de “descolonização epistêmica e de socialização do conhecimento” (MIGNOLO, 2006, p. 668). Segundo o autor, a “diversidade epistêmica” será o horizonte para o qual convergem o “paradigma de transição, (ou um paradigma de conhecimento prudente para uma vida decente), proposto por Santos, e “um outro paradigma” que está

tório e, posteriormente, escravizados no continente americano; e d) contra as mulheres que praticavam e transmitiam o conhecimento indo-europeu na Europa, que foram queimadas vivas sob a acusação de serem bruxas (GROSFOGUEL, 2016, p. 31).

a surgir da perspectiva de conhecimentos e racionalidades subalternos (MIGNOLO, 2000, 2003 *apud* MIGNOLO, 2006, p. 668).

Não basta abraçarmos a perspectiva da modernidade e sentirmo-nos culpados e fazermos um esforço honesto para corrigir os erros. Os problemas não estão no erro. o problema é que não pode haver um caminho, uni-versal. Tem de haver muitos caminhos, pluri-versais. E este é o futuro que pode ser alcançado a partir da perspectiva da colonialidade com a contribuição dada pela modernidade, mas não de modo inverso. o primeiro cenário conduz à pluri-versalidade; o segundo, à uni-versalidade, a uma inclusão generosa do diverso dentro do mesmo do lado bom da modernidade (MIGNOLO, 2006, p. 678).

Diante da problematização trazida por Grosfoguel (2016) e Mignolo (2006), retomamos o pensamento de Lander (1999), para indagar: “Para quê e para quem é o conhecimento que criamos e reproduzimos? Que valores e que possibilidades futuras são nutridas? Que valores e possibilidades futuras são prejudicadas?” (LANDER, 1999, p. 1). Em termos concretos, essas indagações conduzem a análise dos instrumentos de acesso de imigrantes à educação superior a uma questão ontológica que se entrelaça com a crise de identidade da universidade ocidentalizada. Nesse sentido, provoca o autor:

O desafio do pensamento crítico é superar os limites estreitos desse paradigma do pensamento único para indagar outros saberes, outras práticas, outros sujeitos, outros imaginários capazes de manter viva a chama de alternativas a essa ordem social de hegemonia do capital.

Está o pensamento social das universidades latino-americanas em capacidade ética, política e intelectual para responder ao desafio de contribuir com seus saberes e suas práticas para uma sociedade equitativa e democrática, e para um modelo de vida sustentável para a maioria dos atuais e futuros habitantes do planeta Terra? Como responder a esses desafios? (LANDER, 1999, p. 43).

(...)

Não é eticamente responsável continuar com o sonambulismo intelectual que nos faz deixar de lado os desafios que essas questões nos colocam. Os níveis de autonomia, se não epistêmica, então prática, e o grau de liberdade acadêmica com que conta hoje parte da universidade latino-americana não correspondem aos limitados esforços que têm sido feitos para repensar essas instituições a partir de si mesma, em termos substantivos diante dos exigentes e mutáveis contextos - inclusive questões de vida e morte - aos quais teriam que responder (LANDER, 1999, p. 44).

Nesse sentido, percebe-se um esforço emancipatório contido nos programas em comento, uma vez que, para a sua instituição, o Conselho Universitário UFFS levou em consideração “o perfil de Universidade democrática, autônoma, que respeite a pluralidade de pensamento e a diversidade cultural, com a garantia de espaços de participação dos diferentes sujeitos sociais” (BRASIL, 2019). No entanto, a efetividade desse esforço somente poderia ser aferida por meio da análise das práticas acadêmicas e da estrutura curricular dos cursos oferecidos, o que não é objeto do presente trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os desafios impostos pelas migrações atuais demandam um esforço global para a correta abordagem dos múltiplos aspectos envolvidos no ato de migrar e na integração do migrante à sociedade de destino. Ao contrário do que se preconizava anteriormente à vigência da Lei 13.445/2017, a imigração não pode ser abordada apenas pela perspectiva do suprimento de mão obra para o mercado nacional, uma vez que a Constituição de 1988 garantiu a brasileiros e estrangeiros residentes no país o direito à igualdade. Nessa perspectiva e - ao tratarmos a educação superior como um bem público e um direito social - cabe ao Estado, de maneira ativa, instituir mecanismos de acesso a imigrantes, refugiados e solicitantes de refúgio à educação superior, com base nos princípios e garantias previstos pela Lei de Migração, entre eles, o da não discriminação em razão dos critérios ou dos procedimentos pelos quais a pessoa foi admitida em território nacional e o acesso igualitário e livre do migrante a serviços, programas e benefícios sociais, bens públicos, bem como o direito à educação pública, vedada a discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória.

Nesse sentido, nota-se que o edital de abertura do processo seletivo especial unificado PROHAITI e PRÓ-IMIGRANTE, bem como das resoluções que instituíram esses programas, são dotados de esforços promovidos pela Universidade Federal da Fronteira Sul para dar cumprimento à ordem constitucional e ao novo ordenamento jurídico vigente no Brasil em matéria migratória, bem como a uma série de postulados trazidos por tratados e convenções internacionais dos quais o Brasil é signatário. Percebe-se que a IES persegue a missão institucional de assegurar o acesso à educação superior como fator decisivo para o desenvolvimento da região da Fronteira Sul, a qualificação profissional e a inclusão social. Os programas ainda buscam promover a integração acadêmica e social dos estudantes imigrantes junto à UFFS e comunidade local - além de se proporem a auxiliar os estudantes estrangeiros a vencerem dificuldades linguísticas, socioculturais, legais e outras. No entanto, apesar desses meritórios esforços, as exigências documentais previstas no edital dificultam o acesso de imigrantes e refugiados, os quais, muitas vezes, deixam o seu país de origem sem ao menos portar documentos básicos de identificação, dada a sua situação de extrema vulnerabilidade.

No mesmo sentido, há de se fazer observações em relação aos requisitos de domínio da língua portuguesa para o ingresso. Por um lado, o domínio da língua escrita e falada será um instrumento indispensável para o dia a dia acadêmico; por outro, será um significativo obstáculo para o acesso a um contingente considerável de migrantes à educação superior no Brasil. Daí o reconhecimento da importância do oferecimento de aulas de língua portuguesa para os alunos migrantes. No entanto, os projetos poderiam prever o oferecimento de um período de adaptação universitária, por meio do qual o estudante se munisse dos conhecimentos linguísticos exigidos pelas disciplinas do curso escolhido.

Além desses desafios, há de se observar que os programas de acesso e permanência de imigrantes e refugiados ao ensino superior estão circunscritos às barreiras epistêmicas que definem a estrutura da universidade ocidentalizada. Essa estrutura, confrontada com o fenômeno da globalização e da mercantilização do ensino superior esbarrará nos mesmos entraves apontados pelos autores anteriormente analisados, isso sob uma perspectiva de inclusão e reconhecimento e de compreensão de sociabilidades representadas não só por migrantes, mas também outros povos historicamente desfavorecidos.

Portanto, no aspecto ontológico, a estrutura da universidade ocidentalizada atinge de igual maneira brasileiros e imigrantes. No entanto, em que pese o fato de os programas desenvolvidos pela UFFS estarem longe de representar uma alteração significativa na estrutura epistêmica da universidade ocidentalizada, as políticas de integração do imigrantes e refugiados à universidade representam um importante passo rumo à diversidade epistêmica, à democratização do acesso à educação superior e à afirmação da educação superior como um direito social garantido pela ordem constitucional vigente. Em outras palavras, uma fundamental contribuição para a luta pela descolonização das estruturas de conhecimento da universidade ocidental.

REFERÊNCIAS

BORDIGNON, Sandra de Ávila Farias; PIOVEZANA, Leonel. Práticas de integração na diversidade: das intenções à criação do PROHAITI na UFFS. In: **XII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**. 2015. Curitiba. Anai..., p. 928-944. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/19421_9777.pdf>. Acesso em 02 jan. 2022.

BORDIGNON, Sandra de Ávila Farias; LANGOSKI; Deisemara Turatti. GEIROSC –grupo de estudo sobre imigrações para a região oeste de Santa Catarina: apoio e atendimento ao imigrante. **Brazilian Journal of Development Braz. J. of Develop.**, Curitiba, v. 4, n. 3. Edição Especial, p. 750-765, jun. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 01 dez 2021

_____. Decreto n.º 99.710, de 21 de novembro de 1990b. **Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d99710.htm>. Acesso em 03 jan. 2022.

_____. Decreto nº 86.715, de 10 de dezembro de 1981. **Regulamenta a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração e dá outras providências**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d86715.htm>. Acesso em 03 jan. 2022.

_____. Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997. **Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências**. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9474.htm>. Acesso em 04 dez 2021.

_____. Lei n.º 13.445/2017, de 24 de maio de 2017. **Institui a Lei de Migração**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm>. Acesso em 24 ago. 2020.

_____. Lei n.º 6.815, de 19 de agosto de 1980. **Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6815.htm>. Acesso em 03 jan. 2022.

_____. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990a. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em 03 jan. 2022.

_____. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em 03 jan 2022.

_____. Universidade Federal da Fronteira Sul. **Edital nº 1060/GR/UFFS/2021**. Processo Seletivo Especial Unificado PROHAITI Pró-Imigrante. Disponível em: <<https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/edital/gr/2021-1060>>. Acesso em 03 jan. 2022.

_____. Universidade Federal da Fronteira Sul. **Resolução nº 16/CONSUNI/UFFS/2019**. Institui o Programa de Acesso e Permanência a Estudantes Imigrantes (PRÓ-IMIGRANTE), no âmbito da Universidade Federal da Fronteira Sul. Disponível em: <<https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consuni/2019-0016>>. Acesso em 03 jan. 2022.

_____. Universidade Federal da Fronteira Sul. **Resolução nº 32/CONSUNI/UFFS/2013**. Institui o Programa de Acesso à Educação Superior da UFFS para estudantes haitianos - PROHAITI e dispõe sobre os procedimentos para operacionalização das atividades do programa. Disponível em: <<https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consuni/2013-0032>>. Acesso em 03 jan. 2022.

CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; MACEDO, M. **Imigração e Refúgio no Brasil**. Relatório Anual 2020. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2020. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados/relatorio-anual/2020/OBMigra_RELAT%C3%93RIO_ANUAL_2020.pdf> Acesso em Acesso em 02 jan. 2022.

CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. **Relatório Anual 2021 – 2011-2020: Uma década de desafios para a imigração e o refúgio no Brasil**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2021. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/Relat%C3%B3rio_Anuar/Relato%CC%81rio_Anuar_-_Completo.pdf> . Acesso em 02 jan. 2022.

FIORI, Jose Luís. **Estado de Bem-Estar Social: Padrões e Crises**. PHYSIS: Rev. Salde Coletiva, Rio de Janeiro, 7(2): 129-147, 1997. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/physis/a/qJZJQm4N36gyJhjkpfvwdhK/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 02 dez. 2021.

GROSGOUEL, Ramón. **A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI**. Revista Sociedade e Estado – Volume 31 Número 1 Janeiro/Abril 2016. Pp. 25-49. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/se/a/xpNFtGdzw4F3dpF6yZVVGgt/?lang=pt>>. Acesso em 27 nov. 2021.

GUADILLA, Carmen García. Pensadores y forjadores de la universidad latinoamericana. Visión general. in GUADILLA, Carmen García (org.). **Pensamiento universitario latinoamericano**. Caracas: CENDES, IESALC-UNESCO, bid & co. editor, 2008. p. 21-53 <http://flacso.redelivre.org.br/files/2012/08/749.pdf>. Acesso e, 7 dez. 2021.

LANDER, Edgardo. ¿Conocimiento para que? ¿Conocimiento para quién? Reflexiones sobre la universidad y la geopolítica de los saberes hegemónicos. In: **Estudios Latinoamericanos**. julho-dezembro de 1999/Janeiro-junho de 2000. Disponível em: <http://revistas.unam.mx/index.php/rel/article/view/52369>. Acesso em 30 nov. 2021.

LEME, Alessandro André. Neoliberalismo, Globalização e Reformas do Estado: reflexões acerca da temática. **Barbarói**. Santa Cruz do Sul, n. 32, jan./jul. 2010. P. 114-138. Disponível em: < <https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/1045>>. Acesso em 06 dez. 2021.

MAGALHÃES, António M. A Identidade do Ensino Superior: a Educação Superior e a Universidade. In: Revista Lusófona de Educação, 2006, 7, 13-40. Disponível em: <https://revistas.ulusofofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/713>. Acesso em 03 dez. 2021.

MANCEBO, Deise. SILVA JÚNIOR, João dos Reis. SCHUGURENSKY, Daniel. A Educação superior no Brasil diante da Mundialização do Capital. In: **Educação em Revista**. Belo Horizonte. v.32. n.04. p. 205-225 |Outubro-Dezembro 2016. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/edur/a/WFgZf9XLF5RnN9mjYdN8Mr/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 27 nov. 2021.

MATO, Daniel (coord). **Diversidad cultural e interculturalidad en Educación Superior**. Experiencias en América Latina. Publisher: UNESCO-IESALC; Janeiro/2008. Disponível em: < <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000183804>> Acesso em 25 nov. 2021.

MENDONÇA, Ana Waleska P.C. A universidade no Brasil. In: **Revista Brasileira de Educação**. n.14, Mai/Jun/Jul/Ago, 2000. p. 131-150 Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/SjbNJRqbdKVKtLrFskfxLJ/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 21 nov. 2021.

MIGNOLO, Walter D. Os Esplendores e as Misérias da ‘Ciência’: Colonialidade, Geopolítica do Conhecimento e Pluri-versaridade Epistêmica. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Conhecimento Prudente para uma Vida Decente**. Um discurso sobre as Ciências Revisitado. 2.^a ed. Cortez Editora. 2006. p. 667 – 707.

MIGRANTES VENEZUELANOS CHEGAM A CHAPECÓ PARA INICIAR NOVA VIDA EM SC E RS: Trabalhadores estavam abrigados em centros de acolhimento em Boa Vista (RR). Chapecó, 09 out. 2020. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/cidades/migrantes-venezuelanos-chegam-a-chapec%C3%B3-para-iniciar-nova-vida-em-sc-e-rs-1.495913>. Acesso em: 10 jan. 2022.

PRESTES, Tiago; PEREIRA, Helida Santi; ROSA, Luana Carletto da. **Universidade Federal da Fronteira Sul e Educação do Campo: Afirmando A Educação Popular**. In. SEMINÁRIO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO - PROJETOS POLÍTICO PEDAGÓGICO DE ESCOLAS DO CAMPO NO RS E I SEMINÁRIO DE HISTÓRIA ORAL - A MEMÓRIA DA LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA NA FRONTEIRA SUL DO BRASIL. 2014. Anais... Disponível em: < https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/373/2019/06/Regional_Erechim_2013-4-2.pdf> Acesso em 05 jan. 2022.

SOUZA, José Vieira de. História da Educação Superior. p.25-95. in MOROSINI, Marília (org). In: **Enciclopédia Brasileira de Educação Superior - EBES**. Vol. 2. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2021. Disponível em: <<https://editora.pucrs.br/livro/1563/>>. Acesso em 08 jan. 2022.

TORRES; Sebastián. Lo que pueden los derechos: universidad y política latinoamericana. In: BENENTE, Mauro. **La universidad se pinta de pueblo**: educación superior, democracia y derechos humanos. 1ª ed. José C. Paz: Edunpaz, 2018. p. 36-52. Disponível em: < <https://edunpaz.unpaz.edu.ar/OMP/index.php/edunpaz/catalog/view/16/23/63-1>>. Acesso em 12 dez. 2021.

WALDMAN, Tatiana Chang. **O acesso à educação escolar de imigrantes em São Paulo: a trajetória de um direito**. 2012. 236f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2140/tde-15082013-101420/pt-br.php>>. Acesso em 03 dez. 2021.

WIELEWICKI, Hamilton de Godoy; OLIVEIRA, Marlize Rubin. **Internacionalização da educação superior: Processo de Bolonha**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 18, n. 67, p. 215-234, abr./jun. 2010. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/35WwFPb8TFWtzTy66WYdyDk/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 08 jan. 2022.

CAPÍTULO 8

UMA REFLEXÃO SOBRE O RACISMO ESTRUTURAL NO LIVRO DIDÁTICO: DESCONSTRUINDO ESTEREÓTIPOS, A PARTIR DAS OPERAÇÕES COM E SOBRE A LINGUAGEM

Data de aceite: 03/10/2022

Ariane do Nascimento Oliveira Pêres

Mestranda do Programa de Pós-Graduação
Mestrado Profissional em Ensino de
Humanidades - PPGEH- IFES
<http://lattes.cnpq.br/4200604995956371>

Antônio Carlos Gomes

Doutor em Linguística e Língua Portuguesa
pela Universidade Estadual Paulista – UNESP.
Professor titular do IFES - Instituto Federal
do Espírito Santo – Campus Vitória, docente
permanente do Mestrado Profissional em
Humanidades e do Mestrado em Letras -
Profletras
<http://lattes.cnpq.br/9995004018308532>

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo uma proposta de pesquisa cuja temática de estudo alinha-se aos estudos da linguagem com práticas antiracistas, utilizando como temática o racismo estrutural apresentado nos livros didáticos de forma silenciosa, potencializando o processo de ensino-aprendizagem no que se refere à produção de conhecimento através da desconstrução de estereótipos, a partir das operações com e sobre a linguagem, nos anos finais do Ensino Fundamental. Essa pesquisa versa construir estratégias para refletir e sistematizar caminhos que contribuam de forma significativa com o trabalho do professor, para que por meio das operações de linguagem, na

prática, o docente possa em diálogo com os alunos, problematizar os cenários propostos no livro didático, desconstruindo estereótipos que encobrem ou naturalizam o racismo estrutural, no entanto o nosso foco principal é constituir sujeitos críticos e mais humanizados por meio do processo interativo com e pela linguagem. Como produto educacional, iremos construir um ebook com reproduções de atividades já presentes no livro didático que evidencie essas estratégias em uma perspectiva ativa, ou seja, capaz de influenciar o pensamento da maioria a partir do conflito de ideias. Esse propósito visa dispor um trabalho pedagógico sobre o racismo estrutural nos livros didáticos e nas aulas de Língua Portuguesa.

RACISMO ESTRUTURAL NO CENÁRIO DA EDUCAÇÃO

Os reflexos do racismo estrutural no cenário da educação e a tentativa de estruturar um debate acerca do tema traz à tona questões fundamentais para o campo Educacional, uma vez que a naturalização de pensamentos e situações que promovem a discriminação racial formam o racismo estrutural no campo da educação até mesmo além dos muros das escolas, precisando assim de um olhar aguçado para serem desarticulados.

Para compreender o racismo estrutural, é preciso refletir sobre a naturalização de ações,

hábitos, situações, falas e pensamentos que já está incutido no cotidiano do povo brasileiro, e promovem, direta ou indiretamente, a segregação ou o preconceito racial. Um processo que atinge tão duramente — e diariamente — a população negra (ALMEIDA, 2018). Diante disso, a educação passa a representar novos desafios em relação a este paradigma, pois pertence à mesma formar cidadãos que valorize, respeite e se reconheça na sociedade — sociedade esta que os coloca sempre à margem.

A sociedade brasileira tem obtido cada vez mais projeção sobre o debate no que se refere a igualdade étnico-racial e equidade de direitos sociais, sobretudo no campo da educação o debate vem se fortalecendo na ressignificação dos seus elementos normativos e de mediação pedagógica buscando constantemente a efetividade no combate ao racismo estrutural e discriminação racial, que atingem os negros, através dos instrumentos de manutenção e mecanismos inclusos na educação pública brasileira, em sua organização, institucionalização de regras e disciplinamentos com os padrões de condutas, naturalizando-se para uma racionalidade de cultura escolar, predominante nos locais de formação de estudantes de baixa renda, em sua maioria negros.

Sabemos que o chão das escolas não são espaços imunes mas sim segmentado da sociedade, porque ela é constituída e construída pelas mesmas pessoas que circulam fora daquele espaço, mas considerando a instituição de ensino como o espaço na qual estereótipos, preconceitos e práticas discriminatórias são desconstruídas, precisamos fortalecer diálogos e reflexões a procura de meios de realizar ações afirmativas no combate ao racismo, a discriminação e ao preconceito que vitimizam a comunidade escolar negra.

Em virtude disto, a abordagem da história e cultura africana e afro-brasileira no campo da educação busca ou deveria buscar desconstruir e desarticular o racismo estrutural que direta e indiretamente afeta a população e principalmente os alunos. Mas que, viabiliza a auxiliar o autoconhecimento da identidade das pessoas negras, além de contribuir para a igualdade étnico-racial. Partindo do pressuposto de que todos somos iguais, proporei ressignificação e aplicabilidade dessas atividades do livro didático, da coleção “Se Liga na Língua – Leitura, Produção de Texto e Linguagem”, de Wilton Ormundo e Cristiane Siniscalchi (2018), que atualmente é a coleção adotada nas escolas do Estado, conforme os dados do (PNLD) Plano Nacional do Livro Didático (2017).

Objetivando reflexões e debates sobre a valorização da diversidade étnica e cultural, ampliando seu conhecimento através das vivências, discussões com os outros colegas, buscando inserir no contexto das aulas de LP uma educação antirracista, oportunizando ações didático/pedagógico que viabilize o reconhecendo étnico-racial, as lutas e resistências de um povo na busca no fortalecimento de uma sociedade mais justa e igualitária.

A inquietação partiu de algumas contradições ou insatisfações nos LD, o fato destes possuírem textos importantes, porém com propostas de atividade mecanizadas, dispensando o conhecimentos empírico dos alunos, Paulo Freire afirma que a “leitura do mundo precede a leitura da palavra” (FREIRE, 1989), com isto, quer dizer que apoio na

realidade vivida é a base para qualquer construção de conhecimento, e a bagagem que os alunos possuem. Através da experiência como docente observei que, ainda persiste, na contemporaneidade, a extinção de textos, atividades, até mesmo de autores negros, à negação de suas produções culturais, a negação de um discurso intercultural, um conhecimento colonial, assegurado muitas vezes pela dimensão pedagógica.

O racismo estrutural se expressa para além de sua dinâmica subjetiva e se consolida quando esses grupos são de certa forma limitados de acessos e permanência à espaços legitimados pela sociedade, muitos deles quando não galgam o sucesso profissional, muitos fracassam em suas trajetórias escolares, param no meio do caminho e evadem, não avançam, são os que tem menos escolaridade, se tornam profissionais subalternizados, mal remunerados, estão nos posicionamentos mais baixos da hierarquia social.

Nesse sentido, a presente pesquisa justifica-se uma importante contribuição para os docentes, como já apontado o LD quando não é o único meio é o mais utilizado nas escolas públicas, com o apoio e mediação pedagógica as práticas podem ser neutralizadas, ao propor um espaço de troca de saberes, almejando entender que as narrativas construídas dão significados as suas vidas e existências, saberes estes que possuem legitimidade, acrescentados em seus repertórios culturais e subjetividades que cada um construiu, revelando dimensões que até então não foram exploradas, contribuindo para a identidade cultural, tanto para o campo do ensino como da pesquisa.

É muito comum o não diálogo entre a instituição escolar com os conflitos étnico-culturais evidenciados em seu interior, o silenciamento e a negligência de debates restringidos aos estudos que problematizam as relações raciais na escola, refletindo sobre as origens de um pensamento de permanência do racismo e o desenvolvimento de uma reação antiracista, através do fazer pedagógico, tudo dito acima traduz-se na inconclusão do percurso escolar, dificuldades de ascensão social, crescimento e sucesso profissional, acesso a posicionamentos sociais legitimados, negação a espaços de poder e decisão. Assim, os reflexos do racismo operam num primeiro momento como elemento integrador para na etapa final do processo educativo fazer o descarte desses sujeitos. Para nortear os caminhos dessa pesquisa procuro estabelecer uma ligação dos estudos culturais com a epilinguagem, buscando a reflexão do indivíduo na perspectiva de formação dos sujeitos e das suas experiências escolares e cotidianas. Os textos presentes nos livros didáticos carregam na sua essência um conjunto de ideias e estruturas derivadas de uma historiografia europeia, apresentando certa 'padronização' na produção dos livros didáticos, quanto ao uso da iconografia, de atividades pedagógicas e textos suplementares. Somado a esses aspectos, considera-se ainda que as editoras promovem mudanças no projeto original das obras apresentadas pelos autores (MEDEIROS, 2005, p. 37-38). Essas alterações afetam diretamente a forma de pensar e de ensinar do professor, bem como as formas de aprender do estudante.

RETRATO DO NEGRO NO LIVRO DIDÁTICO

Mesmo com algum avanço nos últimos anos, muitos professores ainda podem se deparar com livros didáticos que carregam preconceitos em relação à população negra. No caso das escolas públicas, isso já não deveria mais acontecer também por ser item de exclusão de obras nos editais do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), e os especialistas são unânimes em dizer que é preciso eliminar toda e qualquer representação negativa.

Mas como sabemos as instituições educacionais não estão isentas de serem submetidas a influências racistas, logo, a discriminação étnico-racial é encontrada nas escolas, presente entre estudantes, professores/as, direção da instituição, nos materiais midiáticos e didáticos das escolas. Sendo assim a escola não pode isentar-se de trabalhar com as questões raciais, pois cabe a ela formar cidadãos anti-racistas, solidários e respeitosos (LOPES, 2005).

Lopes aponta que para promover igualdade as instituições educacionais teriam necessidade de comprometer-se com projetos que visem conscientizar e modificar mudanças nas atitudes dos alunos, com o intuito de combater o racismo (LOPES, 2005). Nessa direção a escola poderá “[...] promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça [...] e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 1988).

O livro didático é parte da cultura material escolar e, portanto, comporta conteúdos ideológicos hegemônicos, ele permanece como o mais frequente recurso utilizado pelos docentes e que, na maior parte dos casos, as imagens desses materiais didáticos contradizem os princípios preconizados na Lei 10.639/03, pois não evitam a discriminação, além de reforçarem o preconceito.

Muitas das problemáticas que apareceram ao longo da análise feita no LD são reflexos de uma sociedade preconceituosa da qual ainda fazemos parte. Diretamente associado a isso, temos o fato de que pouco discute, no âmbito acadêmico e formal. A educadora Dr.^a Nilma Lino Gomes aponta que

a implementação da lei 10.639/03 também encontra os cursos de formação de professores em ensino superior com pouco ou nenhum acúmulo sobre a temática racial e, muitas vezes, é permeada pela resistência a sua própria inserção nos currículos dos cursos de Pedagogia e Licenciatura (GOMES, 2010, p.103- 104, grifo nosso).

Ao considerar os livros didáticos examinados, uma série de possibilidades interpretativas decorrem do estudo, o silenciamento do tema, as abordagens ou grupos sociais, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (MEC, 1997), a Escola deve ser o espaço privilegiado para a formação de práticas igualitárias, de modo a eliminar toda forma de discriminação e racismo, é evidente que crianças negras são vítimas de preconceito racial dentro das escolas e indicam também que essas ideias afetam negativamente a construção da subjetividade, autoestima e podem ser prejudiciais

ao processo de aprendizagem dos alunos.

Acreditamos ser possível criar dentro da escola novos espaços de aprendizagem em que os alunos possam utilizar o LD juntamente com a abordagem da epilinguagem para pensar, refletir, e exteriorizar relações dialógicas através de determinadas atividades. Esses espaços devem possibilitar a construção de conceitos diferenciados a partir de novas formas de linguagem, de sensibilização e de organização que atinjam a raiz do nosso imaginário, tanto no aspecto externo, das atitudes, palavras e comportamentos, como no interior, dos nossos valores, crenças e emoções (SOUSA, 2005, p. 200).

Ribeiro destaca que a inserção dessa literatura ou até mesmo esta abordagem é de suma importância para a desconstrução de estereótipos, podendo incidir no imaginário das crianças, favorecendo o pensar sobre e o a partir de então na produção de novos conceitos, atitudes e ações quanto ao ser negro, pois “atos imaginativos antecedem mudanças em nossas atitudes e ações” (1996, p. 172)

Baseada na cultura eurocêntrica, a educação brasileira desenvolve uma política de discriminação e exclusão do povo negro, visto que não incluem em seus conteúdos programáticos estudos sobre essa cultura, principalmente nos livros didáticos de língua portuguesa, os materiais didáticos trabalhados na escola não estão voltados para desenvolver uma prática de valorização das culturas e etnias que existem em nosso país.

Sobre isto, Silva (2005) destaca:

“De modo geral, ele omite ou apresenta de forma simplificada e falsificada o cotidiano, as experiências e o processo histórico – cultural de diversos segmentos sociais tais como a mulher, o branco, o negro, os indígenas e os trabalhadores entre outros.” (SILVA, apud, MUNANGA 2005, p. 23)

E ainda enfatiza:

“Em relação à população negra, sua presença nesses livros foi marcada pela estereotipia e caricatura, identificadas pelas pesquisas realizadas nas últimas décadas” (Idem, p. 23)

Segundo Sant’ Ana (2005, p. 57), a partir de dados levantados por muitos pesquisadores sobre o racismo no livro didático, alguns pontos foram detectados e levantados, são eles:

1. Nas Ilustrações e textos o negro pouco aparece e, quando aparece, está sendo representado em uma situação de inferiorização comparado ao branco;
2. Pouco ou nada está ilustrado sobre a família negra, é como se a criança negra não tivesse família.
3. Os textos presentes nos livros fazem a criança pensar que a raça branca é mais bonita e mais inteligente;
4. Nos textos sobre a formação étnica do Brasil são mostrados o índio e o negro; o branco não é mencionado (em alguns casos) já é pressuposto;

5. Índios e negros são geralmente citados no passado, como se não existissem;
6. Os textos de história e estudos sociais limitam-se as referências sobre as contribuições tradicionais dos povos africanos.

Diante dos pontos abordados acima, podemos entender o porquê da criança negra não se sentir na maioria das vezes representada no livro didático, tão pouco sua família ou algo que faça parte do seu cotidiano. É neste momento, que a escola, junto com os professores, aliados aos livros didáticos devem tratar desta questão étnica de maneira democrática, sábia e provocativa, trabalhando a reflexão, objetivando apresentar para seus alunos a autonomia, buscar sua identidade, e a necessidade de respeitar o valor peculiar que cada povo e cada cultura possuem.

Silva (1989) complementa:

“O livro didático ao vincular estereótipos que expandem uma representação negativa do negro e uma representação positiva do branco, está expandindo a ideologia do branqueamento, que se alimenta das ideologias, das teorias e estereótipos de inferioridade/superioridade raciais que se conjugam com a não legitimação pelo Estado, dos processos civilizatórios indígenas e africanos, entre outros, constituintes da identidade cultural da nação” (Silva, 1989, p. 57)

Assim, as representações dos negros no livro didático estão normalmente carregadas da ideologia do grupo dominante. Onde, na maioria das vezes, não possuem a oportunidade de escrever sua própria história, ou seja, a sociedade brasileira adaptou-se em ver os negros exercerem papéis sociais subalternos e desvalorizados no contexto social. Silva mais uma vez manifesta que:

“O estereótipo do negro estigmatizado em papéis de baixo prestígio social contribui, em grande parte, para que as pessoas de pele clara tenham adquirido o senso comum de que os negros não têm papéis e funções diversificadas e que esse é o “seu lugar” na sociedade, bem como para que muitos negros no passado interiorizassem essa representação e aceitassem como natural a estigmatização, como o seu lugar na sociedade. Por outro lado, a exclusão real na sociedade é exercida através do código da “boa aparência”, que contribui em larga escala para barrar os negros que tem capacitação, para exercer os papéis e funções consideradas de prestígio social” (Silva, 2001, p. 14).

LIVRO DIDÁTICO COMO PATRIMÔNIO CULTURAL

Há muito tempo, o livro é um atributo de superioridade intelectual e, muito notadamente, social, além de ser o “símbolo de todos os poderes” (CHARTIER, 1997). A história do livro é muito antiga e surgiu há aproximadamente quatro mil anos, no Egito, com o uso de folhas de palmeira para o registro de acontecimentos.

O patrimônio faz parte da construção dos referenciais históricos individuais e coletivos, principalmente no que se refere ao cenário histórico local. No entanto, essa

percepção não é um elemento trivial, o processo de formação e de reconhecimento dessa identidade deve fazer parte da formulação e execução de políticas públicas que contemplem o patrimônio, mas apenas essa prática não dá conta de estimular uma cultura de conhecimento e valorização patrimonial, logo também devem ser cultivadas medidas educacionais relativas à conscientização, identificação, reconhecimento, compreensão e ressignificação dos aspectos históricos culturais manifestos de diferentes formas.

Para além das definições até aqui citadas, o conceito de patrimônio também aparece atrelado a um leque de valores artísticos, estéticos, sociais e culturais, sob a categorização de material ou imaterial.

Dessa forma, considerando o patrimônio como elemento de constituição histórica/identitária, entendemos que ele faz parte, em diferentes tempos, do lugar vivido, usado, habitado e praticado como bem define Certeau (1994). O patrimônio é uma estrutura fragmentada que precisa de uma significação relativa para fazer sentido, esta advém do lugar em que ele é vivido e interpretado e do quão faz parte esse patrimônio da história do lugar.

A TEORIA DAS OPERAÇÕES DA LINGUAGEM E A LINGUAGEM NO LIVRO DIDÁTICO

Mesmo com algum avanço nos últimos anos, muitos professores ainda podem se deparar com livros didáticos que carregam preconceitos em relação à população negra. No caso das escolas públicas, isso já não deveria mais acontecer também por ser item de exclusão de obras nos editais do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). E os especialistas são unânimes em dizer que é preciso eliminar toda e qualquer representação negativa.

Lidar com o LD na educação linguística exige da/o professora/professor um olhar mais crítico para a questão da representatividade política e social de classe, raça, gênero etc. Pois, a crítica

“é necessária para ultrapassarmos os limites impostos pela Modernidade”, para marcarmos “uma posição política nos debates”, ressaltando “a importância de questões sociais - desigualdade, pobreza, injustiças sociais, gênero, racismo etc. - nos estudos da linguagem” (QUEIROZ, 2020, p. 123-124).

Partindo desse pressuposto, trazemos conceito de epilinguismo que é atribuído ao linguista francês Antoine Culioli¹, cuja teoria, no Brasil, é estudada e referenciada por pesquisadores como Franchi (1991); Rezende (2008) e Romero (2011), entre outros estudiosos, onde nos guiará em reestruturar atividades para que os alunos sejam reflexivos,

¹ Antoine Culioli (1990) é um linguista francês reconhecido sobretudo por seus estudos teóricos apresentados na “Teoria das Operações Predicativas ou Enunciativas - (TOPE)”, que entende que a linguística tem como objeto de estudo “a atividade de linguagem apreendida através da diversidade das línguas naturais” (apud PRIA, 2013, p. 52), isto é, a tarefa do linguista é estudar o funcionamento da linguagem enquanto atividade significante de representação, ou melhor, enquanto atividade de produção e reconhecimento de formas linguísticas.

pratique alteridade e seja autônomo, não busque tal autonomia nas atividades em si, mas que através delas, eles se encontrem, se vejam, e busque sua indetentidade.

Quando o aluno(a) não se vê representado(a) de forma positiva, recebendo a carga da negatividade imposta a sua imagem, sua cultura e sua história, não tem interesse nesse currículo, nessa aula, na própria atividade, muitas da vezes a história trabalhada em sala não a contempla, ou as representam feia, má e incapaz, Ana Célia Silva, considera que a reconstrução da autoestima e da identidade negra deve ser a primeira ação da educação antirracista em todos os espaços educativos. Silva chama atenção para a necessidade de mostrar pessoas negras em diversos espaços e situações.

“É importante que professores quebrem os estereótipos e ofereçam aos alunos a perspectiva que existe na realidade. Os negros estão em posições de importância social e relevância intelectual. Também são cientistas, gestores e políticos.

Os livros paradidáticos podem ter um papel importante nesse contexto. A autora diz que as produções de professoras e professores do movimento negro e outros autores têm apresentado temáticas que propiciam às crianças negras e não negras o conhecimento do cotidiano, cultura e história do povo negro.

O cerne da discussão sobre o ensino, segundo Suassuna (1995), está na concepção de linguagem que determina o fazer pedagógico. Silva *et al.* (1986) defendem que a maneira como vemos a linguagem define os “caminhos de ser aluno e professor”, pois o modo como se vê a natureza fundamental da língua é tão importante quanto a postura que se tem relativamente à educação (TRAVAGLIA, *op cit.*).

Fundamentalmente, três concepções de linguagem podem ser apontadas e, a cada uma delas, podemos associar algumas correntes linguísticas. A primeira concepção vê a linguagem como *expressão do pensamento*. De acordo com essa concepção, as pessoas que não conseguem se expressar, não pensam, sua expressão se constrói no interior da mente, sendo sua exteriorização apenas uma tradução. Travaglia (*ibidem*, p. 21) aponta que, de acordo com essa concepção, “a enunciação é um ato monológico, individual, que não é afetado pelo outro nem pelas circunstâncias que constituem a situação social em que a enunciação acontece”.

A segunda concepção de linguagem a tem como *um instrumento de comunicação*. Essa visão refere-se à língua como um código, um conjunto de signos que combinam entre si segundo regras, capaz de transmitir ao receptor uma dada mensagem. A terceira concepção compreende a linguagem como *uma forma de interação*: “mais do que possibilitar uma transmissão de informações de um emissor a um receptor, a linguagem é vista como um lugar de interação humana” (GERALDI, 1997b, p. 41). Nessa concepção, de acordo com Travaglia (*op. cit.*, p. 23), a linguagem é “um lugar de interação comunicativa pela produção de efeitos de sentido entre interlocutores, em uma dada situação de comunicação e em um contexto sócio-histórico e ideológico”.

Tal concepção está ligada a uma nova tendência dos estudos linguísticos – o sociointeracionismo – que se preocupa em explicar a linguagem como meio de interação social. Refletindo sobre essas concepções e reconhecendo que elas refletem visões bastante diferenciadas do fenômeno linguístico, Suassuna (1995) afirma que

falta (...) uma concepção mais *globalizante* de linguagem, que leve em conta seu caráter coletivo e cotidiano, seus elementos ideológicos, suas contradições, seus sujeitos produtores. E mais: falta uma concepção de linguagem que norteie, de modo coerente, os procedimentos metodológicos traçados (p. 38).

Como podemos perceber, é de grande relevância que o professor conceba a linguagem de forma ampliada, levando em consideração que ela é o lugar de constituição de relações sociais onde os falantes se tornam sujeitos (GERALDI, 1997b). E que reconheça que a maneira como concebe a linguagem e a língua altera em muito a *forma* como estrutura o trabalho com a língua em termos de ensino (TRAVAGLIA, 2006).

Objetivando esclarecer ações que se fazem *com* a linguagem, *sobre* a linguagem e as ações *da* linguagem, Geraldi distingue três atividades: as linguísticas, as epilinguísticas e as metalinguísticas. As atividades linguísticas, segundo o autor, são aquelas que, praticadas nos processos interacionais, referem-se ao assunto em pauta, permitindo a sua progressão. Elas demandam “um certo tipo de reflexão que se poderia dizer quase ‘automática’, sem suspensão das determinações do sentido que se pretendem construir na intercompreensão dos sujeitos” (GERALDI, p. 20).

As atividades epilinguísticas são aquelas que, também presentes nos processos interacionais, e neles capazes de ser detectadas, são resultado de uma reflexão que toma os próprios recursos expressivos como seu objeto. São atividades que,

independente da consciência ou não, tomando as próprias pressões usadas pelos objetos, suspendem o tratamento do tema a que se dedicam os interlocutores para refletir sobre os recursos expressivos que estão usando. Seriam operações que se manifestariam nas negociações de sentido, em hesitações, em autocorreções, reelaborações, rasuras, pausas longas, repetições, antecipações, lapsos, etc. e que estão sempre presentes nas atividades verbais (ibidem, p. 24).

Visando a importância do trabalho sob uma abordagem epilinguística, compreendida como a própria atividade de linguagem, buscando no ensino de Língua Portuguesa, explorar possibilidades diferenciadas das tradicionais, pretendemos abaixo descrever pontos que julgamos relevantes sobre a Teoria das Operações Predicativas Enunciativas (TOPE), do linguista francês Antonie Culioli, gênese da epilinguagem.

Como ressalta Gomes (2007),

Todo indivíduo tem autonomia para mobilizar a língua, construindo representações do pensamento e, ao colocar em funcionamento as unidades linguísticas, por um ato individual, faz a enunciação. Portanto, enunciar é operacionalizar a linguagem considerando o ato, os instrumentos e o contexto

da sua realização em determinado espaço-tempo, em que os conteúdos linguísticos permitem o sujeito regular e referenciar o pensamento (GOMES, 2007, p. 12).

A partir dessas reflexões e inquietações, reconhecemos tanto a importância do processo de construção e ressignificação de significados para as aulas de Língua Portuguesa, quanto o diálogo com essa teoria nada pragmática. Portanto, nosso principal interesse é ressignificar as atividades selecionadas, sustentada através da visão Culioliana acerca da enunciação. Para tanto, faz-se necessário estabelecer, fundamentalmente, algumas reflexões no tocante à referenciação, pois [...]

a linguagem não é a reprodução, transcrição ou codificação de um referente: ela constrói valores referenciais que, como construções enunciativas que são, não repousam em nenhum outro elemento de estabilidade além do que a enunciação pode construir (VOGÜÉ; FRANCKEL; PAILLARD, 2011, p. 11).

Nessa perspectiva, em consonância com a teoria que orienta nossa pesquisa, Gomes (2007) reitera que

A linguagem oferece um universo de possibilidades para enunciar e suas operações requerem o exercício de uma metalinguagem que facilite a manipulação, pelo sujeito, de suas construções e reconstruções linguísticas nas diversas interações do dia-a-dia. Diante da necessidade de uma competência para operacionalizar os vários domínios linguísticos, não se pode reduzir o ato enunciativo a um conjunto de situações padronizadas que limitam a descrição das formas de interação verbal (GOMES, 2007, p. 12).

Outro ponto que destacamos na Teoria das Operações Enunciativas é a distinção entre frase e enunciado, pois Culioli não aborda esse conceito de forma tradicional (estruturalista). De acordo com Zavaglia (2016), para esse linguista

[...] a frase está relacionada com as regras que definem a relação prediativa pelo conceito de léxis e o enunciado, por sua vez, com a localização de uma relação prediativa numa situação de enunciação por um sistema de referência (ZAVAGLIA, 2016, p. 59).

Esta estruturação se insere na TOPE (Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas) proposta pelo francês Antoine Culioli que trata a produção textual como um processo dinâmico e, assim, a atividade linguística torna-se questionadora, aberta e criativa, possibilitando a aprendizagem da língua e da linguagem de maneira construtiva.

A TOPE – Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas considera a língua como um sistema de representação da atividade de linguagem produzida por interlocutores em interação. Nesse processo dialógico, realizam-se as operações de representação mental, a referenciação e a regulação. A representação mental se dá pela forma do conhecimento de mundo pelo sujeito. É um processo que se reflete na linguagem e se caracteriza por construir as noções (linguísticas e extralinguísticas) que adquirem forma quando entram em relação com outras noções.

Os processos referenciais consistem nas operações de localização das noções em

um dado tempo e espaço. A regulação define-se por ser a relação enunciativa instaurada entre os sujeitos enunciadores. Essa operação é central na atividade de linguagem, pois os sujeitos realizam os ajustes na atividade linguagística. Segundo a teoria de Culioli (1990, 1999a, b), a TOPE – Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas, visa construir um sistema de representações metalinguísticas manipuláveis e operacionais possibilitando o estabelecimento de uma correspondência entre as configurações linguísticas, concebidas como agenciamentos de marcadores no texto oral e/ou escrito, e as operações abstratas.

ATIVIDADES EPILINGÜÍSTICAS E O LIVRO DIDÁTICO

Na Língua Portuguesa ainda é muito discutido a respeito de atividades gramaticais que levam em conta determinadas operações de escrita e reescrita, visando elaborar e transformar textos, relegando para uma etapa posterior da formação dos alunos geralmente sugeridos os últimos anos do ensino fundamental, no entanto o trabalho para a compreensão de uma metalinguagem gramatical evidencia de que o termo “atividade epilingüística” seja praticamente desconhecido pelos professores de LP. Ao longo do desenvolvimento de nossa pesquisa, muitas foram as indagações quanto ao que seriam tais atividades. Em função disso, apresentamos algumas definições dos principais autores que tratam desse conceito. Em Franchi (1991: 36-37), temos o seguinte:

Chamamos de atividade epilingüística a essa prática que opera sobre a própria linguagem, compara as expressões, transforma-as, experimenta novos modos de construção canônicos ou não, brinca com a linguagem, investe as formas lingüísticas de novas significações. Não se pode ainda falar de “gramática” no sentido de um sistema de noções descritivas, nem de uma metalinguagem representativa como uma nomenclatura gramatical. Não se dão nomes aos bois nem aos boiadeiros. O professor, sim, deve ter sempre em mente a sistematização que lhe permite orientar e multiplicar essas atividades. [...] Por um lado, ela se liga à atividade lingüística, à produção e à compreensão do texto, na medida em que cria as condições para o desenvolvimento sintático dos alunos: nem sempre se trata de “aprender” novas formas de construção e transformação das expressões; muitas vezes se trata de tornar operacional e ativo um sistema a que o aluno já teve acesso fora da escola, em suas atividades lingüísticas comuns. Mas por outro lado, essa atividade é que abre as portas para um trabalho inteligente de sistematização gramatical. [grifo nosso]

Geraldi (2002: 63-64) aponta para o fato de que:

Todas essas considerações mostram a necessidade de transformar a sala de aula em um tempo de reflexão sobre o já- conhecido para aprender o desconhecido e produzir o novo. É por isso que atividades de reflexão sobre a linguagem (atividades epilingüísticas) são mais fundamentais do que aplicação a fenômenos sequer compreendidos de uma metalinguagem de análise construída pela reflexão de outros. Aquele que aprendeu a refletir sobre a linguagem é capaz de compreender uma gramática – que nada mais é do que o resultado de uma (longa) reflexão sobre a língua; aquele que nunca refletiu sobre a linguagem pode decorar uma gramática, mas jamais

Travaglia (2001: 34) considera que:

As atividades epilingüísticas são aquelas que suspendem o desenvolvimento do tópico discursivo (ou do tema ou do assunto), para, no curso da interação comunicativa, tratar dos próprios recursos lingüísticos que estão sendo utilizados, ou de aspectos da interação. (...) A atividade epilingüística pode ser ou não consciente. Se pensamos que inconsciente se relaciona com a gramática de uso, se consciente parece se aproximar mais da gramática reflexiva, todavia, de qualquer forma há uma reflexão sobre os elementos da língua e de seu uso relacionada ao processo de interação comunicativa.

Conforme podemos verificar pelos apontamentos dos autores, atividades epilingüísticas são aquelas que permitem operar uma reflexão sobre os recursos da língua de modo a potencializar o seu domínio nas esferas pessoais e/ou sociais que demandam um uso eficiente da linguagem verbal. Sobretudo, podemos realizá-las de modo mais ou menos consciente, isto dependerá das finalidades pelas quais são empregadas. A cautela que dispensamos em reformular nossas falas para sermos melhor compreendidos por nossos interlocutores é um exemplo de atividade epilingüística; quando reescrevemos ou remodelamos várias vezes um mesmo texto, transformando-o para tornar sua expressão fiel quanto possível aos nossos propósitos discursivos – as vezes informar, opinar, convencer, emocionar, satirizar ou desculpar-se – estamos realizando inúmeras atividades epilingüísticas.

Nos dois casos mencionados acima, podemos estar mais conscientes de nossas intenções do que das operações que realizamos sobre a língua; porém, não deixa de haver uma reflexão lingüística fundamentalmente voltada para o uso. Na sala de aula, o grau de consciência sobre essas operações que realizamos intuitivamente desde que começamos a adquirir nossa língua materna pode elevar-se se houver um trabalho voltado para este fim, e é o que faremos com as atividades selecionadas nos livros didáticos, o propósito seria alargar o repertório de estratégias a serem deliberadamente utilizadas pelos alunos na construção de seus textos, orais ou escritos, aumentando as suas possibilidades de explorar os diversos recursos da língua e de conhecer os seus efeitos e sentidos. Como diz Tal domínio é representado por uma flexibilidade lingüística que permite adequar os registros às situações e intenções comunicativas, bem como pelo conhecimento dos valores socialmente atribuídos às diversas variedades lingüísticas. Assim, no contexto da educação fundamental, as atividades epilingüísticas constituem um importante meio de instrumentação para as práticas que envolvem as habilidades lingüísticas dos alunos – ouvir (compreender), falar, ler (compreender), escrever. Isso significa que, permeando as atividades lingüísticas propriamente ditas, centradas em práticas constantes de leitura, escrita e oralidade, as atividades epilingüísticas favorecem, por um lado, a aprendizagem de novas formas de construção e transformação das expressões; por outro, a ativação e a adaptação de um sistema a que o aluno já teve acesso por meio de sua prática lingüística

cotidiana.

No que concerne às atividades epilingüísticas, mais especificamente nos livros didáticos, destaca-se a refacção textual, ou seja, reescrita de textos, como situações didáticas, pressupõem encaminhamentos que devem ser levados em conta no planejamento das atividades. Isso significa que não basta verificar equívocos nos textos dos alunos e propor uma reformulação sem direcionar o foco para aspectos que precisam ser trabalhados. Partindo das produções dos alunos, os PCNs sugerem que, entre os diversos componentes da expressão oral ou escrita, isole-se o fator gramatical linguístico ou discursivo a ser estudado, mas sim, tomar como ponto de partida as capacidades já dominadas pelos alunos.

Para tanto, é necessário que o professor selecione em quais aspectos pretende que os alunos se concentrem de cada vez, posto que não é possível tratar de todos ao mesmo tempo, de forma consciente. Destacamos, ainda, que as atividades epilingüísticas precisam ter como foco as dificuldades dos alunos ou partir do que já sabem, de seu conhecimento de mundo para a ampliação das possibilidades de utilização da língua, no caso trabalharemos a ausência ou má formulação que é apresentado o negro em atividades, textos nos LD, dito isso, é necessário o diagnóstico criterioso dos pontos que precisam ser trabalhados. Nesse caso pretendemos que os alunos vejam essas atividades como algo próximo do seu cotidiano, da sua identidade, que através delas eles reflitam a importância e a potência que a voz negra possui, seja através de um poema, um texto até mesmo uma música.

Sem dúvida, a qualidade da educação básica é uma necessidade premente. Contudo, torna-se necessária uma reflexão mais sistemática a respeito da sala de aula, da própria escola, dos sujeitos que atuam nessa instituição, das práticas naturalizadas de interação entre esses sujeitos e do arsenal de instrumentos que auxiliam na concretização dessas práticas. Dentre esses materiais, o livro didático (LD) é um que reivindica grande atenção. No Brasil, o livro didático de português (LDP) é praticamente o único meio de o aluno ter acesso à cultura letrada. Nesse contexto, ele ganha relevância porque é principalmente através dele que esse aluno tem a possibilidade de desenvolver habilidades de leitura e de escrita. Em face disso, é preciso que o LD busque pautar-se pela clareza e correção, quer dos conceitos, quer das informações que transmite, visando a promover tanto a reflexão sobre os fatos de linguagem envolvidos nos processos de interação que envolve a cultura.

REFERÊNCIAS

A desconstrução da discriminação no livro didático. In: MUNANGA, K. (Org.). Superando o racismo na escola. Brasília: MEC/SECAD, 2005.

SILVA, Ana Célia da. **Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático.** Salvador: EDUFBA, 2001.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

REZENDE, Letícia Marcondes. **Atividade Epilingüística e o Ensino de Língua Portuguesa**. Revista do Gel, São Paulo, v.5, n.1, p. 95-108, 2008.

CULIOLI, Antoine. **Pour une linguistique de l'énonciation: opérations et représentations**. v.1. Paris: Ophrys, 1990.

ROMERO, Márcia. **Epilinguismo: considerações acerca de sua conceitualização em Antoine Culioli e Carlos Franchi**. ReVEL, v. 9, n. 16, 2011.

TRAVAGLIA, L. C. **Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática**. São Paulo: Cortez, 2006. 245.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 60a edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016. FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979b.

FRANCHI, Carlos. **Criatividade e gramática**. São Paulo: SE/CENP. 1991. 39 p. GERALDI, João Wanderley. O ensino de língua portuguesa e a base nacional comum curricular. **Revista retratos da escola**. Brasília, v. 9, n. 17, p. 381-396, jul./dez. 2015

REZENDE, Letícia Marcondes. Atividade Epilingüística e o Ensino de Língua Portuguesa. **Revista do GEL**; S. J. do Rio Preto, v. 5, n. 1. p. 95-108, 2008. REZENDE, Letícia Marcondes. WAMSER, Camila Arndt. Atividade epilingüística em sala de aula: uma proposta possível. **Estudos linguísticos**. São Paulo, 43 (2): p. 774- 787, 2014.

ROMERO, Márcia. Epilinguismo: considerações acerca de sua conceitualização em Antoine Culioli e Carlos Franchi. **ReVEL**, v. 9, n. 16, 2011.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Para que ensinar teoria gramatical. **Revista de estudos da linguagem**. Belo Horizonte, v. 10, n. 2, p. 135-231, 2002.

GERALDI, J.W. (1985). **Concepções de linguagem e o ensino de Português**. In: GERALDI, J.W. (org.) **O texto na sala de aula**. Cascavel: Assoeste. (1997) Portos de passagem. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes. (2002) Linguagem e ensino. Exercícios de militância e divulgação. Campinas: Mercado de Letras.

CAPÍTULO 9

LITERATURA E TECNOLOGIA: INSPIRAÇÃO, INVENÇÃO, TRANSFORMAÇÃO

Data de aceite: 03/10/2022

Adelcio Machado dos Santos

Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento (UFSC). Pós-Doutor em Gestão do Conhecimento (UFSC). Docente, pesquisado e orientador do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) Caçador/SC/Brasil

Soeli Staub Zembruskii

Pós-doutora em Letras pela UFPR, mestre e doutora em Estudos da Tradução pela UFSC. Especialista em Metodologia de Ensino de Língua Inglesa e graduada em Letras Português-Inglês. Professora efetiva da SED SC e professora permanente no Mestrado em Práticas Transculturais - UNIFACVEST Lages SC
ORCID 0000-000203079-4177

RESUMO: O presente trabalho promove reflexões acerca da contribuição da literatura no campo dos avanços tecnológicos. Apresenta evidências de experimentos idealizados no imaginário das obras de Mary Shelley, Julio Verne e *Stratemeyer Syndicate*, e concretizados por inventores que, na maioria das vezes, se declaram inspirados pela leitura. Abordando a relação cíclica entre literatura e tecnologia, destacamos o atual contexto em que os inventos tecnológicos influenciam na forma de criação e disseminação de obras literárias de modo a evidenciar a convergência entre elas e a contribuição que essa relação traz para a humanidade facilitando

a locomoção, salvando vidas e, acima de tudo, confirmando o poder criador da imaginação e da realização humana.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura; Tecnologia; Inspiração; Contribuição; Transformação.

LITERATURE AND TECHNOLOGY: INSPIRATION, INVENTION, TRANSFORMATION

ABSTRACT: This paper promotes ponderations about the contribution of literature in the field of technological advances. It presents evidence of experiments idealized in the imaginary of the works of Mary Shelley, Julio Verne and *Stratemeyer Syndicate*, that were further materialized by inventors who, in most times, declare themselves inspired by reading. Approaching the cyclical relationship between literature and technology, we highlight the current context in which technological inventions influence the form of creation and dissemination of literature works in order to evidence the convergence between them and the contribution that this relationship brings to humanity improving locomotion, saving lives and, above all, confirming the creative power of imagination and human realization.

KEYWORDS: Literature; Technology; Inspiration; Contribution; Transformation.

1 | INTRODUÇÃO

O ser humano é curioso por natureza, e a curiosidade talvez seja uma de suas melhores qualidades, pois o impulsiona a desafiar, empreender, descobrir e criar. Tais ações fazem

parte da História desde os mais antigos registros, desde os tempos mais remotos. Levados por essa inquietação, desde a antiguidade os seres humanos viveram inovando, modificando o espaço que habitavam e fabricando aparatos para assegurar sua sobrevivência por meio de defesa, cultivo de alimentos e abrigo. No entanto, sua alma humana, ansiosa por algo além de existir, não se contenta com o prático, o útil. Sua constante é o movimento, a transformação, e assim segue alterando sua realidade, criando e transformando o entorno com suas invenções.

Dentre muitas criações humanas, a linguagem verbal foi a invenção que impulsionou todas as demais, pois possibilitou compartilhar pensamentos, negociar, estabelecer trocas, enfim, comunicar e assim aperfeiçoar o *modus vivendi*. Derivada dessa, a Literatura, difere-se pela aproximação que tem com a fantasia e a liberdade de criação, com o intuito de expressar sentimentos, sensações, pensamentos e questionamentos intrínsecos à condição humana, a Literatura dedica-se a expressar o que nos vai na alma. Comumente descrita como a arte das palavras, é caracterizada por sua relação com as emoções, com o subjetivo e intangível, transita pelo universo da criação e desse modo, não se prende às regras do positivismo, e assim livremente produz sua própria realidade a partir do imaginário.

Dessa relação surgem outras tantas grandes invenções. Em movimento, o imaginário parte do que já existe e atua sobre essa realidade modificando, incrementando e criando possibilidades. Considerado por Laplatine; Trindade (1996, p.28) como “[...]um processo cognitivo no qual a afetividade está contida, traduzindo uma maneira específica de perceber o mundo, de alterar a ordem da realidade” o imaginário atua sobre a realidade:

Para construir o processo do imaginário é preciso mobilizar as imagens primeiras, como dos homens, cidades, animais e flores conhecidas, libertar-se delas e modificá-las. Como processo criador, o imaginário re-constrói ou transforma o real. (Laplatine; Trindade 1996, p.08)

Assim, permite ao escritor a criação de uma realidade inventada, a qual poderá acender a centelha que habita todos os curiosos humanos. Entre eles haverá alguém que dará vida a essas ideias, evidenciando que, embora se mova confortavelmente pelo terreno da imaginação, a Literatura também se encontra profundamente relacionada ao concreto, realizável e visível.

Nascida no mundo das ideias, a literatura atua sobre o mundo real como propulsora de invenções que modificam nossa vida profundamente, criando a partir de suas “imagens primeiras” equipamentos e produtos com os quais convivemos diariamente. Exemplos dessa relação são frequentes nas narrativas de ficção e são bastante difundidas atualmente como curiosidades culturais por diversos sites que divulgam temas relacionados à tecnologia e cultura. Dentre eles, o <https://brasilisnet.com> apresenta matéria intitulada: *Invenções inspiradas na ficção científica*, na qual lista um grande número de inventos e conquistas tecnológicas e os relaciona à ficção literária e cinematográfica. Muitos são os enredos e

equipamentos citados como fonte de inspiração para os mais diversos inventos, no entanto, há os que pela abrangência de sua obra, e pela relevância do conteúdo se tornam objeto de maior especulação. Significa dizer que a invenção apresentada conquista maior espaço se a obra literária trouxer outras questões relevantes, isso se dá pelo alcance que a obra literária terá sobre o público, tanto na quantidade de obras vendidas quanto no efeito provocado no leitor.

2 | MARY SHELLEY - FRANKSTEIN OU O PROMETEU MODERNO (1823) E O DESFIBRILADOR

Além de sua obra mais conhecida, Mary Shelley escreveu outros livros, incluindo Valperga, (1823) *The Last Man* (1826), lançado no Brasil pela Landmark em edição bilingue com tradução de Marcella Furtado sob o título de *O último Homem* (2007), uma autobiografia chamada *Lodore* (1835) e *Mathilde* (1959) que foi publicado após sua morte. Nascida em 30 de agosto de 1797 em Londres na Inglaterra, era filha de William Godwin e Mary Wollstonecraft ambos escritores. A mãe faleceu logo após o parto, o pai casou-se com Mary Jane Clairmont com quem a escritora teve uma convivência difícil devido ao fato de a madrasta não apoiar os investimentos em sua educação. Ao que tudo indica, Mary sentiu muito a ausência materna e encontrava refúgio em ler sobre seu túmulo. A escritora inglesa é atualmente lembrada como um grande talento criativo e precursora da ficção científica. Sua corajosa trajetória é pelo cinema, lançado em 2017 *Mary Shelley* é um drama romântico, escrito por Emma Jensen e dirigido por Haifaa al-Mansour que apresenta também o contexto de criação de Frankstein.

Nesse romance, a autora não só produz uma das obras mais inspiradoras da literatura mundial no que se refere à invenção de um equipamento, como também fomenta a discussão em torno dos limites éticos envolvendo a vida, instigando e questionando procedimentos médicos e científicos. Mary (à época Mary wollstonecraft Godwin) escreve um conto de terror em uma aposta com seus amigos: Lord Byron, Jonh Polidori, e aquele que viria a ser seu marido, Percy Bysshe Shelley e apesar de ser a única do grupo a concluir o desafio, os méritos de Mary vão muito além de ganhar a aposta, pois seu conto apresentado como livro pela primeira vez em 1923 em Gênova, figura entre as obras mais emblemáticas da literatura de todos os tempos.

Desafiando os paradigmas do século XVII, a obra de Shelley traz à tona a discussão em torno dos limites humanos sobre a criação da vida. O protagonista, Victor Frankenstein deseja criar um ser humano a partir de membros de cadáveres os quais desenterra e manipula sem o pudor ou a reverência frequentemente oferecida aos mortos, com o objetivo de operar sobre um corpo inanimado e reavivá-lo com uma corrente elétrica. A narrativa suscita questões referentes à presunção humana de se igualar ao criador da vida.

No enredo, Frankstein obtém sucesso em sua empreitada e traz sua criatura à vida

a partir de uma descarga elétrica. Além da abordagem ética em relação ao procedimento, o romance apresenta outras tantas reflexões acerca do sentido da vida, das afeições e da amizade, entre outras. No que tange a influência sobre a criação de equipamentos tecnológicos, observamos que em 1930 sua criação foi executada por William B. Kouwenhoven, estudante da John Hopkins University School of Engineering que criou um aparelho composto por duas colheres de metal para transmitir descargas elétricas em corações doentes. Inicialmente testado em cães, foi utilizado pela primeira vez em um humano em 1947 quando o cirurgião americano Claude Beck se utilizou dele para salvar a vida de um paciente. Desde então, o equipamento está presente no cotidiano dos hospitais do mundo.

Diante do exposto, é natural relacionarmos o invento do desfibrilador à obra de Mary Shelley pela semelhança entre a descrição e o propósito descritos na narrativa e o aparelho fabricado. O objeto idealizado por ela foi recriado na vida real por meio do experimento de Kouwenhoven e evidencia a preconização da literatura à essa invenção transportando-a do mundo das ideias para a realidade e salvando muitas vidas reais desde então.

3 | JULIO VERNE E A FICÇÃO CIENTÍFICA

Em seu fascínio por aventuras fantásticas, o autor desbrava o inusitado e de maneira visionária, descortina cenários inimagináveis para muitos de seus contemporâneos. Nascido em 08 de fevereiro de 1828 em Nantes, na região francesa da Bretanha, é desde muito jovem, influenciado por histórias de marinheiros. Isso o leva a fugir de casa no intento de conhecer o mundo descrito pelos marujos. Seu pai, Pierre Verne, conseguiu impedi-lo da fuga, mas nunca o afastou da paixão pela aventura.

Na escola, Julio dedicava-se ao estudo de Geografia, pois essa o aproximava das viagens, mapas, barcos e máquinas à vapor. Sonhava em ser marinheiro, no entanto, por vontade do pai, ingressou na escola de direito.

Aos 20 anos chega a Paris onde conhece o escritor Alexandre Dumas, autor de *Os Três Mosqueteiros* e se impressiona com a composição que mescla fatos históricos à Literatura, o que parece ser um fato decisivo para o ingresso do jovem nas artes literárias, motivando-o a publicar seu primeiro conto abordando viagens marítimas (1851). Nessa época conhece o jornalista Félix Nadar que o apresenta ao balonismo, um de seus objetos de inspiração, também a Jules Hetzel o editor que recebe os primeiros esboços de Verne. Considerando os escritos muito historiográficos, pede ao jovem que reescreva o enredo com mais aventura. Após duas semanas, Julio Verne, apresenta-lhe *Cinco semanas num balão*, obtendo sucesso imediato e um contrato no qual comprometia-se a escrever dois livros por ano, durante vinte anos.

Esse foi o ponto de partida para viagens espetaculares que o escritor proporcionou a seus leitores, suas histórias se passavam nos mais diferentes cenários: polos gelados,

desertos e até mesmo no centro da Terra. O diferencial de sua composição se encontra na maestria com que insere conceitos científicos, coordenadas geográficas, descrições de paisagens e é claro engenhosidades que ainda não existiam fora de seus livros. Desse modo, alcançou lugares que pareciam inatingíveis e inspirou a criação de muitos aparatos foram, mais tarde, de fato materializados pela mão humana.

3.1 O enredo e a inspiração

Seus romances *Da terra à lua* (1865) e *Viagem ao redor da lua* (1870) contam a aventura espacial de jovens membros do Clube do Canhão que idealizam um equipamento a ser lançado em direção à lua. Entre eles havia um francês chamado Michel Ardan que propõe que o projétil seja tripulado, juntamente a outros dois voluntários ardan se propõe a ser um tripulante. Os meninos iniciam a construção e utilizando um canhão, um telescópio e muita pólvora para disparar o foguete. Após a propulsão o projétil chega próximo à lua, porém, não consegue pousar ficando em órbita com seus passageiros, por dois meses. O desfecho da aventura é contado em *Viagem ao redor da Lua* (1870 que relata a engenhosidade dos tripulantes ao utilizaram equipamentos do próprio projétil, para tentar alcançar a lua. Apesar de todos os esforços, não conseguem e acabam retornando à Terra, ou melhor ao Oceano Pacífico onde jogam *poker* (ou *dominó na versão em Português*) até serem resgatados por um navio americano.

Tais aventuras, criadas na ficção de Julio Verne, inspiram a viagem que vai ocorrer em 20 de julho de 1969 quando o astronauta norte-americano Neil Armstrong pisa na lua pela primeira vez. Essa conquista impulsionou vários avanços científicos, de acordo com Pedro Luiz Cortês, da Escola de Comunicações e Artes (ECA) em entrevista ao Jornal da USP em 28 de julho de 2017:

Tivemos uma melhor compreensão da ciência, de como surgiu a Terra e como ela evoluiu, de qual o papel da Lua nessa evolução da Terra, mas também verificamos uma série de evoluções em relação à tecnologia. Não é uma surpresa que nos anos subsequentes, já na década de 1970, surgiram os primeiros microcomputadores.

A inegável a contribuição da ficção de Julio Verne no desenvolvimento de tecnologias aplicadas à vida moderna se dá também em muitas de suas obras. Em sua vasta obra, Verne é constantemente lembrado pela antecipação de conquistas e invenções e seus romances classificados como premonitórios.

3.2 Robur o Conquistador dos Céus e as Máquinas Voadoras

Outro exemplo da contribuição inspiração literária sobre as criações científicas vem da obra *Robur o conquistador* (1886). A história conta com efeitos de luz e som, e um enredo de aventura que se inicia com o protagonista interrompendo uma reunião do clube de balonistas *Weldon Institute*. A intromissão é feita com o intuito de questionar adeptos

desse tipo de navegação que discutiam a fabricação de um novo equipamento a que denominavam Go-ahead. Robur defendia a superioridade de máquinas voadoras mais pesadas que o ar e, após uma acalorada discussão, some entre a multidão ressurgindo em pleno voo diante do olhar admirado da plateia. Com uma sequência de perseguição, sequestro e fuga, o narrador capta a atenção de leitor que acompanha a ousadia de Robur e seu Albatroz movido à bateria em uma viagem ao redor do mundo em três semanas. Sobrevoando vulcões, oceanos e diversos países, Robur tenta convencer o presidente da associação a respeito das possibilidades de voo mecanizado, mas não tem sucesso. O homem que participou do voo do albatroz, não só deixa de considerar as colocações de Robur, como retoma a construção do Go-ahead instalando uma hélice extra como no modelo de Robur. Em uma batalha aérea, as duas aeronaves se enfrentam e o Albatroz prova sua superioridade consagrando seu inventor à glória e seus opositores ao vexame. A trama tem ainda um cunho moral, no qual o protagonista conclui sua participação alertando o público que observava o desafio e também os leitores de que as nações ainda não estariam preparadas para a união, que deveriam procurar pela evolução e não revolução, promete também que revelará os segredos de seu voo no futuro.

Depreendemos dessa narrativa a idealização de uma máquina voadora mais pesada do que o ar e também a motivação para a sua fabricação. Além das evidências textuais, nesse caso temos a declaração que confirma essa influência. Sergei I. Sikorsky, filho de Igor Sikasky - inventor do helicóptero – confirma Julio Verne como fonte de inspiração para seu invento em entrevista ao New Yor Times (2020) :

The inspiration of his father to build a helicopter, Mr. Sikorsky said, was a Jules Verne book he had read when he was 10 or 11. "It was called 'Clipper of the Clouds,' and in it Jules Verne had invented a helicopter-like vehicle. My father referred to it often. He said it was 'imprinted in my memory.' And he often quoted something else from Jules Verne. 'Anything that one man can imagine, another man can make real.'

O fruto dessa invenção tem sido de grande valia em toda a parte. A velocidade aliada à facilidade de aterrissagem em relação ao espaço ocupado, torna o helicóptero a opção ideal para resgates aéreos em localidades de difícil acesso e o transporte de passageiros. Seu tamanho e versatilidade possibilitam uma viagem mais econômica o que o torna muito útil para o transporte de passageiros individuais, sendo muito utilizado por passageiros individuais. É, certamente, um invento muito importante para a história da humanidade.

4 | TOM SWIFT: SÉRIE DE AVENTURAS

Há obras em que são os indícios textuais que não deixam dúvidas quanto a relação entre o invento e a obra literária que o inspirou: No ano de 1910 a *Stratemeyer Syndicate*

1 Robur o conquistador também era conhecido como clipper of the clouds em referência a uma embarcação muito veloz do séc XIX, de acordo com https://en.wikipedia.org/wiki/Robur_the_Conqueror

usando o pseudônimo de Victor Appleton lança uma série de aventuras de um garoto inventor, dentre elas: “*Thomas A. Swift’s Electric Rifle*” ou *Tom e seu Rifle Elétrico*. Na história, o menino está trabalhando na invenção de uma arma elétrica quando conhece um caçador de elefantes que o leva a um safari na África. Lá arma se mostra muito eficaz em disparar balas de eletricidade que atravessam paredes e abatem grande animais. O enredo conta ainda com o resgate de prisioneiros de uma tribo local e a uma máquina voadora. Essa é uma aventura que se destaca pela engenhosidade das invenções de Tom e que inspira a criação de um aparelho bastante popular em nossos dias.

Em 1974, o inventor americano Jack Cover dá vida à ideia criando a TASER, arma que dá choques elétricos. O nome dado é um anagrama que presta homenagem ao livro: *Thomas A. Swift’s Electric Rifle*. Na vida real, a invenção tornou-se uma arma que se propõem a não matar sua vítima, servindo como um mecanismo de imobilização que pretende impedir uma violência maior. Seu uso é frequente na polícia e é também muitas vezes utilizado como equipamento de autodefesa.

5 | A RELAÇÃO ENTRE TECNOLOGIA E LITERATURA

Assim como nos exemplos apresentados anteriormente, muitas outras obras fomentaram a realização de empreendedores que deram vida às ideias dos escritores de ficção, o que nos leva a confirmar que há uma estreita relação entre a literatura e as invenções científicas e, portanto, com a tecnologia, pois, assim como para Longo (1984), consideramos que “tecnologia é o conjunto de conhecimentos científicos ou empíricos empregados na produção e comercialização de bens e serviços”.

Diante de todas as evidências exploradas no texto, podemos afirmar que o imaginário criativo dos autores foi transportado para a vida real, assumindo funções bem concretas em nossa rotina e que contribuiu para o avanço e desenvolvimento da tecnologia ao descortinar possibilidades e impulsionar criações que empregam os conhecimentos científicos na praticidade da vida moderna.

Foram muitos casos em que o livro de papel contribuiu para a difusão de equipamentos e meios tecnológicos que transformaram nosso modo de viver e por uma dessas ironias do destino, transformaram também o modo como lemos. O efeito cíclico e espiral entre a criação e a transformação nos leva a conviver com novos meios e equipamentos de leitura. Atualmente, a leitura digital é mais comum que a física e provoca diferentes reações: um paralelo entre o velho e o novo se evidencia quando, usando uma plataforma digital, leitores manifestam sua preferência pelo livro físico. É um estranho paradoxo que expressa os aspectos adjacentes da leitura como o cheiro do livro, a sensação de segurar o papel nas mãos e virar as páginas.

Apesar de tudo isso, são inegáveis as contribuições que a tecnologia traz para o universo literário. As facilidades de produção de material em larga escala e a crescente

demanda por aparatos eletrônicos nos levam a crer que a transformação já ocorreu e o modo como as obras impressas estão sendo substituídas pelas digitais lembram a substituição dos manuscritos pelos impressos. São modificações que acompanham a trajetória humana que são, em parte frutos da literatura, também agem sobre a mesma em uma relação contínua. Nas palavras de NAVAS (2020) lembramos que:

Apesar de frequentemente serem tratadas como campos de conhecimentos distintos - e, muitas vezes, de costas voltadas uma para a outra - a literatura e a ciência apresentam interessantes e complexas convergências, percorrendo, o diálogo entre elas, múltiplos caminhos.

Caminhos esses que de todo modo só tem a contribuir com os seres humanos. Não existe concorrência ou disputa de importância. Ambas têm lugar na trajetória humana e influenciando-se mutuamente promovem avanços, possibilitam conquistas e estimulam a busca pela solução de problemas. Desse modo, ganha a humanidade. A interação entre literatura e tecnologia assume um novo patamar no qual percebemos que os meios digitais estão amplamente relacionados ao modo como lemos e também como divulgamos o pensamento. Grandes obras continuam a ser escritas e muitos serão inspirados por elas o que certamente nos levará a outras transformações e assim, nesse contínuo a literatura continuará a ser peça importante na engrenagem que nos move.

REFERÊNCIAS

Livros físicos

LAPLANTINE, François; TRINDADE, Liana. O que é imaginário. São Paulo: Brasiliense, 1996.

LONGO, W. P. *Tecnologia e soberania nacional*. São Paulo: Ed. Nobel, 1984.

SHELLEY, Mary. *Frankenstein/Mary Shelley*: tradução de Márcia Xavier de Brito – Rio de Janeiro: Darkside books, 2017.

Artigos científicos

GURGEL, Ivã; PIETROCOLA, Maurício. Uma discussão epistemológica sobre a imaginação científica: a construção do conhecimento através da visão de Albert Einstein. **Rev. Bras. Ensino Fis.**, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 01-12, Mar. 2011. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-11172011000100024&lng=en&nrm=iso>. access on 03 Aug. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S1806-11172011000100024>.

BUENO, Chris. Chegada do homem à Lua comemora 40 anos com nova missão. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 61, n. 3, p. 19-20, 2009. Available from <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252009000300008&lng=en&nrm=iso>. access on 07 Aug. 2020.

NAVAS, Diana. Literatura e ciência: campos antagônicos ou complementares?. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 72, n. 1, p. 37-40, Jan. 2020. Available from <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252020000100012&lng=en&nrm=iso>. access on 07 Aug. 2020. <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602020000100012>.

Páginas na internet

LINKEDIN. **Estes 10 livros previram (ou criaram) o futuro.** Disponível em <https://www.linkedin.com/pulse/estes-10-livros-previram-ou-criaram-o-futuro-eduardo-gadens/?originalSubdomain=pt> Acesso em: 12 de agosto 2020.

GUTENBERG PROJECT. Tom Swift and His electrical rifle or Daring Adventures in Elephant Land by VICTOR APPLETON (e-book). Disponível em <http://www.gutenberg.org/files/3777/3777-h/3777-h.htm>. Acesso em 10 de agosto 2020.

_____. Da terra à lua viagem directa em 97 horas e 20 minutos (e-book). Disponível em <http://www.gutenberg.org/files/28341/28341-h/28341-h.htm>. Acesso em 03 de agosto 2020.

_____. Da terra à lua viagem directa em 97 horas e 20 minutos (e-book). Disponível em <http://www.virtualbooks.com.br/v2/ebooks/pdf/00853.pdf>. Acesso em 03 de agosto 2020.

SUPER INTERESSANTE. **Julio Verne inventor do futuro.** Disponível em <https://super.abril.com.br/historia/julio-verne-inventor-do-futuro/> **acesso em 10 de agosto 2020.**

SIMERS. Grandes invenções da Medicina: Você sabia que duas colheres deram origem ao desfibrilador cardíaco? Disponível em <http://www.simers.org.br/noticia/grandes-invencoes-da-medicina-voce-sabia-que-duas-colheres-deram-origem-ao-desfibrilador-cardiaco> . Acesso em 11 de agosto 2020.

SCRIBD. Ficção Científica, Fantasia e Horror No Brasil - 1875 a 1950 Roberto de Sousa Causo (e-book). Disponível em <https://pt.scribd.com/document/406510523/Ficcao-Cientifica-Fantasia-e-Horror-No-Brasil-1875-a-1950-Roberto-de-Sousa-Causo>. **Acesso em 10 de agosto 2020.**

BIOGRAPHY. Mary Shelley Biography (1797–1851) Disponível em <https://www.biography.com/writer/mary-shelley> . Acesso em 10 de agosto de 2020.

JORNAL DA USP. Exploração da Lua ampliou o conhecimento do universo. Disponível em <https://jornal.usp.br/atualidades/exploracao-da-lua-ampliou-o-conhecimento-do-universo>. Acesso em 07 de agosto 2020. THE NEW YORK TIMES. *What Verne Imagined, Sikorsky Made Fly*. Disponível em <https://www.nytimes.com/1995/05/07/nyregion/what-verne-imagined-sikorsky-made-fly.html>. Acesso em 06 de agosto 2020.

BRASILISNET. Invenções inspiradas na ficção científica. Disponível em <https://brasilisnet.com/invencoes-inspiradas-na-ficcao-cientifica/>. Acesso em 05 de agosto 2020.

MUSEU NACIONAL E COLÉGIO PEDRO II: O DIÁLOGO ENTRE CASAS IMPERIAIS DEDICADAS AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO

Data de aceite: 03/10/2022

Data de submissão: 18/08/2022

Vera Maria Ferreira Rodrigues

<http://lattes.cnpq.br/2091608321733773>

Colégio Pedro II
Rio de Janeiro – RJ

RESUMO: O presente estudo tem como objetivo apresentar as relações institucionais entre o Museu Nacional e o Colégio Pedro II desde o século XIX até os dias atuais através do projeto de iniciação científica denominado PIC Jr. O Museu Nacional tem como origem o Museu Real criado em 06 de junho de 1818, e é marcado pela tradição da cultura e do conhecimento científico. O Imperial Colégio de Pedro II foi instituído em 02 de dezembro de 1837 e recebeu o nome em homenagem ao Imperador menino, tendo sua origem no Seminário dos Órfãos de São Joaquim, criado em 1766. Sob a proteção do Imperador D. Pedro II, as duas casas imperiais trazem em comum a guarda, preservação e divulgação do conhecimento científico. O Museu Nacional, como um centro difusor do conhecimento científico, mantinha com as instituições educativas uma comunicação profícua fornecendo, quando solicitado, materiais pedagógicos para aulas práticas de laboratórios e, para o Colégio Pedro II, além de materiais destinados ao ensino prático no laboratório de História Natural, enviava regularmente a revista *Archivos do Museu Nacional* – órgão oficial de

publicação do museu que tinha por objetivo principal o diálogo científico com outros museus similares europeus – para o acervo da biblioteca do Externato. Essa relação é demarcada também pela passagem de bacharéis do Colégio Pedro II que fizeram parte do quadro funcional do Museu como, por exemplo, três de seus diretores. No ano 2000 surgiu o primeiro programa de iniciação científica entre o Museu Nacional e o Colégio Pedro II denominado PIC Jr, que vigora até os dias atuais. Para essa pesquisa, usamos como metodologia a análise de fontes manuscritas (ofícios, relatórios), bem como o arquivo que reúne a documentação do programa PIC Jr desde sua origem até o ano de 2013.

PALAVRAS-CHAVE: Museu Nacional – Colégio Pedro II – PIC Jr.

NATIONAL MUSEUM AND COLÉGIO PEDRO II: THE DIALOGUE BETWEEN IMPERIAL HOUSES DEDICATED TO SCIENTIFIC DEVELOPMENT

ABSTRACT: The present study aims to present the institutional relations between the National Museum and Colégio Pedro II from the 19th century to the present day through the scientific initiation project called PIC Jr. The National Museum originates from the Royal Museum created on June 6, 1818, and is marked by the tradition of culture and scientific knowledge. The Imperial College of Pedro II was established on December 2, 1837 and was named in honor of the boy Emperor, having its origin in the São Joaquim Orphan Seminary, created in 1766. Under the protection of Emperor D. Pedro II,

the two imperial houses have in common the guarding, preservation and dissemination of scientific knowledge. The National Museum, as a center for disseminating scientific knowledge, maintained fruitful communication with educational institutions, providing, when requested, pedagogical materials for practical laboratory classes and, for Colégio Pedro II, in addition to materials intended for practical teaching in the laboratory of Natural History, regularly sent the magazine *Archivos do Museu Nacional* – the museum’s official publication organ whose main objective was scientific dialogue with other similar European museums – to the collection of the Externato library. This relationship is also marked by the passage of bachelors from Colégio Pedro II who were part of the Museum’s staff, such as three of its directors. In the year 2000, the first scientific initiation program emerged between the National Museum and Colégio Pedro II called PIC Jr, which is still in force today. For this research, we used as a methodology the analysis of handwritten sources (officials, reports), as well as the file that gathers the documentation of the PIC Jr program from its origin until the year 2013.

KEYWORDS: National Museum - Colégio Pedro II – PIC Jr.

1 | INTRODUÇÃO

O Museu Nacional e o Colégio Pedro II são instituições contemporâneas, criadas no século XIX, como marcos do projeto civilizatório do Império.

O Museu Nacional tem como origem o Museu Real criado por d. João VI em 6 de junho de 1818, com o principal objetivo de propagar o conhecimento e o estudo das ciências naturais em terras brasileiras, e é marcado pela tradição da cultura e do conhecimento científico.

O Imperial Colégio de Pedro II, instituído em 2 de dezembro de 1837, por iniciativa do Ministro do Império Bernardo Pereira de Vasconcellos, tem sua origem no Seminário dos Órfãos de São Pedro, criado em 1739, convertido em Seminário dos Órfãos de São Joaquim, em 1766, e recebeu o nome em homenagem ao Imperador menino, que completava naquela data doze anos de idade. Primeira instituição oficial de ensino secundário do país, responsável pela difusão e formação da cultura e educação humanísticas.

Sob a proteção do Imperador d. Pedro II, as duas casas imperiais trazem em comum, entre outras características, a guarda, preservação e divulgação do conhecimento científico. O Museu Nacional, principal instituição científica do país dedicada às ciências naturais, comemorou 200 anos de existência em 2018, enquanto que o Colégio Pedro II comemorou 180 anos de sua criação em dezembro de 2017. Ambas as entidades são instituições públicas federais voltadas ao ensino, verdadeiros marcos da ciência, da educação e da cultura do Brasil desde o século XIX, que atravessaram o século XX e alcançaram o século XXI confirmando o seu caráter educacional e científico, contribuindo para a formação de gerações.

2 | MUSEU NACIONAL

O Museu Nacional é a mais antiga instituição científica do Brasil e um dos maiores museus de história natural e de antropologia das Américas. Originado do Museu Real, cujo acervo remonta à Casa de História Natural, criada em 1784, por iniciativa do vice-rei d. Luiz de Vasconcellos e Sousa, conhecida pela população como Casa dos Pássaros, a partir do Gabinete de Estudos de História Natural, de acordo com Maria Margaret Lopes (DANTAS, 2007, p.77). Ficava situado no Campo da Lampadosa, atual Avenida Passos, em frente à Matriz do Sacramento, nas proximidades do Seminário dos Órfãos de São Joaquim, que ficava na esquina das ruas do Valongo (posteriormente denominada rua da Imperatriz e, atualmente, rua Camerino) e Larga de São Joaquim (atual Marechal Floriano). A partir de 1790, com a substituição do vice-rei, experimentou um declínio.

O Museu Real foi criado em 6 de junho de 1818 por decreto de d. João VI, em prédio situado no Campo de Sant'Anna, para ser um Museu Metropolitano, para recebimento e catalogação das riquezas naturais das províncias brasileiras, enriquecido com coleções de âmbito universal, por meio de intercâmbio (DANTAS, 2007, p.85). Pelo decreto, todos os instrumentos, máquinas e gabinetes que já existissem em outros lugares deveriam ser transferidos para o novo prédio (SILY, 2012, p.49). Por cerca de meio século foi a única instituição dedicada à história natural. A princesa Leopoldina teve importante atuação em sua idealização.

Após a independência do Brasil de Portugal, em 1822, passou a se chamar Museu Imperial e Nacional, vinculando-se ao Ministério dos Negócios do Império. Contava com o patrocínio da Imperatriz Leopoldina que estimulava os estudos de história natural. Foi constituído, ainda, pelas seguintes coleções: do mineralogista alemão Abraham Gottlob Werner; dos diamantes do Distrito Diamantino enviados pelo intendente Ferreira da Camara à Academia Real Militar; de espécimes geológicos, mineralógicos e zoológicos coletados pelos naturalistas estrangeiros no Brasil como Langsdorff, Natterer e Saint-Hilaire; de peças etnográficas vindas das Ilhas Sandwich para o Imperador Pedro I, que as doou ao Museu; de objetos mineralógicos, doados pelo príncipe da Dinamarca; de produtos mineralógicos e geognósticos do vulcão Vesúvio e ornitológica, doada pelo Museu de Berlim.

Além das exposições e publicações sobre as expedições científicas realizadas pelas províncias, sediou conferências e aulas públicas sobre zoologia, antropologia, botânica e física. Com a República, em 1889, recebeu o nome de Museu Nacional, vinculando-se ao Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos. Com o banimento da família imperial, foi transferido, em 1892, para o Palácio Imperial em São Cristóvão, tornando-se órgão do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, criado no ano anterior. Com a mudança de sede, várias coleções foram perdidas. Desde 1892 está situado na Quinta da Boa Vista, na cidade do Rio de Janeiro, no Palácio de São Cristóvão, que serviu de residência à família real portuguesa de 1808 a 1821, abrigou a família imperial brasileira de 1822 a

1889 e sediou a primeira Assembleia Constituinte Republicana de 1889 a 1891. Em 1909, vinculou-se à Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio; em 1930, ao Ministério dos Negócios, da Educação e Saúde Pública; e em 1937, à recém-criada Universidade do Brasil, transformada, em 1965, na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi incorporado à Universidade pelo Decreto n. 21.321, de 18 de julho de 1946.

O edifício é tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional desde 1938. O Museu Nacional oferece cursos de pós-graduação *stricto e lato sensu*, aos quais se vinculam projetos, grupos de pesquisas e a extensão universitária. É reconhecido como um centro de excelência de pesquisa em história natural e antropológica na América Latina. Conta com um acervo composto por mais de vinte milhões de itens distribuídos por coleções que servem de base para a pesquisa desenvolvida pelos departamentos de antropologia, botânica, entomologia, geologia e paleontologia, vertebrados e invertebrados. Grande parte das coleções do Museu Nacional, como relatado anteriormente, foi reunida durante a Regência e o Império, entre elas as oriundas do “Museu do Imperador”, que ficava localizado em uma das salas do Paço da Boa Vista, conhecida como seu gabinete de curiosidades, onde d. Pedro II desenvolvia atividade de colecionador (DANTAS, 2007, p.26). O Imperador, tal qual sua mãe, a Imperatriz Leopoldina, nutria grande interesse pelo colecionismo e pelo estudo das ciências naturais.

O Museu Nacional tem atuado como instituto de pesquisa sobre a natureza e o homem, exercendo importante função educativa na sociedade brasileira, através de políticas de divulgação do conhecimento produzido no campo das ciências naturais e humanas (SILY, 2012, p. 19).

3 | COLÉGIO PEDRO II

Durante a Regência de Pedro de Araújo Lima, o Ministro da Justiça e interino do Império, Bernardo Pereira de Vasconcellos, fundou o Imperial Colégio de Pedro II em homenagem ao Imperador Menino, no dia de seu décimo segundo aniversário, através do Decreto de 2 de dezembro de 1837, inspirado no modelo dos liceus franceses – Henri IV e Louis Le Grand - criados por Napoleão Bonaparte. O decreto de fundação tinha apenas treze artigos, porém, o Regulamento n. 8, de 31 de janeiro de 1838, que consistia nos estatutos para o Imperial Colégio de Pedro II, continha duzentos e trinta e nove artigos. Após expedição do decreto de criação, Bernardo de Vasconcellos dedicou-se em proporcionar instalações dignas ao Colégio, nas dependências patrimoniais do seminário, dando mais espaço, ar e luz aos antigos cômodos. Para tal, contou com a competência do arquiteto francês Grandjean de Montigny, um dos integrantes da Missão Francesa que viera fundar a Escola de Belas Artes. O Imperial Colégio de Pedro II foi o primeiro estabelecimento oficial de instrução secundária do Brasil, criado para ser formador das elites condutoras do país, modelo da instrução pública secundária do Município da Corte e demais províncias,

caracterizando-se como importante elemento de construção do projeto civilizatório do Império, de fortalecimento do Estado e formação da nação brasileira.

Seu corpo docente era composto por intelectuais de renome, os programas de ensino eram de base clássica e tradição humanística. Foi o único estabelecimento de ensino secundário no Império a conferir o Grau de Bacharel em Letras a seus formandos, passaporte de ingresso direto nos cursos superiores sem a prestação dos exames das matérias preparatórias.

A partir de 1889, após a proclamação da República, o Colégio enfrentou períodos de crise institucional resultantes da deposição de seu patrono, d. Pedro II: mudanças de nome (Instituto Nacional de Instrução Secundária / Ginásio Nacional) e alterações da política educacional, devido às reformas de ensino. Apesar da perda de privilégios legais, o Colégio continuou sendo, na República, o lugar de referência educacional do ensino secundário, projetado por seus professores catedráticos de notório saber, pelos livros didáticos de utilização nacional e pelos ex-alunos ilustres. Em 1911, durante o governo de seu ex-aluno, o presidente da República marechal Hermes da Fonseca, a instituição reassumiu sua primitiva designação, passando a ser denominado Colégio Pedro II, considerado como “Colégio Padrão do Brasil”.

Devido à qualidade do ensino, o processo de seleção de alunos contava anualmente com um grande número de inscritos, o que fez com que a instituição aumentasse significativamente o número de vagas oferecidas para atendimento à demanda da sociedade. Com esse objetivo, ocorreu a primeira expansão, com a inauguração das Seções Norte e Sul, em março de 1952, e da Seção Tijuca, em março de 1957, subordinadas à direção do Externato.

O Colégio Pedro II foi transformado em autarquia federal pelo Decreto-Lei n. 245, de 28 de fevereiro de 1967. Essa legislação, entre outras determinações, estabeleceu a centralização da estrutura administrativa do Colégio, na figura do diretor-geral.

A Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971, que estabeleceu as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, implementou uma reforma educacional, estabelecendo a junção dos cursos primário e ginásial no curso então denominado de 1º grau, com duração de oito anos e a extinção do exame de admissão à 5ª série desse segmento escolar, promovendo uma ruptura na tradição do Colégio, do aluno seguir do curso ginásial ao colegial, e acabou por provocar um esvaziamento da instituição no final da década de 1970.

O início da década de 1980 representou o momento de reação à crise do final da década anterior, em busca de solucionar os problemas resultantes das mudanças estabelecidas pela Lei n. 5.692/71 e pela reforma universitária de 1968. A nova diretriz administrativa e pedagógica do Colégio, responsável pela ampliação dos quadros docente e discente, criou ainda quatro Unidades Escolares destinadas a alunos de classe de alfabetização à 4ª série do 1º grau, carinhosamente denominadas “Pedrinhos”, promovendo assim a segunda expansão física da instituição e a ampliação do quadro de modalidades

de ensino.

Na primeira década do século XXI, o Colégio Pedro II passou por sua terceira expansão com a criação de novas Unidades Escolares. A primeira foi a de Realengo, localizada na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, tendo iniciado as atividades em 6 de abril de 2004.

Em dezembro de 2005, foi firmado convênio com a prefeitura de Niterói, e em 5 de abril de 2006 foi inaugurada a primeira unidade do Colégio fora do município do Rio de Janeiro, a Unidade Escolar Descentralizada (UNED) de Niterói, destinada a ensino médio.

Atendendo a pleito da prefeitura de Duque de Caxias, em março de 2008, teve início a segunda Unidade Escolar Descentralizada, em um prédio alugado pela prefeitura, cabendo ao Colégio Pedro II a responsabilidade quanto ao ensino. Finalmente, em dezembro de 2012, foi inaugurada a sede própria da UNED de Duque de Caxias, também de ensino médio, construída com recursos federais em terreno cedido pela prefeitura.

Em 25 de junho de 2012, foi sancionada a Lei n. 12.677, introduzindo mudanças em artigos da Lei n. 11.892/ 2008, que criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, de modo a incluir o Colégio Pedro II na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, mantendo sua tradicional denominação – Colégio Pedro II – e finalidade – oferta de educação básica, porém equiparando-o aos Institutos Federais quanto à autonomia, utilização dos instrumentos de gestão do quadro de pessoal e estrutura organizacional.

Assim, o Colégio Pedro II passou a contar com uma Reitoria, composta por reitor e cinco pró-reitores, e quatorze *campi*, resultantes da transformação das antigas Unidades Escolares, cada um deles dirigido por um diretor-geral.

Com a aprovação da referida lei, a instituição passou a viver um novo momento de grande importância, em sua história recente. Na prática, um novo ordenamento jurídico, que atualizou suas ações e atividades, e introduziu importantes instrumentos de gestão, permitindo maior agilidade em suas ações, e ampliando a diversidade de sua atuação no ensino, na pesquisa e na extensão. Entre outras finalidades, o Colégio Pedro II passou a desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica; realizar e estimular pesquisa aplicada, produção cultural, empreendedorismo, cooperativismo e desenvolvimento científico e tecnológico, de acordo com o previsto na Lei n. 11.892/2008.

4 | CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DO COLÉGIO PEDRO II - CEDOM

Em 2014, levando em consideração a importância dos acervos existentes em diferentes locais do Colégio Pedro II, alguns dos quais seriamente ameaçados de se perderem por deterioração, entendeu-se que se fazia necessária a criação do Centro de Documentação e Memória do Colégio Pedro II - CEDOM, com o objetivo geral de reunir

os setores institucionais que congregam o acervo documental sobre sua história/memória. Os setores em questão, por ordem cronológica de criação, são: Biblioteca Histórica (1838), Museu Histórico (1979), Centro de Estudos Linguísticos e Biblioteca Antenor de Veras Nascentes (1992), Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II - NUDOM (1995), e Laboratório de Digitalização do Acervo Histórico – LADAH (2006).

O CEDOM, definido como um espaço institucional de pesquisa e divulgação científica, além da preservação da história e memória da instituição, contribui para a divulgação de um precioso acervo documental repleto de fontes inéditas, muitas das quais ainda inexploradas, assim como para o desenvolvimento da pesquisa acadêmica em história da educação brasileira e, também, como propagador de ações para a preservação, divulgação e acesso do acervo documental. Nesse sentido o CEDOM contribui para o resgate e a preservação da documentação que define o Colégio como protagonista oficial na história da instrução secundária brasileira, caracterizando-se como espaço privilegiado para a pesquisa e produção do conhecimento baseado em um conjunto documental de múltiplas espécies: arquivístico, bibliográfico, iconográfico e museológico.

Os objetivos específicos do CEDOM são: coordenar os setores existentes no Colégio Pedro II dedicados à preservação, conservação e divulgação do acervo histórico documental da instituição; estabelecer a padronização técnica, metodológica, pedagógica e de funcionamento desses setores; promover eventos de divulgação da história e memória do Colégio Pedro II, e desenvolver ações de educação patrimonial e científica voltadas para a comunidade escolar do Colégio Pedro II.

O reconhecimento do CEDOM, pelos pesquisadores, é ratificado pelo expressivo e crescente número de trabalhos acadêmicos em nível de graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado, resultantes das pesquisas desenvolvidas a partir da documentação original, composta de uma parcela significativa de exemplares únicos e inéditos, que formam uma base sólida de informação, ampliando, assim, o escopo da produção do conhecimento nessa área temática.

A natureza do acervo que compõe o CEDOM pode ser definida como um conjunto documental composto de:

Fundo Colégio Pedro II – representado pelo conjunto de documentos arquivísticos, produzidos e acumulados, que são resultado da atividade administrativa da instituição (ex: atas da Congregação, ofícios enviados e recebidos, relatórios, livros de matrícula de empregados, livros de concursos, livros de matrícula de alunos, livros de contabilidade).

Coleções de Professores – evidenciadas pelo conjunto documental das bibliotecas particulares de professores catedráticos e um ex-aluno, doadas por suas famílias.

Biblioteca Histórica – reúne o acervo-básico histórico desde a fundação do Colégio, formado por obras que deram suporte aos programas de ensino e complementavam a formação intelectual dos alunos.

NUDOM – composto por material bibliográfico (livros didáticos, teses, dissertações,

folhetos, livros de/sobre o Colégio), material hemerográfico (jornais estudantis, revistas, boletins), material iconográfico (fotos, selos, bandeiras, *botons*), material digital (DVDs, CDs).

Museu Histórico - formado por material museológico como: quadros, uniformes, objetos de uso escolar, fotos, bustos em bronze, etc.

5 | COOPERAÇÃO MUSEU NACIONAL/ COLÉGIO PEDRO II

Ao longo das trajetórias das duas instituições, verificam-se interseções pessoais e institucionais entre ambas. Assim, três dos diretores do Museu, foram alunos do Colégio Pedro II, a saber: Domingos José Freire Junior, diretor que sucedeu a Ladislau Netto, de 1893 a 1895, era bacharel em Letras da turma de 1860; João Baptista de Lacerda, diretor de 1895 a 1896, era bacharel em Letras da turma de 1864 e, mais recente, Luis Emygdio de Mello Filho, diretor de 1976 a 1980, obteve o grau de bacharel em Ciências e Letras da turma de 1933, conforme se verifica na publicação organizada pela Seção de Museologia do Museu Nacional, intitulada “*Os Diretores do Museu Nacional/UFRJ*”(2007/2008) e em documentos existentes no NUDOM do Colégio Pedro II.

Desde o Museu Imperial e Nacional há registro de colaboração visando à formação científica através de doações de instrumentos para os laboratórios do Colégio Pedro II. Em 1839, quando foi inaugurada uma sala para acomodar produtos de história natural no Colégio, o Museu Nacional remeteu plantas e minerais para constituir o acervo. No mesmo ano, foram emprestadas máquinas, instrumentos e produtos dos três reinos naturais para composição do gabinete de ciências físicas e naturais do Colégio (COLÉGIO PEDRO II, 1838, p.169).

Em 1872, o Internato do Imperial Colégio de Pedro II solicitou que fosse ministrado um curso completo de história natural, tendo sido então preparadas coleções com exemplares dos reinos da natureza, acompanhadas dos respectivos catálogos, compostas de exemplares originários de diversas províncias brasileiras e de outros países, com 97 espécimes zoológicas, 6 mamíferos e 180 conchas, para serem cedidas ao Colégio, conforme consignado às páginas 107 a 109 do livro do Museu Nacional do Rio de Janeiro (1869-1875), destinado ao registro de avisos recebidos e ofícios dirigidos ao governo (SILY, 2012, p. 156).

De acordo com relatórios de Cecílio de Carvalho, responsável pela biblioteca do Externato do Colégio Pedro II, encaminhados a seu diretor, o professor Carlos de Laet, a instituição recebia regularmente exemplares da revista “*Archivos do Museu Nacional*”, publicação criada em 1876 e que se estendeu até 2005, que tinha por finalidade divulgar as pesquisas e os trabalhos realizados no Museu, bem como noticiar fatos nacionais ou estrangeiros de interesse das ciências (LAET, 1919, p.112-113).

A colaboração entre o Museu Nacional e o Colégio Pedro II prosseguiu no século

XX, como atestam ofícios trocados entre seus respectivos diretores Bruno Álvares da Silva Lobo e Carlos Maximiliano Pimenta de Laet. Como exemplo, pode-se citar um livro do acervo NUDOM, que reúne correspondências institucionais de 1918, entre as quais encontram-se ofícios do diretor do Museu Nacional dirigidos ao diretor do Colégio Pedro II. Através de um desses ofícios, datado de 25 de maio de 1918, foi remetida uma coleção de peixes, crustáceos e conchas de moluscos, das duplicatas do Museu Nacional para o gabinete de história natural do Colégio; por meio de outro documento, datado de 27 de maio de 1918, expediu-se uma coleção entomológica. Há ainda cópia de relatório do chefe da Seção de Zoologia, Bourguoy de Mendonça, em resposta à solicitação de classificação de esqueletos de peixes enviados pelo gabinete de história natural do Colégio, encaminhada por meio de outro ofício (COLÉGIO PEDRO II, 1918, p.103-108).

6 I PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA PIC JR REALIZADO NO MUSEU NACIONAL /UFRJ

Segundo relato do professor de história do Colégio Pedro II, Paulo Rogério Marques Sily, em sua tese de doutorado intitulada *Casa de ciência, casa de educação: Ações educativas do Museu Nacional (1818-1935)*, seu interesse em estudar práticas educativas em museus teve início em 1999. A partir desse fato, se originou sua iniciativa de propor, à direção-geral do Colégio Pedro II e ao Museu Nacional, um projeto destinado a alunos de 2ª e 3ª séries do ensino médio de modo a proporcionar oportunidade de estágio em seções e setores de pesquisa do Museu Nacional.

Em 27 de setembro de 1999, em reunião no Colégio Pedro II, com a participação do diretor-geral, do secretário de ensino, dos chefes dos departamentos de história, geografia e ciências biológicas, o professor Paulo Rogério apresentou a proposta de projeto, que foi aprovada pelos participantes da reunião. No dia seguinte, foi realizada reunião análoga no Museu Nacional, contando com a participação dele e de quatro pesquisadores da instituição. Surgiria assim, a partir do ano 2000, o projeto do Programa de Iniciação Científica denominado **PIC Jr**, a princípio, voltado exclusivamente para alunos da então Unidade Escolar São Cristóvão III.

O projeto de iniciação científica a ser desenvolvido no Colégio Pedro II possibilitaria que estudantes do ensino médio da Unidade Escolar São Cristóvão III frequentassem setores e seções do Museu Nacional, vivenciando o cotidiano de pesquisadores e participando de experimentos com o objetivo de despertar o interesse pela pesquisa científica, desenvolvendo novas práticas de ensino e aprendizagem. O Museu Nacional ofereceria estágios, em suas salas e laboratórios, para que os alunos pudessem se familiarizar com as características da carreira de pesquisador (estágio científico) nas áreas de antropologia, botânica, geologia, paleontologia e zoologia; e das carreiras de nível superior (estágio profissional) em biblioteconomia, arquivologia e museologia, entre outras. Para o Museu

Nacional, significaria ampliar a gama de suas atividades na área de divulgação científica, repassando os conhecimentos que gera a um público potencialmente mais abrangente, na medida em que os alunos envolvidos seriam multiplicadores das disposições sociais ao pensamento científico sobre a natureza e a sociedade. Assim, a dimensão pedagógica *latu sensu* do Museu Nacional seria evidenciada e ampliada (Projeto “Programa de Iniciação Científica Júnior” PIC Jr).

Os objetivos do programa eram: despertar nos estudantes o interesse pela pesquisa científica; distinguir estudantes que se identificassem com a pesquisa científica; possibilitar a participação de estudantes no desenvolvimento da pesquisa científica; permitir a vivência teórico-prática de estudantes em laboratórios/salas de pesquisa; contribuir para que o estudante faça uma escolha profissional mais consciente; contribuir para formação acadêmica dos alunos; desenvolver no ensino médio novas experiências no processo de ensino/aprendizagem; ampliar a inserção do Museu Nacional na vida brasileira, sobretudo na cidade do Rio de Janeiro e, em especial, no bairro de São Cristóvão (Idem).

Os critérios para inscrição e seleção dos alunos eram: estar cursando a 1ª série do ensino médio; apresentar rendimento satisfatório no ano em que ocorresse a seleção; demonstrar interesse pela área do estágio; não estar participando de outro estágio em convênio com o Colégio Pedro II; ter disponibilidade de quatro horas semanais; ter conhecimentos nas áreas de informática e de língua estrangeira.

O Colégio Pedro II teve como atribuições: formar comissão de professores dos departamentos de história, ciências biológicas, geografia, sociologia e línguas neolatinas, e do Setor de Orientação Educacional, sob coordenação de um deles; elaborar e enviar projeto para divulgação no Museu Nacional; divulgar, selecionar e acompanhar o programa no Colégio Pedro II; confeccionar e preencher ficha com informações sobre o aluno inscrito no programa, a ser entregue ao professor do estágio (nome do aluno, idade, data de nascimento, série que estava cursando, endereço, filiação, etc.); confeccionar fichas de frequência e de avaliação que seriam encaminhadas ao Museu Nacional, e oferecer infraestrutura para realização das tarefas da comissão e para as atividades dos alunos durante o estágio.

Quanto ao Museu Nacional, as atribuições foram: formar comissão de representantes do Serviço de Assistência ao Ensino, da Biblioteca, de Ciências Naturais e de Ciências Humanas, sob a coordenação de um deles; divulgar o programa nos departamentos; apresentar os projetos a serem oferecidos (título, objetivos, perfil desejado do aluno, nome do orientador, departamento, setor ou laboratório, área de concentração, dia e turno disponíveis; preencher fichas de frequência e formulários de avaliação) a serem encaminhados ao Colégio Pedro II; disponibilizar os espaços e equipamentos do Museu Nacional para realização das diversas atividades do estágio, e fornecer certificados do estágio ao final do mesmo.

Foi constituída uma comissão mista do Colégio Pedro II e do Museu Nacional,

responsável pelo acompanhamento e a avaliação permanentes do processo de formação didático-profissional do estágio.

As atividades iniciadas em setembro de 1999, com a organização e aprovação do **PIC Jr** no Museu Nacional e no Colégio Pedro II, prosseguiram nos meses seguintes, com a divulgação do projeto e pré-seleção no Colégio Pedro II; apresentação dos projetos do Museu Nacional e visita dos alunos ao Museu Nacional; seleção dos alunos e divulgação dos resultados, reavaliação dos resultados e matrículas em dezembro de 1999. Para fins de avaliação dos candidatos inscritos, a comissão do Colégio Pedro II sempre considerou: o desempenho escolar em geral e, particularmente, nas disciplinas de língua portuguesa e literatura, língua estrangeira e naquelas diretamente ligadas aos projetos escolhidos pelos candidatos; a participação e o desempenho do aluno durante todo o processo seletivo (pontualidade, interesse, relatório de visita ao Museu Nacional, etc.); redação (desenvolvimento e coerência com o tema indicado, ortografia); pré-requisitos estabelecidos pelos elaboradores dos projetos do Museu Nacional, e desempenho nas entrevistas e dinâmicas de grupo.

Inicialmente, inscreveram-se 108 alunos. À medida que ocorreram as diferentes etapas do processo seletivo, o quantitativo foi diminuindo, sendo que 43 alunos cumpriram todas elas. Ao final, foram selecionados 31 alunos/estagiários para atuarem em 16 laboratórios/salas de pesquisa e 19 projetos do Museu Nacional, sendo que 5 deles desistiram. Dos que permaneceram, 13 concluíram o estágio em 8 laboratórios/salas de pesquisa e 11 projetos do Museu Nacional. O estágio teve início em março de 2000 e terminou em novembro de 2000.



FIGURA 1 – Cartaz de divulgação do PIC Jr

FONTE: Acervo PIC Jr (NUDOM)

Desde o primeiro ano de vigência do programa, alunos participaram da Jornada Científica da UFRJ, e uma aluna foi coautora de trabalho apresentado no VI Congresso da Associação Latino Americana de Antropologia Biológica, realizado em Piriápolis – Uruguai, em outubro de 2000, tendo recebido ajuda de custos do Colégio para poder participar.

A partir de 2001, o **PIC Jr** foi estendido aos alunos da Unidade Escolar Humaitá II. Nesse ano, o **PIC Jr** passou a contar também com estágio avançado destinado a alunos que se interessaram em prosseguir no programa, os quais tiveram que apresentar, em agosto de 2000, um plano de atividades e uma defesa de intenções. Nesse documento, o aluno deveria justificar por que desejava participar do estágio avançado, qual seria seu projeto, assim como manifestar disponibilidade e compromisso para participar do programa. As defesas de intenções constituíram um pré-requisito para aprovação para o estágio avançado, foram apresentadas por meio de documento escrito, constando de vinte a trinta linhas, e analisadas pela comissão do **PIC Jr**. Ao todo foram selecionados 9 alunos para participarem do estágio avançado em 2001. Nesse mesmo ano foi firmado um convênio geral de cooperação acadêmica e intercâmbio técnico, científico e cultural entre o Colégio Pedro II e a Universidade Federal do Rio de Janeiro, com prazo de cinco anos, formalizando assim o programa. Esse convênio vem sendo renovado até os dias atuais.

A partir de 2003, alunos da Unidade Escolar Tijuca II também puderam participar do programa junto com colegas das duas outras Unidades. Prosseguindo com a ampliação da oferta do **PIC Jr**, a partir de 2004, alunos da Unidade Escolar Engenho Novo II passaram a integrar o programa junto com estudantes das outras três Unidades que dele já participavam. Em 2005, o novo grupo de alunos admitidos foi da Unidade Escolar Centro totalizando cinco Unidades Escolares.

Em 2006, alunos/estagiários participaram do Congresso Brasileiro de Antropologia Biológica, em Ouro Preto (MG); do Seminário Nacional de Bibliotecas, em Salvador (BA), e da 1ª Jornada Científica do Colégio Pedro II.

Em 2007, alunos das Unidades Realengo e Niterói passaram a integrar o programa. Nesse ano houve participação de alunos/estagiários junto com seus orientadores do Museu Nacional no Congresso Brasileiro de Ictiologia, em Itajaí (SC); no XXII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, em Brasília (DF); no Congresso Brasileiro de Antropologia Biológica, em Florianópolis (SC); no IV Encontro de Bibliotecas, em Petrópolis (RJ); na Jornada Científica da UFRJ, e, ainda apresentação de trabalho no V Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino (ENDIPE), realizado em Porto Alegre (RS).

No segundo semestre de 2008, o Setor de Extensão do Museu Nacional distribuiu dez bolsas de Pré-Iniciação Científica, do Programa Jovens Talentos (FAPERJ) através do CECIERJ, permanecendo ainda as bolsas no ano de 2009. Em 2010, houve participação de aluno do estágio avançado no 61º Congresso Nacional de Botânica, em Manaus (AM).

Em 2012 foram distribuídas bolsas de Iniciação Científica/CECIERJ/FAPERJ, contemplando parte dos alunos do estágio inicial sob responsabilidade e orientação dos

orientadores/doutores do Museu Nacional. Registrou-se ainda a participação de alunos/estagiários com seus orientadores do Museu Nacional, na Jornada Científica da UFRJ e na XIV Jornada Jovens Talentos, na Universidade Severino Sombra, em Vassouras (RJ).

Os alunos da UNED Duque de Caxias foram os últimos a serem incluídos. Assim, o projeto se consolidou e foi estendido gradativamente a alunos de ensino médio das oito unidades escolares do Colégio Pedro II, que oferecem essa modalidade de ensino, atualmente denominadas *campi*. Com a expansão do projeto, o professor Paulo Rogério passou a contar com a colaboração de outros docentes, do Setor de Orientação Educacional (SOE) das Unidades Escolares participantes e, a partir de 2004, da Seção de Supervisão e Orientação Pedagógica (SESOP) da então Secretaria de Ensino, assim como de representantes desse setor nas Unidades Escolares. O programa vigora até os dias atuais com algumas modificações.

O professor Paulo Rogério se aposentou em 2013, porém o **PIC Jr** continuou em execução. Durante os treze anos em que ele esteve à frente, cerca de oitocentos alunos do Colégio Pedro II participaram do **PIC Jr**.

Com o advento da Lei n. 12.677 de 25 de junho de 2012, o Colégio tornou-se uma instituição de ensino superior especializada na oferta de educação básica e, consequentemente, passou a contar com a possibilidade de concessão de bolsas para alunos participantes de projetos de iniciação científica, incluindo assim os do referido projeto.

Atualmente o **PIC Jr** está vinculado à Direção de Pesquisa da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II.

No processo seletivo ocorrido em março de 2018, foram selecionados 56 jovens dos oito *campi* do Colégio Pedro II para atuarem nos seguintes setores do Museu Nacional - laboratórios de: paleontologia de vertebrados; paleoinvertebrados; antropologia biológica; palinologia – botânica; central de conservação e restauração, e ainda, na Seção de Assistência ao Ensino, na Biblioteca do Museu, na Seção de Memória e Arquivo (SEMEAR) e na Coordenação do *site*.

A documentação do projeto **PIC Jr** relativa ao período de 1999-2013 encontra-se organizada sob a guarda do NUDOM, atendendo solicitação do criador do programa por ocasião de sua aposentadoria.

7 | CONCLUSÃO

Assim, encontramos indícios da afinidade interinstitucional entre o Museu Nacional e o Colégio Pedro II, desde o século XIX, até os dias atuais por meio do **PIC Jr**, tendo como elo inicial a presença de d. Pedro II, que devotava a ambas as casas, representantes oficiais da ciência e da educação, o mesmo desvelo e cuidado, pois eram para o monarca como se fossem parte da sua “própria casa” e para além do seu governo, já que de acordo

com o Imperador: **“Eu só governo duas coisas: a minha Casa e o Colégio de Pedro Segundo”** (DÓRIA, 1997, p.103).

A permanência do programa evidencia o acerto da iniciativa do professor Paulo Rogério, uma vez que ultrapassou o tempo e persiste até agora, tornando-se um programa institucional, demonstrando assim a importância da iniciação científica para o desenvolvimento integral do aluno.

REFERÊNCIAS

COLÉGIO PEDRO II. **Primeiro Livro de avisos do Imperial Collegio de Pedro Segundo, 1838-1839.**

COLÉGIO PEDRO II. **Livro de avisos e officios recebidos pelo diretor do Collegio Pedro II (Externato).** 1918.

LAET, Carlos de. **Relatorio concernente ao anno lectivo de 1919.** Rio de Janeiro; Typ. Revista dos Tribunaes, 1919.

DANTAS, Regina Maria Macedo Costa. **A Casa do Imperador: Do Paço de São Cristóvão ao Museu Nacional.** 276 f. Dissertação (Mestrado em MEMÓRIA SOCIAL), Programa de Pós-graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

DORIA, Escragnolle. **Memória histórica do Colégio de Pedro Segundo (1837 – 1937).** 2.ed. Brasília: INEP, 1997.

MARINHO, Ignésil; INNECO, Luiz. **O Colégio Pedro II cem anos depois.** Rio de Janeiro: Villas Boas & C., 1938. Não paginado.

MUSEU NACIONAL. **Os Diretores do Museu Nacional/UFRJ.** Organizado pela Seção de Museologia. Rio de Janeiro, 2007/2008. Disponível em <www.museunacional.ufrj.br/site/assets/pdf/memoria_1.pdf> Acesso em 25 de abril de 2018.

RODRIGUES, Vera Maria Ferreira. **O Centro de Documentação e Memória do Colégio Pedro II e sua contribuição para a História das Instituições Científicas Brasileiras.** [recurso eletrônico] Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2020.

SANTOS, Beatriz Boclin Marques dos, et alii. **Memória Histórica do Colégio Pedro II: 180 anos de História na Educação do Brasil.** 428 f. Rio de Janeiro: Gráfica Triunfal Ltda., 2018.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos.** 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SILY, Paulo Rogério Marques. **Casa de ciência, casa de educação: Ações educativas do Museu Nacional (1818-1935).** 399 f. Tese (Doutorado em EDUCAÇÃO), Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

CAPÍTULO 11

ESTADO E SOCIEDADE CIVIL NO BRASIL NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX

Data de aceite: 03/10/2022

Marclin Felix Moreira

Professor de Sociologia do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo

RESUMO: O tema da relação entre estado e sociedade, assim como tantos outros no âmbito da vida social, permite uma abordagem tanto normativa quanto de caráter empírico. Embora a escolha de um ou outro caminho implique diferenças no tratamento que será dado ao tema, o entrelaçamento entre os dois se dá com frequência nas investigações sociais. O objetivo deste trabalho, portanto, é apresentar três momentos da relação entre estado e sociedade no Brasil na segunda metade do século XX, a partir de trabalhos que transitam entre essas modalidades de abordagem, e que cobre, cada um, uma quadra histórica do período indicado.

PALAVRAS-CHAVE: Estado; sociedade civil; participação; democracia.

STATE AND CIVIL SOCIETY IN BRAZIL IN THE SECOND HALF OF THE 20TH CENTURY

ABSTRACT: The theme of the relationship between State and society, as well as many others in the field of social life, allows both normative approach as empirical character. Although the choice of one or other way involve differences in treatment that will be given to the subject, the entanglement between the two occurs frequently

in social investigations. The aim of this study, therefore, is to present three moments of the relationship between State and society in Brazil in the second half of the 20th century, from jobs that move between those modes of approach, covering each have a historical Court period indicated.

KEYWORDS: State; civil society; participation; democracy.

INTRODUÇÃO

As relações entre estado e sociedade civil no Brasil, como em qualquer outra região do mundo, apresentam condicionantes históricos e peculiaridades culturais que irão, ao curso do processo histórico, representar injunções ao desenvolvimento das práticas interativas. Cumpre, do ponto de vista empírico estabelecer a singularidade do caso brasileiro, a partir de sua própria dinâmica histórica sem, contudo, deixar de mobilizar possíveis marcos normativos para reflexões de possíveis cenários relacionais. Nesse sentido, este trabalho destaca três obras que trataram do tema das relações entre estado e sociedade no Brasil na segunda metade do século XX, cada um dedicado a uma quadra histórica. O esforço então é no sentido de buscar um entendimento das movimentações da sociedade e as reações do estado no período em questão e perceber as diferenças que se estabelecem ao longo do processo histórico.

Fechando a exposição mobilizamos duas

outras obras que se opõem, e tratam do tema das relações entre estado e sociedade, mas de um ponto de vista mais normativo. Buscam, a partir da avaliação de nossas injunções e condicionantes históricos, pensar possíveis cenários de articulação entre estado e sociedade.

DESENVOLVIMENTO

Partindo de uma problemática comum, ou seja, o comportamento reivindicativo e político da sociedade civil e em particular dos grupos “marginalizados”, nas relações estabelecidas com o estado, iremos encontrar três trabalhos produzidos em cenários e momentos distintos da história do país, debruçados sobre acontecimentos que ocorreram em épocas diferentes e a partir de perspectivas teóricas distintas.

O trabalho de José Álvaro Moisés, cobrindo o período democrático de 1946 a 1964, dedica-se ao estudo do fenômeno de mobilização urbana ocorrido nos distritos periféricos da Grande São Paulo, que pretendiam emancipar-se politicamente do município ao qual estavam subordinados administrativamente.

Tal movimento chama a atenção do autor por tratar-se, em sua opinião, de um movimento singular de organização e manifestação de interesses das classes populares, o qual ganha através do tempo intensificação e complexidade.

Originários em sua maioria das Sociedades de Amigos de Bairros dos distritos periféricos, mas na sequência do movimento extrapolando os objetivos e as dimensões em que estas atuavam, constituíam-se a partir de vários grupos sociais, incluídos aí representantes da classe média, que tinham como domicílio esses distritos periféricos, os quais erguiam a bandeira do protesto contra o poder político, que se encontrava distante da realidade e do controle das populações residentes nessas regiões.

O objetivo do movimento, portanto, estava em conseguir a autonomia política e administrativa dos municípios aos quais pertenciam esses distritos, a fim de poderem gerir tanto os recursos que dispunham, como exercerem um controle efetivo sobre o poder político.

Os meios utilizados pelos líderes para veicular as propostas, organizar e dar força ao movimento foram: criação de jornais, associações, pressões junto aos deputados e partidos para a aprovação do pedido de plebiscito e, finalmente, a realização de campanhas voltadas aos moradores locais para que dessem seu voto favoravelmente à autonomia do distrito.

Outros fatores que parecem contribuir para os movimentos autonomistas ligam-se ao desenvolvimento econômico experimentado pelo país, o processo de modernização a ele ligado, que joga contingentes populares na vida política, e um crescente despertar da consciência popular, representada pelas reivindicações urbanas. Essas formas de participação popular, no entanto, só podem ser compreendidas, segundo o autor, se

forem considerados fenômenos como o Janismo, tendo em vista o que representou para a organização e o funcionamento das Sociedades de Amigos de bairros e em termos de divulgar a problemática dos bairros periféricos perante a opinião pública de São Paulo, bem como fomentou uma peculiar concepção do Estado, que visava ao mesmo tempo ampliar as expectativas quanto ao seu papel perante a sociedade, e torná-lo mais sensível às pressões populares. Nesse sentido formula a hipótese de que os movimentos autonomistas devem sua expressão política à influência do Janismo.

De grande importância também para o movimento foi o papel desempenhado pela “classe média” residente nesses distritos periféricos. É a partir da experiência cotidiana das desigualdades urbanas que essa classe desenvolve sua consciência em relação aos problemas colocados pelas contradições urbanas, resultantes das desigualdades do desenvolvimento capitalista. É por meio de um processo que o autor define como “simbiose ecológica” que a “classe média” irá unir-se aos segmentos populares, de maneiras distintas conforme o caso, como bem faz notar o autor através dos exemplos de Osasco e de Pirituba, e desempenhará um papel fundamental na formulação e liderança do movimento. A aliança entre os diversos setores sociais representa, portanto, o fator dinâmico do movimento, tendo em vista a similaridade da situação em que se encontram no contexto urbano, mas essa aliança solidifica-se somente no próprio processo de consolidação do movimento por meio das exigências relacionadas aos seus interesses comuns.

Outra característica do movimento que precisa ser mencionada diz respeito às relações do Estado com a sociedade. Nesse aspecto é importante ressaltar a decepção experimentada pelas classes populares ao sentirem-se abandonadas pelo poder público no seu papel de “provedor”. A impossibilidade do atendimento das expectativas alimentadas pelos segmentos populares e periféricos dava-se, sobretudo, em função da natureza e características do próprio Estado, constituído em bases capitalistas e atuando como principal agente do desenvolvimento, promovendo processos de acumulação capitalista que necessariamente promoviam desigualdades e injustiças sociais. A percepção da ausência do Estado converteu-se primeiramente em descrença quanto à sua capacidade de “prover” e em sua legitimidade e, em seguida, no estabelecimento de um antagonismo entre classes populares e Estado.

O que chama a atenção do autor é que no desdobramento desses movimentos verifica-se um despertar da consciência popular para os seus problemas, bem como para a importância de sua mobilização a fim de solucioná-los. O que começa a desenhar um quadro de possibilidades efetivamente democráticas de participação e controle do poder público por parte da sociedade. A gestão local, pela população local, dos serviços de consumo coletivo a partir dos recursos coletados na própria região e uma forma de participação direta no poder público, são notoriamente exemplos de participação democrática.

O que o leva a afirmar que “não importa que os movimentos autonomistas, da mesma forma que as reivindicações urbanas dos bairros, não tenham colocado as suas propostas

em termos de uma crítica explícita à natureza da sociedade capitalista” (Moisés, 1978, p. 401), no seio da qual se desenvolviam desigualdades que fundavam contradições urbanas de variadas conotações, e embora fosse, em última instância, o que dava sustentação e motivação as demandas do movimento, o autor entende que “isso não impedia que se constituísse um campo social e político que discutia as próprias contradições” (Moisés, 1978, p.401),

Faltou para o autor, nesse caso, uma organização política ligada às massas, que se propusesse a transformar a espontaneidade do movimento em um movimento politicamente dirigido e, conseqüentemente, realizar a integração deste com outros movimentos populares. É onde o autor entende haver falhado a esquerda, em virtude de sua incapacidade de realizar a tarefa histórica de ampliar o horizonte do movimento, uma vez que não tiveram sensibilidade suficiente para penetrar nas possibilidades de concretização do ideal democrático que o movimento representava.

Sem imputar à negligência da esquerda em perceber a importância dos movimentos autonomistas a responsabilidade pela falência de um embrionário processo de possibilidades revolucionárias, o certo é que toda a esperança que pudesse representar essas experiências autonomistas em termos de consolidação de uma vivência democrática em um sentido ampliado começa a sucumbir com o golpe de 1964, tendo em vista que as diretrizes da política nacional, a partir deste momento, desferem ataques contra quaisquer formas de mobilização popular. O que atingiria nuclearmente os movimentos autonomistas, baseados como eram, em comícios, passeatas e grandes manifestações populares.

Por sua vez Eder Sader procura no período que vai de 1970 a 1980 aquilo que constitui as “experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo”. Concentrando-se nos acontecimentos que marcam o primeiro de maio de 1978, nas greves iniciadas no ABC (SP) e em seguida alastrando-se pelos centros industriais e urbanos do Estado, o autor vislumbra a emergência de um movimento singular na história do país, dotado de capacidades novas. Nesse sentido converge para as perspectivas de José Álvaro Moisés, que também entendia os movimentos urbanos, além de singulares, como repletos de possibilidades na direção de uma democracia efetiva. Mas as coincidências parecem estancar aí, muito embora, apesar do foco no movimento dos trabalhadores, Eder Sader não deixe de mencionar outros campos em que o desenvolvimento de uma perspectiva nova no âmbito da organização social se dava, como nos casos das comunidades eclesiais de base, dos movimentos de mães, dos movimentos de bairros, e em outras formas de movimentos sociais. Assim, não só o contexto em que é produzida a obra é diferente do de José Álvaro Moisés, mas também o período sobre o qual se dedicam os autores é distinto. Isso posto, entendemos o sentimento do autor quando diz que “estava, sim, diante da emergência de uma nova configuração das classes populares no cenário público” (Sader, 1995, p36-37). Ou seja, não apenas em comparação com os padrões do início da década, mas também – e sobretudo – com os de períodos históricos anteriores, o fim dos anos 70

assistia à emergência de uma nova configuração de classe. Pelos lugares onde constituíam como sujeitos coletivos; pela sua linguagem, seus temas e valores; pelas características das ações sociais em que se moviam, “anunciava-se o aparecimento de um novo tipo de expressão dos trabalhadores, que poderia ser contrastado com o libertário, das primeiras décadas do século, ou com o populista, após 1945”. (Sader, 1995, p36-37).

O peso atribuído aos trabalhadores representa outro diferencial, tendo em vista a emergência de uma forte organização sindical, que objetivava livrar-se da tutela do Estado corporativista e alcançar autonomia para negociar as questões que lhes diziam respeito, tendo em vista a crescente descrença no Estado como lugar e instrumento das mudanças sociais, o que leva a uma polarização entre sociedade civil e Estado. É curioso notar que desse movimento irá nascer o Partido dos Trabalhadores e a liderança de Lula, que chega após três tentativas, ao cargo de Presidente da República. Isso confirma, de certa maneira, a procedência em atribuir-se ao movimento que se inicia na década de 70, como fez o autor, a força de promover transformações na ordem política.

Outra questão é, nesse caso, de cunho propriamente acadêmico, que distingue os dois trabalhos, diz respeito ao tratamento que o autor dá ao tema. Procurando fugir das interpretações estruturalistas, sem cair num subjetivismo radical, o autor procura construir uma perspectiva conciliatória a partir dessas vertentes polarizadas, para entender os acontecimentos em curso na década de 70. É a busca do entendimento do novo, da mudança em curso no processo histórico brasileiro que o faz afirmar que “quem pretender captar a dinâmica de movimentos sociais explicando-os pelas condições objetivas que os envolvem e poupando-se de uma análise específica de seus imaginários próprios irá perder aquilo que os singulariza”. (Sader, 1995, p.42). Assim, colocando-se epistemologicamente entre o objetivismo e o subjetivismo, o elemento cultural, formado a partir das experiências e discursos específicos de cada grupo, é que proporcionará uma maior elasticidade ao pensamento do autor, para a abordagem dos fenômenos em questão.

Nesse sentido a dupla produção/reprodução assume novos contornos, e é justamente no plano da reprodução que o autor percebe uma esfera central para analisar o fenômeno dos movimentos sociais, dado o seu caráter de possibilitadora de representações e simbolismos, onde se torna possível um descolamento das condições objetivamente dadas na produção e permite um movimento de identificação social que apresenta a capacidade de criar novas bases para a ação, que por sua vez irão incidir sobre as condições dadas na produção. O que só se torna possível considerando-se a perspectiva adotada pelo autor na definição de sujeito coletivo, enlaçada com sua noção do papel do discurso na articulação da realidade concreta, que por meio de um processo de ressignificação daquilo que já está dado pela linguagem corrente e pela cultura, abre as portas para a constituição de um novo sujeito político.

No trabalho de José Murilo de Carvalho deparamos com uma realidade completamente distinta do que até então vinha sendo desenhado pelos traços dos textos anteriores. Embora

o período sobre o qual a pesquisa é feita (fim da década de 90) represente possibilidades de diferenças, em função da distância que cobre um trabalho do outro, o importante a salientar é que certa linha de continuidade que se verifica como passível de estabelecer-se, a partir dos trabalhos de Moisés e Sader, no sentido de um aprimoramento das virtudes democráticas e republicanas, tendo em vista a maior participação popular nos rumos da política característica dos movimentos estudados, parece ruir e, em seu lugar, verificar-se uma ignorância enorme em termos de direitos relativos à cidadania e uma apatia gritante em termos de participação política. Assim, ou houve exageros nas tintas ao pintar o quadro otimista da mobilização popular, ou algo mudou no período que separa o trabalho de Carvalho dos outros dois autores.

O mundo certamente mudou. A reestruturação produtiva, a onda neoliberal, a queda do muro de Berlim, a redefinição do papel do Estado (em detrimento das políticas de bem-estar social), o enfraquecimento dos sindicatos, são alguns aspectos que, ao surgirem no cenário mundial, provocam profundas mudanças no curso dos acontecimentos, bem como obrigam a uma redefinição dos conceitos encarregados de representar a realidade, como, por exemplo, o evolucionismo finalista. É assim que leva Carvalho a afirmar que

A concepção evolucionista e finalista está sem dúvida em descompasso com a visão atual da história. O fim do socialismo prático destruiu entre os marxistas a crença no finalismo evolucionista, e a pós-modernidade gerou a mesma descrença entre não marxistas. As mudanças na visão de cidadania são apenas parte da transformação mais ampla geralmente chamada de pós-modernidade ou modernidade tardia. Os novos tempos exigem do historiador e do pensador político que, pelo menos em tese, estejam dispostos a descartar finalismos e a admitir redefinições radicais de conceitos e práticas até agora aceitos como essenciais à tradição ocidental. (Carvalho, 2000, p.118).

Desse modo quando o Brasil “ia” o Ocidente muda sua rota, e isso têm implicações consideráveis na dinâmica interna do país. O redimensionamento do Estado, principalmente no caso brasileiro, onde este sempre esteve presente nos processos de desenvolvimento, modernização e como “provedor” da “sociedade”, apresenta consequências tanto para o exercício dos direitos políticos como para a garantia dos direitos sociais e civis.

Torna-se obrigatório enfrentar o problema levando em consideração as especificidades do caso brasileiro, bem como as mudanças assinaladas acima. Nesse sentido a perda de centralidade do Estado-nação como ator político, obriga-nos à uma redefinição das ações voltadas à dinamização da sociedade, a fim de que o público se torne ponto de convergência das ações privadas, por meio de organismos não-governamentais, constituindo um terceiro setor atuante, e das ações estatais, com a promoção da justiça social como objetivo central a ser perseguido.

Em resumo, um projeto a ser encaminhado para lidar com as mudanças em curso precisa,

No mundo dos valores, renunciar a visões evolucionistas da história e

colocar a justiça social no centro das preocupações. No mundo da política, combinar o interesse e a virtude e promover o encontro do Estado com a sociedade, numa perspectiva em que a força do primeiro passa a depender do fortalecimento da segunda e em que este novo arranjo constitua a base para redefinir a nação. (Carvalho, 2000, p.125-126).

Partindo desses processos históricos e as características peculiares que marcam cada quadra histórica, partimos agora para uma reflexão em torno das possibilidades político-sociais de vivência democrática, principalmente no que diz respeito ao alcance e natureza que pode assumir no Brasil.

Ao apresentar os vínculos entre socialismo e democracia que se estabelecem como integrando o corpo teórico do marxismo, Carlos Nelson Coutinho entende que o processo de democratização experimentado pela sociedade brasileira a partir da década de 80, tem o poder de constituir-se nos pressupostos do socialismo, desde que adequadamente percebida como uma etapa estratégica para a revolução e não meramente como um objetivo tático, o que, por sua vez, comprometeria a substância do que é entendido como democracia em sua vinculação com o socialismo.

Nesse sentido adota uma perspectiva que atribui um papel central à democracia como elemento que possibilita a transição ao socialismo, uma vez que o encaminhamento do desenvolvimento do processo se realize num crescente movimento de incorporação da sociedade como um todo, respeitadas as peculiaridades dos grupos que a compõe, bem como as pluralidades que lhe são pertinentes.

É na constatação de que o “modelo soviético” não representa a única possibilidade de socialismo, em função do surgimento de perspectivas que aceitam a convivência entre socialismo e democracia, que Coutinho entende na universalidade da democracia o caminho possível para o desenvolvimento do socialismo. Para que isso se torne efetivo é necessário desfazer um erro de concepção presente na teoria marxista do Estado, onde a democracia política é identificada com dominação burguesa e, em seu lugar, apresentar a luta pela democracia como um patamar para o socialismo, dada a inadequação da ideia de se colocar para a sociedade brasileira a tarefa da luta imediata pelo socialismo. Antes, porém, a luta pela democracia como uma etapa para o socialismo apresenta-se como proposta viável, desde que entendida como o combate pela criação dos pressupostos políticos, econômicos e ideológicos que levem ao socialismo.

Nesse sentido o valor universal com que se reveste a democracia faz com que, apesar de ter sua origem relacionada ao surgimento da sociedade burguesa, o desaparecimento desta não signifique o seu fim. Antes, porém, sua permanência deve-se ao fato de, como valor universal, poder contribuir para a explicitação do ser genérico do homem.

As formas de relacionamento que integram as instituições da democracia política aparecem, portanto, para Coutinho, como uma possibilidade de solução para o impasse resultante de como respeitar-se a diversidade, ao mesmo tempo em que se busca a

unidade, tendo em vista que a exigência colocada por Marx e Engels ao socialismo de “que o livre desenvolvimento de cada um seja condição para o livre desenvolvimento de todos”, encontra na democracia uma bem acabada forma de expressão.

A importância da democracia para a realização de um genuíno socialismo é explicitada pelo autor quando indica que

O socialismo não elimina apenas a apropriação privada dos frutos do trabalho coletivo; elimina também – ou deve eliminar – a apropriação privada dos mecanismos de dominação e de direção da sociedade em seu conjunto. A superação da alienação econômica é condição necessária, mas não suficiente, para a realização do humanismo socialista, para a explicitação de todas as potencialidades abertas pela crescente socialização do gênero humano: essa realização e essa explicitação implicam também a superação da alienação política(Coutinho, 1980, p.27-28).

Nesse sentido, dada a complexidade social da atualidade, a conjugação de democracia direta de base e democracia representativa, desde que através desta se realize uma síntese política dos sujeitos coletivos, significa um caminho viável para a solução do problema de compatibilizar diversidade e unidade.

Essa maneira de operar democraticamente em dois níveis, ou seja, pelas formas de representação tradicionais e através dos órgãos de democracia direta, constitui-se no caminho para a ampliação do sentido da democracia e sua plena realização, o que, em última instância, resultaria na construção de uma sociedade socialista. Abrem-se assim, pela política, as portas para uma transformação social em outros níveis.

Não só o regime de exceção de 64 precisa ser derrotado, segundo Coutinho, mas também aquilo que se convencionou chamar de “via prussiana”, onde, por meio de arranjos entre as classes dominantes, as decisões gerais para a vida “nacional”, são aplicadas de cima para baixo, de caráter extremamente autoritário. Cabe, então, ao conjunto das forças populares a tarefa de dobrar esse curso da história e construir novas possibilidades para a sociedade brasileira. Desse modo o autor entende que

O fortalecimento da sociedade civil abre assim a possibilidade concreta de intensificar a luta pelo aprofundamento da democracia política no sentido de uma democracia organizada de massas, que desloque cada vez mais “para baixo” o eixo das grandes decisões hoje tomadas exclusivamente “pelo alto”. (Coutinho, 1980,p. 36).

Ao tratar da importância da cultura no desenvolvimento de um projeto democrático para o país, Coutinho apresenta as implicações dos condicionamentos objetivos de nossa formação histórica e social na configuração do perfil da intelectualidade, dos artistas e dos produtores culturais.

Para livrar-se da herança deixada pela “via prussiana”, o autor sugere o nacional-popular como alternativa à cultura “intimista”, estreitamente vinculada aos elementos constituintes da “via prussiana” ao longo da história brasileira. O nacional-popular, portanto, caracteriza-se por uma abordagem crítica, que necessariamente acaba por revelar as

contradições existentes na vida social. Diferentemente do “intimismo” que produzia a partir de um ponto de vista distante da realidade social, o nacional-popular guia-se ou define-se, independente da pluralidade de manifestações estilísticas ou temas, por um realismo crítico no terreno estético e por uma concepção humanista e historicista do mundo no terreno do pensamento social.

O nacional-popular é apreendido por Coutinho com as qualidades de um movimento revolucionário, que tem o papel de contribuir para o desvelamento crítico das contradições sociais. O caráter engajado da cultura torna-se patente na perspectiva de Coutinho, não pela proposta de um conteúdo ou de uma forma de produzir cultura, mas pela orientação que põe o intelectual ou artista a serviço do povo, da liberdade, da emancipação humana, uma vez que sejam guiados pela intenção de criar a partir de uma perspectiva crítica, que vê na sociedade os conflitos que lhe são pertinentes e contribua, assim, para a consciência social, para a tomada de posição na luta pela democracia e consequentemente pelo socialismo num ponto futuro.

Tanto a intimidade entre democracia e socialismo e a noção que o autor atribui ao nacional-popular, apresentam-se visceralmente ligados à uma intenção política de defesa dos princípios que norteiam a visão de mundo socialista. A vinculação do autor aos princípios marxistas revolucionários aparece à luz do dia em sua exposição, e faz com que seu texto reflita um otimismo e uma certeza de realização da história prescrita nos cânones marxistas.

Nesse sentido o trabalho de Marilena Chauí serve como um contrapeso à visão de otimista de Coutinho. Ao colocar-se em uma posição mais cética em relação às possibilidades de desenvolvimento histórico, e não vincular-se estreitamente com os pressupostos marxistas, o tratamento aos temas da relação entre democracia e socialismo e do nacional-popular irá seguir um curso totalmente distinto do de Coutinho. Nela não encontramos a fluidez linear da história que se apresenta no trabalho de Coutinho, nem um engajamento tácito às ideias marxistas como suporte para sua argumentação. Antes se posiciona criticamente em relação às possibilidades de vinculação entre democracia e socialismo, e busca nos próprios trabalhos de Marx e de Engels aqueles elementos que podem dar fundamentação a seu argumento. Um ponto interessante a notar nesse sentido é que, tanto Coutinho quanto Chauí, servem-se dos mesmos autores e encontram neles elementos que auxiliam a construção de sua argumentação, embora tenham orientações distintas quanto ao encaminhamento da análise.

A democracia e o socialismo aparecem em Chauí como uma relação tensa, em que desconsiderados os pressupostos de uma história linear e fatalista, apresentam-se como algo não resolvido no seio da teoria e da prática marxista. Nesse sentido afirma que “aceitar a história como diferença temporal é aceitar que o real não é os fatos nem as ideias, mas o movimento interno no qual uma sociedade aponta seu possível próprio como possível e não como futuro objetivado” (Chauí, 1981, p.108).

E essa diferença de angulação que torna as perspectivas nos dois trabalhos distintas, onde em Coutinho tudo está colocado para ser resolvido pelo movimento em direção a uma democratização progressivamente ampliada até a realização do socialismo, em Chauí tudo se complexifica, se tensiona, se torna ambíguo, fica truncado, a dar uma ideia de que no plano da realidade que se busca apreender, o desenvolvimento dos acontecimentos sofre essa mesma dinâmica que é apresentada em seu texto, ou seja, antes das “ideias e dos fatos” está o jogo do real, que em nada facilita uma solução previamente concebida.

Outro ponto a ser destacado é quanto ao caráter autoritário da sociedade brasileira. A perspectiva de Coutinho atribui um peso maior à figura do Estado nesse aspecto, enquanto Chauí sem em nenhum momento negligenciar a figura do Estado autoritário como característico do Brasil, realiza um deslocamento de perspectiva e mostra como a sociedade em seus diversos níveis está impregnada de autoritarismo na relação entre seus membros. Isso representa um dificultador para uma solução genuinamente democrática, tendo em vista os limites impostos por essa configuração, onde os direitos apresentam-se antes como regras e não como práticas, onde a linha entre o humano e o não humano coloca-se em termos de distinção entre os membros da própria sociedade, como no caso dos negros, dos índios, dos homossexuais, dos miseráveis, etc. Parece, então, difícil levar adiante um projeto de democratização ampliado no seio de uma sociedade tão marcada por relações de distanciamento entre seus componentes.

Quanto à caracterização do nacional-popular, a impressão é que os autores trabalham com ideias distintas. O que define para Coutinho o “intimismo” parece ser aquilo que Chauí considera nacional-popular. É o que se entende quando a autora diz que

Pelo contrário, é uma sociedade onde a classe dominante exorciza o horror às contradições produzindo uma ideologia da indivisão e da união nacionais, razão pela qual a cultura popular tende a ser apropriada e absorvida pelos dominantes através do nacional-popular. (Chauí, 1996, p.60).

Certa equivalência ao conceito de nacional-popular que Coutinho utiliza, pode ser encontrado, não em sua integridade, mas de maneira aproximada, nos movimentos de resistência da Cultura Popular, entendidos não como “ações deliberadas de resistência”, mas como “práticas dotadas de uma lógica que as transforma em atos de resistência”. Muito embora, nesse caso, a Cultura Popular seja atributo do próprio povo em suas diversas manifestações, enquanto no conceito de nacional-popular usado por Coutinho, o trabalho realizado por intelectuais, artistas e produtores culturais é que ganha destaque central.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos, neste trabalho, apresentar alguns acontecimentos históricos que apresentam significativa vinculação com o tema da relação entre estado e sociedade civil, as dinâmicas inscritas em quadras históricas específicas. As mudanças na dinâmica dessa relação entre estado e sociedade obedecem tanto a fatores de ordem intrínseca, como a

fatores de ordem extrínseca, como bem pudemos acompanhar na exposição dos autores utilizados.

Além dessa preocupação, que diria ser de um âmbito mais empírico, embora não exclusivamente, buscamos também complementar este trabalho com reflexões de ordem mais normativas.

Nesse sentido, percebemos que as diferenças que marcam duas análises sobre temas comuns, ou seja, as relações entre democracia e socialismo e o papel da cultura, devem-se, principalmente, em Coutinho, pela existência de um projeto de mudança que procura encontrar os meios possíveis para realizá-lo na própria experiência democrática. Já em Chauí essa preocupação não parece dominar o trabalho, e o encaminhamento de suas reflexões sigam um curso oposto ao de Coutinho e o seu conceito de nacional-popular seja diametralmente contrário ao dele.

Concluimos, assim, este trabalho, na esperança de ter contribuído para a percepção de alguns eventos históricos brasileiros ocorridos na dinâmica entre o estado e a sociedade civil durante a segunda metade do século passado, e, dada a complexidade do tema, a dificuldade em encontrar, no âmbito normativo, propostas consensuais.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, José .M. de. Cidadania na Encruzilhada, *in* N. Bignotto (org.), **Pensar a República**. Belo Horizonte, Editora da UFMG, pp. 105-126,2000.

MOISÉS, José.A. **Classes Populares e Protesto Urbano**. Tese de Doutorado, USP, 2 vols., pp. 284-294/380-431, 1978.

SADER, E. **Quando Novos Personagens Entram em Cena**, Petrópolis, RJ, Paz e Terra, pp. 25-60, 1995.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Cultura e Democracia**. São Paulo, Moderna, pp.85-110, 1981.

_____. **Conformismo e Resistência**. São Paulo, Editora Brasiliense, pp.47-120, 1996.

COUTINHO, Carlos Nelson. **A Democracia como Valor Universal**. São Paulo, Ciências Humanas, pp. 19-41/63-92,1980.

A ACEITAÇÃO DA MORTE NO MÉXICO DIANTE DO COVID-19

Data de aceite: 03/10/2022

Data de submissão: 05/08/2022

Denis Ocaña Gómez

Colégio Anáhuac A.C., Psicología, Tulancingo
de Bravo, Estado de Hidalgo

Gilda de León Mayoral

U. Tecnológica de Tulancingo, Psicología,
Tulancingo de Bravo, Estado de Hidalgo

Fabio Vinicius Silva Lemos

Fadesa, Psicologia, Canaã dos Carajás, Brasil

RESUMEN: A morte de uma pessoa, de uma forma ou de outra, é uma situação que acaba afetando aqueles que faziam parte de sua família ou círculo social mais próximo, pois mesmo quando se diz que é algo que deve ser enfrentado mais cedo ou mais tarde, a realidade é outra, em grande parte devido ao afeto ou apego que se tem pela pessoa que morre. Embora a morte como evento social e cultural fosse algo que no México se observasse de forma menos comum em situações como doenças derivadas da falência de um órgão, velhice ou homicídios, com a chegada do COVID-19 tudo mudou, pois agora tudo derivava de um vírus e contra o qual não havia como combatê-lo. Situação que gerou um número elevado de óbitos e com isso, uma mudança na percepção da morte.

PALABRAS-CLAVE: Morte, México, Pandemia, COVID-19.

THE ACCEPTANCE OF DEATH IN MEXICO IN THE FACE OF COVID-19

ABSTRACT: The death of a person, in one way or another, is a situation that ends up affecting those who were part of their family or closest social circle, because even when it is said that it is something that must be faced sooner or later... the reality it is another, largely due to the affection or attachment that one has towards the person who dies. Although death as a social and cultural event was something that in Mexico was observed in a more less common way in situations such as diseases derived from the failure of an organ, old age or homicides, with the arrival of COVID-19 everything changed, since now everything derived from a virus and against which there was no way to counteract it. Situation that generated a high number of deaths and with it, a change in the perception of death.

KEYWORDS: Death, Mexico, Pandemic, COVID-19.

1 | INTRODUÇÃO

“Morte”, uma palavra de apenas seis letras, mas com grande peso em termos de seu significado e do impacto que tem no ser humano, principalmente naqueles que tiveram que enfrentar a perda de um familiar em uma situação inesperada ou condição que a princípio parecia simples de tratar ou superar. Da mesma forma, é identificada como aquela situação em que se pode ter certeza absoluta de que mais cedo ou mais tarde chegará a todos,

independentemente de raça, classe, sexo ou idade.

Em relação ao conceito de morte, ao longo da história da humanidade ele foi reverenciado ou mantido um certo respeito, a ponto de construir espaços monumentais destinados ao corpo a iniciar seu caminho para uma nova dimensão, sendo um claro exemplo as pirâmides de Egito e os vários túmulos encontrados no Vale dos Reis, na margem oeste do rio Nilo.

Por outro lado, tem sido considerado como o mecanismo para poder honrar uma divindade e, ao mesmo tempo, agradecer os favores feitos para a estabilidade social, onde os sacrifícios humanos feitos pelas civilizações pré-colombianas são uma prova fiel, e em que, para aqueles que deram a vida nesta prática, era uma questão de honra.

No entanto, há também o fato de que pode ser visto como prova de um ato ou procedimento ruim, como punição pela falta de sanidade ou atenção por regras morais, sociais e/ou de compras de saúde. Encontrando ao longo do tempo casos como Sodoma e Gomorra, o grande Dilúvio, a peste negra, a gripe espanhola, o Vírus da Imunodeficiência Adquirida (HIV) e mais recentemente... a pandemia de COVID-19.

2 | MORTE, CONCEITO E ALGO MAIS

A questão da morte é polêmica, por um lado há quem a defina como uma crise na vida das pessoas, onde não a morte, mas a representação antecipada dela é o que inspira o terror. (Gómez, 1998)

Por outro lado, estabeleceu-se como uma característica intrínseca do próprio ser vivo, o que, segundo Metchnikoff (citado por Klarsfeld & Revah, 2002), gera certa angústia naquelas pessoas que, ao chegarem ao fim normal de sua existência, chegam a considerar o fato de não terem alcançado o cumprimento de seus objetivos.

Da mesma forma, através da análise de várias ideias científicas encarnadas entre 1750 e 1914 relacionadas ao lugar que a morte ocupa nas ciências da vida, Klarsfeld e Revah afirmam que a morte é assumida como uma fatalidade arbitrária, que se impõe contra nossa vontade; bem como que possui uma utilidade ou função oculta, muitas vezes expressa em termos de vantagem seletiva, baseada em mecanismos de evolução. (Klarsfeld, 2002)

Portanto, definir a morte é extremamente difícil, pois, como estabelece Hernández Arellanos, envolve vários campos, desde aspectos biológicos, médicos, jurídicos, religiosos, sociais e culturais, que se entrelaçam de maneira complexa, mas onde cada um tenta dar-lhe um significado. (Hernández, 2006)

Com relação a essas duas últimas áreas, o comportamento em relação à morte em humanos, diferentemente dos animais, deriva de atitudes, costumes, rituais e normas culturalmente aprendidos, mas que mudam com o passar do tempo e das circunstâncias. Bem, às vezes, é visto como um fato natural e impossível de evitar, outras vezes, como um

adversário que deve ser derrotado.

Evidências do exposto estão nas tumbas que datam do período em que o homem de Neanderthal colocava utensílios dentro deles, muito possivelmente acreditando que o falecido precisaria deles para sua nova vida ao procurar comida; procedendo muito semelhante aos vestígios encontrados dentro dos túmulos egípcios, só que nestes com maior suntuosidade, mas em ambos os casos é também uma evidência de respeito e medo. (Gómez S. , 1998)

Com o passar dos anos e até a Idade Média, a morte tornou-se um processo mediativo e reflexivo, onde durante a vida, a pessoa tinha que ser preparada para a eternidade, pois agora, esta era considerada uma intervenção deliberada e pessoal de Deus, dramatizada ao momento de agonia por uma luta entre anjos e demônios; enquanto no Romantismo a visão da morte era mais dramática e deixava de estar associada ao mal, persistindo a ligação entre ela e o pecado; No século 19, começou a ser usado o chamado “Outro Mundo”, aludindo ao local onde se encontravam aqueles que haviam sido separados do descanso eterno e que era considerado horrendo e, portanto, tornou-se um assunto tabu. (O’Connor, 2005)

Atualmente, parece que na esfera social a morte voltou a ser vista como dito tabu, pois é comum restringir-se a falar sobre ela, especialmente para aqueles que estão perto de morrer e procuram -*como no caso dos doentes terminais*- fazer ou praticar o impossível para evitá-lo.

Por outro lado, no campo cultural, a maioria das culturas africanas garantiu o descanso da pessoa que morreu através do chamado Lubalú, que é um rito chamado de passagem, onde cantam, choram, dançam descontroladamente e o morto que é presente é louvado, e em torno de quem se acende uma vela durante nove dias, dos quais o mais importante é o último e, onde se considera que, se o morto for bem honrado, consegue atravessar aquela fronteira para o mundo do morto e não fica na casa da família.

Além do exposto, no caso do budismo, a vida é eterna, e ao passar por sucessivas encarnações, a morte não é considerada a cessação da existência, mas sim o início de uma nova, razão pela qual é observada como um fato necessário; e que para passar com sucesso pelo processo da morte, é um dever durante a vida acumular boas causas que contribuíram para a felicidade dos outros. Enquanto para o hinduísmo, a preocupação com a morte não existe, pois para essa cultura ao morrer ela terá que renascer em outro lugar, pois pertence à eternidade e é uma manifestação do divino, pois considera-se que a morte consiste em a união da alma individual com a alma universal. (Guerri, 2021)

Em relação à cultura mexicana, desde os tempos pré-hispânicos era comum o culto à morte, que era concebido sob uma dualidade em relação à vida e ao ciclo da natureza. No caso da cultura maia, havia nomes diferentes para se referir ao deus da morte, embora os mais comuns fossem “O desencarnado”, “O putrefato”, “Aquele que emana gases” ou ainda “O Mestre da Morte”, as denominações de maior reconhecimento foram Ah Puch,

Ah P'uuch ou Hun Ahau “One Lord”, bem como Kisín, Yum Tsek ou Yum Cimil “Senhor do mundo dos mortos”, embora este último com menos frequência.

Quanto à parte icônica, sua representação se deu por meio de um esqueleto podre ou cadáver em posição sentada com as pernas flexionadas (figura 1), embora também tenha sido identificada por meio de uma imagem em pé, de perfil, com a mandíbula abaixada. (De las Mercedes, 2014)



Imagem 1. Ah Puch deus da morte e Senhor Supremo de Xibalbá

Fonte: https://mitologia.fandom.com/es/wiki/Ah_Puch?file=Ah_Puch.jpg

No caso dos astecas, eles consideravam que a morte fazia parte de uma continuidade e propósito último, que mantinha a ordem cósmica vital. Para eles, a representação da morte passava por seu deus Mictlantecuhtli “o senhor da mansão dos mortos” e a deusa Coatlicue “mãe da terra” (figuras 2 e 3). Enquanto o lugar onde se dizia que chegavam todas aquelas pessoas que haviam morrido e onde as almas tinham que fazer testes para poderem ressurgir era Mictlan, e que no caso das crianças que não conseguiram chegar ao primeiro ano de vida, chamado de Chichihuacuauhco. (Rodríguez V. M., 2018)



Imagens 2 e 3. Mictlantecuhtli e Coatlicue

Fontes: http://diosesdelasamericas.blogspot.com/2011/07/mictlantecuhtli-dios-azteca-de-la_05.html

<https://lugares.inah.gob.mx/es/museos-inah/museo/museo-piezas/7428-7428-10-1153-coatlicue.html>

Segundo González Crussi, que se dedicou a investigar as antigas culturas mesoamericanas e a relação que mantinham de forma muito próxima com a morte, a concepção de vida era muito pessimista, pois viviam à espera de uma catástrofe, razão pela qual grande parte de seus ritos foram orientados para aniquilar essa possibilidade. Nesse sentido, tentaram prever a ocorrência desses desastres observando as estrelas, situação que bem poderia ter dado lugar ao calendário asteca ter dois meses dedicados à morte, o nono ou “festa dos mortos” e o décimo ou “grande festa dos mortos”, datas em que um grande número de homens foi sacrificado e, de certa forma, evidenciam o culto desta entidade. (González, 1997)

Durante a conquista, todo o culto da morte se fundiu com a religião católica, dando origem ao Dia dos Mortos, cujos antecedentes em relação às oferendas aos mortos se encontram na época medieval, onde a tradição do susto e das caveiras que andam sobre as bruxas ‘ noites, foram inspirados pelo horror daqueles que inadvertidamente entraram nas cidades europeias dizimadas por epidemias como a lepra, onde esqueletos vivos reais vagavam pelas ruas. (Rodríguez J. , 2022).

Por volta do século XVI, o conceito de inferno -que até então era desconhecido- expandiu-se no território mexicano, generalizando assim o medo da morte; Enquanto isso, as caveiras que antes eram usadas para decorar alguns altares começaram a desaparecer por influência da Igreja Católica, então a morte passou a ser representada por um esqueleto com uma foice em uma mão e uma vela na outra (Gallegos, 2007). Ressalta-se que mesmo quando essas mudanças se estabeleceram, entre a população, a morte foi adotada como personagem popular, recebendo o nome de “La Pelona”, sendo integrada a canções

populares, atividades teatrais e diversos elementos de uso comum. (Rodríguez J. , 2022).

Já no século XVIII, a morte deixou de ser representada como algo aterrador, tornando-se uma figura amável, embora ainda demorasse algum tempo para adquirir o caráter notável que acolheu nos séculos XIX e XX, quando Guadalupe Posada ficaria encarregada de fazê-la parecer uma personagem comum, que se transformaria e se adaptaria constantemente ao tipo de contexto histórico e graças à criatividade e imaginação coletiva. (Gallegos, 2007)

3 | TANATOLOGIA E SUAS FASES

Hoje, ao tocar ou falar de Tanatologia, não só leva ao evento fatídico, mas também a todas aquelas circunstâncias que cercam a morte de um ser humano, razão pela qual é considerada a disciplina que estuda o fenômeno da morte. E dada a sua importância, convém fazer uma breve viagem no tempo.

Etimologicamente, a palavra Tanatologia deriva das palavras gregas *thanatos* (morte) e *logos* (estudo ou tratado), cujo objetivo é fornecer ajuda profissional a pacientes com doença terminal e seus familiares (IMT, 2022); e no qual, segundo sua mitologia, Thanatos -filho de Nix e Erebus- era a personificação da morte, enquanto seu irmão gêmeo Hipnos representava o sono. (Treviño, 2022)

Por volta de 1901, Metchnikoff a define como a ciência que trata da morte e é considerada um ramo da medicina forense. Três décadas depois e como resultado dos avanços da medicina, há um período em que a morte ficou confinada aos hospitais, política que se manteria e se generalizaria até meados do século, de tal forma que os doentes terminais foram transferidos de sua casa para essas instalações com a intenção de esconder sua morte e assim evitar trazer à mente de muitos os horrores deixados pela Segunda Guerra Mundial. Mais tarde, na década de 1960, teria sido percebida uma mudança no comportamento dos familiares, pois deixaram de comparecer ao momento crucial, pois o evento passou a ser tratado como algo sem importância, pois a morte entrou em um processo técnico que pode ser programado (Domínguez, 2009). Por fim, no início da década de 70, várias conceituações começariam a ser estabelecidas, as quais são apresentadas por meio do quadro cronológico a seguir.

Ano	Autor	Conceito
1971	Potter	A esperança de uma vida quando a permanência terrena chegou ao fim.
1972	Kübler	A ciência da morte e suas manifestações, que tem seu campo de ação em torno do paciente terminal, levando em conta as descrições e observações que são feitas sobre ele, a fim de poder oferecer um diagnóstico, por meio do qual possam ser tomadas determinadas medidas ou ações para Segue.
1976	Veatch	É resultado de danos causados por diversas doenças agudas ou crônicas, cuja história natural atinge sua fase terminal em curto, médio ou longo prazo.
1979	Dans	A dissolução da unidade organizacional e funcional que compõe um indivíduo é na verdade um processo, por isso não se sabe quando começa até que o processo termine.
1991	Kübler	Instância de atenção aos moribundos.
1996	Rebolledo	Acontecimento natural, normal e cotidiano, que tem apenas uma interpretação científica e técnica.
1999	Di Caprio	A morte faz parte da própria vida, pois é resultado do envelhecimento e da deterioração orgânica e funcional progressiva.

Tabela 1. Cronologia conceitual da Tanatologia

Fonte: Domínguez, 2009

Derivados de todo o trabalho realizado até o início do século atual, os objetivos perseguidos pela Tanatologia são:

- Ajudar o homem naquilo a que tem direito primário e fundamental: morrer com dignidade, com acolhimento pleno e paz total.
- Ajude a família a se preparar para a morte de seu ente querido e sofrer no menor tempo possível.
- Ajude aqueles que sofrem de ideação ou comportamento suicida, ou de um ato suicida consumado.
- Auxiliar aqueles que enfrentam continuamente a dor da morte todos os dias: especialmente os membros da equipe de saúde. (Chavira, 2004)

Nesse sentido, a qualidade de vida de um paciente deve ter como objetivo evitar tanto o prolongamento desnecessário da vida quanto o seu encurtamento deliberado. Em outras palavras, o que se deve buscar é promover uma “Morte Própria”, ou como define Weissman (1974)... uma “Morte Apropriada”, que consistirá em que quem morre sinta pouca dor e sofrimento e mínimo empobrecimento social e emocional. Onde, dentro dos limites de sua deficiência, ele deve funcionar no nível mais alto e mais eficaz possível, mesmo que apenas uma amostra de suas habilidades anteriores permaneça. Com a possibilidade de reconhecer e resolver conflitos anteriores, bem como satisfazer qualquer desejo que seja condizente com sua condição atual e seus ideais. Ter finalmente a possibilidade de

ser cuidado por pessoas de sua confiança, bem como a opção de buscar ou renunciar a pessoas significativas (Fulton, 1981), ou como estabelece Álvarez Echeverri, “A morte que alguém escolheria para si se tivesse a oportunidade”. (Álvarez, 1999)

Note-se que, por volta de 1994, a Dra. Elizabeth Kübler - que é reconhecida por muitos como a fundadora da tanatologia - desvendou as cinco fases pelas quais passa um paciente nessa última etapa de sua vida, que compõem o chamado Modelo Passou Kübler Ross, e que são:

- Fase de negação. Estágio que é especialmente forte quando a gravidade da condição é percebida diretamente e com pouca sensibilidade ou simpatia, de modo que a primeira reação do paciente é geralmente um estado de choque temporário do qual ele se recupera gradualmente e no qual, quando a sensação começa a desaparecer e você consegue se recuperar, a resposta usual é uma... *“Não, não pode ser eu”; em grande parte, porque é quase impossível reconhecer que você tem que enfrentar a morte.*
- Fase de raiva. Onde o paciente chega ao conhecimento de que é sua vez de morrer e de mais ninguém, o que o enche de sentimentos de irritação, inveja, amargura e a questão coexistente *¿Por que eu?* Neste caso, e ao contrário da fase de negação, é muito difícil para a família e a equipa médica o enfrentamento, pois a raiva é projetada em todas as direções e contra tudo o que a cerca, portanto, nestas circunstâncias, é dever do médico para fazê-lo entender que certamente é cruel ter que morrer enquanto outros continuam a viver, e que, portanto, a reação que ele apresenta é totalmente compreensível.
- Fase de acordo. Estágio em que o paciente não deseja mais viver longos anos, mas viver o necessário para cumprir determinados objetivos temporários (rever uma criança, participar de uma festa), razão pela qual em muitas ocasiões diz estar disposto a uma série de considerações, tais como: observação de atendimento médico, orações ou comparecimento a cultos religiosos; Embora essa terceira fase seja menos conhecida, é igualmente útil para o paciente, pois permitirá que ele se livre de seus medos irracionais de punição caso não cumpra o que foi prometido.
- Fase de depressão. Nesse caso, o paciente já reconhece que não pode continuar negando sua doença, nem o fato de poder retardar a chegada da morte, de modo que sua insensibilidade ou estoicismo, sua raiva e sua raiva, logo serão substituídos por uma grande perda de sentimento . Ou seja, é uma espécie de luto precoce, do qual brota a vontade de assumir a própria morte e morrer serenamente, bem como o tempo para resolver pendências, chamá-las de reconciliações, previsões financeiras, divisão de bens ou cuidados de seus filhos.
- Fase de aceitação. Que *-geralmente-* é desprovido de sentimentos, onde parece que a dor desapareceu, a luta terminou e chegará o momento do “descanso final antes da longa jornada”. No entanto, não se engane e acredite que a aceitação é uma fase feliz, pois muitas pessoas se afastam lentamente do mundo

ao seu redor e sua necessidade de descanso aumenta, além de mostrar uma expressão única de serenidade e paz cheia de alegria.

É oportuno dizer que ao longo desse processo, se o paciente teve tempo suficiente e foi devidamente amparado em todas as fases, ele poderá aceitar sua morte sem depressão ou raiva. Será um palco em que haverá longos períodos de silêncio, onde a comunicação passará do verbal para o não verbal mas em que ambos terão o mesmo valor sentimental. E que a esperança -*como um processo de fé ou estado de espírito*- é a única coisa que persiste em todas as fases, principalmente após a negação e que a família desempenha um papel predominante, por isso deve ser levada em consideração em todos os momentos. se você tiver em mente que as reações dos membros ajudam na forma como o paciente lida com o processo. (Domínguez, 2009)

4 | COVID-19, A PANDEMIA DO SÉCULO XXI

Durante os primeiros quinze anos do século XXI, grande parte da população da Terra estava ciente do caos que uma pandemia geraria graças à ficção da sétima arte; No entanto, o que para muitos parecia impossível diante dos grandes avanços da ciência, acabou se tornando realidade em 31 de dezembro de 2019, dia em que foram divulgados publicamente os primeiros casos de pneumonia detectados pelas autoridades sanitárias de Wuhan. A organização mundial da saúde (OMS) entre os dias 12 e 29 desse mês, derivado de um vírus que se dizia ser desconhecido, mas que após as primeiras investigações, em 7 de janeiro de 2020, seria confirmado que se tratava de um novo coronavírus, inicialmente denominado como 2019-nCoV.

Como muitos países, o México sucumbiu à pandemia, apresentando o primeiro caso de infecção em 27 de fevereiro de 2020 no Instituto Nacional de Doenças Respiratórias da Cidade do México, três semanas após a primeira morte (18 de março), e com apenas sete dias decorridos, os casos confirmados chegariam a 475. Diante de tal comportamento e agressividade do vírus, decidiu-se decretar a Fase 2 da chamada “contingência sanitária”, estabelecendo diversas medidas, como distanciamento social, determinação de que nem todos gostaram, mas que acabou dando certo.

A partir de então, a disseminação da doença passou a gerar dados bastante críticos, pois segundo o Ministério da Saúde (SS), em 14 de maio de 2020, já havia 40.186 casos confirmados, 24.856 casos suspeitos e um total de 4.220 óbitos; Números que para muitos não eram reais, em grande parte porque, com base em relatórios estrangeiros, o México era um dos países com o menor número de testes diagnósticos aplicados à população do mundo. (Escudero, 2020)

Independentemente do exposto e mesmo com o aumento das medidas sanitárias estabelecidas tanto pelo governo federal quanto pelos governos de cada ente federado, os números aumentaram até atingir, segundo laudo técnico emitido pela SS em 24 de abril de

2022, o número de 5.733.785 casos confirmados e 324.129 mortes, (El Economista, 2022). Enquanto, para 2 de maio de 2022, os dados relativos aos biológicos fornecidos eram de 201 milhões 861 mil 103 para um total de 85 milhões 904 mil 997 pessoas. (Secretaría de Salud, 2022)

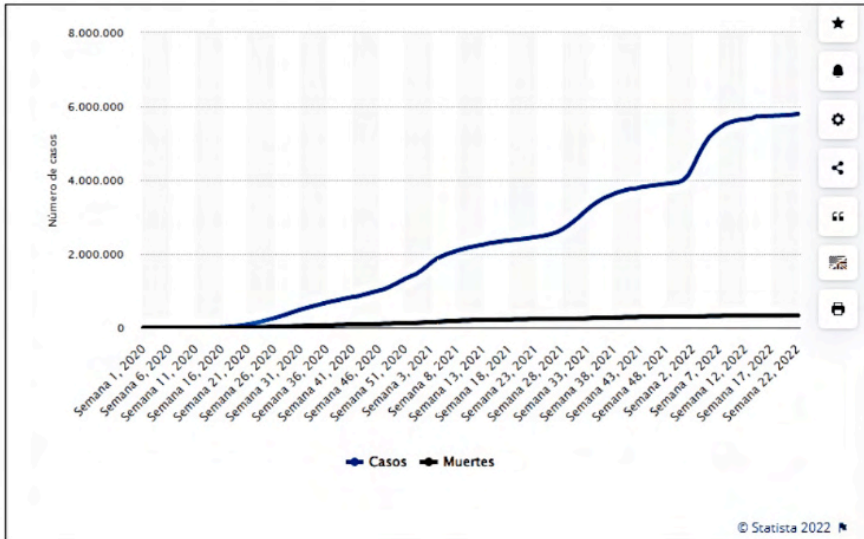


Imagem 4. Número semanal de casos confirmados e mortes causadas pelo coronavírus (COVID-19) no México entre janeiro de 2020 e abril de 2022

Fonte: <https://es.statista.com/estadisticas/1110089/numero-casos-muertes-covid-19-mexico/>

5 | O SER HUMANO PERANTE A MORTE POR COVID-19, UM CASO REAL

Foi estabelecido que as pessoas morrem de diferentes doenças, circunstâncias e origens culturais, sob diferentes níveis de consciência e com diferentes percepções do que constitui uma boa morte. Portanto, a relação que cada indivíduo estabelece com a morte é formada no plano mais íntimo, por meio da consciência pessoal, que é matizada pelo tempo, crenças e saberes, e em torno do que cada ser humano busca estabelecer um sentido para sua própria morte. (Hernández, 2006)

Em torno de tal relação, a ideia de enfrentar a morte é caracterizada pela ambivalência do medo e da negação, construto não unitário, mas articulado por componentes como o medo de uma morte dolorosa, de perder entes queridos, à vida após a morte. morte ou à aniquilação do próprio corpo. Por tanto, necesario es comentar que, relativo a la muerte y el miedo a ella, por un lado se tienen estudios que han demostrado que este aparece más bien difuminado y no presenta variación con respecto a la edad, al sexo y a las características demográficas de a população; enquanto para outros, o medo da morte parece ser mais frequente em idosos acometidos por distúrbios psiquiátricos do que em

idosos considerados mentalmente saudáveis. (Gómez G. J., 2007)

Agora, para tentar entender o grau de aceitação da morte no México diante da perda de um familiar ou ente querido após o COVID-19, embora difícil, mas necessário, ao entrevistar María N. (que assim ligará para manter o anonimato), aluno do 10º semestre da licenciatura em Desenho Industrial do Centro Universitário Zumpango da UAEM, e que em pouco tempo teve que enfrentar a morte de familiares por sucumbir ao coronavírus comentou que:

“Quando se fala em aceitar a morte de um familiar por COVID-19, destacam-se, por um lado, o medo e a incerteza, enquanto, por outro, destacam-se a tristeza, o estresse, o cansaço e o humor, ambos problemas de saúde, tanto físicos quanto psicológicos. influenciam muito a aceitação. Parte da aceitação está em assumir um reencontro impossível, no qual muitos vínculos e fatores influenciam, como não se despedir de seus entes queridos, a atitude que é adotada diante da situação, quem presencia a partida daquele ente querido um, como você não percebeu aquela situação chegando, passando pelos mecanismos de defesa, os pensamentos que são gerados e a situação em que se encontram.

No meu caso, a perda dos meus três avós foi muito diferente, uma situação em que sabíamos que a qualquer momento isso aconteceria, pois os dois iriam embora juntos e que estávamos prestando toda a assistência médica possível, que eles estiveram em casa com seus familiares, momentos e ações que fazem muita diferença na aceitação, já que a última coisa que você quer é ver seus entes queridos sofrerem. No entanto, no caso do meu outro avô, a situação foi diferente, pois ele não esperava que esse momento chegasse, porque eu gostaria de ter lhe dado o atendimento médico na hora que ele precisava, de ter percebido a tempo o problema que ele realmente tinha. Pelo que considero que este caso foi mais forte em termos de impacto, uma vez que, como disse, ninguém esperava a sua saída.

Derivado de tudo o que vivi, sinto que, como indivíduos, nos fazemos sofrer e temos uma aceitação tardia com a morte dos nossos familiares, desde os rituais ou tradições com que se despedem ou em que se envolvem tanto nos atos fúnebres, gera-se um sentimento mais difícil de se despedir, por exemplo, pois meu avô, que teve que partir inesperadamente, foi demitido com mariachis, trios, fogos de artifício e um novenário, atividades que me geraram muitas lembranças no dia a dia e me fez sentir mais dor; enquanto, por outro lado, quando se fazia apenas o velório e consigo mesmo, era menos o confronto de memórias e mais aceitável o fato de não estarem mais sofrendo, de estarem juntos e descansados.

Depois de tudo isso, posso dizer que, sem dúvida, devemos vivenciar o processo de luto através dos sentimentos que temos por nossos entes queridos para nos despedirmos adequadamente ou como eles gostariam. Aceite a realidade da perda, por mais difícil que seja, e expresse plenamente todos os seus sentimentos sobre ela. Entenda que mais tarde você deve aprender a viver sem a pessoa amada e continuar por aqueles que ainda estão vivos.” (N, 2022)

E depois disso, é possível apreciar *-de certa forma-* a dor que a morte gera quando se tem consciência dela, bem como quando chega sem avisar.

6 | CONCLUSÕES

Estabelecer o grau de aceitação da morte no México diante da perda de um familiar ou ente querido após o COVID-19 é um pouco difícil, por um lado pode-se dizer que o grau de aceitação é baixo quando quem ou que o tiveram que enfrentar o perderam de forma prematura e em um período não superior a uma semana, aumentando a não aceitação quando este era o sustento do lar.

Por outro lado, em grau médio de aceitação, quando não foi possível acompanhar o ente querido durante todo o processo de morte, quando as circunstâncias e os recursos impossibilitaram proporcionar uma boa morte. Embora em alto grau de aceitação e por mais forte que seja, quando foi necessário se despedir de mais de um dos membros da família, e a quem havia a possibilidade de acompanhá-los durante todo o processo e dar a morte que desejavam ou esperado.

No entanto, a realidade é que o grau de aceitação só pode ser estabelecido e reconhecido por aqueles que perderam um familiar derivado do COVID-19, portanto, saber com certeza o grau de aceitação que prevalece na sociedade mexicana exigiria uma pesquisa profunda, especialmente considerando que o México é formado por sociedades, culturas e costumes muito diversos.

Enfim, o que é fato é que aceitar a morte é um processo que vai doer na medida do apreço que você tem pela pessoa, e dependendo de como você teve a oportunidade de acompanhá-la, dia a dia será menor. Portanto, a Tanatologia e a Psicologia diante dessa nova realidade têm e devem repensar como alcançar os objetivos perseguidos por cada uma e como interagir ambas em prol de uma boa sociedade, falando com clareza, do ponto de vista da saúde mental.

REFERÊNCIAS

Álvarez, E.T. (1999). **Abordagem da obra da morte**. IATREIA, 12(2), 61-69. Acessado em 15 de junho de 2022, do arquivo:///C:/Users/Usuario/Downloads/3680-Texto%20del%20art%C3%ADculo-11347-1-10-20100118.pdf

Chavira, S.R. (2004). **Tanatologia, aspectos bioéticos e legislação**. México.

De las Mercedes, R. L. (Set./Dez. 2014). **O singular deus maia da morte sob o olhar atual das ciências biológicas forenses**. Estudos da cultura maia. Recuperado em 22 de junho de 2022, de http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0185-25742014000200002

Domínguez, M. G. (maio-agosto de 2009). **Tanatologia e seus campos de aplicação**. Horizonte Sanitário, 8(2), 30.

Escudero, X.G.-F. (2020). **A pandemia de coronavírus SARS-CoV-2 (COVID-19): SITUAÇÃO ATUAL E IMPLICAÇÕES PARA O MÉXICO**. ARQUIVOS DE CARDIOLOGIA DO MÉXICO, 90(Supl. 1). doi: <https://doi.org/10.24875/acm.m20000064>

Fulton, R. M. (1981). **Morte e morrer. Desafio e mudança**. Porto Rico: Fundo Educacional Interamericano.

Gallegos, M. (2007). **José Guadalupe Posada: Morte e Cultura Popular Mexicana**. Buenos Aires: Universidade de Buenos Aires. Recuperado em 22 de junho de 2022, de <http://comunicacion.sociales.uba.ar/wp-content/uploads/sites/16/2013/02/1245.pdf>

Gomes, G. J. (2007). **A morte e o acompanhamento do morrer**. International Journal of Developmental and Educational Psychology, 1(2), 115-131. Recuperado de <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=349832315008>

Gomez, M. (1998). **Como dar más notícias na medicina**. Espanha: Ara.

Gomez, S. (1998). **Medicina paliativa. A resposta a uma necessidade**. Espanha: Ara.

Gonzalez, C. F. (1997). **Dia dos mortos e outras reflexões sobre a morte**. México: Verdehalago UAM.

Guerri, M. (01/05/2021). **O conceito de morte em diferentes culturas e religiões**. Recuperado em 09 de junho de 2022, de PsicoActiva: <https://www.psicoactiva.com/blog/concepto-muerte-las-diferentes-culturas-religiones/>

Hernández, A. F. (2006). **O significado da morte**. Revista Digital da Universidade, 7(8).

EU SOU T. (2022). **O que é Tanatologia**. Recuperado em 10 de junho de 2022, do Instituto Mexicano de Tanatologia: <https://tanatologia.org.mx/que-es-tanatologia/>

Klarsfeld, A.R. (2002). **Biologia da morte**. Espanha: Computense.

N, M. (06/02/2022). **Qual é o grau de aceitação da morte no México diante da perda de um familiar ou ente querido após sofrer com o COVID-19?** (O. G. Denis, Entrevistador) Telefônica.

O'Connor, N. (2005). **Deixe-os ir com amor. A aceitação do luto**. México: Debulha.

Rodríguez, J. (18 de maio de 2022). **Visão da morte na cultura mexicana**. Revista Contato. Recuperado em 22 de junho de 2022, de <https://www.contactomagazine.com/articulos/muerte-culturamexicana1113.htm#.YrMscnbMKM8>

Rodríguez, V. M. (2 de novembro de 2018). **Representações da morte na cultura pré-hispânica**. Cultura do Nó. Recuperado em 22 de junho de 2022, de <https://www.nodalcultura.am/2017/10/la-muerte-en-la-tradicion-cultural-de-mexico/>

Secretaría de Salud. (3 de maio de 2022). **No México, 48,2 milhões de pessoas receberam uma vacina de reforço contra a COVID-19**. Obtido no Ministério da Saúde: <https://www.gob.mx/salud/prensa/210-en-mexico-48-2-millones-de-personas-han-received-vacuna-de-refuerzo-contra-covid-19?idioma=pt>

Trevino, R. J. (2022). **Tanatologia**. Recuperado em 10 de junho de 2002, de Etimologia de tanatologia: <http://etimologias.dechile.net/?tanatologi.a>

CREATIVE ECONOMY AS A COUNTRY BRAND DEVELOPER IN COLOMBIA

Data de aceite: 03/10/2022

Julio Ramírez Montañez

Maria Alejandra Quiroga Manrique

Karol Dayana Díaz Gonzalez

Oriana Marcela Paez Cubides

Nicole Juliana Largo Fonseca

ABSTRACT: This research analyzes the performance and importance of the industries included in the orange economy in the Colombian territory, taking into account that it generates 1.1 million jobs. In this way, both qualitative and quantitative data were collected, which provided a broad perspective by having different positions or points of view on the research topic, which show the potential of the creative economy and the great path that Colombia has to strengthen this field and create a better entrepreneurial ecosystem. Certain points for improvement were identified, such as policies and promotion in favor of these industries, support and incubation of entrepreneurship, and investment in the main pillars of the economy, innovation, and education.

KEYWORDS: Creative economy, innovation, education, entrepreneurship.

ECONOMIA CRIATIVA COMO DESENVOLVEDOR DE MARCA PAÍS NA COLÔMBIA

RESUMO: Esta pesquisa analisa o desempenho

e a importância das indústrias inseridas na economia laranja no território colombiano, levando em conta que gera 1,1 milhão de empregos. Dessa forma, foram coletados dados qualitativos e quantitativos, que forneceram uma perspectiva ampla por ter diferentes posições ou pontos de vista sobre o tema da pesquisa, que mostram o potencial da economia criativa e o grande caminho que a Colômbia tem para fortalecer esse campo e criar um melhor ecossistema empresarial. Foram identificados alguns pontos de melhoria, como políticas e promoção a favor dessas indústrias, apoio e incubação do empreendedorismo e investimento nos principais pilares da economia, inovação e educação.

PALAVRAS-CHAVE: Economia criativa, inovação, educação, empreendedorismo.

1 | INTRODUCTION

Colombia is a country recognized for its landscapes, singers, and gastronomy, as well as its history and culture, factors that can be more than just identity, we are talking about economic growth and international reputation, by enhancing these elements it is possible to scale our cultural wealth while providing business and job opportunities for a large part of the population and encouraging the commercialization of these intangible and tangible goods. Currently, in Colombia, many creative activities use cutting-edge technologies as inputs in their production processes. According to the Creative Economy

Report, the creative industry represents 3.2% of the country's GDP, reaching \$18 billion annually.

The origin of the creative economy concept lies in the term creative industries, itself inspired by the government's Creative Nation project in Australia in 1994, which proposed the search for cultural identity. The project analyzed the importance of creative work, its contribution to the country's economy, and the role of new information and communication technologies as allies of cultural policy, years later, since the term creative economy was mentioned at the conference of the Inter-American Development Bank in 2013, this sector began to have greater relevance and funding for both developed and developing countries, adding to this UNCTAD data support the importance of this, as its export growth rate is over 7% in the last 13 years. Although in the country actions were being carried out to strengthen the cultural industries, wherein 2017 Law 1834 of 2017 -also known as the Orange Law- was approved, in which the National Council of Orange Economy, which is assigned the tasks of updating and formulating a comprehensive policy of Creative Economy, and the search and establishment of new sources of this sector, this could count on greater international aid such as those of GCE.

The importance of this research lies in the confusion of the term and the erroneous approach that has been attributed to the orange economy, where culture is treated as a commodity. So it is intended to illustrate those activities that really contribute to this, as well as to emphasize the importance of connectivity for its optimal development, because as mentioned by Santiago Pinzón, vice president of digital transformation of Andi, in all creative economy the internet works as a platform to provide greater presence in social networks, a trend that years ago was not so relevant to make themselves known, because, "thanks to it, creative industries and digital solutions can shoot their capacity for access and exponential development" in a digitized market. As well as encouraging both young people and entrepreneurs to enter this field creating business and employment in this sector, which by the government of Ivan Duque offers income exemption for 7 years for companies belonging to the category of orange economy as a tax incentive, as well as hand in hand with ProColombia, Mintic, INNpursa and MinCIT provide support and technical assistance as well as training scenarios and business rounds where the internationalization process and the connection with organizations are promoted and assisted, being remarkable the support that this industry has, which is key to strengthening the country brand by promoting cultural and scientific goods and services created in the country.

The Inter-American Development Bank has noted the great influence of those goods and services within a national economy, including Trinidad Zaldívar, head of the Cultural Affairs, Solidarity and Creativity Division, mentions: "As stated in The Orange Economy: an infinite opportunity, if the cultural and creative industries were a country, they would be the fourth largest economy in the world". Based on contributions such as those mentioned above, it is considered that Colombia has an enormous potential to make itself known in

this sector. However, the benefits, the concept and opportunities, are somewhat unknown and therefore there is little participation in it, through this research we seek to contribute to the familiarization of it.

2 | THEORETICAL REFERENCE

In 1947 the “cultural industry” was recognized as a means of cultural diffusion, mainly with the introduction of performing arts in the market, thanks to Adorno and Horkheimer, outstanding members of the Frankfurt University located in Germany. However, it was not until 1998, when the UK Department for Culture, Media and Sport consolidated the materialization of intangible goods originated in different civilizations; as an economic opportunity, creativity and individual talent (intellectual property rights) had the power to provide wealth and generate employment.

In this sense the authors Buitrago and Duque (2013), state that the concept of the orange economy is integrated by: The cultural economy, which groups the different expressions of art and heritage such as Sculpture, architecture, painting, fashion design, photography, concert, theater, circus, museums, concerts, parks, and cultural monuments, among others; The creative industry, where conventional and functional cultural industries are found, along with new media and software. Nations with an intensive digital strategy are in the lead, generating a change in the productive model, seeking to transform structures/schemes, and encouraging people to be more innovative by using the management of emotions and creativity as allies.

Benavente and Grazzi (2018), state that it should be understood as an orange or creative economy, that set of activities through which the ideas of the individual are converted into goods and/or services of creative or cultural type, which are protected by copyright, patents, intellectual property to recognize the creation and value of the same.

Having taken into account the positions of the different authors throughout history, it is necessary to remember the Colombian potential in such industry, this is how the current leader of the nation in his development plan (2018) mentions; “I want the young people of Colombia to listen to this carefully: We are committed to boosting the Orange Economy so that our actors, artists, producers, musicians, designers, publicists, jewelers, playwrights, photographers, and digital animators conquer markets, improve their income, undertake successfully, position their talent and attract the eyes of the world.” President Iván Duque, 2018.

3 | METHODOLOGY

The methodological approach with which the research related to the orange or creative economy was developed was of a mixed nature, taking into account qualitative and quantitative data.

By collecting information from primary sources from students, entrepreneurs, and experts on the subject, we investigated the knowledge and perception of this industry in the respondents; in addition to this, if they know about government aid and the support it provides since the adoption of the law and finally if they recognize the value, viability, and importance of the creative economy.

In secondary sources, by taking as references research, scientific articles, references such as Benavente, Grazzi Buitrago, and essentially the book of President Ivan Duque “The Naranjan economy: An infinite opportunity”, it was sought to give background to the study and support according to what was seen in the surveys.

4 | RESULTS

With the above, the feasibility of promoting and supporting the creative economy from different angles is identified and emphasized, and it is possible to note the contribution and progressive growth of this within the GDP and its contribution to the generation of employment and insertion of young people into the labor and business world in the countries mentioned above, the importance of digitization and internet as a platform to give greater visibility to these industries, Similarly, film and music are highlighted as leaders and major contributors in the production of creative and cultural goods, illustrating the importance of the role and joint work between public entities, academia, entrepreneurs and the financial sector, for the support and development of plans to create an ecosystem that energizes these industries.

The basis of the Creative Economy lies in knowledge and talent. According to the UN General Assembly in its declaration of Indonesia, these sectors contribute to 7.4% of the world's GDP and employ 14% of workers. Colombia only 3 years later a bill was launched. According to DANE figures, before the pandemic, it would contribute 3.2% to the national GDP (average 2014-2019 projected) and in terms of employment, it generated almost 600,000 jobs.

With the above, the viability of promoting and supporting the creative economy from different angles is identified and emphasized, and it is possible to note the contribution and progressive growth of this within the GDP and its contribution to the generation of employment and insertion of young people into the labor and business world in the countries mentioned above, The importance of the role and joint work between public entities, academia, entrepreneurs and the financial sector, for the support and development of plans to create an ecosystem that dynamizes these industries, is illustrated.

Surveys: Results were obtained from the elaboration of the survey to university students as well as Colombian entrepreneurs and businessmen. The sample obtained for this survey was 55 people.

According to the respondents, although they have heard the term creative/orange

economy, not many know the benefits and institutions that support companies in this industry, although they consume the goods and services of this industry, they do not show a significant interest in creating a company out of it, in other words, the “entrepreneurial spirit” is not yet deeply rooted in us, and the identification of the industries that belong to this field is still somewhat ambiguous, on the other hand, there is a striking contrast because although there is a greater consumption of music, television, film and video games, they are the industries with less interest to undertake, this may well be related to the perception that one has of the country, On the other hand, it is visible that the value, viability, and importance of the creative economy is recognized by the majority of those surveyed. This is how we justify and emphasize our position to promote, publicize and attract more people to these industries because of the great potential they have, following in the footsteps of countries that have much more experience in the subject and therefore the economy is more diversified and stable, in this order of ideas, efforts should be directed (economic, promotion, tax benefits, and training) to enhance the industries that are somewhat lagging behind such as video game and software development, architecture, jewelry and museums; and in this way, we should be removing our label of being a country purely dependent on oil and an exporter of raw materials and be known for our cultural wealth embodied in the various creative industries and encourage tourism and investment in our country.

After conducting the interviews and obtaining the perception of businessmen and consumers, we found that one respondent was more optimistic about the creative economy than the other. One of the respondents mentions and recognizes the potential of this, as well as organizations related to the subject, while the other highlights, from his knowledge, the low profitability, the lack of interest of government entities in really supporting this industry, the lack of knowledge or the little information they offer about this sector due to the lack of research, affirming the relevance that other productive sectors of the country should have and the greater contribution and investment that should be made in them.

A point in common between both respondents is the role of the government, which has not been optimal for the dissemination and promotion of creative industries. This is a great disadvantage since it is this entity that should promote, as mentioned above, an ecosystem that allows the germination of ideas and companies of a creative and cultural nature.

And finally, the work that should be done not only by the public sector but also by the private sector to make known the creative industries, who belongs to them, what are their benefits, scope or potential, which are the entities that offer support, funding and training spaces, and thus reduce the gap that exists in ignorance about this issue.

5 | CONCLUSIONS

The most representative sectors in the framework of the creative or orange economy

are music, publishing, performing arts, and audiovisual productions, which in turn are a significant source of income in countries such as China, the United States, the United Kingdom, Indonesia among others, a determining factor there is the protection of copyrights as plagiarism directly affects production companies, as well as the constant pressure of digitization, hence the investment and expansion of Internet coverage and the development of digital platforms made by leading countries has resulted in the sustainable growth of these industries and their significant participation in GDP. Similarly, offer academic training around the orange economy because all this population is human labor capital in the short and long term, who will seek to integrate into the labor market, hence another reason to strengthen the CCI, as they employ many more people in the range of 15 to 29 years of age compared to other sectors, In this order of ideas, the interests of the parties should be aimed at achieving a positive impact in economic and social terms and not only to individual enrichment, since the political dye that was given to the term “orange economy” led to generate an apathetic and discouraging position towards it.

Now, with respect to the country brand, which refers to the reputation of the country, it is proposed to link the actors mentioned above, where the academy (higher education institutions) can start a center where information is disseminated and analyzed, sustainable business models are proposed, management models and public policies related to the CCI (creative and cultural industries) in conjunction with other entities, to enhance these sectors, improving their competitiveness and innovation, This would be an alternative to the traditional sources of income obtained from the commercialization of raw materials and the supply of cheap labor, with this we would be betting on an economic and social change in the future, where Colombia as well as El Salvador could be a reference in orange economy issues and be recognized for its audiovisual productions, Know-how and progress in this area, this is possible as long as the action plans are clear and pursue a common goal, and all activities to be carried out by those involved are transparent.

REFERENCES

About – Global Festival of Creative Economy. (s. f.). GFE. <http://site.globalfestivalofcreativeeconomy.com/about/>

Ávila, L., & Vargas, M. (2018). Análisis de las Industrias Culturales y Creativas en el Crecimiento Económico de la ciudad de Bogotá durante los años 2010-2016. <https://repository.ucatolica.edu.co/bitstream/10983/22624/1/Trabajo%20de%20grad%20o%20Laura%20%C3%81vila%20y%20Manuel%20Vargas%202018%20%281%29.Pdf>

Beneficios de la Ley Naranja para los emprendedores colombianos. (2018, 8 diciembre). Grupo Bancolombia. <https://www.grupobancolombia.com/wps/portal/innovacion/economiadigital/beneficios-ley-naranja>

Buitrago, F., Duque, I. (2013) La Economía Naranja. Una oportunidad infinita. Banco Interamericano de Desarrollo <https://publications.iadb.org/publications/spanish/document/La-Econom%C3%ADaNaranja-Una-oportunidad-infinita.pdf>

Benavente, J. M., y Grazzi, M. (2018). Impulsando la economía naranja en América Latina y el Caribe. Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (UNESCO). <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000368782>

Creative economy and its role in building back better inclusive and peaceful societies. (2021, 14 enero). UNESCO. <https://en.unesco.org/news/creative-economy-and-itsrole-building-back-better-inclusive-and-peaceful-societies>

¿En qué va la economía naranja en Colombia? ¿En qué va la economía naranja en Colombia? (2019, 9 mayo). Revista Semana. <https://www.semana.com/especialescomerciales/articulo/frutos-color-naranja/270317/>

Global creative economy shows resilience, growth - report | UNCTAD. (s. f.). UNCTAD. <https://unctad.org/news/global-creative-economy-shows-resilience-growth-report>

La economía creativa tendrá su momento en el año 2021 | UNCTAD. (2021). La economía creativa tendrá su momento en el año 2021. <https://unctad.org/es/news/la-economiacreativa-tendra-su-momento-en-el-ano-2021>

López, A., & Durango, J. (2019, octubre). La Economía Naranja en Colombia. <https://dspace.tdea.edu.co/bitstream/handle/tda/502/La%20Economia%20Naranja.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

McGuinness, M. (2017, 16 diciembre). The Rise of the Creative Economy. Lateralaction. <https://lateralaction.com/articles/creative-economy/>

Meyer, C. R., & Cuchillac, V. M. (2019). La economía creativa como ecosistema de innovación. Caso salvadoreño. Realidad y Reflexión, 140–166. <https://doi.org/10.5377/ryr.v48i0.7088>

Economía naranja representa el 3,2% del PIB. Portafolio.co. <https://www.portafolio.co/economia/naranja-representa-el-3-2-del-pib-536646> S. (2021, 28 enero).

Importancia de la Economía Naranja para reactivar el país. Semana.com Últimas Noticias de Colombia y el Mundo.

El futuro de la economía naranja. (2022). <https://publications.iadb.org/publications/spanish/document/El-futuro-de-la-econom%C3%ADa-naranja-F%C3%B3rmulas-creativas-para-mejorar-vidas-en-Am%C3%A9rica-Latina-y-el-Caribe.pdf>

CAPÍTULO 14

MICHEL FOUCAULT – ATUAL

Data de aceite: 03/10/2022

Rodrigo Borges Nogueira

Mestrando em Direito Público, pela Universidade Fundação Mineira de Educação e Cultura/FUMEC. Especialista em Direito Público pelo Centro Universitário Newton Paiva em parceria com a ANAMAGES. Advogado Especialista em Políticas e Gestão da Saúde, com função de Assessor Jurídico na Secretaria de Estado de Saúde do Estado de Minas Gerais
<http://lattes.cnpq.br/6502281971346624>

RESUMO: O presente texto pretende falar um pouco acerca de riquíssimas ideias do filósofo Michel Foucault, que parecem cada vez mais atuais. Autor de várias obras que, apesar de aparentemente tratarem de temas muito diversificados, em verdade manifesta pensamentos conexos e constantes da generalidade de suas obras, como a história do surgimento e consolidação das ciências humanas, que coincide com a de seu objeto, que é o homem. Tentar-se-á analisar os pensamentos do filósofo, utilizando-os para interpretar fatos atuais.

PALAVRAS-CHAVE: Michel Foucault, Principais Ideias. Atualidade. Ciências Humanas. Poder Dominação.

MICHEL FOUCAULT - CURRENT

ABSTRACT: This text intends to talk a little about very rich ideas of the philosopher Michel Foucault,

who seem increasingly present. Author of several works which, though seemingly treat very diverse themes, verily manifested related and constant thoughts of most of his works, like the story of the rise and consolidation of the humanities, which coincides with its object, which is the man. It will try to analyze the thoughts of the philosopher, using them to interpret current events.

KEYWORDS: Michel Foucault, Main Ideas, Today, Humanities, Domination Power.

INTRODUÇÃO

Este artigo pretende abordar e interpretar importantes ideias de Michel Foucault valendo delas para analisar aspectos importantíssimos da atualidade.

As várias obras de Foucault, apesar de aparentemente tratarem de temas muito diversificados, em verdade manifesta pensamentos conexos e constantes da generalidade de suas obras, como a história do surgimento e consolidação das ciências humanas, que coincide com a de seu objeto, que é o homem. Tenta-se, neste artigo, tratar desses esses pensamentos, utilizando-os para interpretar fatos atuais.

MICHEL FOUCAULT – QUEM FOI

Paul Michel Foucault nasceu na cidade de Poitiers, região metropolitana de Paris, em 15 de outubro do 1926, em família de classe média alta, pai médico. Faleceu em Paris, por

complicações geradas pelo Vírus da Imunodeficiência Humana VIH/HIV, em 25 de junho de 1984 (teria sido a primeira pessoa pública francesa a morrer por causa da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida/AIDS).

Foi filósofo, psicólogo, professor, teórico social, crítico literário e ativista. Considerado pós-modernista, pós-estruturalista. Isso porque questiona as verdades em que se assenta a modernidade.

Ele negava tais rótulos. Dizia que seu pensamento poderia ser concebido como investigação histórica, minuciosa, arqueológica, genealógica e crítica da modernidade.

Autor de obra muito extensa. Mais de trinta livros, vários artigos, conferências, aulas e entrevistas.

Eis os nomes de seus livros, ordenados por data de publicação:

- Doença Mental e Psicologia (1954);
- História da loucura na idade clássica (1961);
- Nascimento da clínica (1963);
- As palavras e as coisas (1966);
- Arqueologia do saber (1969);
- A ordem do discurso (1970);
- Teorias e instituições penais (1971-1972);
- A sociedade punitiva (1972-1973);
- O poder psiquiátrico (1973-1974);
- Os anormais (1974-1975);
- Vigiar e punir (1975);
- Em defesa da sociedade (1975-1976);
- História da sexualidade (1976-?);
- A vontade de saber (1976);
- O uso dos prazeres (1984);
- O Cuidado de Si (1984);
- Os prazeres da carne (não publicado até 2014);
- Segurança, território e população (1977-1978);
- Nascimento da biopolítica (1978-1979);
- Microfísica do Poder (1979);
- Do governo dos vivos (1979-1980);
- Subjetividade e verdade (1980-1981);

- A hermenêutica do sujeito (1981-1982);
- O que é um autor? (1983);
- Le gouvernement de soi et des autres (1983);
- Le gouvernement de soi et des autres: le courage de la vérité (1984)
- A Verdade e as Formas Jurídicas (1996) - trata-se de conjunto de conferências pronunciadas em 1973;
- Ditos e escritos (2006);
- Coleção Ditos e escritos (6 livros, 2006)

De personalidade inquieta, radical, angustiada e inconformada. Tentou se suicidar algumas vezes.

Participou e influenciou/influencia grupos de esquerda e ativistas, pelas minorias, contra preconceitos e exclusões. Exemplo é o “Groupe d’information sur les prisons” criado em 1971, por Michel Foucault, Jean-Marie Domenach e Pierre Vidal-Naquet, grupo que investigava e dava publicidade à situação do sistema penitenciário.

Vivenciou o período da Segunda Guerra Mundial.

Ele era homossexual, e viveu em uma época que o preconceito era mais intenso.

No ano de 1951 o pai de Foucault, inconformado com a homossexualidade de Foucault, teria providenciado a internação deste no Hospital Psiquiátrico de Saint-Anne.

Teve experiência de vida que lhe oportunizou analisar instituições, quanto ao modelo arquitetônico e de funcionamento.

PRINCIPAIS PENSAMENTOS - ATUALIDADE

Segundo ele próprio dizia, seu pensamento poderia ser concebido como investigação histórica, minuciosa, arqueológica, genealógica e crítica da modernidade. Verificou que as relações de poder são responsáveis pela evolução do discurso no seio social. As verdades não resistem a uma investigação histórica minuciosa. Seus surgimentos tiveram contexto, em que os produtores dos discursos que as originaram assim o fizeram visando à defesa do poder que lhe importava naquela oportunidade.

A verdade possui uma história. A arqueologia é ferramenta de investigação histórica que analisa vestígios. A genealogia, segundo Foucault, seria a atividade de investigação histórica que incide na origem. A genealogia buscaria a origem do discurso onde ele teria se originado, nos conflitos de poder, naqueles fatos que podem ter sido desconsiderados pela história contada pelos historiadores. Obviamente, a história haverá que ser sopesada, ela é liame indispensável na genealogia.

Os detalhes não podem ser desprezados, pois a origem da verdade fabricada pode estar justamente neles, nos detalhes circunstanciais das pelejas pelo poder.

Já que o conhecimento tem gênese nas relações de poder, a investigação histórica

do poder deve incidir sobre as circunstâncias dessas relações.

As verdades não possuem natureza metafísica ou transcendental. Elas foram criadas em algum momento cujo contexto exigiu.

(...) o que se encontra no começo histórico das coisas não é a identidade ainda preservada da origem – é a discórdia entre as coisas, é o disparate (FOUCAULT, M. Nietzsche, a genealogia e história. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1996, p.18).

Foucault observou que as ideias são construídas nas lutas pelo poder e no acaso. O discurso é estratégia para criar verdade.

Os estudos de Foucault conduzem à percepção de que os discursos e verdades que nos são apresentadas com inquestionáveis, imodificáveis e necessárias, com o objetivo de dominação e poder se estabeleçam e mantenham, podem, sim, ser questionadas. Fato é que tais verdades não se sustentariam, se fosse feita investigação histórica detalhada, arqueológica, genealógica. Não encontra origem racional que dê lhes dê fundamentação.

Segundo Foucault, a história não seria um caminho contínuo rumo ao progresso, a um ideal predeterminado como destino final inevitável do ser humano, como sugeriam os iluministas. Mas estaria, sim, fragmentada nas necessidades, acasos e lutas de cada contexto.

A verdade é arbitrária. O construtor do discurso tendente à verdade que melhor satisfaça ao poder almejado escolhe e arbitra a estratégia, o métodos, e o resultado. Foi nesse sentido que os crimes e as penas evoluíram de forma que antes se tutelava a vida e hoje a proteção ao patrimônio e ao tributo ganham mais relevância que a tutela de muitos direitos humanos.

Até mesmo os conceitos universais, imodificáveis, em tese, como direitos naturais ou supralegais, após detalhada busca histórica, teriam suas origens constatadas como sendo invenção conveniente ao poder em dada ocasião. Não há neutralidade na formação do saber. Os saberes são políticos.

Afasta a concepção dos jusnaturalistas, acerca da existência do direito natural. Para ele, as relações de poder constroem o direito. As relações de poder ocorrem em todas as relações sociais.

Considerava suas pesquisas como algo semelhante ao que Kant fazia: vinculação entre filosofia, história e atualidade. Uma ontologia do presente. A diferença é que, de certa forma Kant respeitava os limites da razão. Já para Foucault nada estava imune a questionamento, nem a própria razão.

Certo é que seus pensamentos dizem respeito à filosofia do conhecimento.

Autor de obra muito extensa. Mais de trinta livros, vários artigos, conferências, aulas e entrevistas.

O que parece haver de convergência entre as obras dele são abordagens e análise de relações entre conhecimento e poder como meios para dominação e controle, entre

pessoas, ou entre instituições e pessoas. O poder provoca formação de saberes ao mesmo tempo em que também é constituído por saberes. Daí adviria o conceito de “saber-poder”. A luta pelo poder produz saber e determina os caminhos e áreas do conhecimento. A conveniência do poder demanda discursos convincentes e o surgimento do ramo da ciência específico pertinente. O discurso produzido no âmbito do ramo científico específico tende a ganhar presunção de legitimidade/autenticidade para produzir teses com autoridade/status de verdade absoluta. É assim que surgem os diversos ramos da ciência.

Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo. (FOUCAULT Michel, por LIMA, Luiz Costa, em A Ordem do Discurso – Disponível em: < <http://laurocampos.org.br/2009/11/a-ordem-do-discurso/>>. Acesso 02/08/2015)

Percebe e escancara o relacionamento entre poder, discurso, conhecimento, sujeito e verdade. Como um desses elementos provoca a formação dos demais.

O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar. (FOUCAULT Michel, por LIMA, Luiz Costa, em A Ordem do Discurso – Disponível em: < <http://laurocampos.org.br/2009/11/a-ordem-do-discurso/>>. Acesso 02/08/2015)

Ele percebeu que o poder é difundido em toda a sociedade, presente em cada pessoa, e não somente no seio do Estado ou das instituições. Tal concepção se choca com a ideia marxista de poder, que diz respeito ao poder estatal.

Nesse sentido, o Estado não é o único produtor do direito. Ele é produzido também em todas as relações periféricas.

Os discursos são formados para consecução/defesa de poder. As disputas de poder que ocorrem em todas as relações sociais produzem valores e normas. Os regulamentos são cada vez mais detalhados e as inspeções e auditorias mais frequentes.

Também os operadores do direito, não interpretariam a norma visando extrair um significado neutro, mas, sim, buscariam na norma uma interpretação possível capaz de subjugar.

Foucault teve experiência de vida que lhe oportunizou analisar instituições, quanto ao modelo arquitetônico e de funcionamento. Especialmente as instituições disciplinares, de confinamento, internação (prisões, hospitais, escolas quartéis, asilos etc), as que lidam com indivíduos que a sociedade exclui ou desconfia (criminosos, loucos, crianças, policiais. Ele constatou semelhanças em todos estes estabelecimentos. Percebeu que as técnicas de controle, dominação, disciplinamento e docilização, das pessoas e corpos, utilizadas em tais estabelecimentos, foram estendidas às demais relações sociais.

Identificou-se o corpo como objeto de conhecimento e alvo de poder. A ação sobre o corpo reflete na mente e vice-versa. Busca-se aprofundar no estudo dos corpos para melhor poder dominá-los e obter deles as condutas utilitárias. É em prol disso que surgem as disciplinas, as maneiras de ordenar os grupos de corpos em séries e fileiras, em rigorosa

e obediente harmonia, sincronia e forma no espaço. Para adestrar pessoas obedientes e úteis. Isso é mais evidente nos locais onde as pessoas estão confinadas, mas é o que ocorre em todos os espaços sociais.

A disciplina é um princípio de controle da produção do discurso. Ela lhe fixa os limites pelo jogo de uma identidade que tem a forma de uma reatualização permanente das regras. (FOUCAULT Michel – Disponível em: <[http://quemdisse.com.br/frase.asp? frase=45634](http://quemdisse.com.br/frase.asp?frase=45634)>. Acesso 02/08/2015).

Hoje, o Estado e as instituições de todos os gêneros exercem permanente controle e vigilância sobre as pessoas. As empresas pretendem aumentar produtividade dos trabalhadores através rigoroso e contínuo controle; e, também, têm acesso a dados da esfera íntima dos clientes, reveladores de suas preferências. A vigilância/controle tem papel utilitarista no sistema econômico vigente.

A maior implicação disso é que essa sociedade com cara de “empresa de gestão com foco no padrão” a que a revolução liberal deu origem pode até, por um lado, ganhar em produtividade quantitativa. Mas, lado outro, perde muito em qualidade, principalmente por prejudicar o potencial criativo das pessoas.

As luzes que descobriram as liberdades inventaram também as disciplinas (FOUCAULT Michel – Disponível em: <<http://kdfrases.com/frase/131371>>. Acesso 02/08/2015).

É emblemática a figura do panóptico. Este consiste em modelo de prisão que contém uma torre no centro, de onde os presos podem ser vistos sem enxergar o observador. Na impressão de que estão sendo constantemente vigiados, os presos assumem comportamento apresentável/desejável. O panóptico ilustra e representa a pena a que atualmente se submetem as pessoas. São punidas com a constante vigilância, sem que tenham sido condenadas por crimes. Assim como os presos, são vigiados/filmados em todos os locais, e têm suas intimidades invadidas através de capturas e divulgação de informações obtidas através de cadastros e operação de meios de comunicação, como informático e telefônico.

Os estabelecimentos de confinamento de pessoas são locais ideais para observação das relações pessoais de poder, são onde elas agem com mais evidência. Nas prisões, por exemplo, há maior permissão, às vezes até desejo, da sociedade, de que o infrator sofra. Nas prisões o poder pode abusar mais e ser mais arbitrário. Foucault teve oportunidade e sensibilidade de observar que as relações de poder que ocorrem com maior evidência em tais espécies de estabelecimentos são as mesma que ocorrem de forma mais oculta e dissimulada nos demais ambientes.

Foucault vem demonstrar (para quem tem olhos para enxergar) que, ao contrário do que se pensava, a evolução das espécies de penas não reflete avanço dos sentimentos humanitários piedosos. Consubstancia, sim, evolução das técnicas de dominação, talvez tão cruéis e mais injustas que as anteriores.

Para que obtenham todas as espécies de vantagens nas relações econômicas internacionais, os países mais poderosos obtêm informações acerca dos pensamentos, preferências, modos de vida e rotina dos povos a serem dominados, através da rede mundial de computadores e das conversações telefônicas. Não é mais necessário que os países mais poderosos colonizem os demais países da maneira como antes faziam. De posse da vigilância e controle que detêm sobre toda a população, as grandes potências formulam estratégias de mercado capazes de garantir que os demais países sejam dominados sem perceberem. Sutilmente, os povos dominados entregam os recursos naturais existentes em seus territórios, aos países dominantes, e, ainda, entregam também suas forças de trabalho nessa árdua labuta de extração e entrega. Dessa forma, os países dominados abastecem os dominantes de alimento e também matéria prima que, após manufaturada, retornará aos dominados por preços multiplicados.

Pode-se dizer que a evolução das técnicas de dominação ocasionou novas modalidades de guerra, colonização e de escravidão. São mais sutis e, aparentemente, menos violentas. Mas, em verdade, são tão impiedosas quanto antes.

Assim, segue a manifestação do poder, vigiando e sujeitando corpos, dirigido gestos e provocando comportamentos, ininterrupta e continuamente.

O Estado mudou de estratégia de dominação. Antes as penas para os crimes consistiam em destruição do corpo do condenado. Agora o estado não o destrói. Ele disciplina e torna dócil o corpo. Mas o pior é que a constante vigilância e punição agora incide sobre toda a população, e não mais somente sobre os condenados.

Foucault percebeu que o surgimento das ciências humanas ocorreu a partir do momento em que se percebeu que o ser humano não é somente o sujeito do conhecimento, mas também objeto. O ser humano como representação. (Além das ciências humanas, alguns ramos das ciências biológicas também surgem assim. A sexualidade é um tema que atrai a busca do conhecimento acerca do homem). Assim, as ciências humanas e a filosofia confirmariam que o conceito de homem é inventado.

A sociedade elege padrões de pessoas e comportamentos para aceitá-los como normais e, por conseqüência, o que não se enquadra em tais padrões é considerado crime, desvio, louco, doente. A sociedade capitalista tende a marginalizar as pessoas economicamente improdutivas. A exemplo das pessoas que a sociedade define como loucos, para poder se valer da medicina e de fármacos para mantê-los sob controle, dominando-os convenientemente.

A psicologia nunca poderá dizer a verdade sobre a loucura, pois é a loucura que detém a verdade da psicologia. (FOUCAULT Michel – Disponível em: < <http://kdfrases.com/frase/108882>>. Acesso 02/08/2015).

Foucault sugere que a história do sujeito homem coincide com a das ciências. Ele surge juntamente com a filosofia e passa pelas ciências humanas. Chega ao extremo de conceber o próprio sujeito homem como uma invenção, um conceito fabricado e fadado ao

desaparecimento, como também o são as ciências.

As ciências, especialmente as humanas, surgem, então, como meios de defesa de interesses e poderes, e, portanto, mecanismos de defesa da sociedade.

Para que o poder produza efeito, ele precisa ser justificado e aceito pelas pessoas. A luta pelo poder constrói o discurso e o discurso produz a verdade. A finalidade do discurso é justificar o poder. O discurso funciona no sentido da produção da verdade que vai criar/modificar/sustentar o poder. Pelo poder, através do discurso, as verdades são construídas, modificadas e destruídas. As verdades são provisórias.

O novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta. (FOUCAULT Michel – Disponível em: <<http://kdfrases.com/frase/131374>>. Acesso 02/08/2015).

As ciências humanas não evoluem em sentido linear, rumo a uma verdade preexistente. Elas são fragmentadas, se rompem sempre que a representação, através do discurso apresenta uma verdade que vem a ser admitida. Nessa linha, o ser humano, objeto das ciências humanas, também não possuiria evolução histórica contínua e linear.

As leis podem ser entendidas como verdades assim construídas. O direito é a instrumentalização e oficialização das verdades.

As relações de poder ocorrem em todos os níveis e relações sociais e são comparáveis a guerra civil. A política é verdadeira guerra. O direito é o regulamento da guerra e o processo, eleitoral, judicial ou administrativo é a guerra normatizada, em que, após embate entre os discursos de verdades, uma das verdades prevalecerá.

CONCLUSÃO

O que parece haver de conexão entre as várias obras de Foucault é que constituem abordagens e análise de relações entre conhecimento e poder como meios para dominação e controle, entre pessoas, ou entre instituições e pessoas. O poder provoca formação de saberes ao mesmo tempo em que também é constituído por saberes. Daí adviria o conceito de “saber- poder”. A luta pelo poder produz saber e determina os caminhos e áreas do conhecimento. A conveniência do poder demanda discursos convincentes e o surgimento do ramo da ciência específico pertinente. O discurso produzido no âmbito do ramo científico específico tende a ganhar presunção de legitimidade/autenticidade para produzir teses com autoridade/status de verdade absoluta. É assim que surgem os diversos ramos da ciência.

Foucault vem demonstrar (para quem tem olhos para enxergar) que, ao contrário do que se pensava, a evolução das espécies de penas não reflete avanço dos sentimentos humanitários piedosos. Consubstancia, sim, evolução das técnicas de dominação, talvez tão cruéis e mais injustas que as anteriores.

Hoje, o Estado e as instituições de todos os gêneros exercem permanente controle e vigilância sobre as pessoas como forma de aumentar produtividade; também têm acesso a dados da esfera íntima das pessoas, reveladores de suas preferências, para bolarem

estratégias de mercado e dominação. A vigilância/controle tem papel utilitarista no sistema social/econômico vigente.

REFERÊNCIAS

As Contribuições de Foucault à Educação, texto de autoria não revelada – Disponível em: <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAAfwdcAL/as-contribuicoes-foucault-a-educacao>>. Acesso 02/08/2015.

ASENSI, Felipe Dutra. Direito e Sociologia Segundo o Pensamento de Michel Foucault. – Disponível em: <<http://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/texto.asp?id=1142>>. Acesso 02/08/2015.

DELEUZE Gilles. A vida como obra de arte, Conversações. Ed. 34, Rio de Janeiro, 1992.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. Disponível em: . Acesso em: 25 nov. 2005.

FOUCAULT, Michel. As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1987.

FOUCAULT, Michel. A verdade e as formas jurídicas. Rio de Janeiro: Nau Editora, 1999.

FOUCAULT, Michel – Disponível em: <<http://quemdisse.com.br/frase.asp?frase=45634>>. Acesso 02/08/2015.

FOUCAULT, Michel. Estruturalismo e Pós-estruturalismo 1983. Ditos e Escritos II, Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento, Trad. Elisa Monteiro, Rio de Janeiro: Forense, 2008.

LIMA, Luiz Costa, em A Ordem do Discurso – Disponível em: <<http://laurocampos.org.br/2009/11/a-ordem-do-discurso/>>. Acesso 02/08/2015.

LORENZATTO, Bruno. Para Compreender Michel Foucault – Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/outras-palavras/para-compreender-michael-foucault-9711.html>>. Acesso 02/08/2015.

MACHADO, Roberto. Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Foucault. São Paulo: Editora Graal, 1981

Nietzsche, a genealogia e a história. In: MACHADO, Roberto (org.). Microfísica do poder. São Paulo: Editora Graal, 2004.

Nietzsche, Freud, Marx. In: MOTTA, Manoel Barros da (org.). Michel Foucault: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000

WIKIPÉDIA. Michel Foucault – Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Michel_Foucault>. Acesso 02/08/2015.

VÍCIO DE CONSENTIMENTO NA INDÚSTRIA PORNOGRÁFICA

Data de aceite: 03/10/2022

Amanda F. Sampaio

Acadêmica de Direito. Faculdade La Salle
Manaus

Brenda O. Lopes

Acadêmica de Direito. Faculdade La Salle
Manaus

Marcello Nicolas L. Silva

Acadêmico de Direito. Faculdade La Salle
Manaus

RESUMO: O presente artigo trata sobre a existência do vício de consentimento na indústria pornográfica e suas implicações nos direitos das atrizes. Apresentando aspectos como a relação entre as mulheres e o mercado erótico, demonstrando a existência de abusos por elas sofridos. Além de explicar as questões contratuais com foco no vício contratual responsável muitas vezes por facilitar a existência do abuso sexual, psicológico, físico e verbal nos trabalhos por elas realizados.

PALAVRAS-CHAVE: Indústria Pornográfica; Contratos; Vício de Consentimento.

ABSTRACT: This article deals with the existence of vices of consent in the pornographic industry and the implications for the rights of porn actresses. Presenting aspects such as the relationship between women and the erotic market, demonstrating the existence of abuses suffered by them. In addition to explaining

contractual issues with a focus on contractual vices, which is often responsible for facilitating the existence of sexual, psychological, physical and verbal abuse in their work.

KEYWORDS: Pornographic Industry; Contracts; Vices of Consent.

1 | INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta como tema geral de pesquisa a questão da indústria pornográfica.

Diante desse tema tem-se como delimitação de seu objeto de estudo: o vício de consentimento na indústria pornográfica. A escolha se deu por meio da observância dos crescentes casos de abusos sofridos pelas atrizes desse ramo e a naturalização dos casos, além da falta de denúncia por medo e as coações por elas sofridas para a realização de atividades previamente não combinadas, situações essas capazes de acarretar danos incalculáveis às vítimas.

Falar sobre pornografia requer certo “jogo de cintura”, não é tarefa fácil demonstrar para uma sociedade totalmente conservadora as mazelas causadas por uma indústria baseada em preceitos que fortalecem machismo e abuso contra a figura feminina.

A partir disso, esta pesquisa frisa sobre a necessidade de analisar qual a relação entre as mulheres e a indústria pornográfica, discutir sobre questões de natureza contratual e por fim, apresentar o vício de contrato como uma das

principais causas da violência pela qual passam as atrizes de conteúdo adulto.

A pesquisa faz uso do método indutivo, uma vez que, ao identificar uma problemática já existente na realidade social, busca fundamentá-la com estudos teóricos a respeito do tema, a fim de colaborar para que haja uma perspectiva de mudança.

No que tange os procedimentos metodológicos, o percurso se desenvolveu por meio de pesquisa bibliográfica no qual foi realizada uma revisão teórica que buscou aprofundar a compreensão das principais categorias teóricas do estudo sobre a questão do vício de consentimento na indústria pornográfica. Além disso, foram feitas análises de reportagens, vídeos, livros e entrevistas com ex-atrizes que falam a respeito da indústria pornô e seus males, sendo estes cruciais para o desenvolvimento da pesquisa.

2 | MULHERES E SUA RELAÇÃO COM A INDÚSTRIA PORNOGRÁFICA: O CASO LINDA LOVELACE

Com o seu crescimento por volta do século XX, juntamente com fortes mudanças culturais, a indústria pornográfica passava a representar a revolução sexual. Conforme Júnior (2006), a pornografia vem com o intuito de padronização dos desejos e domesticação dos corpos até aquele momento nunca visto antes. Originária do grego significa “escritos sobre prostitutas”, (DWORKIN, 1989). Desde sua etimologia é notório perceber o sentido enraizado referente ao comércio sexual.

Não é de hoje que a pornografia é vista como um problema social que afeta principalmente a vida das mulheres e, nesse caso, tanto as que estão diretamente ligadas com a indústria quanto as que acabam sofrendo de forma indireta os efeitos desse mal.

São tantas as formas tóxicas que o mercado pornográfico incita que nada parece escapar da busca incessante pelo lucro, Júnior (2006, p. 16):

Dentro deste negócio do “entretenimento para adultos” criado pela cultura de massas, existem subdivisões, conhecidas como bizarra, sadomasoquista ou fetichista, que apresentam as tais “perversões sexuais” [...] o foco é o corpo que escapa às convenções sociais do sadio, normal ou natural. Desta maneira, tanto físicos com formas estranhas aos padrões dominantes de beleza até práticas eróticas não convencionais tornam-se espetáculo principal.

Se diversos são os problemas causados a quem consome esse tipo de conteúdo, que tal olharmos o outro lado da moeda e observar pelo que passam os profissionais, neste caso as atrizes, nas mãos dos empresários/donos de gravadoras de filmes adultos. Explica Sunstein (2009, p. 346):

O problema da pornografia não emana da ofensa, do livre acesso a materiais sexualmente explícitos, da vida erótica desregulada, ou da violação de padrões comunitários. Ao invés disso, ele é um resultado de danos tangíveis do mundo real, produzidos pela representação de mulheres e crianças como objeto para o controle e uso de outrem, de forma mais proeminente por meio da violência sexual.

Na indústria pornográfica é mais do que notório que a mulher ocupa sempre uma posição de submissão mediante aos homens com quem contracenam, fortalecendo toda uma ideia de inferioridade, naturalização da violência, agressão verbal e até psicológicas em uma relação totalmente forjada para que exista a falsa ideia de prazer nos vídeos e materiais produzidos pelo mercado pornô.

Após séculos sofrendo em silêncio, cada vez mais há o surgimento de espaços para discussão sobre as problemáticas que a indústria causa, com isso, é imprescindível nos questionarmos: Será que as atrizes que estão sujeitas a tais situações sabiam desde o início onde estavam sendo inseridas? Será que houve clareza sobre que tipo de serviço seria prestado durante a aceitação de um suposto contrato?

Para alguns autores como Pateman (1988), a pornografia está inserida no sistema capitalista enraizado na ideia da liberdade para fazer contratos, facilmente inserida nesse sistema econômico. Seguindo essa ideologia, Pateman diz que uma vez que há um contrato desse tipo de serviço à mulher adota o papel de detentora dos meios de produção, no caso seu corpo, seria ela a responsável por controlar o lucro advindo da prática de seu trabalho.

Obstante a isto, sabe-se que nem sempre é o que acontece, as atrizes do mercado pornô estão bem distantes de uma vida em um mar de rosas. Ao contrário do que muitos pensam, a maioria das mulheres que ingressam no mundo dos filmes pornográficos não o fazem por vontade própria. O desemprego, a falta de oportunidades, educação precária e no caso de imigrantes, a falta de documentação são causas que levam essas pessoas a adentrar nesse mercado.

Segundo Serafim (2014), cerca de 90% das atrizes da indústria pornográfica foram vítimas de abuso sexual em alguma fase da vida e possuem idade entre 22 até 25 anos, a autora mostra dados de uma pesquisa em que um alto número de estrelas pornô morrem por DST's, suicídio, uso recorrente de drogas e bebidas alcoólicas, sendo tais vícios consequências de danos causados pela exploração existente no mercado pornográfico.

O livre consumo de material pornográfico para Sunstein (2009) transpassa sobre a discussão do certo ou errado, precisa-se ir além, verificando os efeitos, muitas vezes gravíssimos, às mulheres deste âmbito que geralmente são jovens coagidas ao abuso grotesco dessas produções adultas.

Existem relatos assustadores sobre situações pelas quais as atrizes são submetidas, condições essas que envolvem as mais diversas formas de abuso de cunho sexual, físico, psicológico e moral. Infelizmente poucos casos chegam ao conhecimento público ou recebem denúncias e muito se deve à dificuldade em provar que houve uma situação de estupro durante a produção de pornografia, uma vez que a sociedade muitas vezes entende que tudo o que ocorre diante das câmeras foi previamente combinado e raramente isso é verdade.

Com contratos realizados em grande parte de forma verbal e mediante a falta de denúncias e dificuldade de provas, a punição torna-se quase inexistente, abrindo ainda mais

espaço para este ramo continuar praticando crimes em forma de “entretenimento adulto” sem medo de uma possível penalidade. As atrizes sofrem coação e preconceito o tempo todo e muitas vezes por falta de opção e escolha acabam se submetendo a realização de cenas que estavam fora do roteiro por medo e ameaças.

Evelyn Buarque, uma famosa atriz pornô revelou por meio de suas redes sociais sua experiência traumatizante na indústria, a mesma denunciou um diretor por tê-la forçado a fazer sexo:

Hoje, ao todo, somos mais de nove meninas querendo prestar queixa e mostrar a cara na internet para denunciar esse diretor, fora outras meninas que no momento ainda não estão se sentindo seguras, afinal, assim como eu, elas também foram ameaçadas e torturadas psicologicamente.

Apesar de chocante, essas situações não são atípicas. Na verdade, trata-se do contrário, são realmente muito comuns, principalmente em uma indústria que é direcionada para os homens em sua maioria, onde as mulheres não passam de entretenimento.

2.1 Linda Lovelace

Durante o processo de pesquisa, sem dúvida um dos casos mais interessantes analisados foi o de Linda Lovelace (Linda Susan Boreman), estrela do filme ‘Garganta Profunda’ (*Deep Throat*, em inglês) que foi um sucesso em 1972. A peculiaridade desse caso se dá em todo o trajeto da atriz desde antes da sua entrada na indústria pornográfica até finalmente a sua saída.

Linda conheceu um rapaz chamado Chuck Traynor, pelo qual se apaixonou e posteriormente transformou essa história de amor em pesadelo. Ela foi obrigada a se casar com Chuck com o objetivo de evitar que testemunhasse contra ele em um caso de tráfico de drogas. Apesar dessa situação horrível, essa não é de longe a pior parte da sua história. Além de ser obrigada a se casar, Linda foi coagida a entrar no ramo da prostituição e da pornografia. Vivia sob ameaça constante e foi transformada em apenas um objeto de Chuck para fazer dinheiro.

O pesadelo de Linda começou quando ela foi obrigada a ter relações sexuais em troca de dinheiro para Chuck. Caso resistisse ou se negasse a fazer algo que ele pedia, era espancada. As ameaças não diminuíram e a violência física e psicológica fez parte da relação de Linda Lovelace e Chuck Traynor até o fim.

Linda relata em seu livro a primeira vez que foi obrigada a se prostituir. Ela foi levada a um motel, onde lá estavam cinco caras esperando para usá-la. Apesar de se recusar a fazer aquilo, foi ameaçada por Chuck com uma arma – pela primeira vez – mas conforme relata, não seria a última.

“De repente, percebi que Chuck estava louco, realmente insano, que ele realmente esperava que eu tirasse minhas roupas e fosse lá para fazer sexo com cinco estranhos. Quando ele tirou a mão do bolso da calça, ele estava segurando sua pistola e apontando para mim. Foi a primeira vez que alguém

apontou uma arma para mim, mas não seria a última vez.” (LOVELACE, Linda. 1980. p. 22)

A cada capítulo do seu livro, as violências descritas atingem um novo patamar. Todas as situações horríveis que Linda viveu nas mãos de Chuck são absurdas e ultrajantes. É de embrulhar o estômago e se enraivecer pelo fato de a justiça nunca ter sido feita. As pessoas sabiam dos abusos, sabiam da violência e nunca fizeram nada para ajudá-la.

Como mencionado, Linda Lovelace protagonizou o filme *Garganta Profunda*, onde após o grande sucesso, passou a assinar muitos contratos, conforme relata em seu livro *“Ordeal”* de 1980.

“A cada dois dias, Chuck tinha novos papéis para eu assinar. Lançamentos, negócios, contratos que me ligavam a ele para sempre. Tudo o que foi colocado na minha frente eu assinei.” (LOVELACE, Linda. 1980. p.106)

Linda nunca assinou um contrato por livre e espontânea vontade enquanto estava com Chuck, apenas para manter a própria vida a salvo. Além disso, mesmo com o enorme sucesso do seu filme, não pode ter acesso ao dinheiro fruto do seu trabalho, pois era sempre Chuck que cuidava disso.

“Não que o dinheiro alguma vez fizesse parte da minha vida. O dinheiro que entrava ia direto para Chuck e suas contas bancárias. Se eu precisasse de dinheiro, digamos, para consertar um dente, ele o atrasaria o máximo que pudesse.” (LOVELACE, Linda. 1980. p. 106)

Após inúmeras tentativas de fuga, Lovelace finalmente se viu liberta de Chuck. Mas isso não foi nada fácil. Depois esse momento, tentando reestruturar sua vida e aproveitar sua fama conquistada, passou a procurar trabalhos mais sérios e “decentes” onde não precisasse vender seu corpo.

Em uma dessas buscas, foi chamada para protagonizar *“Linda Lovelace para presidente”*, que seria um filme de comédia. Conforme relata em seu livro, a conversa para chegar a um acordo envolveu explicitamente a concordância de não haver nudez no filme, pois não estava mais envolvida com esse tipo de trabalho.

“A questão do sexo surgiu durante a nossa primeira discussão e foi resolvida imediatamente. “Quão longe você irá?” Eu fui questionado. “Você fará cenas de sexo soft-core?” “Não.”

[...] Agora, deixe-me saber o seguinte: nudez ou não? Vamos esclarecer o assunto da nudez agora, para que não haja aborrecimentos mais tarde.” “Nada de nudez”, eu disse. “Tudo bem”, me disseram. “Sem problemas.” (LOVELACE, Linda. 1980. p. 117)

Entretanto, não foi exatamente esse o rumo que tomou nas gravações. Apesar de ter deixado claro que não haveria cenas de nudez, ao começar a gravar foi coagida a fazer tais cenas pelo diretor Arthur Marks.

“[...] Estávamos no Kansas, filmando no local. E novamente Arthur Marks veio até mim. “Linda, você terá que tirar a roupa para a próxima cena.” “Não vou

tirar a roupa." "Você me entende mal. Eu não estou te perguntando. Estou mandando você tirar a roupa. Estamos fazendo sexo nas próximas cenas." [...] Se não o fizesse, seria culpada de sair de um set e entraria na lista negra do negócio. E eles citaram meu contrato. *Cláusula Quatro: Arthur Marks supervisionará produção e exercerá o controle criativo e artístico do filme. Linda Lovelace seguirá sua direção.*" (LOVELACE, Linda. 1980. p. 118).

Linda assinou o contrato do filme achando que finalmente mudaria sua história e sua fama e mesmo explicitando que não faria cenas de nudez ou sexo, foi pega numa armadilha e obrigada a contracenar cenas de nudez. Essa divergência entre o que está no contrato e o que acontece na vida real é mais comum do que se parece. Não aconteceu só com Linda Lovelace algum tempo atrás, mas acontece até os dias de hoje com diversas atrizes. E o que elas podem fazer? A grande maioria – se não todas – não tem a quem se agarrar. E isso se torna algo recorrente na indústria pornográfica.

Precisamos desmitificar a ideia de que a mulher está ali naquele ambiente para fazer sexo, realizar performances surreais diante das câmeras e diante do parceiro com quem contracena, de que ela deve fazer tudo e qualquer coisa que se propõe naquele momento, mesmo que não tenha sido combinado anteriormente. Esses tipos de pensamentos apenas naturalizam o estupro e outras formas de abuso.

Não é normal e tampouco natural ir contra a dignidade de uma mulher que se insere no mercado de produção de materiais adultos e reconhecer essas vítimas como indivíduos de direito, oferecendo acolhimento ao invés de julgamento poderia favorecer a ideia de segurança para que cada uma dessas mulheres denunciem seus abusadores.

Por isso tona-se tão necessário entender sobre a importância de discutir a questão da relação entre a mulher e a indústria pornográfica, o mundo de violações as quais muitas delas acabam se inserindo por diversos fatores sociais e estruturais e, além disso, buscar quebrar os efeitos negativos arraigados pelo forte patriarcado presente nesse mercado.

3 | NATUREZA CONTRATUAL

No que tange à natureza contratual do trabalho dessas atrizes, é possível notar que a grande maioria dos contratos se trata de uma prestação de serviços. O art. 593 do Código Civil dispõe sobre essa modalidade, onde diz que “a prestação de serviço, que não estiver sujeita às leis trabalhistas ou a lei especial, reger-se-á pelas disposições deste Capítulo.”

Nesse caso, grande parte dos serviços não são regidos por um regime celetista, visto que não são contratos de trabalho de fato. É certo que se tudo fosse administrado dessa forma através da carteira de trabalho assinada, a fiscalização seria mais eficaz e muito provavelmente diminuiria as chances de violência e quebras contratuais. Apesar disso, este artigo não tem como foco essa abordagem, uma vez que se trata a respeito da autonomia da vontade da mulher sob o próprio corpo. Dessa forma, a mulher gerencia sua própria atividade e trabalha com o contrato de prestação de serviço.

O contrato de prestação de serviço é um documento que define um acordo entre o contratante e a pessoa, seja física ou jurídica, que irá prestar o serviço, e é por meio deste documento que se firma a obrigação de fazer de ambas as partes, seja a realização do serviço ou a remuneração devida. Estabelece o Código Civil brasileiro em seu artigo 594 que estes serviços que virão a ser prestados devem ser lícitos, material ou imaterial e devem ser contratados mediante retribuição, sem esta, não se caracteriza como prestação de serviço.

Art. 593. A prestação de serviço, que não estiver sujeita às leis trabalhistas ou a lei especial, rege-se pelas disposições deste Capítulo.

Art. 594. Toda a espécie de serviço ou trabalho lícito, material ou imaterial, pode ser contratada mediante retribuição.

Em regra, a prestação do serviço deverá ser retribuída após a realização da atividade contratada, conforme exposto no artigo 597 do Código Civil, vale ainda ressaltar que o contrato se encerra após a finalização da atividade acordada ou com o inadimplemento de qualquer uma das partes, conforme o Código Civil em seu artigo 607.

Art. 597. A retribuição pagar-se-á depois de prestado o serviço, se, por convenção, ou costume, não houver de ser adiantada, ou paga em prestações.

Art. 607. O contrato de prestação de serviço acaba com a morte de qualquer das partes. Termina, ainda, pelo escoamento do prazo, pela conclusão da obra, pela rescisão do contrato mediante aviso prévio, por inadimplemento de qualquer das partes ou pela impossibilidade da continuação do contrato, motivada por força maior.

Desta forma, percebe-se a obrigação que ambas as partes têm no contrato de prestação de serviços, o contratado, que possui o dever de realizar o serviço que lhe foi designado, e o contratante, que passa ter a obrigação de realizar a retribuição devida ao contratado após o término de sua atividade. Conforme visto acima, o inadimplemento de uma das partes gera a nulidade do contrato, cabendo a parte contrária entrar com ação para recorrer aos direitos decorrentes do inadimplemento.

Apesar de tudo parecer belo e simples na teoria, na prática não funciona tão bem assim. Na indústria pornográfica é recorrente a existência de vícios de consentimentos nos contratos, visto que muitas das atrizes, por exemplo, sentem-se coagidas ou pressionadas para assinar os contratos. Trazendo à tona um caso mais específico e recente, tem-se a ex-atriz pornô Mia Khalifa, que após sua saída da indústria passou a expor o outro lado desse negócio, assim como diversas outras ex-atrizes que passaram a lutar contra a indústria pornográfica. Em relação a essa luta, pode-se destacar Shelley Lubben, ex-atriz que geriu uma associação humanitária chamada Pink Cross Foundation, cujo objetivo é ajudar pessoas com traumas relacionados ao sexo e pornografia.

Em entrevista à BBC, em 2019, Mia Khalifa relatou uma situação interessante, que é o momento em que assina o contrato. É possível notar pela sua resposta que assinar

um contrato como esse não é fácil. No relato, ela fala sobre a falta de conhecimento e o nervosismo que estão presentes nesse momento.

BBC – Você diz que o conceito de consentimento não faz sentido na dinâmica do poder entre os homens que controlam a indústria pornográfica e uma jovem atriz de 21 anos como você.

Khalifa –Com certeza. Quando há quatro produtores brancos na sala, e você diz por exemplo alguma coisa que faz todo mundo rir, é horrível. Você não quer mais abrir a boca.

É a mesma coisa quando você assina o contrato: você conhece os executivos, eles estão na sala esperando que você leia e assine, e você não entende nada do que está escrito, porque você está muito nervosa.

Ao falarmos de coação, automaticamente vem à mente uma cena de abuso físico com a utilização de força ou outras formas de convencer a pessoa a assinar algo que não quer. Mas a coação vai além disso, ela também se trata de pressão psicológica. Apesar de toda a subjetividade existente, é perfeitamente possível perceber que o nervosismo em estar na situação descrita por Mia Khalifa se trata ainda de uma pressão que advém da ansiedade de estar rodeada por homens “superiores” que esperam que ela assine algo o qual ela não tem total conhecimento, onde a única certeza é que não tem como recuar.

Esse contrato que foi assinado pela ex-atriz pornô foi certamente prejudicial, tendo em vista que a indústria lucrou milhões e Mia Khalifa recebeu apenas US\$ 12.000 por seis vídeos. Mas o que fazer nessa situação? Como provar algo tão subjetivo? Aí está o ponto principal do presente artigo.

BBC – Te pagaram **US\$ 12.000** (R\$ 49.500) por um total de seis vídeos. Mas você gerou milhões e milhões de dólares tanto para a Bang Bros, a empresa com a qual trabalhou, quanto para o site Pornhub. Como isso é possível?

Khalifa –As coisas são assim mesmo. Não sou a única. Não é que eu tivesse um contrato terrível ou um agente terrível.

Casos como o de Mia Khalifa são mais comuns do que se imagina, em outras situações fica clara a ineficácia do contrato firmado entre atrizes e produtoras, Teh Angel relata em entrevista à revista Ponte:

“Ele [diretor] me chamou para fazer uma gravação, disse que seria coisa rápida, cheguei lá, ele se ofereceu para fazer meu perfil no site XVideos, disse que ia me ajudar com a conta, que seria bom pra mim. Assim ele acabou gravando mais conteúdo do que o combinado, e pagando o cachê por apenas uma cena. Ele não passa cópia dos contratos para ninguém, mas eu assinei uma cena, não tinha acordado mais cenas e ele fez muito mais.”

Observam-se realidades em que a presença de coação, ameaças e medo por parte das atrizes está sempre presente, tornando raras as denúncias e consequentemente a punição adequada aos sujeitos abusivos, deixando-os cada vez mais livres para dar continuidade às práticas danosas a outras mulheres que já se encontram maioria das vezes em situação de fragilidade.

4 I VÍCIO DE CONSENTIMENTO

Para que um negócio jurídico seja real e válido, é necessário obedecer alguns elementos, como a existência, a validade e a eficácia do negócio, podendo dessa forma o ato ou negócio jurídico existir, mas não ter validade por falta de capacidade do agente ou, existir, ser válido porém possuir condição suspensiva, ou seja, ser ineficaz. Deve haver harmonia entre os elementos para que haja a validade final do negócio jurídico. Pode-se enquadrar a vontade no elemento de existência para que haja a validade de um ato jurídico.

Dessa forma, tem-se a vontade como pressuposto para o negócio uma vez que ora poderá interferir na validade do mesmo, ora poderá interferir na eficácia, uma vez que, segundo Silvio de Salvo Venosa (2008): “já que pode “existir” um negócio jurídico com mera aparência de vontade, isto é, circunstância em que a vontade não se manifestou e houve apenas mera aparência de vontade”.

Observa-se então que a vontade é um elemento essencial e deve ser mostrada de forma espontânea e clara, a vontade é, ainda segundo Silvio Venosa (2008 p.374):

A vontade é a mola propulsora dos atos e negócios jurídicos. Essa vontade deve ser manifestada de forma idônea para que o ato tenha vida normal na atividade jurídica e no universo negocial. Se essa vontade não corresponda ao desejo do agente, o negócio jurídico tornar-se-á suscetível de nulidade ou anulação.

Para que o negócio jurídico tenha a produção de seus efeitos jurídicos, é necessário o cumprimento das circunstâncias que envolveram a manifestação da vontade do agente no momento de compactuar com o contrato, pois é possível que haja a declaração de vontade em certas circunstâncias que tragam outro significado a verdadeira atitude volitiva da parte, como no exemplo trazido acima da ex-atriz pornográfica Mia Khalifa, onde em suas falas é possível observar a vontade da mesma em assinar o contrato da prestação de seus serviços para a produtora, porém ainda assim a pressão de estar trancada em uma sala com pessoas do sexo oposto a intimidam e atrapalham seu discernimento em demonstrar sua real vontade. Sendo assim, haverá a existência de um negócio jurídico uma vez que houve a manifestação de vontade, porém se recusa os efeitos, originando assim um negócio jurídico defeituoso.

Dentre os defeitos do negócio jurídico, tem-se o vício de consentimento, aquele que atua diretamente na manifestação de vontade do agente, na qual não corresponde com o desejo real do mesmo, impedindo que sua real vontade seja externalizada e pode vir a conduzir consequências análogas a invalidade do negócio realizado.

Dentre os tipos de vício de consentimento, estão o erro, o dolo e a coação.

4.1 Erro

O erro é caracterizado pela falsa percepção da realidade por parte do agente, ou seja, o agente se engana por erro próprio. Diferencia-se da ignorância, pois esta é

o desconhecimento completo da realidade. O erro pode ser encontrado no Código Civil Brasileiro, que o define em seu artigo 138 ao 144:

Art. 138. São anuláveis os negócios jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio.

Sobre isto, menciona Silvio de Salvo Venosa (2008) “Trata-se de manifestação de vontade em desacordo com a realidade, porque o declarante tem uma representação errônea da realidade. Já na ignorância, o declarante nada sabe a respeito da realidade”.

4.2 Dolo

Assim como o erro, se trata da falta de percepção da realidade do agente, porém, se diferencia pelo fato de ser uma falsa percepção induzida por outro agente, ou seja, a vítima aqui não se engana sozinha, esta é enganada. O dolo pode ter suas definições encontradas no Código Civil em seus artigos 145 a 150.

Art. 145. São os negócios jurídicos anuláveis por dolo, quando este for a sua causa.

Art. 146. O dolo accidental só obriga à satisfação das perdas e danos, e é accidental quando, a seu despeito, o negócio seria realizado, embora por outro modo.

Art. 147. Nos negócios jurídicos bilaterais, o silêncio intencional de uma das partes a respeito de fato ou qualidade que a outra parte haja ignorado, constitui omissão dolosa, provando-se que sem ela o negócio não se teria celebrado.

Art. 148. Pode também ser anulado o negócio jurídico por dolo de terceiro, se a parte a quem aproveite dele tivesse ou devesse ter conhecimento; em caso contrário, ainda que subsista o negócio jurídico, o terceiro responderá por todas as perdas e danos da parte a quem ludibriou.

Art. 149. O dolo do representante legal de uma das partes só obriga o representado a responder civilmente até a importância do proveito que teve; se, porém, o dolo for do representante convencional, o representado responderá solidariamente com ele por perdas e danos. Art. 150. Se ambas as partes procederem com dolo, nenhuma pode alegá-lo para anular o negócio, ou reclamar indenização.

Diz o doutrinador Patrick Silva (2011 p. 261): “no dolo, o agente não causa o efeito sozinho. A outra parte que integra o negócio jurídico, ou um terceiro estranho a essa relação jurídica, é que dá ao declarante a falsa percepção da realidade, que, sozinho, não teve”.

4.3 Coação

Caracterizada pelo uso de pressão psicológica ou ameaça física para que algo seja realizado, ignorando a vontade do agente. Estabelecida também no Código Civil em seus artigos 151 a 155, a coação pode ainda ser dividida em Absoluta, a qual existe o emprego de força física, e a relativa, a qual é feita através de agressões psicológicas e ameaças.

Art. 151. A coação, para viciar a declaração da vontade, há de ser tal que incuta ao paciente fundado temor de dano iminente e considerável à sua pessoa, à sua família, ou aos seus bens.

No caso em que descreve sua situação, Mia Khalifa demonstra ter um vício de consentimento no momento de assinar o contrato, aparentemente por erro, uma vez que, como dito em suas palavras, o nervosismo faz com que a mesma não venha a ter total conhecimento dos termos do contrato. Mas, a situação no geral, não poderia se encaixar no vício de consentimento por Coação? Mesmo que ali, todos na sala não tenham a intensão de pressionar e coagir a atriz para que assine o contrato, o fato de se sentir indefesa no meio de diversas pessoas do sexo oposto não seria uma forma de pressão psicológica, desse modo, uma forma de coação?

Além de Mia Khalifa, existem milhares de outras atrizes que passam por situações diferentes na hora de assinar o contrato, mas todas possuem algo em comum, o vício de consentimento, seja por erro, dolo ou coação.

4.4 Das consequências

Como exposto, os vícios de consentimento vão contra um dos principais elementos que forma a validade de um negócio jurídico, a declaração de vontade de uma das partes. Dessa forma, o negócio jurídico defeituoso tem como consequência a nulidade do ato negocial, conforme expõe o Código Civil em seu artigo 171, II.

Art. 171. Além dos casos expressamente declarados na lei, é anulável o negócio jurídico:

II - Por vício resultante de erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão ou fraude contra credores.

Quanto a anulação do negócio jurídico e para que haja o ressarcimento das atrizes prejudicadas e estas possam recorrer aos seus direitos de indenização, esta tem prazo de decadência para pleitear o a anulação do negócio jurídico, conforme estabelece o Código Civil em seu artigo 178.

Art. 178. É de quatro anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contado:

I - No caso de coação, do dia em que ela cessar;

II - No de erro, dolo, fraude contra credores, estado de perigo ou lesão, do dia em que se realizou o negócio jurídico;

III - no de atos de incapazes, do dia em que cessar a incapacidade.

Sendo assim, todos os casos de que se tenha conhecimento de vício de consentimento na relação contratual entre atrizes e produtoras deveriam ser anulados e assim as mesmas poderiam ser indenizadas por todos os danos sofridos, mas ainda assim não o fazem, não entram na justiça, se calam e, de certa forma, “aceitam a situação”, pois muitas vezes acreditam não serem possuidoras de voz o suficiente para mudar isso.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Que as atrizes da indústria pornográfica sofrem diversos abusos não é novidade, tema bastante discutido, diversas pesquisas que apontam números expressivos de casos referente a essa indústria, mas nenhuma evolução. Os abusos continuam, desde o início, onde os contratos são formulados, até o final, onde a justiça deveria ser feita.

Direitos básicos garantidos pela própria Constituição como a dignidade sendo ignorados, o direito de expressar sua real vontade sendo esquecido e o direito de indenização sendo negado, essa é a realidade das atrizes que, por motivos diversos e contra sua vontade, ingressam no ramo.

Começando pela segurança, situações como a de Mia Khalifa devem ser extintas, situações onde a vítima não se sinta à vontade para assinar um contrato sem que sua real vontade seja explícita não podem mais existir.

A extinção de contratos verbais em ramos onde o corpo da mulher seja o objeto da relação é necessária, substituindo-lhes por contratos escritos que devem ser assinados somente na presença de um advogado garantido pela justiça pública para evitar o vício de consentimento.

O encorajamento para que casos de abusos sejam levados à justiça e uma maior força na condenação dos produtores abusivos é essencial para que haja uma mudança significativa nesse ramo e alguns direitos venham a ser respeitados, mesmo que ainda seja um futuro muito distante devido a esses comportamentos “comuns” estarem enraizados na sociedade atual.

Cabe ao direito uma busca mais efetiva por melhorias para que as atrizes da indústria pornográfica possam sofrer cada vez em menor escala a perda substancial de direitos que são da base social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 139, n. 8, p. 1-74, 11 jan. 2002.

DWORKIN, A., MACKINNON, C. A. Pornography and civil rights: a new day for women's equality. Minneapolis, organizando contra pornografia.

JÚNIOR, Jorge Leite. Das maravilhas e prodígios sexuais: a pornografia “bizarra” como entretenimento. 1. ed. São Paulo, FAPESP: Annablume, p. 12- 292, 2006.

LOVELACE, Linda. MCGRADY, Mike. Ordeal. Citadel Press, 2006.

PATEMAN, Carole. O contrato sexual. Stanford University Press, Stanford, (1988).

RAMOS, Beatriz Druque. Atrizes pornô se unem para denunciar ator e diretor por abusos sexuais. Revista Ponte, 2021.

Disponível em: <<https://ponte.org/atrizes-porno-se-unem-para-denunciar-ator-e-diretor-por-abusos-sexuais/>> Acesso em: 27/05/21

RIBEIRO, Vanessa. Os vícios de consentimento no negocio jurídico. São Paulo, 2009. Disponível em: <https://arquivo.fmu.br/prodisc/direito/vsr.pdf>

ROBERTO GONÇALVES, Carlos. Direito Civil Brasileiro, parte geral. Saraiva, 2018.

SERAFIM, Ester Cristina Rezende. Pornografia: e a incitação a violência sexual. Minas Gerais, 2014.

SILVA, Patrick Lendl. Fatos jurídicos: teoria e prática. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2011. p. 261 Acesso em: 12/05/2021

SUNSTEIN. CassR.A Constituição Parcial. 1.ed. Belo Horizonte: Del Rey , 2009.p.346.

VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil. 12ª Ed. São Paulo: Atlas, 2012. V.1.

VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil: parte geral. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

VIOLÊNCIA AUTOPROVOCADA CONTRA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO ESPÍRITO SANTO: FREQUÊNCIA E FATORES ASSOCIADOS

Data de aceite: 03/10/2022

Guilherme Germano da Silva

Acadêmico de Enfermagem, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Mariana Rabello Laignier

Doutora em Enfermagem. Professora do Departamento de Enfermagem/Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Franciele Marabotti Costa Leite

Doutora em Epidemiologia. Professora do Departamento de Enfermagem/Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Luiza Eduarda Portes Ribeiro

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (PPGSC), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Nathália Miguel Teixeira Santana

Nutricionista Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), Santa Teresa/ES. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (PPGSC), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Luciana de Cássia Nunes Nascimento

Doutora em Enfermagem. Professora do Departamento de Enfermagem/Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Márcia Regina de Oliveira Pedroso

Doutora em Saúde Coletiva. Professora da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB)

RESUMO: Objetivo: identificar a frequência dos casos notificados de violência autoprovocada entre pessoas com deficiência no estado do Espírito Santo e os fatores associados. **Método:** estudo analítico do tipo transversal, com os dados notificados de violência autoprovocada entre Pessoas com Deficiência no Espírito Santo, registrados no Sistema de Informação de Agravos e Notificação de 2011 a 2018. Análises bivariadas utilizou-se o teste Qui-Quadrado (χ^2). A análise multivariada utilizou-se o modelo de Regressão de Poisson ($p < 0,05$), e os resultados foram apresentados em razão de prevalência.

Resultados: a prevalência de violência autoprovocada foi de 35% dos casos. Desse total, indivíduos adultos de 20 a 59 anos apresentaram frequência 3,09 vezes maior quando comparado a indivíduos de 60 anos ou mais. Identificou-se elevada prevalência entre aqueles de raça/cor branca, que não fizeram uso de álcool, tinham a residência como local de ocorrência e que os casos não eram de recorrência. **Conclusão:** o estudo revela a existência de elevada prevalência de violência autoprovocada entre as Pessoas com Deficiência no Espírito Santo, além dos fatores que se associam. Destaca-se a importância da notificação correta e no tempo certo para maior conhecimento dos casos e seus fatores. Além disso, há a necessidade de mais estudos sobre o tema.

PALAVRAS-CHAVE: Pessoas com Deficiência. Comportamento Autodestrutivo. Sistemas de Informação em Saúde. Violência. Epidemiologia.

SELF-PROMOTED VIOLENCE AGAINST PEOPLE WITH DISABILITIES IN ESPÍRITO SANTO: FREQUENCY AND ASSOCIATED FACTORS

ABSTRACT: Objective: To identify the prevalence of notified self-inflicted injuries among Disabled persons in Espírito Santo and to analyze the associated factors. **Methods:** A analytical study, with the notified data of self-inflicted violence among Disabled persons in Espírito Santo registered in the Notifiable Diseases Information System from 2011 to 2018. The bivariate analyses used the Chi-square (χ^2). The multivariate analysis used the Poisson Regression model ($p < 0.05$), and the results were presented as prevalence ratio. **Results:** The prevalence of self-inflicted violence was 35% of cases. Of this total, adult individuals aged 20 to 59 years has a frequency 3.09 times higher when compared to individuals aged 60 years or older. A high prevalence was identified among those of white race/color, who did not use alcohol, had the residence as the place of occurrence and that the cases were not of recurrence. **Conclusion:** The study reveals the existence of a high prevalence of self-inflicted violence among People with Disabilities in Espírito Santo, in addition to the associated factors. The importance of correct notification at the right time is highlighted for greater knowledge of the cases and their factors. In addition, there is a need for further studies on the subject. **KEYWORDS:** Disabled Persons. Self-Injurious Behavior. Health Information Systems. Violence. Epidemiology.

INTRODUÇÃO

Pessoa com Deficiência (PcD) é entendida como aquela que apresenta alguma limitação, de ordem física ou mental, que a impeça de exercer seu papel na sociedade em plena igualdade de oportunidades com as demais pessoas (KRUG et al., 2002). Devido a essas limitações, esse grupo encontra-se mais sujeito a fatores de risco como dependência financeira e/ou de cuidados, aos métodos educativos punitivos, a falta de suporte, e aprovação social, entre outros, que podem culminar em práticas de violência (MENDES et al., 2020).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) apresenta três definições para violência: coletiva, que inclui atos violentos que relacionam grande parcela da sociedade, sendo caracterizada como a dominação do Estado e grupos sobre essa parcela da sociedade; autoinfligida, marcada por ter como vítima e autor da violência a mesma pessoa; e interpessoal, que é dividida em violência comunitária e intrafamiliar, esta ocorre entre familiares ou parceiros íntimos, abrangendo ações e/ou omissões que afetam a saúde física e mental, e a liberdade; já a violência comunitária é a que ocorre fora do contexto familiar e envolve pessoas conhecidas ou não entre si, podendo ser violências em escolas, locais de trabalho, prisões e violência aleatórias (KRUG et al., 2002).

Abordando mais acerca da violência autoinfligida, também denominada autoprovocada, engloba todos os comportamentos suicidas, como ideações suicidas, tentativas de suicídio e suicídios, e as autoagressões leves e severas (BRASIL, 2016), sendo definida como o ato de lesionar a si próprio ou de tentar contra a própria vida de

maneira intencional (KRUG et al., 2002).

Segundo o Boletim Epidemiológico número 46, do Ministério da Saúde, no ano de 2018 foram registrados cerca de 350 mil casos de violência interpessoal/autoprovocada, sendo que desse total, mais de 10% envolveram vítimas com deficiências (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020). Mello e colaboradores (2020) ressaltam, também que dos mais 116 mil casos de violência ocorridos no período de 2011 a 2017, em âmbito nacional, 44% foram de violência autoprovocada por PcD. Tais achados demonstram a magnitude da violência entre esse grupo com deficiência, evidenciando o grave problema de saúde pública (KRUG et al., 2002).

Destaca-se, que o contexto da violência traz inúmeros impactos na vida da vítima como lesões, traumas físicos e incontáveis agravos mentais, emocionais e espirituais, além de provocar a redução da qualidade de vida das pessoas e famílias acometidas (MINAYO, 2006). Ao se tratar da saúde de PcD, casos de violências silenciam as vítimas e as deixam subjugadas aos seus cuidadores/familiares. Além disso, violências marcadas por traumas repetitivos na região da cabeça levam ao desenvolvimento de distúrbios cognitivos e consequente dificuldade de aprendizagem; situações de abuso sexual diminuem a autoestima de mulheres, as expõem à Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's) e, favorecem o aparecimento de fobias, depressão, tentativas de suicídio e o uso abusivo de substâncias psicoativas (NJAINE; ASSIS; CONSTANTINO, 2007).

Assim, é necessário que os sistemas de saúde repensem suas estratégias organizacionais para essa situação, uma vez que a abordagem preventiva ou curativa encontra novas barreiras, além de necessitar de uma atuação profissional focada na pessoa e seus cuidados, junto ao apoio multiprofissional e intersetorial (MINAYO, 2006).

Destaca-se que o profissional de saúde precisa estar preparado para atender uma vítima de violência sem julgamentos, desfazendo-se de suas crenças, para ouvir e atentar-se às comunicações verbais e não verbais, observar os sinais de violência como traumas inexplicáveis ou atrasos na procura de atendimento médico, para que ocorra atendimento centrado na pessoa, respeitando o sigilo e a segurança de suas informações (DUNCAN, 2013).

É necessário que o profissional conheça e encaminhe a vítima para serviços como Núcleos de Prevenção da Violências e Promoção da Saúde, Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) e entre outros, de acordo com a necessidade da pessoa (BRASIL, 2016). Desse modo, é possível reduzir vulnerabilidades e riscos à saúde advindos dos determinantes sociais, bom como estabelecer prioridades para o enfrentamento de violências (BRASIL, 2014).

No Brasil, em 2006 houve a implementação do Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes (VIVA) que coleta dados relacionados à violência por meio de ficha de notificação individual (BRASIL, 2016). Ainda, em 2011, os casos de violência passaram a integrar a

Lista Nacional de Doenças e Agravos de Notificação Compulsória, por meio da Portaria nº 104 do Ministério da Saúde. Assim, é obrigatório que todo profissional da saúde ou responsável por serviços de saúde, seja público ou privado, notifique, via Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), todos casos confirmados ou suspeitos de violência (BRASIL, 2011).

Nesse sentido, esse estudo teve por objetivo identificar a frequência dos casos notificados de violência autoprovocada entre pessoas com deficiência no estado do Espírito Santo e os fatores associados.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo epidemiológico transversal, realizado a partir de dados secundários, obtidos de casos notificados de violência autoprovocada contra a pessoa com deficiência em todas as faixas etárias, no estado do Espírito Santo, fornecidos pela Secretaria de Estado da Saúde (SESA/ES), por meio de registros no Sistema de Informação de Agravos e Notificação (SINAN), no período de 2011 a 2018.

O recorte inicial a partir do ano de 2011 se deu pelo caráter de obrigatoriedade a partir deste ano da realização da notificação de casos suspeitos e ou confirmados de violência conforme a portaria nº 104 do Ministério da Saúde (BRASIL, 2011).

O estado do Espírito Santo está localizado na região sudeste do Brasil, com extensão territorial de 46.074,444 km², dividido em 78 municípios. Apresenta população estimada, para o ano de 2021, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 4.108.508 habitantes (IBGE, 2022).

Por conseguinte, baseado nestas fichas, a variável dependente do estudo é violência autoprovocada (sim/não), e as variáveis independentes são baseadas nas características da vítima: sexo (masculino ou feminino), faixa etária (10 a 19 anos; 20 a 59 anos; 60 anos ou mais), raça/cor (branca ou parda/preta), e características do evento: zona de residência (urbana/periurbana ou rural), suspeita de uso de álcool (sim ou não), local de ocorrência (residência ou via pública ou outros), violência de repetição (não ou sim) e encaminhamento (não ou sim).

Vale destacar que houve, a qualificação dos dados segundo o instrutivo VIVA de Notificação de Violência Interpessoal e Autoprovocada (BRASIL, 2016), para que erros e inconsistências de preenchimento que possam ter ocorridos durante toda a cadeia de notificação fossem minimizados. Os dados coletados foram analisados através do programa estatístico Stata 14.0, considerando um intervalo de confiança de 95%. Para a análise bivariada foi realizado o Teste Qui Quadrado, e para a análise multivariada realizou-se a Regressão de Poisson ($p < 0,05$).

O estudo respeitou todas as diretrizes do Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal do Espírito Santo, sob inscrição número 2.819.597, e está de acordo com a

RESULTADOS

No período considerado neste estudo, houve o registro, em todo o estado do Espírito Santo, de 563 casos de violência autoprovocada dentre a população com deficiência, correspondendo a 35% dos casos (IC 95%: 33,4-38,2).

A Tabela 1 apresenta as características gerais relacionadas aos casos notificados de violência autoprovocada contra a pessoa com deficiência. Percebe-se que as vítimas, em sua maioria, pertencem ao sexo feminino (70,3%), na faixa etária de 20 a 59 anos (84,2%), raça/cor preta/parda (61,2%), residem em zona urbana/periurbana (90,6%), e, sem suspeita de uso de álcool (81,1%). A violência aconteceu em cerca de 89% das vezes na residência, em sua maioria de repetição (64,7%), e, 8 em cada 10 casos foram encaminhados a outros serviços.

Variáveis	n	%	IC 95%
Sexo			
Masculino	167	29,7	26,0-33,6
Feminino	396	70,3	66,4-74,0
Faixa etária			
10 a 19 anos	57	10,1	7,9-12,9
20 a 59 anos	474	84,2	80,9-87,0
60 anos e mais	32	5,7	4,0-7,9
Raça/Cor			
Branca	195	38,8	34,7-43,2
Preta/Parda	307	61,2	56,8-65,3
Zona de residência			
Urbana/Periurbana	503	90,6	87,9-92,8
Rural	52	9,4	7,2-12,1
Suspeita de uso de álcool			
Não	327	81,1	77,0-84,7
Sim	76	18,9	15,3-23,0
Local de ocorrência			
Residência	455	89,2	86,2-91,6
Via pública	26	5,1	3,5-7,4
Outros	29	5,7	4,0-8,1
Violência de repetição			
Não	167	35,3	31,1-39,7
Sim	306	64,7	60,3-68,9

Encaminhamento

Não	94	17,7	14,7-21,2
Sim	438	82,3	78,8-85,4

Tabela 1 - Características gerais relacionadas casos notificados de violência autoprovocada contra a pessoa com deficiência, de acordo com os dados da vítima, no estado do Espírito Santo de 2011–2018 (N= 563).

A Tabela 2 apresenta a relação entre o desfecho e as variáveis independentes em estudo. Nota-se uma relação significativa com as seguintes características: faixa etária, raça/cor, suspeita de uso de álcool, local de ocorrência e violência de repetição ($p < 0,05$).

Variáveis	n	%	IC 95%	p-valor
Sexo				
Masculino	167	34,8	30,7-39,2	0,592
Feminino	396	36,2	33,4-39,1	
Faixa etária				
10 a 19 anos	57	23,1	18,2-28,8	<0,001
20 a 59 anos	474	42,8	39,9-45,8	
60 anos e mais	32	14,6	10,5-19,9	
Raça/Cor				
Branca	195	40,4	36,1-44,8	0,003
Preta/Parda	307	32,4	29,4-35,4	
Zona de residência				
Urbana/Periurbana	503	35,9	33,5-38,5	0,716
Rural	52	34,4	27,3-42,4	
Suspeita de uso de álcool				
Não	327	48,1	44,3-51,9	<0,001
Sim	76	21,2	17,2-25,7	
Local de ocorrência				
Residência	455	41,6	38,7-44,6	<0,001
Via pública	26	12,4	8,6-17,7	
Outros	29	24,0	17,2-32,4	
Violência de repetição				
Não	167	41,0	36,3-45,9	0,036
Sim	306	35,0	31,9-38,2	
Encaminhamento				
Não	94	40,3	34,2-46,8	0,166
Sim	438	35,6	33,0-38,3	

Tabela 2 - Análise bivariada das características gerais das pessoas com deficiência vítimas de violência autoprovocada, no estado do Espírito Santo de 2011-2018.

Com ajuste para fatores de confusão, observa-se que os casos de violência autoprovocada contra a Pessoa com Deficiência foi 3,09 vezes mais frequente entre indivíduos adultos de 20 a 59 anos (IC95%: 2,19-4,35) quando comparado a indivíduos de 60 anos ou mais. Quanto à raça/cor, pessoas brancas se apresentaram com maior prevalência em relação à cor preta ou parda (RP= 1,30 IC95%: 1,13-1,48). Observa-se uma prevalência de não uso de álcool cerca de duas vezes maior em relação ao uso (IC95%: 1,80-2,19). A residência mostrou-se como o local de ocorrência mais frequente (RP: 2,81; IC95%: 1,75-4,52), e, os casos notificados mais prevalentes foram os que não apresentaram episódios de recorrência (RP: 1,30; IC95%: 1,10-1,54) (Tabela 3).

Variáveis	Análise bruta			Análise ajustada		
	RP	IC 95%	p-valor	RP	IC 95%	p-valor
Faixa etária						
10 a 19 anos	1,59	1,07-2,35	<0,001	1,57	1,03-2,39	<0,001
20 a 59 anos	2,94	2,12-4,09		3,09	2,19-4,35	
60 anos e mais	1			1		
Raça/Cor						
Branca	1,25	1,08-1,44	0,002	1,3	1,13-1,48	<0,001
Preta/Parda	1			1		
Suspeita de uso de álcool						
Não	2,27	1,83-2,82	<0,001	2,29	1,80-2,91	<0,001
Sim	1			1		
Local de ocorrência						
Residência	3,35	2,32-4,82	<0,001	2,81	1,75-4,52	<0,001
Via pública	1			1		
Outros	1,93	1,19-3,11		1,66	0,92-3,01	
Violência de repetição						
Não	1,17	1,01-1,36	0,034	1,3	1,10-1,54	0,002
Sim	1			1		

Tabela 3 – Análise bruta e ajustada das características dos casos de violência autoprovocada contra a pessoa com deficiência, no estado do Espírito Santo de 2011-2018.

DISCUSSÃO

Nota-se, que entre os anos de 2011 a 2018, a frequência de violência autoprovocada pelas Pessoas com Deficiência representou 35% dos casos notificados (IC 95%: 33,4-38,2), dado que se assemelha a estudo epidemiológico de um estado do Sul do Brasil, entre 2010 e 2019, aponta que 35,3% das violências registradas estavam relacionadas às pessoas com deficiência/transtorno (FATTAH; LIMA, 2020). Em 2018 a violência autoprovocada no Brasil foi a segunda mais notificada entre os tipos de violência perpetrados contra as

Pessoas com Deficiência, correspondendo a 30% dos casos (RODRIGUES et al., 2021).

No presente estudo, a faixa etária de 20 a 59 anos mostrou-se como a mais prevalente entre as vítimas, achado similar ao Rodrigues e colaboradores (2021) que além da fase adulta acrescenta a adolescência. Tal contexto revela a necessidade de medidas e programas de prevenção à violência no contexto familiar, para que as relações intrafamiliares e sociais não potencializem e perpetuem situações de violência (APOSTOLICO et al., 2012).

Nesse mesmo sentido, os casos notificados de pessoas da raça/cor branca, em relação à preta/parda, foram mais prevalentes, divergindo de estudo realizado com adolescentes, ao qual mostrou que não há associação considerável entre raça/cor e o evento lesivo (LUIS et al., 2021). Contudo, é importante destacar que a desigualdade social e econômica deixa a população negra excluída de direitos sociais (NJAINÉ, ASSIS e CONSTANTINO, 2020). Assim, situações de exclusão e discriminação social e condições de vida como deficiência, deixam essas pessoas propensas a situações de sofrimento mental e, conseqüentemente, a comportamentos de riscos (OPAS, 2018).

Ao considerar a suspeita de uso de álcool relacionado ao evento, o estudo mostrou maior prevalência para os que não haviam consumido bebida alcóolica. Vale considerar que o uso de álcool no inquérito VIVA de 2014, esteve presente em 30% dos casos de tentativas de suicídio em serviços de urgência (BRASIL, 2017). Para Ferreira (2017), o álcool é considerado como um fator de risco para o acontecimento de ações violentas, pois age como estimulador para atos violentos.

A residência mostrou-se como o local de ocorrência mais frequente no estudo, tal achado condiz estudo feito em hospitais na China identificaram maior prevalência de tentativas de suicídio na residência das vítimas, correspondendo a 74,8% dos casos, sendo justificado, que neste ambiente a vítima pode se encontrar mais isolada favorecendo o cometimento de lesões autoprovocadas, como também proporciona que a pessoa se auto lesione sem ser interrompida (ZHAO et al., 2015).

Por fim, a maior prevalência esteve associada a casos que não apresentaram recorrência, sendo considerados como primeira violência autoprovocada cometida. O resultado em questão diverge da análise de dados de serviços de saúde brasileiros, que mostra a relação de 51,7% dos casos de violência autoprovocada como de recorrência, tendo as mulheres como principais vítimas (MELLO, 2020). Ainda, sobre a baixa prevalência de casos de repetição, Mello (2020) destaca a elevada existência de fichas de notificação “em branco”, “ignorado”, “não se aplica”, indicando possíveis erros de preenchimento. Além disso, destaca a necessidade de articulação entre setores da saúde para a execução de ações de apoio à vítima e para a existência de um ambiente seguro para ela.

As limitações do estudo estão relacionadas à não representação completa das PcD que cometeram violência autoprovocada, pois muitas dessas pessoas não chegam aos serviços de saúde, e, a não possibilidade de identificar quais os tipos de deficiências cada

pessoa apresentava, limitando discussões sobre a relação entre o tipo de deficiência e a maior propensão ou não para cometer violência. Ainda, destaca-se a existência de poucos estudos voltados para este público, articulado a violência autoprovocada, limitando as discussões apresentadas.

CONCLUSÃO

O estudo apresenta a prevalência de 35% de casos (IC 95%: 33,4-38,2) notificados de violência autoprovocada entre Pessoas com Deficiência, no estado do Espírito Santo, de 2011 a 2018. De igual forma, a faixa etária adulta, 20 a 59 anos, raça/cor branca, residência, o não uso de álcool e não ser um evento de repetição, são as variáveis que estão diretamente ligadas à vítima e ao evento ocorrido, relacionando a maior prevalência de casos no estudo.

Ressalta-se ainda a necessidade de maior envolvimento dos profissionais de saúde no rastreio precoce desse agravo, de modo que a vítima seja mais rapidamente inserida na rede de cuidados, bem como, o estabelecimento de ações de intervenção e prevenção.

É necessário destacar a importância de mais estudos sobre a temática em questão e com esse público, para evidenciar os motivos, a abrangência e os impactos relacionados à violência contra a pessoa com deficiência.

REFERÊNCIAS

1. APOSTOLICO, M. R. et al. Características da violência contra a criança em uma capital brasileira. **Rev. Latino-Am. Enfermagem [Internet]**, v. 20, n. 2, p. 1-8, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/r/rlae/a/kSVBCFJmJ7bXBppbPzrfshS/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 10 jun. 2022.
2. BRASIL. **Portaria nº 104, de 25 de janeiro de 2011**. Define as terminologias adotadas em legislação nacional, conforme o disposto no Regulamento Sanitário Internacional 2005 (RSI 2005), a relação de doenças, agravos e eventos em saúde pública de notificação compulsória em todo o território nacional e estabelece fluxo, critérios, responsabilidades e atribuições aos profissionais e serviços de saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde, [2011]. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt0104_25_01_2011.html Acesso em 05 jul. 2022.
3. BRASIL. **Portaria nº 2.446, de 11 de novembro de 2014**. Redefine a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS). Brasília, DF: Ministério da Saúde, [2014]. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt2446_11_11_2014.html Acesso em 29 ago. 2022.
4. BRASIL. **Viva: Instrutivo da Ficha de Notificação de Violência Interpessoal e Autoprovocada**. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/viva_instrutivo_violencia_interpessoal_autoprovocada_2ed.pdf Acesso em 20 nov. 2021.
5. BRASIL. **Viva Inquérito 2013 e 2014: Vigilância de Violências e Acidentes em Serviços Sentinelas de Urgência e Emergência – Capitais e Municípios**. Brasília: Ministério da Saúde; 2017. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/viva_vigilancia_violencia_acidentes_2013_2014.pdf Acesso em 03 abr. 2022.

6. DUNCAN, B.B. **Medicina ambulatorial: condutas de atenção primária baseadas em evidências**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.
7. FATTAH, N.; LIMA, M. S. Perfil epidemiológico das notificações de violência autoprovocada de 2010 a 2019 em um estado do sul do Brasil. **Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog.**, v. 16, n. 4, p. 65-74, 2020. doi: <https://dx.doi.org/10.11606/issn.1806-6976.smad.2020.166310> Acesso em 05 jul. 2022.
8. FERREIRA, T. B.; LOPES, A. O. S. Alcoolismo, um caminho para a violência na conjugalidade. **Rev. UNIABEU. [Internet]**, v. 10, n. 24, p. 96-110, 2017. Disponível em: <http://revista.uniabeu.edu.br/index.php/RU/article/view/2527> Acesso em 10 agos. 2022.
9. HUMAN RIGHTS WATCH. **Uma vida de isolamento e negligência em instituições para pessoas com deficiência no Brasil**. [site na Internet]. 2018. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/report/2018/05/23/318044> Acesso em 05 jul. 2022.
10. IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades, Panorama do estado do Espírito Santo**. 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/panorama> Acesso em 20 nov. 2021.
11. KRUG, E. G. et al. **World report on violence and health**. Geneva: World Health Organization, 2002.
12. LUIS, M. A. MONROY, N. A. J. GODOI, L. G. LEITE, F. M. C. **Self-inflicted injuries among adolescents: Prevalence and associated factors**, Espírito Santo, Brazil. Aquichan. 2021;21(3):e213X. DOI: <https://doi.org/10.5294/aqui.2021.21.3.3>
13. MELLO, N. F. de. et al. Casos de violência contra pessoas com deficiência notificados por serviços de saúde brasileiros, 2011-2017. **Epidemiol. Serv. Saude**, Brasília, v. 30, n. 3, e2020747, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/ress/2021.v30n3/e2020747/> Acesso em 07 nov. 2021.
14. MENDES, D. M. et al. **Violência contra pessoas com deficiência: você sabe como evitar, identificar e denunciar?** São Paulo: Instituto Jô Clemente (IJC), 2020. Disponível em: <https://www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/wp-content/uploads/2021/03/Cartilha-violencia-2020-Online.pdf> Acesso em 29 agos. 2022.
15. MINAYO, M. C. S. **Violência e Saúde**. 20.ed. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006.132 p.
16. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Violência interpessoal contra pessoas com deficiência/transtorno no Brasil. **Boletim Epidemiológico – Secretaria de Vigilância em Saúde**, v. 51, n. 46, p. 1-19, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/media/pdf/2020/dezembro/09/boletim_epidemiologico_svs_46.pdf Acesso em 21 nov. 2021.
17. NJAINE, K.; ASSIS, S. G. de; CONSTANTINO, P. **Impactos da Violência na Saúde**. In: CAVALCANTE, F. G.; BASTOS, O. M. Pessoas com deficiência e necessidades especiais e situações de violência. Rio de Janeiro: EAD/ENSP, 2007. p. 267-295. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9786557080948> Acesso em 03 mar. 2022
18. RODRIGUES, R. I. et al. **Violência contra pessoas com deficiência: o que dizem os dados da saúde pública?** Nota Técnica nº 54. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea: Brasília, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/ntdiest54>

19. OPAS. Organização Pan-Americana da Saúde. **Saúde mental dos adolescentes**. [site na Internet]. OPAS; 2018. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5779:folha-informativa-saude-mental-dos-adolescentes&Itemid=839. Acesso em: 10 jul. 2022.
20. ZHAO, C. et al. Epidemiology of suicide and associated socio-demographic factors in emergency department patients in 7 general hospitals in northwestern China. **Med Sci Monit.**, v. 21, [s. n.], p. 2743-9, 2015. doi: <https://doi.org/10.12659/MSM.894819>. Acesso em: 02 abr. 2022.

LOS CONSORCIOS DE EXPORTACIÓN EN EL ESTADO DE ZACATECAS Y ACCESO AL MERCADO DE LOS ESTADOS UNIDOS DE AMÉRICA, 2009-2021

Data de aceite: 03/10/2022

Noemi Dolores de La Torre Belmontes

Saul Robles Soto

Rafael Sosa Carpenter

Marlen Hernández Ortiz

Imelda Ortiz Medina

RESUMEN: El presente trabajo, cuyo análisis está enfocado en los consorcios de exportación en el estado de Zacatecas y sus posibilidades de acceso al mercado de Estados Unidos de América, el aumentar las capacidades de cooperación entre empresas, lo que les permitirá exportar y aprovechar al máximo los lazos comerciales con el mercado de EE. UU. Se analiza el desarrollo del programa, implementado por la Secretaría de Economía Estatal, “Impulso a la Comercialización de Productos Zacatecanos en mercados internacionales” que comprendía la consolidación de consorcios de Exportación y Conformación de la Cámara Binacional de Negocios Zacatecas-EE. UU. Generar información estratégica para detectar las oportunidades que existen en el mercado de EE. UU. es una tarea que demandan las empresas, y es deber de las instituciones gubernamentales proporcionar las herramientas necesarias para que dicha información llegue de manera oportuna a los interesados, de manera que logren acceder a nuevos espacios comerciales. La metodología que se utiliza en esta investigación es mixta

ya que comprende análisis cualitativo sobre el comportamiento de los consorcios de exportación, así como análisis cuantitativo para detectar la demanda de los productos de nostalgia en EE.UU. Mediante esta metodología se confirma a través de los casos analizados que es posible lograr exportaciones al mercado norteamericano a través de la implementación de la metodología italiana para la conformación de consorcios de exportación en las empresas zacatecanas. Se pretende proponer posibles soluciones para el fortalecimiento de las empresas que emprenden actividades de exportación, de manera que logren acceder al “mercado de la nostalgia” a través de los zacatecanos radicados en EE. UU., lo que derivará en mayores utilidades económicas para los involucrados en dicho mercado, especialmente para el productor, quien debe ser el principal beneficiado

PALABRAS CLAVE: Consorcios De Exportación, Demanda de Productos, Mercado de la Nostalgia.

1 | INTRODUCCIÓN

Es indudable que los factores que inciden para que las microempresas logren exportaciones al mercado estadounidense tienen relación directa con diversas teorías económicas. Una de ellas será la teoría neoclásica que relaciona el concepto de oferta y demanda; de ella se tomará lo que nos dirija a mostrar que la oferta exportable en el estado de Zacatecas, que está conformada, en su mayoría, por pequeñas y medianas empresas que producen frijol, chile, tomate, uva, miel, ajo,

mezcal, artesanías, textiles, entre otros, es demandada por los ciudadanos zacatecanos que viven en EE. UU., privilegiando el consumo de productos de su tierra natal.

El abatir el intermediarismo y generar mayor beneficio en los productores y microempresarios zacatecanos es un reto que ha ocupado a los distintos niveles de Gobierno zacatecano; por lo que en el año 2009 se inició el programa de Consorcios de Exportación con la finalidad de capacitar a las empresas de la entidad citada para promover sus productos en mejores mercados y negociar de una forma más directa.

Para lograr el acceso al mercado estadounidense se consideró que los consorcios de exportación deberían tener empresarios aliados en el mercado norteamericano. Por lo que la conformación de la Cámara Binacional de Negocios, que se inició en el año 2010, implicaba que los empresarios de ambos países podrían iniciar una relación comercial y así generar valor para ambos y por ende para sus regiones.

El análisis del comportamiento de las empresas que participaron en los inicios y la consolidación de la Cámara Binacional de Negocios debe registrarse como materia de estudio para conocer mejor qué herramientas se deben aplicar o son necesarias para lograr un mejor aprovechamiento de los programas para fomentar la cooperación empresarial, así como el desarrollo de la oferta exportable.

Derivado de dicho análisis, se plantean las siguientes tres preguntas, mismas que se responderán en cada capítulo a desarrollar en este trabajo: ¿cómo debe ser la cooperación empresarial para lograr acceder a los mercados internacionales?, ¿qué factores influyen para lograr exportaciones al mercado estadounidense?, al ser Zacatecas un estado binacional ¿qué oportunidades existen en el mercado de EE. UU. para que sea aprovechado por los empresarios?

La metodología que se utiliza en esta investigación es mixta, ya que comprende el análisis cualitativo sobre el comportamiento de los consorcios. Este trabajo permite analizar los factores que influyen para que las empresas participantes en los programas, es decir que aplicaron el modelo italiano para la conformación de los consorcios de exportación y participaron en actividades de la Cámara Binacional, arrojaran como resultado un éxito o un fracaso. En este trabajo también se emplea un análisis cuantitativo que analiza la demanda de productos de nostalgia en el mercado de EE. UU.

Realizar un análisis económico para medir el potencial de la demanda de productos zacatecanos en EE. UU., así como los elementos que influyen para que la oferta exportable zacatecana logre el acceso a dicho mercado, por lo que será de gran importancia para esta investigación utilizar herramientas estadísticas para encontrar la mejor relación entre la variable dependiente y las variables independientes seleccionadas para realizar una estimación de demanda de productos de la nostalgia en ese territorio.

21 COOPERACIÓN EMPRESARIAL Y LOS CONSORCIOS DE EXPORTACIÓN EN ZACATECAS

La cooperación atiende a necesidades de ser cada vez más flexibles y eficientes ante la competencia global. Se deben implementar estrategias competitivas que conduzcan a la cooperación para hacer frente a las condiciones específicas que en cada mercado se generan, como nuevos sistemas de relaciones industriales. Por lo que la forma convencional de administrar una empresa forzosamente se ve obligada a cambiar.

El consorcio de exportación se define, como una alianza voluntaria entre empresas con el objetivo de promover los bienes y servicios de sus miembros en el extranjero y de facilitar la exportación de sus productos mediante acciones conjuntas. El consorcio es una estrategia a mediano y largo plazo de las empresas, que sirve para prestar servicios especializados a fin de facilitar el acceso a los mercados extranjeros.

Una de las principales diferencias, con otros tipos de asociaciones, es que cada miembro conserva su autonomía financiera, jurídica y de gestión, no hay pérdida de identidad. Por otra parte, las debilidades de los miembros, representan un punto de unión en el consorcio.

Las empresas por lo general pequeñas, juntas reducen el riesgo, aumentan su rentabilidad, superan los problemas causados por sus pequeñas dimensiones. En fin, logran acumular conocimiento: las empresas pueden mejorar sus operaciones comerciales aprendiendo de las otras empresas además de beneficiarse de la cooperación entre las mismas.

La pertinencia de usar el modelo del Consorcio de exportación parte del hecho en el que consorcio de exportación es una figura menos rígida y más flexible la cual contempla fines muy específicos en los que principalmente el nivel de fusión entre empresas es muy bajo ya que cada una mantiene su individualidad, pero se fortalecen en compartir un área especializada en la búsqueda de conquistar un nuevo mercado internacional.

En lo referente a las empresas potencialmente exportadoras que se contaban en Zacatecas en el año 2009 se encontraban 204 empresas productoras listas para la exportación, entre las cuales sobresalían diversos sectores como son: mezcaleros, productores de chile, de frijol, de maíz, de uva, entre otros. Dentro de los productos que exportaba Zacatecas en el año 2009, la categoría principal la constituyen las Bebidas, seguido de papel y cartón.

Entre los programas implementados se consideró que fortalecer la cooperación empresarial para lograr incursionar en los mercados internacionales era un planteamiento de suma importancia para poder dar viabilidad y rentabilidad a los proyectos de exportación de las empresas zacatecanas. Por lo que el programa de Formación de Consorcios de Exportación y la implementación de la metodología italiana se ajustaron a dichas necesidades. El potencial de empresas exportadoras zacatecanas se encontró en varios

sectores como se aprecia en la tabla 1.

SECTORES	CATEGORÍA	PRODUCTOS
Agricultura	Vinos y Licores	Mezcal, vino de mesa.
Industrias manufactureras	Dulces	Dulces típicos, chocolate de mesa, ate de membrillo, ate de guayaba, rollos de guayaba. Vino de guayaba, dulce artesanal de caramelo.
Agricultura	Chiles	Chile, chile seco.
Industrias manufactureras	Especies y Salsas	Salsa Habanera, salsa enchilada, salsa picante, salsa roja, salsa de tomate, salsa chimichurri, salsa chilena, sal de ajo, chile tipo Tajín, vainilla, sal de grano, orégano.
Industrias manufactureras	Conservas	Gajos de Toronja, cascots de guayaba, mermelada de nopal, mermelada de tomate, nopal en agua, nopal en escabeche, guayabas en almíbar, pulpa de guayaba, aceitunas rellenas de almendras, mangos en almíbar, mermelada de mango, ponche de frutas.
Industrias manufactureras	Lácteos y congelados	Gorditas congeladas, tomate, pimienta morrón, ensalada de lechuga, tuna, queso.
Aprovechamiento forestal	Miel	Productos derivados de la miel, miel
Industrias manufactureras	Cereales	Tortilla de nopal, granola, tortillas de harina, tostadas, pinole, tortilla de maíz.
Ganadería	Carnes	Carne al vacío
Industrias manufactureras	Asados y Moles	Asado almendrado, mole
Industrias manufactureras	Artesanías	Orfebrería, bolsas con productos reciclados, rebozos, manteles, toallas de baño, toallas de cocina, talabartería, artesanías en madera.
Industrias manufactureras	Textiles	Ropa para dama, uniformes industriales.
Industrias manufactureras	Productos Naturales	Linaza, cremas, productos de nopal.

Tabla 1 - Sectores con Potencial Exportador

Fuente: Elaboración propia basado en Estudio de Oferta Exportable, SEDEZAC. (2009)

En el estado de Zacatecas se vivieron diferentes etapas para consolidar la funcionalidad interna y promover la proyección internacional de los Consorcios de Exportación activos en Zacatecas. Respecto a la funcionalidad interna, se implementaron actividades de seguimiento a los Consorcios, armando una Plataforma de Asistencia Técnica Local, con el objetivo de fortalecer y consolidar la muestra de Consorcios de Exportación ya formados en Zacatecas y así lograr desarrollar habilidades y capacidades reales en un equipo de profesionales locales. Se llevó a cabo un monitoreo, seguimiento, evaluación, retroalimentación y acciones de mejora, con la finalidad de generar un desarrollo más equilibrado de los Consorcios, fortaleciendo el vínculo asociativo entre aquellos que

todavía se encontraban más atrasados en el camino de consolidación, en el manejo de las dinámicas de grupo para lograr la autonomía suficiente y emprender importantes acciones exportadoras en conjunto. (Ver tabla 2)

Nombre inicial del Consorcio	No. de empresas asociadas	Sector	Estándares de calidad	Tamaño de empresas	Experiencia Exportadora
CONSORCIO AGROALIMENTARIO DE ZACATECAS	3	Agroindustrial	Similares	Micro	No
TIERRA MAYAHUEL A.C.	9	Agroindustrial	Similares	Micro	Si
GREENZAC	5	Agricultura	Similares	Micro y Pequeña	Si
INCUBO ZACATECAS GROUP	6	Artesanal	Diferentes	Micro	No
QUALITY FOODS	7	Agroindustrial	Diferentes	Micro y pequeña	Indirecta
AGRIZAC	5	Agricultura	Similares	Micro	Si
APIS MIEL	5	Agroindustrial	Similares	Micro	Indirecta
AGRIFOOD	9	Agroindustrial y agricultura	Similares	Mediana y micro	Si
POWER FIELD	4	Agricultura	Similares	Mediana y micro	Indirecta
GOLD HONEY	7	Agroindustrial	Similares	Micro	Indirecta
BEST CARROT	14	Agricultura	Similares	Micro	Indirecta
CONTEX	10	Textil	Similares	Micro	No
UVAZ	21	Agricultura	Similares	Micro	No

Nombre inicial del Consorcio	Constitución legal	Período	Nombraron coordinador	Remuneración del coordinador	Ventas en conjunto
CONSORCIO AGROALIMENTARIO DE ZACATECAS, AC	No	6 meses	No	No	No
TIERRA MAYAHUEL A.C.	No	3 años	No	No	No
GREENZAC	Si	9 años	Si	Si	Si
INCUBO ZACATECAS GROU	No	6 m	No	No	No
QUALITY FOODS	No	6 m	No	No	No
AGRIZAC	No	3 años	No	No	Si
APIS MIEL	No	3 años	No	No	Si
AGRIFOOD	No	4 años	Si	Si	Si
POWER FIELD	No	3 años	No	No	Si
GOLD HONEY	No	3 años	No	No	Si

BEST CARROT	No	4 años	No	No	Si
CONTEX	No	4 años	No	No	No
UVAZ	Si	6 años	No	No	Si

Tabla 2 - Elementos determinantes en la formación de los consorcios de exportación

Fuente: Elaboración propia año 2021.

En la anterior tabla se observa que los consorcios con más años de duración fueron Greenzac y Uvaz, esta permanencia se conjuga con otros logros como concretar ventas en conjunto, el papel de la coordinación la asumieron mismos empresarios miembros del consorcio, el liderazgo ejercido para lograr mantener al grupo unido es otro de los aspectos que abonan a la consolidación de las metas establecidas.

Otro elemento que demuestra el grado de avance del grupo exportador es si como grupo llegaron a contratar un coordinador y si se le asignó algún sueldo y si todas las empresas cumplieron en cuanto a sus aportaciones y compromisos realizados. Un elemento que muestra la madurez del grupo es la constitución legal como Consorcio, el llegar a concretar esta acción habla de un interés común, que los empresarios tenían muy claro, lograr acceder a fondos y realizar ventas en conjunto, lo que fue el caso de Greenzac quién al no solamente constituirse en México abrió su empresa importadora en la Unión Americana, esto les permitían acortar le brecha de intermediarios, logrando obtener mejores precios por sus productos.

En cuanto a otros factores externos que afectaron a los consorcios fue la falta de continuidad en los programas de formación, la ubicación geográfica, la competencia entre empresas locales que no favorecía construir la base de la confianza fundamental para lograr formular y concretar los objetivos planteados como grupo.

Espejo, Fuentes, Nuñez (2015) también detallan un aspecto denominado la pervivencia del consorcio y citan a Renart (2002) quien delimita a través de una serie de etapas la vida del consorcio de exportación: definición, incertidumbre, consolidación y desarrollo. Emplea dos variables que utiliza en una figura en donde analiza el tiempo, desde el momento previo de contacto de empresas hasta que cesa su actividad; y la motivación de pertenencia utilizando el nivel de motivación total para permanecer en el consorcio que presentan los miembros del consorcio en las distintas etapas de su desarrollo. (Ver figura 1)

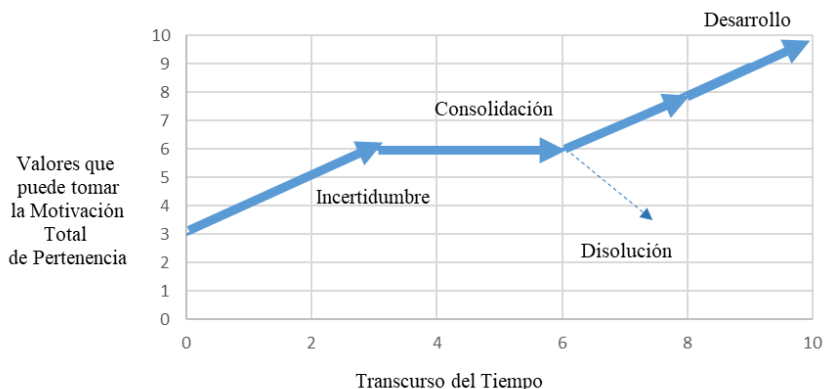


Figura 1 - Ciclo de vida de un consorcio de exportación

Fuente: Elaboración propia a partir de Espejo, Fuentes, Núñez (2015).

Es a través del uso de estas dos variables que en la etapa inicial de definición será más fuerte la motivación de pertenencia, la etapa de definición suele durar de los 6 meses a los 2 años, para luego presentarse la etapa de incertidumbre en la que los valores y el nivel de motivación total para permanecer en el consorcio se estancan y se presenta un momento delicado para pasar a la siguiente etapa, por lo regular esta etapa tiene una duración hasta los 4 años logrando pasar a la etapa de desarrollo o de lo contrario a la etapa de disolución.

Ya que se logra pasar a la etapa de desarrollo los valores de la motivación total aumentan y se alcanzarán los niveles más altos durante la etapa de desarrollo como en los casos españoles en los que se han encontrado consorcios que han superado los 10 años. En el caso de los Consorcios de Exportación en Zacatecas de los 13 que se formaron se observa en la Figura 10 como 5 de 13 consorcios se localizan en la línea de la etapa de la incertidumbre, y solamente 2 lograron llegar a la etapa de desarrollo.

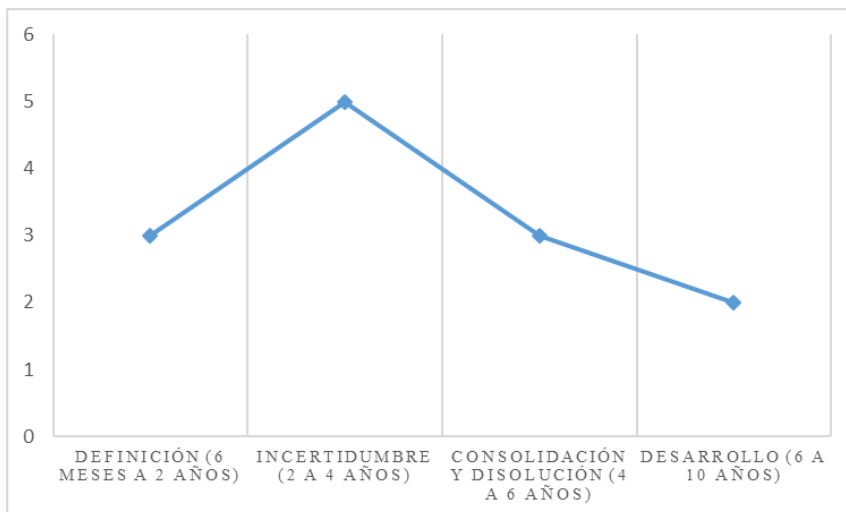


Figura 2 - Etapas alcanzadas por los consorcios de exportación zacatecanos

Fuente: Elaboración propia (2021).

El período de vida de los Consorcios en Zacatecas atendió a la existencia del programa subsidiado por los gobiernos tanto Federal como Estatal, durante los períodos en los que no se contó con el programa activo se presentaron momentos de incertidumbre y diferencias que los grupos no lograron superar al no contar con un árbitro neutral que en el caso del programa éste papel estaba a cargo de los consultores y tutores quienes recibían un pago por las instituciones gubernamentales para el desarrollo y consolidación de los grupos, al no tener quién interviniera en los conflictos que se presentaron la mayoría terminaron en la separación, lo que nos demuestra que es muy alta la dependencia de los empresarios para encontrar como motivador la intervención de las instituciones públicas, esto debido a que al permanecer a programas que los gobiernos fomentan se pueden acceder a otros fondos de apoyo.

Otro aspecto que se resalta en el trabajo realizado por Espejo, Fuentes, Núñez (2015), es que no siempre se va a considerar como un fracaso la finalización del consorcio, ya que para muchos de los miembros implica un proceso de formación y una rampa de lanzamiento, ya sea para realizar exportaciones o para ingresar a un nuevo mercado. Sería muy productivo analizar cuántas ventas lograron concretar en lo individual a partir de su participación en los programas de formación de Consorcios de Exportación.

En el caso de los consorcios de exportación zacatecanos las participaciones de 105 empresas representan un semillero del cuál dentro de los logros más representativos resaltan las exportaciones como consorcios a los EEUU, por lo que trabajar esa línea de acción en el siguiente apartado como motivador para las empresas zacatecanas que deseen formarse y aprovechar la naturaleza binacional de Zacatecas.

3 I ESTIMACIÓN DE DEMANDA DEL MERCADO DE LA NOSTALGIA EN ESTADOS UNIDOS DE AMÉRICA

En la Teoría de la Demanda se mide el comportamiento de la cantidad demandada en relación al precio, (*Ceteris Paribus*) aplicando estos principios básicos primero se observará cómo se comporta la demanda en relación al precio y posterior a ello se puede observar mediante el análisis de regresión lineal cómo es el comportamiento de las importaciones de productos zacatecanos en el período del 2017 a octubre del 2020 mediante la ecuación de regresión que será estimada siendo $Y =$ importaciones en USD y $X =$ periodo de tiempo analizando de forma mensual para posterior a ello poder realizar el pronóstico como se presentó en la ecuación lineal 2.

Los datos correspondientes a las variables X y Y se obtienen de un rango de datos con la forma de series de tiempo mensual desde enero del año 2017 a octubre del año 2020, siendo $Y =$ importaciones en USD y $X =$ periodo de tiempo analizando de forma mensual. Estos datos se obtienen desde el banco de la plataforma de inteligencia comercial para comercio exterior (1).

En la tabla 3 se presentan datos obtenidos sobre las importaciones de salsas mexicana que se registraron en EEUU en el período del mes de enero del año 2017 a marzo del 2021.

Período	Importaciones USD	Período	Importaciones USD
Enero - 2017	18,101,276.43	Enero - 2019	23,576,905.37
Febrero - 2017	17,030,874.57	Febrero - 2019	23,351,076.71
Marzo - 2017	18,408,746.43	Marzo - 2019	24,708,443.03
Abril - 2017	19,040,061.36	Abril - 2019	27,768,710.30
Mayo - 2017	18,793,328.70	Mayo - 2019	25,997,836.71
Junio - 2017	18,405,511.37	Junio - 2019	22,543,397.87
Julio - 2017	22,142,794.87	Julio - 2019	28,180,574.83
Agosto - 2017	20,277,124.15	Agosto - 2019	27,484,257.87
Septiembre - 2017	16,270,427.66	Septiembre - 2019	23,491,427.39
Octubre - 2017	18,734,376.59	Octubre - 2019	28,096,929.65
Noviembre - 2017	21,947,767.14	Noviembre - 2019	21,321,034.10
Diciembre - 2017	20,184,540.34	Diciembre - 2019	22,662,014.34
Enero - 2018	21,140,912.88	Enero - 2020	24,572,628.95
Febrero - 2018	18,987,266.07	Febrero - 2020	24,723,457.51
Marzo - 2018	22,523,229.88	Marzo - 2020	27,377,493.85
Abril - 2018	25,225,281.68	Abril - 2020	27,749,743.07
Mayo - 2018	23,662,615.40	Mayo - 2020	29,600,806.74

Junio - 2018	23,506,338.61	Junio - 2020	30,701,561.35
Julio - 2018	22,691,934.18	Julio - 2020	32,508,961.47
Agosto - 2018	25,182,685.58	Agosto - 2020	27,800,808.09
Septiembre - 2018	20,942,910.92	Septiembre - 2020	26,266,395.37
Octubre - 2018	23,807,152.45	Octubre - 2020	22,485,555.53
Noviembre - 2018	19,776,652.58	Noviembre - 2020	21,112,211.85
Diciembre - 2018	20,503,053.21	Diciembre - 2020	24,152,555.41
		Enero - 2021	28,888,118.35
		Febrero - 2021	52,137,302.36
		Marzo - 2021	58,785,831.77

Tabla 3 - Importaciones de salsas mexicanas EE. UU.-México a marzo del 2021

Fuente: Elaboración propia obtenida de PENTATRANSACTION (a marzo del 2021).

De acuerdo a la especificación de los parámetros del modelo econométrico en las observaciones para el año 2021, los resultados obtenidos en la ecuación quedan: $Y=316092x+2E+07$, lo que indica que las importaciones de salsa EE. UU.-MEX aumentan por cada mes 316,092 USD (ver Figura 3).



Figura 3 - Predicción de importaciones de salsas mexicanas EE. UU.-México a marzo del 2021

Fuente: Elaboración propia obtenida de PENTATRANSACTION (a marzo del 2021).

Después de haber presentado la Figura 3, se muestran las pruebas estadísticas en la Tabla 4, que se obtiene del programa econométrico Gretl, el cual se observa valor p 4.27 como valor significativo para confiar en el modelo.

Media de la vble. dep.	22124152	D.T. de la vble. dep.	3168842
Suma de cuad. residuos	6.15e+13	D.T. de la regresión	1634986
R-cuadrado	0.825061	R-cuadrado corregido	0.733789
F(12, 23)	9.039535	Valor p (de F)	4.27e-06
Log-verosimilitud	-558.0746	Criterio de Akaike	1142.149
Criterio de Schwarz	1162.735	Crit. de Hannan-Quinn	1149.334
Rho	0.065304	Durbin-Watson	1.842971

Tabla 4 - MCO usando las observaciones 2017:01-2019:12 (T=36) variable dependiente: IMPORTACIONES USD

Fuente: Elaboración propia con datos de PENTATRANSACTION (2021).

Ahora se presentan los resultados acerca del pronóstico de las importaciones de salsas mexicanas a EE. UU. para junio del 2022 en la Tabla 5.

Observaciones	Predicción	Desv. típica	Intervalo de 95%
2021:04	3.48646e+007	6.38539e+006	(2.19381e+007, 4.77912e+007)
2021:05	3.44323e+007	6.38539e+006	(2.15058e+007, 4.73589e+007)
2021:06	3.37079e+007	6.38539e+006	(2.07813e+007, 4.66344e+007)
2021:07	3.62998e+007	6.38539e+006	(2.33732e+007, 4.92263e+007)
2021:08	3.51049e+007	6.38539e+006	(2.21784e+007, 4.80315e+007)
2021:09	3.16615e+007	6.38539e+006	(1.87349e+007, 4.45880e+007)
2021:10	3.31997e+007	6.38539e+006	(2.02731e+007, 4.61262e+007)
2021:11	3.09581e+007	6.38539e+006	(1.80316e+007, 4.38847e+007)
2021:12	3.17942e+007	6.38539e+006	(1.88677e+007, 4.47208e+007)
2022:01	3.51584e+007	6.35338e+006	(2.22966e+007, 4.80202e+007)
2022:02	3.91484e+007	6.35338e+006	(2.62867e+007, 5.20102e+007)
2022:03	4.22632e+007	6.35338e+006	(2.94014e+007, 5.51249e+007)
2022:04	3.88321e+007	6.57416e+006	(2.55234e+007, 5.21408e+007)
2022:05	3.83998e+007	6.57416e+006	(2.50911e+007, 5.17085e+007)
2022:06	3.76754e+007	6.57416e+006	(2.43667e+007, 5.09841e+007)

Nota: Para intervalos de confianza 95 %, $t(38, 0.025) = 2.024$

Tabla 5 - Predicción de importaciones de salsas mexicanas EE. UU.-México a junio del 2022

Fuente: Elaboración propia con datos de PENTATRANSACTION (2021).

Ahora, en la Figura anterior, se presentan los resultados del pronóstico de las importaciones de salsas mexicanas a EE. UU. para junio del 2022. Se observa de inmediato que el comportamiento de la predicción en la línea azul muestra una tendencia relativamente constante entre los 22 y 42 millones de pesos en importaciones de salsa, aproximadamente a inicios del año 2022, para posteriormente repuntar a partir de febrero

a junio y mantener una tendencia al alza.

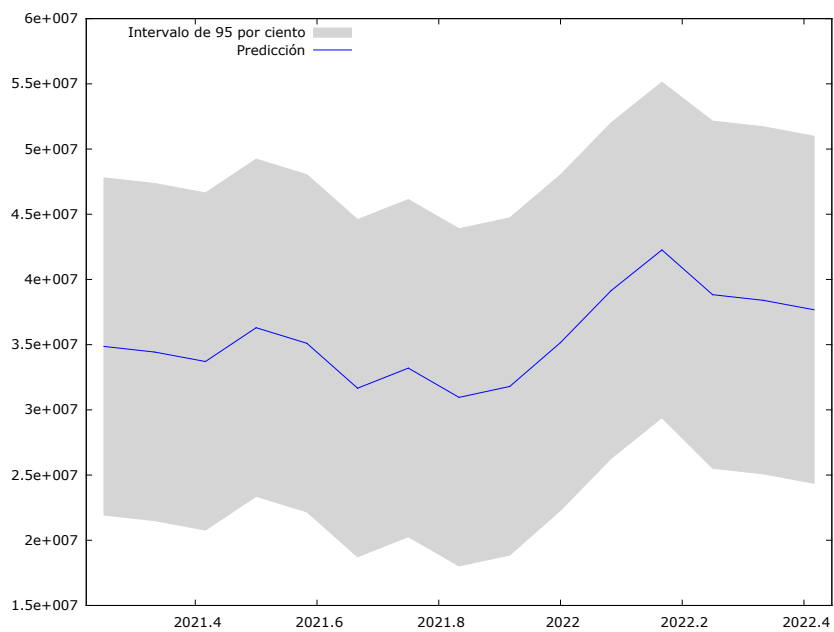


Figura 4 - Pronóstico de importaciones de salsas mexicanas EE. UU.-México a junio del 2022

Fuente: Elaboración propia con datos de PENTATRANSACTION (2021).

PRUEBA DE LA PREDICCIÓN DE LAS IMPORTACIONES DE SALSAS MEXICANAS EE. UU.-MÉXICO

La prueba de predicción se desarrolla en un primer momento en la Tabla 6 referida al pronóstico de importaciones de salsas mexicanas para el mes de marzo del año 2021. En el comparativo sobre las importaciones reales a marzo del 2021 y la predicción, se demuestra qué tan alejado quedan los datos, quedando dentro de un rango aceptable.

Observaciones	IMPORTACIONESUSD	Predicción	Desv. típica	Intervalo de 95%
2020:01	2.45726e+007	2.67602e+007	2.00244e+006	(2.26178e+007, 3.09025e+007)
2020:02	2.47235e+007	2.56102e+007	2.00244e+006	(2.14679e+007, 2.97526e+007)
2020:03	2.73775e+007	2.77006e+007	2.00244e+006	(2.35583e+007, 3.18430e+007)
2020:04	2.77497e+007	2.98318e+007	2.00244e+006	(2.56895e+007, 3.39742e+007)
2020:05	2.96008e+007	2.86384e+007	2.00244e+006	(2.44960e+007, 3.27808e+007)
2020:06	3.07016e+007	2.73056e+007	2.00244e+006	(2.31632e+007, 3.14479e+007)
2020:07	3.25090e+007	3.01589e+007	2.00244e+006	(2.60166e+007, 3.43013e+007)
2020:08	2.78008e+007	3.01352e+007	2.00244e+006	(2.59928e+007, 3.42775e+007)
2020:09	2.62664e+007	2.60554e+007	2.00244e+006	(2.19130e+007, 3.01978e+007)
2020:10	2.24856e+007	2.93666e+007	2.00244e+006	(2.52243e+007, 3.35090e+007)
2020:11	2.11122e+007	2.68356e+007	2.00244e+006	(2.26933e+007, 3.09780e+007)
2020:12	2.41526e+007	2.69370e+007	2.00244e+006	(2.27947e+007, 3.10794e+007)
2021:01	2.88881e+007	2.96704e+007	2.13698e+006	(2.52497e+007, 3.40911e+007)
2021:02	5.21373e+007	2.85205e+007	2.13698e+006	(2.40998e+007, 3.29411e+007)
2021:03	5.87858e+007	3.06109e+007	2.13698e+006	(2.61902e+007, 3.50315e+007)

Tabla 6- Pronóstico de importaciones de salsas mexicanas EE. UU.-México a marzo del 2021

Fuente: Elaboración propia con datos de PENTATRANSACTION (2021).

En la Figura 5 se observa que las curvas de las importaciones reales como la curva de la predicción no se encuentran muy alejadas. Un dato representativo a destacar es que el nivel de confianza tiene una significación del 95 %.

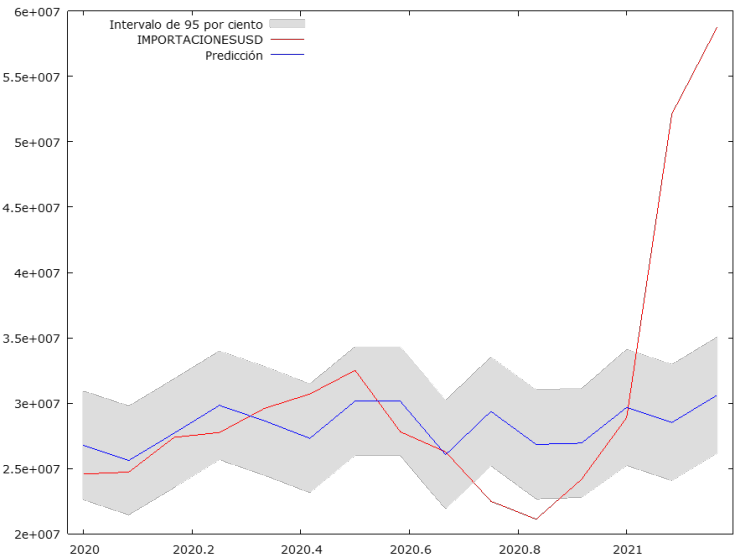


Figura 5 - Prueba de la predicción de importaciones de salsas mexicanas EE. UU.-México a marzo del 2021

Fuente: Elaboración propia con datos de PENTATRANSACTION (2021)

Los casos presentados nos muestran el potencial del mercado estadounidense para los productos de nostalgia mexicanos, así como las importaciones del país. Este estudio puede complementarse con un análisis más detallado en los territorios en que se encuentra la población mexicana, principalmente en los estados de California, Illinois y Texas. Dicho análisis será parte de la continuidad de esta investigación, la cual pretende encontrar el potencial de la demanda de productos denominados *de nostalgia*, dentro de los cuales encontramos la oferta exportable zacatecana.

En el análisis presentado se observa la predicción para las importaciones de salsas mexicanas a EE. UU.; esto es un claro ejemplo de cómo en el 2020 se contrajo la economía. La línea de las predicciones tiene un comportamiento muy aparatoso ya a inicios del 2021, donde se observa que las importaciones reales comparadas con las pronosticadas se salen totalmente del rango aceptable, hecho que nos demuestra que los pronósticos estadísticos no contemplan acontecimientos como la pandemia por COVID-19, lo que hace que difícilmente se pueda predecir a largo plazo el comportamiento de los datos.

4 | CONCLUSIONES

Derivado del presente estudio se obtienen las siguientes conclusiones que pueden ser utilizadas para diseñar políticas públicas de fomento al comercio exterior del estado de Zacatecas, mismas que se describen a continuación.

1. Estados Unidos es un mercado competido que demanda buen precio, calidad y gran cantidad de producto.
2. Zacatecas es un estado binacional, por lo que debe aprovechar las redes migrantes que otorgan la ventaja de contar con socios radicados en el mercado estadounidense y que, además, envían remesas al país; además del aprovechamiento del mercado de la nostalgia. De acuerdo, con SEDEZAC, cuatro de cada diez empresas zacatecanas entrevistadas (40 %) indicaron que vendían sus productos a través de paisanos en EE. UU. ¡El potencial es evidente!

2.1 Ante esta situación, resulta pertinente la promoción de los productos zacatecanos como: chile, miel, ajo, frijol, lechuga, tuna, nopal, zanahoria, uva, tomate, pepino, mezcal, salsas, dulces típicos, quesos, textiles, entre otros.

3. Zacatecas tiene muchas mipymes con producto y calidad, pero con poco volumen y con alta incidencia de intermediarismo, lo cual afecta el precio y el acceso a mercados internacionales.
4. Una alternativa para que las mipymes zacatecanas aprovechen su ventaja e ingresen al mercado estadounidense, para abastecerlo adecuadamente, es la implementación de modelos de cooperación empresarial como la formación de consorcios de exportación basada en la metodología italiana.

4.1. El consorcio de exportación es una alianza voluntaria entre empresas autónomas con el objetivo de promover los bienes y servicios de sus miembros

en el extranjero y de facilitar la exportación de sus productos mediante acciones conjuntas. El consorcio es una estrategia a mediano y largo plazo de las empresas.

5. Derivado de las acciones de intervención del Gobierno del Estado de Zacatecas entre 2009-2019, se obtienen las siguientes conclusiones y enseñanzas para trazar una estrategia de política pública de fomento al comercio exterior.

a. Se detectaron 204 casos de empresas con potencial exportador, de ellas 105 empresas conformaron 13 consorcios de exportación en Zacatecas que recibieron capacitación y apoyos gubernamentales.

b. Para lograr el acceso al mercado estadounidense, en 2010 se creó la Cámara Binacional de Negocios, la cual está integrada por vendedores, compradores e intermediarios.

c. Se detectaron las siguientes tendencias en el actuar de los empresarios:

c1. Algunos socios de la Cámara Binacional en EE. UU. demoraron el pago a empresarios zacatecanos por más de 6 meses, debilitándolos financieramente.

c2. Miembros de consorcios de exportación se adjudicaron un subsidio que estaba destinado para el grupo empresarial; este recurso no fue distribuido a sus socios.

c3. Al terminar los subsidios gubernamentales, se debilitó o desapareció el consorcio.

c4. La empresa encargada de operar todo el proyecto lo abandonó a mitad del programa de ejecución.

6. Si bien es cierto que de los 13 consorcios de exportación en Zacatecas solo 2 llegaron a la etapa de desarrollo o madurez (6 a 10 años de prevalencia, es decir el 15 % del total), se demostró que el éxito de los mismos obedece a que las empresas que se integraron tenían las siguientes características que se deben aprovechar las experiencias relacionadas a la formación de consorcios de exportación para que estos lleguen a una etapa de maduración, es decir, aprovechar lo más posible lo andado para incentivar la exportación hacia los Estado Unidos.

REFERENCIAS

Dirección de Comercio Exterior SEDEZAC. (2010). *Agenda de ejecución del proyecto Consorcios de Exportación en Zacatecas 2009-2010*. Zacatecas.

Carpenter, R. S. (2010). *Uso y Utilidad de los Incoterms 2010*. Mexico: Delta Publicaciones.

Cerdan-Ripoll, C. L. (2013). *La cooperación empresarial y la artiuclación productiva: elementos metodológicos para la conformación de consorcios de exportación*. México: COCAL.

Dirección de Comercio Exterior SEDEZAC. (2009). *Estudio de oferta exportable*. Zacatecas.

Fabio Russo. (2010). *www.unido.org*. Obtenido de *www.unido.org/exportconsortia*

Gobierno del Estado de Zacatecas. (2008). *Quinto Informe de Gobierno*. Zacatecas.

Gobierno del Estado de Zacatecas. (2010). *Primer Informe de Gobierno*. Zacatecas.

Gobierno del Estado de Zacatecas (2010). *Sexto Informe de Gobierno*. Zacatecas.

Gobierno del Estado de Zacatecas. (2012). *Segundo Informe de Gobierno*. Zacatecas.

Gobierno del Estado de Zacatecas. (2014). *Cuarto Informe de Gobierno*. Zacatecas.

Gobierno del Estado de Zacatecas. (2020). *Cuarto Informe de Gobierno*. Zacatecas.

Massey, D. S., Arango, J., Graeme, H., Kouaouci, A., Pellegrino, A., & Edward, T. J. (1993). Teorías de Inmigración Internacional: una revisión y aproximación. *Population and development review*, 19(3). Recuperado el noviembre de 2021, de <https://www.ugr.es/~redce/REDCE10/articulos/14DouglasDMassey.htm#notabis>

Minervini, N. (2004). *La ingeniería de la exportación*. México: Mc Graw-Hill.

Olague, V. (2018). *Fortune en español*. Obtenido de <https://www.fortuneenespanol.com/finanzas/quienes-son-los-hispanics-y-como-afectan-la-economia-de-estad>.

PENTATRANSACTION. (2020). *Penta-transaction*. Obtenido de <https://penta-transaction.com/PortalPenta/inicio>

PENTATRANSACTION. (2021). *Penta-Transaction*. Obtenido de <https://penta-transaction.com/PortalPenta/inicio>

Ripoll, C. L. (2019). *Boletín 8. Consorcios de Exportación Colombia*. ONUDI-KICA-MinCIT. Valle del Cauca, Colombia.

Rudy, D. (2016). *The Power of Nostalgia: Why all your design friends are talking about "Stranger Things"*. Obtenido de <https://insights.newscred.com/the-power-of-nostalgia-why-all-your-design-friends-are-talking-about-stranger-things>.

Sánchez, E. F. (1991). *La cooperación empresarial: Concepto y Tipología*. Oviedo: Universidad de Oviedo.

CASTRAÇÃO COMO FERRAMENTA DE POLÍTICA PÚBLICA DE TRATAMENTO DE SAÚDE E PREVENÇÃO DE CRIMES SEXUAIS

Data de aceite: 03/10/2022

Rodrigo Borges Nogueira

Mestrando em Direito Público, pela Universidade Fundação Mineira de Educação e Cultura/FUMEC. Especialista em Direito Público pelo Centro Universitário Newton Paiva em parceria com a ANAMAGES. Advogado Especialista em Políticas e Gestão da Saúde, com função de Assessor Jurídico na Secretaria de Estado de Saúde do Estado de Minas Gerais
<http://lattes.cnpq.br/6502281971346624>

RESUMO: O presente texto tem o objetivo de atentar para a viabilidade de se pensar na castração como ferramenta de política pública de tratamento de saúde e para prevenção de crimes sexuais, já que a adoção da castração como pena é de constitucionalidade duvidosa. Para tal, analisará legislação e opinião de pesquisadores e especialistas. Em muitos casos, a castração pode ser apresentada como única solução eficaz, capaz de evitar que pessoas portadoras de distúrbios mentais tidos como incuráveis, potencialmente sujeitas à autoria de delitos sexuais, venham a delinquir. Diversos países admitem a castração como pena de crimes sexuais. Aqui no Brasil houve tentativa de adoção da penalidade da castração para delitos de natureza sexual, mas parece não ter prosperado, por supostos riscos de violação de disposições da Constituição Federal relativas a Direitos Fundamentais e imutabilidade de preceitos. Entretanto, parece não haver óbice para que o potencial criminoso se submeta,

voluntariamente, à castração.

PALAVRAS-CHAVE: Castração. Crimes Sexuais. Prevenção. Política Pública. Saúde. Direitos Fundamentais.

CASTRATION AS POLICY TOOL PUBLIC HEALTH TREATMENT AND PREVENTION OF SEXUAL CRIMES

ABSTRACT: This paper aims to pay attention to the viability of thinking in castration as a public policy tool of health care and prevention of sexual crimes, if the adoption of castration as punishment is of dubious constitutionality. To this end, analyze legislation and pollsters and experts. In many cases, castration can be presented as the only effective solution, able to prevent people with mental disorders thought to be incurable, potentially subject to the authorship of sexual crimes, will transgress. Several countries admit castration as punishment for sexual crimes. Here in Brazil there was an attempt to adopt the penalty of castration for sexual crimes, but seems to have prospered for alleged risks of violation of provisions of the Constitution relating to Fundamental Rights and immutability of precepts. However, there seems no obstacle to the criminal potential to submit voluntarily to castration.

KEYWORDS Castration. Sexual crimes. Prevention. Public Policy. Health. Fundamental Rights.

INTRODUÇÃO

De todas as espécies crimes, os de natureza sexual talvez sejam os mais reprovados

em determinadas sociedades. Causam enorme repugnância devido ao perfil da vítima, que normalmente é mulher ou criança, e, também, devido às sequelas irreparáveis que causam às vítimas. Há tendência de maior intolerância aos delinquentes de tal natureza.

É grande a dificuldade para se combater tais crimes e para a recuperação dos respectivos criminosos. A reincidência é comum¹.

Especialistas em saúde chegam a afirmar que é impossível curar um criminoso sexual.

A castração, em muitos casos, pode ser apresentada como única solução eficaz, capaz de evitar que pessoas portadoras de distúrbios mentais incuráveis, potencialmente sujeitas à autoria de delitos sexuais, venham a delinquir.

Diversos países americanos e europeus admitem a castração como pena para crimes sexuais.

Aqui no Brasil, a pretensão de se punir o agente de crime sexual com a pena de castração se esbarra em disposições da Constituição Federal, relativas a Direitos Fundamentais e cláusulas pétreas, imodificáveis.

Entretanto, parece não haver óbice para que o potencial criminoso se submeta voluntariamente à castração. A medida pode ser adotada como um direito subjetivo da pessoa portadora de distúrbio capaz de levá-la à prática de crime sexual. O Estado, no seu papel de zelar pela segurança pública, saúde e bem estar de sua população pode adotar a castração como ferramenta de Política Pública².

Aliás, conforme preceitua o artigo 196 da Constituição da República, a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:

O objetivo do presente trabalho é justamente propor castração como ferramenta de

1 "Ora, não há nada mais absurdo e repugnante do que a conduta tendente a transgredir a liberdade sexual de uma pessoa, ainda mais quando se fala numa criança. Com a castração química, a percentagem de reincidência nestes crimes sexuais reduziria abruptamente, preservando, por assim dizer, a dignidade da pessoa humana de diversas pessoas inocentes. (...) Assim, ante a comprovada ineficiência das prisões, eleva-se a castração química como um direito do condenado por crimes sexuais. (...) a pena privativa de liberdade efetivamente não funciona, dando azo a inúmeros casos de reincidência." (FONTES, Daniel José Gonçalves. O Direito dos Criminosos Sexuais à Castração Química: Uma Medida de Segurança. Disponível em: <http://www.viajus.com.br/viajus.php?pagina=artigos&id=4221&idAreaSel=4&seeArt=yes>. Acesso em 01/04/2015.)

2 "Por fim, averiguou-se que, com base numa análise sistêmica dos princípios constitucionais, a castração química vista sob o viés de um direito facultativo pode perfeitamente se coadunar com o Sistema Jurídico vigente. Amoldando-se, perfeitamente, com o Estado Democrático de Direito." (...) "A castração química, como sendo uma intervenção cirúrgica para inibir esse desejo sexual, e mais um tratamento específico para a patologia apresentada pelo criminoso, asseguram um processo curativo que deveria ser proporcionado ao doente pelo Estado, materializando o Estado democrático de Direito." (FONTES, Daniel José Gonçalves. O Direito dos Criminosos Sexuais à Castração Química: Uma Medida de Segurança. Disponível em: <http://www.viajus.com.br/viajus.php?pagina=artigos&id=4221&idAreaSel=4&seeArt=yes>. Acesso em 01/04/2015.).

política Pública de prevenção de crimes sexuais e tratamento de portadores de sofrimentos de distúrbios sexuais, já que a adoção da castração como pena é de constitucionalidade duvidosa. Para tal, apresentará fatos e estudos acerca de conceitos, efeitos e eficácia da proposição, sem pretensão de muito aprofundamento, tampouco exaurimento do tema.

Em virtude do fato de não haver vasta quantidade de pesquisas relacionadas ao tema aqui tratado, verificar-se-á, no presente trabalho, repetição de citação das obras que serviram de referência a assuntos com maior grau de especificidade.

PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS NO BRASIL

Tramitou no Senado Federal o Projeto de Lei 552 de 2007, que acrescenta o art. 216- B ao Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para cominar a pena de castração química nas hipóteses em que o autor dos crimes tipificados nos artigos. 213, 214, 218 e 224 for considerado pedófilo, conforme o Código Internacional de Doenças, de autoria do Senador Gerson Camata. Não chegou a virar lei Pretendia a cominação da pena de castração química aos autores de crimes sexuais que apresentassem distúrbio patológico.

Na Câmara dos Deputados, tramita o Projeto de Lei 6194 de 2013, que modifica o artigo 126 e demais incisos da Lei 7210, de 11 de julho de 1984 de autoria do Deputado Alexandre Leite, para adotar a castração química como remissão da pena de crimes sexuais.

Ambos os projetos de lei foram considerados inconstitucionais, por, ao impor a castração como pena, desrespeitar a integridade física e autodeterminação do preso.

CASTRAÇÃO - DEFINIÇÃO

Otaviano define castração química como a manutenção de hormônios femininos inibidores da libido que, se administrados periodicamente, frustram a potencialidade sexual e, conseqüentemente, a prática de novos delitos.

Sgarbossa e Jensen esclarecem que castração química masculina é a aplicação de sucessivas injeções hormonais nos testículos que inibem a ereção e tornam o indivíduo inapto para o ato sexual.

Castração pode ser química ou física.

Aguiar define castração física como o ato de extrair integralmente ou parcialmente qualquer dos órgãos reprodutores, inutilizando-os.

A melhor escolha deverá considerar níveis de segurança, eficácia, eficiência e economicidade.

Já que aqui neste trabalho não se propõe a castração como pena, não incide, portanto, na vedação constitucional de imposição de pena cruel ou de caráter perpétuo, a adoção da castração física pode ser considerada melhor opção que a castração química,

considerados os critérios lembrados acima, de economicidade, eficácia e eficiência.

NO MUNDO

Segundo Heide, os Estados Unidos são os pioneiros a aplicar pena de castração química, no estado da Califórnia, em 1997. Após foi a vez de outros estados, como Texas e Flórida. Tramitam disposições semelhantes em países europeus, como Itália, Alemanha e Suécia.

Cardoso cita o caso da Polônia, onde recentemente foi proposta uma lei de alteração ao código penal para prever a pena de castração química compulsória de condenados ao crime de estupro de menor de 15 anos e incesto. Contudo, a Constituição Polonesa, assim como a brasileira, veda aplicação de penalidade física, o que põe em cheque a legalidade da medida. Caso o projeto seja aprovado, a Polônia será o primeiro país da União Européia a adotar a castração química na sua forma obrigatória, porém, não automática. Dinamarca, Suíça e Reino Unido são países em que o método é oferecido ao condenado, que, de forma voluntária, pode se submeter ao tratamento com medicamentos e terapia.

OBSTÁCULOS À ADOÇÃO DA CASTRAÇÃO COMO PENA NO BRASIL

Aguiar, opondo-se às tentativas de adoção da castração química como pena, observa que, como medida de caráter penal, a castração possui o nível de tensão mais alto, pois o que está em jogo é a defesa de bens essenciais, como a vida, a liberdade e a propriedade, aplicando como punição medidas que também vão de encontro a esses mesmos bens essenciais, como a liberdade na pena de prisão.

Ferreira nota que, na verdade, o legislador pretende criar um novo tipo de medida de segurança diverso das previstas na lei penal (internação em hospital de custódia e tratamento psiquiátrico e sujeição a tratamento ambulatorial), dando a isso o nome de pena, sem correta expressão do conteúdo e dos efeitos de uma consequência jurídica do delito.

Entretanto, a pior implicação em denominar a castração química como pena é o conflito com a Constituição brasileira, que prevê como direito individual a vedação das penas cruéis, nos dizeres de Otaviano³.

3 “É transformando a castração química em um direito, que a proposta se coadunaria com um Estado racional de Direito, sem esbarrar em sérios óbices constitucionais. Mas sim, por intermédio de consistente processo argumentativo e da ponderação de princípios, que a castração química poderia mudar a realidade deste País. (...) Como foi visto, “a castração, física ou química, é inaceitável como pena em nosso ordenamento jurídico, e os projetos de lei nesse sentido são flagrantemente inconstitucionais.” Alexandre Aguiar (2007, p. 2). Percebe-se que o autor refere-se à inaceitabilidade da proposta como ‘pena’, mas não como direito; sendo esta a proposta constitucional, que aqui se defende. (...) Encontram-se completamente equivocados os entendimentos expostos pelos referidos autores. Primeiro porque a castração química deve ser encarada como um direito do condenado, e não como uma pena imposta pelo Estado. Direito este dito facultativo, ou seja, de escolha voluntária do condenado se o mesmo quiser auferir determinados benefícios.” (FONTES, Daniel José Gonçalves. O Direito dos Criminosos Sexuais à Castração Química: Uma Medida de Segurança. Disponível em: <<http://www.viajus.com.br/viajus.php?pagina=artigos&id=4221&idAreaSel=4&seeArt=yes>> Acesso em 01/04/2015.).

A Constituição Brasileira de 1988 veda a aplicação de penas cruéis, desumanas ou degradantes, como maneira de garantir direitos fundamentais da pessoa.

Artigo 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

III – ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

(...)

XLIX – é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral. (...)

XLVII – não haverá penas:

(...)

b) de caráter perpétuo;

(...)

e) cruéis;

Nessa diretriz, o artigo 38 do Código Penal Brasileiro dispõe que o preso conserva todos os direitos não atingidos pela perda da liberdade, impondo a todas as autoridades o respeito à sua integridade física e moral.

Art. 38 - O preso conserva todos os direitos não atingidos pela perda da liberdade, impondo-se a todas as autoridades o respeito à sua integridade física e moral.

E o artigo 40 da Lei de Execução Penal resguarda o respeito à integridade física e moral dos condenados e dos presos provisórios.

Art. 40 - Impõe-se a todas as autoridades o respeito à integridade física e moral dos condenados e dos presos provisórios.

A Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, adotada no Brasil por meio do Decreto 40/19918, dispõe, em seu artigo 16, que cada Estado Parte se comprometerá a proibir em qualquer território sob sua jurisdição atos que constituam tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes, quando cometidos por funcionário público ou pessoa no exercício de funções públicas, ou com participação desses.

ARTIGO 16 1.Cada Estado Parte se comprometerá a proibir em qualquer território sob sua jurisdição outros atos que constituam tratamento ou penas cruéis, desumanos ou degradantes que não constituam tortura tal como definida no Artigo 1, quando tais atos forem cometidos por funcionário público ou outra pessoa no exercício de funções públicas, ou por sua instigação, ou com o seu consentimento ou aquiescência. Aplicar-se-ão, em particular, as obrigações mencionadas nos Artigos 10, 11, 12 e 13, com a substituição das referências a tortura por referências a outras formas de tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes.

Pela Teoria do Garantismo, idealizada por Luigi Ferraioli, amplamente adotada no Brasil, no conflito entre a liberdade do homem e o poder estatal, deve-se buscar ampliação máxima da liberdade do homem. O direito de punir do Estado deve ser restrito ao necessário.

E foi justamente Ferraioli, na obra ‘Direito e Razão: Teoria do Garantismo Penal’, que, ao registrar a persistência de penas corporais de açoites em determinados países, lembrou da pena de castração introduzida na Alemanha Nazista para os reincidentes em crimes sexuais (contra os costumes), considerando esta pena “muito mais horrível” que aquelas. (São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002, p. 349). Mas, em verdade, o que parece se considerar horrível, não é a pena de castração em si, mas, sim, a maneira como aplicada.

Otaviano afirma que os defensores da castração química apóiam-se no fato de que os direitos individuais não são absolutos, ou seja, direitos de igual valor podem chocar-se entre si, fazendo com que um deles tenha de prevalecer sobre o outro. Chama-se princípio da convivência das liberdades. Tem-se a inviolabilidade física e moral do pedófilo de um lado e a segurança pública de outro. Para decidir a forma de convivência entre eles, deve se valer de critérios de proporcionalidade. Na verdade, não existe pena que não viole em parte algum direito fundamental.

O homem, a partir do momento em que teve necessidade de viver em sociedade, abdicou de parte de seus direitos, que antes eram ilimitados, para que pudesse utilizar-se dos demais com segurança. Para confirmar, cita Beccaria, considerado um iluminista penal, na obra Dos delitos e das penas:

Toda pena, que não derive da absoluta necessidade, diz o grande Montesquieu, e tirânica, proposição esta que pode ser assim generalizada: todo ato de autoridade de homem para homem que não derive da absoluta necessidade e tirânico. Eis, então, sobre o que se funda o direito do soberano de punir os delitos: sobre a necessidade de defender o depósito da salvação publica das usurpações particulares. Tanto mais justas são as penas quanto mais sagrada e inviolável e a segurança e maior a liberdade que o soberano da aos súditos. (BECCARIA, 2010, p. 22).

Nessa discussão sobre constitucionalidade ou não da castração como pena ou medida de segurança, o princípio da proporcionalidade é comumente invocado.

Nota-se que tanto a corrente que defende a inconstitucionalidade, quando a que sustenta ser constitucional a pena de castração possuem fundamentos válidos.

EFICÁCIA DA CASTRAÇÃO

No texto de nome “Enfrentando a Violência”, escrito por Marcos Rolim (disponível em <<http://www.rolim.com.br/cronic15.htm>>), é relatado que parte das vítimas abusadas tendem a ser abusadores no futuro, criando ciclo de violência e produção de abusadores. Que a violência sexual provoca várias sequelas psiquiátricas, físicas e comportamentais na vítima.

Conforme informação trazida por Aguiar baseada em pesquisas realizadas nos países em que foi adotada a pena de castração, esta reduziu a reincidência em crimes de natureza sexual de 75% para 2%.

Isso revela alto grau de eficácia da medida, que contribui para impedir o triste ciclo em que o abusado tende a virar um abusador.

NOVIDADE DA PROPOSTA

Fontes parece ter sido o autor que trouxe ideia mais próxima a que ora se propõe, ao sugerir a castração química como um direito do condenado. Ele defende que a castração deve ser tida como uma medida alternativa e substitutiva da pena. O juiz fixaria a pena privativa de liberdade e daria opção ao condenado de substituição da pena pela intervenção cirúrgica. Definiu que, daquela forma, a castração teria natureza jurídica de medida de segurança⁴. Contudo, como as demais ideias acima expostas, de legisladores e autores diversos, tem a condenação como pressuposto.

Todas as propostas encontradas tratam da castração como medida a ser imposta ou oferecida ao condenado. Pressupõem a condenação para que seja aplicada.

A proposta tratada neste artigo, ao mesmo tempo em que evita qualquer risco de ofensa a direitos fundamentais, melhor satisfaz a prevenção, pois permite que, independentemente de anterior condenação ou ocorrência de delito, a pessoa se submeta à castração.

Considera, além do risco de ocorrência de crimes, o sofrimento do portador de desvio sexual. A adoção da castração como ferramenta de política pública, disponível ao portador de grave desvio sexual, é capaz de fazer cessar o sofrimento do paciente, livrando-o de incontrolláveis impulsos, antes mesmo que ocorra o delito.

Abre-se espaço para que o ideal aconteça, ou seja, que o portador de distúrbio livre-se de sofrimento e que a infração não venha a ocorrer.

4 “A castração química, nos moldes em que aqui defendida, também deve ser tida como uma medida alternativa e substitutiva a ser fixada pelo Magistrado. Este fixará a pena privativa de liberdade e deixará à disposição do condenado sua substituição pela intervenção cirúrgica, distinguindo-se, neste ponto, da pena restritiva de direito. (...) De efeito, a castração química não se encaixaria perfeitamente em nenhuma das espécies engendradas pelo Codex Penal. Melhor seria, para os fins expostos nesta pesquisa, definir a natureza jurídica da castração química como uma medida de segurança. (...) Encontram-se completamente equivocados os entendimentos expostos pelos referidos autores. Primeiro porque a castração química deve ser encarada como um direito do condenado, e não como uma pena imposta pelo Estado. Direito este dito facultativo, ou seja, de escolha voluntária do condenado se o mesmo quiser auferir determinados benefícios. (...) Constatou-se, também, na tentativa de se fixar a natureza jurídica do instituto, que a castração química teria a natureza de uma medida de segurança sui generis, recepcionando algumas características das penas restritivas de direito, porém, amoldando-se quase que por completo com a modalidade de tratamento ambulatorial das medidas de segurança.” (FONTES, Daniel José Gonçalves. O Direito dos Criminosos Sexuais à Castração Química: Uma Medida de Segurança. Disponível em: <<http://www.viajus.com.br/viajus.php?pagina=artigos&id=4221&idAreaSel=4&seeArt=yes>> Acesso em 01/04/2015.).

CONCLUSÃO

Como única solução verdadeiramente eficaz ao tratamento de portadores de distúrbios causadores de incontroláveis impulsos que podem levar ao cometimento dos repugnantes delitos de natureza sexuais, apresenta-se a castração.

A castração é capaz de evitar a ocorrência de crime e o sofrimento do portador de distúrbio.

Aqui no Brasil, a adoção da castração como pena ou imposição se esbarra em disposições da Constituição Federal, relativas a Direitos Fundamentais e imutabilidade de preceitos. Mas nada impede que a castração seja adotada como ferramenta de política pública disponível à pessoa que queira se submeter a ela voluntariamente.

A castração como ferramenta de política pública de prevenção, e não como pena, de crimes sexuais, além de adequada ao ordenamento jurídico, respeita a autodeterminação da pessoa humana e afasta a velha ótica do Estado autoritário, opressor e violento.

Como bem observa Érico Andrade:

(...) a partir de meados do século XX, o Estado teve intenso crescimento dimensional com a abertura para a atividade prestacional; mas agora, a partir das décadas finais desse mesmo século XX, sofre outro severo cambiamento, devolvendo à sociedade vários cometimentos, abrindo suas portas para -em atuação conjunta com a sociedade, em clima de consenso e não de autoridade - promover a cura do interesse público.

Para a implementação da ideia aqui trazida, é necessária discussão e deliberação sobre os mais variados aspectos envolvidos, com ampla participação da sociedade, autoridades, profissionais, técnicos e teóricos⁵.

Pressupõe ampla participação e representação dos diferentes segmentos sociais, tanto na avaliação, quanto na possível efetivação, da ferramenta de política pública proposta, nos três níveis de governo. Abre espaço para discussão e ação compartilhadas, importantíssimas ao fortalecimento do caráter democrático das políticas públicas, através da participação, legitimidade e controle social.

A Professora Doutora Maria Tereza Fonseca Dias, valendo-se do pensamento de Habermas atenta para a necessidade de abertura e ampliação de canais jurídicos à sociedade civil, para os poderes de sancionar, organizar e executar o Estado. Eleva isso a quesito de legitimação do direito.

Habermas (1996) descreve a necessidade de uma legitimação mais ampla do direito, que somente ocorrerá mediante a criação de canais jurídicos abertos à sociedade civil para os poderes de sancionar, organizar e executar o Estado. No capítulo 8 da obra *Direito e democracia: entre faticidade e validade*, o

5 "É imperiosa a discussão sobre a castração química nos meios acadêmicos, sociais e políticos. Assim, não se pode olvidar o fato de que, no Brasil, milhares de crimes sexuais são perpetrados diariamente, conduzindo a conclusão de que o sistema penal, definitivamente, não é eficiente; não correspondendo para com os anseios da sociedade moderna." (FONTES, Daniel José Gonçalves. *O Direito dos Criminosos Sexuais à Castração Química: Uma Medida de Segurança*. Disponível em: <<http://www.viajus.com.br/viajus.php?pagina=artigos&id=4221&idAreaSel=4&seeArt=yes>> Acesso em 01/04/2015.).

autor propõe a construção de um modelo sociológico de democracia, que enfoca o peso empírico da circulação do poder constitucionalmente prescrita e, portanto, oficial. Foi em razão dessa tentativa de descrição da circulação e contracirculação do poder político que a questão central da referida obra de Habermas (1996) foi formulada sob o título de uma 'redescoberta da sociedade civil', visto que essa, na teoria habermasiana, desenvolve impulsos com vitalidade suficiente para trazer conflitos de periferia para o centro do sistema político e, conseqüentemente, do sistema administrativo, reformulando, sob novas bases, a relação entre o Estado e a sociedade, atribuindo a esta última papel fundamental na defesa e criação de direitos." (DIAS, Maria Tereza Fonseca. *Direito Administrativo Pós-Moderno: Novos Paradigmas do Direito Administrativo a Partir do Estudo da Relação entre o Estado e a Sociedade*. Belo Horizonte: Editora Mandamentos, 2003. p. 116).

Finaliza-se com a sincera crença de que a castração como direito subjetivo da pessoa se, após as devidas discussões e deliberações e ajustes, for implementada, terá incalculável valor humanitário. Evitará grave e profundo sofrimento de inúmeras pessoas.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Alexandre Magno Fernandes Moreira. O "direito" do condenado à castração química. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 12, n. 1593, 11 nov. 2007. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/10613/o-direito-do-condenado-a-castracao-quimica>>. Acesso em 03/04/2015.

ANDRADE, Érico. *O Mandado de Segurança: A Busca da Verdadeira Especialidade (Proposta de Releitura à Luz da Efetividade do Processo)*. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2010.

BECCARIA, Cesare. *Dos delitos e das penas*. Terceira Edição de J. Cretella Jr. e Agnes Cretella. 3ª Edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei 6194/2013. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=589370>>. Acesso em 01/04/2015.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 04/04/2015.

BRASIL. Decreto-Lei n. 2848 de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em 03/04/2015.

BRASIL. Decreto n. 40 de 15 de fevereiro de 1991 – Promulga a Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0040.htm>. Acesso em 03/04/2015.

BRASIL. Lei n. 7210 de 11 de julho de 1984 – Institui a Lei de Execução Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm>. Acesso em 03/04/2015.

BRASIL. Senado Federal. Projeto de Lei 552/2007. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=82490>. Acesso em 01/04/2015.

CARDOSO, Oscar Valente. Castração química de pedófilos: Polônia e Brasil. Jus Navigandi, Teresina, ano 13, n. 2284. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/13606/castracao-quimica-de-pedofilos-polonia-e-brasil>>. Acesso em 03/04/2015.

DIAS, Maria Tereza Fonseca. Direito Administrativo Pós-Moderno: Novos Paradigmas do Direito Administrativo a Partir do Estudo da Relação entre o Estado e a Sociedade. Belo Horizonte: Editora Mandamentos, 2003.

FERRAJOLI, Luigi. Direito e Razão: Teoria do Garantismo Penal. Tradução de Ana Paula Zomer, Fauzi Hassan Shoukr, Juarez Tavares e Luiz Flávio Gomes. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

FERREIRA, Pedro Paulo da Cunha. A castração química como alternativa no combate à pedofilia: algumas palavras acerca do projeto de lei n. 552/2007. Disponível em: <http://www.ibccrim.org.br/revista_liberdades_artigo/128-ARTIGO>. Acesso em 03/04/2015.

FONTES, Daniel José Gonçalves. O Direito dos Criminosos Sexuais à Castração Química: Uma Medida de Segurança. Disponível em: <http://www.viajus.com.br/viajus.php?pagina=artigos&id=4221&idAreaSel=4&seeArt=yes>>. Acesso em 01/04/2015.

GOMES, Ivonete. Castração Química Como Cura da Doença Chamada Pedofilia. Disponível em: <<http://www.rondoniagora.com/noticias/castracao-quimica-como-cura-da-doenca-chamada-pedofilia-2011-05-30.htm>>. Acesso em 01/04/2015.

HEIDE, Marco Pecego. Castração Química para autores de crimes sexuais e o caso brasileiro. Jus Navigandi, Teresina, ano 11, n. 1400, 2 maio 2007. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/9823/castracao-quimica-para-autores-de-crimes-sexuais-e-o-caso-brasileiro>>. Acesso em 03/04/2015.

OTAVIANO, Luiz Renato Telles. A controversa pena de castração química para autores de crimes de natureza sexual no Brasil: solução ou desordem jurídica?. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,a-controversa-pena-de-castracao-quimica-para-autores-de-crimes-de-natureza-sexual-no-brasil-solucao-ou-desorde,29075.html>>. Acesso em 01/04/2015.

ROLIM, Marcos. Enfrentando a Violência. Disponível em <<http://www.rolim.com.br/cronic15.htm>>. Acesso em 13/08/2015.

SGARBOSSA, Luís Fernando; JENSEN, Geziela. Projeto de Lei SF nº 552/07 (castração química) e a (im)possibilidade de recepção do princípio da incapacitação do infrator no direito brasileiro. Jus Navigandi, Teresina, ano 11, n. 1566, 15 out. 2007. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/10523/projeto-de-lei-sf-n-552-07-castracao-quimica-e-a-im-possibilidade-de-recepcao-do-principio-da-incapitacao-do-infrator-no-direito-brasileiro>>. Acesso em: 04/04/2015.

OS PRINCIPAIS PROBLEMAS DO SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO E AS SUAS POSSÍVEIS SOLUÇÕES EM DISCUSSÃO

Data de aceite: 03/10/2022

Alan José Alves

Douglas Carvalho de Assis

Rauli Gorss Júnior

RESUMO: Este artigo tem o objetivo geral de apresentar os principais problemas gerados pelo Sistema Tributário Nacional e as propostas de reforma atualmente em discussão. Possuem, ainda, como objetivos específicos, realizar um quadro comparativo entre tais propostas e apresentar como cada uma enfrenta os problemas citados. O Sistema Tributário Brasileiro é um dos mais complexos, não apresenta nenhuma característica de uma boa matriz tributária, tendo a Constituição de 1988 e o Código Tributário Nacional como as raízes deste cenário. Observou-se que uma das causas dos problemas levantados é a autonomia constitucional dada para União, Estados e municípios para criar leis e decretos sobre tributação. Atualmente, existem 03 (três) propostas de reforma em discussão no Congresso Nacional, onde cada uma pretende reformar o Sistema Tributário Nacional a sua maneira. Em suma, as propostas pretendem unificar tributos sobre o consumo e cortar benefícios fiscais, além de criar imposto seletivo para determinados produtos que se pretendem desestimular o consumo ou que apresente grande capacidade de arrecadação, tais como: combustíveis, telefonia, etc. Para atingir todos objetivos propostos, a pesquisa foi

realizada no modelo de pesquisa documental, qualitativa, onde se procurou utilizar estudos, texto para discussões, análise de especialista da área e o conteúdo das propostas em discussão e seus impactos práticos. Ficou evidente que os legisladores deram prioridade para reformar a tributação sobre o consumo, onde reside grande parte dos problemas destacados a fim de tornar o sistema mais claro e eficiente.

PALAVRAS-CHAVE: Sistema Tributário Nacional, Principais Problemas, Propostas de Reforma.

ABSTRACT: This article has the general objective of presenting the main problems generated by the National Tax System and the reform proposals currently under discussion. They also have as specific objectives, to make a comparative picture between such proposals and to present how each one faces the mentioned problems. The Brazilian Tax System is one of the most complex, it does not present any characteristics of a good tax matrix, having the 1988 Constitution and the National Tax Code as the roots of this scenario. It was observed that one of the causes of the problems raised is the constitutional autonomy given to the Union, States and municipalities to create laws and decrees on taxation. Currently, there are 03 (three) reform proposals under discussion in the National Congress, where each one intends to reform the National Tax System in its own way. In short, the proposals aim to unify taxes on consumption and cut tax benefits, in addition to creating a selective tax for certain products that are intended to discourage consumption or that have a large capacity for collection, such as

fuels, telephony, etc. In order to achieve all the proposed objectives, the research was carried out in the model of documental, qualitative research, which sought to use studies, text for discussions, expert analysis in the area and the content of the proposals under discussion and their practical impacts. It was evident that legislators gave priority to reforming consumption taxation, which is where most of the problems highlighted in order to make the system clearer and more efficient.

KEYWORDS: National Tax System, Main Problems, Reform Proposals.

1 | INTRODUÇÃO

A reforma tributária é assunto relevante em pauta em todo o mundo. Reformar o sistema é necessário para diminuir o peso do estado e a burocracia, combater a sonegação, gerar empregos e tornar o país mais competitivo no cenário internacional, bem como, promover uma melhor distribuição de riquezas. A matriz de tributação brasileira é mundialmente conhecida por ser uma das mais complexas. Problemas como complexidade, sonegação, excesso de legislações, regressividade, dentre outros aspectos, são características negativas do atual Sistema Tributário Nacional. Tais aspectos além de causar injustiças, desaceleram a economia, reduz em a geração de empregos, afastam investidores estrangeiros, bem como, diminuem a competitividade das empresas no exterior, aumentando a desigualdade social e a distribuição de riquezas. Um bom sistema tributário possui características como clareza, não interfere na forma como a atividade econômica se organiza, isonomia e progressividade. A matriz tributária brasileira não apresenta as características aqui pontuadas. Assim, surge a seguinte pergunta: Quais são os principais problemas criados pelo atual Sistema Tributário Nacional e quais são as principais propostas de reforma do STN atualmente em discussão? Tendo como objetivo geral: Apresentar os principais problemas causados pela atual organização do Sistema Tributário Nacional e as propostas de reforma em discussão; e Objetivos Específicos: entender como o Sistema Tributário Brasileiro galgou o atual nível de complexidade; apresentar as propostas de reforma do Sistema Tributário Nacional atualmente em discussão e analisar as propostas em discussão e verificar de que forma enfrentam os problemas citados. Este artigo delimitar-se-á em trazer à luz os principais problemas causados pela atual organização do Sistema Tributário Nacional, sem aprofundar na natureza de cada tributo, bem como, apresentando as propostas de reforma e uma comparação entre elas, demonstrando a robustez com que cada proposta enfrenta os problemas.

O Sistema Tributário Nacional atualmente em funcionamento apresenta sérios problemas que causam impactos negativos e atrasos em toda a sociedade, além de prejudicar a geração de renda, de empregos, uma boa distribuição dos recursos arrecadados em prol de toda a sociedade e facilitar uma massiva sonegação de impostos. Reformar o sistema tributário brasileiro é imperioso para destravar a economia, reduzir a burocracia, amenizar a complexidade que tanto atrapalha a atividade das empresas e cria injustiças em

todos os setores. Identificar tais problemas e como eles afetam a sociedade e se afastam dos objetivos constitucionais são os primeiros passos para decidir quais procedimentos devem ser tomados para a correção eficiente e qual a melhor forma de enfrentá-los. Para atingirmos os objetivos propostos neste artigo será feito um breve histórico da tributação no Brasil com ênfase na atual Constituição Federal de 1988 (CRFB/88). Em seguida será tratado, em um primeiro momento, dos principais problemas do Sistema Tributário Nacional e em seguida será feita uma análise das principais propostas em discussão para reformar o STN e seus efeitos práticos.

2 | HISTÓRIA DA TRIBUTAÇÃO

2.1 História da Tributação na Época do Império Brasileiro (1822-1889)

No momento em que o Brasil tornou-se uma nação independente, era preciso definir a organização política do Império Brasileiro, como também, a forma de arrecadação de tributos, características essas de um estado independente. Proclamada a independência em 7 de setembro de 1822, era necessário organizar a máquina administrativa, visto que o Brasil enfrentava uma profunda crise econômica, devido ao aumento das importações e à diminuição das exportações.” (A TRIBUTAÇÃO, p. 8).

[...] a principal fonte de receitas públicas durante o Império era o comércio exterior, particularmente o imposto de importação que, em alguns exercícios, chegou a corresponder a cerca de 2/3 da receita pública. (BRASIL, 1996, p. 05).

A atividade de tributação não foi alvo de muita atenção dos governantes à época. Conforme Martuscelli (2010, p. 1) que afirma:

[...] desde o início da tributação no Brasil até a introdução de um Estado Democrático de Direito, o que se pôde verificar foi a predominância de deveres e não de direitos legal ou constitucionalmente assegurados. No mesmo sentido, toda a tributação existente era manejada de forma a transferir riquezas para fora do território nacional.

Furno e Cadó (2020, p. 1) afirmam que: “no Brasil, desde a primeira Constituição, de 1881, passando por outras quatro e chegando até a mais recente, de 1988, o sistema tributário se mantém ancorado em uma configuração repleta de distorção e injustiças.” A matriz tributária nos primeiros anos do Brasil Império não foi bem elaborada pelos governantes à época, demonstrando ser apenas um instrumento de arrecadação. A distribuição de riqueza ou melhoria das condições de vida das pessoas não se configurou como uma das características naquele momento.

2.2 Tributação após a Constituição de 1988

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a carta magna tornou-se o primeiro instrumento de modelagem do Sistema Tributário Nacional, prescrevendo no

art. 145 a 162 as premissas do STN. Para Maneira e Lima (2018, p. 2): “as mudanças mais significativas, infelizmente, foram no sentido de reforçar uma anomalia histórica do nosso sistema, que é a de atribuir aos Estados-membros o poder de tributar o consumo por intermédio do ICMS”.

A nova Constituição Federal ao invés de corrigir décadas de distorções, deu início a uma nova etapa de erros na organização do Sistema Tributário Nacional, na concessão de autonomias e na forma como ocorre à tributação. Segundo Carvalho, citado por Maneira e Lima (2018, p.4): “O nosso federalismo tem ainda outra característica única, que é o fato de os municípios terem status de ente federado, o que resulta em necessária atribuição de autonomia financeira para mais de 5.500 mil entes.”

Assim, apesar de perder o aspecto centralizador das constituições anteriores, a CRFB/88 entregou maior autonomia aos entes da federação, demonstrando ser garantidora de uma condução mais participativa das questões nacionais, porém, esse caminho não demonstrou efetivo para a realização das garantias fundamentais previstas em seu texto constitucional.

Em 1988, a oportunidade de corrigir as mazelas do sistema tributário nacional se perdeu com a preocupação central dos constituintes que elaboraram a nova Carta Magna para o país, de fortalecer as finanças dos governos subnacionais, transferindo para o campo infraconstitucional mudanças mais relevantes na tributação para torná-lo mais justo, o que não ocorreu. (ANFIP E FENAFISCO, 2018, p. 113)

O que ocorreu na promulgação da CRFB/88, mais uma vez, foi desperdício da oportunidade por parte do estado da criação de um eficiente sistema de arrecadação. A Constituição de 1988 foi promulgada na esperança de criar um estado com maior justiça social, eficiência na governabilidade e a fim de contribuir com o avanço de todos os aspectos do país, conforme será visto mais adiante. Porém, até os presentes dias, a CRFB/88 demonstrou ser a raiz de todos os problemas do Sistema de Tributação Nacional, sendo o amparo para a complexidade e excesso normativo em vigor atualmente.

2.3 Da Constituição Federal de 1988

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu no seu texto constitucional alguns aspectos, dentre os princípios fundamentais, objetivando o bem-estar e justiça social de todos os elementos da sociedade. Em seu artigo 3º, a CRFB/88 traz o seguinte:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais (BRASIL, 1988);

Destaca-se que um dos objetivos fundamentais da carta magna é a redução das

desigualdades sociais a fim de construir uma sociedade mais justa e solidária, tendo a Constituição de 88 o papel maior nesses objetivos. A partir do art. 145 até o art. 162, a CRFB/88 trata da organização do Sistema Tributário Nacional regente nos dias atuais. Nestes artigos foi estabelecido que União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios podem instituir tributos, tais como: impostos, taxas e contribuição de melhoria.

2.4 Do Código Tributário Nacional (CTN)

O Código Tributário Nacional foi instituído pela Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, que dispôs sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis aos da federação (União, Estados e Municípios). Segundo Machado e Balthazar (2017, p. 27):

O Código Tributário Nacional, já idoso e capenga, logrou diversos êxitos ao longo de sua existência, resultado de um trabalho desenvolvido por valorosos juristas da época de sua publicação. Mas o tempo passou e o texto cedeu. Há necessidade de uma atualização da legislação, compatibilizada com o conjunto de garantias e direitos solenemente anunciados pela vigente Constituição Federal.

Sendo mais antigo que a Constituição de 1988, o Código Tributário Nacional (criado pela Lei nº 5.172/1966) trouxe para o novo tempo o seu arranjo que na prática entrou em desarmonia com os objetivos constitucionais. O Código Tributário Nacional em seu art. 2º traz a seguinte redação:

Art. 2º O sistema tributário nacional é regido pelo disposto na Emenda Constitucional n. 18, de 1º de dezembro de 1965, em leis complementares, em resoluções do Senado Federal e, nos limites das respectivas competências, em leis federais, nas Constituições e em leis estaduais, e em leis municipais. (sublinhado pelos autores). (BRASIL, 1966).

Destaca-se no artigo citado que o Código Tributário Nacional, cita 07 elementos que regulamentarão o Sistema Tributário Nacional, ratificando, assim, a autonomia constitucional dada para estados e municípios de criarem seus próprios dispositivos legais para a arrecadação de tributos. Durante a apresentação dos principais problemas gerados pelo STN, poderá ser percebido como o descompasso do CTN com os objetivos fundamentais da Constituição de Federal de 1988, bem como, a autonomia dada a todos os entes da federal são responsáveis por boa parte dos problemas do STN.

3 | PRINCIPAIS PROBLEMAS DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

3.1 Complexidade

Infelizmente, o Brasil é conhecido como um país com alta complexidade na hora de pagar impostos. Segundo Paulo Guedes (2020, p. 1), atual Ministro da Economia, o atual Sistema Tributário Brasileiro mais parece um “manicômio”. Ainda nesse pensamento,

a Confederação Nacional da Indústria afirma que o sistema tributário atual dificulta o crescimento econômico e social do país, pois eleva os custos das empresas, prejudica a competitividade, penaliza os investimentos e traz insegurança jurídica. (BRASIL, 2020, p. 7). De acordo com o relatório Doing Business (2020), do Banco Mundial, o Brasil ocupa o 124º lugar no ranking para a classificação relativa à facilidade para fazer negócios e 184º no ranking de pagamento de impostos entre 190 países que participam do ranking.

Com isso, o Brasil é colocado em posição desfavorável¹ no momento que investidores estrangeiros decidem onde alocar seus recursos, capital esse que na ponta final contribui para o desenvolvimento de renda, trabalho e melhoria social dentro do Brasil. Para Camorim (2021, p. 1): “A burocracia do sistema tributário é algo que realmente demanda muito tempo e dinheiro das empresas, que precisam muitas vezes disponibilizar ou contratar uma estrutura onerosa só para acompanhar o cumprimento de suas obrigações tributárias”. Desta forma, o Brasil fica conhecido mundialmente por ser um dos mais complexos no momento de recolhimento de impostos, o excesso de legislações e as exceções existentes transformam o STN em algo quase impossível de ser entendido na sua totalidade.

A complexidade do sistema é especialmente notável entre os tributos sobre bens e serviços (...). Nesses tributos proliferam os benefícios fiscais, os regimes especiais, as isenções e as reduções de bases de cálculo, cuja regulação é feita por uma montanha de leis, decretos, regulamentos e portarias. (CCIF, 2018, p. 1).

Assim é “[...] importante sublinhar que a complexidade do sistema também se apresenta no fato de existirem 27 legislações distintas, dado que os entes subnacionais têm a prerrogativa de estabelecer as regras. (ANFIP E FENAFISCO, 2018, p. 98). A complexidade do STN é reconhecida por associações e organizações civis, que concordam que o Brasil possui uma complexidade tributária de proporções que desorientam aqueles que precisam lidar com tais dispositivos legais diariamente, colocando o Brasil numa posição de desvantagem perante outros países.

3.2 Sonegação

Em matéria tributária, a sonegação fiscal apresenta-se como outro grande problema do Sistema Tributário, podendo ter, em partes, suas raízes na complexidade apresentada no tópico anterior. Segundo Brandão (2020, p.1) o país perde mais de R\$ 417 bilhões todos os anos em sonegação fiscal. Fruto da evasão fiscal praticada pelas empresas que omitem ganhos de capital para pagar imposto menor do que deveriam. Dessa forma, o Brasil perde grande parte dos recursos responsáveis por financiar os serviços públicos essenciais. De acordo com Silva Martins (2016, p. 9) “à evidência, quanto mais complicada

¹ Complexidade tributária é uma das causas da baixa competitividade brasileira. “Segundo relatório Doing Business 2020, cada contribuinte no Brasil leva 1.501 horas por ano para apurar impostos; só o ICMS toma 885 horas anuais (...) O contribuinte brasileiro leva, em média, 1.501 horas por ano para apurar os impostos, enquanto a média dos países da OCDE é de 158,8 horas anuais. O ICMS é o tributo que mais toma tempo das empresas, com 885 horas anuais.”. Disponível em: <https://www.fecomercio.com.br/noticia/complexidade-tributaria-e-uma-das-causas-da-baixa-competitividade-brasileira>. Acesso em 07/09/2022.

for a legislação, mais gera sonegação e corrupção, ingredientes que vicejam em todos os sistemas complexos e irracionais, como é o brasileiro”. Observa-se, assim, que a sonegação no Brasil toma grande parte da renda que deveria ser tributada e usada nos serviços sociais e no desenvolvimento da infraestrutura do país, o que por sua vez é um elemento que contribuiu para mais investimentos. Destaca-se que a sonegação fiscal é crime, conforme prevê a Lei nº 4.729, de 14 de julho de 1965.

A sonegação², embora tipificada como crime, “encontra-se protegida por inúmeros mecanismos legais e interpretativos que impedem sua punição na esfera penal, além de ser premiada por constantes programas de refinanciamento da sonegação”. (ANFIP E FENAFISCO, 2018, p. 39). O mau contribuinte, o sonegador contumaz, o empresário inadimplente e corrupto podem comemorar mais uma vitória sobre aqueles que se pautam pela honestidade e pela legalidade. (SINDIFISCO, 2017, p.1).

Percebe-se que as autoridades responsáveis por punir esse tipo de conduta ilegal não demonstram estar muito interessadas em fazê-lo. Preferem “beneficiar” os sonegadores com planos de refinanciamentos com grandes descontos e condições de pagamentos, um verdadeiro incentivo ao ato de sonegar.

3.3 Regressividade

Na lista das grandes mazelas geradas pelo STN a regressividade se apresenta em destaque nesta discussão, como será visto adiante. Segundo Joanes, citado por Giovanna Sutto (2020, p.1), a regressividade por ser entendida quando todos pagam a mesma alíquota, as famílias mais pobres pagam proporcionalmente mais tributos em relação à quantia total que tem para sobreviver. Para Gomes (2016, p. 1) “O caráter regressista é a marca essencial do sistema tributário brasileiro. Em português claro, quem tem mais paga menos”. Logo, pode-se observar que as famílias mais pobres são as mais impactadas pelo efeito da regressividade, pois são elas que comprometem grande parte da renda com itens de consumo (comida, vestuário e remédios).

Segundo Machado e Balthazar (2017, p. 24) “A regressividade do aparelho fiscal brasileiro é perversa, fazendo-o atuar como um Robin Hood às avessas, que tira o dinheiro dos pobres para entregar aos ricos”. Com igual pensamento, Andrade (2015, p. 1) afirma que a regressividade é uma disfunção que ocorre quando a carga tributária bruta – relação entre a totalidade de tributos pagos pela sociedade e o Produto Interno Bruto (PIB) – provocar maior concentração de renda na sociedade. Salienta-se, ainda, que a Constituição Federal no seu inciso III, art 3º prescreve que um dos papéis do estado brasileiro é reduzir

2 O que é Sonegação de Impostos? Como Prejudica sua Empresa? “Segundo um estudo do IBTP (Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário) cerca de 27% das grandes empresas realizaram a prática de sonegação de impostos. Os dados aumentam a medida que o tamanho das empresas diminui: 49% das médias empresas também sonegaram e 65% das pequenas empresas adotaram essa prática. Há de se pensar que, quanto menor a empresa, menos recursos ela dispõe e por isso estar sujeita a mais erros, podendo sonegar mais por desconhecimento das Leis. Outro dado a esse respeito vem do Sinprofaz (Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional) e diz que em 2018 o índice de sonegação chegou ao prejuízo de 345 bilhões de reais para os cofres públicos.” Disponível em: <https://www.contabilizei.com.br/contabilidade-online/sonegacao-de-impostos/>. Acesso em 07/09/2022.

as desigualdades sociais. Porém, a regressividade do Sistema Tributário Brasileiro atual tem efeitos ao contrário, pois que tem menos acaba pagando um imposto maior, poupando a renda daqueles que poderiam contribuir com valores maiores nos impostos.

Ratifica esse pensamento, Andrade (2015, p.20) afirma: “A tributação contraiu características de regressividade e ao invés de promover a redução da desigualdade passou a ser vista como um sistema que favorece a concentração de renda”. A regressividade é de longe uma das piores mazelas criadas pela atual Sistema Tributário contra a população de baixa renda, os mais desprotegidos. Tributar mais, proporcionalmente, aqueles que possuem menor renda ao mesmo tempo em que polpa a renda de quem tem maior capacidade contributiva é algo que vai contra aos objetivos fundamentais da Constituição Brasileira.

3.4 Regimes de Tributação e Disparidades

Uma das características da legislação tributária no país são as diversas formas de tributação existentes, o que gera, em parte, a complexidade do Sistema Tributário Nacional atualmente. Os regimes tributários no Brasil são:

REGIME TRIBUTÁRIO	AMPARO LEGAL
Lucro real	Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977
Lucro Presumido	Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018
Lucro Arbitrado	Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018
Simples Nacional	Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006
Micro Empreendedor Individual	Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008
Isenção	Art. 131, 132 e 133 do Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018

Quadro nº 1 – Regimes tributários existentes no Brasil

Fonte: Elaborado pelos autores com base Decreto nº 9.580, Decreto-Lei nº 1.598, Lei Complementar nº 123 e 128.

A multiplicidade de regimes tributários simplificados, ao abrir brechas para que rendimentos pessoais possam ser tratados como renda empresarial isenta na pessoa física, em muito contribui para o esvaziamento do IRPF. (CCIF, 2018, P. 9).

Outra questão crítica é percebida pelos regimes de tributação da renda da pessoa jurídicas adotadas no Brasil (Lucro Real, Lucro Presumido e o Simples Nacional). A tributação da renda das pessoas jurídicas, deveria se dar pela incidência sobre o lucro efetivo [...] Entretanto, no Brasil, nem todas as empresas tributam o lucro apurado contabilmente, mas, sim, o presumido. (ANFIP E FENAFISCO, 2018, p. 24).

Em um primeiro momento, as diversas formas de tributar podem transmitir aspectos de justiça e correção, pois atenderia a capacidade contributiva do ente, mas, na prática, se

torna um emaranhado de dispositivos legais e regras que geram confusão, complexidade e pontos obscuros que muito são usados para que escapem da obrigação de pagar impostos.

3.5 Tributação Direta e a Tributação Indireta

Segundo a Receita Federal do Brasil (2020, p. 45), os impostos diretos são aqueles que a pessoa paga (contribuinte de fato) e os impostos indiretos são aqueles que quem paga não é a mesma que faz o recolhimento aos cofres públicos (Exemplo: na compra de um produto, o consumidor quem paga o ICMS, mas quem recolhe aos cofres do governo é o comerciante). De acordo com Andrade (2015, p. 6):

Outro problema relacionado ao STN se refere à predominância de tributos indiretos. Esses tributos possuem baixa capacidade para promover o distributivismo, pois permitem que o ônus tributário seja repassado ao longo da cadeia produtiva até o consumidor final.

Em 2015, do total da arrecadação, 60% provinham de impostos e contribuições sociais que incidem sobre o consumo de bens e serviços; 24,6% de tributos incidentes sobre a renda; e apenas 4,7% de tributos que incidem sobre o patrimônio. (ANFIP E FENAFISCO, 2018, p. 269). Assim, observa-se que os impostos indiretos contribuem para a grande parcela de arrecadação do governo. Porém, contribui para o aumento da desigualdade e geração de injustiças, pois as famílias de menor renda gastam maior parte dos seus rendimentos com bens de consumo.

Dentre os mecanismos difusores da desigualdade estão à centralidade dos impostos indiretos na carga tributária, a isenção na tributação de algumas rendas do capital e a baixa tributação da propriedade, herança e outras formas de riqueza. (ANFIP E FENAFISCO, 2018, p. 148). Para Rita, citada por Watanabe, (2020, p.1) “o Brasil tem o pior modelo de tributação sobre consumo do mundo”. Tal fato coloca o país numa posição bastante desfavorável, pois outras nações se acabam por se apresentarem como mais interessantes no momento de receber investimentos do exterior. De acordo com Appy (2017, p.1):

O principal impacto do sistema tributário sobre a produtividade decorre da indução a uma má organização do sistema produtivo (em termos setoriais, geográficos e de porte), que resulta do fato de que, em nosso país, a carga tributária pode variar muito, dependendo de como está organizada a produção.

Há um amplo consenso de que o modelo brasileiro de tributação da produção e consumo de bens e serviços é altamente problemático e responde por parte importante das distorções do sistema tributário brasileiro. (CCIF, 2018, p. 2). Juntamente com o efeito da regressividade, o excesso de tributos indiretos contribui para o agravamento da situação desfavorável de quem vive com baixa renda, pois, por comprometer maior parte dos seus recursos com bens de consumo (impostos indiretos), pagam mais impostos, proporcionalmente, em todos os bens de consumo que adquirem.

4 I PROPOSTAS DE REFORMA AO STN ATUALMENTE EM DISCUSSÃO

Conforme constatado no capítulo anterior, o Sistema Tributário Brasileiro é caótico, quase impossível de controlar e fiscalizar, bem como, onera os mais pobres enquanto privilegia os mais ricos, gera confusão pelo seu excesso de leis e está totalmente atrasado quando comparado aos sistemas de outros países. Verifica-se que é necessário reformar o sistema tributário a fim de enfrentar todos os problemas causados pela organização atual. A raiz de toda a organização da matriz tributária brasileira reside na Constituição Federal (Art. 145 a 162), a qual só pode ser modificada através de propostas de Emendas à Constituição (PEC), conforme dito no seu Art. 60.

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

(.....)

§ 2º A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

§ 3º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem. (BRASIL, 1988)

4.1 PEC 45/2019

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 45 de 2019 foi elaborada pelo Sr Bernard Appy, Diretor do Centro de Cidadania Fiscal, e visa alterar o Sistema Tributário Nacional enfrentando, principalmente, o problema da tributação indireta, ou seja, o consumo de bens e serviços.

Problema	Efeito Prático
Complexidade	a. Positivamente: 1) Reduz de 05 para 01 (IBS) o número de impostos incidentes sobre o consumo, atualmente (IPI, PIS, COFINS, ICMS, ISS); (Art. 152-A). 2) Acaba com as alíquotas diferentes dos impostos atuais; (Inc. VI, Art. 152-A) 3) Exclui as legislações do IPI, PIS e COFINS (federal); (Inc. II e VI, Art. 152-A) 4) Exclui as legislações do ICMS (estadual), 27 no total; (Inc. II e VI, Art. 152-A) 5) Exclui as legislações do ISS (municipal), mais de 5.000; (Inc. II e VI, Art. 152-A) 6) Exclui os benefícios fiscais dados por leis estaduais e municipais. (Inc. IV, Art. 152-A).
Sonegação	a. Positivamente: 1) Por criar uma alíquota padrão dentre de cada ente federativo, acabando com as alíquotas diferentes por produto, aumenta o controle e, por consequência, a fiscalização e combate a sonegação. (p.27).
Regimes de Tributação	a. Positivamente: 1) Permanecem os atuais regimes de tributação, inclusive o Simples Nacional e o MEI. (letra d do Art. 146).
Regressividade	a. Positivamente: 1) A PEC nº 45/2019 (p. 31) “propõe-se um modelo em que grande parte do imposto pago pelas famílias mais pobres seja devolvido através de mecanismos de transferência de renda.”

Tributação Indireta vs Direta	a. Positivamente: 1) Desfragmenta a base de tributação de impostos indiretos (p.23). 2) Não altera os tributos diretos. 3) Cria o Imposto seletivo para tributar a maior aqueles produtos que se deseja diminuir o consumo (p.28).

Quadro nº 2 – Efeito Prático da PEC 45/2019

Fonte: Elaborado pelos autores com base no texto da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019.

A principal característica da PEC nº 45/2019 é a unificação dos principais tributos sob o consumo (IPI, PIS, COFINS, ICMS e ISS) fazendo com que a base de incidência da tributação do consumo seja única através do IBS. Outro ponto da presente PEC é a proibição de concessão de benefícios fiscal, fato que em muito ajuda na solução do problema da complexidade. Por fim, a PEC prevê a transferência de recursos as famílias mais pobres no momento da compra da cesta básica.

4.2 PEC 110/ 2019

A Proposta de Emenda à Constituição nº 110 de 2019 tem o Senador Davi Alcolumbre como autor é atualmente está parada no Senado Federal. O objetivo desta PEC é a unificação de 09 tributos (IPI, IOF, PIS, Pasep, Cofins, CIDE-Combustíveis, Salário-Educação, ICMS, ISS) em um único denominado Imposto sob Bens e Serviços, aos moldes da PEC 45/2019 que unifica apenas 5 tributos.

Problema	Efeito Prático
Complexidade	a. Positivamente: 1) Reduz de 9 para 1 imposto (IBS), o número de imposto existentes (PIS, Cofins, CIDE-Combustíveis, IPI, IOF, Pasep, Salário-Educação, ICMS, ISS). 2) CSLL incorporaria ao IRPJ. 3) Será uniforme em todo o território nacional e terá regulamentação única, (inciso I, § 6º do Art. 155, p. 5). b. Negativamente: 1) Permite que bens e serviços continuem tendo alíquotas diferenciadas entre si. (inciso IV, § 6º do art. 155, p. 5) 2) permite que benefícios fiscais continuem sendo praticados (§ 6º do Art 150, p. 4)
Sonegação	a. Positivamente: 1) o ITCMD passa a ser um imposto federal (p. 23). 2) Cria um conjunto de 20 administrações tributárias dos Estados, Distrito Federal e Municípios, cuja umas atribuições e controle da arrecadação do tributo. Os Municípios poderão ter suas próprias administrações tributárias locais para lançamento e fiscalização de tributos de suas competências e controle dos repasses das receitas que lhes pertençam (Art.155-A, p. 7). b. Negativamente: 1) Por haver a possibilidade de benefícios fiscais, permite que haja pontos de obscuridade e dúvidas de interpretação e litígio judicial, fomentando a sonegação.
Regimes de Tributação	a. Positivamente: 1) Conserva os atuais regimes de tributação, inclusive o Simples Nacional e o MEI (letra d) do inciso III do Art.146, p. 4).

Regressividade	a. Positivamente: 1) Prevê a adoção de critérios para a devolução de tributos incidentes sobre bens e serviços adquiridos por famílias de baixa renda. (inciso IV, do Art.146, p. 4). 2) Prevê a cobrança de IPVA para automotores terrestres, aquáticos e aéreos; (letra d) do inciso III do Art.155, p. 5) 3) Não tributará alimentos e medicamentos (p. 22) 4) o IPVA não recairá sobre transporte público de passageiros e de carga (p. 23)
Tributação Indireta vs Direta	a. Positivamente: 1) cria o Imposto seletivo para produtos que desejam desestimular o consumo. (p. 22). b. Negativamente: 1) não trata de tributos diretos.

Quadro nº 3 – Efeito Prático da PEC 110/2019

Fonte: Elaborado pelos autores com base no texto da Proposta de Emenda à Constituição nº 110, de 2019.

Muito similar à PEC nº 45/19, a presente proposta se destaca por unificar 9 tributos no total, sendo mais robusta que a proposta anterior. Porém, proposta mantém as alíquotas diferentes para bens e serviços diversos e permite que benefícios fiscais continuem a ser concedidos, o que pode enfraquecer o enfrentamento dos problemas citados anteriormente.

4.3 PL nº 3887/20

O Projeto de Lei nº 3887/20 é de autoria do Sr atual Ministro de Estado da Economia Paulo Guedes. O objetivo do PL é unir os tributos PIS e COFINS (impostos sobre o consumo federais) em apenas um único imposto, a Contribuição sobre Bens e Serviços, CBS. (BRASIL, 2020, p.1).

Problema	Efeito Prático
Complexidade	a. Positivamente: 1) Unifica dois impostos (PIS/COFINS) em um único, o CBS. b. Negativamente: 1) Deixa de fora o ICMS e o ISS. 2) Concede tratamento tributário diferente para diversos tipos de produtos (p. 8, 9 e 10)
Sonegação	a. Positivamente: 1) - Cria multa para a sonegação (relativo ao CBS). (art. 84, pg. 22) b. Negativamente: 1) cria tratamento tributário diferente para diferentes produtos (p. 8, 9 e 10)
Regimes de Tributação	a. Positivamente: 1) Permanece os atuais regimes de tributação

Regressividade	a. Positivamente: 1) serão isentas prestação de serviços de transporte público coletivo municipal. (inciso III do Art. 22, p. 5) 2) receitas decorrentes da prestação de serviços de saúde, desde que recebidas do Sistema Único de Saúde - SUS; (inciso I do Art. 22, p. 5) 3) igualmente isentas receitas de operações entre as cooperativas e associados, zona franca de Manaus. (art. 25, p. 6) b. Negativamente: 1) condomínios edilícios residenciais serão isentos (inciso IV do Art. 21, p. 5)
Tributação Indireta vs Direta	b. Negativamente: 1) não trata de tributos diretos.

Quadro nº 4 – Efeito Prático do PL 3.887/20

Fonte: Elaborado pelos autores com base no Texto do Projeto de Lei nº 3.887, de 2020.

De todas as propostas apresentadas e atualmente em discussão, o Projeto de Lei ora apresentado é o que demonstra maior “timidez” no enfrentamento dos problemas do Sistema Tributário Nacional. Propõem a unificação de apenas 2 tributos (PIS e COFINS) permitindo a existência dos outros tributos sob o consumo como é atualmente, além de criar vários tratamentos diferenciais para vários bens e serviços. Tal fato não trata com robustez o problema da complexidade e impede a simplificação do sistema.

5 | DA ANÁLISE DOS DADOS

Na análise de dados será realizada a junção propostas em um quadro comparativo, onde será possível confrontar a robustez com que as propostas enfrentam os problemas citados anteriormente. Da análise dos problemas levantados, serão analisadas as consequências para empresas, pessoas e profissionais de todas as áreas que lidam com a tributação diariamente, bem como, os entraves que esses criam para o desenvolvimento do Brasil e de uma maior justiça social e tributária.

Posteriormente, da confrontação das propostas lado a lado, será possível, ainda, verificar como problema será enfrentado, quer seja na sua totalidade (resolve o problema), em partes (ameniza o problema) ou será ignorado pela proposta (não terá efeito prático sobre o problema).

5.1 Análise comparativa das propostas de emenda à Constituição e o Projeto de Lei

	PEC 45/19	PEC 110/19	PL 3887/20	Efeitos Práticos
Complexidade	a. Positivamente: 1) Reduz de 05 para 01 (IBS) o número de impostos incidentes sobre o consumo, atualmente (IPI, PIS, COFINS, ICMS, ISS); (Art. 152-A). 2) Acaba com as alíquotas diferentes dos impostos atuais; (Inc. VI, Art. 152-A) 3) Exclui as legislações do IPI, PIS e COFINS (federal); (Inc. II e VI, Art. 152-A) 4) Exclui as legislações do ICMS (estadual), 27 no total; (Inc. II e VI, Art. 152-A) 5) Exclui as legislações do ISS (municipal), mais de 5.000; (Inc. II e VI, Art. 152-A) 6) Exclui os benefícios fiscais dados por leis estaduais e municipais. (Inc. IV, Art. 152-A).	a. Positivamente: 1) Reduz de 9 para 1 imposto (IBS), o número de imposto existentes (PIS, Cofins, CIDE-Combustíveis, IPI, IOF, Pasep, Salário-Educação, ICMS, ISS). 2) CSLL incorporaria ao IRPJ. 3) Será uniforme em todo o território nacional e terá regulamentação única, (inciso I, § 6º do Art. 155, p. 5). b. Negativamente: 1) Permite que bens e serviços continuem tendo alíquotas diferenciadas entre si. (inciso IV, § 6º do art. 155, p. 5) 2) permite que benefícios fiscais continuem sendo praticados (§ 6º do Art 150, p. 4)	a. Positivamente: 1) Unifica dois impostos (PIS/COFINS) em um único, o CBS. b. Negativamente: 1) Deixa de fora o ICMS e o ISS. 2) Concede tratamento tributário diferente para diversos tipos de produtos (texto do PL, p. 8, 9 e 10)	A análise das propostas e seus efeitos práticos sobre os problemas estão dispostas vide item 4.3.
Sonegação	a. Positivamente: 1) Por criar uma alíquota padrão dentre de cada ente federativo, acabando com as alíquotas diferentes por produto, aumenta o controle e, por consequência, a fiscalização e combate a sonegação. (, p.27).	a. Positivamente: 1) o ITCMD passa a ser um imposto federal (p. 23). 2) Cria um conjunto de 20 administrações tributárias dos Estados, Distrito Federal e Municípios, cuja umas atribuições e controle da arrecadação do tributo. os Municípios poderão ter suas próprias administrações tributárias locais para lançamento e fiscalização de tributos de suas competências e controle dos repasses das receitas que lhes pertençam (Art.155-A, p. 7). b. Negativamente: 1) Por haver a possibilidade de benefícios fiscais, permite que haja pontos de obscuridade e dúvidas de interpretação e litigio judicial, fomentando a sonegação.	a. Positivamente: 1) - Cria multa para a sonegação (relativo ao CBS). (texto do PL, art. 84, pg. 22) b. Negativamente: 1) cria tratamento tributário diferente para diferentes produtos (texto do PL	
Regimes de Tributação	a. Positivamente: 1) Permanecem os atuais regimes de tributação, inclusive o Simples Nacional e o MEI. (letra d do Art. 146).	a. Positivamente: 1) Conserva os atuais regimes de tributação, inclusive o Simples Nacional e o MEI (letra d) do inciso III do Art.146, p. 4).	a. Positivamente: 1)	

Regressividade	a. Positivamente: 1) A PEC nº 45/2019 (p. 31) “propõe-se um modelo em que grande parte do imposto pago pelas famílias mais pobres seja devolvido através de mecanismos de transferência de renda.”	a. Positivamente: 1) Prevê a adoção de critérios para a devolução de tributos incidentes sobre bens e serviços adquiridos por famílias de baixa renda. (inciso IV, do Art.146, p. 4). 2) Prevê a cobrança de IPVA para automotores terrestres, aquáticos e aéreos; (letra d) do inciso III do Art.155, p. 5) 3) Não tributará alimentos e medicamentos (p. 22) 4) o IPVA não recairá sobre transporte público de passageiros e de carga (p. 23)	a. Positivamente: 1) serão isentas prestação de serviços de transporte público coletivo municipal. (Texto do PL, inciso III do Art. 22, p. 5) 2) receitas decorrentes da prestação de serviços de saúde, desde que recebidas do Sistema Único de Saúde - SUS; (Texto do PL, inciso I do Art. 22, p. 5) 3) igualmente isentas receitas de operações entre as cooperativas e associados, zona franca de Manaus. (Texto do PL, art. 25, p. 6) b. Negativamente: 1) condomínios edilícios residenciais serão isentos (Texto da PL, inciso IV do Art. 21, p. 5)	
Tributação Indireta vs Direta	a. Positivamente: 1) Desfragmenta a base de tributação de impostos indiretos (p.23). 2) Não altera os tributos diretos. 3) Cria o Imposto seletivo para tributar a maior aqueles produtos que se deseja diminuir o consumo (p.28).	a. Positivamente: 1) cria o Imposto seletivo para produtos que desejam desestimular o consumo. (p. 22). b. Negativamente: 1) não trata de tributos diretos.	a. Positivamente: b. Negativamente: 1) não trata de tributos diretos.	

Quadro nº 5 – Quadro comparativo das propostas PECs 45/2019, 110/19 e PL 3887/20

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos quadros nº 2, 3 e 4

5.2 Análises dos problemas

Dentre os vários problemas criados pelo atual Sistema Tributário Nacional, destacam-se:

a) A complexidade

A complexidade, pelo excesso de legislações em todos os níveis da federação, faz com que empresas e pessoas precisem interpretar milhares de dispositivos legais a fim de atender as exigências legais do processo. Tal fato acaba por se tornar um enorme gasto de recursos e tempo que poderiam estar sendo empregados na geração de riquezas e mais empregos. Destaca-se que tais legislações não possuem harmonia entre sí, haja vista que estados, municípios e a união aprovam suas leis com base na sua própria forma de organizar a arrecadação do ente. A autonomia de estados e municípios é um ponto negativo para a organização da matriz tributária.

b) A Sonegação

A sonegação é um problema que ataca diretamente a arrecadação do governo, pois,

o dinheiro que deveria entrar nos cofres públicos, acaba faltando nos hospitais, escolas e em serviços sociais, sendo os menos favorecidos os maiores prejudicados. Observa-se que o valor sonegado estimado é de R\$ 417 bilhões, uma quantia extremamente alta que deveria estar sendo aplicada em favorecimento da melhoria dos serviços públicos. As empresas que sonegam, o fazem aproveitando-se da dificuldade de se fiscalizar a arrecadação em função de toda a legislação tributária complexa existente, somada aos diversos benefícios fiscais e da dificuldade de punir os sonegadores, que são estimulados a continuarem nessa atitude ilícita devido aos vários programas de refinanciamento de dívidas concedidos pelo governo federal e por ignorarem que a sonegação é crime, conforme prevê a Lei nº 4.729, de 14 de julho de 1965.

c) A regressividade

A regressividade pode ser destacada como o mais cruel dos problemas do atual Sistema Tributário Brasileiro, pois é o efeito “Robbin-Hood às avessas”, onde quem tem mais, paga proporcionalmente menos impostos e faz com que as classes menos favorecidas acabem arcando com a maior fatia da arrecadação do governo. Tal fato penaliza aqueles que possuem renda menor e gastam quase todo esse recurso com bens de consumo. Outro ponto é baixa tributação daqueles que tem maior poder de contribuição, a isenção de tributação nos diversos tipos de renda e patrimônio e nos regimes especiais.

d) Regimes de Tributação

Os diversos regimes de tributação existentes andam lado a lado com a complexidade tributária, pois, além da obrigação de entender os mecanismos de todos os impostos existentes, precisa-se, ainda, entender todos os aspectos e mecanismo dos regimes de tributação que envolve bases de cálculo diferentes em cada regime (faturamento ou lucro), benefícios fiscais, mecanismo de arrecadação, formas e cálculos, etc. Outro ponto destacado é que os regimes de tributação contribuem para a regressividade, uma vez que os benefícios concedidos ou a forma de tributar pode maquiar a capacidade contributiva da pessoa física ou jurídica.

e) Excesso de tributação indireta sob a direta

O excesso de tributação indireta sobre bens de consumo e serviços existente no Brasil é algo que caminha na direção contrária quando comparado a outros países. Na maioria das nações do primeiro mundo, a arrecadação do governo é composta maciçamente pelos tributos diretos que são aqueles que recaí sobre a renda (ganhos de capital e patrimônio, atendendo, assim, o princípio da progressividade) e não os indiretos que recaí sobre o consumo. Ter uma tributação indireta mais pesada contribui, negativamente, para o aspecto da regressividade, haja vista que os mais pobres têm maior parte da renda comprometida com a compra de bens de consumo.

5.3 Análise das propostas em discussão

Atualmente, existem 03 propostas de reforma tributária que estão sendo debatidas

ativamente no Congresso Nacional, a PEC nº 45/19 (originária na câmara dos deputados), a PEC nº 110/19 (originária no Senado Federal) e o PL nº 3887/20 (originário no Executivo Federal). Todas essas propostas tem como foco principal a unificação dos impostos relativos ao consumo, criando um único imposto sobre o consumo e desfazendo assim a desfragmentação da base de incidência, bem como, a criação do imposto seletivo para alguns produtos ou serviços em específicos como gasolina, telecomunicações, etc.

a) PEC nº 45/19

A PEC nº 45/19 tem como principal objetivo a unificação de 05 impostos em apenas um, o Imposto sobre Operações de Bens e Serviços (IBS), sob a coordenação do governo federal. A proposta citada seria regulada por lei complementar, simplificaria as legislações sobre o consumo, pois deixaria de existir o PIS, a COFINS, o IPI, o ICMS e o ISS, bem como, não permitiria a existência de benefícios fiscais (para cada benefício é preciso que uma lei seja criada em algum ente da federação). A sonegação seria brutalmente reduzida, pois ao deixar de existir várias legislações, deixaria de existir as possíveis brechas nas leis atuais que são usadas para a sonegação, além de ser mais simples a fiscalização. Destaca-se, ainda, que ao se ter uma base de tributação única sobre o consumo, fica evidente o valor total de arrecadação sobre o consumo e isso poderá ser usado como ferramenta de comparação e fiscalização nas margens de lucro e de despesas de empresas de um setor específico a fim de buscar irregularidades. O problema da regressividade seria enfrentado criando um mecanismo de transferência de recursos às famílias de baixa renda para fins de compra de alimentos da cesta básica. Outra previsão dessa proposta é a criação de imposto seletivo que recairia sobre determinados produtos que o governo pretende desestimular o consumo ou fornecer um tratamento diferenciado. Não haveria mudança nos atuais regimes de tributação.

b) PEC nº 110/19

A PEC nº 110/19 em muitos pontos é bastante parecida com a PEC nº 45/19, diferenciando no fato que essa proposta prevê a unificação de 09 impostos em apenas um, o IBS (similar a PEC anterior). Em contrapartida, aparenta não enfrentar o problema da complexidade com grandes efeitos, haja vista que permite a existência de benefícios fiscais – conforme dito anteriormente, para cada benefício fiscal é necessário que seja criada uma nova lei em algum ente da federação – o que permite que a complexidade continue a existir em menor grau do que o atual. A sonegação seria enfrentada pela revogação de todas as legislações dos 09 impostos que deixaram de existir (quanto menos legislações, mais difícil a sonegação e a existência de brechas a serem usada para esse fim e mais eficiente a fiscalização). Os regimes de tributação seriam mantidos e a tributação sobre renda não seria alterada. Assim, o problema da regressividade seria mantido, com a amenização da previsão de transferência de recursos para as famílias mais pobres.

c) PL nº 3887/20

O PL nº 3887/20 quando comparado às outras duas PEC apresenta ser bastante

brando no enfrentamento dos problemas do STN citados nesse artigo. A proposta prevê a unificação de apenas dois impostos, o PIS e o COFINS, os quais passariam a ser o CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), deixando de fora da unificação todos os outros impostos sobre consumo e permitindo que todos os dispositivos legais sobre ICMS e ISS nos estados e municípios continuassem a existir. Além de não enfrentar o problema da complexidade, contribuiria para que a sonegação continuasse em patamares atuais, haja vista que quando maior o número de legislações tributárias, maior a complexidade e a possibilidade de brechas para serem usadas na sonegação das empresas. Outro fato negativo do presente PL para o enfrentamento dos problemas do STN é o excesso de tratamento diferenciado para diversos produtos e entidades, o que, na prática, contribui para que a complexidade permaneça existindo. Um ponto positivo na proposta é a isenção para veículos de carga, transporte público e para prestação de serviços de saúde, desde que recebidas do Sistema Único de Saúde, uma vez que esses serviços são usados pelas classes de menor renda. Desta forma, a proposta contribui para o enfrentamento da regressividade neste ponto em específico. Assim como as outras duas propostas, permite a existência dos atuais regimes de tributação e não alteração a tributação sobre renda e patrimônio.

6 | CONCLUSÕES

O Sistema Tributário Brasileiro é possuidor de problemas que muito prejudicam o país a mais de um século. Logo de início percebeu-se que no nascimento do Brasil Império, a tributação não teve atenção devida no momento em que o país tornava-se uma nação livre de Portugal e era necessário desenhar a administração pública do recém-criado império. Nesse período, a tributação configurou-se apenas como um mero instrumento arrecadatário da coroa. Não havia preocupação de se fazer um sistema eficiente e que fizesse contribuições na melhoria econômica do império e tão pouco havia a preocupação na distribuição de renda para com as classes menos afortunadas da época.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, essa passou a ser como o maior instrumento garantidor da distribuição de renda e desenvolvimento social. Porém, na prática, o que se observou foi que aqueles que escreveram a CF/88 perderam a oportunidade de construir um alicerce forte que realmente fizesse cumprir com os seus objetivos fundamentais. Em matéria tributária (incentivo a produção, arrecadação, emprego dos tributos em favor das classes de menor renda e fiscalização) a Constituição Federal em vigor se tornou a raiz de todos os problemas da matriz tributária atual, existentes. Nesse sentido, podemos destacar a autonomia para que todos os entes da federal (união, estados e municípios) possam criar dispositivos legais próprios para regular a criação e arrecadação dos impostos de sua responsabilidade é um aspecto negativo. Tal situação permitiu a existência de milhares de legislações sobre os diversos impostos existentes e

estabeleceu a maior parte da complexidade. Outra mazela é o Código Tributário Nacional que por ser anterior a Constituição Federal não foi redigido observando os objetivos fundamentais previstos na Carta Magna.

Assim, observa-se que o Sistema Tributário Nacional apresenta graves problemas frutos da atual organização. Tais problemas precisam ser enfrentados para que o país possa crescer em um maior ritmo econômico, fazendo com que todos sejam beneficiados deste crescimento. Nota-se, ainda, que a discussão sobre o enfrentamento dos problemas advindos da atual organização do Sistema Tributário Nacional não terminam apenas na aprovação de uma das propostas aqui apresentadas. Logo, é necessário continuar com a discussão após a essas reformas que hora se discute, atualizando sempre a matriz tributária brasileira à realidade do mundo contemporâneo, afastando os problemas e fazendo do Brasil um lugar com maior justiça tributária, clareza no processo, simples e atrativo para investidores estrangeiros, fazendo com que todos sejam beneficiados por estas transformações.

Os objetivos propostos no início desta obra puderam ser respondidos trazendo à luz as análises e estudos de dados oriundos de entidade, órgãos, profissionais da área e autarquias brasileiras, bem como, da análise das propostas de reforma em discussão e seus efeitos práticos em cada um dos problemas levantados.

Da análise das 03 propostas apresentadas neste artigo, destaca-se que nenhuma trata ou modifica a tributação sobre a renda ou sobre o patrimônio, permanecendo as atuais alíquotas sobre os atuais fatos geradores. Num primeiro momento, interpreta-se que os governantes e o poder legislativo pretende deixar para um futuro próximo, essa discussão.

Não é correto ignorar que a reforma sobre os tributos indiretos (consumo de bens e serviços) é extremamente importante para o país. Tal providência irá dar ao Brasil a oxigenação necessária para fortalecer a indústria, simplificar a legislação vigente, tornar os produtos brasileiros mais competitivos no exterior, atrair investimentos e distribuir melhor a renda por meio da geração de mais empregos.

Futuras pesquisas relacionadas à questão da reforma tributária sobre a tributação da renda e patrimônio somar-se-á a este estudo, haja vista que os principais problemas levantados neste artigo, bem como, as propostas de reforma tratam exclusivamente da tributação sobre bens de consumo e serviços. Porém, a organização da tributação sobre a renda e o patrimônio também possuiu grande impacto quando objetiva-se uma organização mais eficiente e justa do Sistema Tributário Brasileiro para todos os indivíduos e setores da sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

A TRIBUTAÇÃO NA HISTÓRIA DO BRASIL. Disponível em: https://www.cesadufs.com.br/ORBI/public/uploadCatalogo/10370606032012Temas_de_Historia_Economica_Aula_20.pdf. Acesso em 2 dez 20.

ANDRADE, J. A. **Reforma Tributária no Brasil e seus Impactos Na Redução da Desigualdade: Uma Análise das Propostas de Emenda à Constituição sob a Perspectiva da Justiça Fiscal**. Revista Eletrônica Gestão & Sociedade, v.9, n.22, p. 832-852, Janeiro/Abril - 2015. Disponível em <https://www.gestaoesociedade.org/gestaoesociedade/article/view/2017>. Acesso em 27 nov 20.

APPY, B. **Reforma Tributária**. boletim regional, urbano e ambiental | 17 | jul.-dez. 2017. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8161/1/BRU_n17_Reforma_Tributaria.pdf. Acesso em 14 jan 21.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES-FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL E FENAFISCO. **A Reforma Tributária Necessária: Diagnóstico e premissas**. São Paulo, 2018. Disponível em: <http://plataformapoliticasocial.com.br/wp-content/uploads/2018/05/reforma-tributaria-solidaria.pdf>. Acesso em 01 dez 20.

BANCO MUNDIAL (The World Bank Group). **Doing Business**: Classificação das economias. Disponível em: <https://portugues.doingbusiness.org/pt/rankings>. Acesso em: 3 abr 21.

BATTI, G. B. **Reforma tributária no Brasil: uma necessidade inadiável**. Revista Ciências da Sociedade (RCS), Vol. 1, p.68-79, Jan/Jun 2017. Disponível em <http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistacienciasdasociedade/article/view/374>. Acesso em 27 nov 20.

BRANDÃO, MARCELO. **Brasil perde R\$ 417 bi por ano com sonegação de impostos, diz estudo**. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-12/brasil-perde-r-417-bi-por-ano-com-sonegacao-de-impostos-diz-estudo>. Acesso em 12 Fev 21.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília 5 out. 1988. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 3 dez. 20

BRASIL. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte [...]. **Diário Oficial da União**, Brasília 15 dez. 2006. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm. Acesso em 3 dez. 20

BRASIL. Lei nº 4.729, de 14 de julho de 1965. Define o crime de sonegação fiscal e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, de 19 jul 1965. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L4729.htm. Acesso em 14 jan 2021.

BRASIL. Lei nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992. Altera a legislação do Imposto de Renda e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília 24 dez. 1992. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8541.htm. Acesso em 3 dez. 20

BRASIL. Lei nº 9.718, de 27 nov 1998. **Altera a Legislação Tributária Federal**. **Diário Oficial da União**, de 28 nov 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9718compilada.htm. Acesso em 14 jan 2021.

BRASIL. Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. **Diário Oficial da União**, Brasília 27 out 1966. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172compilado.htm. Acesso em 3 dez. 20

BRASIL. Ministério da Economia. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Texto para Discussão nº 405 a evolução do Sistema Tributário Brasileiro ao longo do século: anotações e reflexões para futuras reformas***. Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=3564. Acesso em 23 dez 20.

BRASIL. Ministério da Economia. Receita Federal do Brasil. **Educação Fiscal para a Cidadania**. Brasília, 2020. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/2Fpublico/2FEducacaoFiscal/2F23TransparenciaTributariaCompleto.pdf>. Acesso em 19 dez 20.

BRASIL. Projeto de Lei nº 3.887, de 2020. **Institui a Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços - CBS, e altera a legislação tributária federal**. Disponível em <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2258196>. Acesso em 1º mar 21.

BRASIL. Proposta de Emenda à Constituição nº 110, de 2019. **Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências**. Disponível em <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/137699>. Acesso em 27 fev 21.

BRASIL. Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019. **Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências**. Disponível em <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2196833>. Acesso em 20 fev 21.

CADÓ I.; FURNO. JULIANE; **Taxar grandes fortunas é a porta para um sistema tributário mais justo**. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/04/16/taxar-grande-fortunas-e-a-porta-para-um-sistema-tributario-mais-justo>. Acesso em: 31 mar 21.

CAMORIM, MARCELO. **Sistema tributário do Brasil** é um dos mais complexos e injustos do mundo. Hora Extra. Disponível em: <https://jornalhoraextra.com.br/economia/21733-sistema-tributario-brasileiro-injusto/>. Acesso: em 15 mar 21.

CENTRO DE CIDADANIA FISCAL. **Tributação no Brasil**: o que está errado e como consertar. São Paulo, 2018. Disponível em https://ccif.com.br/wp-content/uploads/2020/06/Diretores_CCiF_Reforma_Tributaria_201802-1.pdf. Acesso em 24 nov 20.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Reforma tributária**: O que é e quais são as propostas. Brasília. Disponível em: <http://http://www.portaldaindustria.com.br/industria-de-a-z/reforma-tributaria/>. Acesso em: 20 jan 21.

Complexidade tributária é uma das causas da baixa competitividade brasileira. **FECOMERCIO SP**. 24/05/2021. Disponível em: <https://www.fecomercio.com.br/noticia/complexidade-tributaria-e-uma-das-causas-da-baixa-competitividade-brasileira>. Acesso em 07 set 22.

GOMES, M. **As distorções de uma carga tributária regressiva**. 2015. Ano 12. Edição 86 – 28 mar. 2016. Disponível em https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=3233. Acesso em 3 dez 20.

GUEDES, P. **Guedes diz que sistema tributário é um ‘manicômio’ e que não aumentará carga de impostos**. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/08/05/guedes-diz-que-sistema-tributario-atual-e-um-manicomio-e-que-nao-aumentara-carga-de-impostos.ghtml>. Acesso em: 15 nov 20.

MACHADO C. H.; BALTHAZAR U. C. **A Reforma Tributária como Instrumento de Efetivação da Justiça Distributiva**: uma abordagem histórica. Universidade Federal de Santa Catarina, 2017. Santa Catarina. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/2177-7055.2017v38n77p221>. Acesso em 9 jan 21.

MANEIRA, E.; LIMA, D. S. **30 Anos da Constituição**: Sistema Tributário Nacional e a Necessária Reforma na Tributação sobre o Consumo. Rfd - Revista Da Faculdade De Direito Da Uerj - Rio De Janeiro, N. 34, DEZ. 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rfduerj/article/view/39459>. Acesso em 15 mar 21.

MARTUSCELLI, P. D. **Para uma Compreensão Histórica do Sistema Tributário Nacional de 1988**. Trabalho publicado nos Anais do XIX Encontro Nacional do CONPEDI realizado em Fortaleza - CE. 2010. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/fortaleza/3117.pdf>. Acesso em 10 jan 21.

MAZUCATO, T.; SOARES, A. G.; TAUIL, C. E.; DONZELLI, C. A.; FONTANA, F.; CHOTOLLI, W. P. **Metodologia da Pesquisa e do Trabalho Científico**. Fundação Educacional de Penápolis. 1ª Edição. São Paulo. Ed UNEPE, 2018. Disponível em: <http://funepe.edu.br/arquivos/publicacoes/metodologia-pesquisa-trabalho-cientifico.pdf>. Acesso em: 22 mar 21.

MENEZES, A. H. N.; DUARTE, F. R.; CARVALHO, L. O. R.; SOUZA, T. E. S.; **Metodologia Científica Teoria e Aplicação na Educação a Distância**. Universidade Federal do Vale do São Francisco. Pernambuco. 2019. Disponível em: <https://portais.univasf.edu.br/noticias/univasf-publica-livro-digital-sobre-metodologia-cientifica-voltada-para-educacao-a-distancia/livro-de-metodologia-cientifica.pdf/view>. Acesso em 22 mar 21.

O que é Sonegação de Impostos? Como Prejudica sua Empresa? **Contabilizei.blog**. 30/12/2021. Disponível em: <https://www.contabilizei.com.br/contabilidade-online/sonegacao-de-impostos/>. Acesso em 07 set 22.

SILVA MARTINS, I. G. **O sistema tributário brasileiro: uma análise crítica**. Revista dos Tribunais, RT VOL.969. Disponível em http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/RTrib_n.969.10.pdf. Acesso em 27 nov 20.

SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA DO ESTADO DO RS. **Por que o sistema tributário brasileiro precisa ser reformado**. Rio Grande do Sul. 2020. Disponível em https://www.sindifisco-rs.org.br/interna.php?secao_id=12&campo=20261. Acesso em 24 nov 20.

SINDICATO NACIONAL DOS AUDITORES-FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Lei do Refis é um brinde à sonegação e um desrespeito à sociedade**. Brasília, 2017. Disponível em: https://www.sindifisconacional.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=33580&catid=44&Itemid=515. Acesso em: 15 fev 21.

SUTTO, GIOVANNA. **Imposto regressivo e progressivo**: veja as diferenças e fique por dentro das discussões sobre a reforma tributária. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/minhas-financas/reforma-tributaria-acende-debate-sobre-impostos-regressivos-e-progressivos-entenda-as-diferencas/>. Acesso em 15 jan 21

WATANABE, MARTA. **Brasil tem pior taxaço ao consumo do mundo**, diz especialista portuguesa. Disponível em http://www.apet.org.br/noticias/ver.asp?not_id=28509. Acesso em 9 fev 21.

CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO (PBLMODIFICADO) EM RADIOLOGIA ODONTOLÓGICA: - TÉCNICA INTERPROXIMAL E ERROS RADIOGRÁFICOS

Data de aceite: 03/10/2022

Data de submissão: 17/08/2022

Plauto Christopher Aranha Watanabe

Professor Titular do Depto DESCOL da
Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto
da USP
<http://lattes.cnpq.br/3867201322807478>

Fabio Santos Bottacin

Doutorando do Programa de Biologia Oral da
Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto
da USP
<http://lattes.cnpq.br/1377849121270376>

Marcelo Rodrigues Azenha

Cirurgião Dentista do Depto DESCOL da
Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto
da USP
<http://lattes.cnpq.br/6345383221164792>

Giovani Antonio Rodrigues

Doutorando do Depto Estomatologia da
Faculdade de Odontologia de São Paulo da
USP
<http://lattes.cnpq.br/6065745443369107>

RESUMO: O exame radiográfico é o principal meio complementar de diagnóstico utilizado em odontologia, e seu uso sempre deve estar pautado no risco *versus* benefício, principalmente porque utiliza radiação ionizante para sua obtenção. A radiografia intrabucal, interproximal ou *bitewing*, é a técnica radiográfica mais indicada para pacientes em primeira consulta

(novo), de retorno (com risco de cárie), ou ainda com doença periodontal ou histórico de tratamento periodontal, segundo o Guia de Prescrição Radiográfica da ADA (2012). A cárie dentária ainda é o principal problema de saúde bucal no Brasil e no mundo. Assim, qualquer estudante de odontologia deve conhecer e saber aplicar essa técnica radiográfica, e seus princípios formadores da imagem radiográfica, em qualquer Curso de Graduação em Odontologia. Os erros radiográficos podem ocorrer ao executar qualquer técnica radiográfica intrabucal, pois essas exigem, por alguns centésimos de segundos que tudo fique estático: paciente, aparelho de raios X e filme/sensor. Por isso, as repetições radiográficas são comuns, no intuito de conseguir ótimas imagens radiográficas com finalidade diagnóstica, sempre relevando a radiação ionizante. No ensino de Graduação em Odontologia o referencial teórico são as recomendações Conselho Nacional de Educação (Resolução CNE/CES3,2002) para a formação do profissional (Cirurgião-Dentista) generalista, humanista, crítica e reflexiva, para atuar em todos os níveis de atenção à saúde, com base no rigor técnico e científico e para a Radiologia no Brasil, as recomendações da Portaria 453-ANVISA-MS, substituída pela NRD-330- ANVISA-MS. A proposta desta pesquisa prática/laboratorial foi avaliar, com o emprego do PBL-Modificado a criticidade dos estudantes de graduação e de Pós-graduação (PG), utilizando os erros radiográficos na Técnica Radiográfica Interproximal (TRI), junto com a atuação de estudantes de Pós-graduação como tutores. Como resultados pode-se observar que os

estudantes de Graduação foram mais críticos e encontraram maior quantidade de “erros radiográficos”, justamente por adotarem como estratégia de estudo o PBL-Modificado.

PALAVRAS-CHAVE: Radiografia Interproximal; Radiografia *bitewings*; Ensino; PBL; Odontologia; Radiologia Básica.

KNOWLEDGE CONSTRUCTION THROUGH PROBLEM BASED LEARNING (PBLMODIFIED) IN DENTAL RADIOLOGY: INTERPROXIMAL TECHNIQUE AND RADIOGRAPHIC ERRORS

ABSTRACT: Radiographic examination is the main complementary means of diagnosis used in dentistry and its use must always be based on risk versus benefit, mainly because it uses ionizing radiation to obtain it. Intraoral, interproximal or bitewing radiography is the most indicated radiographic technique for patients at the first consultation (new), return (with risk of caries), or with periodontal disease or a history of periodontal treatment, according to the Radiographic Prescription Guide of the American Dental Association (ADA, 2012). Dental caries is still the main oral health problem in Brazil and in the world. Thus, any dental student must know and know how to apply this radiographic technique, and its principles that form the radiographic image, in any Undergraduate Course in Dentistry. Radiographic errors can occur when performing any intraoral radiographic technique, as these require, for a few hundredths of a second, that everything remains static: patient, X-ray machine and film/sensor. Therefore, radiographic repetitions are common, in order to obtain optimal radiographic images for diagnostic purposes, always taking into account ionizing radiation. In the teaching of Undergraduate Dentistry, the theoretical reference is the recommendations of the National Education Council (Resolution CNE/CES3,2002) for the training of the generalist, humanist, critical and reflective professional (Dental Surgeon) to work at all levels of care. for health, based on technical and scientific rigor and for Radiology in Brazil, the recommendations of Ordinance 453-ANVISA-MS, replaced by NRD-330-ANVISA-MS. The purpose of this practical/laboratory research was to evaluate, with the use of Modified PBL, the criticality of undergraduate and graduate students (PG), using radiographic errors in the Interproximal Radiographic Technique (IRT), along with the performance of students of Graduate Studies as tutors. As a result, it can be observed that undergraduate students were more critical and found a greater number of “radiographic errors”, precisely because they adopted the Modified PBL as a study strategy.

KEYWORDS: Interproximal radiography; Bitewing radiography; Teaching; PBL; Dentistry; Basic Radiology.

INTRODUÇÃO

Os raios X foram descobertos em 1895 pelo professor Wilhelm Conrad Roentgen, e o dentista Dr. Otto Walkhoff realizou a primeira radiografia dentária no início de 1896. Até a década de 1980, as radiografias odontológicas eram tipicamente realizadas com filmes radiográficos, sistemas analógicos, principalmente nos países pobres ou em desenvolvimento. A partir de meados dessa década a radiografia digital direta passou a fazer parte da rotina do diagnóstico odontológico, e já no início da década de 1990 a

radiologia digital com utilização das PSP (**Photostimulable phosphor**) trouxeram maior conforto para essa tecnologia digital. Embora o uso da radiografia digital na odontologia continue a ganhar força, a radiologia analógica, intrabucal, ainda permanece bem viva no mercado nacional da odontologia. A transição completa para a radiografia digital é apenas uma questão de tempo.

O exame radiológico é o principal exame complementar de diagnóstico para o cirurgião-dentista quando se pensa em diagnóstico bucal. Assim, esses exames radiológicos se somam às informações obtidas a partir do exame clínico, da anamnese e do histórico de seus pacientes para elaborar um diagnóstico (ou hipótese diagnóstica – HD) e formular um plano de tratamento/intervenção/acompanhamento apropriado. É claro que para elaborar essa hipótese diagnóstica são necessários conhecimentos básicos sobre a natureza da radiação, a operação de um aparelho de raios X e as interações da radiação x com a matéria. Essas radiografias odontológicas devem ser prescritas de acordo com as diretrizes dos critérios de seleção e realizadas apenas para fins de diagnóstico e tratamento. Embora a exposição à radiação das radiografias odontológicas seja baixa, uma vez tomada a decisão de obter as radiografias, é responsabilidade do dentista seguir o princípio ALADA, um acrônimo em inglês, que significa *As Low As Diagnostically Acceptable*. Ou seja, utilizar sempre uma dose de radiação mais baixa para obter uma imagem diagnosticamente aceitável¹.

A radiografia fornece uma imagem da anatomia interna que não é visível no exame clínico. Para interpretar essa imagem radiográfica, o clínico deve usar seu conhecimento da anatomia normal para mentalmente reconstruir uma imagem tridimensional das estruturas anatômicas usando informações de uma ou mais visões bidimensionais¹. As radiografias odontológicas intraorais se dividem em três categorias principais: periapicais, interproximais (*bitewings*) e oclusais. As radiografias *bitewings* são a melhor ferramenta de diagnóstico disponível para a detecção de cáries interproximais, restaurações Classe II, superfícies proximais de coroas protéticas e avaliação dos níveis ósseos alveolares (crista óssea alveolar). As radiografias interproximais são geralmente tomadas nas regiões posteriores da arcada, mas podem ser realizadas também na região anterior, com filme radiográfico/sensor de tamanho 1, principalmente para avaliar os níveis ósseos anteriores. As radiografias periapicais e interproximais podem ser combinadas para formar levantamentos de configurações variadas, para uma visão abrangente de toda a dentição¹.

A principal diretriz para recomendação de radiografias foi feita pela ADA (2004 atualizada em 2012) e tem sido utilizada em todo o mundo, com pequenas variações de incrementos/realidades. Essas diretrizes dos critérios de seleção são baseadas em evidências de padrões de doença e levam em consideração o histórico médico e odontológico do paciente, sinais e sintomas clínicos da doença, fatores de risco, idade e dentição e status do paciente novo ou recordado. Apenas as radiografias interproximais têm intervalos baseados no tempo que são determinados de acordo com os fatores de

risco para cárie. Para uma revisão completa dessas recomendações, consulte “A Seleção de Pacientes para Exame Radiográfico Odontológico, Revisado em 2004.”²

A otimização da experiência perceptiva na radiologia odontológica tem grande importância prática efetiva no consultório odontológico. Um dos principais objetivos da educação na radiologia odontológica é treinar os alunos, futuros cirurgiões-dentistas, a desenvolver uma metodologia de análise radiográfica avançada para aprimorar o reconhecimento de anormalidades¹. Além de um corpo crescente de conhecimento “baseado em fatos” sobre anatomia, patologia radiológica, física radiológica e medicina clínica, a experiência em radiologia odontológica é considerada de natureza amplamente perceptiva, definida por padrões de pesquisa visual refinados e precisão diagnóstica¹.

Em um nível fundamental, a análise de imagens envolve dois processos básicos: inspeção visual da imagem e interpretação³. Em termos gerais, a radiologia diagnóstica envolve as seguintes etapas:

1. Detecção: observar se existe um achado potencialmente significativo que merece mais análises e foge da normalidade.
2. Reconhecimento: decidir que a descoberta é patológica, e não uma simples anormalidade.
3. Discriminação: caracterizar a lesão como um tipo específico.
4. Diagnóstico: a primeira tarefa, detecção, tem importância primária, porque todas as etapas seguintes – que levam ao diagnóstico – dependem da eficácia da detecção.

A radiografia continua sendo um dos mais efetivos métodos de rotina para a detecção de cárie dentária, já que esta se desenvolve no tecido mais mineralizado do organismo e depende da seleção da técnica radiográfica. Diagnosticar uma entidade de doença é um fenômeno cognitivo e perceptivo e pode afetar os resultados dos estudos de pesquisa. A experiência em domínios visuais, como avaliações radiográficas, parece indescritível, portanto, confiar em um único método de diagnóstico não é recomendado. Há um grande componente perceptivo no exame radiográfico que reconhece padrões rapidamente, em vez de um componente cognitivo que busca dados para posterior julgamento⁴.

É recomendação do MEC (Resolução CNE/CES N° 3, 2021), nas Diretrizes para o ensino de Odontologia, que as instituições de ensino superior requeiram de seus estudantes alguns principais resultados institucionais, como: Pensamento crítico, Comunicação eficaz, Responsabilidade pessoal⁵.

O diagnóstico da cárie dentária e a radiografia interproximal são dois dos principais tópicos que compõe os conteúdos da Disciplina de Radiologia Básica e Diagnóstico. A radiografia *bitewing* (BW) ou interproximal é uma das técnicas radiográficas intraorais que mostram as coroas maxilar e mandibular dos dentes, fornecendo uma imagem clara das superfícies interproximais dos dentes e permitindo a detecção de cárie interproximal⁶.

Simultaneamente, as cristas alveolares superior e mandibular são visualizadas, permitindo a avaliação de seus níveis, contribuindo para a avaliação do *status* periodontal. É importante lembrar que a doença cárie e a doença periodontal ainda são os principais problemas de saúde bucal no mundo, tornando-se essencial na rotina dos profissionais da odontologia. Apesar de ainda ser possível realizar a técnica radiográfica interproximal dessa forma, a legislação tem exigido o uso dos posicionadores de filmes/suportes para qualquer técnica radiográfica intraoral (Portaria n. 453, MS-Anvisa).

Os critérios para avaliação de radiografia interproximal incluem:

1. Não deve haver superposição das faces interproximais.
2. As coroas dos dentes superiores e inferiores devem estar centralizadas no filme.
3. O plano oclusal deve estar o mais horizontal possível.
4. As cúspides dos dentes superiores e inferiores não devem estar muito separadas.
5. As cristas alveolares devem ser visíveis sem superposição das coroas do dente adjacente.

As superfícies proximais dos dentes, via de regra, não são visualizadas diretamente, portanto a cárie nessas superfícies é frequentemente diagnosticada com o auxílio de radiografias. A radiografia por mordida é a técnica clínica mais utilizada para detecção de cárie. Hoje, inclusive, é possível fazer uma panorâmica interproximal ou *bitewing*⁶. Suportes que alinham precisamente o receptor com o feixe colimado são recomendados para radiografias periapicais e interproximais. Dispositivos de retenção de receptor de radiografia intraoral esterilizáveis por calor ou descartáveis são recomendados para controle ideal de infecção. Os profissionais de odontologia não devem segurar o suporte do receptor durante a exposição. segurar um suporte de receptor no lugar durante a exposição, essa pessoa deve usar proteção adequada⁶.

O American National Standards Institute e a International Organization for Standardization estabeleceram padrões para a velocidade do filme. O uso do filme F-Speed pode reduzir a exposição de 20 a 50% em comparação com o uso do filme E-speed, sem comprometer a qualidade do diagnóstico⁷⁻¹³. Na verdade, no Brasil, pautado na Portaria Nº 453-ANVISA-MS (substituído pela RDC Nº 330)¹⁴ os profissionais dentistas deveriam utilizar os anteparos de registro de imagens os mais sensíveis.

A imagem digital oferece uma oportunidade de reduzir ainda mais a dose de radiação em 40 a 60%¹⁵⁻¹⁸. Na radiografia digital, existem três tipos de receptores que substituem o filme convencional: dispositivo de carga acoplada (CCD), dispositivo de metal complementar óxido-semicondutor (CMOS) e placas de fósforo fotoestimulável (PSP). Os sistemas que usam detectores de estado sólido baseados em CCD e CMOS são chamados de “diretos”. Quando esses sensores recebem energia do feixe de raios X, o chip CCD ou CMOS envia um sinal para o computador e uma imagem aparece no monitor em segundos. Os sistemas que usam placas PSP são chamados de “indiretos”. Quando essas placas

são irradiadas, uma imagem latente é armazenada nelas. A placa é então digitalizada e o scanner transmite a imagem para o computador.

A CÁRIE DENTÁRIA E AS RESTAURAÇÕES PROXIMAIS

A principal indicação das radiografias interproximais é a avaliação/diagnóstico das superfícies interproximais, principalmente referindo-se à carie dentária e as adaptações das restaurações tipo Classe II.

A prevalência de cárie em escolares de 12 anos no município de Franca - SP, Brasil, foi estudada no ano de 2003, onde se avaliou o valor adicional da radiografia interproximal para detecção de lesões de cárie em dentina de molares permanentes na prevalência de cárie. O emprego do método de diagnóstico radiográfico interproximal aumentou significativamente ($p < 0,001$) a prevalência da cárie na população estudada¹⁹.

A propriedade diagnóstica das radiografias interproximais intraorais (BTW) para cárie interproximal em estágio inicial foi avaliada e comparada com radiografias periapicais (PA) em diferentes níveis de progressão da cárie, verificando que as BTWs oferecem uma vantagem significativa sobre PAs no diagnóstico de estágios iniciais de lesões de cárie interproximais²⁰.

Embora a prevalência de cárie dentária tenha diminuído nos Estados Unidos nas últimas décadas, o CDC relata que 53 milhões de pessoas têm cárie dentária não tratada de seus dentes permanentes e a cárie dentária continua sendo uma doença crônica grave^{21,22}. O novo paradigma de cirurgia o conservadorismo, às vezes chamado de “odontologia minimamente invasiva”, incorpora a ciência odontológica de detectar, diagnosticar, interceptar e tratar a cárie dentária no nível microscópico.³ Expandir a sensibilidade da detecção precoce da cárie aumentaria o alcance do objetivo do conservadorismo operatório.

No entanto, devido à falta de penetração da luz, aplicação no ambiente clínico e volume insuficiente de subprodutos bacterianos, nenhum desses sistemas em sua forma atual é suficientemente eficaz na detecção de cárie em estágio inicial²³.

Até o momento, as radiografias interproximais intraorais (BTW) ainda são a principal ferramenta de diagnóstico usada para a detecção de cárie interproximal, apesar de várias desvantagens, incluindo exposição à radiação e desconforto. Os atuais sistemas de radiologia digital reduzem significativamente a dose de radiação, economizam tempo, permitem o aprimoramento de imagens e simplificam o armazenamento, recuperação e transmissão de imagens^{24,25}.

As imagens radiográficas geralmente subestimam o tamanho real ou a profundidade de uma lesão cáriesa²⁶. Quando uma lesão atinge visivelmente a junção amelodentinária (JDE) em uma radiografia, a única terapia eficaz é uma restauração de Classe II, que pode dente para uma vida inteira de tratamento. Se as lesões cáriesas podem ser detectadas quando estão limitadas apenas ao esmalte, especialmente menos da metade do esmalte,

o tratamento não invasivo, como aplicação de flúor por meio de creme dental e verniz prescritos e visitas de manutenção frequentes, podem ser realizados para interromper a progressão da doença. a lesão de cárie²⁷. Assim, o diagnóstico preciso de lesões de cárie interproximais em seu estágio inicial é fundamental. Assim, o diagnóstico preciso da cárie interproximal lesões em seu estágio inicial, em que as intervenções preventivas ainda podem impedir a progressão é fundamental, é crítica²⁸.

Determinar a concordância entre os métodos de detecção visual, radiologia convencional e radiologia digital no diagnóstico de cárie interproximal e oclusal em dentes posteriores de um grupo de pacientes com baixa prevalência de cárie. A utilização de técnicas radiográficas, sejam elas convencionais ou digitais, aumenta o número de cáries diagnosticadas em relação ao exame clínico convencional. As duas técnicas radiográficas mostram alta concordância no diagnóstico das lesões. As duas técnicas radiográficas mostram alta concordância no diagnóstico das lesões. Esta concordância é maior na dentina do que no esmalte²⁹.

Para a educação odontológica nos EUA, todos os estudantes de graduação aprendem como tomar e interpretar BTW intraoral e diagnosticar cáries interproximais. A maioria das seguradoras odontológicas dos EUA cobre BTW intraoral a cada 6 meses, e BTW faz parte do padrão de atendimento nos EUA. Por outro lado, alguns países, como o Japão, a radiografia interproximal não é o padrão de atendimento e raramente são cobertos por seguro odontológico para o diagnóstico de cárie interproximal³⁰.

O principal objetivo deste artigo foi aplicar o PBL Modificado no ensino da Radiologia Odontológica, no conteúdo de Técnicas Radiográficas Intrabuciais, radiografias interproximais, e avaliar comparativamente o desenvolvimento desse aprendizado com estudantes de pós-graduação, tutores.

MATERIAL E MÉTODOS

Para realizar as técnicas radiográficas intrabuciais são recomendados os dispositivos posicionadores de filmes/sensores, principalmente para as técnicas radiográficas periapical e interproximal, sengo a legislação vigente, por um motivo simples e básico: sua utilização diminui enormemente as chances de retomada, o que traz dano ao paciente devido à nova exposição à radiação ionizante, baixa, mas não inócua. Veja na Figura 1, imagens radiográficas interproximais utilizando filme padrão (tamanho N°2) (A), para apenas uma região dentária, e utilizando-se filme estendido (B) para radiografar as duas regiões dentárias posteriores (molares e pré-molares). Note que muitas vezes a utilização do filme/sensor radiográfico maior, estendido, pode causar artefato de técnica radiográfica, com a sobreposição das superfícies interproximais dos dentes mais às extremidades, já que teremos de mirar os raios X centrais no meio da região radiografada, e isso, geometricamente, poderá causar a sobreposição dessas superfícies interproximais.

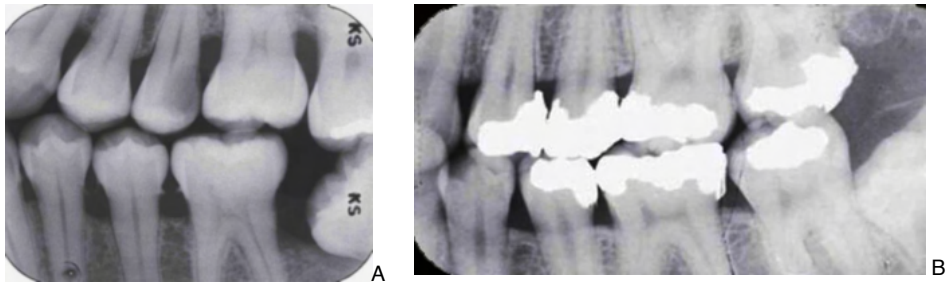


Figura 1 – Em A, radiografia interproximal correta, obtida com filme/sensor tamanho N°2 (padrão 31 X 41 mm). Não há sobreposição das superfícies próximas dos dentes Pré-molares e distais dos dentes Caninos. Note as placas calcificadas nas superfícies proximais, cervicais, dos dentes 34(D), 35(MD) e 36(M), e a extensão imagem radiolúcida na coroa do dente 25, com extensão à polpa desse elemento. Em B vemos uma imagem radiográfica interproximal obtida com filme/sensor tamanho N°3 (27 X 54 mm). Note o perfeito tangenciamento das superfícies interproximais e a abrangências das regiões de Pré-molares e Molares desde a face distal dos Caninos. Assim é possível ver a imperfeição das restaurações tipo Classe II, com sobrecontornos/excessos.

Na Fig. 2 podemos ver em detalhe esses dispositivos posicionadores de filmes radiográficos/sensores. Trata-se de um dispositivo dos melhores para utilizar na técnica radiográfica interproximal, sendo todo desmontável (três partes), para melhor higienização.

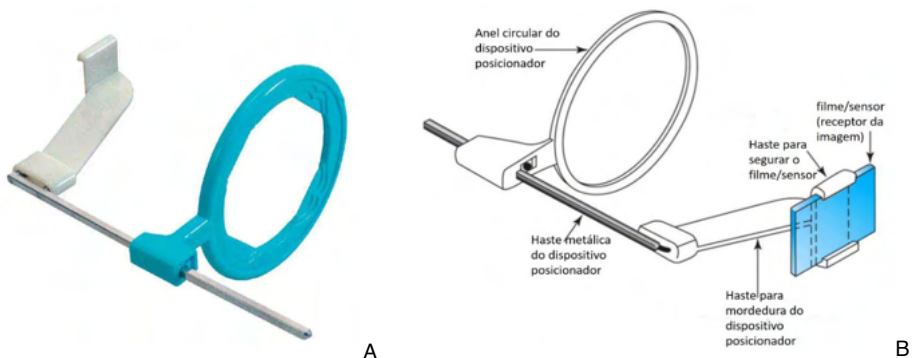


Figura 2 – Em “A” vemos o dispositivo posicionador para filmes radiográficos/sensores com três partes, especificadas com mais detalhe em “B”

Na Fig. 3 vemos em “A” o princípio da técnica radiográfica interproximal, que preconiza angulação “+10°” justificada pelas condições anatômicas da mordedura dos dentes posteriores e da disposição anatômicas dos rebordos alveolares na normalidade. Note que sempre iremos radiografar os dentes superiores e inferiores em uma mesma tomada radiográfica. Já em “B”, não menos importante, vemos uma das principais condições dessa técnica radiográfica interproximal para evitar a sobreposição das superfícies interproximais dos dentes radiografados, ou seja, o tangenciamento dos raios X centrais junto às superfícies interproximais dos dentes-alvo (Fig. 3B).

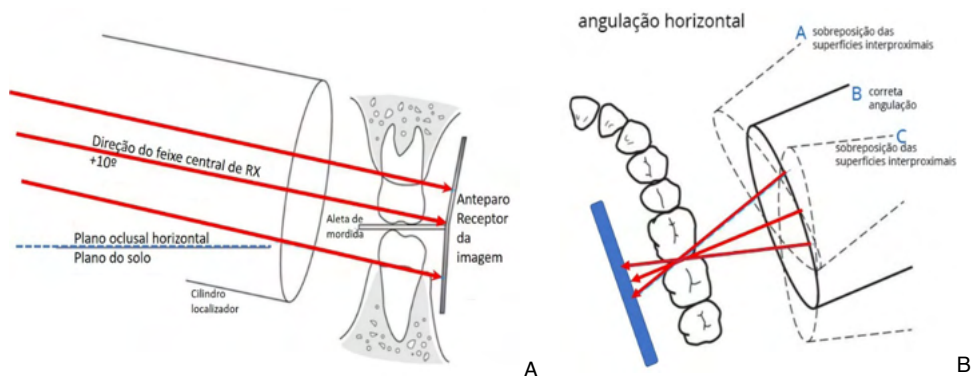


Figura 3 – Vemos em “A” o princípio da técnica radiográfica interproximal, que preconiza angulação “+10°”, de cima para baixo. Já em “B”, vemos, pela seta vermelha, do meio, o tangenciamento dos raios X centrais junto às superfícies interproximais dos dentes-alvo, para evitar a sobreposição das superfícies interproximais, causada pelos raios X que entrariam conforme simulam as setas mais externas.

Na Figura4, vemos em “A” uma radiografia interproximal da região de molares, tomada com dispositivo posicionador, mas com pequenos sobreposicionamentos das superfícies interproximais dos dentes 16-17 e 45-46. Esses erros foram apontados pelos estudantes, ou seja, que não conseguiriam ver/analisar essas superfícies sobrepostas. Note que as outras superfícies, dentes 14-15, 15-16, 46-47 não estão sobrepostas, e sim livres, evidenciando o contato dentário (Fig. 5A) e a possibilidade de análise livre dessas superfícies interproximais para visualização de imagens radiolúcidas nas coroas, compatíveis com cárie. É o caso das superfícies de esmalte entre os dentes 14-15 onde vemos imagens compatíveis com cárie. Essas sobreposições podem ocorrer, mas não devido à erro radiográfico, e sim devido ao posicionamento do elemento dentário na arcada não ser perfeito. Seria impossível na mesma tomada radiográfica, em regiões contíguas, errar um contato e visualizar o outro, senão pelo desvio de posicionamento dos dentes. Já em “B”, vemos o posicionamento de um filme radiográfico, sistema analógico, na região molar de um modelo de gesso (vista posterior), onde podemos apreciar o correto posicionamento do filme radiográfico dentro da boca. Em geral, o filme radiográfico deverá ficar encostado nas superfícies palatinas/lingual desses dentes, e para isso, quando apoiamos a aleta de mordida nas superfícies oclusais do grupo dentário-foco e pedimos para o paciente ir fechando a boca, até ocluir os dentes/morder a aleta. Na Fig.5B podemos ver nos esquemas a correta entrada dos raios X centrais para cada região dentária (angulação horizontal).

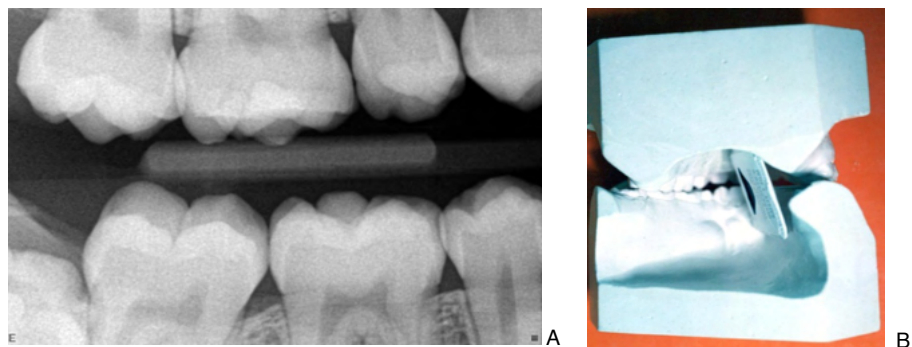


Figura 4 – Em “A” vemos uma radiografia interproximal normal, de molares D, com duas sobreposições dentárias (17-16 e 45-46). Já em “B” vemos um modelo de gesso onde foi simulada uma tomada radiográfica da região de molares D. Note o posicionamento do filme radiográfico dentro da boca.

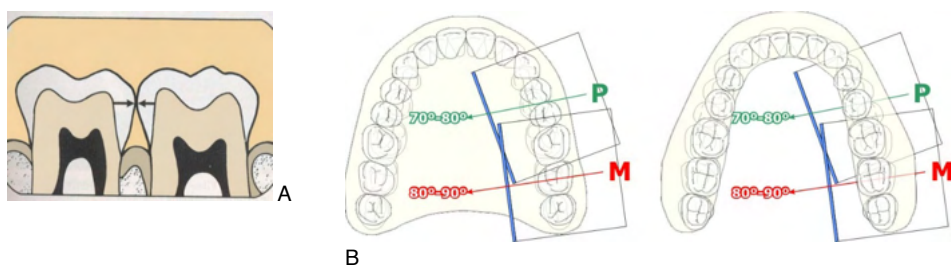


Figura 5 – Em “A” vemos um desenho ilustrativo do ponto de contato como deveríamos observá-lo radiograficamente, sem sobreposição das superfícies. Já em “B” vemos a simulação gráfica dos cilindros dos equipamentos de raios X, corretamente posicionados, com visão superior e inferior das arcadas, para as regiões de molares e pré-molares.

Na Fig.6, temos em “B” as setas apontando para uma imagem radiolúcida na face mesial do dente 46 e outra seta vermelha apontando para uma falta a “contorno em zero” na caixa mesial do dente 16, visto em “C”. Claro que parece mínima essa falta de adaptação. Mas estamos falando de microrganismos, aderidos em placa bacteriana, e de dificuldade de higienização. Não é fácil realizar uma restauração Classe II, restituir um ponto de contato, e terminar “em zero” essa caixa proximal no sentido da raiz. Mas será impossível analisar e decidir por qualquer hipótese se a imagem radiográfica não estiver tecnicamente perfeita, não somente pelos fatores de exposição, mas também pela geometria da técnica radiográfica, considerando-se todos os princípios de formação da sombra radiográfica. Além disso tudo, veja que essa restauração da caixa mesial do dente 16 é reta (plana), formando uma face de contato com o dente 15, ao invés de um ponto de contato. Com o tempo a crista óssea alveolar (COA) deverá ser afetada.

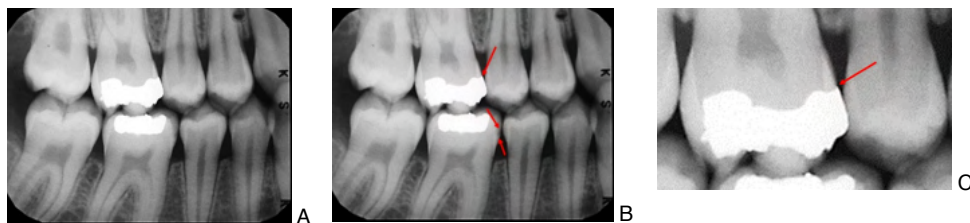


Figura 6 – Em “A” vemos uma imagem radiográfica interproximal que abrange as regiões de PMDs e MDs. Só há sobreposição entre os dentes 43-44. Mas veja que a radiografia foi feita para os dentes MDs. Em “B” as setas apontam para uma imagem radiolúcida na face mesial do dente 46, compatível com cêrie, e outra seta vermelha apontando para uma falta a “contorno em zero” na caixa mesial do dente 16, visto em “C”. Veja, também que essa restauração da caixa mesial do dente 16 é reta, formando uma face de contato com o dente 15.

Nas Figs. 7, vemos um exame completo interproximal, ou seja, imagens radiográficas interproximais de Ms (A) e PMs (B) de ambos os lados, realizados pelos estudantes em *Phantons*, mesmo com a falta de alguns elementos. Para a Fig.7 note que poucas faces interproximais possuem contatos sobrepostos, fato inerente ao posicionamento dos dentes nas respectivas arcadas, confirmados nos próprios *phantons* pelos estudantes. As radiografias retomadas não corrigiram essas sobreposições, e os estudantes puderam comprovar suas hipóteses de correção/ou não correção. Veja que nos dois casos há a ausência dentária, o que dificulta o procedimento radiográfico devido à mordedura correta. A Fig.8 também foi realizada com *Phantons*, e também há ausências dentárias em mandíbula. Isso naturalmente traz alguma dificuldade na tomada radiográfica, principalmente para o lado esquerdo, onde faltam elementos em maxila e mandíbula.

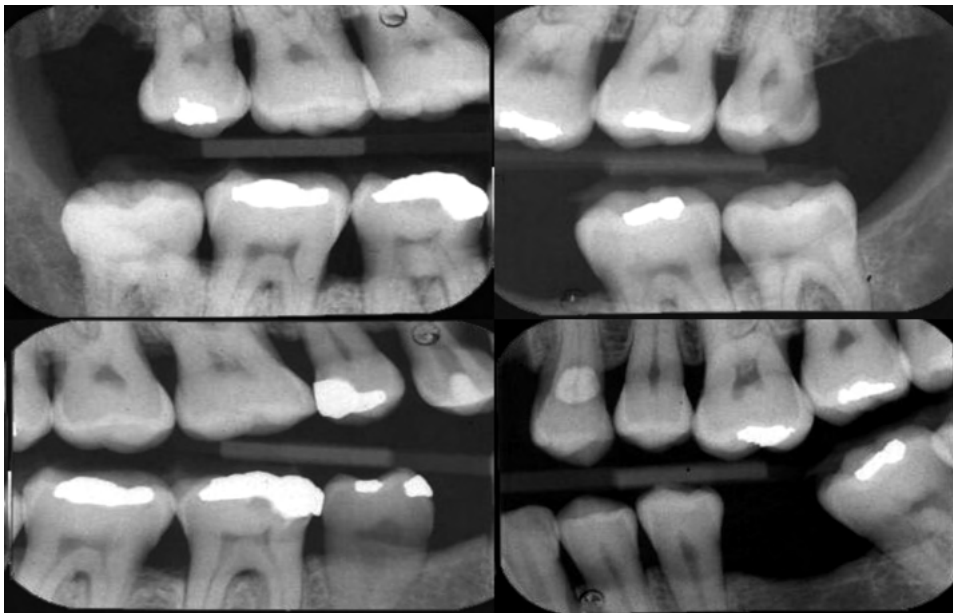


Figura 7 – Exame radiográfico interproximal com 4 imagens das regiões de Ms e PMs de ambos os lados. Note as ausências dentárias, e o posicionamento dos dispositivos de mordida.

Na Fig.8 podemos ver que as superfícies interproximais não estão sobrepostas, devido ao tangenciamento dos raios X centrais nesses espaços. Porém, praticamente, não vemos as cristas ósseas alveolares. Assim, essa seria uma requisição para invertermos os filmes/sensores, de forma vertical, para assim, abranger essas estruturas de suma importância para a avaliação periodontal. A fig.11 exemplifica uma radiografia interproximal onde vemos vários pequenos diastemas entre os dentes, o que não prejudica a qualidade da radiografia.

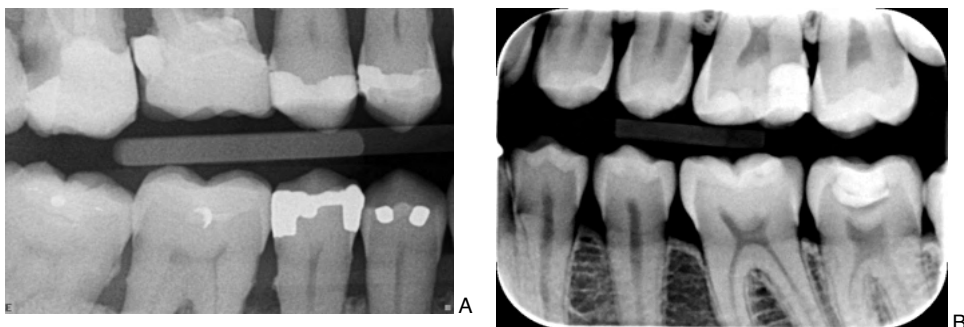
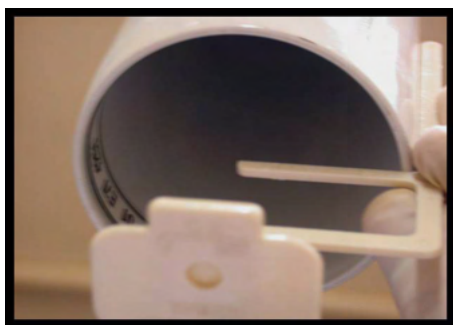


Figura 8– Exame radiográfico interproximal. No lado direito, apesar de não haver sobreposição das superfícies interproximais, vemos muito tártaro e excesso de restaurações e sobrecontornos em várias superfícies dentárias. Já na radiografia B vemos os diastemas, que também trarão prejuízos às COAs com o tempo.

Na Fig.9A são exibidos detalhes importantes dos posicionadores para radiografia intrabucal, interproximal. Note, especialmente a haste para mirar os raios X centrais, na boca do cilindro localizador do aparelho de raios X. Na Fig.9B vemos três diferentes tipos de posicionadores para as tomadas radiográficas interproximais. O dispositivo do meio (vermelho) é demonstrável, também visto em detalhes na Fig.2.



A



B

Figura 9 – Vemos em “A” os detalhes importantes dos posicionadores para radiografia intrabucal, interproximal, a haste para mirar os raios X centrais, na boca do cilindro localizador do aparelho de raios X. Na Fig.11B vemos três diferentes tipos de posicionadores para as tomadas radiográficas interproximais.

Na Fig.10A vemos em detalhe a angulação normalmente aplicada no feixe de raios X em relação aos dentes e filme/sensor, em $+10^\circ$. Isso é devido à angulação em mordedura, oclusão dos dentes posteriores. Nessa figura a tomada radiográfica esta sendo feita com aleta de mordida adaptada em filme radiográfico, sendo a forma mais simples de realizar essa técnica radiográfica. Em “B” vemos o resultado radiográfico, com posicionador de filme/sensor, com falta de inserção do filme radiográfico no suporte do posicionador. Veja que não prejudica sobremaneira a radiografia, mas pode-se melhorar, com a correta inserção do filme radiográfico no suporte (até seu final), evitando possíveis cortes das COAs.

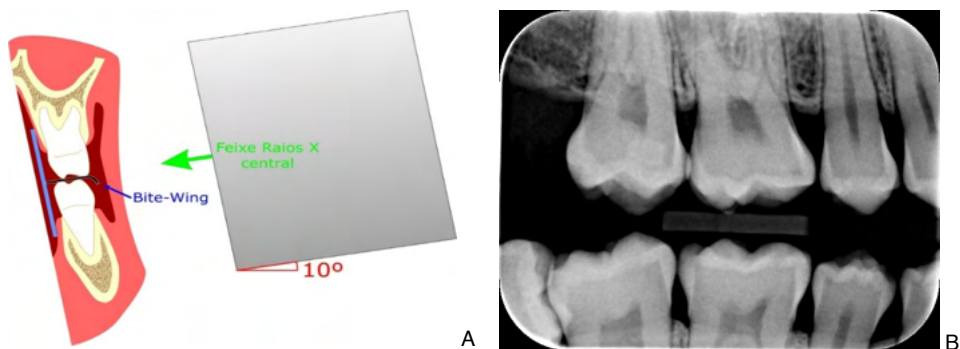


Figura 10 – Vemos em “A”, detalhes da angulação normalmente aplicada no feixe de raios X em relação aos dentes e filme/sensor, em +10°. Em “B” o resultado radiográfico quando a radiografia é feita com posicionador de filme/sensor, mas com falta de inserção do filme nesse mesmo suporte.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Ensino Baseado em Problemas Modificado (PBLM) pode ser uma abordagem inovadora para o ensino das habilidades em odontologia. O estudante de odontologia, nas atividades teórico e práticas (laboratório), poderia resolver problemas sobre os conteúdos da disciplina de radiologia básica, orientados por roteiros de estudo-dirigido”, que poderia incluir vários exercícios práticos com questões problema, com iniciativa individual e finalização em grupos, além da participação concomitante dos estudantes de pós-graduação^{31,32}. A característica especial é a plena integração das atividades teóricas e práticas de maneira indissociável, com base em exercícios e experimentos (iniciação científica) realizados pelos estudantes, juntamente com a participação efetiva de estudantes de pós-graduação, mais experientes, e em formação acadêmica. Possuem diferentes experiências, onde o professor é o incentivador, o tutor o orientador mais próximo dos estudantes de graduação.

Entendemos que a formação do cirurgião dentista generalista, humanista, crítica e reflexiva, para atuar em todos os níveis de atenção à saúde, com base no rigor técnico e científico, das Diretrizes dos Cursos de Odontologia editadas pelo MEC⁵ casam muito bem com o PBLM, principalmente porque exercita: Tomada de decisões; Liderança; Administração e gerenciamento; e Educação permanente.

A base para o desenvolvimento dessa iniciativa de ensino-aprendizagem foi está embasada no chamado “PRÁTICA LABORATORIAL EM ODONTOLOGIA RADIOLÓGICA BÁSICA”, ISBN (85-903824-1-9)³¹. Hoje a metodologia aplicada nesse contexto de ensino-aprendizagem incorporou parte do ensino híbrido, principalmente devido à pandemia SARS COVID-19³².

Na sala de aula os instrutores (estudantes de PG) deviam, em relação à prática com Técnicas Radiográficas Intrabucais- Técnica Radiográfica Interproximal (TRI)^{1,31}:

- Desenvolver no mundo real, problemas complexos e abertos, e como pode ser

enfrentado no local de trabalho ou na vida diária, como errors radiográficos na TRI .

- Atuar como facilitadores, certificando-se que os estudantes estão permanecendo na direção de encontrar os recursos de que necessitam, como p.ex., posicionadores para executar a TRI, aletas, filmes radiográficos/sensores.
- Elevar perguntas para grupos de estudantes que aprofundam as conexões que fazem entre os conceitos, e envolver a pesquisa, como qual erro foi cometido na TRI.
- Releva entre a prestação de orientação direta e incentivar a aprendizagem auto-dirigida, dando ênfase a esta.

O que os estudantes fizeram³¹:

- Resolvem o problema, identificando quais suas necessidades de aprendizagem a fim de desenvolver uma solução e onde procurar recursos de aprendizagem adequados, aplicados aos erros na TRI e dificuldades na Interpretação Radiográfica dessas imagens.
- Colaborar para reunir recursos, partilhar e sintetizar suas descobertas, e colocam perguntas que orientariam as tarefas de aprendizagem para o grupo, pois os erros são diferentes, pois diferentes phantoms foram radiografados.

Os estudantes têm de radiografar 08 diferentes *phantoms*, para realizar as diferentes avaliações, para obter as melhores imagens desses e realizar as interpretações radiográficas, simulando as atividades clínicas, e depois, interpretar essas imagens radiográficas, na busca, principalmente da cárie dentária, avaliação das cristas ósseas alveolares e adaptação de restaurações, considerando-se não somente o contorno, como a falta/excesso de material restaurador. Com base no princípio de que os pacientes devem ser expostos a uma dose de radiação tão baixa quanto razoavelmente possível, é aconselhável sempre usar o filme/sensor mais rápido disponível ou o método mais rápido, desde que a qualidade da imagem radiográfica não seja prejudicada^{8,10,11,12,13,14}. Por isso, torna-se importantíssimo a metodologia de ensino, primariamente, embasada em radiografar os *phantoms*, ou os crânios macerados. Compreendendo de que não há dose de radiação inócua^{7,15}.

À disposição das diferentes turmas de estudantes, estão: computadores em rede, acesso à Internet, e PDFs de diferentes níveis de bibliografias (livros básicos, livros técnicos, e artigos científicos).

A RESOLUÇÃO CNE/CES 3, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2002, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos Superiores, atualizada pela versão 2019, CNE/CES⁵, que os Cursos de Graduação em Odontologia devessem ter um projeto pedagógico, construído coletivamente, centrado no aluno como sujeito da aprendizagem e apoiado no professor como facilitador e mediador do processo ensino-aprendizagem.

Incluimos também no PBLM(modificado) os estudantes de PG. Com isso, especulamos a busca pela formação integral e adequada do estudante através de uma articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão/assistência^{30,31}.

Uma abordagem centrada no estudante foi construída, cuidadosamente, com questões problemas laboratoriais, centrada em erros radiográficos, envolvendo estudantes de PG, estimulou diferentes experiências, com base na realidade clínica (simulação de tomadas radiográficas), pautadas em definir as necessidades de aprendizagem dos alunos, conduzindo a investigação auto-dirigida, integrando teoria e prática, e aplicando conhecimentos e habilidades para desenvolver uma solução para um problema definido: como corrigir o erro radiográfico obtido.

Na assistência odontológica geral, os dentistas geralmente têm acesso a uma série de radiografias de seus pacientes de diferentes anos. A decisão sobre a intervenção da cárie proximal pode então ser baseada não apenas no exame clínico e na detecção de lesões de cárie e profundidade da lesão nas radiografias, mas também na taxa de progressão da lesão de cárie⁶. A avaliação da progressão da lesão cáries também é crucial nos estudos de avaliação do risco de cárie, pois o aumento da cárie, ou seja, o desenvolvimento de uma doença nova ou mais grave, constitui o padrão de referência de escolha⁶. Em nosso trabalho no ensino de graduação, esse conteúdo é especial, radiografia interproximal²⁹ e cárie dentária, já que essa doença é o principal e maior problema de saúde bucal no mundo^{20,21,22,23,24,25,26,28,30}.

Os estudantes de PG foram treinados a não ser o especialista no conteúdo, a não responder aos questionamentos imediatamente à impulsão dos estudantes de graduação. Deveriam se comportar como facilitador/tutor dos assuntos, direcionando os alunos ao raciocínio e diálogo com os outros alunos de diferentes grupos.

Etapas desenvolvidas pelos estudantes, junto com os tutores (estudantes de PG)³¹

Etapas 1 – Os estudantes assistem à aula teórica, com respaldo de alguns conteúdos (textos PDFs, exercícios no GoogleForms, e indicações de livros);

Etapas 2 – Os estudantes de Pós-Graduação obtêm as imagens radiográficas interproximais dos phantoms (crânios macerados adaptados para as cadeiras odontológicas), executadas pelos estudantes de Pós-graduação;

Etapas 3 – Os estudantes de Graduação, em aula prática e em pequenos grupos (máximo de quatro estudantes) à seguir da aula teórica recebem as imagens radiográficas interproximais, executadas pelos estudantes de Pós-graduação, e também as Questões Problemas (QP) sobre as imagens radiográficas. Por exemplo, Há erro nesta imagem radiográfica? Qual erro?;

Etapas 4 – Os estudantes de Graduação criticam essas imagens já obtidas pelos estudantes de Pós-graduação, e propõe executar novas imagens radiográficas interproximais dos mesmos phantoms já radiografados, prontos as correções;

Etapas 5 – Os estudantes de Graduação obtêm novas imagens imagens radiográficas

interproximais dos mesmos phantoms já radiografados, aplicando as correções propostas e discutidas com os estudantes de Pós-graduação.

Etapas 6 – Ambos estudantes de Graduação e Pós-graduação avaliam as novas imagens radiográficas interproximais obtidas.

É preciso salientar que nossa estrutura de ensino possui vinte boxes de raios X, com consultórios odontológicos, propiciando amplo e espaço de aprendizado, com processamento químico em caixas e automático, além de sistemas radiográficos diretos (2) e indiretos (2), e isso, torna bastante agradável e fluido as atividades desenvolvidas.

Ao final do semestre desenvolvido junto à Disciplina de Radiologia Básica, tendo as duplas de estudantes de graduação executado radiografias em pelo menos quatro diferentes *phantoms*, pode-se verificar que esses estudantes foram mais críticos, e resolveram melhor os problemas de erros radiográficos nas TRIs quando estiveram em clínica de diagnóstico, no semestre subsequente.

O PBL é um formato educacional centrado no estudante, na discussão e no aprendizado que emana de um problema de base clínica. Esse método incentiva a aprendizagem independente e dá aos estudantes, prática para lidar com situações mais difíceis e definir suas próprias lacunas de compreensão no contexto de problemas clínicos relevantes, tornando mais provável que eles sejam capazes de recordar o material mais tarde no cenário clínico. Vimos essa técnica de ensino-aprendizagem incentivar uma compreensão mais profunda do conteúdo, em vez de uma cobertura superficial. Com base no inovador programa PBLModificado foi possível incorporar mudanças significativas na Disciplina. Muitos Cursos da área de saúde, principalmente, Médicos, introduziram a aprendizagem baseada em problemas em seus currículos e há ampla evidência de que os estudantes aprendem pelo menos tão bem usando um formato de aprendizagem baseado em problemas quanto em um formato convencional, mas com significativo melhora no aspecto crítico e reflexivo. Modificamos o PBL, para PBLM para trazer ao ensino de Odontologia, área de Radiologia adaptações necessárias, como p.exemplo, o uso de radiação ionizante em *phantoms*^{7,15,16,17,18,19,31,32}.

Com o uso do PBLM cada problema incitado deve incentivar o estudante “a desenvolver uma apreciação como um todo, sempre relevando que está em treinamento utilizando *phantoms*, para evitar expor os pacientes à radiação ionizante, sem necessidade. Assim, há um pensamento natural interrelacionado dos mecanismos físicos, biológicos e comportamentais que devem ser considerados com cada problema de saúde²⁷. Neste caso, enfatizamos a cárie e as adaptações de restaurações, em possíveis procedimentos iatrogênicos. A vivência nesse formato de aprendizagem, para os estudantes (ambos) ajudou a formar os aspectos críticos e reflexivos, para a análise de problemas, geração de hipóteses e geração de questões de aprendizagem que garantem uma exploração mais aprofundada. Cada Questão Problema, embasada nos erros radiográficos destinou-se a

provocar questionamentos críticos, encorajar o acesso independente a uma variedade de materiais de recursos de aprendizagem, sempre considerando-se o Risco X Benefício ao paciente^{7,8,15}, e assim, gerar discussões nos pequenos grupos. A profundidade e amplitude da discussão sobre qualquer tópico em particular irá variar, dependendo de formação de graduação, principalmente dos estudantes de Pós-graduação.

A configuração de pequenos grupos usada no PBLM incentiva um olhar inquisitivo e detalhado sobre todas as questões, conceitos e princípios contidos no problema, principalmente com a participação dos estudantes de Pós-graduação como tutores dos grupos. O apoio de sala de aula com 01 (um) computador por estudante facilita o desenvolvimento de habilidades como recuperação de literatura, avaliação crítica das informações disponíveis e busca de opiniões de pares e especialistas. O PBLM incentivou os estudantes no envolvimento maior e mais responsável por seu próprio aprendizado, sempre acreditando nos possíveis efeitos da radiação X no organismo humano, nos direitos individuais dos pacientes e a maioria desses estudantes de graduação e de PG, relataram que essa é uma maneira muito agradável de aprender e ensinar (87%)^{1,31,32}.

Dessa forma, ao implementar/modificar a metodologia PBL para o PBLM, trabalhando com tutores de PG no ensino de graduação, conteúdo de Técnicas Radiográficas interproximais, conseguimos estimular o aprendizado desse conteúdo pelos estudantes, de maneira ímpar, trazendo criticidade e capacitando-os para o diagnóstico clínico.

REFERÊNCIAS

1. Watanabe & Arita. **Radiologia Oral. Text e atlas**. 1ªed. Santana de Parnaíba, Manole, 2021.
2. American Dental Association and U.S. Department of Health and Human Services. **The Selection of Patients for Dental Radiographic Examination**, Revised 2004(revised 2012).
3. Krupinski E.A. Current perspectives in medical image perception. **Atten Percept Psychophys**. 2010 Jul;72(5):1205-17. doi: 10.3758/APP.72.5.1205.
4. Norman GR, Coblenz CL, Brooks LR, Babcock CJ. **Expertise in visual diagnosis: A review of the literature**. Acad Med 1992;67:S78-83.
5. Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Odontologia e dá outras providências. **RESOLUÇÃO Nº 3, DE 21 DE JUNHO DE 2021**. CNE/CES.
6. Senneby A, Elfvin M, Stebring-Franzon C, Rohlin M. A novel classification system for assessment of approximal caries lesion progression in bitewing radiographs. **Dentomaxillofac Radiol** 2016; 45:20160039.
7. National Council for Radiation Protection & Measurements, ed. NCRP Report No. 145 - Radiation Protection in Dentistry. Bethesda: **National Council on Radiation Protection and Measurement**; 2003.

8. Farman TT, Farman AG. Evaluation of a new F speed dental X-ray film. The effect of processing solutions and a comparison with D and E speed films. **Dentomaxillofac Radiol** 2000;29(1):41-5.
9. Hadley DL, Replogle KJ, Kirkam JC, Best AM. A comparison of five radiographic systems to D-speed film in the detection of artificial bone lesions. **J Endod** 2008;34(9):1111-4.
10. Alkurt MT, Peker I, Bala O, Altunkaynak B. In vitro comparison of four different dental X- ray films and direct digital radiography for proximal caries detection. **Oper Dent** 2007;32(5):504-9.
11. Schulze RK, Nackat D, D'Hoedt B. In vitro carious lesion detection on D-, E-, and F- speed radiographic films. **Oral Surg Oral Med Oral Pathol Oral Radiol Endod** 2004;97(4):529-34.
12. Sheaffer JC, Eleazer PD, Scheetz JP, Clark SJ, Farman AG. Endodontic measurement accuracy and perceived radiograph quality: effects of film speed and density. **Oral Surg Oral Med Oral Pathol Oral Radiol Endod** 2003;96(4):441-8.
13. Syriopoulos K, Velders XL, Sanderink GC, van Der Stelt PF. Sensitometric and clinical evaluation of a new F-speed dental X-ray film. **Dentomaxillofac Radiol** 2001;30(1):40-4.
14. Woolhiser GA, Brand JW, Hoen MM, et al. Accuracy of film-based, digital, and enhanced digital images for endodontic length determination. **Oral Surg Oral Med Oral Pathol Oral Radiol Endod** 2005;99(4):499-504.
15. **RESOLUÇÃO - RDC Nº 330, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019.** Ministério da Saúde/Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Diretoria Colegiada. Requisitos sanitários para a organização e o funcionamento de serviços de radiologia diagnóstica ou intervencionista.
16. Gavala S, Donta C, Tsiklakis K, et al. Radiation dose reduction in direct digital panoramic radiography. **Eur J Radiol** 2009;71(1):42-8.
17. Alcaraz M, Parra C, Martinez Beneyto Y, Velasco E, Canteras M. Is it true that the radiation dose to which patients are exposed has decreased with modern radiographic films? **Dentomaxillofac Radiol** 2009;38(2):92-7.
18. Dannewitz B, Hassfeld S, Eickholz P, Muhling J. Effect of dose reduction in digital dental panoramic radiography on image quality. **Dentomaxillofac Radiol** 2002;31(1):50-5.
19. Kaeppler G, Dietz K, Herz K, Reinert S. Factors influencing the absorbed dose in intraoral radiography. **Dentomaxillofac Radiol** 2007;36(8):506-13.
20. Mestriner S.F., Pardini L.C., Mestriner jr W. Impact of the bitewing radiography exam inclusion on the prevalence of dental caries in 12-year-old students in the city of Franca, São paulo, brazil. **J Appl Oral Sci.** 2006;14(3):167-71.
21. Takahashi N., et al. A comparison of diagnosis of early stage interproximal caries with bitewing radiographs and periapical images using consensus reference. **Dentomaxillofac Radiology** (2019) 48, 20170450.
22. Brown LJ, Wall TP, Lazar V. Trends in total caries experience: permanent and primary teeth. **J Am Dent Assoc** 2000; 131: 223–31. doi: [https:// doi. org/ 10. 14219/ jada. archive. 2000. 0151](https://doi.org/10.14219/jada.archive.2000.0151)

23. Prevention, C.F.D.C.A.. Preventing cavities, gum disease, and tooth loss. In: **D.O.O.H.**, ed. US; 2009. <http://www.cdc.gov/nccdphp/publications/aag/doh.htm>.
24. Murdoch-Kinch CA, McLean ME. Minimally invasive dentistry. **J Am Dent Assoc** 2003; 134: 87–95. doi: <https://doi.org/10.14219/jada.archive.2003.0021>.
25. Kamburoglu K, Kolsuz E, Murat S, Yüksel S, Ozen T. Proximal caries detection accuracy using intraoral bitewing radiography, extraoral bitewing radiography and panoramic radiography. **Dentomaxillofac Radiol** 2012; 41: 450–9. doi: <https://doi.org/10.1259/dmfr/30526171>.
26. Terry GL, Noujeim M, Langlais RP, Moore WS, Prihoda TJ. A clinical comparison of extraoral panoramic and intraoral radiographic modalities for detecting proximal caries and visualizing open posterior interproximal contacts. **Dentomaxillofac Radiol** 2016; 45: 20150159. doi: <https://doi.org/10.1259/dmfr.20150159>.
27. White SC, Pharoah MJ. Oral Radiology-E-Book: Principles and Interpretation. In: Elsevier Health Sciences; 2014.
28. Fejerskov O, Kidd E. **Dental caries: the disease and its clinical management**. 3rd Edition: John Wiley & Sons; 2009.
29. Abdinian M., Razavi S.M., Faghihian R., Samety A.A., Faghihian E. Accuracy of Digital Bitewing Radiography versus Different Views of Digital Panoramic Radiography for Detection of Proximal Caries. **www.jdt.tums.ac.ir** April 2015; Vol. 12, No. 4.
30. Civera V.G., Almerich Silla J.M., Montiel Company J.M., Navarro L.F. Clinical and radiographic diagnosis of approximal and occlusal dental caries in a low risk population. **Med Oral Patol Oral Cir Bucal** 2007;12:E252-7.
31. **Watanabe, PCA**; Pardini, LC . Radiologia Básica (Odontologia), Vinte Anos de Experiência no Ensino Baseado em Problemas Modificado (EPBM). **Revista de Graduação USP**, v. 2, p. 63-74, 2017
32. **Watanabe, PCA**. Ensino Híbrido, Experiência na faculdade de Odontologia de ribeirão preto. **REVISTA ADUSP**, v. 65, p. 34-42, 2021.

AS ILHAS DE CALOR E SUA RELAÇÃO COM A QUALIDADE DE VIDA NAS CIDADES: A IMPORTÂNCIA DAS ÁREAS VERDES

Data de aceite: 03/10/2022

Data de submissão: 07/08/2022

Willian Borges Vieira

Universidade Estadual de Mato Grosso
(UNEMAT), Carlos Alberto Reyes Maldonado -
FACH- Faculdade de Ciências Humanas
Cáceres – Mato Grosso
<http://lattes.cnpq.br/6620442801720235>

Laila Raissa Pereira Moraes de Souza

Universidade Estadual de Mato Grosso
(UNEMAT), Carlos Alberto Reyes Maldonado -
FACH- Faculdade de Ciências Humanas
Cáceres – Mato Grosso
<http://lattes.cnpq.br/4975662293926578>

RESUMO: Dentro dos elementos do clima urbano, a presente pesquisa teve como foco as ilhas de calor e sua influência na qualidade de vida urbana, podendo criar desconforto térmico, baixa produtividade mental e em casos extremos, estarem associadas à morte por ataque cardíaco. Para tal, a pesquisa baseou-se em levantamentos bibliográficos para fundamentar a temática. As ilhas de calor, que podem se manifestar em pontos distintos no mundo, são mais comuns em grandes cidades especialmente na sua porção central por ser o ambiente onde existe uma grande concentração de edifícios, muitos deles com baixo nível de albedo. No caso do Brasil, país onde o processo de industrialização contribuiu para um crescimento urbano desordenado o pressuposto não é diferente. Por

meio do estudo foi possível constatar que as ilhas de calor podem afetar a qualidade de vida de modos distintos, sendo necessário criar meios para mitigar as consequências delas, sendo a implementação de áreas verdes o principal e mais barato instrumento para mitigação deste fenômeno.

PALAVRAS-CHAVE: Ilhas de Calor. Qualidade de vida. Urbanização.

HEAT ISLANDS AND THEIR RELATIONSHIP WITH QUALITY OF LIFE IN CITIES: THE IMPORTANCE OF GREEN AREAS

ABSTRACT: Within the elements of the urban climate, the present research focused on heat islands and their influence on the quality of urban life, which can create thermal discomfort, low mental productivity and in extreme cases, be associated with death from heart attack. For this, a research was based on bibliographic surveys to fundamentalize the theme. Heat islands, which can manifest themselves at different points in the world, are more common in large cities, especially in its central portion, as it is the environment where there is a high concentration of buildings, many of them with low levels of albedo. In the case of Brazil, a country where the industrialization process contributed to a disorderly urban growth, the assumption is no different. Through the study it was possible to verify that the heat islands can affect the quality of life in different ways, being necessary to create means to mitigate the consequences of them, being the implementation of green areas the main and cheapest instrument to mitigate this phenomenon.

KEYWORDS: Heat islands. Quality of life. Urbanization.

1 | INTRODUÇÃO

Estudos voltados para as variações da temperatura nas áreas urbanas são recentes no contexto histórico da existência das cidades, somente a partir da década de 1920 que estudos neste sentido começaram a ganhar espaço na comunidade científica, levando ao surgimento de novas ferramentas e instrumentos que possibilitaram estudar as ilhas de calor mais a fundo (FIALHO, 2009).

Este pressuposto é justificável pelo fato de a população mundial se encontrar em sua maioria nas cidades, o êxodo rural transformou a sociedade e a levou para a sua concentração, Alves et al. (2011) confirmam tal premissa, apontando que:

[...] o êxodo rural contribuiu para a urbanização do Brasil. No período 1950–1960, chegou a ser responsável por 17,4% do crescimento populacional das cidades, e foi muito importante nas duas décadas seguintes (ALVES et al., 2011, p. 02).

Em virtude do crescimento populacional de uma cidade, vários problemas surgem, sendo um deles a elevada densidade demográfica que se observa principalmente nos grandes centros. Nakano (2015) discorre sobre a densidade demográfica, defendendo que:

No momento em que um grupo de pessoas se aglomerou em uma determinada área, instaurou-se a questão da densidade. Quando as aglomerações populacionais passaram a construir, ordenar e utilizar as áreas ocupadas com atividades e atributos de cidade instaurou-se a questão da densidade urbana. Por isso podemos afirmar corretamente que a densidade urbana é permanentemente um elemento intrínseco e constituinte dos espaços urbanos. Decorre daí a posição de destaque que as discussões sobre diferentes dimensões da densidade urbana sempre tiveram nas preocupações sobre as cidades ao longo da era moderna no mundo ocidental (NAKANO, 2015, p. 24).

Desta forma, pensar no urbano é pensar em algo transformado e inacabado, basicamente tudo o que há na cidade foi alterado de alguma forma pela ação humana, e até mesmo o clima sofre variações. Esta alteração no clima não se refere ao nível macro, isto é, ao clima de uma grande área, pois o clima urbano é algo local, condicionado pela ação antrópica, e qualquer pessoa (mesmo não tendo formação científica) pode observar que nas cidades faz mais calor do que em zonas rurais. Esta, variação térmica ocasionada pela ação humana é um dos elementos do clima urbano, o qual é objeto de estudo da climatologia urbana que por sua vez estuda todos os elementos que compõem as variações e características climáticas existem no meio urbano (GARTLAND, 2010).

Torna-se importante destacar que as variações climáticas urbanas e em especial as ilhas de calor e sua relação com a qualidade de vida (considerando as áreas verdes como principal agente mitigador destas) é o foco deste estudo. As ilhas de calor são um

fenômeno que tem ganhado força nas últimas décadas por constituírem “microclimas” dentro do espaço urbano, que afetam intimamente as pessoas que vivem nos locais onde este desequilíbrio climático ocorre (FEITOSA, et al. 2011).

Com base nisto deve-se ter em mente que a construção de um espaço urbano deve considerar, no planejamento, a questão do clima regional e também o clima urbano que ela pode gerar, pois as condições climáticas de determinadas áreas são definidas pela alteração humana nestas paisagens, isto é, a cidade pode ser definida como um palco das relações humanas e o ambiente construído definirá a condição local (MONTEIRO e MENDONÇA, 2003).

Alves (2017) trata sobre a cidade e o clima urbano defendendo que:

As cidades, portanto, podem gerar um clima próprio, denominado de clima urbano. Os fatores geourbanos são os responsáveis por esta modificação em escala local. Podendo variar de acordo com o grau de urbanização da cidade ou mesmo da complexa interação entre estes fatores (ALVES, 2017, p.99).

Sendo assim, em países como o Brasil que registram em seu contexto histórico as marcas de um processo de industrialização tardia, onde muitas cidades se desenvolveram em decorrência do êxodo rural ocorrido pela atração das cidades durante esse processo, este fenômeno das ilhas de calor pode ter consequências mais profundas devido ao intenso crescimento desordenado das cidades, sem a preocupação com a inserção de áreas verdes, criando condições para o surgimento de ilhas de calor que comprometem a qualidade de vida (FIALHO, 2009).

2 | METODOLOGIA

O presente estudo foi desenvolvido a partir da análise de informações já existentes. Deste modo, a revisão bibliográfica possibilitou ter acesso a uma ampla gama de informações de extrema valia, pois diferentes fontes são capazes de fornecer ao pesquisador diferentes olhares sobre um mesmo objeto de estudo (GIL, 2002).

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 As ilhas de calor e suas consequências para a qualidade de vida

As ilhas de calor urbanas constituem setores com temperaturas mais altas quando comparado ao seu entorno (JARDIM, 2007). Estudando a sua origem associada à grande concentração de área construída (isto é, quanto mais densa for a concentração de materiais alocados no espaço urbano, maior será a incidência e intensidade deste fenômeno), Gartland (2010) afirma que:

Ilhas de calor são formadas em áreas urbanas e suburbanas porque muitos materiais de construção comuns absorvem e retêm mais calor do sol do que materiais naturais em áreas rurais menos urbanizadas. Existem duas razões

principais para este aquecimento. A primeira é que a maior parte dos materiais de construção é impermeável e estanque, e por esta razão não há umidade disponível para dissipar o calor do sol. A segunda é que a combinação de materiais escuros de edifícios e pavimentos com configuração do tipo *canion* absorve e armazena mais energia solar [...]. O calor antropogênico, ou produzido pelo homem, menores velocidades do vento e poluição do ar em áreas urbanas também contribuem para a formação de ilhas de calor (GARTLAND, 2010, p. 11).

Dentre os principais fatores que podem ser responsáveis pela formação de ilhas de calor pode-se destacar a localização geográfica da cidade, pois, elementos como a altitude e latitude definem a incidência de luz solar que uma determinada área receberá, por exemplo, as áreas consideravelmente distantes das áreas tropicais tendem a ser mais frias. No caso de países localizados em latitudes mais baixas, como o Brasil, eles são mais quentes por receberem a radiação solar com maior intensidade, e a probabilidade de surgir ilhas de calor, especialmente nas grandes cidades é maior (FRITZSONS et al. 2008).

Outro fator que influencia na formação de ilhas de calor é a estação do ano, pois, nos grandes centros urbanos ela se manifesta com maior intensidade na época em que o clima é mais seco e quente (como o verão). Cidades que possuem elevados níveis de poluição atmosférica (proveniente do grande número de automóveis, indústrias e afins) também são mais suscetíveis a desenvolver o fenômeno de ilhas de calor, isso decorre do fato de que as concentrações de gases na atmosfera podem alterar a dinâmica natural, contribuindo para aumentar a temperatura. Também contribuem a ausência de vegetação urbana, e a proximidade de edificações que dificultam a circulação de correntes de ar (SILVA e VIEIRA, 2017).

Há outra consideração que Alves (2017) aponta: quanto maiores forem as alterações estruturais do meio, maior será a perturbação na temperatura normal de uma determinada localidade, ou seja, quanto mais densas forem as construções, maior será a variabilidade de temperatura local, pois os objetos artificiais funcionam como obstáculos para as correntes de ar urbanas.

Assim, tanto a concentração de edificações como a sua verticalização são fatores importantes na geração de ilhas de calor urbanas. Como afirmara Silva (2008):

Para a cidade continuar crescendo é imprescindível a disponibilidade de terras, mas o que ocorre nas grandes cidades é uma diminuição de espaços livres para a construção de novas habitações. Estes estão que totalmente edificados, impulsionando a tendência de verticalização das residências.

Contudo a intensificação da verticalização não é decorrente apenas da demanda por habitações, mas de uma rede de relações econômicas, sociais, técnicas que se entrelaçam criando novas paisagens na cidade (SILVA, 2008, p. 16).

Para entender a formação das ilhas de calor, é necessário entender o albedo, ou seja, o nível de refletância de uma superfície: quanto maior for o albedo, maior a refletância

e com isso menor é a absorção de calor, Bias, Baptista e Lombardo (2003) confirmam isso, dizendo que:

O fenômeno de ilhas de calor é mais verificado em ambientes urbanos, pois [...] os diferentes padrões de reflectividade, ou de albedos, são altamente dependentes dos materiais empregados na construção civil. Nota-se que, dependendo do albedo, mais radiação será absorvida e mais calor será emitido pela superfície (BIAS; BAPTISTA; LOMBARDO; 2003, p.1742).

Portanto, não se trata apenas de criar infraestruturas para ocupar novos espaços urbanos, pois o seu efeito na população também deve ser levado em consideração. Para a população as ilhas de calor (dependendo da intensidade das temperaturas registradas) podem representar desde um pequeno problema social que causa desconforto térmico, até um problema de saúde que pode levar pessoas a óbito, em casos severos de ilhas de calor que reduzem significativamente as condições de habitação de determinados locais da cidade (GARTLAND, 2010).

No Brasil este fenômeno também ocorre com maior intensidade e frequência em grandes centros urbanos. Lucena et al. (2012) ao realizar uma pesquisa na região metropolitana do Rio de Janeiro, comprovaram tal premissa, e também chegaram a conclusão de que os ambientes mais quentes estão associados diretamente com a qualidade de vida (e estes estão mais presentes em localidades economicamente mais vulneráveis), para os autores este fato justifica-se pelas ilhas de calor estarem localizadas em locais onde a infraestrutura da malha urbana é deficiente em relação com as áreas verdes. Casos de mortalidade por ataque de miocárdio e derrames cerebrais em decorrência do calor excessivo podem ocorrer.

Lucena et al. (2012) ainda descrevem que na região metropolitana do Rio de Janeiro a densa urbanização cria condições para a existência de ilhas de calor, mostrando uma análise comparativa entre os anos de 1980 e 2000, onde se constata um aumento da temperatura da superfície continental (TSC) nas áreas (Figuras 01 e 02).

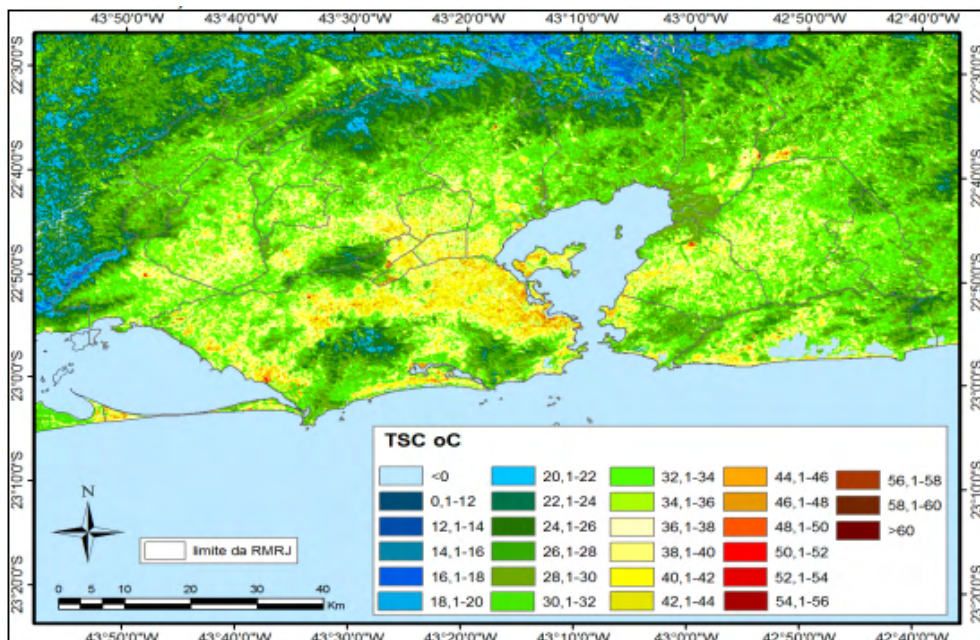


Figura 01: Temperatura da superfície continental (TSC) em 1980 na região metropolitana do Rio de Janeiro

Fonte: Lucena et.al (2012).

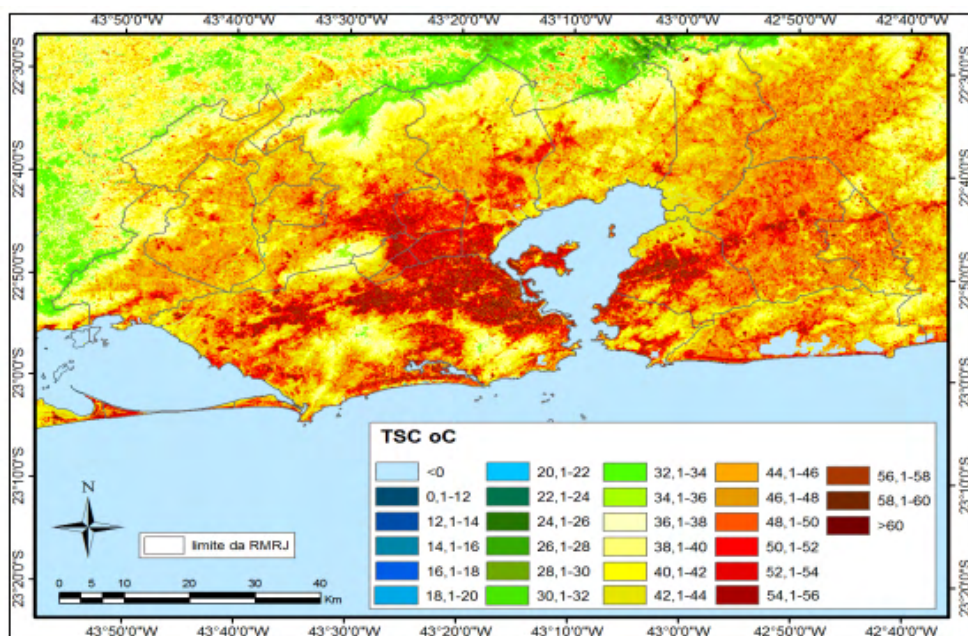


Figura 02: Temperatura da superfície continental (TSC) em 2000 na região metropolitana do Rio de Janeiro

Fonte: Lucena et.al (2012).

Entre as consequências do aumento da temperatura urbana em decorrência das

ilhas de calor tem-se o caso do desconforto térmico, que provoca a redução no desempenho pessoal (em decorrência da alta temperatura) bem como consequências econômicas o aumento das temperaturas costuma vir associado ao aumento do consumo energético, uma vez que as pessoas tendem a recorrer a instrumentos que visam mitigar o calor, como o uso prolongado de aparelhos elétricos como ventiladores, umidificadores, climatizadores e sistemas de ar-condicionado (ALVES, 2017).

Marto (2005) descreve quem são os principais afetados pelo calor extremo, dizendo que:

Os idosos, sobretudo acima dos 85 anos, são mais vulneráveis ao calor devido à fragilidade do seu estado de saúde, agravada por falta de autonomia física e psíquica e isolamento social [...].

Os indivíduos pertencentes aos estratos socioeconômicos mais baixos são mais vulneráveis à mortalidade relacionada com o calor, provavelmente devido a má qualidade da habitação, ausência de ar condicionado, no acesso a serviços de saúde e comportamentos individuais de risco (alcoolismo, medicação).

O consumo de álcool, a actividade física intensa ao ar livre e a utilização de medicamentos que interferem com a termoregulação (diuréticos, beta-bloqueadores, neurolépticos, antidepressivos tricíclicos, sedativos) são também factores predisponentes para doença relacionada com o calor (MARTO, 2005, p. 469).

3.2 Como mitigar os impactos das ilhas de calor nas cidades: importância de áreas verdes

Existem alguns meios para mitigar as ilhas de calor, e em consequência de isto, melhorar a qualidade de vida nestes locais. O uso de matérias de maior albedo é uma alternativa viável, pois maior refletância das superfícies significará menor absorção de calor, tendo em vista que superfícies com tonalidade escura absorvem mais calor (FIALHO, 2009). Sobre o nível de albedo é importante destacar que superfícies diferentes possuem níveis de refletância diferentes, conforme pode ser observado na Tabela:

Material	Valor do nível de albedo
Telhado vermelho/marrom	0,10 – 0,35
Pintura branca de edificações	0,50 – 0,50
Concreto (em calçadas)	0,10 – 0,35
Asfalto comum (vias pavimentadas)	0,05 – 0,20

Tabela 01: Valores do albedo para superfícies urbanas diferentes

Fonte: Site da EPA apud Bias; Baptista; Lombardo (2003, p.1742). Organizado pelo autor (2021).

Sobre o fato de os ambientes escuros reterem mais o calor Gartland (2010) aponta que:

[...] A temperatura de superfícies escuras e secas pode chegar a 88°C durante o dia, ao passo que superfícies com vegetação e solo úmido sob as mesmas condições chegam a atingir apenas 18°C (GARTLAND, 2010, p. 11).

Outra medida interessante está associada ao poder público e/ou órgãos de engenharia urbana que definem a configuração espacial da cidade: construir edificações com maior espaçamento entre elas permitirá a circulação das correntes de ar, o que significará a redução da temperatura nestes locais; igualmente, a adoção de políticas que não permitam o crescimento desordenado das cidades (FIALHO, 2009).

Também, o uso da cobertura vegetal pode ser uma alternativa mais eficaz para mitigar os efeitos das ilhas de calor, conforme explica Gartland (2010):

Árvores e vegetação reduzem as ilhas de calor de duas maneiras. Primeiro, elas produzem sombras para edifícios, pavimentos e pessoas, protegendo-os do sol. Isso mantém superfícies mais frescas, reduz o calor que é transferido para o ar acima e reduz o consumo de energia dos edifícios abaixo delas. O sombreamento das árvores também mantém as pessoas mais refrescadas e confortáveis, reduzem os riscos de insolação e protegem-nas dos raios ultravioletas.

Segundo, durante o processo de fotossíntese, as árvores e vegetações utilizam um processo chamado evapotranspiração para mantê-las frescas. As plantas utilizam a energia solar para evaporar água, evitando que essa energia seja usada para aquecer a cidade. As temperaturas do ar ao redor e a sotavento de áreas bem vegetadas são mais frescas por causa da evapotranspiração (GARTLAND, 2010, p. 135).

No caso do Brasil, o próprio Ministério do Meio Ambiente estabelece que as áreas verdes (ou ambientes semelhantes que possuem cobertura arbórea significativa) contribuem para a qualidade de vida e o equilíbrio ambiental nas cidades (MMA, 2016).

Sendo assim, Bartalini (1986) confirma o pressuposto apontando que:

O efeito mais sensível da vegetação sobre as condições ambientais é o de amenizador da temperatura: a sensação de conforto térmico proporcionada pela arborização urbana é uma experiência que está no repertório do cidadão comum, sobretudo nos climas tropicais e equatoriais. No entanto, o papel da arborização urbana vai além desta sensação tátil imediata. Sendo a temperatura das áreas cobertas por vegetação sensivelmente menor que a das áreas nuas ou edificadas, produzem-se variações térmicas que podem contribuir na ventilação da cidade. Assim a arborização urbana pode atenuar os efeitos das "ilhas de calor" que tendem a se formar sobre as cidades, influenciando, portanto, na temperatura, nos ventos e na pluviosidade, ou seja, nas condições climáticas (BARTALINI, 1986, p. 52).

Portanto, além de mitigar as ilhas de calor, as áreas verdes estão associadas a qualidade de vida. Cassou (2019) aponta que as pessoas se mostram satisfeitas e bem dispostas em contato com estruturas verdes, além do conforto térmico, a saúde mental está associada ao contato com estes ambientes que ainda proporcionam melhores condições para a realização de atividades físicas, além de proporcionar outros benefícios.

Szeremeta e Zannin (2003) confirmam o supramencionado e ainda apontam que níveis de estresse são menores em pessoas que frequentam ambientes verdes, para os autores o “equilíbrio mental” é mais evidente nestes locais.

Lourenço et al. (2016) apontam os benefícios das áreas verdes no espaço urbano, podem ser “multifatoriais” porque, elas ainda melhoram a qualidade do ar (que nas grandes cidades é importante devido ao alto nível de gases poluentes produzidos), reduzem os ruídos e geram valorização imobiliária. No esquema da figura 03 é possível visualizar os benefícios à saúde humana relacionados com as áreas verdes urbanas.

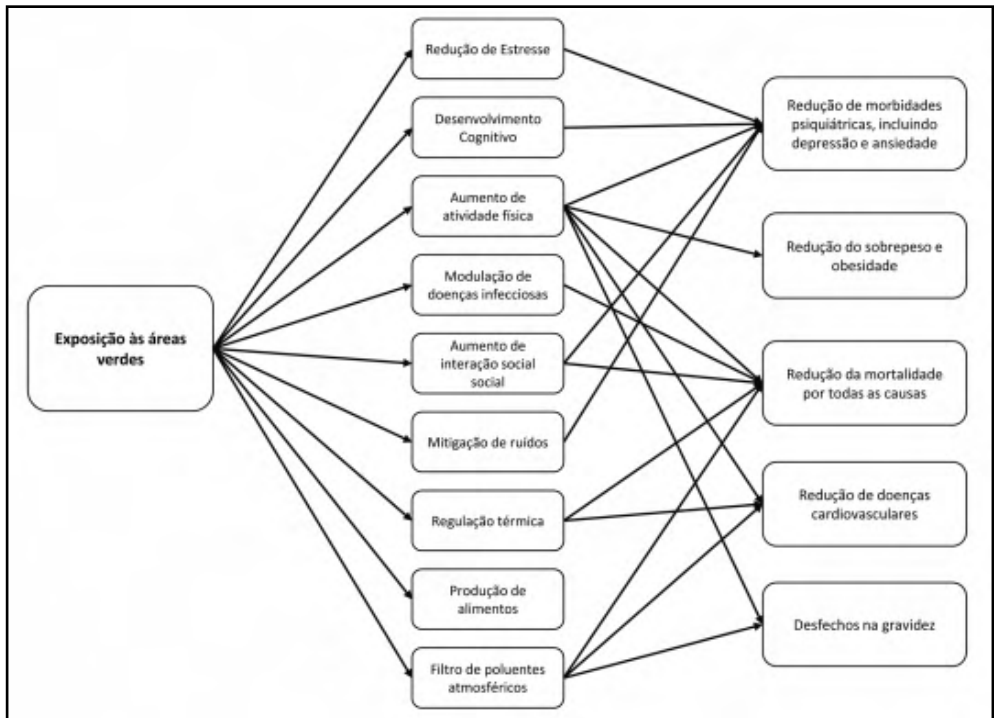


Figura 03: Áreas verdes urbanas sua relação com a qualidade de vida

Fonte: Lourenço et.al (2016)

Sendo assim, tanto os jardins públicos e parques como outros ambientes (por exemplo, os telhados verdes em grandes edificações) podem contribuir para a redução das ilhas de calor urbanas, e como consequência, contribuir para a qualidade de vida, por isso, adotar tais ambientes deve ser levado em conta no planejamento urbano (LONDE e MENDES, 2014).

Paralelamente a adoção de pisos permeáveis pode ser uma solução viável para mitigar o calor urbano tendo em vista que pavimentos comuns absorvem muita energia solar esquentando rapidamente e irradiando este calor por mais tempo no ambiente urbano.

Isto ocorre em decorrência da temperatura do pavimento ser maior do que a do ambiente em contato com ele, sendo assim, a adoção de pavimentos permeáveis possibilitaria a transferência de calor para o solo além de umidade, o que poderia contribuir para a redução de sua temperatura. No entanto, tal pavimento costuma ter custo mais elevado, porém visando qualidade de vida pode ser uma possibilidade (CORREA, et al. 2003).

Deve-se instaurar um novo modo de pensar o espaço urbano, a convivência com o clima urbano necessita de novas forma de analisar o espaço. Aberto et. al (2012) argumentam que:

A crescente implantação de edifícios gera um aumento de serviços de infraestrutura a serem oferecidos, além da elevação do consumo de energia, determinando conseqüentemente um aumento na temperatura da cidade, devido à diminuição de área verde permeável e ao aumento das zonas de ilhas de calor (Aberto et al. p.171, 2012).

4 | CONCLUSÕES

As ilhas de calor constituem um fenômeno que pode se manifestar em diferentes localidades, estando intimamente ligadas à qualidade de vida das pessoas, o que faz necessário criar meios para mitigá-las.

Diferentes métodos podem ser adotados para minimizar os efeitos das ilhas de calor, sendo as áreas verdes o mais eficiente e barato; por isso o poder público deve fomentar estes espaços na cidade, bem como evitar um crescimento desordenado da mesma, utilizando diretrizes e normas. Ou seja, uma forte política urbana (de recuperação de áreas verdes e criação de novas) não só vai ser eficiente no combate às ilhas de calor como também contribuirá para a redução da poluição do ar.

No entanto, as propostas de mitigação das ilhas de calor utilizando espaços verdes devem levar em conta ainda, a variedade de funcionalidades destes espaços para o urbano (lazer, qualidade de vida, valorização imobiliária e embelezamento) por serem funções que melhoram a condição da paisagem no ambiente urbano.

REFERÊNCIAS

ALVES, E.; SOUZA, G. da S. e; MARRA, R. Êxodo e sua contribuição à urbanização de 1950 a 2010. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, DF, ano 20, n. 2, p. 80-88, abr./jun. 2011. . Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/handle/doc/910778>. Acesso em: 25 jun. 2021.

ALVES, E. D. L. Ilha de calor urbana em cidade de pequeno porte e a influência de variáveis geourbanas. **Revista Brasileira de Climatologia**, v. 20, n. 13, p. 97–116, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/revistaabclima/article/view/46190>. Acesso em: 25 jun. 2021.

ALBERTO, Z. A. RECCHIA, F. M. PENEDO, S. R. M. PALETTA, F. A. Estudo do telhado verde nas construções sustentáveis. s. In: XII Safety, Health and Environment World Congress. Julho 22 - 25, 2012, São Paulo. *Anais...* São Paulo: 2012. Disponível em: <https://www.agriversdes.com.br/biblioteca/wp-content/uploads/2019/06/estudo-do-telhado-verde.pdf>. Acesso em: 20 março. 2021.

BARTALINI. Áreas verdes e espaços livres urbanos. **Paisagem Ambiente: Ensaios**. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, n.1. p.49-71, dez, 1987. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/paam/article/view/133974>. Acesso em: 29 jun. 2021.

BIAS, E.S.; BAPTISTA, G.M.M.; LOMBARDO, M.A. Análise do fenômeno de ilhas de calor urbanas, por meio da comunicação de dados landsat e ikonos. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 9., Belo Horizonte, 2003. *Anais*. Belo Horizonte: INPE, 2003, p. 1741-1748.

CASSOU, A.C.N. *Características ambientais, Frequência de utilização e nível de atividade física dos usuários de parques e praças de Curitiba-PR*. 2009. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal do Paraná.

Correa E.N.; Flores Larsen S.; Lesino G. Isla de calor urbana: efecto de los pavimentos. Informe de avance. **Avances en Energías Renovables y Medio Ambiente**, v. 7, n.2, p. 25-30, 2003. Disponível em: <http://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/81350>. Acesso em: 29 jun. 2021.

FEITOSA, S. M. R.; GOMES, J. M. A.; NETO, J. M. M.; ANDRADE, C. S. P. Consequências da urbanização na vegetação e na temperatura da superfície de Teresina- Piauí. **Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana**, v.6, p.58-75, 2011. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/revsbaui/article/view/66395>. Acesso em: 25 jun. 2021.

FIALHO, E. S. *Ilha de calor em cidade de pequeno porte: Caso de Viçosa, na Zona da Mata Mineira*. 2009. 248 f. Tese (Doutorado em Geografia Física), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo.

FRANCELIN, M. M. Fichamento como método de documentação e estudo. In: SILVA, J. F. M. da.; PALETTA, F. C. (org.). **Tópicos para o ensino de Biblioteconomia**: volume I. ed. São Paulo: ECA-USP, 2016, v. 1, p. 121-139. Disponível em: <http://www3.eca.usp.br/sites/default/files/form/biblioteca/acervo/producao-academica/002749741.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2021.

FRITZSONS, E.; MANTOVANI, L.E.; AGUIAR, A.V. Relação entre altitude e temperatura: Uma contribuição ao zoneamento climático no estado do Paraná. **Revista de Estudos Ambientais**, v. 10, n. 01, p. 49-64, 2008. Disponível em: <https://bu.furb.br/ojs/index.php/rea/article/view/902>. Acesso em: 25 jun. 2021.

GARTLAND, Lisa. **Ilhas de Calor**: como mitigar zonas de calor em áreas urbanas. Tradução: Sílvia Helena Gonçalves. São Paulo: Oficina de Textos, 2010.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

JARDIM, C, H. *Proposta de síntese climática a partir do comportamento térmico e higrométrico do ar em áreas urbanas*. 2007. 338 f. Dissertação (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências da UNICAMP, Campinas.

LONDE, R. P.; MENDES, P. C. A influência das áreas verdes na qualidade de vida urbana. **Hygeia-Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**, Uberlândia, MG, v. 10, n. 18, p. 264-272, 2014. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/hygeia/article/view/26487>. Acesso em: 25 jun. 2021.

Lourenço, L. F. A; Moreira, T. C. L; Arantes, B.L; Silva Filho, D. F; Mauad, T. Metrópoles, cobertura vegetal, áreas verdes e saúde. **Estudos Avançados**, p 113-130, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/79qP5WjNmMPYKCCQK3G78LD/?lang=pt>. Acesso em: 29. Jun. 2021.

LUCENA, A. J. *A ilha de calor na região metropolitana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 2012. 340 f. Tese (Doutorado em Ciências Atmosféricas em Engenharia). Universidade Federal do Rio de Janeiro/ COPPE, Rio de Janeiro.

LUCENA, A.J; FILHO, O. C; PERES, L. F; FRANÇA, J. R. A. A Evolução da Ilha de Calor na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. **Revista Geonorte**, Rio de Janeiro, v.2, n.5, p.8 – 21, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/revista-geonorte/article/view/2475>. Acesso em: 25 jun. 2021

Marto, N. Ondas de calor: Impacto sobre a saúde. Qualidade e Saúde. **Acta Médica Portuguesa**, Vol. 18, p. 467-474, 2005. Disponível em: <http://www.actamedicaportuguesa.com/pdf/2005-18/6/467-474.pdf>. Acesso em: 04 maio. 2021.

MONTEIRO, C. A. de F.; MENDONÇA, F de A. **Clima Urbano**: São Paulo: Contexto, 2003.

MMA, 2016: Parques e Áreas Verdes. Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/areas-verdes-urbanas/parques-e-%C3%A1reas-verdes.html>. Acesso em: 01 abril. 2021.

NAKANO, A. K. **Elementos demográficos sobre a densidade urbana**: São Paulo, uma cidade oca? 2015. 324f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

SILVA, L. H. *A verticalização do espaço urbano: o caso do bairro do Prado recife/PE*. 2008. 106 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco.

SILVA, A. F.; VIEIRA, C. A. Aspectos da poluição atmosférica: uma reflexão sobre a qualidade do ar nas cidades brasileiras. **Ciência e Sustentabilidade**. Juazeiro do Norte, v. 3, n. 1, jan./jun. 2017, p. 166-189. Disponível em: <https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/cienciasustentabilidade/article/view/180>. Acesso em: 04 maio. 2021.

SZEREMETA, B.; ZANNIN, P. H. T. Importância dos parques urbanos e áreas verdes na promoção da qualidade de vida em cidades. **Ra'eGa**: O espaço Geográfico em Análise. Curitiba. v. 29, p. 117-193. 2013. Disponível em: < <http://revistas.ufpr.br/raega/article/view/30747/21483>>. Acesso em 28 abril. 2021.

ANÁLISE DAS CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS DO ESPAÇO RURAL DE GUARAPUAVA A PARTIR DOS DADOS DO CENSO AGROPECUÁRIO DE 2017

Data de aceite: 03/10/2022

Data de submissão: 07/06/2022

Ana Edeli de Souza

Universidade Estadual do Centro-Oeste
Guarapuava – Paraná
<http://lattes.cnpq.br/1538801942531929>

Mario Zasso Marin

Universidade Estadual do Centro-Oeste,
Departamento de Geografia
Guarapuava – Paraná
<http://lattes.cnpq.br/3707647256716872>

RESUMO: O objetivo desta pesquisa foi analisar a realidade socioeconômica do espaço rural de Guarapuava a partir dos dados do Censo agropecuário de 2017. Tomou-se por base a discussão do desenvolvimento rural. As novas políticas de desenvolvimento rural devem apoiar aspectos relacionados à multidisciplinaridade e à sustentabilidade, enfocando os aspectos econômicos, sociais e ambientais. A pesquisa utilizou-se de técnicas de pesquisa secundárias. Com o desenvolvimento da pesquisa buscou-se compreender os aspectos socioeconômicos do espaço rural de Guarapuava e assim dar base às políticas públicas de desenvolvimento rural. Constatou-se a concentração fundiária no município, pois 4,21% dos estabelecimentos agropecuários com mais de 500 hectares concentram 58,8% das terras do município (IBGE, 2017). Em geral, a agricultura familiar em Guarapuava possui menor grau de

mecanização e cerca de 72% dos agricultores familiares não recebem assistência técnica. Do total de estabelecimentos agropecuários em Guarapuava, apenas 15,7% utilizam-se do crédito. Entre os agricultores familiares há menor grau de escolaridade. Já os agricultores não familiares estão em menor número, mas possuem a maior parte das áreas, maior grau de mecanização e escolaridade, além de receberem mais assistência técnica de origem privada (principalmente cooperativas). Assistência técnica; orientação e acompanhamento no uso do crédito; ações de Educação de Jovens e Adultos; apoio e estímulo ao turismo rural, ao extrativismo do pinhão e da erva-mate, pecuária leiteira, fortalecimento do associativismo e cooperativismo; apoio às agroindústrias rurais familiares – dentre elas a de processamento de mel, e incentivo a horticultura, são algumas atividades que devem ser discutidas e melhoradas no município, em conjunto entre atores governamentais e não governamentais.

PALAVRAS-CHAVE: Diagnóstico. Caracterização. Desenvolvimento rural.

ANALYZING THE SOCIOECONOMIC CHARACTERISTICS OF RURAL GUARAPUAVA USING THE 2017 AGRICULTURAL CENSUS DATA

ABSTRACT: This research analyzes the socioeconomic characteristics of rural Guarapuava, Brazil, using the 2017 Agricultural Census data and seeks to provide a basis for rural development policies. New rural development policies should support multidisciplinarity and promote sustainability, focusing on economic,

social, and environmental aspects. The findings showed concentrated land ownership as 4.21% of agricultural establishments with a holding of more than 500 hectares owned 58.8% of the land in the municipality (IBGE, 2017). Only 15.7% of agricultural establishments used credit. On the one hand, family farms have a lower degree of mechanization and approximately 72% of family farmers do not receive technical assistance. Further, family farmers had a lower level of education. On the other hand, non-family farmers are fewer but perform better in most aspects, have a higher degree of mechanization and education, and receive more technical assistance from private sources (mainly cooperatives). Together with non-governmental and other government actors, the municipality should promote and improve the following activities: technical assistance; guide and monitor the use of credit; promote Youth and Adult Education programs; support and encourage rural tourism, extraction of pine nuts and yerba mate, dairy farming, and strengthening of associations and cooperatives; support family-run rural agro-industries, such as honey processing and horticulture.

KEYWORDS: Diagnosis. Characterization. Rural development.

1 | INTRODUÇÃO

Entende-se que para sugerir e/ou apoiar estratégias de desenvolvimento rural, é necessário a compreensão de como vivem, dificuldades, interesses e necessidade, isto é, interpretar a realidade social e econômica da população rural. Portanto, ao levantar informações do espaço rural de Guarapuava foi possível determinar fraquezas e potencialidades para o desenvolvimento rural. O objetivo principal desta pesquisa foi analisar a realidade socioeconômica do espaço rural de Guarapuava a partir dos dados do Censo agropecuário de 2017. O trabalho foi desenvolvido a partir de fontes secundárias de pesquisa, isto é, utilizou-se artigos e livros para realizar discussões teóricas sobre desenvolvimento rural; e dados do Censo agropecuário de 2017. Diante do diagnóstico, obtido a partir de dados do IBGE (2017), sugeriu-se estratégias para o desenvolvimento rural, sobretudo junto aos agricultores familiares.

Pode-se dizer que as principais discussões em torno da problemática do desenvolvimento rural estão ligadas a temas como a globalização, desenvolvimento local (endógeno), base territorial como elemento a ser considerado no desenvolvimento de políticas públicas diferenciadas, e as distintas formas de integração da agricultura aos demais setores da economia. Justifica-se o desenvolvimento desta pesquisa a fim de se compreender a realidade socioeconômica do espaço rural de Guarapuava e a partir desta compreensão propor algumas estratégias de reprodução socioeconômica, sobretudo, à agricultura de base familiar.

2 | CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

Segundo o IBGE (2010), Guarapuava possui uma área territorial de 3.178,649 km² e conta com uma população estimada (2021) de 183.755 pessoas. O município está

localizado na Região Geográfica Intermediária de Guarapuava, a uma distância aproximada de Curitiba de 250 km. Tornou-se município através da Lei Provincial n.º 271, de 12-04-1871, desmembrando-se de Castro. Segundo o Censo demográfico de 2010, 8,57% dos habitantes residem no meio rural e 91,43% residem no meio urbano. Predomina no espaço rural a população masculina, com 52,48%, sendo as mulheres 47,52%. Há 2.453 jovens¹ residindo no espaço rural de Guarapuava – 1.182 mulheres (48,19%), 1.271 homens (51,81%). Considerando-se a população rural, 9,80% possui 60 anos ou mais.

3 | REFERENCIAL TEÓRICO

Sabe-se que o conceito de desenvolvimento rural se alterou ao longo do tempo, influenciado por diversas conjunturas e, principalmente, pelos novos condicionantes que o desenvolvimento geral da economia e da vida social gradualmente impõem às famílias e às atividades rurais. Hoje, pode-se pensar em uma definição de desenvolvimento rural na direção do que propõem Schneider e Tartaruga (2004, p. 111).

Desenvolvimento rural pode ser definido como um processo que resulta ações articuladas que visam induzir mudanças socioeconômicas e ambientais no âmbito do espaço rural para melhorar a renda, a qualidade de vida e o bem-estar das populações rurais. Dadas as especificidades e particularidades do espaço rural, determinadas pelos condicionantes sociais, econômicos, edafoclimáticos e tecnológicos, o desenvolvimento rural refere-se a um processo evolutivo, interativo e hierárquico quanto aos seus resultados, manifestando-se nos termos dessa complexidade e diversidade no plano territorial.

Em face às transformações societárias que se operaram, a partir do processo geral de reestruturação econômica e institucional, as abordagens em torno da noção de desenvolvimento rural também mudaram. Schneider (2003, p. 5), apontou os fatores que levaram a uma nova abordagem do desenvolvimento rural.

Estes múltiplos níveis da nova abordagem do desenvolvimento rural estariam apoiados em seis mudanças gerais, todas elas relacionadas aos limites e problemas decorrentes do modelo agrícola produtivista (assentados nos princípios da Revolução Verde), que estaria em fase de superação. Primeiro, o crescente inter-relacionamento da agricultura com a sociedade, fazendo com que esta perceba que o rural pode fornecer muito mais do que alimentos e matérias-primas. Segundo, uma necessidade urgente em definir um novo modelo agrícola, que seja capaz de valorizar as sinergias e a coesão no meio rural, entre atividades agrícolas e não agrícolas, entre ecossistemas locais e regionais, permitindo a convivência de iniciativas e atividades diversificadas. Terceiro, um desenvolvimento rural capaz de redefinir relações entre indivíduos, famílias e suas identidades atribuindo-se um novo papel aos centros urbanos e à combinação de atividades multiocupacionais, com claro estímulo a pluriatividade. Quarto, um modelo que redefina o sentido da comunidade rural, e as relações entre os atores locais, sejam eles os

¹ Para Brumer (2007) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2006) considera-se a faixa etária de 15 a 24 anos como o período da juventude.

agricultores ou os novos usuários (proprietários de sítios de lazer, moradias secundárias, empresas, condomínios, etc). Quinto, um desenvolvimento rural que leva em conta a necessidade de novas ações de políticas públicas e o papel das instituições, que não podem ser mais exclusivamente direcionadas à agricultura. Sexto, e último, levar em consideração as múltiplas facetas ambientais, buscando garantir o uso sustentável e o manejo adequado dos recursos.

Esta concepção de desenvolvimento rural passou a ser vista como uma tentativa de reconstrução das bases econômicas, sociais e ambientais, e das próprias unidades familiares, em face das limitações e lacunas intrínsecas do paradigma produtivista. Tornou-se consensual, que as novas políticas de desenvolvimento rural deveriam ter um caráter distinto das políticas anteriores.

Assim, os aspectos relacionados à multidisciplinaridade e à sustentabilidade se tornaram fundamentais, não somente privilegiando os aspectos econômicos, mas contemplando fundamentalmente, as variáveis sociais e ambientais, sem as quais torna-se praticamente impossível a conformação de um modelo sustentável ao longo do tempo. Mattei (1998, p. 7) apresentou três considerações em relação ao modelo de desenvolvimento rural sustentável:

- a) desenvolvimento rural em oposição à ideia de desenvolvimento agrícola. Trata-se aqui de atribuir novas funções para o espaço rural, não o restringindo ao aspecto específico da produção agrícola. Assim, é possível combinar uma série de atividades capazes de garantir a sustentabilidade desse modelo ao longo do tempo [...];
- b) a produção familiar como elemento articulador do novo desenvolvimento rural. A ideia aqui é tornar a produção familiar menos dependente da renda e do trabalho gerados pelas atividades agrícolas [...];
- c) novo papel das políticas e instituições públicas. [...] torna-se necessário uma reformulação das políticas públicas para o meio rural. [...] Dentre elas, destacam-se as políticas de 'urbanização' do meio rural, levando a infraestrutura básica, como por exemplo, lazer, transporte, comunicações etc; as políticas de geração de renda a partir de ocupações não agrícolas (turismo rural, preservação ambiental, requalificação profissional, etc); as políticas sociais de estímulos aos jovens agricultores, de renda familiar para manter as crianças nas escolas, aposentadorias para trabalhadores de áreas desfavorecidas, etc. e as políticas de desprivatização do espaço rural.

Em síntese, pode-se dizer que as principais discussões em torno da problemática do desenvolvimento rural estão ligadas a temas como a globalização, o desenvolvimento local (endógeno), a base territorial como elemento a ser considerado no desenvolvimento de políticas públicas diferenciadas, e as distintas formas de integração da agricultura aos demais setores da economia.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

A seguir são apresentados os resultados e discussões dos principais dados do Censo agropecuário 2017 para o município de Guarapuava.

Assim, analisando-se a tabela 1, percebe-se que 61,80% dos estabelecimentos agropecuários do município de Guarapuava possuem até 20 hectares, ocupando apenas 5,45% da área dos estabelecimentos. Por outro lado, 4,21% dos estabelecimentos do município possuem mais de 500 hectares, ocupando 58,80% da área. Os estabelecimentos agropecuários com mais de 500 hectares eram 2,15% em 2006 e ocupavam 23,52% da área. Isso demonstra não só a forte concentração fundiária existente no município como a sua intensificação (IBGE, 2006 e 2017).

Grupos de área Total	Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)	Número de estabelecimentos agropecuários (Percentual)	Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares)	Área dos estabelecimentos agropecuários (Percentual)
< de 20	1.319	61,80	11.319	5,45
20 + 50	362	16,96	11.066	5,33
50 + 100	144	6,74	10.019	4,82
100 + 200	89	4,17	12.765	6,14
200 + 500	128	5,99	40.331	19,43
> de 500	90	4,21	122.058	58,80
Produtor sem área	2	0,09	-	-
TOTAL	2.134	100	207.561	100

Tabela 1 - Número de estabelecimentos e área dos estabelecimentos agropecuários do município de Guarapuava, por grupos de área total.

Fonte: IBGE (2017).

A agricultura familiar² em Guarapuava representa 60,67% dos estabelecimentos, mas ocupa apenas 12,59% da área, como se percebe na tabela 2. Comparativamente, no Paraná, 75% dos estabelecimentos são familiares, porém, eles ocupam 24,14% do total. Entre os Censos de 2006 e 2017, o número de estabelecimentos agropecuários familiares reduziu-se em 3,97%, já a agricultura não familiar teve um aumento de 4%³. A mudança de

2 De acordo com o Art. 3º da lei 11.326/2006 agricultor familiar é aquele que: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

3 Dados do Censo Agropecuário de 2017 apontam uma redução de 9,5% no número de estabelecimentos classificados como de agricultura familiar no Brasil, em relação ao último Censo, de 2006. O segmento também foi o único a perder mão de obra. Enquanto na agricultura não familiar houve a criação de 702 mil postos de trabalho, a agricultura familiar perdeu um contingente de 2,2 milhões de trabalhadores (<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25786-em-11-anos-agricultura-familiar-perde-9-5-dos-estabelecimentos-e-2-2-milhoes-de>

metodologia (lei 11.306/2006) para a classificação do agricultor familiar e as dificuldades na sucessão do patrimônio fundiário estão relacionados na redução dos estabelecimentos familiares (IBGE, 2017).

Variável	Número de Estabelecimentos Agropecuários (unidades)	Número de Estabelecimentos Agropecuários (Percentual)	Área dos estabelecimentos Agropecuários (Hectares)	Área de estabelecimentos Agropecuários (Percentual)
Agricultura familiar	1.297	60,67	26.148	12,59
Agricultura não familiar	837	39.33	181.413	87,40
TOTAL	2134	100	207.561	100

Tabela 2 – Número e área dos estabelecimentos agropecuários familiares e não familiares em Guarapuava-PR.

FONTE: IBGE (2017)

Na agricultura familiar, 88,43% das pessoas que dirigem o estabelecimento moram no mesmo, enquanto que na agricultura não familiar, devido suas características internas, apenas 55% moram no próprio estabelecimento (IBGE, 2017).

A direção dos trabalhos é realizada pelo produtor titular diretamente em 75,91% do total dos estabelecimentos agropecuários (representando 57,24% da área total). A direção dos trabalhos nos estabelecimentos agropecuários é realizada pelo produtor titular diretamente em 81,18% da área ocupada pela agricultura familiar e 53,79% na agricultura não familiar. A direção dos trabalhos é realizada por produtor titular através de encarregado ou pessoa com laços de parentesco com o mesmo e/ou por administrador em 8,67% do total dos estabelecimentos (ou em 25,52% da área total). Cerca de 13% dos estabelecimentos agropecuários e 28% da área total da agricultura familiar é administrada por encarregado ou pessoa com laços de parentesco com o mesmo (Tabela 3). Na agricultura não familiar, 81,83% dos produtores são homens, enquanto na agricultura familiar, 79,33% são homens (IBGE, 2017).

-postos-de-trabalho).

Direção dos trabalhos do estabelecimento agropecuário	Agricultura não familiar		Agricultura familiar	
	Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)	Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares)	Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)	Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares)
Produtor(a) titular diretamente	608	97.589	1.012	21.229
Casal (codireção)	77	5.445	200	3.254
Produtor(a) titular através de um encarregado ou pessoa com laços de parentesco com o mesmo	107	51.473	78	1.498
Administrador(a)	21	23.088	-	-
Produtores (explorações comunitárias)	3	X	1	X
Outra pessoa	21	X	6	X
TOTAL	837	181.413	1.297	26.148

Tabela 3 - Direção dos trabalhos do estabelecimento agropecuário familiar e não familiar

FONTE: IBGE (2017).

Com relação a condição do produtor em relação às terras (Tabela 4), 88,78% dos produtores são proprietários dos estabelecimentos. Destaca-se que 4,92% dos produtores do município estão contidos na condição de concessionário ou assentado aguardando titulação. Com relação a área, 92,16% das terras pertencem a proprietários; destaque, contudo, que 2,82% delas são trabalhadas por produtores comodatários e 2,24% por produtores arrendatários.

Condição do produtor em relação às terras	Número de estabelecimentos agropecuários			Área dos estabelecimentos agropecuários (ha.)		
	Total	Agricultura não familiar	Agricultura familiar	Total	Agricultura não familiar	Agricultura familiar
Proprietário(a)	1.893	765	1.128	191.305	168.005	23.300
Concessionário(a) ou assentado(a) aguardando titulação definitiva	105	10	95	3.373	X	X
Arrendatário(a)	64	34	30	4.664	X	X
Parceiro(a)	26	14	12	2.168	2.043	126
Comodatário(a)	37	13	24	5.870	X	X
Ocupante	7	1	6	X	X	X
Produtor sem área	2	-	2	X	-	X

TOTAL	2.134	837	1.297	207.561	181.413	26.148

Tabela 4 - Número e área dos estabelecimentos agropecuários e condição do produtor em relação às terras na agricultura familiar e não familiar em Guarapuava-PR

Fonte: IBGE (2017).

Percebe-se que, em hectares (Tabela 5), as terras são utilizadas predominantemente com lavouras temporárias (37% da área total dos estabelecimentos), seguido das áreas destinadas à preservação permanente e reserva legal (24%) e florestas plantadas (8,72%), sobretudo com lavouras de pinus. Na agricultura familiar destaque para as pastagens naturais (potreiros), com 13% da área total dos estabelecimentos familiares (trata-se de áreas para a pecuária de corte e de leite). Considerando-se a área total ocupada com lavouras temporárias, 92,54% estão na agricultura não familiar. Da área total ocupada com pastagens plantadas em boas condições, 81,52% estão na agricultura não familiar. As florestas plantadas são mais expressivas na agricultura não familiar (do total de área com florestas plantadas, 88% estão concentrada na agricultura não familiar) (IBGE, 2017).

Em relação as agroindústrias rurais familiares, percebe-se que elas são desenvolvidas sobretudo pela agricultura familiar, mas, ainda possuem espaço para se ampliarem, já que a comercialização é modesta. Por exemplo, do total de estabelecimentos que produzem doces e geleias, 76,66% estão contidos na agricultura familiar (75% dos queijos são produzidos pela agricultura familiar e dos que ela produz, 64% são comercializados) (IBGE, 2017).

Utilização das terras	Total		Agricultura não familiar		Agricultura familiar	
	Número	Área	Número	Área	Número	Área
Lavouras – permanentes	453	5.964	162	5.253	291	711
Lavouras – temporárias	1.608	76.731	619	71.014	989	5.717
Lavouras - área para cultivo de flores	47	58	22	33	25	25
Pastagens – naturais	952	13.300	319	9.887	633	3.413
Pastagens - plantadas em boas condições	751	14.497	284	11.818	467	2.679
Pastagens - pastagens plantadas em más condições	36	281	10	231	26	50
Matas ou florestas - matas ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal	1.525	50.264	641	42.859	884	7.406
Matas ou florestas - matas e/ou florestas naturais	261	11.916	109	10.974	152	941
Matas ou florestas - florestas plantadas	569	18.107	269	16.014	300	2.094

Sistemas agroflorestais - área cultivada com espécies florestais também usada para lavouras e pastoreio por animais	431	8.169	165	7.042	266	1.127
Lâmina d'água, tanques, lagos, açudes, área de águas públicas para aquicultura, de construções, benfeitorias ou caminhos, de terras degradadas e de terras inaproveitáveis	1.920	8.273	770	6.288	1.150	1.985
TOTAL	2.132	207.561	837	181.413	1.295	26.148

Tabela 5 - Utilização das terras na agricultura familiar e não familiar, em número (unidades) e área (hectares) dos estabelecimentos agropecuários.

Fonte: IBGE (2017).

Considerando a origem da assistência técnica, percebe-se que apenas 34% dos produtores agropecuários de Guarapuava receberam algum tipo de assistência técnica, segundo o Censo agropecuário de 2017. Na agricultura familiar, considerando aqueles agricultores que recebem assistência técnica (359 no total), a maioria é oriunda do governo (federal, estadual ou municipal – 52,9%) e das cooperativas (33,7%). Na agricultura não familiar, considerando os agricultores que recebem assistência técnica (365 no total), a maior parte dela é oriunda das cooperativas (53,6%) e do próprio produtor (36,1%). O que chama atenção, entretanto, é o percentual significativo de agricultores que não recebem assistência técnica, representando 66,07% do total. A orientação técnica não ocorre, sobretudo, aos agricultores familiares, já que do total de agricultores familiares do município, 72,32% não receberam qualquer tipo de assistência técnica. Entre os agricultores não familiares este percentual é de 56,39% (IBGE, 2017).

Outro aspecto importante do município é sobre o grau de escolaridade dos produtores. Segundo dados do IBGE (2017), 6% dos produtores nunca frequentaram a escola, sendo que essa porcentagem é de 8,7% na agricultura familiar e 1,9% na agricultura não familiar. Por outro lado, 38,3% dos agricultores do município completaram o antigo primário⁴, sendo essa porcentagem de 45,4% na agricultura familiar e de 27,2% na agricultura não familiar. Somando os que nunca estudaram e os que estudaram até o antigo primário, percebe-se que eles representam 44,3% dos produtores (entre os agricultores familiares este percentual é de 54,1% e entre os agricultores não familiares é de 29,1%). Neste sentido, a baixa escolaridade está presente na população rural de Guarapuava, especialmente entre os agricultores familiares.

Outro dado importante é sobre o acesso ao crédito rural. Do total de estabelecimentos agropecuários de Guarapuava (2.134), apenas 15,69% obtiveram crédito em 2017. Entre os agricultores familiares (1.297 no total), o percentual dos estabelecimentos que obtiveram

4 O antigo Primário (Lei n. 4.024/61) é equivalente aos 4 (quatro) anos iniciais do Ensino Fundamental (PARANÁ/SEED, 2008).

crédito foi de 11,87% e entre os agricultores não familiares (837 no total) o percentual foi de 21,62%. Do total de 335 estabelecimentos do município que obtiveram acesso ao crédito, 54% são da agricultura não familiar e 46% da agricultura familiar (IBGE, 2017). O crédito para custeio é predominante, com 70,74% do total. Dessa forma, a agricultura familiar, que necessitaria de crédito e assistência técnica para promover atividades econômicas no seu interior, tem se mostrado pouco atingida pelos mesmos.

Em relação ao tipo de prática agrícola (Tabela 6) pode-se perceber que, considerando-se a área, 13,53% não recebem qualquer tipo de prática de conservação do solo. A rotação de culturas aparece em cerca de 60,38% da área (na agricultura familiar chega a 41% e na agricultura não familiar a 62%). Em geral, considera-se que a limitada presença da assistência técnica afete a adoção de práticas de conservação do solo, sobretudo na agricultura familiar. Assim, há necessidade de informar, orientar e dar suporte técnico para que os produtores possam desenvolver práticas de conservação do solo.

No que se refere ao uso de agrotóxicos nos estabelecimentos agropecuários de Guarapuava (Tabela 7), nota-se que, do total de estabelecimentos agropecuários, 50,93% utilizaram algum tipo de agrotóxico (entre os agricultores não familiares este percentual chega a 55,43% e entre os agricultores familiares 48,03% - mas, vale lembrar que a agricultura familiar ocupa apenas 12,60% da área total dos estabelecimentos agropecuários de Guarapuava). Chama atenção o percentual de produtores que dizem não utilizar agrotóxicos, chegando a 49,06% do total. Na agricultura familiar esse percentual foi de 44,56% e na agricultura não familiar foi de 51,96%.

Tipo de prática agrícola	Total		Agricultura não familiar		Agricultura familiar	
	Número	Área	Número	Área	Número	Área
Plantio em nível	121	35.542	79	34.600	42	942
Rotação de culturas	893	123.266	392	112.593	501	10.674
Pousio ou descanso de solos	217	46.892	115	44.557	102	2.335
Proteção e/ou conservação de encostas	170	50.134	109	48.588	61	1.546
Recuperação de mata ciliar	139	44.090	93	42.992	46	1.098
Reflorestamento para proteção de nascentes	137	40.898	83	39.586	54	1.312
Estabilização de voçorocas	37	6.092	14	5.564	23	528
Manejo florestal	212	41.000	102	39.041	110	1.959
Outra	395	36.066	170	29.199	225	6.867
Nenhuma	709	28.085	238	21.248	471	6.837
TOTAL	2.134	207.561	837	181.413	1297	26.148

Tabela 6 - Número (unidades) e área dos estabelecimentos (hectares) e tipo de prática agrícola na agricultura familiar e não familiar

Fonte: IBGE (2021).

Uso de agrotóxicos	Total	Agricultura não familiar	Agricultura familiar
Utilizou	1.087	464	623
Não utilizou	1.047	373	674
Não utilizou - não usa	998	357	641
Não utilizou - usa, mas não precisou utilizar	49	16	33
TOTAL	2.134	837	1.297

Tabela 7 - Uso de agrotóxicos nos estabelecimentos agropecuários de Guarapuava-PR.

Fonte: IBGE, (2017).

Em relação à tecnificação agrícola, relacionada ao uso de tratores (Tabela 8), constatou-se maior percentual de número de estabelecimentos com tratores, em relação ao total, na agricultura não familiar, com 55,95%. Já no número de tratores por estabelecimento, 75,79% dos tratores do município encontram-se na agricultura não familiar. Esse dado mostra que a tecnificação agrícola nos estabelecimentos agropecuários de Guarapuava é significativamente menos presente na agricultura familiar, ao passo que esta representa 60,72% do total dos estabelecimentos agropecuários do município. Há, em média, 2,91 tratores por estabelecimento na agricultura não familiar. Já na agricultura familiar há 1,18 tratores por estabelecimento agropecuário.

Variável	Total	Agricultura não familiar	Agricultura familiar
Número de estabelecimentos agropecuários com tratores (Unidades)	672	376	296
Número de tratores existentes nos estabelecimentos agropecuários (Unidades)	1.446	1.096	350

Tabela 8 - Número de tratores na agricultura familiar e não familiar, Guarapuava- PR.

Fonte: IBGE, (2017).

A energia elétrica não está presente em 126 estabelecimentos (5,90% do total). Destes, 79 são familiares, ou 62,70% dos casos dos estabelecimentos que não possuem energia (IBGE, 2017).

Os dados da tabela 9 apontam que, em relação ao pessoal ocupado, há menos pessoas ocupadas na agricultura familiar (46,34% do total). Na agricultura não familiar há maior presença de assalariados e o uso de máquinas. A produção ocorre em maior escala. Contudo, ao se analisar o número de estabelecimentos com pessoal ocupado com laços de parentesco percebe-se que o percentual alcança os 61,36% na agricultura familiar. Já o percentual do número de pessoas ocupadas em estabelecimentos agropecuário com laço de parentesco com o produtor, avança para 65% na agricultura familiar.

Tipologia	Número de estabelecimentos agropecuários com pessoal ocupado (Unidades)	Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários (Pessoas)	Número de estabelecimentos agropecuários com pessoal ocupado com laço de parentesco com o produtor (Unidades)	Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários com laço de parentesco com o produtor (Pessoas)
Agricultura não familiar	836	3.623	816	1.556
Agricultura familiar	1.296	3.128	1.296	2.889
TOTAL	2.132	6.751	2.112	4.445

Tabela 9 - Pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários de Guarapuava-PR, 2017.

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário (2017).

Quanto ao desenvolvimento da silvicultura no município (Tabela 10), nota-se o predomínio de Pinheiro americano (73% da área total usada com silvicultura no município). Ademais, trata-se de uma atividade predominantemente não familiar, com 88% da área ocupada nesta categoria de agricultores.

Tipologia	Número de estabelecimentos			Área cortada (Hectares)		
	Total	Eucalipto	Pinheiro americano	Total	Eucalipto	Pinheiro americano
Agricultura não familiar	369	172	149	1292	353	926
Agricultura familiar	418	206	139	175	27	145
TOTAL	787	378	288	1467	381	1070

Tabela 10 - Número de estabelecimentos e área ocupada com silvicultura, Guarapuava-PR.

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário (2017).

O Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) está presente em 1,35% dos estabelecimentos. Do total de estabelecimentos não familiares, o CNPJ aparece em 2,98% dos estabelecimentos, envolvendo 13,85% das terras (IBGE, 2017). A Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) está presente em 37,39% dos estabelecimentos familiares (em 36% da área dos estabelecimentos familiares), percentual bastante reduzido diante do número de estabelecimentos familiares presentes no município.

A classe de idade entre 45 a 65 anos predomina (Tabela 11), com mais de 50% dos produtores. Entretanto, o que chama a atenção é a classe de idade acima de 65 anos entre os produtores familiares (29%), contra 17% entre os agricultores não familiares. Nota-se que o processo de envelhecimento da população rural está muito mais presente na agricultura familiar.

Classe de idade do produtor	Agricultura não familiar	Percentual (%)	Agricultura familiar	Percentual (%)
< 25	13	1,55	16	1,23
25 + 45	183	21,86	250	19,27
45 + 65	477	57,00	655	50,50
> de 65	143	17,08	376	29,00
Não se aplica	21	2,50	-	-
TOTAL	837	100	1.297	100

Tabela 11 - Classe de idade do produtor na agricultura familiar e não familiar

Fonte: IBGE (2017).

No que se refere às formas de obtenção de informações técnicas pelos estabelecimentos agropecuários (Tabela 12), televisão (27,56%) e rádio (23,87%) predominam no total de respostas, representando 51,43%. Na agricultura familiar tais veículos de informação são mais expressivos, do total de respostas, predominando televisão (30%) e rádio (26,76%). Internet aparece com 5% das respostas na agricultura familiar, enquanto na agricultura não familiar são 13,36%. Não obtêm qualquer informação técnica 6% do total de respostas e 7,44% do total de respostas na agricultura familiar (enquanto na agricultura não familiar são 4%). Fica claro que a agricultura familiar é a que menos recebe informações técnicas, e quando recebe é predominantemente pela TV e rádio.

Forma de obtenção de informações técnicas recebidas pelo estabelecimento	Total	Agricultura não familiar	Agricultura familiar
Televisão	1188	459	729
Rádio	1029	378	651
Internet	374	251	123
Revistas	141	87	54
Jornais	206	108	98
Reuniões técnicas/Seminários	572	267	305
Outra forma	544	253	291
Não obtêm informações técnicas	256	75	181
TOTAL	2134	837	1297

Tabela 12 - Formas de obtenção de informações técnicas pelo estabelecimento familiares e não familiares

Fonte: IBGE (2017).

A tabela 13 chama atenção sobretudo pelo percentual significado de produtores que não são sócios de cooperativa e/ou entidade de classe, sendo 59%. Entre os agricultores não familiares o percentual chega a 53,76% e entre os agricultores familiares chega a

62,22%. Isso demonstra claramente a necessidade de fortalecer o associativismo e o cooperativismo. Do total de respostas, 44,27% são sócios de cooperativas (presença mais significativa na agricultura não familiar, 53,75%, do que na agricultura familiar, com 36,45%).

Associação do produtor à cooperativa e/ou à entidade de classe	Total	Agricultura não familiar	Agricultura familiar
É associado	875	385	490
Cooperativa	483	265	218
Entidade de classe/sindicato	261	124	137
Associação/movimento de produtores	296	96	200
Associação de moradores	51	8	43
Não é associado	1259	452	807
TOTAL	2134	837	1297

Tabela 13 - Associação do produtor à cooperativa e/ou à entidade de classe na agricultura familiar e não familiar

Fonte: IBGE (2017).

Quanto ao uso de adubação (Tabela 14), percebeu-se que 68,36% dos produtores realizam adubação (69% dos agricultores não familiares e 67,77% dos agricultores familiares), sendo ela predominantemente química (69,43% - sendo 71,4% na agricultura não familiar e 68,14% na agricultura familiar). Quanto ao uso de calcário e/ou outros corretivos do pH do solo na agricultura familiar e não familiar, 63,26% dos produtores não fizeram aplicação (58,78% agricultores não familiares e 66,15% agricultores familiares). Tal informação também está associada a falta de orientação técnica, mas também as dificuldades financeira, principalmente dos agricultores familiares (IBGE, 2017).

Com relação ao uso da agricultura ou pecuária orgânica observa-se que 4,7% dos estabelecimentos a utilizaram (67,32% na agricultura familiar). A área com plantio direto na palha é de 68.795 hectares, representando 33,14% da área dos estabelecimentos (35,85% na agricultura não familiar e 14,31% na agricultura familiar). O número de estabelecimentos agropecuários que não utilizaram sistema de preparo do solo foi de 693 (32%), sendo 34% na agricultura não familiar (284 estabelecimentos) e 31,58% na agricultura familiar (409 estabelecimentos) (IBGE, 2017).

Uso de adubação	Total	Agricultura não familiar	Agricultura familiar
Fez adubação	1459	580	879
Fez adubação - química	1013	414	599
Fez adubação - orgânica	208	68	140
Fez adubação - química e orgânica	238	98	140
Não fez adubação	675	257	418
Não fez adubação - não costuma fazer adubação	523	200	323
Não fez adubação - costuma fazer adubação	152	57	95
TOTAL	2134	837	1297

Figura 14 - Uso de adubação na agricultura familiar e não familiar

Fonte: IBGE (2017).

Quanto a irrigação, 7,12% dos estabelecimentos a utilizam, representando 0,4% da área dos estabelecimentos. Na agricultura não familiar, 5,61% dos estabelecimentos a utilizam, representando 0,37% da área e o método mais utilizado é a irrigação por aspersão (23,36%). Na agricultura familiar, 8% dos estabelecimentos utilizam irrigação, ocupando 0,65% da área e o método mais utilizando é de aspersão, com 42% (IBGE, 2017).

Considerando a totalidade de respostas, as nascentes protegidas por matas (42,64%) e rios e riachos protegidos por matas (32%) são os principais recursos hídricos (IBGE, 2017).

Do total de estabelecimentos agropecuários de Guarapuava (2.132), apenas 15,43% (329) possuem unidades armazenadoras. Na agricultura familiar, apenas 14,51% do total de estabelecimentos (1.295) possuem unidade armazenadora (188). Do total de unidades armazenadoras, conforme tabela 15, 53,34% estão em estabelecimentos não familiares, que possuem 99,19% de toda a capacidade de armazenamento disponível nos estabelecimentos agropecuários do município. Do total de unidades armazenadoras, 76,56% são armazéns convencionais e estruturais e silos, predominantemente contidos na agricultura não familiar, tanto em número (89%) quanto capacidade de armazenamento (99,5%) (IBGE, 2017).

Conforme tabela 16, 31,50% dos estabelecimentos agropecuários de Guarapuava possuem tratores (17,71% possuem semeadeiras/plantadeiras; 8,57% possuem colheitadeiras; e 11,24% possuem adubadeiras e/ou distribuidora de calcário), 45% dos estabelecimentos não familiares possuem tratores (2,91 tratores por estabelecimento, em média) e 23% dos estabelecimentos familiares possuem tratores (1,18 tratores por estabelecimento, em média). Semeadeiras/plantadeiras; colheitadeiras; e adubadeiras e/ou distribuidoras de calcário estão presentes na agricultura não familiar em 30%, 18,75%, 19,47% dos estabelecimentos, respectivamente. Semeadeiras/plantadeiras; colheitadeiras; e adubadeiras e/ou distribuidoras de calcário estão presentes na agricultura familiar em

10%, 2%, 6% dos estabelecimentos familiares, respectivamente. É nítido a presença limitada de tecnologias na agricultura familiar de Guarapuava.

Tipo de unidade armazenadora	Número de unidades armazenadoras nos estabelecimentos agropecuários (Unidades)			Capacidade das unidades armazenadoras (Toneladas)		
	Total	Agricultura não familiar	Agricultura familiar	Total	Agricultura não familiar	Agricultura familiar
Armazéns convencionais e estruturais	343	149	194	49.612	48.745	867
Infláveis	6	X	X	16.210	X	X
Armazéns graneleiros e granelizados	6	X	X	7.426	X	X
Silos	93	83	10	142.186	141.517	669
Total	448	239	209	215.434	213.693	1.741

Tabela 15 - Número de unidades armazenadoras nos estabelecimentos agropecuários e capacidade na agricultura familiar e não familiar

Fonte: IBGE (2017).

Na tabela 17 se observa as diferenças entre a agricultura familiar e não familiar. Do total de caminhões e utilitários nos estabelecimentos agropecuários, 68% estão contidos na agricultura não familiar, enquanto que as motos estão presentes exclusivamente na agricultura familiar.

A soja ocupa 85.795 hectares (82.910 hectares na agricultura não familiar – 97%, portanto). A horticultura ocupa 591 hectares (445 hectares na agricultura familiar – 75,3%, portanto) (IBGE, 2017).

A renda obtida com atividades desenvolvidas no estabelecimento é maior que as outras rendas obtidas pelo produtor em 37% dos estabelecimentos agropecuários não familiares enquanto na agricultura familiar é 40% (IBGE, 2017). Isso demonstra a importância cada vez maior das atividades não agrícolas, dentro e fora dos estabelecimentos, como geradoras de renda. A pluriatividade, portanto, tem se expandido no espaço rural. Por outro lado, observa-se também que a agricultura não familiar obtém rendas fora do estabelecimento de maneira mais expressiva que na agricultura familiar. Convém também ressaltar, que 45% das pessoas que dirigem os estabelecimentos não familiares, residem no local; enquanto que, 88% das pessoas que dirigem os estabelecimentos familiares, residem no estabelecimento (IBGE, 2017).

Tratores, implementos e máquinas existentes no estabelecimento agropecuário	Total		Agricultura não familiar		Agricultura familiar	
	N. de estab.	Número de tratores [...]	N. de estab.	Número de tratores [...]	N. de estab.	Número de tratores [...]
Tratores	672	1.446	376	1.096	296	350
Semeadeiras/ plantadeiras	378	693	251	537	127	156
Colheitadeiras	183	290	157	263	26	27
Adubadeiras e/ou distribuidoras de calcário	240	291	163	210	77	81
TOTAL	2.134	2.720	837	2.106	1.297	614

Tabela 16 – Número de tratores, implementos e máquinas existentes no estabelecimento agropecuário familiares e não familiares

Fonte: IBGE (2017).

Veículos existentes no estabelecimento agropecuário	Total	Agricultura familiar - não	Agricultura familiar - sim
Caminhões	402	322	80
Utilitários	652	392	260
Automóveis	256	143	113
Motos	X	X	93
Total	1472	926	546

Tabela 17 - Veículos existentes no estabelecimento agropecuário na agricultura familiar e não familiar

Fonte: IBGE (2017).

Conforme tabela 18, são aproximadamente 15% dos estabelecimentos agropecuários de Guarapuava que colhem erva-mate e/ou pinhão. Dos estabelecimentos com extração vegetal (pinhão e erva-mate), 68% são familiares, demonstrando a importância dessas culturas entre os agricultores familiares. Os agricultores familiares são responsáveis por 76% e 69%, respectivamente, da erva-mate e do pinhão colhidos no município, sendo que a maior parte é comercializada (99,6% da erva-mate e 83% do pinhão).

Tipologia	Total		Erva-Mate		Pinhão		
	Estabelecimentos com produtos da extração vegetal	Estabelecimentos com produtos da extração vegetal	Quantidade produzida (Ton.)	Quantidade vendida (Ton.)	Estabelecimentos com produtos da extração vegetal	Quantidade produzida (Ton.)	Quantidade vendida (Ton.)
Agricultura não familiar	106	78	570	568	28	15	14
Agricultura familiar	225	188	1795	1787	73	33	26
Total	331	266	2365	2355	101	48	40

Tabela 18 - Produtos da extração vegetal (número de estabelecimentos, quantidade produzida e vendida) na agricultura familiar e não familiar

Fonte: IBGE (2017).

Conforme tabela 19 e considerando os principais produtos cultivados na horticultura de Guarapuava, percebe-se que, com relação ao total produzido, 77% ocorre na agricultura familiar (90% do repolho produzido é de responsabilidade da agricultura familiar). Dentre os produtos selecionados, 94% do que é produzido é vendido.

Conforme tabela 20, considerando-se a área total colhida pelas principais culturas anuais, percebe-se o predomínio dos cultivos de soja (48%) e milho (27%). A agricultura não familiar é responsável por 93% da produção dessas culturas. A agricultura não familiar é responsável por 97% da produção de soja do município. Há participação maior da agricultura familiar na produção do feijão (43%).

Os bancos mostram-se os maiores responsáveis pelo financiamento (quando eles existem) nos estabelecimentos agropecuários, 84% na agricultura não familiar e cerca de 80% na agricultura familiar (IBGE, 2017). Quanto a finalidade do financiamento (Tabela 21) nos estabelecimentos agropecuários, percebe-se que, do total de estabelecimentos em 2017, 19% realizaram financiamentos, 60% para custeio.

Produtos da horticultura	Número de estabelecimentos agropecuários com horticultura			Quantidade produzida na horticultura (ton.)			Quantidade vendida de produtos da horticultura (ton.)		
	Total	Agricultura não familiar	Agricultura familiar	Total	Agricultura não familiar	Agricultura familiar	Total	Agricultura não familiar	Agricultura familiar
Alface	135	29	106	419	106	313	391	96	295
Brócolis	58	12	46	192	69	123	184	68	116
Couve-flor	52	10	42	86	16	69	77	16	62
Milho verde (espiga)	21	6	15	61	7	55	56	7	49
Pepino	65	13	52	54	17	36	50	16	34
Repolho	93	19	74	459	47	412	432	44	388

Tomate (estaqueado)	26	8	18	105	55	50	99	50	49
TOTAL (não se aplica)	450	97	353	1376	317	1058	1289	297	993

Tabela 19 - Produtos da horticultura (principais), quantidade produzida e quantidade vendida, na agricultura familiar e não familiar

Fonte: IBGE (2017).

Produtos da lavoura temporária	Total		Agricultura não familiar		Agricultura familiar	
	Número de estabelecimentos	Área colhida	Número de estabelecimentos	Área colhida (Hectares)	Número de estabelecimentos	Área colhida (Hectares)
Cevada	66	8493	63	8417	3	76
Feijão	741	2264	173	1296	568	968
Milho	1094	23256	358	19487	736	3769
Soja	275	41653	220	40510	55	1143
Trigo	73	11646	69	11554	4	92
TOTAL	2249	87312	883	81264	1366	6048

Tabela 20 - Número de estabelecimentos e Área colhida (hectares) nas lavouras temporárias com agricultura familiar e não familiar

Fonte: IBGE (2017).

Finalidade do financiamento	Total	Agricultura não familiar	Agricultura familiar
Investimento	149	66	83
Custeio	237	150	87
Comercialização	2	2	-
Manutenção do estabelecimento	11	5	6
TOTAL	335	181	154

Tabela 21 - Finalidade do financiamento, na agricultura familiar e não familiar

Fonte: IBGE (2017).

Do total de estabelecimentos agropecuários de Guarapuava, 25% produziram leite (dos estabelecimentos que produzem, 76% concentram-se na agricultura familiar e do total produzido, 61% concentra-se na agricultura familiar). Nota-se também a importância do produto para o autoconsumo, já que, apenas 43% dos estabelecimentos que produzem leite, o vendem. Na agricultura familiar, 48% dos estabelecimentos que produzem leite, o vende, demonstrando a importância do produto na geração de renda (Tabela 22).

Tipologia	Número de estabelecimentos agropecuários	Quantidade produzida (mil litros)	Número de estabelecimentos agropecuários que venderam leite de vaca cru (Unidades)
Agricultura não familiar	128	5049	39
Agricultura familiar	416	8027	199
Total	544	13076	238

Tabela 22 - Número de estabelecimentos agropecuários que produziram leite de vaca, quantidade produzida de leite de vaca e quantidade vendida de leite de vaca cru na agricultura familiar e não familiar

Fonte: IBGE (2017).

A produção de mel encontra-se em 7% dos estabelecimentos agropecuários do município. Dos estabelecimentos que produzem mel, 73% estão na agricultura familiar (IBGE, 2017). Quanto a existência de telefone, do total de estabelecimentos, 77% possuem telefone, 11% possuem e-mail, 30% tem acesso à internet (IBGE, 2017).

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos dados levantados, percebeu-se que poucos produtores do município de Guarapuava mantêm domínio sobre grande parte das terras (4,21% dos estabelecimentos agropecuários com mais de 500 hectares concentram 58,8% das terras do município), o que permite afirmar que a maior parte das terras do município pertencem à grande propriedade rural. A agricultura familiar se faz presente predominantemente em estabelecimentos com até 100 hectares (onde estão 85,5% do total de estabelecimentos), mas que concentram apenas 15,6% da área total dos estabelecimentos do município. Em geral, a agricultura familiar em Guarapuava possui menor grau de mecanização (tanto no número de estabelecimentos que possuem tratores - 44,05% -, quanto no número de tratores por estabelecimento - 1,18), recebendo assim, na maior parte dos casos, pouca ou nenhuma assistência técnica de origem pública ou privada. Cerca de 72% dos agricultores familiares de Guarapuava não recebem assistência técnica (IBGE, 2017).

Do total de estabelecimentos agropecuários em Guarapuava, apenas 15,7% utilizam-se do crédito e dos que se utilizam, apenas 46% são familiares. Ademais, entre os agricultores familiares há menor grau de escolaridade (somando os que nunca estudaram e os que estudaram até o antigo primário, 54% dos agricultores familiares estão nesta situação) comparando-se ao agricultor não familiar. Considerando-se o total de agricultores, 13,53% não adotam qualquer prática de conservação do solo (IBGE, 2017).

Neste sentido, a baixa escolaridade é uma característica da população rural de Guarapuava, especialmente entre os agricultores familiares. O crédito e a assistência técnica são insuficientes para promover atividades econômicas e os agricultores, principalmente

familiares, tem se mostrado pouco atingidos pelos mesmos. Assim, há necessidade de informar, orientar e dar suporte técnico para que os produtores possam diversificar as atividades agrícolas e não agrícolas, além de desenvolverem práticas de conservação do solo.

Já os agricultores não familiares estão em menor número, mas possuem a maior parte das áreas, maior grau de mecanização (76% dos tratores do município - 2,96 tratores por estabelecimento - estão na agricultura não familiar e 68% do total de caminhões e utilitários concentram-se na agricultura não familiar) e escolaridade, além de receberem mais assistência técnica de origem privada (principalmente cooperativas) (IBGE, 2017).

Interessante notar que 55% das pessoas que dirigem o estabelecimento agropecuário, na agricultura não familiar, não residem no mesmo. São 92% da área cultivada com lavouras temporárias e 78,76% da área de pecuária concentradas na agricultura não familiar. São dados que demonstram a concentração fundiária no município. A soja ocupa 74% da área das lavouras temporárias. Nos estabelecimentos familiares, 60% obtêm renda fora da propriedade. O extrativismo (erva-mate e pinhão) é realizado em 15% dos estabelecimentos, 68% pelos agricultores familiares. Aproximadamente 77% das culturas produzidas na horticultura são realizadas pela agricultura familiar. Cerca de 7% dos estabelecimentos produzem mel, 73% concentrados na agricultura familiar. Dos estabelecimentos que produzem leite, 76% são familiares (IBGE, 2017).

A Declaração de Aptidão ao Pronaf está presente em 37,39% dos estabelecimentos familiares (em 36% da área dos estabelecimentos familiares), percentual bastante reduzido diante do número de estabelecimentos familiares presentes no município (IBGE, 2017).

Nota-se que o processo de envelhecimento da população rural está muito mais presente na agricultura familiar, pois, 29% dos agricultores familiares possuem mais de 65 anos. Fica claro também que a agricultura familiar é a que menos recebe informações técnicas, e quando recebe é predominantemente pela TV e rádio. Notou-se que 62% dos agricultores familiares não são sócios de cooperativa e/ou entidade de classe (IBGE, 2017).

Tal informação também está associada a falta de orientação técnica (51,43% das informações técnicas chegam aos agricultores por rádio e televisão), mas também as dificuldades financeiras, principalmente dos agricultores familiares (IBGE, 2017).

Dos estabelecimentos com extração vegetal (pinhão e erva-mate), 68% são familiares. Por outro lado, 88% da área cultivada com pinheiro americano concentra-se na agricultura não familiar. Quanto a horticultura de Guarapuava, percebe-se que, com relação ao total produzido, 77% ocorre na agricultura familiar. Na agricultura familiar, 48% dos estabelecimentos que produzem leite, o vende, demonstrando a importância do produto na geração de renda (IBGE, 2017).

Assistência técnica sobretudo aos agricultores familiares; estímulo a utilização adequada e com acompanhamento do crédito; apoio ao cooperativismo; estímulo às atividades agropecuárias junto a agricultura familiar (horticultura, pecuária leiteira,

extrativismo do pinhão e erva-mate) e não agrícolas (turismo rural, agroindústrias rurais familiares – dentre elas, a de processamento de mel e produção de queijos e embutidos), são algumas atividades que devem ser discutidas e melhoradas no município, principalmente aos agricultores familiares, em conjunto entre atores governamentais e não governamentais.

REFERÊNCIAS

BRUMER, Anita. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA (IBGE). 2017. Censo agropecuário. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em 12 abr. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA (IBGE). 2010. Censo demográfico. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/200>. Acesso em 12 abr. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA (IBGE). 2021. IBGE Cidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/guarapuava/panorama>. Acesso em 12 abr. 2021.

MATTEI, Lauro. A pluriatividade no contexto do desenvolvimento rural catarinense. **Revista Ideias e Ações**, Florianópolis, Cepagro, ano 2, n. 2, 1998.

SCHNEIDER, Sérgio. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. In: FÓRUM INTERNACIONAL TERRITÓRIO, DESENVOLVIMENTO RURAL E DEMOCRACIA, 1., 2003, Fortaleza. **Anais [...]** Fortaleza, 2003.

SCHNEIDER, Sérgio; TARTARUGA, Ivan G. Peyré. Território e abordagem: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. **Revista de Ciências Sociais**, Campina Grande, v. 23, n. 1 e 2, 2004.

ESTUDO DE CASO DA ATUAÇÃO DO GRADUADO EM ENGENHARIA ELÉTRICA NA FRONTEIRA OESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Data de aceite: 03/10/2022

Theodoro da Silva Rodrigues

Alexandre Silva de Oliveira

RESUMO: O objetivo geral deste trabalho é verificar a atuação do graduado em engenharia elétrica na região da fronteira oeste do Rio Grande do Sul, delimitada aqui por: Alegrete, Garruchos, Itaqui, Manoel Viana, Rosário do Sul, São Borja e Uruguaiana. A interação entre o engenheiro eletricitista e a sociedade, contribui para a sinergia necessária ao alcance dos objetivos do meio em que eles estão inseridos. Nesse ponto, é preciso construir interdisciplinarmente estratégias de inovação e tecnologias sustentáveis. A metodologia adotada na pesquisa teve por base uma revisão bibliográfica no curriculum do curso de engenharia elétrica disponibilizada pelo MEC, nas atribuições profissionais estabelecidas pela entidade de classe CONFEA/CREA e no contexto de mundo do trabalho, sendo utilizado para a coleta de dados 53 graduados em engenharia elétrica, configurando um estudo de multicaso. Aplicado um questionário de levantamento de dados, respondido por 35 dos graduados identificados e convidados a participarem da pesquisa. A análise dos dados foi realizada em planilhas eletrônicas e software específicos para tal. Como resultado, constatou-se que 40% dos graduados na região tem menos de 5 anos de egresso, isso mostra que é recente a chegada de

mão de obra qualificada em engenharia elétrica na região, ainda segundo a análise dos dados, os graduados com a maior renda mensal utilizam 50% ou mais de seu tempo com atividades administrativas e a relação da entidade de classe CONFEA/CREA e graduados da região chega a 77% dos graduados registrados, e apenas 57% desses registrados recolhem ART.

PALAVRAS-CHAVE: Atuação; Engenharia; Elétrica; Graduado; Perfil; Profissional.

ABSTRACT: The main goal of this work is to verify the performance of electrical engineers in the west boundary region of Rio Grande do Sul, comprehended by: Alegrete, Garruchos, Itaqui, Manoel Viana, Rosário do Sul, São Borja, and Uruguaiana. The interaction between the electrical engineer and the society contributes to the necessary synergy to reach the objectives of the surrounding environment. Therefore, it is needed to build interdisciplinary innovation strategies and sustainable technologies. The methodology used in the research was based on a literature review on the curriculum of the electrical engineering course provided by MEC, the professional attributions established by the competent association CONFEA/CREA, and in the workplace context. Fifty-three electrical engineers were used for data sampling; for this reason, it is configured as multi case study. Thirty-five electrical engineers were identified and invited to join the survey answering a data collection questionnaire. The data analysis was made in electronic spreadsheets and in specific data analysis software programs. As a result, it was found that 40% of the graduated engineers

in that region has less than 5 years of college egress showing that the arrival is recent for the qualified workforce in the electrical engineering field in the studied territory. Moreover, the professionals with the biggest income utilize 50% or more of their time with administrative duties, their relationship with the class entity CONFEA/CREA is up to 77% of registration, and only 57% of them collect the ART.

KEYWORDS: Performance; Engineering; Electrical; Graduated; Profile; Professional.

1 | INTRODUÇÃO

A atuação do engenheiro eletricista tem papel fundamental na transformação e construção de uma sociedade. De acordo com Silva (2006), trata-se de um legado histórico e funcional que institucionalizou-se na melhoria da qualidade de vida da sociedade e vem formalmente orientando o projeto e a avaliação do trabalho sustentável há quase um século. Contudo, os estudantes de engenharia elétrica, não se dão conta dessa dimensão de transformação de uma sociedade que a área da engenharia traz.

De qualquer maneira, não seria exagero dizer que a sociedade moderna, na busca de seu desenvolvimento tecnológico, depende, em grande parte, de ações de profissionais da engenharia. A capacidade de identificação e resolução de problemas - não só os eminentemente técnicos - e o raciocínio analítico e sintético no enfrentamento de questões das mais diversas ordens fazem de fato diferença. De alguma forma, essa competência para tratar de problemas técnicos também se estende a questões sociais, e cada vez mais se faz sentir na atuação profissional. Aliás, a atitude de pensar, a cada dia que passa, precisa receber mais atenção, notadamente quando da formação profissional, caminhando no sentido, quem sabe, de formar o que se pode chamar de um engenheiro cidadão (BAZZO; PEREIRA, 1997, p. 83-84).

A interação entre o engenheiro eletricista e a sociedade contribui para a sinergia necessária ao alcance dos objetivos do meio em que eles estão inseridos (SILVA, 2006). Nesse ponto, é preciso construir interdisciplinarmente estratégias de inovação e tecnologias sustentáveis. Para Schumpeter (1982) as mudanças econômicas são resultados das interações e/ou impactos das inovações tecnológicas no sistema econômico e social. Desfocando-se da vida acadêmica e técnica da engenharia para o campo das necessidades sociais de um modo geral, pode-se afirmar que a sociedade tem passado por diversas crises internas ultimamente (BAZZO, 1997). São novas necessidades de inovações tecnológicas que surgem da própria percepção da sociedade moderna. Para que seja pensada a contribuição da engenharia nesse processo se faz necessário primeiro uma macro compreensão do curso de engenharia, suas características próprias, seus enfoques, suas práticas e sua capacidade autodidata de resolver problemas.

Diante do exposto, destaca-se a seguinte questão de pesquisa: Onde está atuando o graduado/profissional em engenharia elétrica na região da fronteira oeste do Estado do Rio Grande do Sul (Alegrete, Garruchos, Itaqui, Manoel Viana, Rosário do Sul, São Borja e Uruguaiana)?

O objetivo geral é verificar a atuação do graduado em engenharia elétrica na região da fronteira oeste do Rio Grande do Sul, delimitada aqui neste trabalho pelas seguintes cidades: Alegrete, Garruchos, Itaqui, Manoel Viana, Rosário do Sul, São Borja e Uruguaiiana.

Os objetivos específicos são:

- descrever sobre as áreas de conhecimento do graduado em engenharia elétrica;
- identificar em quais setores de aplicação os graduados/profissionais de engenharia elétrica estão atuando na região da fronteira oeste do Estado do Rio Grande do Sul;
- mapear o perfil dos graduados em engenharia elétrica na região da fronteira oeste do Estado do Rio Grande do Sul.

A justificativa é que a fronteira oeste do Rio Grande do Sul, utilizada como campo para o estudo de caso da ATUAÇÃO DO GRADUADO EM ENGENHARIA ELÉTRICA, em seu meio, se dá pelo fato da região estar longe dos grandes centros tecnológicos, ficando assim, afastado de suas vantagens. Mapeando a atuação dos graduados em engenharia elétrica poderemos identificar quais áreas da sociedade necessitam de um maior enfoque na Inovação e Tecnologia para um melhor desenvolvimento em qualidade social e econômica da região.

As funções do engenheiro consistem na materialização de uma ideia na realidade. Noutros termos, através de técnicas, desenhos e modelos, e com o conhecimento proveniente das ciências, a engenharia pode resolver problemas e satisfazer necessidades humanas. A engenharia também supõe a aplicação da inventividade e do engenho para desenvolver uma determinada atividade. Isto, obviamente, não implica que não se recorra ao método científico para levar a cabo os planos. Entre as várias tarefas que pode levar a cabo um engenheiro, destacaremos a investigação (em busca de novas técnicas), a projeção, o desenvolvimento, a produção, a construção e a operação de tecnologias. O que motiva esse trabalho para uma discussão mais ampla de como o graduado em engenharia elétrica pode ser mais inserido nas necessidades da região da fronteira oeste do Estado do Rio Grande do Sul.

Por meio deste trabalho será possível mapear a atuação do graduado/profissional em engenharia elétrica na região pesquisada, e assim, construir um panorama geral de sua contribuição nessa sociedade.

No primeiro capítulo foi apresentado a contextualização do tema de estudo, a definição do problema e da questão de pesquisa, o objetivo geral, os objetivos específicos e algumas considerações que demonstram a importância da realização deste trabalho.

No capítulo dois, está apresentada a revisão bibliográfica do trabalho descrevendo a formação acadêmica e as atribuições do engenheiro eletricista pela entidade de classe que regulamenta o profissional, também uma breve revisão das funções administrativas e

empresariais pertinentes ao trabalho.

No capítulo três, são descritas os procedimentos metodológicos e o método utilizado para análise de estudo.

No capítulo quatro, são apresentados e analisados os resultados obtidos na pesquisa.

No capítulo cinco, são apresentadas as considerações finais da pesquisa. No capítulo seis é feita a conclusão e as sugestões para trabalhos futuros.

2 | O ENGENHEIRO ELETRICISTA

Este capítulo apresenta uma breve introdução sobre o perfil do graduado em engenharia elétrica, as áreas de atuação do graduado/profissional em engenharia elétrica no mundo do trabalho e a regulamentação e atribuições profissionais.

2.1 Formação acadêmica

De acordo com o MEC (2010), o referencial nacional para o curso de engenharia elétrica é de um graduado/profissional de formação generalista, que atua na distribuição, geração, transmissão e aplicação da energia elétrica. Em sua atuação, estuda, projeta e especifica materiais, componentes, dispositivos e equipamentos elétricos, magnéticos, eletromecânicos, de instrumentação, de potência, de máquinas elétricas e de aquisição de dados. Ainda segundo o MEC (2010), ele coordena e supervisiona equipes de trabalho, realiza estudos de viabilidade técnico-econômica, executa e fiscaliza obras e serviços técnicos; e efetua vistorias, perícias e avaliações, emitindo laudos e pareceres. Em suas atividades, considera a ética, a segurança, a legislação e os impactos ambientais e sociais (MEC, 2010).

2.1.1 Temas abordados na formação

Segundo o MEC (2010), atendidos os conteúdos do núcleo básico da Engenharia, os conteúdos profissionalizantes são: Eletricidade; Circuitos Elétricos e Lógicos; Conversão de Energia; Eletromagnetismo; Eletrônica Analógica e Digital; Instrumentação Eletroeletrônica; Materiais Elétricos; Modelagem; Análise e Simulação de Sistemas; Sistemas de Potência; Instalações Elétricas; Máquinas Elétricas e Acionamentos; Matriz Energética; Eficiência Energética; Qualidade de Energia.

2.2 Áreas de conhecimento

A Engenharia Elétrica é o ramo da engenharia que estuda a energia elétrica, suas propriedades e também o eletromagnetismo.

Na carreira do Engenheiro Eletricista, este profissional vai poder escolher entre dois ramos principais de conhecimento:

- **Eletrotécnica:** Neste ramo de conhecimento da Engenharia Elétrica, o profissional vai atuar projetando e dando suporte a grandes sistemas tais como usinas, motores elétricos pesados e instalações elétricas industriais (MEC, 2010).
- **Eletrônica:** Neste ramo de conhecimento, o engenheiro eletricitista vai atuar em sistemas menores e de maior precisão tais como máquinas e circuitos eletrônicos, pequenos robôs e sistemas de controles eletrônicos (MEC, 2010).

Ainda dentro do contexto das duas áreas principais de conhecimento: Eletrotécnica e Eletrônica. O engenheiro eletricitista pode se especializar nas seguintes áreas:

2.2.1 Especializações Relativas a Eletrônica

- **Microeletrônica:** Especialização onde o engenheiro eletricitista atua no projeto e construção de microchips, processadores para computadores e circuitos eletrônicos em geral (MEC, 2010).
- **Telecomunicações:** Com especialização em telecomunicações, o profissional de Engenharia Elétrica irá atuar no estudo e implementação para sistemas de controle e transmissão de áudio e vídeo. O engenheiro eletricitista poderá atuar também no projeto de receptores e antenas para telefonia, projeto de redes de fibra ótica e também em projetos de comunicação via satélite (MEC, 2010).
- **Eletrônica de Potência:** Especialização onde o engenheiro eletricitista pode atuar controlando e acionando sistemas eletrônicos de potência (MEC, 2010).

2.2.2 Especializações Relativas à Eletrotécnica

- **Sistemas de Energia Elétrica:** Especialização onde o engenheiro vai atuar projetando e implementando sistemas de geração e distribuição de energia elétrica, tais como usinas e linhas de transmissão (MEC, 2010).
- **Sistemas de Controle e Automação:** Ramo de especialização da engenharia elétrica focado no controle de processos industriais através de sistemas elétricos e computacionais. Envolve o desenvolvimento de sistemas de automação tais como robôs e inteligências artificiais (MEC, 2010).

2.3 Regulamentação e atribuições profissionais

Em 11 de novembro de 1930 foi estabelecido o exercício da profissão de engenheiro pelo chefe do governo provisório da República dos Estados Unidos do Brasil. Segundo BAZZO (1997), engenheiros eletricitistas podem atuar, de uma forma geral, em indústrias de material elétrico e eletrônico, automobilística, construção civil, geração de energia ou em qualquer indústria na parte de projeto, instalação e manutenção de instalações elétricas.

Discrimina atividades das diferentes modalidades profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomia. O Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, usando das atribuições que lhe conferem as letras

“d” e “f”, parágrafo único do artigo 27 da Lei nº 5.194, de 24 DEZ 1966, CONSIDERANDO que o Art. 7º da Lei nº 5.194/66 refere-se às atividades profissionais do engenheiro, do arquiteto e do engenheiro agrônomo, em termos genéricos; CONSIDERANDO a necessidade de discriminar atividades das diferentes modalidades profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomia em nível superior e em nível médio, para fins da fiscalização de seu exercício profissional, e atendendo ao disposto na alínea “b” do artigo 6º e parágrafo único do artigo 84 da Lei nº 5.194, de 24 DEZ 1966, (CONFEA, Resolução Nº 218, 1973).

Na tabela 1, estão relacionadas as atribuições do engenheiro eletricista, segundo o sistema CONFEA/CREA.

<i>Atividade</i>	<i>Atribuição específica</i>
01	Supervisão, coordenação e orientação técnica;
02	Estudo, planejamento, projeto e especificação;
03	Estudo de viabilidade técnico-econômica;
04	Assistência, assessoria e consultoria;
05	Direção de obra e serviço técnico;
06	Vistoria, perícia, avaliação, arbitramento, laudo e parecer técnico;
07	Desempenho de cargo e função técnica;
08	Ensino, pesquisa, análise, experimentação, ensaio e divulgação técnica; extensão;
09	Elaboração de orçamento;
10	Padronização, mensuração e controle de qualidade;
11	Execução de obra e serviço técnico;
12	Fiscalização de obra e serviço técnico;
13	Produção técnica e especializada;
14	Condução de trabalho técnico;
15	Condução de equipe de instalação, montagem, operação, reparo ou manutenção
16	Execução de instalação, montagem e reparo;
17	Operação e manutenção de equipamento e instalação;
18	Execução de desenho técnico.

Tabela 1 – Tipos de atividades e suas atribuições.

Fonte: CONFEA, Resolução Nº 218, 1973.

Art. 8º - Compete ao ENGENHEIRO ELETRICISTA, MODALIDADE ELETROTÉCNICA: I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes à geração, transmissão, distribuição e utilização da

energia elétrica; equipamentos, materiais e máquinas elétricas; sistemas de medição e controle elétricos; seus serviços afins e correlatos.

Art. 9º - Compete ao ENGENHEIRO ELETRÔNICO ou ao ENGENHEIRO ELETRICISTA, MODALIDADE ELETRÔNICA ou ao ENGENHEIRO DE COMUNICAÇÃO: I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes a materiais elétricos e eletrônicos; equipamentos eletrônicos em geral; sistemas de comunicação e telecomunicações; sistemas de medição e controle elétrico e eletrônico; seus serviços afins e correlatos (CONFEA, Resolução Nº 218, 1973).

2.4 Contextualização atual do engenheiro eletricitista no mundo do trabalho

GARDNER (2014) verificou através de uma pesquisa, os cursos de graduação que oferecem os maiores salários aos recém-graduados nos Estados Unidos da América. Em primeiro na lista dos principais cursos de graduação pesquisados está o de engenharia elétrica, com salário inicial de US\$ 57.030 (R\$ 146.270) ao ano, os engenheiros eletricitista aparecem bem acima da média dos salários de todos os cursos, que foi de US\$ 39.045 (R\$ 100.143) ao ano.

Ainda no estudo de GARDNER (2014), realizado com recém-graduados da universidade, também aponta os cursos de mestrado que trazem o maior retorno logo após sua conclusão. Novamente, os mestrados de engenharia lideram o ranking, seguidos por ciência da computação, MBA (pós-graduação em negócios), ciências biológicas e recursos humanos.

Hoje no Brasil está estabelecido o salário mínimo profissional pelo CONFEA para uma jornada de 06 (seis) horas diárias em, 06 (seis) vezes o salário mínimo, podendo ser acrescidos 25% (vinte e cinco por cento) para as horas excedentes das 06 (seis) horas diárias de serviços. Tomando como base o salário mínimo no Brasil de R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais), com isso o mínimo de 06 (seis) horas será de R\$ 4.728,00 (quarto mil e setecentos e vinte e oito reais).

2.5 Conceito de administração

A tarefa da administração segundo Chiavenato (2000), é a de interpretar os objetivos propostos pela organização e transforma-los em ação organizacional por meio de planejamento, organização, direção e controle de todos os esforços realizados em todas as áreas e em todos os níveis da organização.

2.5.1 Funções administrativas

Chiavenato (2000) sintetiza bem o processo administrativo, demonstrado no quadro 1.

PLANEJAMENTO	ORGANIZAÇÃO	DIREÇÃO	CONTROLE
• Definir Missão • Formular Objetivos • Definir os Planos para alcança-los • Programar as atividades	• Dividir o trabalho • Designar as atividades • Agrupar as atividades em órgãos e cargos • Alocar	• Designar as pessoas • Coordenar os esforços • Comunicar • Motivar • Liderar • Orientar	• Definir padrões • Monitorar o desempenho • Avaliar o desempenho • Ação corretiva

Quadro 1 – Processos Administrativos.

Fonte: Chiavenato, 2000.

Como veremos a seguir, cada função em particular como parte do processo administrativo.

- Planejamento: é a função administrativa que determina antecipadamente o que se deve fazer e quais objetivos devem ser alcançados, destinando-se dar condições racionais para que se organize e dirija a empresa ou seus departamentos ou divisões a partir de certas hipóteses a respeito da realidade atual e futura (CHIAVENATO, 2000).
- Organização: é a função administrativa que está ligada a função de planejamento, sendo que, para se chegar aos objetivos, as organizações devem-se organizarem de tal forma que se tornem tão eficientes no desenvolver de suas tarefas afim de cumprirem com sua missão (FARIA, 1997).
- Direção: é a função administrativa que se preocupa com a execução das operações, visando o cumprimento dos objetivos planejados. A função com maior interação com a parte humana da organização. Segundo Chiavenato (1995), é a função que exige a maior dose de flexibilidade, de amortecimento de impactos e, principalmente, de orientação das pessoas quanto ao rumo certo no alcance dos objetivos pretendidos.
- Controle: é a função administrativa que consiste em medir e corrigir o desempenho de colaboradores para assegurar que os objetivos das organizações e os planos delineados para alcançá-los sejam realizados. Chiavenato (2000) diz que o controle é um processo fundamental para guiar a atividade exercida para um fim previamente determinado.

2.5.2 Funções empresariais

As principais macro atividades das organizações são as funções empresariais, elas formam os sistemas organizacionais. São existentes em todas as organizações privadas ou públicas, independentemente do seu ramo de atividade, de objetivo e de tamanho (UCB, 2015).

De acordo com Brown (2008), um conjunto de oito processos de negócios ou funções empresariais foram identificados, os quais englobam todas atividades que uma

empresa necessita para conduzir seus negócios. Cada uma destas funções são detalhadas separadamente dentro de sua atividade na empresa ou organização, afim de alcançar os seus objetivos. Esses processos começam com a aquisição de insumos e terminam com os serviços prestados após a venda do bem ou serviço.

A seguir estão descrito os oito processos que caracterizam uma empresa:

- **Logística e Distribuição:** atividades associadas à obtenção e armazenamento de insumos, e transporte de produtos acabados para clientes.
- **Operações:** atividades que transformam insumos em produtos finais, ou bens ou serviços.
- **Desenvolvimento de Produto ou Serviço:** atividades associada em trazer uma melhora, ou um novo produto, serviço para o mercado. Entre estas atividades estão a investigação, análise de marketing, design e engenharia.
- **Marketing:** atividade destinada a informar os compradores existentes ou potenciais. Esta atividade inclui a promoção, publicidade, telemarketing, venda e gestão de varejo.
- **Serviços ao Cliente e Pós-venda:** serviços de suporte fornecidas aos clientes depois que compram o produto ou serviço. Tais atividades
- **incluem treinamento, serviços help-desk, serviços de call-center, e suporte ao cliente para garantias.**
- **Gestão Geral e Organização:** todo corporativismo e governança (jurídico, finanças, planejamento, público e relações governamentais), contabilidade, construção de serviços, gestão e apoio administrativo.
- **Recursos Humanos:** atividade associada com o recrutamento, contratação, treinamento, compensação e despesa de pessoal.
- **Tecnologia e Análise de Sistemas:** atividades relacionadas a manutenção, automação, desenho ou redesenho de equipamento, hardware, software, procedimentos e conhecimento técnico.

3 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia apresentada foi estruturada de forma a responder todos os objetivos específicos, possibilitando assim verificar onde está atuando o graduado/profissional em engenharia elétrica na região da fronteira oeste do Estado do Rio Grande do Sul, bem como analisar os resultados desta pesquisa.

3.1 Questionamentos de Pesquisa

Com base na fundamentação histórica estabeleceu-se a seguinte questão de pesquisa: Onde está atuando o graduado/profissional em engenharia elétrica na região da fronteira oeste do Estado do Rio Grande do Sul.

Desta, os seguintes questionamentos derivados:

- (Q1) - Quais as áreas de conhecimento do graduado/profissional em engenharia elétrica na região?
- (Q2) - Quais setores de aplicação o graduado/profissional de engenharia elétrica está atuando na região?
- (Q3) - Como mapear o perfil dos graduados/profissionais em engenharia elétrica na região da fronteira oeste do Estado do Rio Grande do Sul?

3.2 Caracterização do Estudo

A metodologia descrita neste trabalho é classificada como exploratória, pelo fato do pesquisador ter realizado revisão bibliográfica acerca do tema do estudo, e ter definido os objetivos com a finalidade de adquirir maior número de informações para mapear o perfil do graduado em engenharia elétrica da região pesquisada.

Segundo Silva (2009), não há necessidade de teste de hipótese no trabalho da pesquisa exploratória, mas sim de uma clareza na definição dos objetivos, e a coleta de dados pertinente ao desenvolvimento da pesquisa.

Pesquisas exploratórias são aquelas que lidam com determinados problemas de pesquisa de forma quase pioneira, buscando descrever determinadas situações, estabelecer relações entre variáveis, ou definir problemas de pesquisa a serem continuados por outros pesquisadores (BERTUCCI, 2011, p. 48).

Então no estudo optou-se pelo multicaso, onde a análise será feita na região da fronteira oeste com 53 graduados em engenharia elétrica que foram identificados. Durante o desenvolvimento da pesquisa foi confeccionado um questionário com questões relacionadas a identificar em qual cidade está atuando e a quanto tempo, num segundo momento foi analisado a formação desse graduado e sua relação com a entidade de classe o CREA que regulamenta o profissional, conseqüentemente foi analisado sua atuação no mercado de trabalho.

Questionário é o instrumento mais usado para o levantamento de informações. Não está restrito a uma quantidade de questões, porem aconselha-se que não seja muito exaustivo, para que não desanime o pesquisado (BARROS; LEHFELD, 2010, p.106).

Segundo MARCONI e LAKATOS (2010) questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador.

Ainda segundo Marconi e Lakatos (2010), o questionário apresenta algumas vantagens e desvantagens, sendo algumas delas demonstradas no Quadro 2.

VANTAGENS	DESVANTAGENS
• economia de tempo, viagens e obtém grande número de dados; • atinge maior número de pessoas simultaneamente; • abrange área geográfica mais ampla; • economia de pessoal, tanto em adestramento quanto em trabalho de campo; • obtém respostas mais rápidas e precisas • há maior liberdade nas respostas, em razão do anonimato; • há mais segurança, pelo fato de as respostas não serem identificadas;	• percentagem pequena de questionários que voltam; • grande número de perguntas sem respostas; • não pode ser aplicado a pessoas analfabetas; • impossibilidade de ajudar o informante em questões mal compreendidas; • dificuldade de compreensão, por parte dos informantes, leva a uma uniformidade aparente; • na leitura de todas as perguntas, antes de respondê-las, pode uma questão influenciar a outra;

Quadro 2 – Demonstrativo das vantagens e desvantagens do uso de questionário para coleta de dados.

Fonte: Marconi e Lakatos (2010)

3.3 Delineamento da pesquisa

Inicialmente realizou-se uma pesquisa na internet do perfil dos graduados em engenharia elétrica no Brasil, e logo após, uma revisão em livros, artigos e na grade curricular do curso segundo as diretrizes do Ministério da Educação e Cultura estabeleceu.

O desenvolvimento da pesquisa se dará através de um estudo de multicaso, assim, será elaborado um questionário. O pesquisador fará a identificação dos graduados e a coleta de dados da atuação do mesmo em engenharia elétrica na região delimitada. Os conceitos de cada área do curso de engenharia elétrica, funções administrativas e funções empresariais são descritos na revisão bibliográfica, assim como o perfil de renda segundo artigos e a entidade de classe CONFEA/CREA.

Com os dados tratados se fará a verificação da atuação desse graduado através do cruzamento de dados coletados, podendo assim construir o mapa do perfil do graduado em engenharia elétrica da região. O questionário aplicado ao multicaso está no apêndice A, a análise dos resultados consta no capítulo 4 e nas considerações finais.

Na Figura 1, é apresentado o mapa mental do delineamento da pesquisa onde são expressos todos os passos a serem seguidos para realizar o estudo de multicaso.

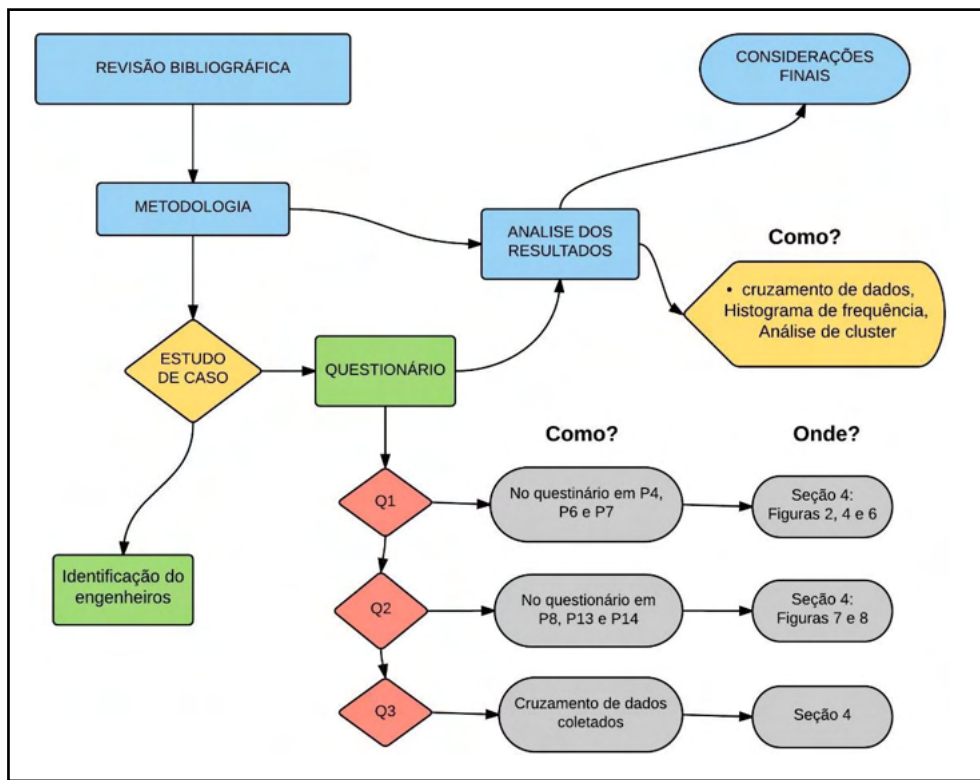


Figura 1 – Delineamento da pesquisa.

3.4 Coleta de Dados

A forma de coleta dos dados da pesquisa será por meio de documentação direta onde será utilizada a técnica de observação direta extensiva, onde o pesquisador utiliza-se de um questionário constituído por uma série ordenada de perguntas, que deverão ser respondidas por meio eletrônico, na ausência do pesquisador (MARCONI, 2010).

No prosseguimento do trabalho foi elaborado um questionário a respeito da atuação dos graduados/profissionais em engenharia elétrica no mundo do trabalho, na região da fronteira oeste.

A coleta de dados da pesquisa será através dos questionários e teve duração de 8 dias no período entre o final de maio a início de junho de 2015.

3.5 Tratamento dos Dados

A análise dos resultados se dá através de dendograma, gráficos, histogramas e quadros específicos, para uma melhor agilidade e apresentação dos dados adquiridos, através dos softwares: Microsoft Office Excel, Software R e Google Formulários, assim, realizando o mapeamento final.

A seguir estão descritas as ferramentas utilizadas:

- Google Formulários – Ferramenta para criação de questionário e organização de dados, tudo isso online, facilitando seu manejo e envio para a população pesquisada.
- Microsoft Office Excel – Ferramenta para criação de planilhas e análise de dados, podendo assim, gerar gráficos, histogramas e filtrar dados de uma forma prática.
- Software R – Programa utilizado para rodar um algoritmo de análise de agrupamento de dados CLUSTER, no caso do trabalho foi do tipo WARD, método esse que forma grupos de dados de maneira a atingir sempre o menor erro interno entre os vetores que compõe cada grupo e o vetor médio do grupo. Isto equivale a buscar o mínimo desvio padrão entre os dados de cada grupo. No método de Ward, os grupos de dados são formados em etapas. Podendo assim ficar mais clara a compreensão dos dados.

3.5.1 Análise de Agrupamentos

Cluster Analysis, é uma importante técnica exploratória, para localizar nos dados uma estrutura adequada de agrupamento. Consiste, segundo Hair Jr et al. (2005), em um conjunto de técnicas utilizadas na identificação de padrões de comportamento em banco de dados através da formação de grupos homogêneos de casos.

A metodologia de agrupamento envolve duas etapas:

- a primeira relaciona-se com a estimação de uma medida de similaridade (ou dissimilaridade) entre as unidades amostrais;
- a segunda, com a adoção de uma técnica de agrupamento para a formação dos grupos (ROLIM et al., 2010).

Escolher a técnica de medida da similaridade é de extrema importância, pois a medida define o quão semelhantes são dois elementos de uma amostra. Existem inúmeras medidas de dissimilaridade, que podem ser encontradas em Johnson e Wichern (2001), e cada uma produz resultados diferentes.

A metodologia estatística de Clustering utilizada foi a de técnicas de agrupamentos hierárquicas. A escolha para tal se deve principalmente devido às técnicas de agrupamento não hierárquicas carecerem, de acordo com Mingoti (2007) e Jonhson e Wichern (2001), da prévia especificação do número X de clusters. Além disso, os métodos não hierárquicos são mais designados para agrupar itens, em detrimento de variáveis, o que justifica a opção pelo método hierárquico (Jonhson e Wichern, 2001).

Dado um conjunto de n indivíduos e p variáveis, a estimação das medidas de similaridade consiste na conversão da matriz de observações $n \times p$, em uma matriz quadrada e simétrica de ordem n , de similaridades individuais, que são medidas da distância entre os

pares de indivíduos. Na posição (i, j) dessa matriz encontra-se a distância entre o i-ésimo e o j-ésimo indivíduo (Mongoti, 2007).

Aqui, usou-se o método das distâncias Euclidianas, conforme descreve em [1]:

$$d_{ij} = \sqrt{\sum_{k=1}^p (X_{ik} - X_{jk})^2} \quad [1]$$

em que d_{ij} é a distância do elemento i ao j, com $i, j = 1, 2, \dots, n$; e y_{jk} são os valores observados da variável k, $k = 1, 2, \dots, p$, para os indivíduos i e j. Escolhida a métrica, as distâncias d_{ij} são calculadas para todos os elementos e armazenadas numa matriz $D(n \times n)$, chamada de matriz de distâncias, que é simétrica e com zeros na diagonal principal. Podendo assim, gerar o dendograma com os agrupamentos Clusters dos entrevistados por similaridades (OLIVEIRA, 2014).

Assim, concluindo o método de tratamento de dados, um painel é montado com os diferentes agrupamentos obtidos na análise de agrupamentos, para tornar as conclusões mais robustas.

4 | ANÁLISE DOS RESULTADOS

Inicialmente realizou-se um levantamento de qual é a população de graduados em engenharia elétrica na região da fronteira oeste, aqui delimitada pelas cidades de Alegrete, Garruchos, Itaqui, Manoel Viana, Rosário do Sul, São Borja e Uruguaiana. Juntamente com o CREA/RS de Alegrete e pesquisa exploratória, conseguimos identificar 53 graduados em engenharia elétrica atuando na região.

Após identificar os graduados, foi enviado eletronicamente via e-mail o questionário da pesquisa, onde constavam 18 perguntas que foram elaboradas visando-se num primeiro momento saber em qual cidade está atuando e a quanto tempo, num segundo momento foi analisado a formação desse graduado e sua relação com a entidade de classe o CREA que regulamenta o profissional, consequentemente foi analisado sua atuação no mercado de trabalho.

Na pesquisa foi possível identificar qual a população de graduados em engenharia elétrica na região, o Quadro 3 apresenta essa população e como estão distribuídos:

Cidade	Identificados	Responderam ao questionário	Representação dos participantes na região (%)	Representação dos participantes na cidade (%)
Alegrete	30	14	40	46,6
Garruchos	6	5	14,3	83,3
Itaqui	4	3	8,6	75
Manoel Viana	1	1	2,8	100
Rosário do Sul	1	1	2,8	100
São Borja	5	5	14,3	100
Uruguaiana	6	6	17,1	100
Total	53	35	66	

Quadro 3 – Informações dos graduados identificados e sua representação por município.

Verificamos no Quadro 3 que houve uma abstenção de 34% dos entrevistados em responder ao questionário, Alegrete teve a maior abstenção na participação a pesquisa, 53,4% não responderam ao questionário. A maioria dos participantes na pesquisa estão em Alegrete, seguidos de Garruchos, Uruguaiana, São Borja e Itaqui, e por fim com apenas um graduado identificado, Manoel Viana e Rosário do Sul.

Quanto ao tempo de egresso dos entrevistados, podemos observar no Quadro 4 que, 40% tem menos de 5 anos de formado, 46% tem entre 5 e 20 anos e 14% tem mais de 20 anos que concluiu sua graduação.

Cidade	Menos de 5anos		Entre 5 e 10anos		Entre 10 e 20 anos		Mais de 20anos	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Alegrete	7	50	2	14	3	22	2	14
Garruchos	2	40	1	20	2	40	0	0
Itaqui	0	0	0	0	1	33	2	67
Manoel Viana	1	100	0	0	0	0	0	0
Rosário do Sul	0	0	0	0	1	100	0	0
São Borja	2	40	3	60	0	0	0	0
Uruguaiana	2	33	2	33	1	17	1	17
Total	14	40	8	23	8	23	5	14

Quadro 4 – Tempo de egresso dos entrevistados.

Analisando a Figura 2, vemos que a especialização de 46% dos graduados é em sistemas de energia, seguido de 23% em eletrotécnica, 17% em eletrônica de potência, 11% em microeletrônica e 3% em telecomunicações.

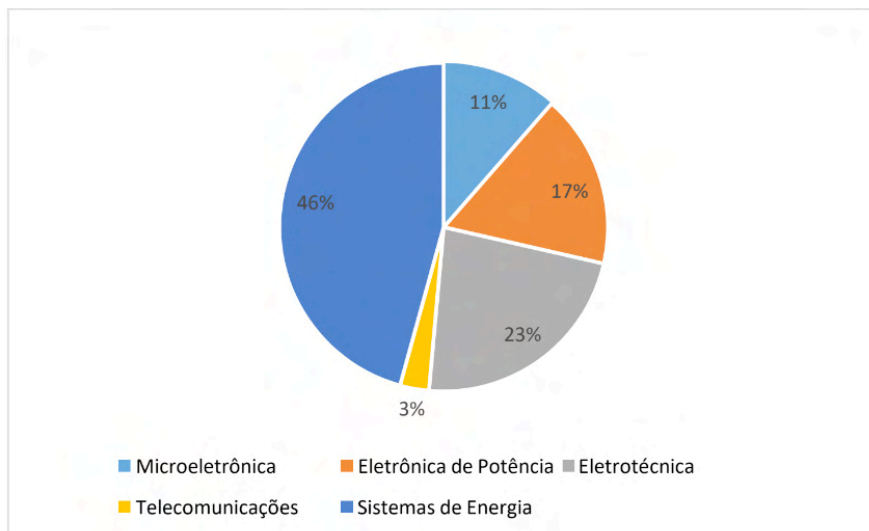


Figura 2 – Gráfico da distribuição dos participante na pesquisa por área de especialização na graduação.

A grande maioria dos graduados que responderam o questionário são egresso respectivamente da UNIPAMPA, UFSM e UNIJUÍ. Isso se dá pela UNIPAMPA estar inserida na região pesquisada, UFSM e UNIJUÍ pelas proximidades. É o que verificamos na Figura 3.

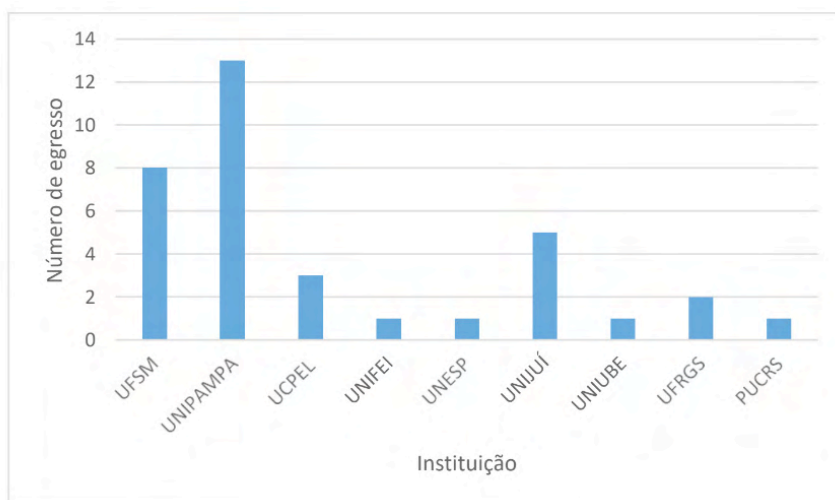


Figura 3 – Histograma de frequência de graduados por instituição de egresso.

A faixa de renda dos entrevistados ficou na média de R\$ 7.193,31 (sete mil cento e noventa e três reais e trinta e um centavos), fazendo a média da faixa de renda que tem

uma maior frequência entre os entrevistados ficamos com uma moda de R\$ 7.486,00 (sete mil quatrocentos e oitenta e seis reais). A Figura 4 apresenta mais claramente a faixa de renda dos entrevistados na pesquisa.

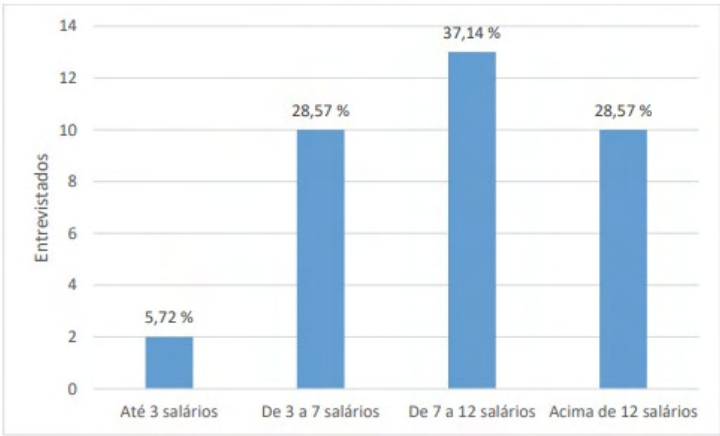


Figura 4 – Histograma de frequência da faixa de renda dos entrevistados.

Um dado relevante que podemos observar na Figura 5 foi que, 70% dos entrevistados com a maior renda mensal utilizam 50% ou mais de seu tempo com atividades administrativas.

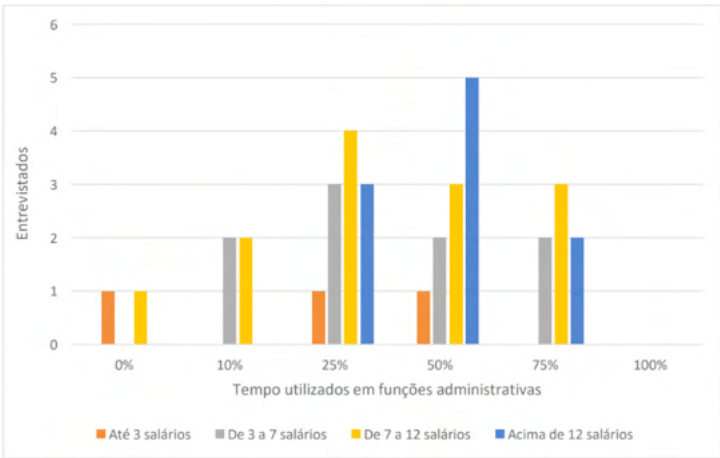


Figura 5 – Histograma de frequência do tempo utilizado das funções administrativas dos entrevistados e suas faixa de renda.

O dendograma apresentado na Figura 6, nos mostra melhor o agrupamento dos dados apresentados na Figura 5, neste caso, em 3 clusters agrupados e sobrepostos.

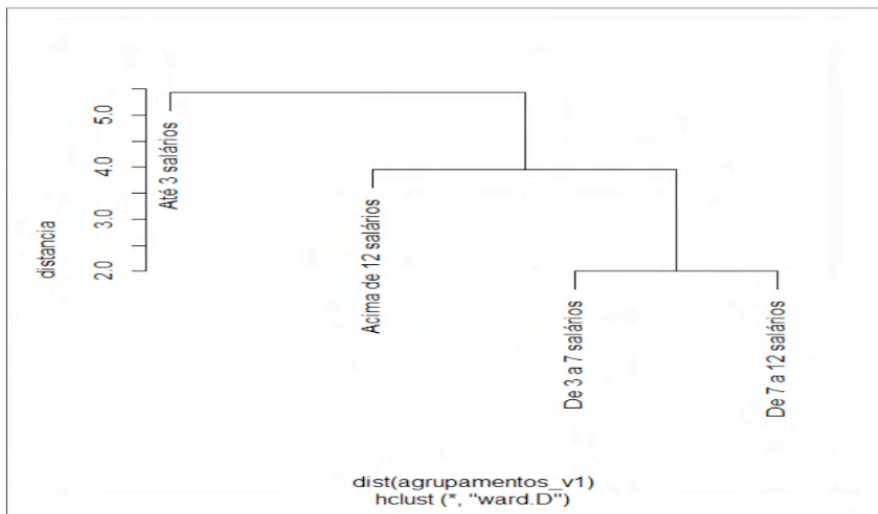


Figura 6 – Dendrograma da análise multivariada das variáveis: (faixa de renda x entrevistados x tempo utilizados em funções empresariais).

A Figura 5 e 6 nos mostrou o quão relevante é para a formação do graduando disciplinas que envolvam administração. Visto que nas ementas dos cursos de engenharia elétrica, as mesma, não chegam a 10% da grade curricular.

A área de conhecimento que está relacionada a atuação dos graduados que participaram da pesquisa é concentrada em sua grande maioria em Sistemas de Energia, área essa descrita na seção 2.2 deste trabalho. A figura 7 nos dá uma melhor visualização das áreas de atuação dos participantes na pesquisa.

O gráfico na figura 8 demonstra que 35% estão atuando no meio rural, 26% com ensino e pesquisa, 26% na Indústria, 14% na construção civil e 3% com transmissão de energia, neste contexto fica claro que a região pesquisada está com a maior parte dos graduados em engenharia elétrica atuando com o meio rural.

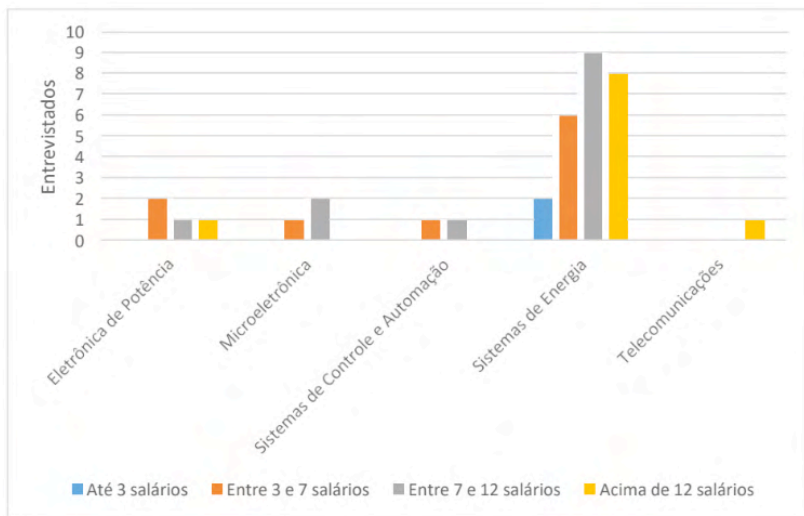


Figura 7 – Histograma de frequência da renda por área de conhecimento.

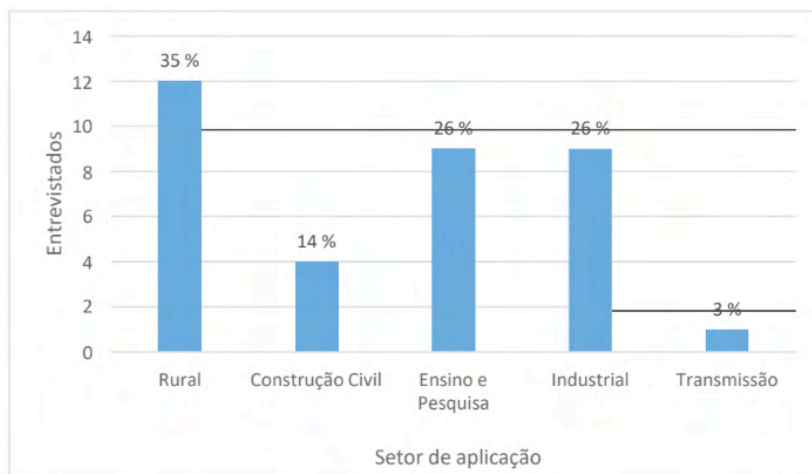


Figura 8 – Histograma de frequência do campo de atuação.

Ainda analisando a faixa de renda dos graduados, nos setores (Autônomo, Privado e Público) que estão inseridos, verificou-se que no setor público se tem os maiores salários, seguidos da privada e autônomo, é o que nos mostra a figura 9.

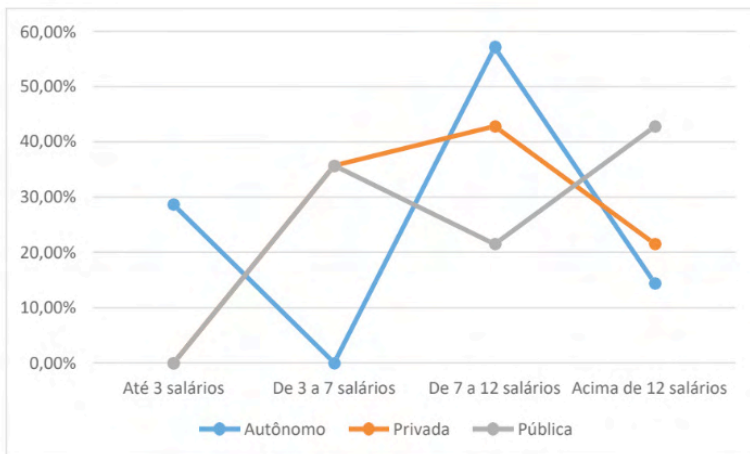


Figura 9 – Gráfico das faixa de renda pelo setor de aplicação.

Da relação entre o sistema CONFEA/CREA com os graduados em engenharia elétrica, foram inseridas 3 perguntas referente ao mesmo. As perguntas foram se o graduado:

- Possuir registro no CONFEA/CREA;
- Recolhe ART;
- Responsável técnico por alguma empresa ou organização.

Na figura 10 podemos observar bem a relação dos graduados com a entidade de classe. Observamos que 77% possuem registro no CONFEA/CREA e 23% não. Perguntado sobre o recolhimento de ART, apenas 57% diz-se recolher e 43% não. Também 60% dos graduados são responsável técnico por alguma empresa ou organização.

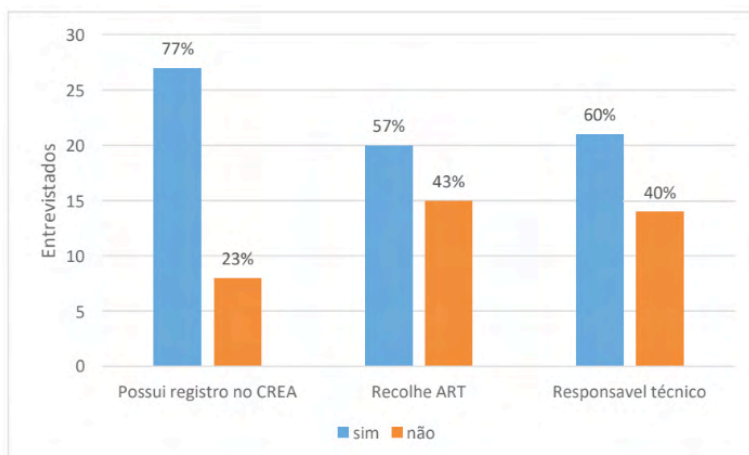


Figura 10 – Histograma de frequência da relação dos graduados com o sistema CONFEA/CREA.

Uma análise interessante que podemos ver na Figura 10 é que, 77% possuem registro no CONFEA/CREA, e ainda 60% se dizem responsável técnico por uma empresa ou organização, mas apenas 57% recolhem ART.

A análise do Dendograma da Figura 11, mostra que as 35 amostras das respostas dos graduados, apresenta 34 agrupamentos. Os agrupamentos com maior Distância Euclidiana, 175, aproximadamente, apresenta um agrupamento com 16 amostras com similaridades distintas.

A segunda maior Distância Euclidiana, 98, aproximadamente, divide as amostras no 2º e 3º agrupamento. O 2º com 14 amostras, Alegrete (12, 13, 14), Garruchos (15, 16, 17, 18, 19), Itaqui (20, 21, 22), Manoel Viana (23), São Borja, Rosário do Sul (24), e o 3º com 10 amostras, São Borja (26, 27, 28, 29),

Uruguaiana (30, 31, 32, 33, 34, 35). Pode-se notar que a similaridade do 3º agrupamento está restrito as amostras de Uruguaiana e São Borja apenas.

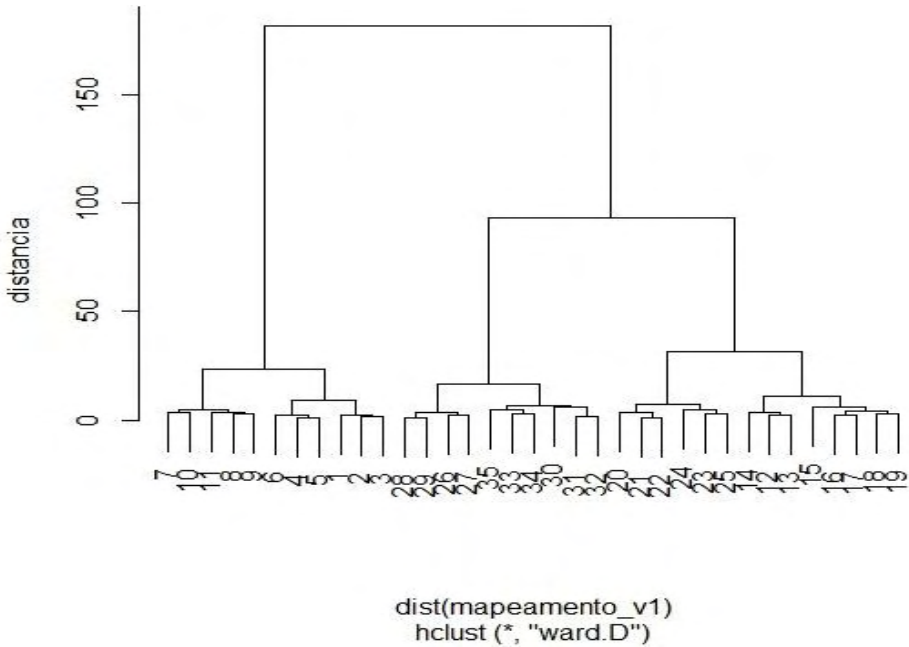


Figura 11 – Dendograma da análise de agrupamento.

O Quadro 5 apresenta as amostras em seus respectivos agrupamentos principais para a 1ª realização, totalizando 34 Agrupamentos, em 6 níveis hierárquicos, sendo 22 Agrupamentos na base hierárquica.

Um dado que podemos observar no QUADRO 5 é que, o GRUPO 5 que é formado por entrevistados de Alegrete é uma ilha na região, sendo diferente dos demais agrupamentos, e que, se o graduado pretende ganhar dinheiro na região deve ir para Alegrete ou Garruchos,

onde se tem as maiores faixas de renda, no dendograma representado pelos GRUPOS, 5, 6, e 7. Ainda segundo o Quadro 5, apresenta que esses GRUPOS, 5, 6 e 7 que 50% do trabalho é em gestão administrativa.

O GRUPO 9 nos mostra Uruguaiana como a menor faixa de renda, se tornando uma péssima opção se o graduado pretende ganhar dinheiro.

Clusters	Ordem de pesquisa	Cidades	Que tipo de empresa você trabalha?	Sector da sociedade você está atuando com a engenharia elétrica?	Qual das áreas da engenharia elétrica você mais atua?	Quanto de seu trabalho envolve exercício administrativo?	Qual sua faixa de renda? (em salários)	Qual sua especialização de formação?
GRUPO 1	7	Alegrete	PR	IND	SCA	50%	3 a 7	SE
	10	Alegrete	PR	IND	SE	50%	3 a 7	SE
	11	Alegrete	PR	IND	SE	75%	7 a 12	EP
	8	Alegrete	PR	Rural	SE	25%	7 a 12	ET
	9	Alegrete	AT	Rural	SE	50%	Até 3	EP
	6	Alegrete	PU	ESP	ME	25%	3 a 7	ME
	4	Alegrete	PU	ESP	ME	25%	7 a 12	ME
	5	Alegrete	PU	ESP	ME	10%	7 a 12	ME
	1	Alegrete	PU	ESP	EP	50%	Acima 12	EP
	2	Alegrete	PU	ESP	EP	10%	7 a 12	EP
	3	Alegrete	PU	ESP	EP	10%	3 a 7	EP
	28	São Borja	PR	Rural	SE	50%	7 a 12	SE
	29	São Borja	PR	Rural	SE	75%	7 a 12	SE
	26	São Borja	PU	Rural	SE	0%	3 a 7	SE
	27	São Borja	PU	Rural	SE	50%	Acima 12	SE
	35	Uruguaiana	PU	CC	SE	25%	3 a 7	ET
	33	Uruguaiana	AT	Rural	SE	50%	Acima 12	SE
	34	Uruguaiana	PR	IND	SE	75%	3 a 7	SE
	30	Uruguaiana	PR	IND	EP	75%	3 a 7	SE
GRUPO 2	31	Uruguaiana	PU	Rural	SE	50%	Acima 12	ET
	32	Uruguaiana	PR	IND	SE	25%	Acima 12	ET
	20	Itaqui	AT	Rural	SE	0%	7 a 12	ET
	21	Itaqui	AT	Rural	SE	50%	7 a 12	SE
	22	Itaqui	AT	Rural	SE	50%	7 a 12	SE
	24	Rosário	AT	CC	SE	25%	7 a 12	ET
	23	Manoel Viana	PU	Rural	SE	25%	3 a 7	SE
	25	São Borja	AT	Rural	SE	25%	Até 3	SE
	14	Alegrete	PU	ESP	TL	25%	Acima 12	TL
	12	Alegrete	PU	ESP	SE	50%	Acima 12	SE
GRUPO 3	13	Alegrete	PU	ESP	SE	25%	Acima 12	ET
	15	Garruchos	PR	TR	SCA	25%	7 a 12	EP
	16	Garruchos	PR	IND	SE	75%	Acima 12	SE
	17	Garruchos	PR	IND	SE	75%	Acima 12	ET
	18	Garruchos	PR	IND	SE	10%	3 a 7	ME
	19	Garruchos	PR	CC	SE	75%	7 a 12	SE
	11	Alegrete	PR	IND	SE	75%	7 a 12	EP
GRUPO 4	26	São Borja	PU	Rural	SE	0%	3 a 7	SE
	27	São Borja	PU	Rural	SE	50%	Acima 12	SE
	35	Uruguaiana	PU	CC	SE	25%	3 a 7	ET
GRUPO 5	7	Alegrete	PR	IND	SCA	50%	3 a 7	SE
	10	Alegrete	PR	IND	SE	50%	3 a 7	SE
GRUPO 6	12	Alegrete	PU	ESP	SE	50%	Acima 12	SE
	13	Alegrete	PU	ESP	SE	25%	Acima 12	ET
GRUPO 7	15	Garruchos	PR	TR	SCA	25%	7 a 12	EP
	16	Garruchos	PR	IND	SE	75%	Acima 12	SE
GRUPO 8	22	Itaqui	AT	Rural	SE	50%	7 a 12	SE
	21	Itaqui	AT	Rural	SE	50%	7 a 12	SE
GRUPO 9	33	Uruguaiana	AT	Rural	SE	50%	Acima 12	SE
	34	Uruguaiana	PR	IND	SE	75%	3 a 7	SE
GRUPO 10	30	Uruguaiana	PR	IND	EP	75%	3 a 7	SE
	31	Uruguaiana	PU	Rural	SE	50%	Acima 12	ET
GRUPO 11	28	São Borja	PR	Rural	SE	50%	7 a 12	SE
	29	São Borja	PR	Rural	SE	75%	7 a 12	SE
GRUPO 12	26	São Borja	PU	Rural	SE	0%	3 a 7	SE
	27	São Borja	PU	Rural	SE	50%	Acima 12	SE
GRUPO 13	35	Uruguaiana	PU	CC	SE	25%	3 a 7	ET
	33	Uruguaiana	AT	Rural	SE	50%	Acima 12	SE
GRUPO 14	34	Uruguaiana	PR	IND	SE	75%	3 a 7	SE
	30	Uruguaiana	PR	IND	EP	75%	3 a 7	SE
GRUPO 15	31	Uruguaiana	PU	Rural	SE	50%	Acima 12	ET
	32	Uruguaiana	PR	IND	SE	25%	Acima 12	ET
GRUPO 16	20	Itaqui	AT	Rural	SE	0%	7 a 12	ET
	21	Itaqui	AT	Rural	SE	50%	7 a 12	SE
GRUPO 17	22	Itaqui	AT	Rural	SE	50%	7 a 12	SE
	24	Rosário	AT	CC	SE	25%	7 a 12	ET
GRUPO 18	23	Manoel Viana	PU	Rural	SE	25%	3 a 7	SE
	25	São Borja	AT	Rural	SE	25%	Até 3	SE
GRUPO 19	14	Alegrete	PU	ESP	TL	25%	Acima 12	TL
	12	Alegrete	PU	ESP	SE	50%	Acima 12	SE
GRUPO 20	13	Alegrete	PU	ESP	SE	25%	Acima 12	ET
	15	Garruchos	PR	TR	SCA	25%	7 a 12	EP
GRUPO 21	16	Garruchos	PR	IND	SE	75%	Acima 12	SE
	17	Garruchos	PR	IND	SE	75%	Acima 12	ET
GRUPO 22	18	Garruchos	PR	IND	SE	10%	3 a 7	ME
	19	Garruchos	PR	CC	SE	75%	7 a 12	SE

Quadro 5 - Agrupament os encontrados na análise das variáveis.

Na análise da relação dos entrevistados com a entidade de classe, podemos observar no Quadro 6, construído através da análise de agrupamento cluster que:

- O grupo 4 representando as cidades de Itaquí, Manoel Viana, Rosário do Sul e São Borja, apresenta 100% de seus entrevistados registrados e recolhendo ART junto ao CONFEA/CREA.
- O grupo 7 representando Garruchos, apresenta 100% dos entrevistados registrados ao CONFEA/CREA, mas apenas 20% recolhem ART.
- Alegrete aparece como sendo a cidade com o maior número de entrevistados que não possuem registro junto ao CONFEA/CREA, apenas 50% possuem registro, sendo que destes, apenas 57% recolhem ART.

Clusters		Entrevistados	Cidade	Possui registro no CONFEA/CREA	Faz o recolhimento de ART
GRUPO 1		7	Alegrete	Não	Não
		10	Alegrete	Sim	Sim
		11	Alegrete	Sim	Sim
		8	Alegrete	Sim	Sim
	GRUPO 5	9	Alegrete	Sim	Sim
		6	Alegrete	Não	Não
		4	Alegrete	Sim	Não
		5	Alegrete	Não	Não
		1	Alegrete	Não	Não
		2	Alegrete	Não	Não
		3	Alegrete	Não	Não
	GRUPO 4	28	São Borja	Sim	Sim
		29	São Borja	Sim	Sim
		26	São Borja	Sim	Sim
	GRUPO 2	27	São Borja	Sim	Sim
25		São Borja	Sim	Sim	
20		Itaqui	Sim	Sim	
21		Itaqui	Sim	Sim	
22		Itaqui	Sim	Sim	
24		Rosário do Sul	Sim	Sim	
23		Manoel Viana	Sim	Sim	
35		Uruguaiana	Sim	Sim	
33		Uruguaiana	Sim	Sim	
34		Uruguaiana	Não	Não	
GRUPO 3	30	Uruguaiana	Sim	Não	
	31	Uruguaiana	Sim	Sim	
	32	Uruguaiana	Sim	Sim	
	14	Alegrete	Sim	Não	
GRUPO 6	12	Alegrete	Não	Não	
	13	Alegrete	Sim	Não	
GRUPO 7	15	Garruchos	Sim	Não	
	16	Garruchos	Sim	Não	
	17	Garruchos	Sim	Não	
	18	Garruchos	Sim	Não	
	19	Garruchos	Sim	Sim	

Quadro 6 – Agrupamentos analisando apenas relação entrevistados com o CONFEA/CREA.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal objetivo deste trabalho foi verificar a atuação do graduado em engenharia elétrica na região da fronteira oeste do Estado do Rio Grande do Sul, delimitada aqui neste trabalho pelas seguintes cidades: Alegrete, Garruchos, Itaqui, Manoel Viana, Rosário do Sul, São Borja e Uruguaiana, com o intuito de identificar e mapear o perfil de atuação desses graduados. A pesquisa revela que 40% dos graduados na região tem menos de 5 anos de egresso, isso mostra que é recente a chegada de mão de obra qualificada em engenharia elétrica na região, onde 46% dos graduados estão atuando na área de sistemas de energia e 35% no meio rural, tendo em vista que a região é pouco desenvolvida.

A faixa de renda dos graduados na região ficou na média de R\$ 7.193,31 (sete mil cento e noventa e três reais e trinta e um centavos), ficando acima do salário base do graduado estabelecido pelo CONFEA/CREA para o mínimo de 06 (seis) horas que é de R\$ 4.728,00 (quarto mil e setecentos e vinte e oito reais).

Ainda segundo a análise dos dados coletados através da pesquisa, constatou-se que os graduados com a maior renda mensal utilizam 50% ou mais de seu tempo com atividades administrativas, o que nos leva a refletir sobre a formação do graduando em engenharia elétrica na Universidade Federal do Pampa, onde não chega a 10% as disciplinas que envolvam administração, (UNIPAMPA, 2009).

As cidades que mostraram ter as maiores faixa de renda entre os entrevistados foram, Alegrete e Garruchos.

A relação da entidade de classe CONFEA/CREA e graduados da região chega a 77% dos graduados registrados e apenas 57% desses registrados recolhem ART. Os dados mostram que 43% dos registrados ao CONFEA/CREA não fazem o recolhimento de ART, um dado para se fazer pensar no exercício profissional do engenheiro eletricista na região.

De um modo geral podemos concluir que a Região da Fronteira Oeste do Estado do Rio Grande do Sul usada como campo de estudo, apresenta um perfil de graduados e profissionais jovens, grande parte pela inclusão de uma Universidade Federal de Engenharia na Região.

A faixa de renda dos entrevistados na Região está na média de R\$ 94.000,00 (Noventa e quatro mil reais) por ano, ou seja, se compararmos com o estudo de GARDNER (2014) onde nos Estados Unidos da América um Engenheiro Eletricista recém formado ganha R\$ 146.270,00 (Cento e quarenta e seis Mil e duzentos e setenta reais) por ano, a Região da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul está 36% abaixo desta média.

As cidades com maiores faixa de renda são Alegrete e Garruchos, nos setores de aplicação de Ensino e Pesquisa e gestão na Indústria.

A realidade do mercado de trabalho nos mostrou que precisa-se pensar o ensino de gestão dentro do curso de engenharia elétrica, pois observamos o quanto os graduados utilizam destes conhecimentos na atuação no mercado de trabalho.

Uma autocrítica ao trabalho foi a falta de uma pergunta no questionário utilizado na pesquisa, questionando o graduado o porquê, o não recolhimento de ART junto ao CONFEA/CREA, deixando assim essa resposta vaga.

Como sugestões para trabalhos futuros, indica-se a ampliação do cruzamento de dados coletados (Apêndice B) por esse trabalho, e uma pesquisa juntamente com a comunidade acadêmica, CONFEA/CREA e a sociedade, de como deve ser o perfil do graduado em engenharia elétrica da região da fronteira oeste do estado do Rio Grande do Sul, para que a mesma possa se desenvolver de forma sustentável.

REFERÊNCIAS

BAZZO, Walter Antônio; PEREIRA, Luiz Teixeira do Vale. **Introdução à engenharia**. 5. ed. Florianópolis: UFSC, 1997.

BROWN, P. S. **Business Processes and Business Functions: a new way of looking at employment**. Dec, 2008. Disponível em: < <http://www.bls.gov/mlr/2008/12/art3full.pdf> > Acesso em: 26 mai. 2015.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. 6. Ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

FARIA, José Carlos. **Administração – Introdução ao Estudo**. 3. Ed. São Paulo: Pioneira, 1997.

GARDNER, D. Philip. **Modest Growth for Starting Salaries in 2014-15**. Michigan State University's College Employment Research Institute. 27 out, 2014. Disponível em: < http://msutoday.msu.edu/_pdf/assets/2014/starting-salaries-gardner-.pdf > Acesso em: 27 mai. 2015.

HAIR JR, J.; ANDERSON, R.; TATHAM, R.; BLACK, W. **Análise Multivariada de Dados**. 5° ed. São Paulo: Bookman, 2005.

JOHNSON, R. A. WICHERN, D. W. **Applied Multivariate Statistical Analysis**. 5ª ed., New Jersey: Prentice Hall, 2001.

KAUARK, F. S. & MANHÃES, F. C. & SOUZA, C. H. S. 2010. **Metodologia da Pesquisa. Um Guia Prático**. Edição 1, Itabuna - BA, Via Litterarum Editora, 100p.

MARCONI, M.D; LAKATOS, E. **Fundamentos de Metodologia Científica**. Ed, Atlas, 2010.

MARQUES, M. O. 2000. **Escrever é preciso: o princípio da pesquisa**. 3 ed. Unijuí: Ed. UNIJUÍ.

MAZZOTTI, A. J. A. & GEWANDSZNAJDER, F. 1999. **O Método nas Ciências Naturais e Sociais: Pesquisa Quantitativa e Qualitativa**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.

MEC. Secretaria de Educação Superior (Brasília, DF). **Referenciais Nacionais dos Cursos de Engenharia**. 16 out, 2010. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/referenciais.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2015.

MINGOTI, S. A. **Análise de dados através de métodos de estatística multivariada: uma abordagem aplicada**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

MICHEL, M. H. 2009. **Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências**. 2 ed. São Paulo: Atlas.

OLIVEIRA, Alexandre Silva de. **Características Microeconômicas do Mercado Acionário Brasileiro**. Monografia de final de curso de Economia. UFSM, 2014.

RICHARDSON, R. J. 2010. **Pesquisa social: Métodos e Técnicas**. 3 ed. 11 reimpr. São Paulo: Atlas.

ROLIM, R.; BRESSAN, A.; FREITAS, J.; GONÇALVES, A. **Identificação de Empresas Comparáveis Através da Análise de Clusters: uma Aplicação no Mercado Acionário Brasileiro**. XIII SEMEAD. Seminários em Administração. Setembro de 2010.

SERAPIONI, M. 2000. **Métodos qualitativos e quantitativos na pesquisa social em saúde: algumas estratégias para a integração**. Ciênc. saúde coletiva [online]. vol.5, n.1, pp. 187-192. ISSN 1413-8123. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/csc/v5n1/7089.pdf> >; Acesso em: 18/06/2014

SILVA, O G; CAVALCANTI, G A; LUCENA, R L; SILVA, R F. **A produção científica em estratégia e organizações na engenharia de produção**. III SEGGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. Resende: AEDB, 2006.

SCHUMPETER, J.A. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. 169 p.

UCB. **Sistema Empresa**. Departamento de Sistemas de Informação. 30 mar, 2015. Disponível em: < http://ucbweb2.castelobranco.br/webcaf/arquivos/tutoria/turma_disciplina/aluno/11509/tcdsistemasdeinformacoesdoc_75312.doc > Acesso em: 20 mai. 2015.

UNIPAMPA. **Programa Pedagógico do Curso de engenharia Elétrica**. Departamento de Engenharia Elétrica, dezembro de 2009. Disponível em: <<http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/engenhariaeletrica/files/2010/10/PPC-E- ngenharia-El%C3%A9trica-2010.pdf>> Acesso em: 25 mai. 2015.

COMPARAÇÃO ENTRE MÉTODOS DE AMOSTRAGENS E ESTUDO DA COMPOSIÇÃO DA COMUNIDADE DE QUIRÓPTEROS DO CARSTE DO MUNICÍPIO DE MATOZINHOS, MINAS GERAIS

Data de aceite: 03/10/2022

Jackson Souza Silva

Marco Túlio Magalhães Souza

RESUMO: Apesar do Brasil possuir um rico patrimônio espeleológico e uma grande diversidade de quirópteros, poucos estudos foram realizados sobre as comunidades de morcegos presentes em cavidades naturais subterrâneas. O principal objetivo deste estudo foi o de realizar a comparação entre os métodos de amostragens mais empregados em estudos de morcegos que utilizam cavernas, bem como analisar a estrutura da comunidade de Chiroptera que faz uso da área cárstica presente no município de Matozinhos, estado de Minas Gerais, inserida no Carste de Lagoa Santa. No presente estudo, dois métodos foram aplicados ao longo de quatro eventos de amostragens distintos: busca ativa por abrigos diurnos durante os meses de agosto/setembro e dezembro de 2016, e método de espera com uso de redes de neblina (*mist nets*) nos meses de setembro e dezembro de 2020, em sete cavidades. Foram capturados, ao todo, 164 indivíduos, sendo nove espécies pertencentes à Família Phyllostomidae, duas à Família Vespertilionidae e uma à Família Emballonuridae. De modo geral, o emprego do método de espera com uso de redes de neblina, a partir do crepúsculo, provou ser mais apropriado para amostragens de quirópteros, tendo sido mais eficiente em demonstrar a estrutura da comunidade de morcegos que utilizam as áreas

cársticas na região de Matozinhos-MG, pois tanto a abundância quanto a riqueza de espécies capturadas foram maiores que as obtidas pelo método de busca ativa por abrigos diurnos.

PALAVRAS-CHAVE: Chiroptera, morcegos cavernícolas, captura de morcegos.

COMPARISON BETWEEN SAMPLING METHODS AND A STUDY OF THE COMMUNITY OF CHIROPTERANS OF KARSTE IN THE MUNICIPALITY OF MATOZINHOS, MINAS GERAIS

ABSTRACT: Although Brazil has a rich speleological heritage and a great diversity of bats, few studies have been carried out on bat communities present in natural underground cavities. The main objective of this study is to carry out a comparison between the sampling methods most used in studies of cave bats, as well as to analyze the structure of the Chiroptera community that makes use of the karst area present in the municipality of Matozinhos, state of Minas Gerais, that is inserted in the Lagoa Santa's Karst. In the present study, two methods were applied over four different sampling events, applying the active search for day shelters during the months of August/September and December 2016, and the waiting method using mist nets (*mist nets*) in September and December 2020, in seven cavities. A total of 164 individuals were captured, nine belonging to the Phyllostomidae family, two to the Vespertilionidae family and one to the Emballonuridae family. In general, the use of the waiting method with the use of mist nets, from twilight, proved to be more appropriate for bat sampling, since it was more efficient in

demonstrating the structure of the community of bats that use the karst areas in the region of Matozinhos-MG, as both the abundance and richness of captured species were higher than those obtained by the active search method for diurnal shelters.

KEYWORDS: Chiroptera, cave bats, catching bats.

1 | INTRODUÇÃO

Morcegos são os únicos representantes da classe Mammalia (mamíferos) com capacidade de voo verdadeiro. Os quirópteros são animais com hábito exclusivamente noturno, sendo que durante o dia procuram se refugiar em abrigos naturais, como cavernas, ocos de árvores e florestas densas, ou ainda em abrigos artificiais, como telhados, bueiros, minas e outras construções antrópicas.

As cavernas são elementos constituintes do relevo denominado carste e se desenvolvem, principalmente, em rochas calcárias. Contudo, também ocorrem em outras litologias, como: quartzitos, dolomitos, arenitos, dentre outros (GINES; GINES, 1992). Podem ser classificadas como ambientes oligotróficos, isto é, ambientes pobres em nutrientes, sendo dependentes da importação de recursos tróficos do meio externo. A matéria orgânica que penetra nesses sistemas é carregada, contínua ou temporariamente por agentes físicos (ventos e drenagens) e biológicos (FERREIRA; MARTINS, 1998; HOWARTH, 1983; apud CULVER, 1982). Neste segundo tipo de veiculação, os morcegos contribuem de forma primordial para o funcionamento dos ecossistemas cavernícolas, deixando nestes ambientes grande quantidade de recursos orgânicos, como o guano, sementes, além de suas próprias carcaças (TRAJANO, 1995; FERREIRA et al., 1999).

Diversos estudos vêm sendo realizados e demonstram a importância da relação entre morcegos e cavernas. Apesar de ser uma relação extremamente especializada, complexa e frágil, morcegos e ambientes cavernícolas são mutuamente beneficiados (BARROS et al., 2020). As cavernas oferecem um ambiente estável para morcegos, protegendo-os contra adversidades climáticas e predadores, sendo, ainda, um ambiente extremamente qualificado para a hibernação, socialização, maternidade e descanso (SILVA, 2013). Segundo Aguirre e colaboradores (2003), estudos sobre a seleção de cavernas como abrigos por morcegos ainda são raros. No entanto, alguns padrões já podem ser considerados importantes para a seleção de abrigos e riqueza de espécies, como por exemplo a complexidade e a extensão das cavernas (> 30 m), bem como temperaturas elevadas (> 25° C) (BRUNETH; MEDELLÍN, 2001; AVILA-FLORES, MEDELLÍN, 2004; TORQUETTI, 2012; apud SILVA, 2013). Morcegos podem formar grupos variando de poucos indivíduos até milhares em uma mesma caverna (KUNZ, 1982), não sendo incomum mais de uma espécie ocupar a mesma cavidade em regiões neotropicais (SILVA, 2013). Essa relação de coabitação é favorecida pela diversidade microclimática que um abrigo pode oferecer, e/ou pela disponibilidade de abrigos da região (TWENTE, 1995; TRAJANO, 1985).

Além do porte pequeno e da atividade eminentemente noturna, morcegos neotropicais apresentam, de modo geral, aparência bem discreta, sendo que poucas espécies são conspícuas o suficiente para serem identificadas a distância. Para tanto, a captura destes animais é quase indispensável em estudos de campo (PERACCHI; NOGUEIRA, 2015). Desta maneira, o presente estudo tem como objetivo comparar dois métodos de amostragens de quirópteros em ecossistemas cavernícolas, visando disseminar informações sobre técnicas de captura de morcegos, bem como agregar conhecimento sobre estes animais em áreas cársticas, sobretudo referente à estrutura da comunidade da quiropterofauna na região de Matozinhos, Minas Gerais.

2 | METODOLOGIA

O estudo foi realizado em uma área periurbana do município de Matozinhos, localizado na porção norte da região metropolitana de Belo Horizonte. O local de amostragem está inserido na área Cárstica de Lagoa Santa, que é considerada uma das mais importantes do Brasil, devido à grande densidade de feições exo e endocársticas, e por ser considerado o berço da paleontologia, arqueologia e espeleologia do país (BERBERT-BORN, 2002).

O levantamento de quirópteros ocorreu em sete (7) cavidades naturais subterrâneas, localizadas a norte da sede do município, durante quatro (4) eventos distintos de amostragem, sendo que a primeira campanha ocorreu entre 23 de agosto a 8 de setembro de 2016, a segunda campanha ocorreu entre os dias 08 e 19 de dezembro de 2016, a terceira campanha entre 01 e 05 de setembro de 2020 e a quarta campanha de 10 a 14 dezembro de 2020. Desta forma, enquanto a primeira e a terceira campanhas ocorreram durante a estação seca, a segunda e a quarta campanhas contemplaram a estação chuvosa.

Para a amostragem, como citado anteriormente, dois métodos foram utilizados, com a busca por abrigos diurnos empregada durante as duas primeiras campanhas, enquanto o método de espera com uso de redes de neblinas (*mist nets*) foi utilizado nas duas últimas campanhas (Figura 1). A busca por abrigos diurnos consistiu na captura de morcegos em seus abrigos, cavernas no caso em questão, com o auxílio de puçás. Segundo Nogueira (2010), puçás são particularmente úteis na captura de morcegos que se refugiam em cavernas, tuneis, bueiros de estrada e forro de casas. O esforço de captura empregado variou conforme alguns aspectos como:

- (i) presença ou ausência dos animais na cavidade;
- (ii) número de espécies observadas;
- (iii) abundância dos indivíduos encontrados e;
- (iv) sucesso de captura.

O método de espera consistiu na instalação das redes de neblinas próximas à entrada das cavidades entre as 18h e 24h, já que este é o período em que os morcegos apresentam

maior atividade (RODRÍGUEZ-DURÁN & OTERO, 2011; MARQUES et al., 2011; CAJAIBA et al., 2021). As redes foram vistoriadas em intervalos de 20 minutos com o intuito de minimizar o estresse causado aos animais capturados. As amostragens foram suspensas em noites com chuvas ou quedas abruptas de temperatura, priorizando ainda realizar as amostragens em noites próximas da lua nova para evitar efeitos de fobia lunar e maximizar as taxas de captura (ESBÉRARD, 2007). Cada caverna foi avaliada individualmente e, de acordo com suas características (morfologia e número de entradas), foram estipulados o número e tamanho de redes mais indicadas para cada caso, com redes variando de 3m a 12m de comprimento e 2,5m a 3m metros de altura.



Figura 1: Exemplos dos métodos de amostragem: a. busca em abrigo diurno com auxílio de puçá; b. método de espera com uso de rede de neblina.

Os indivíduos capturados durante as amostragens foram acondicionados em sacos de pano (algodão), sendo verificadas as seguintes características: sexo, condição reprodutiva (para fêmeas através da verificação do volume abdominal e mamas intumescidas desprovidas de pelos no entorno e com ou sem secreção de leite), estágio de desenvolvimento (através do grau de ossificação das epífises dos metacarpos e primeiras falanges das asas), peso (com auxílio de dinamômetro adequado ao porte do espécime), e medição de dados biométricos (com auxílio de paquímetro de precisão). Após a identificação em campo com auxílio de bibliografia especializada, os indivíduos foram liberados no mesmo local.

De modo a comparar os métodos de amostragens, a hipótese a ser testada, isto é, H_0 é a que afirma que não haverá diferença na abundância e na riqueza de espécies capturada por ambos os métodos. Em contrapartida, H_1 afirma que haverá diferença tanto na abundância quanto na riqueza de espécies amostradas na comunidade entre os métodos de captura. Portanto, para a verificação da riqueza e da diversidade de espécies obtida em cada método de captura, foi realizada verificação dos dados da primeira e segunda campanhas separadamente dos dados da terceira e quarta campanhas. Deste modo, as sete cavidades foram avaliadas como uma única comunidade, e apenas o método de amostragem empregado será utilizado como variável discrepante. As análises foram realizadas com o emprego do Índice de Simpson, uma medida simples e comumente utilizada, com a qual se torna possível determinar a abundância, riqueza, diversidade e

dominância das comunidades. O índice é calculado pela soma da frequência de cada espécie da comunidade, elevado ao quadrado, através da fórmula observada na figura abaixo.

$$\text{Índice de Simpson, } D = \frac{1}{\sum_{i=1}^s P_i^2}$$

Figura 2: Fórmula do Índice de Simpson.

3 | RESULTADOS

Foram capturados no total 164 indivíduos pertencentes a 12 espécies de morcegos nas sete cavidades na área de Matozinhos. Dentre estas 12 espécies, nove pertencem a Família Phyllostomidae, duas a Família Vespertilionidae e uma à Família Emballonuridae. Essa riqueza representa 6,6% das espécies brasileiras de morcegos.

Durante a primeira campanha caracterizada pelo período seco realizado em agosto/setembro de 2016, foram encontradas três espécies de morcegos pertencentes à família Phyllostomidae (*Platyrrhinus lineatus*, *Desmodus rotundus* e *Anoura geoffroyi*). Durante a segunda campanha, realizada no mês de dezembro de 2016, foram encontradas quatro espécies de morcegos (*P. lineatus*, *Artibeus planirostris*, *Glossophaga soricina* e *A. geoffroyi*) sendo todos da família Phyllostomidae. Na terceira campanha, realizada em setembro de 2020, foram encontradas nove espécies de morcegos (*Carollia perspicillata*, *D. rotundus*, *G. soricina*, *A. geoffroyi*, *Artibeus fimbriatus*, *P. lineatus*, *Vampyressa pusilla*, *Myotis nigricans* e *Myotis riparius*), das quais sete pertenciam a família Phyllostomidae e duas a família Vespertilionidae. Por fim, durante a quarta campanha foram encontradas oito espécies de morcegos (*Pteropteryx macrotis*, *D. rotundus*, *Diphylla ecaudata*, *A. geoffroyi*, *G. soricina*, *A. fimbriatus*, *P. lineatus* e *M. nigricans*), visto que uma espécie pertence à família Emballonuridae, seis pertenciam a família Phyllostomidae e uma a família Vespertilionidae. A relação de indivíduos encontrados por cavidade pode ser observada na tabela abaixo.

Espécie	Status de ameaça	Hábito Alimentar	Cavidade	Nº de indivíduos por campanha			
				1ª	2ª	3ª	4ª
<i>Anoura geoffroyi</i>	Pouco Preocupante	Nectarívoro	7	9	13	13	25
<i>Artibeus fimbriatus</i>	Pouco Preocupante	Frugívoro	7				1
			1			1	
			4			1	5
			2				2
			3			1	3
			5				2
<i>Artibeus planirostris</i>	Pouco Preocupante	Insetívora	4				
			2		10		
			3				
			5				
<i>Carollia perspicillata</i>	Pouco Preocupante	Frugívoro	1				
			4			1	
			2				
			6			1	
<i>Desmodus rotundus</i>	Pouco Preocupante	Hematófago	1				
			4			1	3
			2				
			3	3			1
<i>Diphylla ecaudata</i>	Pouco Preocupante	Hematófago	4				3
			2				1
<i>Glossophaga soricina</i>	Pouco Preocupante	Nectarívoro	1		10	1	3
			4				2
			2				1
			3				3
			6		4		2
			5		5		1
<i>Myotis nigricans</i>	Pouco Preocupante	Insetívora	4				
			2			3	
			3				1
<i>Myotis riparius</i>	Pouco Preocupante	Insetívora	3			1	
<i>Peropteryx macrotis</i>	Pouco Preocupante	Insetívora	3				1
<i>Platyrrhinus lineatus</i>	Pouco Preocupante	Insetívora	7				
			1	7			
			4		4	6	5
			2			2	2
			3			1	

Espécie	Status de ameaça	Hábito Alimentar	Cavidade	Nº de indivíduos por campanha			
				1ª	2ª	3ª	4ª
<i>Vampyressa pusilla</i>	Pouco Preocupante	Frugívoro	6			1	

Tabela 1. Espécies registradas por campanha, suas respectivas ocorrências, hábitos alimentares e categoria de ameaça conforme IUCN.

Os inventários da quiropteroфаuna em região neotropical tendem a amostrar maior quantidade de indivíduos da família Phyllostomidae. No Brasil, esta Família é representada por 93 espécies, que correspondem a mais de 51% dos morcegos já registrados no país (GARBITO et al., 2020). Essa Família de quirópteros tende a dominar as comunidades devido à sua diversidade de hábitos alimentares, interagindo com diversas espécies animais e vegetais, sendo considerados como um dos principais dispersores de sementes (TAVOLONI, 2006). As baixas representatividades de indivíduos das famílias Emballonuridae e Vespertilionidae podem estar relacionadas as metodologias utilizadas, notando-se que as espécies destas famílias foram capturadas apenas por meio da metodologia de espera com redes de neblina.

Comparando as coletas feitas com cada método de amostragem, houve diferença significativa na abundância de indivíduos, riqueza e diversidade de espécies. A abundância total de indivíduos capturados durante a busca ativa foi de 65, enquanto pelo método de espera 99 capturas foram feitas. A riqueza de espécies obtida pela busca ativa foi cinco, já pelo método de espera obteve-se 11, resultado 120% maior. Os dados de comunidade obtidos pelo método de busca ativa podem ser observados na Tabela 2.

Espécie	Indivíduos capturados pela busca ativa		
	Ni	Pi=Ni/N	Pi²
<i>Anoura geoffroyi</i>	22	0,3385	0,1146
<i>Artibeus planirostris</i>	10	0,1538	0,0237
<i>Desmodus rotundus</i>	3	0,0462	0,0021
<i>Glossophaga soricina</i>	19	0,2923	0,0854
<i>Platyrrhinus lineatus</i>	11	0,1692	0,0286
Abundância total (N) = 65		Dominância (D) = 0,2544	
Riqueza de espécies = 5		Diversidade (1-D) = 0,7456	

Tabela 2: Abundância, riqueza, dominância e diversidade de espécies capturadas pelo método de busca ativa

As capturas com método de busca ativa revelaram conforme o Índice de Simpson que a comunidade apresenta uma maior dominância ($D = 0,2544$) e menor diversidade

(1-D = 0,7456). Em contrapartida, o Índice de Simpson demonstra que, por meio das capturas realizadas com método de espera, a comunidade de morcegos contém uma baixa dominância (D = 0,2227), e grande diversidade (1-D = 0,7773). Abaixo a Tabela 3 representa os dados de comunidade obtidos pelo método de espera com uso de redes de neblina (*mist nets*).

Espécie	Indivíduos capturados pelo método de espera		
	Ni	Pi=Ni/N	Pi2
<i>Anoura geoffroyi</i>	38	0,3838	0,1473
<i>Artibeus fimbriatus</i>	16	0,1616	0,0261
<i>Carollia perspicillata</i>	2	0,0202	0,0004
<i>Desmodus rotundus</i>	5	0,0505	0,0026
<i>Diphylla ecaudata</i>	5	0,0505	0,0026
<i>Glossophaga soricina</i>	13	0,1313	0,0172
<i>Myotis nigricans</i>	1	0,0101	0,0001
<i>Myotis riparius</i>	1	0,0101	0,0001
<i>Peropteryx macrotis</i>	1	0,0101	0,0001
<i>Platyrrhinus lineatus</i>	16	0,1616	0,0261
<i>Vampyressa pusilla</i>	1	0,0101	0,0001
Abundância total (N) = 99		Dominância (D) = 0,2227	
Riqueza de espécies = 11		Diversidade (1-D) = 0,7773	

Tabela 3: Abundância, riqueza, dominância e diversidade de espécies capturadas pelo método espera.

Apesar dos resultados obtidos com método de espera serem mais completos e satisfatórios, é importante salientar a instalação de redes do lado de fora da cavidade certamente resulta na amostragem de espécies que forrageiam no ambiente de entorno, mas que não necessariamente utilizam as cavernas como abrigo. Logo, a fim de minimizar estes “ruídos” nos resultados, as redes foram instaladas bem próximas das entradas das cavidades. Não obstante, é de extrema valia considerar os resultados obtidos neste método, pois apresentam informações que apesar dos morcegos capturados não utilizarem as cavernas para fixar colônias, ainda assim elas constituem abrigos temporários para realização de determinada atividade ou proteção contra uma adversidade.

4 | DISCUSSÕES

Um fator que pode influenciar os resultados deste trabalho e precisa ser considerado é o intervalo de quatro anos entre as amostragens. Durante este período diferentes fatores sofreram variações, sendo estes de natureza antrópica como a urbanização ou ainda

fatores ambientais como clima e temperatura.

Dados recolhidos pela Weather Spark (2022) na área do Aeroporto Internacional de Confins, localizado próximo a região onde estão as cavidades, demonstram que as variações de temperatura e pluviosidade ao longo dos quatro anos não apresentaram mudanças significativas (Figura 3). Porém, é importante notar que mesmo pequenas variações nestes fatores são capazes de influenciar na flora, modificando quantitativamente e qualitativamente a composição florística na região. Essas mudanças influenciam diretamente no regime de floração da vegetação, alterando a quantidade de recursos que sustentam a comunidade de quirópteros na área, seja diretamente as espécies que são nectarívoras e frugívoras, ou indiretamente as que são insetívoras e hematófagas.

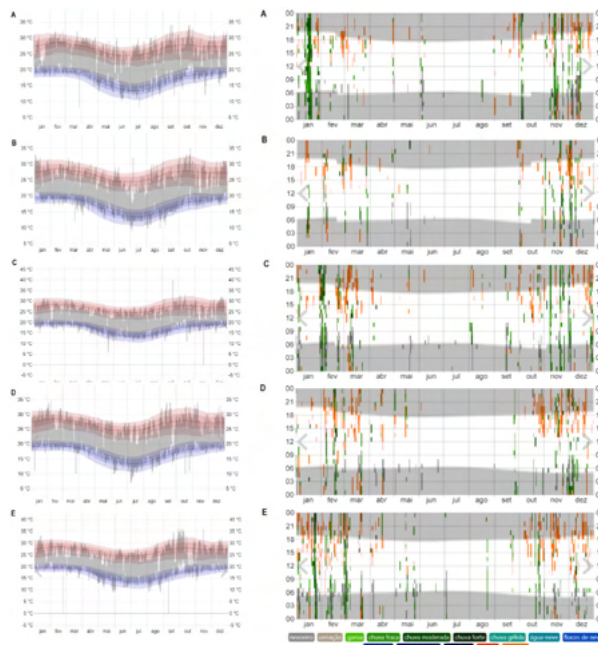


Figura 3: Histórico de temperatura e Condições meteorológicas respectivamente, observadas Aeroporto de Confins ao longo de quatro anos: A. 2016; B. 2017; C. 2018; D.2019; E.2020. Para a temperatura, a barra cinza ilustra o intervalo diário, enquanto a linha vermelha as temperaturas máximas, e a linha azul as temperaturas mínimas. Fonte: Adaptado de WeatherSpark.com; 2022.

Quanto aos fatores antrópicos, dentre os mais relevantes está a urbanização da região, especialmente, porque as cavidades estão localizadas na área periurbana de Matozinhos. Segundo dados do IBGE (2022), a população do município aumentou de 37.040 habitantes em 2016, para 38.151 em 2020. No geral, o aumento populacional está diretamente ligado a processos de êxodo rural e de urbanização, esta última intimamente relacionada à supressão vegetal, que ocasiona perda de habitat, comprometendo diretamente as populações de quirópteros presentes na região do município, pois as

condições ambientais e a disponibilidade de recursos necessários para sobrevivência se tornam mais escassos e intensificam a competição intra e interespecífica.

Reconhecidos os fatores acima, durante o período de intervalo entre as amostragens, o esperado seria uma diminuição relativa na abundância e riqueza de espécies coletadas. Porém, o que se observa é o contrário. As amostragens com o uso de redes de neblina apresentaram considerável aumento, tanto em abundância quanto em riqueza, indicando que mesmo com a influência dos fatores antrópicos a amostragem por método de espera constitui a maior efetividade na captura de quirópteros em cavidades naturais subterrâneas. Entretanto é importante ressaltar, de modo geral, que pouco ainda se sabe acerca dos hábitos e comportamentos de quirópteros, sobretudo quanto aos cavernícolas, sendo necessários maiores estudos para se verificar a real influência dos fatores citados sobre as populações.

5 | CONCLUSÕES

As comunidades de morcegos registradas por ambos os métodos são constituídas, de modo geral, por espécies com grande capacidade de adaptação a ambientes antropizados, com amplas distribuições geográficas e registradas em diversos biomas. Apenas *Vampyressa pusilla* parece ser exceção a este fato, visto que existem poucos registros para a espécie em ambientes alterados (ZORTÉA; BRITO, 2000; FARIA et al., 2006; apud REIS et al., 2017). É importante notar, no entanto que a espécie é classificada “Deficiente de Dados” pela IUCN, sendo possivelmente este o primeiro registro de uso de cavernas pela espécie.

Quanto aos demais indivíduos capturados, segundo Guimarães e Ferreira (2014), apenas *P. macrotis*, *D. ecaudata* e *A. geoffroyi* são considerados morcegos essencialmente cavernícolas (EC) e as demais espécies encontradas, sendo enquadradas na categoria de cavernícolas oportunistas (CO). Porém, dada a quantidade relativamente grande capturas de indivíduos *A. fimbriatus*, *G. soricina* e *P. lineatus* em relação ao esforço amostral, possivelmente, a relação destes indivíduos com as cavernas seja mais relevante. No entanto, apenas mais pesquisas poderão trazer novas informações acerca destas observações.

Em relação aos métodos de amostragens, os resultados demonstram que o emprego do método de espera com uso de redes de neblina para amostragens em cavernas é o mais benéfico. Não somente H0 foi rejeitada, como as comparações demonstram diretamente que o método de espera possibilita maior amostragem das populações de quirópteros que fazem uso da área cárstica, em especial no município de Matozinhos. Outro resultado que complementa essa afirmação foi a ausência de captura de indivíduos das famílias Emballonuridae e Vespertilionidae com o uso de puçá, sendo a captura destes com esse método rara, devido às suas morfologias e hábitos.

Por fim, independentemente do método a ser empregado, mais pesquisas sobre quirópteros cavernícolas se fazem necessárias, dada a importância dos representantes desta ordem, sendo que todas as espécies capturadas desempenham papel de grande importância para a manutenção dos ecossistemas cavernícolas e para a regeneração dos ambientes naturais, através da dispersão de sementes, polinização de diversas plantas e controle de insetos. Além disso, estudos vêm sendo realizados com a saliva de morcegos hematófagos (*D. rotundus*) para o desenvolvimento de fármacos que atuem no combate a doenças do sistema circulatório.

AGRADECIMENTOS

À Spelayon Consultoria - EPP que oportunizou a elaboração e divulgação deste.

REFERÊNCIAS

AGUIRRE, L. F.; HERREL, A.; VAN DAMME, R.; MATTHYSEN, E. The implications of food hardness for diet in bats. **Functional Ecology**, London, v. 17, n. 2, p. 201-212, 2003.

AVILA-FLORES, R.; MEDELLÍN, R. A. Ecological, taxonomic, and physiological correlates of cave use by mexican bats. **Journal of Mammalogy**, v. 85, n.4, p. 675-687, 2004.

BARROS, J. de S.; GOMES, A. M.; GUIMARÃES, M. M.; DIAS-SILVA, L.; DA ROCHA, P. A.; TAVARES, V. C.; BERNARD, E. Análise de relevância de cavernas: uma revisão da IN 02/2017 sob a perspectiva dos morcegos. **Boletim da Sociedade Brasileira de Mastozoologia**, v. 89, p. 1-9, 2020.

BERBERT-BORN, M. Carste de Lagoa Santa, MG-Berço da paleontologia e da espeleologia brasileira. **Sítios geológicos e paleontológicos do Brasil**, v. 1, p. 415-430, 2002.

BRUNET, A. K.; MEDELLÍN, R. A. The species-area relationship in bat assemblage of tropical caves. **Journal of Mammalogy**, v. 82, n. 4, p. 1114-1122, 2001.

CAJAIBA, R. L.; PÉRICO, E.; da SILVA, W. B.; VIEIRA, T. B.; dos SANTOS, F. M. B.; SANTOS, M. Are neotropical cave-bats good landscape integrity indicators? Some clues when exploring the cross-scale intersection between underground and above-ground ecosystems. **Ecological Indicators**, v. 122, p. 107-258, 2021.

CULVER, D. C. Cave life: evolution and ecology. **Harvard University press, Cambridge, MA(USA)**. 1982.

ESBÉRARD, C. E. L. Influência do ciclo lunar na captura de morcegos Phyllostomidae. **Iheringia Série Zoologia**, v. 97, n. 1, p. 81-85, 2007.

FARIA, D.; SANTOS, B. S.; SAMPAIO, E. Bats from the Atlantic rainforest of southeastern Bahia, Brazil. **Biota Neotropica**, Campinas, v. 6, n. 2, p. 1-13, 2006.

FERREIRA, R. L.; MARTINS, R. P. Trophic structure and natural history of bat guano invertebrate communities, with special reference to Brazilian caves. **Trop. Zoo**, v. 12, n. 2, p. 231-252, 1999.

FERREIRA, R. L.; MARTINS, R. Diversity and distribution of spiders associated with bat guano piles in Morrinho cave (Bahia State, Brazil). **Diversity and distributions**, p. 235-241, 1998.

GARBINO, G.S.T., R. GREGORIN, I.P. LIMA, L. LOUREIRO, L.M. MORAS, R. MORATELLI, M.R. NOGUEIRA, A.C. PAVAN, V.C. TAVARES, M.C. DO NASCIMENTO AND A.L. PERACCHI. 2020. Updated checklist of Brazilian bats: versão 2020. Comitê da Lista de Morcegos do Brasil—CLMB. Sociedade Brasileira para o Estudo de Quirópteros (Sbeq). <<https://www.sbeq.net/lista-de-especies>> acessado em:

GINÉS, A.; GINÉS, J. Karst phenomena and biospeleological environments. **Monografias Museo Nacional de Ciencias Naturales**, v. 7, p. 27-56, 1992.

GUIMARÃES, M. M. **Morcegos cavernícolas do Brasil: composição, distribuição e serviços ambientais**. Dissertação (Mestrado em Ecologia Aplicada) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 130p. 2014.

GUIMARÃES, M. M.; FERREIRA, R. L. **Morcegos cavernícolas do Brasil: novos registros e desafios para conservação**. Dissertação (Mestrado em Ecologia Aplicada) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 130p. 2014.

HOWARTH, F. G. Ecology of cave arthropods. **Annual review of entomology**, v. 28, n. 1, p. 365-389, 1983.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/pt/inicio.html> > Acesso em: 28 fev. 2022.

MARQUES; R.V.; CADEMARTORI, C. V.; PACHECO, S. M. Mastofauna no Planalto das Araucárias, Rio Grande do Sul, Brasil. **Revista Brasileira de Biociências**, v. 9, n. 3, p. 278-288, 2011.

NOGUEIRA, M. R.; LIMA, I. P.; MORATELLI, R.; TAVARES, V. C.; GREGORIN, R.; PERACCHI, A. Checklist of Brazilian bats, with comments on original records. **Volume 10, Número 4**, p. 808-821, 2014.

REIS, N. R.; PERACCHI, A. L.; BATISTA, C. B.; LIMA, I. P. de; PEREIRA, A. D. **HISTÓRIA NATURAL DOS MORCEGOS BRASILEIROS: Chave de identificação das espécies**. 1st Ed. Technical Books Editora, Rio de Janeiro, 17-20. 2017.

RODRÍGUEZ-DURÁN, A.; OTERO, W. Species richness and diversity of a West Indian bat assemblage in a fragmented ecosystem. **Acta Chiropterologica**, v.13, n. 2, p. 439–445, 2011.

SILVA, L. H. D. da. **Caracterização da fauna de quirópteros (Chiroptera, Mammalia) em diferentes áreas na região cárstica de Minas Gerais – Brasil**. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2013.

TAVOLONI, P. Diversidade e frugivoria de morcegos filostomídeos (Chiroptera, Phyllostomidae) em habitats secundários e plantios de *Pinus spp.*, no município de Anhembi-SP. **Biota Neotropica**, v. 6, n. 2, 2006.

TORQUETTI, C. G. S. Ecologia de abrigos de morcegos neotropicais. **Dissertação para obtenção de título de mestre em zoologia de vertebrados pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais**. 599. 4(815), 2012.

TRAJANO, E. Protecting cave for the bats or bats for the cave. **Chiroptera Neotropical**, v. 1, n. 2, p.19-22, 1995.

TRAJANO, E. Ecologia de populações de morcegos cavernícolas em uma região cárstica do sudeste do Brasil. **Revista Brasileira de Zoologia** v. 2, n. 5, p. 255-320, 1985.

TWENTE, J. W. Some aspects of habitat selection and other behavior of cavern-dwelling bats. **Ecology**, v. 36, n. 4, p 706-732, 1955.

WEATHER SPARK. **Histórico de condições metereológicas em 2016 no Aeroporto de Confins, Brasil**. Disponível em: <<https://pt.weatherspark.com/h/y/147599/2016/Condi%C3%A7%C3%B5es-meteorol%C3%B3gicas-hist%C3%B3ricas-durante-2016-no-Aeroporto-de-Confins-Brasil#Figures-Temperature>> Acesso em: 28 fev. 2022.

ZORTÉA, M.; BRITO, B. F. A. Tents used by *Vampyressa pusilla* (Chiroptera: Phyllostomidae) in southeastern Brasil. **Journal of Tropical Ecology**, Cambridge, v. 9, p. 117-120. 1993.

CAPÍTULO 25

IMPLEMENTATION OF STORY DOING AND STORYTELLING AS TECHNIQUES TO IMPROVE THE CUSTOMER JOURNEY IN A DIGITIZED COLOMBIAN MARKET

Data de aceite: 03/10/2022

Julio Ramírez Montañez

Universidad Pontificia Bolivariana

Gabriela Arciniegas Vargas

Universidad Pontificia Bolivariana

Mariana Monroy Valenzuela

Universidad Pontificia Bolivariana

Jimena Vargas Moreno

Universidad Pontificia Bolivariana

Edward Santos López

Universidad Pontificia Bolivariana

Laura Macías

Universidad Pontificia Bolivariana

ABSTRACT: This research explains how the implementation of both Storydoing and Storytelling can generate that companies acquire a strategic advantage over their national and international competitors, being able to reach global markets, due to the better connection with their customers and support for the brand for its way of linking with the knowledge and values of the client. It is desired that Colombian companies take this research as a basis so that they can learn about these strategies, based on the results obtained and that they can also apply them in their campaigns.

KEYWORDS: Consumer, brand, marketing, storydoing, storytelling.

IMPLEMENTAÇÃO DE STORYMAKING E STORYTELLING COMO TÉCNICAS PARA MELHORAR A JORNADA DO CLIENTE EM UM MERCADO COLOMBIANO DIGITALIZADO

RESUMO: Esta pesquisa explica como a implementação de Storydoing e Storytelling pode gerar que as empresas adquiram uma vantagem estratégica sobre seus concorrentes nacionais e internacionais, podendo atingir mercados globais, devido à melhor conexão com seus clientes e suporte à marca para sua forma de com o conhecimento e os valores do cliente. Deseja-se que as empresas colombianas tomem esta pesquisa como base para que possam conhecer essas estratégias, com base nos resultados obtidos e que também possam aplicá-las em suas campanhas.

PALAVRAS-CHAVE: Consumidor, marca, marketing, storydoing, storytelling.

1 | INTRODUCTION

Due to the constant bombardment of information to consumers, currently the global and local markets have fallen into what is known in the field of marketing as “infoxication”, so it is necessary that companies seek to innovate, implementing new strategies that are attractive and manage to personalize the customer experience, in order to stand out in this saturated market. This is why the need arises for the use of innovative marketing strategies in markets as traditional as the Colombian market, all in order that companies can attract consumers, who

appreciate the innovations of companies and connect better with the identity you want to convey to the user, which is why Storydoing and Storytelling are tools that can help position brands through their products, services and experiences, generating a sense through the actions.

This research aims to analyze the feasibility of implementing Storydoing and Storytelling in Colombian companies, due to the fact that companies are currently in an environment of strong competition, with a saturated market and an excessive advertising mass. Likewise, we seek to show the implementation of the strategies of large international companies to Colombian companies so that they can acquire a strategic advantage over their national and international competitors, being able to reach global markets with great confidence to acquire larger market shares due to the better connection with their customers and the support to the brand by its way of linking with the knowledge and values of the customer through Storydoing and Storytelling.

The relevance of the research lies in the positive results that have been previously evidenced in international brands that have addressed the principles of storydoing and storytelling as their main way to attract both “early adopters” and customers who come to the brand due to the buzz that advertising campaigns generate due to the correct implementation of the aforementioned techniques. This causes them to become iconic companies, valued very positively by their public, due to their engagement, and by the market in general, and, consequently, brands that perform excellently in terms of business (Baraybar and Luque, 2018).

2 | THEORETICAL FRAMEWORK

The concepts of storytelling and storydoing have been disruptive for the way in which companies communicate with their customers, generating new and more personalized ways in which connections are established before, during and after the purchase process. In order to talk about these techniques to be investigated, it is first important to know the conception of this marketing technique in the world of advertising and communications.

According to the ADECEC (Asociación de Empresas Consultoras en Relaciones Públicas y Comunicación) guide, storytelling is defined as the “technique for telling stories that convey the values of a company, brand or product and that connect with its target audiences. It consists of transferring brand values in a story in a way that is natural and implicit, in the same way that ethical values have been transmitted from generation to generation through stories, myths and fables” (ADECEC, 2017).

However, over the years and with the massive arrival of information in all advertising media, it has become very difficult for stories alone to reach people simply because they want to hear them. This is why companies, realizing that people have grown tired of hearing stories, have decided to make them live them; this has been compacted into a concept

known as “Storydoing” which is defined as “a proposal to generate content in the process of building and managing brands, based on creating products, services and experiences that are perceived as a tangible value by society” (Baraybar and Marcos, 2018). “Storydoing combines story and action through lived experiences to put customers at the center of the story.” (W. Batat, 2019).

“Storydoing is the step or leap that storytelling takes when telling a story.

Once the story has been heard by the audience, it is time to move on to the next level: the action” (García, 2019). The conception that storydoing rejects or replaces storytelling is erroneous, however, it dismisses the brand building model in which only narrative communication is used as a bridge to consumers.

Storytelling has been present in advertising for several years, for this reason it was necessary for this tool to evolve, creating unforgettable experiences for consumers, awakening their emotions and creating a relationship with them. The evolution from storytelling to storydoing has allowed brands to increase their creative competitiveness, positioning themselves in the consumer’s mind more easily, because a lived story is remembered much more than a told story (Galiano 2015).

Below is a comparative table that summarizes the content of the two concepts in order to understand the connection between them at the time of communication.

Storytelling	Storydoing
It is based on telling a story and transmitting it through the media.	This is based on the ability to a company to transform a story into acustomer-centric strategy.
The company owns the history of the brand.	Consumers co-operate with build the story and participate in theactions related to it.
Fiction is part of the symbolic universe.	Fiction takes place in reality.
It tells emotionally charged stories.	Commitment to action.
It aims to create brand awareness.	The objective is to consolidate theusefulness of the brand.
The brand defines the customer experience.	The customer experience is the that defines the brand.
It is in charge of communicating about the brand and its products.	Creates products as an extension ofthe story told.
It seeks to create the desire to buy your products.	Seeks to create products thatconsumers want.

Table 1. Storytelling vs. storydoing

Source: Wided Batat, 2019.

From these advertising techniques, much doubt has been generated as to how effective their application can be in the communication of brands to their customers, due to

the greater effort that both concepts entail in the creation and formation of captivating stories that often traditional companies tend to ignore due to the principle of the same. Storydoing “emerges as an alternative to the loss of effectiveness in the current context of the previous formulas and invites organizations to reflect on their meaning and their contribution to the collectivity; to review their history, their products, their way of communicating and, perhaps most relevantly, to specify their purpose” (Baraybar and Marcos, 2018).

Among the benefits that can be evidenced from the implementation of storydoing as a branding strategy are (Garcia, 2019):

- Generation of high engagement ratios (the public connects with the brand).
- Users engage quickly and orderly.
- Possible attraction of new users through the recommendations of those who have lived experiences with the brand.
- A faster increase in brand revenues is observed.
- It helps to create a positive image in front of consumers, due to the interaction with them.
- It seeks to create an experience for the user in order to ensure that he/she keeps a good memory of the brand.

First, to recognize a correct application of Storydoing, it is necessary to understand that companies that know this technique create a fierce loyalty in their consumers. As Ty Montague explains, the stories these companies tell are told primarily through word of mouth, but are amplified through social media tools (Montague T., 2013).

To this end, Montague (Montague T., 2013) names 6 key characteristics to recognize companies that rely on storydoing, which are:

- They have a story to tell.
- The story is about a greater ambition to improve the world or people’s lives.
- The story is understood and cared for by senior management outside of marketing.
- That story is being used to drive tangible actions throughout the company: product development, human resources policies, compensation, etc.
- These actions add up to a cohesive whole that reinforces its history.
- Customers and partners are motivated to engage with the story and actively use it to promote their own stories.

Finally, based on recognizing externally the characteristics of a company, he also teaches five critical elements in which are fundamental for the formulation of a correct storydoing inside a company and which he calls as “the four truths and the action map”, which are (Montague T., 2013):

The participants (your customers, partners and employees), the protagonist (your company today), the stage (the world around your business), the search (its driving ambition and contribution to the world) the action map (the actions that will make your story real for the participants).

3 | METHODOLOGY

For the research, different methodological approaches of form and substance were taken into account in order to seek the best possible results within the established parameters,

We also took into account an exploratory and explanatory scope due to the scattered information on the topic of relevance for this research and the abundant misinformation present in many of the companies to which this research is directed. For this purpose, we took into account qualitative, quantitative and mixed approaches.

Within the qualitative approach, interviews were conducted with two people specialized in marketing and the implementation of different advertising strategies both nationally and internationally, which would allow us to provide a solution to “Identify the benefits of the implementation of Storydoing and Storytelling in Colombian companies” as a specific objective.

Subsequently, from a quantitative approach, surveys were conducted among a sample of 43 experts in marketing and advertising who were working in that area, and a survey was also conducted among business owners who had knowledge of the subject in the metropolitan area of Bucaramanga. Through this approach we were able to respond to the specific objective “To analyze through surveys the feasibility of implementing Storydoing and Storytelling in Colombian companies”.

Finally, the mixed approach was shown through a search of secondary sources that could illustrate the academic knowledge about the topics of relevance for this research in a synthesized way, by means of scientific articles, research, theories, among other sources. With this approach the last specific objective is answered, which is “To synthesize the theoretical information about Storydoing and Storytelling so that Colombian companies can use it”.

4 | RESULTS

The conception of innovative marketing and advertising techniques has been a constant in modern times due to the loss of effectiveness of conventional advertising, magnifying the creation of new techniques such as storytelling or storydoing, based on the creation of solid stories that could be distributed by means of narratives that transcend the media through which they are transmitted. Therefore, we can understand these techniques as plausible ways to strengthen the value of the brand in a new form of communication with

a more active and participative user or customer, although often the cultural precept is more distant from what the product and the company express (Grant, 2006). These techniques represent an evolution to the way in which content was transmitted in traditional advertising.

To delve a little deeper into the construct around the brand, we must see it as the one that is configured as a tangible and symbolic reality, simultaneously and interdependently (Baraibar and Marcos, 2018). The messages we transmit through the brand are always supported by the product or service offered, stimulating the desires and aspirations of potential customers to generate meaningful experiences for them. This is why, in a context of high competition, “infocination” and market saturation, we can see storydoing as the evolution of traditional brand management and storytelling. The proposal transcends to put the value of the company to share and communicate it through real and tangible actions. It has been shown that for companies to obtain good results they must use strategies that connect emotionally with customers, because currently “the consumer abandons what bores him and leaves aside what does not attract his interest” (Poma, 2014).

From the aforementioned ideas, we can understand that the brand should not only communicate its way of seeing the world, but should also show the values it represents and have at the core of its content the human culture to which it is addressed. “Brand products must be the new attributes of new values and new virtues” (Eguizábal, 2007, p. 33).

Storytelling has achieved a fundamental role in recent years, providing a differentiator that achieves links with customers, so large companies have chosen to make use of this strategy to create brand recall. However, storytelling alone is not enough, so storydoing must also be implemented through direct action. The use of both techniques is important to achieve a connection with the consumer (Poma, 2014).

In a study conducted by Llorente y Cuenca in 2017 called “From storydoing to storytelling: voices of 30 brands on the emergence of stories” we find the experience of brands that have implemented these strategies and how they have benefited from this. Most of the interviewees in this study agreed that storytelling allows for greater closeness with their stakeholders. “Coca- Cola has long sought to be in the conversation around happiness, Nike has conquered the realm of motivation, Red Bull that of breaking boundaries, and Heineken has worked in many markets, specifically music.” Susana Casabé, as Director of Communications and CSR Grupo de Mercados Sur, says that AVON is a brand that seeks to reach its customers through its slogan “Beauty for a purpose”, and its philosophy is that “beauty is the path and empowerment is the destination, we develop products with the objective of generating economic independence and at the same time generating empowerment based on self-esteem”.

When the need to make use of storytelling arises, it is essential for companies to have storytellers, who will be in charge of telling the story they want to convey. Álvaro Rojas, Business Director at Pastificio Santa Amália, Alicorp Group Brazil, states that “the storyteller has to know the consumer because it often happens that you tell the story you want to tell

and not the story they want to hear”. They must be in charge of creating stories that connect with the consumer, are easy to transmit and difficult to forget, and they must be creative, constantly generating new ideas (Llorente y Cuenca, 2017).

The following graphs are taken from a survey of 30 brands regarding their experience with the use of storydoing and storytelling strategies.

Figura 1. ¿Con qué técnicas de storytelling ha tenido mejores resultados?

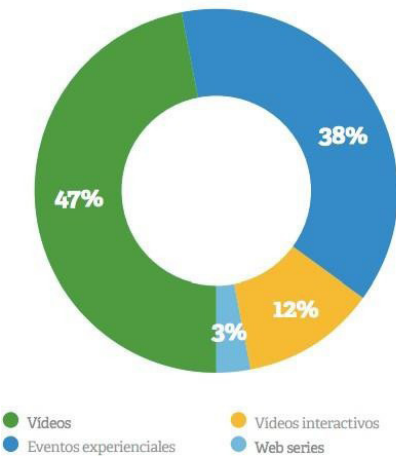


Figure 1. With which storytelling techniques have you had the best results?

Source: Llorente y Cuenca, 2017

Figura 3. ¿Cuál consideras que será el formato de storytelling o storydoing en los próximos años?

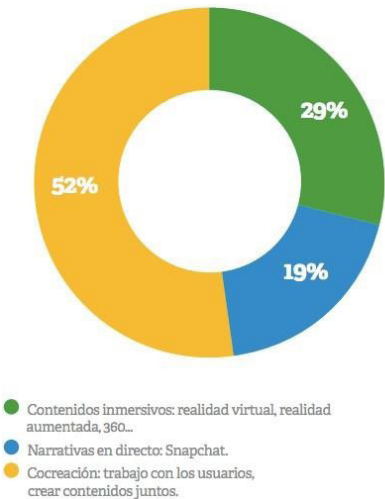


Figure 2. What do you think will be the storytelling or storydoing format in the coming years?

Source: Llorente y Cuenca, 2017

One of the brands that has recorded its experience is Cine Colombia, one of the few Colombian companies that has implemented storydoing. The communications manager of Cine Colombia, Daniel Montes “notes that the company has developed its communication around the concept of healthy entertainment, and has humanized it through the delivery of films to communities that historically have not had access to this medium. This is a clear case of *storydoing*. Another successful case of this tool has been demonstrated by Movistar, with its “Rafa Nadal Challenge” initiative, which allowed it to generate interactive experiences and virtual games with customers in its stores and generate conversation on social networks. The best stories were summarized in an advertising *spot*, increasing *engagement* and generating *awareness* in different channels. Eugenia César, from Coca-Cola Mexico’s digital communication department, comments that “the stories we tell come from the actions we carry out. For us, storydoing goes beyond generating experiences with our stakeholders or creating activities to then tell a story; it is about putting our philosophy and values into action: we tell stories because we generate multiple actions” (Llorente y Cuenca, 2017).

It has been possible to evidence that the evolution from telling the story to making it is necessary for companies, and this will generate great results, as well as Red Bull, when a man overcame the sound barrier by jumping from the stratosphere, considered one of the most important digital events in the world, as it generated incredible figures in social networks, YouTube obtained its maximum audience in a streaming at that time with more than 8 million viewers, also Red Bull obtained 150 thousand subscribers in a week and was viral on Facebook and Twitter (Riaño, 2019).

Storytelling and storydoing have different inner workings; storytellers (those who practice storytelling) are built internally around a medium, while storydoers (those who practice storydoing) are built internally to transmit their stories through everything they do (Poma, 2014). However, the union of these strategies is effective for companies that apply them.

One of the problems that is evident in some companies that implement storytelling is that they do not do it in the right way, they think they are telling good stories when they are not.

That they do is “storytelling”, sometimes the story does not work because what matters is the conceptualization of this, and also they are not clear that this strategy is based on “achieving to think, devise, create and conceptualize the soul of an idea, product or service through a narrative, which should appeal to emotions that the direct audience feels more identified” (Riaño, 2019). Although it is necessary to make the leap from storytelling to storydoing, it is essential to first master this second strategy, and for this Felipe Riaño Jaramillo, an expert in behavioral science, recommends the following through the article “Tips for companies to move from storytelling to storydoing”:

- Storytelling is a brand's communication narrative that can help you connect with your audience, not just create stories.
- Without emotion there is no motion. Without motion you will not be able to generate storydoing. So the emotional feedback to your audience must be direct and immediate.
- The bond that creates the emotion of living the story with users is long-lasting and difficult to break. This can only be achieved through storydoing, with experiences associated with the brand, the values that define it.
- Storydoing is about moving from telling stories to involving people in what these stories represent. The challenge is for people to go from being mere spectators to protagonists of the story, but, above all, for them to make their own stories.

Extensive research in secondary sources allowed us to strengthen and acquire new ways of understanding storytelling and storydoing as marketing and advertising techniques. As a first understanding, it is important to see the advertising techniques in question as ways to strengthen the value of the brand, as it allows us a new form of communication with users eminently more participatory within the actions taken by the brand, and therefore, it is very valuable that the cultural precept that the company raises as a precedent to show its product or service is not very distant from the general cultural precept that has its target audience. This means a transformation to a better communication with customers, as opposed to traditional advertising.

Based on the above, it is essential for companies to use techniques that connect emotionally with their consumers, that show not only their way of perceiving the world, but also the values that their brand represents and the essence that they try to show as part of the human culture they are addressing. Otherwise, the consumer will simply abandon that brand that “does not fill him” in parallel with his way of thinking and avoids that which does not attract his interest.

Another important recapitulation is what was obtained from the study conducted by Llorente y Cuenca in 2017 called “From storydoing to storytelling: voices of 30 brands on the emergence of stories”, within which we can understand that the indispensable need arises for companies to have storytellers, who must be in charge of creating stories that connect with the consumer, are easy to transmit and difficult to forget, and must be creative, constantly generating new ideas (Llorente y Cuenca, 2017). In addition, within the success cases exposed as Cine Colombia or Movistar, it is important to rescue the intervention of one of the leading companies when talking about storytelling and storydoing, since Eugenia César, digital communication of Coca-Cola Mexico comments that “the stories we tell come from the actions we perform. For us, storydoing goes beyond generating experiences with our stakeholders or creating activities to then tell a story; it is about putting our philosophy and values into action: we tell stories because we generate multiple actions”, showing that the evolution from telling the story to making it is necessary for companies, as in cases such

as Red Bull and its stratospheric leap that accumulated millions of views and interactions.

To conclude, it is possible to understand that although it is necessary to make the leap from storytelling to storydoing, we must see the different ways in which the two advertising techniques work, since storytellers are built internally through a medium, while storydoers are built internally to transmit their stories through everything they do, making the combination of these strategies the most effective form of application. Knowing this, we must end by assimilating that these concepts are nothing without the motion, without a call to action within the stories we tell or do, we will not be able to obtain an emotional feedback that generates a direct and immediate action from the customer to the brand, and therefore the bond that creates the emotion of living the story with the users is long lasting and will be difficult to break.

For the surveys, a sample of 43 people was taken into account, including people with experience and a job in the area of marketing and advertising, and it was also preferred to have the possibility of also targeting people who had a company under their charge. After the dissemination of the survey, the following results were obtained:

1. How important do you consider the brand's relationship with customers?

(RATING VERY IMPORTANT (5) TO UNIMPORTANT (1))

Average: 4.88

Within the first question of relevance to the research, we obtained an average response of 4.88 in a range of 1 to 5, showing that almost all respondents considered the brand's relationship with customers to be vital.

2. What do you consider to be the greatest difficulties in attracting customers?

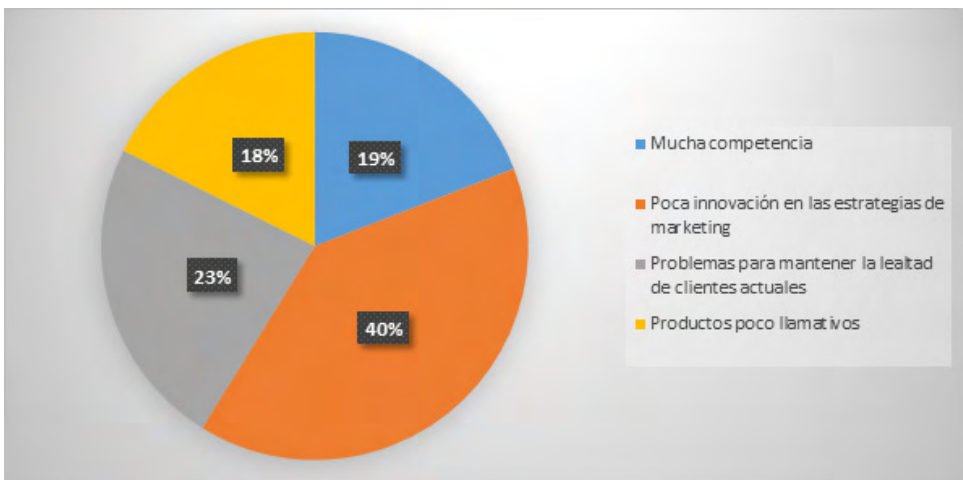


Figure 3. Results of survey question 2

Source: Prepared by the authors.

Within the second question of relevance, we found very divided responses when asked about the greatest difficulties in attracting customers. Forty percent of the responses considered that the lack of innovation in marketing strategies was one of the greatest difficulties, 23% corresponded to problems in maintaining the loyalty of current customers, 19% considered that one of the greatest difficulties was a lot of competition, and finally, with 18% of the responses, the lack of attractive products was considered one of the greatest difficulties.

3. When you are attracted to an advertisement, what is it that strikes you most about it?



Figure 4. Results of survey question 3

Source: Prepared by the authors.

In the next question corresponding to what most attracts the respondents in an advertisement, we observed that 40% of the answers corresponded to the design and audiovisual composition of the advertisement, 24% of the answers considered the experiences that the advertisement incites them to live, 14% of the answers gave their vote to the prices of the good or service offered, 13% of the answers showed propensity to the brand behind the advertisement and 9% considered the story told in the advertisement as the most attractive.

4. Indicate the 3 factors that you consider most important when offering a product or service to people.

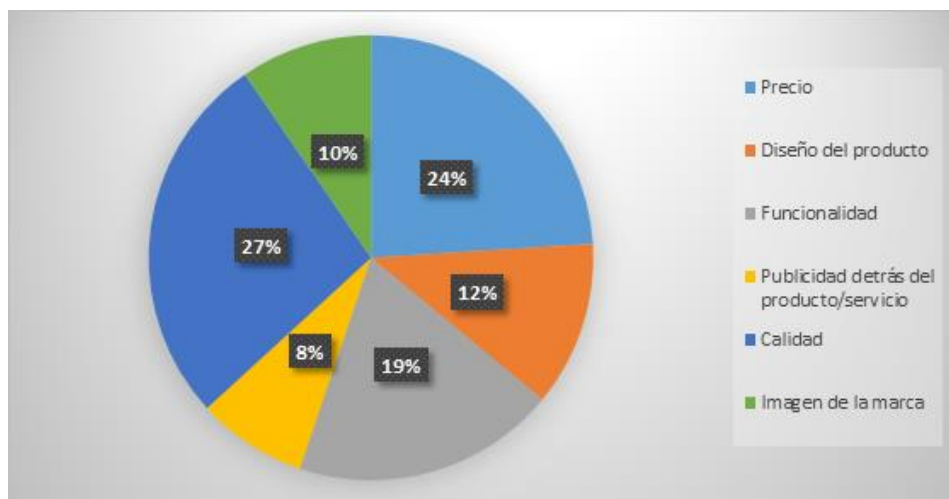


Figure 5. Results of survey question 4

Source: Prepared by the authors.

For the fourth question we found that, of the 3 most important factors in offering a product or service, 27% of the responses considered quality, 24% considered price and 19% showed functionality as the third most important factor. With the other factors, we could see that 12% of the answers considered product design, 10% considered brand image, and last but not least, advertising behind the product/service as an important factor.

5. How satisfied do you feel with the results of the marketing strategies implemented in your business or the company you work for? (RATING VERY SATISFIED (5) TO LITTLE SATISFIED (1))

Average: 3.67

To the surprise of the researchers, when asked how satisfied they were with the results of their marketing strategies implemented, we obtained an average response of 3.67, suggesting that the respondents did not consider the results of their marketing strategies as sufficient results from their marketing strategies and would like to find a way to improve them.

6. How often are new customers approached based on recommendations made by loyal customers through the experiences offered to them?

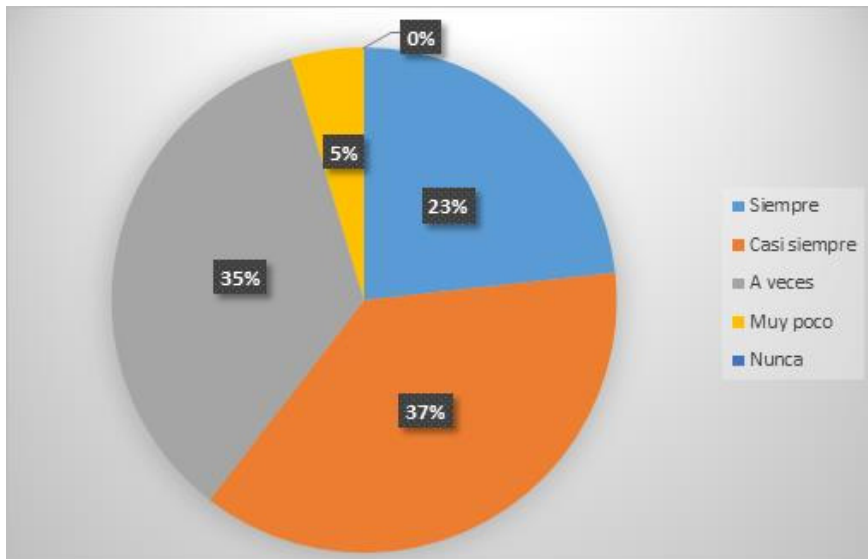


Figure 6. Results of survey question 6

Source: Prepared by the authors.

Among the responses we found that 37% of the respondents almost always get new clients based on recommendations from loyal clients, 35% considered that this happens sometimes, 23% responded that it always happens, 5% considered that it happens very little and 0% of the respondents answered that they never get clients through this means.

7. Taking into account that storytelling is defined as: “a technique for telling stories that convey the values of a company, brand or product and that connect with its target audiences. It consists of transferring brand values in a story in a way that is natural and implicit, in the same way that ethical values have been transmitted from generation to generation through stories, myths and fables” (ADECEC, 2017). Which of the following options do you consider could be benefits that would bring the application of this technique in companies?

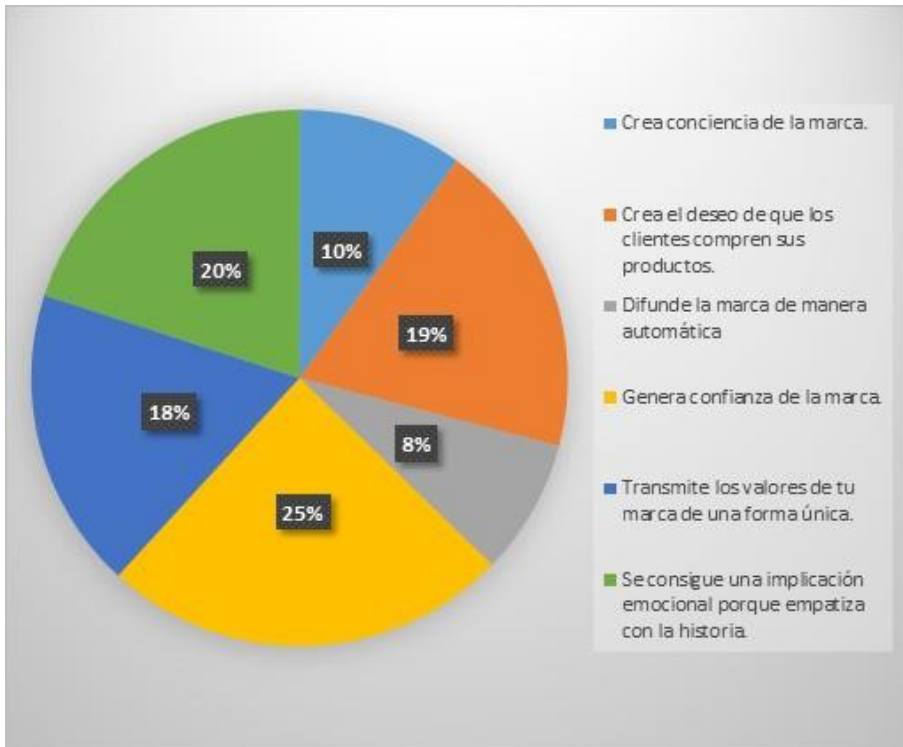


Figure 7. Results of survey question 7

Source: own elaboration.

Among the benefits of storytelling considered by the respondents, 25% of the answers took into account the generation of brand trust, 20% of the answers selected “emotional involvement is achieved because it empathizes with the story”, 19% of the answers considered “creates the desire for customers to buy your products”, In a similar way, the respondents also considered “transmits the values of your brand in a unique way” as a benefit with 18%, the second to last benefit was “creates brand awareness” with 10% and finally, the least chosen benefit was “spreads the brand in an automatic way”.

8. Taking into account that storydoing is defined as: “a proposal to generate content in the process of building and managing brands, based on creating products, services and experiences that are perceived as a tangible value by society” (Baraibar and Marcos, 2018). “Storydoing combines the story and the action through lived experiences to put customers at the center of the story.” (W. Batat, 2019). Which of the following do you consider could be benefits that the application of this technique would bring to companies?

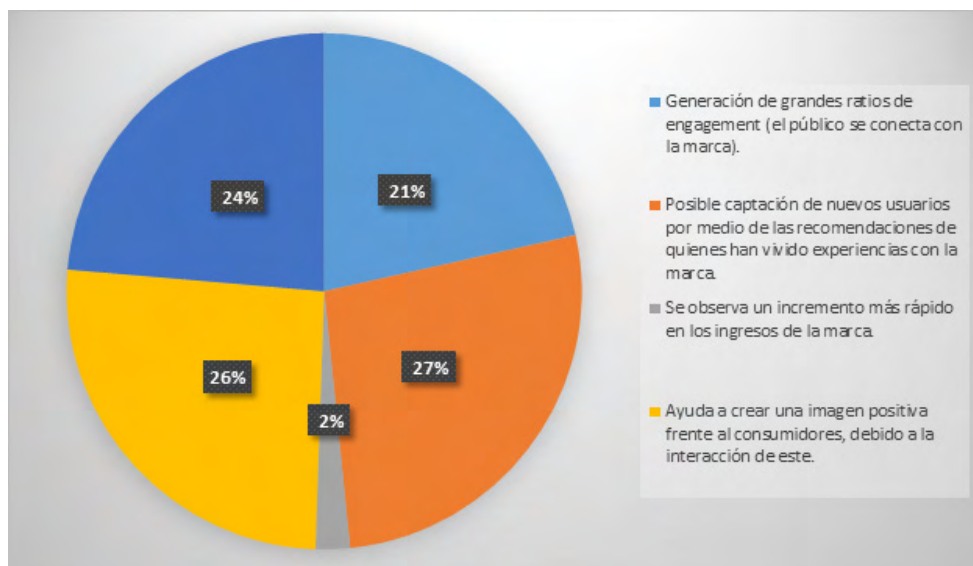


Figure 8. Results of survey question 8

Source: Prepared by the authors.

For the question corresponding to the benefits considered by the respondents regarding the application of storydoing, we obtained fairly even responses. In 27% of the responses, the benefit was “possible attraction of new users through the recommendations of those who have lived experiences with the brand”, with 26% of the people considered “helps to create a positive image in front of consumers, due to the interaction of this” as a benefit, 24% considered “Seeks to create an experience for the user so that he/she can keep a good memory of the brand” as a benefit, 21% considered “generation of high engagement ratios (the public connects with the brand)” as a benefit, and finally 2% considered “a faster increase in the brand’s revenue is observed” as a benefit. Based on this, we can consider that people easily understood where the application of storydoing can help companies.

9. International brands such as Red Bull, Coca Cola, Nivea, have implemented storydoing in their marketing strategies to have a better connection with their customers. Based on the above, how beneficial can be the implementation of this technique in Colombian companies? (HIGHLY BENEFICIENT RATING (5) TO LITTLE BENEFICIAL (1))

Average: **4.58**

Based on the answers of whether they consider beneficial the implementation of storydoing in a range of 1 to 5, taking into account that internationally renowned companies have implemented it, the average of the responses of the respondents was 4.58, showing that understanding the importance of analyzing the steps of international companies for the subsequent implementation in the local market.

10. With which of the following statements do you agree?

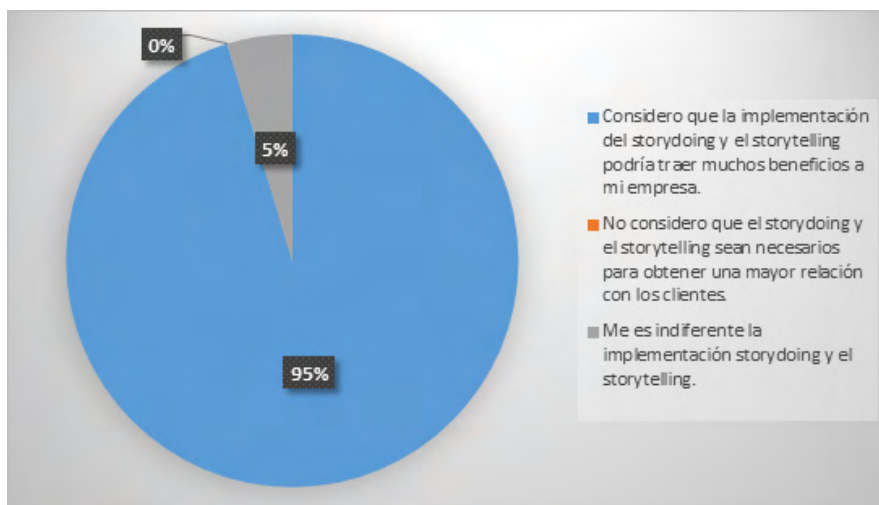


Figure 9. Results of survey question 10

Source: Prepared by the authors.

11. Bearing in mind that “Storydoing is the step or leap that storytelling takes when telling a story. Once the story has been heard by the audience, it is time to move on to the next level: action”. How recommendable consider the use of storytelling alone as a marketing technique?

(RATING HIGHLY RECOMMENDED (5) TO POORLY RECOMMENDED (1))

Average: **3.79**

Now, when talking about how recommendable is the use of only storytelling as a marketing technique, the average of responses obtained in a range of 1 to 5 was 3.79, showing a certain uncertainty as to whether or not the use of only this technique is recommendable.

12. Were you aware of the terms “storydoing” and “storytelling” mentioned above?

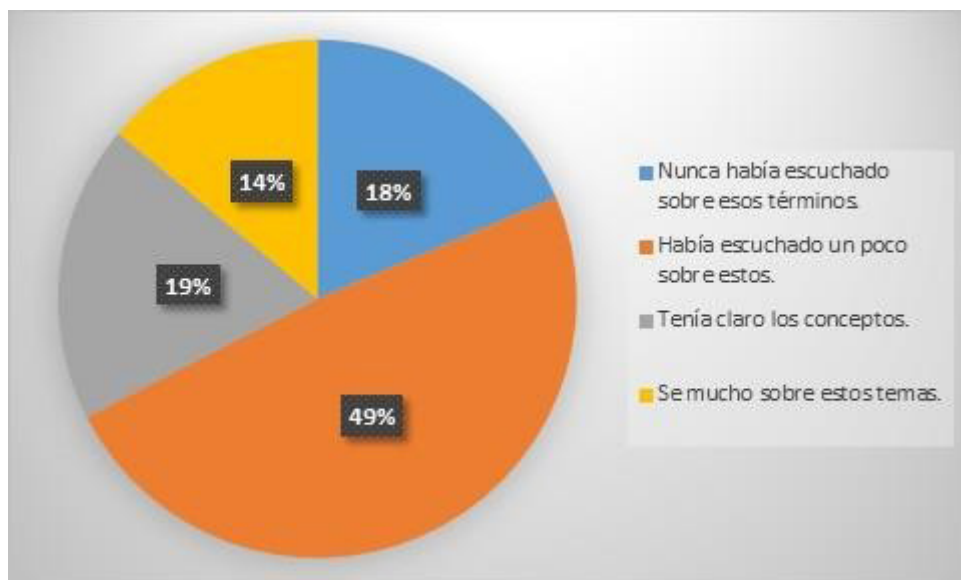


Figure 10. Results of survey question 12

Source: Prepared by the authors.

In the last question, respondents answered how much knowledge they had about the concepts of storytelling and storydoing, to which 49% of respondents considered that “I had heard a little about these”, 19% considered that “I was clear about the concepts”, 18% considered that “I had never heard about these terms” and finally 14% considered that “I know a lot about these topics. This was a very important result for the objective of this research, which was to find out how much people know about the topic to be studied in depth.

5 | CONCLUSIONS

- Extensive research in secondary sources allowed us to strengthen and acquire new ways of understanding storytelling and storydoing as marketing and advertising techniques. As a first understanding, it is important to see the advertising techniques in question as ways to strengthen the value of the brand, as it allows us a new form of communication with users eminently more participatory within the actions taken by the brand, and therefore, it is very valuable that the cultural precept that the company raises as a precedent to show its product or service is not very distant from the general cultural precept that has its target audience. This means a transformation to a better communication with customers, as opposed to traditional advertising.

Based on the above, it is essential for companies to use techniques that connect

emotionally with their consumers, that show not only their way of perceiving the world, but also the values that their brand represents and the essence that they try to show as part of the human culture they are addressing. Otherwise, the consumer will simply abandon that brand that “does not fill him” in parallel with his way of thinking and avoids that which does not attract his interest.

- Within the answers obtained from the survey, we can understand that within the sample corresponding to experts and entrepreneurs, there are certain disparities in terms of knowledge and use of storytelling and storydoing techniques, the most important thing to consider is the dissatisfaction that exists within the market with respect to the effectiveness or methods that people use when trying to promote their products or the products of their customers. However, it could be observed that people understand the concepts mentioned and many times they can try to formulate what can be more appealing to their customers and what can be the most effective way to reconnect with their customers.

Therefore, it is necessary to further introduce both the people in charge of creating stories through their knowledge in the marketing area, as well as the people who own companies or ventures within the concepts of storytelling and storydoing in order to guide them in a correct theoretical and practical context and in this way perpetuate good practices or as a minimum, the knowledge that is intended to impart corresponding to the two concepts of this research.

REFERENCES

Riaño, F. (2019). *Tips for companies to move from storytelling to storydoing*. El Tiempo. <https://www.eltiempo.com/economia/empresas/consejos-para-que-las-empresas-pasen-de-las-palabras-a-las-acciones-363248>.

Baraybar, A and Marcos, J. (2018). *New trends in brand building: a storydoing approach*. Revista Prisma Social N° 23. <https://revistaprismasocial.es/article/view/2745/2930>

García, V. (2019). *From storytelling to storydoing Cultural efficacy for the marks?*. http://repositori.uji.es/xmlui/bitstream/handle/10234/184894/TFG_2019_GarciaLl edo_Victoria.pdf?sequence=1&isAllowed=y

Batat, W. (2019). *Experiential Branding of Luxury*. In: *The New Luxury Experience. Management for Professionals*. Springer, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-030-01671-5_5.

Montague, T. (2013). *Good Companies Are Storytellers. Great Companies Are Storydoers*. Harvard Business Review Digital Articles, 2-7.

Galiano, A. (2015). *Guide for the development of city branding through the use of storydoing and ambient marketing for cities considered national cultural heritage in Ecuador*.

Escriba, F and Nerea, C. (2020). *Perception of 25-30 year olds on the storydoing applied in Crehana's campaign "Stay at home", during the pandemic in Peru in 2020*. https://repositorioacademico.upc.edu.pe/bitstream/handle/10757/653699/Flabio_EC.pdf?sequence=3&isAllowed=y.

Llorente y Cuenca (2017). *From storytelling to storydoing, Voices of 30 brands on the emergence of storytelling*. https://ideas.llorenteycuenca.com/wp-content/uploads/sites/5/2017/10/171019_DI_estudio_storydoing_eng.pdf.

Association of Public Relations and Communications Consulting Firms (ADECEC). (n.d.). *Storytelling and branded content guide*. <http://adecec.com/wp-content/uploads/2018/09/la-guia-de-storytelling-and-branded-content-de-adecec.pdf>.

CAPÍTULO 26

POR UMA “IGREJA EM SAÍDA”: MARCO ECLESIOLÓGICO ENTRE COMBLIN E O PAPA FRANCISCO

Data de aceite: 03/10/2022

Anderson Moura Amorim

Mestre em Teologia (UNICAP)

RESUMO: Uma “Igreja em saída”, termo cunhado pelo Papa Francisco na exortação apostólica *Evangelii Gaudium*, trata-se de uma nova maneira de pensar a realidade pastoral da Igreja de forma descentralizada e missionária, não nos moldes da época da cristandade, mas saindo em busca das periferias humanas que precisam do evangelho. As periferias humanas têm seu lugar nos pobres, sofrendores e doentes deste mundo. Desse modo, a referida pesquisa propõe refletir a perspectiva missionária tanto de Comblin quanto a de Francisco, marcados pela eclesiologia do Concílio Vaticano II, como uma renovação eclesial inadiável, configurada como uma volta a ‘Igreja dos pobres’, centro da pregação de Jesus. Entendemos, porém, que para ser efetivamente uma “Igreja em saída” em sintonia com o pensamento de Comblin e Francisco, são necessários compreender três pontos: A Igreja em estado permanente de missão; A “Igreja em saída” como novo paradigma eclesiológico; e, terceiro e último, propor a opção pelos pobres e vulneráveis como um itinerário salvífico da missão da Igreja. Acreditamos que o resultado de nossa pesquisa possa contribuir para uma “Igreja em saída”, decididamente missionária, como um novo modelo eclesial, que tenha clara opção pelos pobres, à luz do evangelho de Jesus Cristo.

PALAVRAS-CHAVE: Missão. “Igreja em saída”. Pobres. Comblin. Papa Francisco.

1 | INTRODUÇÃO

Conforme a declaração conciliar *Ad Gentes*, “a Igreja peregrina é por sua natureza missionária, porque tem sua origem na missão do Filho e do Espírito Santo, segundo o desígnio do Pai” (AD, 1997, n.2). Com isso, entendemos que a missão da Igreja procede da missão de Deus. O próprio Deus se auto-envia por meio do Filho no Espírito, através dos quais o próprio Pai se revela como amor (Jo 14,9). Deus é missão. Desse modo, compreendemos que a atividade missionária não é tanto uma ação da Igreja, mas da Igreja em ação. Em outras palavras, não é uma missão que deve ser compreendida a partir da Igreja, mas o contrário (MOLTMAN, 1978, p. 26). Nisso se define a própria identidade da Igreja.

A partir da dinâmica missionária entre as Pessoas da Santíssima Trindade, compreendemos que a Igreja é enviada ao mundo para transmitir mais que um conjunto ordenado de ideias, mas alguém: Jesus Cristo (DCE, 2006, n. 1). No movimento dialogal entre a Pessoa do Verbo com o mundo no mistério da encarnação, a Igreja se compreende, não como uma realidade estável, mas em constante movimento dialogal com o mundo. Por meio da Igreja, e de forma dinâmica, a Trindade

continua agindo no mundo. Assim sendo, a Igreja deve penetrar na vida de seus filhos, suas angústias, sofrimentos e questionamentos (GS, 1997, n. 1) e estar atenta aos “sinais dos tempos” (GS, 1997, n. 4). Afinal, a doutrina existe para ser experimentada na vida real das pessoas.

A dimensão dialógica da Igreja, conceito-chave para o Concílio Vaticano II (KASPER, 2012, p. 371), implica um firme retorno à orientação missionária da Igreja e uma clara postura de abertura. Diante disso, o presente artigo tem por finalidade refletir o marco eclesiológico de uma “Igreja em saída” entre o padre Comblin e o papa Francisco, como uma renovação eclesial inadiável, configurada como uma volta a ‘Igreja dos pobres’, centro da pregação de Jesus.

Para o propósito desta reflexão, interessa percorrer três momentos: A Igreja em estado permanente de missão; A “Igreja em saída” como novo paradigma eclesiológico; A opção pelos pobres e vulneráveis como um itinerário salvífico da missão da Igreja. Com a “Igreja em saída”, tanto Comblin como Francisco, deseja pensar a realidade pastoral da Igreja, não nos moldes da época da cristandade, mas saindo em busca das periferias dos que precisam do evangelho, principalmente os mais pobres e fragilizados da sociedade.

2 | A IGREJA EM ESTADO PERMANENTE DE MISSÃO

O Cristo Jesus, o Senhor Ressuscitado, encarregou os seus Apóstolos e, através deles, os discípulos de todos os tempos, de levarem sua palavra aos confins da terra e de fazer os homens seus discípulos (Mt 28, 19-20). Desse modo, compreendemos que Cristo instituiu a Igreja para evangelizar. Evangelizar constitui a graça e a vocação própria da Igreja, a sua mais profunda identidade. (COMBLIN, 2010, p. 5).

Conforme o decreto *Ad Gentes*: “A Igreja peregrina é, por sua natureza, missionária, visto que tem a sua origem, segundo o desígnio de Deus Pai, na “missão” do Filho e do Espírito Santo” (AG, 1997, n.2). Desta forma, o fim último da missão da Igreja, explica o Catecismo, “não é outro senão fazer os homens participarem da comunhão que existe entre o Pai e o Filho no seu Espírito de amor” (CIC, 1993, n. 850). O Pai enviou o Filho ao mundo para salvá-lo, e o Filho enviou a Igreja para continuar a Sua missão (Jo 20, 21).

Com lucidez profética, Comblin ensina que **evangelizar consta de três graus: anunciar, testemunhar e encarnar o evangelho. (COMBLIN, 2010, p. 5). Evangelizar**, não se resume numa “transmissão desarticulada de uma imensidade de doutrinas que se tentam impor à força” (EG, 2013, n.35), mas consiste, **conforme o** teólogo da libertação, **assumir** o mesmo anúncio, feito por Jesus, em cada tempo e lugar, no dinamismo transformador que promove, pela presença do Espírito Santo, o projeto salvífico do Pai e provoca a busca de vida em plenitude para todos, sobretudo, para quem está excluído da mesa da dignidade (Jo 10,10). Anunciar Jesus equivale, portanto, abordar o conteúdo do Reino de Deus, tendo como ponto de partida o próprio Jesus de Nazaré (COMBLIN, 2010,

p. 5).

Estar em estado permanente de missão implica, antes de tudo, ter consciência de que “em todos os batizados, desde o primeiro ao último, atua a força santificadora do Espírito que impele a evangelizar” (EG, 2013, n.119). Por isso, “cada um dos batizados, independentemente da própria função na Igreja e do grau de instrução da sua fé, é um sujeito ativo de evangelização” (EG, 2013, n.120).

3 | A “IGREJA EM SAÍDA” COMO NOVO PARADIGMA ECLESIOLOGICO

“Igreja em saída” é um termo criado pelo papa Francisco na exortação apostólica pós-sinodal *Evangelii Gaudium*, a alegria do evangelho, sobre o anúncio do evangelho no mundo atual. Na exortação, o pontífice, apresenta as linhas basilares do seu pontificado, recuperando o anúncio do evangelho, que deve ser marcado pela alegria numa perspectiva missionária.

A ‘Igreja em saída’ apresenta-se como uma renovação eclesial inadiável, decididamente missionária, que sai da comodidade dos seus templos e tem a coragem para ir ao encontro dos menos favorecidos da sociedade que precisam da luz do evangelho (EG, 2013, n.20). Regata-se aqui a eclesiologia do Concílio Vaticano II, que busca dialogar com o mundo e sentir “as alegrias e esperanças, as tristezas e angústias dos pobres” (GS, 1997, n.1). As periferias humanas têm seu lugar nos pobres, sofredores e doentes deste mundo.

Contudo, Francisco ressalta que “sair em direção aos outros para chegar às periferias humanas não significa sair pelo mundo sem direção nem sentido” (EG, 2013, n.46), mas é também uma Igreja capaz de abrir suas portas para acolher todos aqueles que queiram entrar, sem a necessidade de uma “vistoria alfandegária”. Muitas vezes, a Igreja age como controladora da graça, e não como facilitadora. A respeito disso, Francisco não deixa dúvidas: “a Igreja não é uma alfândega, mas a casa paterna, onde há lugar para todos com a sua vida fatigosa” (EG, 2013, n.47).

Desse modo, o papa convida a Igreja a uma “saída” missionária, uma casa aberta a todos, de modo especial aos mais fragilizados, inserida no mundo dos pobres. “Prefiro uma Igreja acidentada, ferida e enlameada por ter saído pelas estradas, a uma Igreja enferma pelo fechamento e a comodidade de se agarrar as próprias seguranças” (EG, 2013, n. 49). Com isso, a eclesiologia de Francisco vai sendo configurada como uma volta a ‘Igreja dos pobres’, como um horizonte pastoral a ser desenvolvido em suas igrejas particulares. Francisco deixa visível que a opção pelos pobres é um programa essencial para toda a Igreja missionária.

4.1 A OPÇÃO PELOS POBRES E VULNERÁVEIS COMO UM ITINERÁRIO SALVÍFICO DA MISSÃO DA IGREJA

A 'Igreja em saída', aspiração tanto de Comblin como de Francisco, trata-se de uma nova maneira de pensar a realidade pastoral da Igreja, não nos moldes da época da cristandade, mas saindo em busca das periferias que precisam do evangelho.

Na *Evangelii Gaudium*, o Papa Francisco expõe de maneira clara alguns aspectos daquilo que buscaria e o está a realizar em seu pontificado: sair da zona de conforto de uma Igreja "ad intra" para ser uma igreja "ad extra". Ser uma Igreja capaz de enxergar os sinais dos tempos" (EG, 2013, n.51); Uma Igreja profética que sai dos cercados de suas sacristias e caminha no meio dos pobres, ouvi seus clamores, provoca sinais de libertação e vive com autenticidade a sua vocação.

A opção pelos pobres é mais uma categoria teológica que cultural, sociológica, política ou filosófica" (EG, 2013, n.198), porque são os preferidos de Deus e meta da pregação de Jesus.

Observa-se nas páginas do livro *Sagrado*, que a opção pelos pobres "está implícita na fé cristológica naquele Deus que se fez pobre por nós, para enriquecer-nos com sua pobreza" (EG, 2013, n.198). Destarte, a opção pelos pobres que a Igreja faz, é uma volta ao anúncio do Reino de Deus pregado por Jesus.

Assim, a Igreja é fiel ao mandato de Jesus quando coloca no centro da sua pregação o Reino de Deus que tem como destinatários os pobres e oprimidos (EG, 2013, n. 200). Os pobres estão incluídos como a opção da Igreja, pois deriva da fé em Cristo, que sendo pobre se aproximou dos pobres e marginalizados. Toda Igreja é chamada a assumir como seu o clamor dos pobres (Mt 25,31-46).

Assumir a opção pelos pobres é assumir o projeto de um Deus libertador e, portanto, sacramental, pois tem o ser humano pobre como destinatário dessa missão libertadora.

Conforme o papa Bergólio, a opção pelos pobres não é um programa de puro assistencialismo, mas constitutivo ao ensinamento do Cristo libertador, sacramental:

Diferencia-se de qualquer ideologia, de qualquer tentativa de utilizar os pobres ao serviço de interesses pessoais ou políticos. Unicamente a partir desta proximidade real e cordial é que podemos acompanhá-los adequadamente no seu caminho de libertação. Só isto tornará possível que os pobres se sintam, em cada comunidade cristã, como 'em casa'. Não seria, este estilo, a maior e mais eficaz apresentação da boa nova do Reino? Sem a opção preferencial pelos pobres, o anúncio do Evangelho – e este anúncio é a primeira caridade – corre o risco de não ser compreendido ou de afogar-se naquele mar de palavras que a atual sociedade da comunicação diariamente nos apresenta (EG, 2013, n. 199).

O anúncio profético da Igreja diante da grande miséria em que se encontram os pobres não se resume ao protesto, mas na esperança: A mensagem de Jesus é o anúncio da vitória dos vencidos

5 | CONCLUSÃO

A nova etapa evangelizadora da Igreja, defendida pelo padre Comblin e o papa Francisco é marcada pela conversão pastoral e missionária. A “Igreja em saída” são luzes que iluminam a Igreja para a compreensão da atual necessidade de um novo modelo eclesial, à luz do evangelho de Jesus Cristo. Uma Igreja de portas abertas, que tenha coragem de sair para as periferias existenciais, superando uma pastoral de mera conservação, optando por uma pastoral em chave missionária libertadora, que tenha clara opção pelos pobres e fragilizados da sociedade, centro da mensagem evangélica de Jesus.

SIGLAS

CIC - Catecismo da Igreja Católica

DCE – Deus Caritas Est

EG - Evangelii Gaudium

GS - Gaudium et Spes.

REFERÊNCIAS

BÍBLIA SAGRADA. Bíblia de Jerusalém (Ed. Revista). São Paulo: Paulus, 2002.

BENTO XVI. Carta Encíclica “**Deus Caritas Est**”. São Paulo: Paulus;. Loyola, 2006.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. 3ª. ed. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Paulinas, Loyola, Ave-Maria, 1993.

COMBLIN, José. **Evangelizar**. São Paulo: Paulus, 2010.

CONSTITUIÇÃO PASTORAL GAUDIUM ET SPES. **Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II**. São Paulo: Paulus, 1997.

DECRETO CONCILIAR AD GENTES. **Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II**. Paulus: São Paulo, 1997.

FRANCISCO. **Exortação apostólica Evangelii gaudium. Sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual**. São Paulo: Paulinas, 2013.

KASPER, Walter. **A Igreja Católica: essência, realidade, missão**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2012

MOLTMANN, J. **La Iglesia em la fuerza del Espíritu**. Salamanca, 1978.

O MERCADOR E A MORALIDADE CRISTÃ NO OCIDENTE ENTRE OS SÉCULOS XI E XIII

Data de aceite: 03/10/2022

Guilherme Henrique Marsola

Universidade Estadual de Maringá - UEM
Laboratório de Estudos Medievais – LEM
Maringá – Paraná
<http://lattes.cnpq.br/9051523171228426>

Jaime Estevão dos Reis

Universidade Estadual de Maringá - UEM
Laboratório de Estudos Medievais – LEM
Programa de Pós-Graduação em História – PPH/UEM
Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória – UEM
Maringá – Paraná
<http://lattes.cnpq.br/0512479141984737>

RESUMO: Este artigo discute as transformações econômicas ocorridas no Ocidente a partir do século XI. Houve, notadamente, um processo de expansão das cidades e o fortalecimento de uma economia urbana, impulsionados pela ampliação do comércio. Os mercadores se destacam como agentes econômicos dinamizadores da nova economia urbana. Paralelamente, institui-se a Ideia de Cristandade e a Igreja se consolidada como instituição normatizadora da sociedade. Procuramos entender a atuação da Igreja frente às atividades dos mercadores, por meio da análise de três fontes: o *Decreto de Graciano*, a *Suma Teológica*, de Tomás de Aquino e a Bíblia de Jerusalém.

PALAVRAS-CHAVE: Idade Média, Mercador, Comércio, Igreja.

THE MERCHANT AND CHRISTIAN MORALITY IN THE WEST BETWEEN THE 11TH AND 13TH CENTURIES

ABSTRACT: This paper deals with the economic changes that took place in the West after the 11th century. At this time, the cities came through an expansion process and urban economy was strengthened, all driven by the growth of trade. Merchants stood out as economic agents that boosted the new urban economy. At the same time, the idea of Christendom was instituted, and Church established itself as society's normalizing institution. We mean to understand the church's role regarding the merchants' activities, by the analysis of three documents: Gratian's decretum, Tomas Aquinas' Summa Theologiae, and the *Bíblia de Jerusalém*.

KEYWORDS: Middle Ages, Merchant, Commerce, Church.

1 | INTRODUÇÃO

Entre os séculos XI e XIII o Ocidente vivenciou um amplo processo de transformação que ficou conhecido como: “Revolução Comercial da Idade Média”. Trata-se de uma série de transformações econômicas e sociais que permitiram, entre outras coisas, a consolidação do mercador como um dos principais agente econômicos. No mesmo período, a Igreja torna-se a principal intuição, estabelecendo normas visando regulamentar a conduta dos cristãos. Entre as atividades atingidas pela regulamentação estava aquela

exercida pelos mercadores. Neste artigo, procuramos analisar fontes que ajudam a compreender as regulamentações impostas pela Igreja em sua tentativa de normatizar a atividade dos mercadores, no contexto de expansão das cidades e desenvolvimento comércio no Ocidente medieval.

Com este objetivo, elegemos três fontes: a Bíblia de Jerusalém, a *Suma Teológica*, de São Tomás de Aquino, e o *Decreto de Graciano*, cada uma elaborada em um determinado contexto histórico, com menções diretas e indiretas às atividades comerciais.

A *Bíblia de Jerusalém* mostra sua importância por ser o livro sagrado do cristianismo, um manual para aqueles que desejam viver segundo a vontade de Deus e os ensinamentos de Jesus Cristo. Contém passagens e instruções que servem como guia para os cristãos. Esta versão foi escolhida por ser um dos documentos mais fiéis à versão original da sagrada escritura, com poucas modificações no decorrer de suas edições. No tocante às questões econômicas, esta fonte traz reflexões sobre diversas atividades, desde a agricultura até o comércio, portanto, fundamental para refletir acerca do trabalho do mercador na Idade Média.

A *Suma Teológica* de São Tomás de Aquino, pode ser entendida como uma obra que visa reunir uma série de ensinamentos do cristianismo. Trata-se de uma obra escrita por um dos principais filósofos da Escolástica. Está organizada em questões, cada qual, com uma problemática específica, e, dentro destas, há uma série de perguntas mais direcionadas. As respostas estão baseadas em contra-argumentos, pois o autor os elenca baseando-se no senso comum ou em determinadas figuras da Igreja, posteriormente, explica o seu ponto de vista, e, no final, rebate cada um dos argumentos mencionados no início. Para a presente discussão é importante observar a *Questão 77*, que se refere às atividades dos mercadores.

No mesmo sentido da *Suma Teológica*, o *Direito Canônico* também reúne argumentos relativos à vida cristã e forneceu à Igreja uma regulamentação jurídica sobre a vida das pessoas (ROPS, 1952). Antes do século XII, a Igreja possuía uma série de normas dispersas e sem unidade, a exemplo: ensinamentos dos apóstolos de Jesus Cristo, códigos de leis formados pelos estados, concílios ecumênicos e escritos de padres e santos, até que Graciano, monge, jurista e professor de Teologia, que viveu na Itália entre os séculos XII e XIII, realiza uma unificação deste conhecimento, obra que ficou conhecida como *Decreto de Graciano*, um código de interpretações da lei divina e guia para o trabalho de salvação (NETTO, 2010, p. 62).

21 O APARECIMENTO E CONSOLIDAÇÃO DO MERCADOR E O FORTALECIMENTO DO PODER DA IGREJA ENTRE OS SÉCULOS XI E XIII

No início do século XI, o Ocidente passou por um período de expansão, promovido pelo crescimento populacional, aumento da produtividade no campo, expansão das cidades

antigas, assim como a fundação de novos centros urbanos. Colaborou para este processo, a interrupção das invasões de povos germânicos, escandinavos, euroasiáticos e sarracenos, que marcaram a Alta Idade Média. Ocorreu, também, uma mudança na concepção das guerras, pois o objetivo principal, passa a ser o da captura do adversário e a negociação para libertá-lo e não mais sua morte (LE GOFF, 1991).

No que se refere a agricultura, iniciou-se um processo de otimização com o aumento das terras cultiváveis, novas técnicas de cultivo – com a rotação trienal dos terrenos, em que se alterna o tempo entre o seu uso e o descanso, tornando-a mais produtiva, além do aprimoramento dos instrumentos e tecnologias de plantio, como as azenhas e os moinhos-de-água e de vento, com destaque para a utilização de animais de tração e instrumentos agrícola, a exemplo do arado e da charrua puxado por bois e cavalos (LOPEZ, 1986).

Rondo Cameron, acrescenta outras práticas que contribuíram para o crescimento da população e, conseqüentemente, da mão de obra disponível para o trabalho no campo e nas cidades:

Sabemos muito pouco sobre a prática médica e sobre os hábitos sanitários para tirarmos conclusões sobre os seus efeitos, mas o fabrico e uso do sabão cresceu significativamente, pelo menos no século XIII - possivelmente um fator secundário na redução da taxa de mortalidade. O clima do norte da Europa pode ter melhorado ligeiramente entre os séculos X e XIV, mas, se isso aconteceu, a influência desta mudança teria sido principalmente sentida através duma maior produtividade agrícola. Em resumo, é a esta última que temos de conferir maior importância no crescimento populacional, e os melhoramentos na tecnologia agrícola foram os principais responsáveis por isso (CAMERON, 2000, p. 7).

Neste contexto de crescimento generalizado, as atividades comerciais tiveram um papel de destaque ao impulsionar a vida citadina, pois as cidades eram os espaços em que os mercadores se estabeleciam em suas idas e vindas das feiras e portos comerciais. Paulatinamente foram se fixando e as transformaram em centros de negócios, atraindo a população do campo e de regiões circunvizinhas (PERNOUD, 1969).

À medida em que as cidades assumem um protagonismo econômico, houve a diversificação das atividades de compra e venda, bem como das técnicas comerciais e novas formas de se fazer negócios foram adotadas mediante contratos e letras de câmbio, seguros e associações de mercadores e artesãos. A melhoria da infraestrutura, das estradas e da navegação contribuíram para a dinamização da economia em todos os setores. O historiador Raymond de Roover encontrou uma fórmula original para definir o período de auge do crescimento econômico no Ocidente: “A revolução comercial do século XIII” (ROOVER, 1953)¹.

Outros historiadores econômicos têm apontado novos aspectos que contribuíram para o fortalecimento e dinamização das atividades comerciais: a formação dos mercadores.

¹ ROOVER, Raymond de. The Commercial Revolution of the Thirteenth Century. In: LANE, Frederic C. **Entreprise and secular change: Readings in Economic History**. Londres: George Allen and Unwin LTD, 1953. p. 80-85.

Cada vez mais, um número crescente de jovens mercadores passou a ter uma educação voltada aos negócios, com o aprendizado de matemática, da contabilidade, além do latim e as línguas vernáculas, o que conferiu aos comerciantes maior possibilidade de comércio entre as diversas regiões do Ocidente e com territórios longínquos como a Ásia e norte da África (DEL POTRO, 2013; NOGUEIRA, 2019).

Paralelamente à afirmação dos mercadores como agentes da economia medieval, entre o século XI e o XIII, ocorre um aumento do poder e intervenção da Igreja na sociedade. O contexto político de fragmentação existente após a desagregação do Império Carolíngio, contribuiu para a hegemonia da ideia de cristandade, uma vez que o enfraquecimento do poder real tornou a Igreja uma das únicas instituições influentes e centralizada em meio à fragmentação dos poderes, facilitando a imposição do ideal da Cristandade.

Estabelece-se uma série de ritos simbólicos que marcam a presença da Igreja e da religiosidade na vida dos cristãos, como por exemplo, as peregrinações, a instituição de sacramentos que perpassam as fases da vida: batismo, primeira eucaristia, crisma, matrimônio e unção dos enfermos, além de incentivar as práticas de jejum, expulsão de demônios, penitência e o culto a santos e mártires, colocados como intermediários entre os humanos e Deus (POLLY; VAUCHEZ; FOSSIER, 2001).

O medo também foi um instrumento explorado pela Igreja para obter o apoio das pessoas, como exemplifica Daniela Calainho, ao afirmar ser uma prática comum da Igreja durante a Idade Média a disseminação de uma visão dualística entre Deus e o Demônio: o primeiro era associado às coisas que aconteciam: boas colheitas, clima favorável para plantação, fertilidade do solo e até vitórias em guerras, enquanto o segundo era a representação das dificuldades terrenas e das coisas ruins que aconteciam, como a fome, doenças, miséria, seca ou derrotas em guerras e ao indivíduo cabia decidir qual dos caminhos que pretendia seguir, sendo que para ter uma vida próspera era preciso obedecer o que dizia a Igreja (CALAINHO, 2014).

O cristianismo alcança uma hegemonia considerável a partir do século XI, deixando seu legado em diversos setores, como é o caso das artes góticas, em que templos de oração eram erguidos para acolher os fiéis, e as pinturas eram representações de narrativas bíblicas, assim como na produção científica que teve como principal financiadora a Igreja, pois a instituição desejava ter o conhecimento submetido aos interesses cristãos, colocando Deus como o centro e medida de todas as coisas (WOODS JR, 2005).

A Igreja se manteve como instituição estruturada e hierarquizada em um contexto em que o Ocidente se configura como um mosaico de poderes fragmentados. Este quadro facilitou a afirmação dos ideais de Cristandade a partir do século XI, e, com isso, uma série de regulamentações e a instituição de códigos de conduta que permeavam não somente a vida dos indivíduos, as suas atividades econômicas, bem como os seus ofícios.

3 | ENTÃO, PODE O MERCADOR AGRADAR A DEUS?

A “Revolução Comercial” colocou os mercadores em uma notoriedade superior àquela existente até o final do século X e começo do XI, desta forma, a Igreja já não podia mais fechar os olhos e teve de encarar os novos agentes comerciais como parte da sociedade medieval (NOGUEIRA, 2019). Consequentemente, uma série de figuras ligadas à Igreja produziram documentos que questionavam, regulamentavam ou normatizavam as atividades mercantis.

No século XII, o monge e jurista Graciano declara em seu *Decreto*, que a prática do comércio implica em cometimento de fraudes ou mentiras, e que este expediente era considerado um pecado, utilizando como base uma passagem bíblica do *Novo Testamento*, no Evangelho de São João, em que Jesus Cristo expulsa os mercadores que estavam fazendo negócios no templo de oração.

Porém, o texto das sagradas escrituras narra que:

No Templo, encontrou os vendedores² de bois, de ovelhas e de pombas e os cambistas sentados. Tendo feito um chicote de cordas, expulsou todos do Templo, com as ovelhas e com os bois; lançou ao chão o dinheiro dos cambistas e derrubou as mesas e disse aos que vendiam pombas: Tirai tudo isto daqui; não façais da casa de meu pai uma casa de comércio. Recordaram-se seus discípulos do que está escrito: o zelo por tua casa me devorará (BÍBLIA, João, 2, 14-17).

Na passagem em questão, Jesus Cristo chega em um Templo religioso, local que deveria ser destinado às orações e se depara com vendedores de animais e outras mercadorias, e até cambistas. Então, começa a e a derrubar ferozmente as mesas, e acusa os vendedores de transformarem a casa de Deus em um ambiente profano de negócios.

Graciano compreende e interpreta a passagem como se Jesus estivesse agindo de modo a amaldiçoar a prática comercial, por isso, os mercadores não podiam cometer tal pecado, como pode ser observado em um fragmento do item XI da Distinção LXXXVIII:

O senhor expulsou os que compravam do templo, significa que um homem que é mercador nunca pode agradar a Deus. E, portanto, nenhum cristão deve ser mercador, ou, se assim desejar, ser expulso do templo do senhor, como diz o profeta: “Por não conhecer os negócios, entrará no poder do Senhor (DECRETUM MAGISTER GRATIAN, XI, Dist. LXXXVIII, tradução nossa)³ .

Todavia, analisando a passagem bíblica de modo independente, pode-se observar a inexistência de uma fala de Cristo que diga explicitamente que exercer a atividade de mercador era um pecado, pois, a fúria, descrita na passagem em questão, ocorre quando Jesus percebe que as práticas comerciais estão sendo realizadas no Templo religioso e não fora dele.

2 Em outras versões da Bíblia aparece o termo “Mercador”.

3 “Eiciens Dominus uendentes et ementes de templo, significauit, quia homo mercator uix aut numquam potest Deo placere. Et ideo nullus Christianus debet esse mercator, aut, si uoluerit esse, proiciatur de ecclesia Dei, dicente Propheta: “Quia non cognoui negotiationes, introibo in potentias Domini” DECRETUM MAGISTER GRATIAN, XI, Dist. LXXXVIII)

Tomás de Aquino (1225-1274), autor da *Suma Teológica*⁴, foi um religioso descendente de família nobre, nasceu em Roccasecca, região de Aquino, na Itália. Teve uma trajetória acadêmica que permitiu o contato com obras da Antiguidade, como por exemplo, os livros clássicos de Aristóteles. Realizou voto de pobreza; estudou com Alberto Magno (filosofo e religioso da Europa medieval); foi filiado à Ordem dos Dominicanos; deu aulas em universidades da Europa; fez uma série de comentários bíblicos e considerações acerca das obras de filósofos gregos. Escreveu cartas, tratados e algumas obras litúrgicas (BONI, 2018).

Na *Suma Teológica*, define que a prática do comércio pode ser lícita, pois apresenta a fonte de renda da família do comerciante. Todavia, adverte que este deve praticar seu ofício levando em considerações as determinações divinas. Isso ocorre, por exemplo, quando vende suas mercadorias por um preço considerado justo.

Na *Suma*, *Questão 77* é dividida em quatro artigos, cada qual com problemáticas distintas: o primeiro versa sobre como os comerciantes devem constituir o preço de seus produtos; o segundo e o terceiro discutem sobre qual deve ser a conduta do vendedor ao perceber que o produto que está vendendo possui algum vício (defeito); o quarto, reflete se deve ser permitida, ou não, as práticas comerciais.

Para Tomás de Aquino, a sociedade normatizou a ideia de que o preço dos produtos é mais caro que seu real valor, ao mesmo tempo, os comerciantes justificavam sua ganância quando afirmam que a lei civil não impõe limites ao preço das mercadorias. Porém, vender um produto por um preço superior ao que ele realmente vale deve ser considerado um ato pecaminoso, pois o evangelho de Mateus afirma que não devemos fazer ao próximo aquilo que nós não queremos que façam para nós, assim como os códigos civis têm a função de regulamentar a vida em sociedade e não dispõe sobre valores éticos e morais, não podendo ser usado como uma base de justificativa para questões sacras (TOMÁS DE AQUINO, *ST*, II-II, q. 77, a. 1).

No segundo artigo, quando Aquino faz considerações sobre o que deve o mercador fazer ao se deparar com produtos que possuem defeitos, é nítido o objetivo de normatização da atividade, pois o autor orienta o que deve os comerciantes fazerem ao ter um produto com defeito e em quais casos a venda de uma mercadoria defeituosa não é considerado um pecado (TOMÁS DE AQUINO, *ST*, II-II, q. 77, a. 2).

Não é considerado uma falha, se o mercador esconder ou omitir o material em que o produto foi feito, desde que a finalidade do mesmo não seja alterada (por exemplo, vender uma vasilha como se fosse feita de ouro, mas na realidade o material utilizado foi a prata. Caso a finalidade do objeto para o comprador seja o de guardar outros itens não é um pecado, pois a constituição do material não interfere na utilização do produto). Não configura pecado, também, se no momento da conversão de valores em duas regiões diferentes da

⁴ O termo “*Suma*” refere-se a uma obra que uni diversas informações que estão isoladas em um único escrito, muito comum durante o século XII.

Europa o comerciante se confundir, errar os números e converter indevidamente o valor, pois não foi a intenção dele cometer o equívoco.

O terceiro artigo segue complementa a discussão sobre os vícios e defeitos da compra e venda e reforça o sentido de orientação da *Suma Teológica*, pois Aquino discute sobre qual deve ser a atitude do comerciante ao notar o vício em sua mercadoria (TOMÁS DE AQUINO, *ST*, II-II, q. 77, a. 3). A honestidade é um valor que o cristão não deve esquecer-se em momento algum, inclusive, quando está praticando seus negócios e ao perceber que seu produto tem falhas, é importante que o comprador seja devidamente avisado e o preço do produto seja ajustado.

Agora, caso o vício seja manifesto, nítido aos olhos do próprio comprador, não é obrigação do vendedor avisá-lo, conforme se observa na citação abaixo:

Mas se o vício for manifesto, por exemplo, se o cavalo for cego de um olho, ou se a mercadoria não convém ao vendedor, mas pode ser útil a outros, e se ele, por causa de tais defeitos, abater devidamente o preço, não estará obrigado a revelar o vício da mesma; porque, talvez, por razão desse vício, o comprador exigiria uma diminuição exagerada do preço. Por conseguinte, nesse caso, o vendedor poderia preservar seu interesse, calando o vício da mercadoria (TOMÁS DE AQUINO, *ST*, II-II, q. 77, a.3, rep.).

O último artigo da *Questão 77* é uma espécie de resposta sobre a licitude das práticas comerciais, seção em que o autor chega à conclusão de que tudo depende da consciência do vendedor, pois, se este utilizar o trabalho comercial para garantir o sustento de sua família, estará praticando o seu ofício corretamente: para prover o alimento do homem através de uma função laboriosa, conforme está escrito no livro de Gênesis⁵; agora, se o objetivo for um enriquecimento pessoal, o mercador não está utilizando o trabalho para os devidos fins e acaba por pecar (TOMÁS DE AQUINO, *ST*, II-II, q. 77, a.4.). Em uma interpretação da passagem bíblica em que Jesus Cristo expulsos os mercadores do templo, o autor acredita que os comerciantes expulsos se enquadravam na definição de indivíduos que trabalhavam para fins lucrativos e, por isso, foram expulsos por Jesus.

Quanto à passagem bíblica do livro de Gênesis mencionada no parágrafo acima, é importante fazer uma análise independente para compreender melhor as ideias fornecidas pelo livro Sagrado. De fato, a passagem: “Ao homem, ele disse: ‘Porque escutaste a voz de tua mulher e comeste da árvore que eu te proibira comer, maldito é o solo por causa de ti! Com sofrimentos dele te nutrirás todos os dias de tua vida’” (BÍBLIA, Gênesis, 3, 17), pode ser interpretada como uma condenação ao comércio, uma vez que Deus afirma que, a partir pecado cometido, o homem deverá produzir laboriosamente o seu sustento.

No começo do livro de Gênesis (BÍBLIA, Gênesis, 2, 8-17), Deus cria Adão e Eva e os colocam para viver em um local conhecido como “Jardim do Éden”. Institui como regra a proibição do casal de comer o fruto proibido, porém, Eva o come e entrega um

5 Trecho bíblico em que Deus condena o homem ao trabalho, como forma de punição por ter desrespeitado sua lei, dado ouvidos a Eva e ter comido o fruto proibido (BÍBLIA, Gênesis, 17-19).

pedaço a seu esposo, que assim se alimenta. Por terem desrespeitado a ordem de Deus e se entregarem ao pecado (BÍBLIA, Gênesis, 3, 6-19), o criador condena a humanidade a sofrer com as consequências do ato do primeiro casal, tendo a mulher de pagar com as dores do parto todas as vezes que der à luz, e o homem terá de sofrer todos os dias trabalhando para tirar o seu próprio sustento.

A ideia em questão é que o homem está fadado a sofrer para conseguir sobreviver, pois não teria mais a sua sobrevivência garantida pelo Criador. A partir de então, pode-se pensar que a atividade do mercador podia ser considerada um pecado, já que, efetivamente, não constituía um labor. Todavia, trabalhar com vendas era laborioso, tanto os que trabalhavam de modo itinerante, quanto aqueles desempenhavam seu ofício de forma sedentária: os primeiros tinham de estar sempre a viajar atrás de produtos para comercialização, enquanto os demais tinham que gerenciar adequadamente seus negócios (LE GOFF, 1991).

De modo geral, a pretensão de Tomás de Aquino na *Suma Teológica* é normatizar a atividade dos mercadores, por isso, flexibiliza os possíveis atos ilícitos que poderiam ser cometidos, ao mesmo tempo em que apresenta exemplos de como os comerciantes deveriam agir frente a alguma situação que poderia ser considerada como ilícita perante a Igreja.

No âmbito desta discussão, a *Bíblia* não apresenta crítica direta ou condenação à atividade mercantil. Nas menções ao comércio não existem condenações explícitas à prática desta atividade. Como pode ser verificado na passagem em que Deus apresenta ao povo escolhido, os dez mandamentos:

Não terás outros deuses diante de mim. Não farás para ti imagem esculpida de nada que se assemelhe ao que existe lá em cima, nos céus, ou embaixo na terra, ou nas águas que estão debaixo da terra. Não se prostrarás diante desses deuses e não servirás, porque eu, Yahweh⁶ teu Deus, sou um Deus ciumento, que puno iniquidade (SIC) dos pais sobre os filhos até a terceira e quarte geração que me odeiam, mas que também ajo com amor até a milésima geração para aqueles que me ama e guardam meus mandamentos. Não pronunciarás em vão o nome de Yahweh teu Deus, porque Yahweh não deixará impune aquele que pronunciar em vão o seu nome. Lembre-te do dia do sábado para santificá-lo. Trabalharás durante seis dias, e farás toda a tua obra. O sétimo dia, porém, é o sábado de Yahweh teu Deus. Não farás nenhum trabalho, nem tu, nem teu filho, nem tua filha, nem teu escravo, nem tua escrava, nem teu animal, nem o estrangeiro que está em tuas portas. Porque em seis dias Yahweh fez o céu, a leira, o mar e tudo o que eles contêm, mas repousou no sétimo dia; por isso Yahweh abençoou o dia de sábado e o santificou. Honra teu pai e tua mãe, para que se prolongue os teus dias na terra que Yahweh teu Deus, te dá. Não matarás. Não cometerás adultério. Não roubarás. Não aprestarás um falso testemunho contra o teu próximo. Não cobiçarás a casa do teu próximo, não cobiçarás a sua mulher, nem o seu escravo, nem a sua escrava, nem o seu boi, nem o seu jumento, nem coisa alguma que pertença o teu próximo (BÍBLIA, Êxodo, 20, 3-17).

6 Nome em hebraico que é dado ao Deus do antigo testamento.

A lei concedida por Deus a seu povo não faz menções sobre a prática de atividades comerciais, e coloca em dúvida se, de fato, não fazia parte da vontade de Deus que os homens usassem o comércio para viver. Em dada passagem do *Novo Testamento*, um homem pergunta a Jesus o que os humanos devem fazer para atingir o Reino de Deus, e a resposta é: “Não mates, não cometas adultério, não roubes, não levantes falso testemunhos, não defraude ninguém, honra teu pai e tua mãe” (BÍBLIA, Marcos, 10, 19). Cristo menciona diversas ações que devem, ou não, serem praticadas para entrar no reino dos Céus, e em nenhum momento condena os mercadores ou a prática da compra e venda.

Mas cabe ressaltar que, ainda que a *Bíblia* não condene categoricamente o comércio, alguns preceitos induzem à crença defendida pela Igreja, da condenação da riqueza e de que os comerciantes, como todo cristão, devem agir conforme as leis divinas, buscando, em suas atividades, contribuir para o bem de toda a sociedade.

É incompatível pensar que o sucesso financeiro e uma vida santificada são coisas opostas, pois há diversos personagens bíblicos que foram agraciados por Deus e mesmo assim acumularam riquezas, como é o caso de Abraão (BÍBLIA, Gênesis, 13, 2), Isaac – herdeiro de Abraão, seguindo a promessa feita por Deus –, Jacó (BÍBLIA, Gênesis, 30, 43) e o Rei Salomão (BÍBLIA, Reis, 10, 23). O que deve ser observado não é o que a pessoa tem em bens materiais, pois isto é indiferente para Deus que se preocupa com o coração e sentimentos humanos, evidenciado na passagem do livro *Atos dos Apóstolos*:

Os apóstolos, que estavam em Jerusalém, tendo ouvido que a Samaria acolhera a palavra de Deus, enviaram Pedro e João. Estes, descendo até lá, oraram por eles, a fim de que recebessem o Espírito Santo. Pois não tinha caído ainda sobre nenhum deles, mas somente haviam sido batizados em nome do Senhor Jesus. Então começaram a impor-lhes as mãos, e eles recebiam o Espírito Santo. Quando Simão viu que o Espírito era dado pela imposição das mãos dos apóstolos, ofereceu-lhe dinheiro, dizendo: “Dai-me também a mim este poder, para que receba o Espírito Santo todo aquele a quem eu impuser as mãos”. Pedro, porém, replicou: “Pereça o teu dinheiro, e tu com ele, porque julgaste poder comprar com dinheiro o dom de Deus! Não terás parte nem herança neste ministério, porque o teu coração não é reto diante de Deus. Arrepende-te, pois, desta maldade tua e ora ao senhor, para que te possa ser perdoado este pensamento do teu coração, pois eu te vejo na amargura do fel e nos laços da iniquidade” (BÍBLIA, Atos dos Apóstolos, 8, 14-23).

Nesta passagem, Pedro e João, dois apóstolos do tempo de Jesus Cristo, estavam em Samaria para rezar pelos samaritanos, e um rico habitante, Simão, acreditava ser possível comprar os dons do Espírito Santo com dinheiro, porém, foi advertido que o mais importante seria a consciência do indivíduo e não suas posses. Em nenhum momento da passagem aparece alguma crítica à riqueza de Simão, mas sim, ao fato dele pensar que podia comprar as bênçãos divinas com dinheiro.

Portanto, a *Bíblia de Jerusalém* não condena as atividades comerciais, pois em diversos *versículos* o comércio é mencionado sem um tom de crítica, assim como não

há qualquer menção nos *Dez Mandamentos*. Como já foi mencionado, não há uma uniformidade nas atividades do mercador, este poderia ser rico ou pobre, e caso o mercador se enriquecesse com a sua profissão, de uma forma honesta, respeitando o próximo e colocando Deus acima de suas riquezas, também não seria condenável, de acordo com o livro sagrado do cristianismo.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos que afirmação dos mercadores na Idade Média ocorre em um contexto de transformações nas práticas comerciais ocorridas no Ocidente, entre os séculos XI e XIII. Contexto este, que a historiografia convencionou chamar de “Revolução Comercial”. Este período foi marcado por transformações que possibilitaram o fortalecimento das cidades e das atividades dos mercadores. Entre elas, destacamos: o uso do dinheiro, melhoria das técnicas contábeis, ampliação das redes de comércio e da navegação, desenvolvimento das feiras, bem como a sedentarização da atividade dos mercadores, fatores que permitiram a estes organizarem melhor os seus negócios.

Ao mesmo tempo, a Igreja afirmar-se como uma instituição dirigente e centralizada, em meio à descentralização política e geográfica, especialmente, ao incutir a ideia de Cristandade, que pode ser entendida como uma unidade dos europeus em torno da palavra de Cristo, e que coloca os cristãos como um povo unido na fé em meio a diversas transformações.

À medida que os mercadores se tornam os principais agentes da economia medieval, os intelectuais da Igreja passaram a fazer considerações sobre sua atividade. Buscamos compreender as determinações da Igreja em relação às atividades dos mercadores a partir de três fontes: *A Bíblia*, o *Decreto de Graciano* e a *Suma Teológica*, de Tomás de Aquino. Percebemos que, ainda que Graciano e Tomás de Aquino se baseiam na Bíblia, para elaborarem seus argumentos, há uma divergência entre as concepções destes dois pensadores cristãos.

Enquanto Graciano, em seu *Decreto*, condena a atividade dos mercadores e de todos aqueles que praticam o comércio, já que, na concepção deste teólogo, seria impossível a prática desta atividade sem incorrer em atos ilícitos condenados pelo cristianismo, como a mentira e enganação, e toma por base de sua condenação a passagem bíblica na qual Jesus expulsa os mercadores do Templo, a *Questão 77* da *Suma Teológica* demonstra que o comércio pode ser considerado como um tipo de trabalho, e que muitas famílias precisam realizar o ato de compra e venda para manter o seu sustento e, em contrapartida, possibilitar que outras pessoas tenham acesso às mercadorias de que precisam. Isto é, qualifica o comércio como uma atividade necessária à sociedade.

De fato, na *Bíblia* não há afirmações explícitas que condenam a profissão dos mercadores ou que proíbam o comércio, ainda que defina comportamento dos cristãos, do

não apego aos bens materiais e do auxílio ao próximo. Neste sentido, podemos concluir que, houve no período central da Idade Média, isto é, o do contexto da “Revolução Comercial”, uma tentativa de “moralizar” as atividades comerciais pela Igreja, segundo os princípios do cristianismo.

REFERÊNCIAS

FONTES:

A BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 1995.

AQUINO. Tomás de. **Suma Teológica** (ST, II-II, Q. 57-122). São Paulo: Loyola, 2005. v. VI.

DECRETUM MAGISTER GRATIANI. In: **Corpus Iuris Canonici**. Romae: Ex Officina Berhardi Tauchnitz, 1879.

BIBLIOGRAFIA:

BONI, Luis Alberto de. **Estudos sobre Tomás de Aquino**. Pelotas: UFPel, 2018.

CALAINHO, Daniela. **História Medieval do Ocidente**. Petrópolis: Vozes, 2014.

CAMERON, Rondo. Desenvolvimento econômico na Europa medieval. In: CAMERON, Rondo. **História econômica do mundo**. 2. ed. Inglaterra: Europa-América, 2000. cap. 3, p. 64-99.

DEL POTRO, Betsabé Caunedo. El desarrollo del comercio medieval y su repercusión em las técnicas mercantiles. Ejemplos Castellanos. **Pecunia**, Madrid, 2012.

FOURQUIN, Guy. **História econômica do Ocidente medieval**. Lisboa: Edições 70, 1991

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **O feudalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do homem**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

LE GOFF, Jacques. **Mercadores e banqueiros da Idade Média**. 1. ed. São Paulo: Universidade hoje, 1991.

LOPEZ, R. S. **A revolução comercial da Idade Média: 950-1350**. 2. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1986.

NETTO, Antônio. O cristianismo: o direito canônico. **Revista da faculdade de direito da universidade de São Paulo**, São Paulo, p. 39 – 77, 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67892/70500>. Acesso em: 28 jun. 2022.

NOGUEIRA, Líliliana Grubel. **O mercador no livro da Arte do comércio (1458), de Benedetto Cotrugli (1416 – 1469)**. Orientador: Jaime Estevão dos Reis. Dissertação (Mestrado em história) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá, p.88. 2019. Disponível: http://repositorio.uem.br:8080/jspui/bitstream/1/5573/1/Liliana%20Grubel%20Nogueira_2019.pdf. Acesso em 28 jun. 2022.

POLLY, J-P; VAUCHEZ, A.; FOSSIER, R. **El despertar de Europa**. Barcelona: Crítica, 2001.

ROOVER, Reymond de. **The Commercial Revolution of the Thirteenth Century**. In: LANE, Frederic C. *Entreprise and secular change: Readings in Economic History*. Londres: George Allen and Unwin LTD, 1942. p. 80-85.

ROPS, Daniel. **A Igreja das catedrais e das cruzadas**. São Paulo: Quadrante, 1993

REGINÉ, Pernoud. **As origens da burguesia**. Portugal: Europa-América, 1969.

REGINÉ, Pernoud. **Luz Sobre a Idade Média**. Portugal: Europa-América, 1997.

WOODS JR, Thomas. **Como a Igreja católica construiu a civilização ocidental**. São Paulo: Quadrante, 2008.

SOBRE O ORGANIZADOR

EZEQUIEL MARTINS FERREIRA - Possui graduação em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2011), graduação em Pedagogia pela Faculdade de Ciências de Wenceslau Braz (2016) e graduação em Artes Cênicas pela Universidade Federal de Goiás (2019). Especializou-se em Docência do Ensino Superior pela Faculdade Brasileira de Educação e Cultura (2012), História e narrativas Audiovisuais pela Universidade Federal de Goiás (2016), Psicopedagogia e Educação Especial, Arteterapia, Psicanálise pela Faculdade de Tecnologia e Ciências de Alto Paranaíba (2020). Possui mestrado em Educação pela Universidade Federal de Goiás (2015). É doutorando em Performances Culturais pela Universidade Federal de Goiás. Atualmente é pesquisador da Universidade Federal de Goiás e psicólogo clínico - ênfase na Clínica Psicanalítica. Pesquisa nas áreas de psicologia, educação e teatro e nas interfaces fronteiriças entre essas áreas. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicanálise, atuando principalmente nos seguintes temas: inconsciente, arte, teatro, arteterapia e desenvolvimento humano.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Afeto 2, 4, 6, 7, 70, 144

Aluno 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 59, 65, 79, 80, 103, 106, 107, 108, 123, 125, 128, 129, 130, 132, 154, 259, 324

Anísio Teixeira 15, 20, 21, 22, 23

Atuação 28, 41, 42, 44, 57, 121, 124, 188, 220, 245, 299, 300, 301, 302, 308, 309, 310, 312, 316, 317, 322, 362

B

Bagagem 25, 28, 31, 47, 98

C

Captura de morcegos 325, 327, 335

Caracterização 142, 277, 278, 308, 336

Chiroptera 325, 326, 336, 337

Colégio Pedro II 119, 120, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132

Comércio 52, 122, 174, 225, 362, 363, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372

Comportamento autodestrutivo 186

Contratos 173, 175, 177, 178, 179, 180, 184, 364

Contribuição 20, 21, 22, 40, 41, 44, 45, 48, 52, 61, 90, 92, 98, 110, 114, 132, 227, 234, 238, 240, 243, 274, 275, 300, 301

Covid-19 144, 145, 152, 153, 154, 155, 156, 210

Creative economy 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163

Criança 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 33, 36, 70, 82, 83, 87, 92, 93, 100, 101, 151, 194, 214

D

Democracia 20, 54, 57, 89, 95, 133, 136, 139, 140, 141, 143, 220, 221, 298

Desenvolvimento rural 277, 278, 279, 280, 298

Diagnóstico 51, 55, 58, 108, 150, 242, 245, 246, 247, 248, 250, 251, 261, 262, 277, 278

E

Educação 2, 1, 2, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 49, 50, 51, 52, 55, 56, 57, 59, 61, 62, 63, 64, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 100, 102, 103, 107, 108, 109, 110, 112, 120, 122, 124, 125, 127, 131, 132, 157, 164, 168, 172, 175, 213, 233, 236, 243, 244, 245, 248, 251, 258, 275, 277, 309, 323, 365, 374

Educadores 19, 25, 32, 35, 37

Education 15, 25, 40, 46, 48, 49, 50, 157, 162, 246, 278

Elétrica 112, 113, 116, 287, 299, 300, 301, 302, 303, 305, 307, 308, 309, 310, 312, 316, 318, 322, 323, 324

Engenharia 15, 110, 272, 276, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 307, 308, 309, 310, 312, 316, 318, 322, 323, 324

Ensino 16, 17, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 64, 65, 66, 67, 68, 70, 73, 74, 77, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 87, 88, 92, 94, 96, 97, 98, 99, 103, 104, 106, 109, 110, 117, 119, 120, 123, 124, 125, 127, 128, 130, 131, 245, 246, 248, 251, 258, 259, 260, 261, 262, 264, 275, 285, 304, 316, 322, 362, 374

Epidemiologia 186

Escola pública 64, 67, 73

Estado 4, 5, 11, 13, 28, 38, 44, 49, 53, 54, 56, 57, 58, 60, 61, 68, 72, 76, 77, 81, 82, 86, 91, 93, 94, 97, 101, 122, 123, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 142, 143, 144, 151, 152, 164, 168, 169, 170, 171, 183, 186, 187, 189, 190, 191, 192, 194, 195, 197, 198, 201, 210, 211, 212, 213, 214, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 224, 225, 226, 229, 234, 244, 249, 271, 275, 299, 300, 301, 307, 308, 322, 323, 325, 357, 358, 359

Etec 40

F

Filosofia da educação 15, 16, 20, 21, 22, 23, 24

G

Graduado 76, 299, 300, 301, 302, 307, 308, 309, 312, 313, 318, 319, 320, 322, 323

I

Idade Média 146, 362, 363, 364, 365, 371, 372, 373

Igreja em saída 357, 358, 359, 360, 361

Ilhas de calor 265, 266, 267, 268, 269, 271, 272, 273, 274, 275

Imigrantes 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 90, 91, 92, 93, 95, 175

Indústria pornográfica 173, 174, 175, 176, 178, 179, 180, 184

Innovation 157, 162, 299, 348

Inspiração 110, 112, 113, 114, 115

Instrumentos de acesso 76, 88, 90

J

Juventude 37, 64, 65, 66, 67, 68, 74, 279, 298

L

Literatura 100, 110, 111, 112, 113, 116, 117, 129, 262

Livro didático 96, 97, 99, 100, 101, 102, 106, 108

M

Marketing 307, 338, 339, 341, 342, 346, 347, 348, 349, 352, 353, 354, 355

Mercador 362, 363, 366, 367, 368, 369, 371, 372

Missão 19, 37, 91, 117, 122, 306, 357, 358, 359, 360, 361

Morcegos cavernícolas 325, 336, 337

Morte 90, 112, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 179, 265, 364

Museu Nacional 13, 119, 120, 121, 122, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132

N

Natureza 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 16, 64, 67, 81, 83, 103, 110, 122, 125, 126, 128, 135, 136, 139, 146, 167, 173, 178, 213, 214, 217, 219, 220, 222, 224, 247, 248, 332, 357, 358

Neoliberalismo 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 60, 62, 63, 84, 87, 88, 94

O

Odontologia 245, 246, 247, 248, 249, 250, 258, 259, 261, 262, 264

P

Pandemia 144, 145, 152, 155, 210, 258

Papa Francisco 357, 360

Participação 4, 29, 30, 32, 33, 37, 59, 66, 74, 90, 115, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 134, 135, 138, 217, 220, 258, 262, 294, 313

Pedagogia da exclusão 51

Pessoas com deficiência 186, 189, 191, 192, 193, 194, 195

Pobres 229, 232, 233, 237, 238, 239, 246, 326, 357, 358, 359, 360, 361

Políticas educacionais 51, 58, 59, 62

Principais problemas 55, 223, 224, 225, 227, 241, 249

Profissional 25, 36, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 64, 70, 71, 73, 75, 91, 96, 98, 124, 127, 128, 129, 149, 188, 189, 245, 280, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 307, 308, 312, 322, 362

Propostas de reforma 52, 59, 223, 224, 232, 238, 241

Q

Qualidade de vida 32, 150, 188, 265, 266, 267, 269, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 279, 300

R

Racismo 93, 96, 97, 98, 99, 100, 102, 108, 109

Radiografia 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 260

S

Sociedade civil 30, 43, 133, 134, 137, 140, 142, 143, 220, 221

T

Tecnologia 21, 40, 42, 43, 44, 46, 48, 49, 74, 81, 110, 111, 114, 116, 117, 124, 247, 301, 307, 324, 364, 374

Tendências 18, 40, 41, 42, 44, 45, 47, 48

Transformação 17, 21, 43, 45, 53, 56, 106, 107, 110, 111, 116, 117, 124, 138, 140, 300, 362

U

Urbanização 26, 28, 265, 266, 267, 269, 274, 275, 280, 332, 333

V

Violência 62, 116, 174, 175, 176, 177, 178, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 218, 222

AS CIÊNCIAS HUMANAS E AS ANÁLISES SOBRE FENÔMENOS SOCIAIS E CULTURAIS

2

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br



AS CIÊNCIAS HUMANAS E AS ANÁLISES SOBRE FENÔMENOS SOCIAIS E CULTURAIS

2

🌐 www.atenaeditora.com.br
✉ contato@atenaeditora.com.br
📷 @atenaeditora
📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

